DIÁRIO DO JUDICIÁRIO

Des. José Arthur de Carvalho Pereira Filho
Presidente

Des. Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa
1º Vice-Presidente

Des. Renato Luís Dresch
2º Vice-Presidente

Des.ª Ana Paula Nannetti Caixeta
3ª Vice-Presidente

Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior
Corregedor-Geral de Justiça

Des.ª Yeda Monteiro Athias
Vice-Corregedora-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO XV - BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2022 - Nº 190

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

"Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de encriptação eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram cifrados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento banco de dados do TJMG. Para a cifragem e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura "sha1RSA", expedido pela Autoridade Certificadora denominada "AC PRODEMGE SRF", usando padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-se garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG."

2ª INSTÂNCIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CARTÓRIO DA 11ª CÂMARA CÍVEL - AFONSO PENA 4001
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O Excelentíssimo Senhor Desembargador, Marcos Lincoln, Relator, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei etc., faz saber a todos os que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que tem andamento neste Tribunal de Justiça o(a) Agravo de Instrumento Cível nº 1.0000.22.076424-5/001 (0764252-65.2022.8.13.0000), da Comarca de Juiz de Fora, em que figuram como Agravante, ANNA MARIA DUTRA ROCHA TRINDADE, e como Agravados, AZUZ CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA e BANCO PAN S/A, nos autos originários do(a)(s) PROCEDIMENTO COMUM nº 50136030520228130145. E não sendo conhecido o endereço atual do(a) agravada AZUZ CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 43.733.334/0001-87, o Desembargador determinou que se expedisse o presente edital, pelo qual INTIMA o(a) referido(a) agravada, para apresentar resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, II do CPC. Fique a intimada ciente de que lhe será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Neste processo, as manifestações são realizadas por meio do Portal do Processo Eletrônico da 2ª Instância - JPe, no "site" deste TJMG. Margarete Gandra Almeida Santos, T004814-0, Escrivã do Cartório da 11ª Câmara Cível - Afonso Pena 4001, Desembargador Marcos Lincoln, Relator.

1ª INSTÂNCIA

ABRE-CAMPO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DA COMARCA DE ABRE CAMPO (PRAZO 15 DIAS). JUSTIÇA GRATUITA. O Doutor Vinícius Pereira de Paula, MM. Juiz de Direito da 1ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE da Comarca de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria Judicial, da Escrivã que está subscreve, correm os autos de nº 0003.13.002558-2 - Crime tipificado no art. 180, §1º c/c com o art. 70 ambos do Código Penal, que a Justiça Pública move contra FRANCISCO DE ASSIS DESCANI, brasileiro, casado, motorista, nascido em 30/09/1982, filho de Lydia de Assis Dsascani, atualmente em lugar incerto e não sabido, foi o processo sentenciado em 29/08/2022, sendo prolatada sentença de extinção da punibilidade pela prescrição nos seguintes termos: Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de CARLOS TEIXEIRA DE OLIVEIRA, ÉVERTON MENDES TEIXEIRA e FRANCISCO DE ASSIS DASCANI, já qualificados, com escora no art. 107, IV, do CP. Sem custas processuais. Quanto aos bens apreendidos, confira-se a destinação prevista no Provimento-Conjunto 24/CGJ/2012. Com o trânsito em julgado desta sentença, baixem-se os autos, remetendo-os ao arquivo. Pelo presente edital fica o réu FRANCISCO DE ASSIS DESCANI, intimado da referida sentença da qual poderá interpor recurso no prazo de cinco (05) dias do presente edital, cujo prazo começará a contar do 15º dia da publicação, sob pena de ver passado em julgado a referida sentença/decisão. Para constar e conhecimento de todos os interessados é passado o presente edital, com prazo de vinte (15) dias que será publicado por uma vez no Diário Oficial do Estado. Defensor Público, madep 0966, Dr. João Paulo Dias S. Júnior, OAB/MG 99.866. Dado e passado nesta cidade de Abre Campo, aos 13 de outubro de 2022. A Gerente Ana Elisa Martins Rodrigues (a), da Secretaria do Juízo, (a) Vinícius Pereira de Paula - Juiz de Direito.

Processos Eletrônicos (PJe)

1ª VARA CÍVEL, CRIME E JIJ DA COMARCA DE ABRE CAMPO- JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. PROCESSO PEDIDO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO Nº 5000537-93.2022.8.13.0003. O Doutor Vinícius Pereira de Paula, MM. Juiz de Direito, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, tramita a Ação de Pedido de Medida de Proteção, que consta como requerente MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS em face CLÉIA DE SOUZA DAIS e ERNANE DA COSTA CAMPOS, e estando o ERNANE DA COSTA CAMPOS, em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O e INTIMA-O da ação, conforme autos que tramita no Pje, para em quinze(15) dias contestar, salientando que O prazo contar-se-á a partir do 30º dia da publicação, sob pena de não o fazendo serem tidos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores na inicial. Intimando-o ainda que foi concedido a guarda provisória dos menores Y.S.C.C., L.E.S.C. e J.P.S.C. à avó materna Efígênia de Souza Dias. Dado e passado nesta cidade aos 13/10/2022. A Gerente de Secretaria (a) Ana Elisa Martins Rodrigues. MM. Juiz de direito(a) Vinícius Pereira de Paula.

AÇUCENA

COMARCA DE AÇUCENA - DILIGÊNCIA CRIMINAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo de 05 dias. Processo nº 0005.13.001460-7. Dra. Larissa Teixeira da Costa, Juíza de Direito desta Comarca, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta vara um processo que Justiça Pública move em face do acusado CRISTIAN FERREIRA BARBOSA, denunciado nas sanções do art. 158, CP, art. 21, LCP e art. 147, CP c/c art 5º, da Lei 11.340 de 2006 e art. 33 da Lei 11.343/06, na forma do art. 69, CP. Ficando por este ato a vítima JENIFFER KETLEM MOREIRA CRISPIM OLIVEIRA, filha de Romilda Crispim e Ismael Moreira de Oliveira, portadora do RG nº 19.333-944 SSP/MG, anteriormente residente na rua Glicério de Almeida, nº 93, Bairro Industrial, Santana do Paraíso, encontrando-se hoje em lugar incerto e não sabido, INTIMADA para retirar o alvará de levantamento da quantia apreendida e, em casa de inércia o valor será decretado perdido e será destinado para a Conta Judicial de Prestação Pecuniária. Este Edital será publicado no DJE e afixado na forma da Lei. Açucena (MG), 13 de Outubro de 2022. Eu, Valéria Silva Bragança, estagiária, o digitei. Viviany Ribeiro Mirando Morais, Escrivã Judicial, assina. Dra. Larissa Teixeira da Costa, Juíza de Direito, assina.

AIMORÉS

COMARCA DE AIMORES MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 (vinte) dias - O Dr. Anderson Zanotelli, MM Juiz de Direito da Comarca de Aimorés MG, na forma da Lei, etc# Faz Saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo processam-se os autos nº 0006539-77.2021.8.13.0011 - ação criminal movida pela Justiça Publica em face do réu Victor Romero Afoumado Filho e tendo como vitima Maryane Segadas Feliciano da Silva. O presente edital e para que o réu Victor Romero Afoumado Filho, tome conhecimento da sentença proferida as fls 16/17, dos citados autos, cuja parte decisória do seguinte teor: CONCEDO em favor da requerente/vitima as seguintes medidas protetivas: i) determinar ao suposto agressor que se afaste do lar de convivência com a ofendida, sendo autorizado a retirar os seus pertences pessoais/profissionais ; ii) determinar ao agressor que mantenha uma distância de no mínimo, 200 metros da vitima e de seus familiares; iii) proibir o agressor de manter contato com a vitima e seus familiares por qualquer meio de comunicação. O (a) requerido (a) deverá ser advertido de que , na hipótese de descumprimento de qualquer das medidas impostas, poderá ser decretada sua prisão nos termos do art. 312, c/c 313, inciso III, c/c art 282 4º, todos do Código de Processo Penal, c/c art 20 da lei 11.340/2006, sem prejuízo da caracterização do delito no art. 24-A da Lei 11.340/2006. Outrossim deverá ser cientificado que, no prazo de 05 (cinco) dias, poderá oferecer o contraditório nos autos. Decorrido o prazo , vista ao IRMP. Dado e passado nesta cidade de Aimores MG, 06 de setembro de 2022. Eu_____(Adilson Adriano da Silva) Oficial de Apoio Judicial , o digitei e subscrevi. DR. ANDERSON ZANOTELLI JUIZ DE DIREITO

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE AIMORÉS - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS - EDITAL DE CITAÇÃO - O Dr. Anderson Zanotelli, MM. Juiz de Direito da comarca de Aimorés-MG, na forma da Lei, etc# FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo processam-se os autos nº 0007945-07.2019.8.13.0011, movido pela Justiça Pública em face de ISLENE RODRIGUES SIQUEIRA, brasileira,nascida, em 27/09/1985, natural de Belo Horizonte/MG, filha de Cleusa da Silva Siqueira, bem como em face de TATIANA NEVES DIAS, brasileira, nascida em 02/03/1995, natural de Santa Maria de Jetibá/ES, filha de Sinéia Pereira Neves, ambas residente em lugar incerto e não sabido, tendo sido, na forma da lei, determinado a expedição do presente edital para CITAÇÃO das referidas acusadas supraqualificadas , para que tomem conhecimento dos termos da presente ação no qual foram denunciadas como incurso nas sanções do artigo 2°, caput,§§2°,4°, I e IV, da lei 12.850/2012, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade. Aimorés/MG, (data da assinatura eletrônica). Eu, Guilherme de Almeida Pedroso, Estagiário do Tribunal, que o digitei e subscrevi.
Dr. Anderson Zanotelli
Juiz de Direito.

COMARCA DE AIMORÉS - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS - EDITAL DE CITAÇÃO - O Dr. Anderson Zanotelli, MM. Juiz de Direito da comarca de Aimorés-MG, na forma da Lei, etc# FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo processam-se os autos nº 0007945-07.2019.8.13.0011, movido pela Justiça Pública em face de ISLENE RODRIGUES SIQUEIRA, brasileira,nascida, em 27/09/1985, natural de Belo Horizonte/MG, filha de Cleusa da Silva Siqueira, bem como em face de TATIANA NEVES DIAS, brasileira, nascida em 02/03/1995, natural de Santa Maria de Jetibá/ES, filha de Sinéia Pereira Neves, ambas residente em lugar incerto e não sabido, tendo sido, na forma da lei, determinado a expedição do presente edital para CITAÇÃO das referidas acusadas supraqualificadas , para que tomem conhecimento dos termos da presente ação no qual foram denunciadas como incurso nas sanções do artigo 2°, caput,§§2°,4°, I e IV, da lei 12.850/2012, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade. Aimorés/MG, (data da assinatura eletrônica). Eu, Guilherme de Almeida Pedroso, Estagiário do Tribunal, que o digitei e subscrevi. Dr. Anderson Zanotelli.Juiz de Direito.

COMARCA DE AIMORÉS - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA - O Dr. Anderson Zanotelli, MM. Juiz de Direito da comarca de Aimorés-MG, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo processam-se os autos nº 0000963-40.2020.8.13.0011, delito do art. 129, § 9º, do Código Penal Brasileiro, movido pela Justiça Pública em face de MAYKON MARQUES DA SILVA, brasileiro, nascido em 06/03/1988, filho de Maria do Carmo Silva é o presente edital para INTIMAÇÃO do réu MAYKON MARQUES DA SILVA, dos termos da referida sentença, cuja parte final nos seguintes termos: "Mediante esses fundamentos, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para, nos termos do art. 387 do Código de Processo Penal, CONDENAR o acusado MAIKON MARQUES DA SILVA nas sanções do art. 129, § 9º, do Código Penal. (#) Ponderadas as circunstâncias judiciais, tendo em vista que uma delas se apresenta desfavorável ao réu, com base no art. 59 do CP, fixo a pena-base em 07 (sete) meses e 03 (três) dias de detenção. Na segunda fase do processo dosimétrico não concorrem atenuantes ou agravantes, de nodo que mantenho a pena média em 07 (sete) meses e 03 (três) dias de detenção. Na terceira fase, não incide causa de aumento ou de diminuição de pena, motivo pelo qual mantenho, em definitivo, a pena em 07 (sete) meses e 03 (três) dias de detenção. Fixo o regime ABERTO par o cumprimento da pena, por ser adequado e suficiente como prevenção e reprovação, que constituem os objetivos da aplicação das penas, nos termos do art. 59 e do art. 33 do Código Penal. Deixo de aplicar a detração do art. 387, § 2º, CPP, pois não haverá alteração do regime de cumprimento de pena. Deixo de conceder a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, consoante vedação do art. 44, inciso I do Código Penal, vez que se trata de crime contra a mulher, com violência - súmula 588 do STJ. Deixo de aplicar o Sursis penal, uma vez que não verifico haver preenchimento dos requisitos subjetivos do art. 77, II, do CP, sendo importante ressaltar que, a princípio, o desconhecimento do paradeiro do acusado também se antepõe como empecilho ao benefício ora telado. FIXO indenização mínima prevista no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, em favor da vítima, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais). Nos termos do art. 387, § 1º, do CPP, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que eventual segregação provisória afrontaria a homogeneidade das medidas cautelares (...)". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Aimorés, Estado de Minas Gerais (data da assinatura eletrônica). Eu, Maristela Garcia Amorim Sousa, Oficial Judiciário, que o digitei e subscrevi.Anderson Zanotelli.Juiz de Direito.

COMARCA DE AIMORÉS - EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 15 DIAS - Dr. Anderson Zanotelli, MM. Juiz de Direito desta cidade e comarca de Aimorés, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo processam-se os autos nº 5000286-51.2022.8.13.0011, delito da Lei 11340/06, movido pela Justiça Pública em face de JOSÉ AUGUSTO FERNANDES, brasileiro, nascido em 08/09/1992, filho de Aristides Fernandes e Lucimar de Souza, residente em lugar incerto e não sabido, tendo como ofendida EVELIN ROSA LUCIANO DE OLIVEIRA, tendo sido proferida decisão, é o presente edital para INTIMAÇÃO do representado, supraqualificado, de que foi acolhida a representação e concedida as seguintes medidas protetivas, em favor da requerente/vítima: i) determinar ao suposto agressor que se afaste do lar de convivência com a ofendida, sendo autorizado a retirar os seus pertences pessoais/profissionais; ii) determinar ao agressor que mantenha uma distância de, no mínimo, 200 (duzentos) metros da vítima; iii) proibir o agressor de manter contato com a vítima, por qualquer meio de comunicação. Ficando ainda, o representado CITADO para, querendo, oferecer o contraditório, no prazo de 05 dias. Ficando ainda, ADVERTIDO de que, na hipótese de descumprimento de qualquer das medidas impostas, poderá ser decretada sua prisão, nos termos do art. 312, c/c art. 313, inciso III, c/c art. 282, § 4º, todos do Código de Processo Penal, c/c art. 20 da Lei nº 11.340/2006, sem prejuízo da caracterização do delito previsto no art. 24-A da Lei 11.340/2006. E, para conhecimento de todos e não alegue ignorância, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade. Aimorés-MG, (data da assinatura eletrônica). Eu, Maristela Garcia Amorim Sousa - Oficial Judiciário, o digitei e subscrevi.Dr. Anderson Zanotelli.Juiz de Direito.

COMARCA DE AIMORÉS - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 20 (VINTE) DIAS - EDITAL DE CITAÇÃO - O Dr. Anderson Zanotelli, MM. Juiz de Direito da comarca de Aimorés-MG, na forma da Lei, etc# FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo processam-se os autos nº 0005754-18.2021.8.13.0011 , movido pela Justiça Pública em face de MAYCON FERNANDES EVANGELISTA, brasileiro, nascido em 16/11/1996, natural de Aimorés/MG, filho de Carmem Lucia Evangelista, residente em lugar incerto e não sabido, tendo sido, na forma da lei, determinado a expedição do presente edital para CITAÇÃO do referido acusado supraqualificado, para que tome conhecimento dos termos da presente ação no qual foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 14 caput da Lei 10826/03, para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade. Aimorés/MG, (data da assinatura eletrônica). Eu, Guilherme de Almeida Pedroso, Estagiário do Tribunal, que o digitei e subscrevi.Dr. Anderson Zanotelli.Juiz de Direito.

COMARCA DE AIMORÉS - EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 20 DIAS - Dr. Anderson Zanotelli, MM. Juiz de Direito desta cidade e comarca de Aimorés, Estado

de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo processam-se os autos nº 5000293-43.2022.8.13.0011, delito da Lei 11340/06, movido pela Justiça Pública em face de SALOMÃO DE SOUZA FONSECA NETO, brasileiro, nascido em 18/05/1986, filho de José Carlos da Fonseca e Lilian Rocha de Souza Fonseca, residente em lugar incerto e não sabido, tendo como ofendida SHEILA CRISTIANE CARVALHIDO DE LIMA, tendo sido proferida decisão, é o presente edital para INTIMAÇÃO do representado, supraqualificado, de que foi acolhida a representação e concedida as seguintes medidas protetivas, em favor da requerente/vítima: i) determinar ao suposto agressor que se afaste do lar de convivência com a ofendida, sendo autorizado a retirar os seus pertences pessoais/profissionais; ii) determinar ao agressor que mantenha uma distância de, no mínimo, 200 (duzentos) metros da vítima; iii) proibir o agressor de manter contato com a vítima, por qualquer meio de comunicação. Ficando ainda, o representado CITADO para, querendo, oferecer o contraditório, no prazo de 05 dias. Ficando ainda, ADVERTIDO de que, na hipótese de descumprimento de qualquer das medidas impostas, poderá ser decretada sua prisão, nos termos do art. 312, c/c art. 313, inciso III, c/c art. 282, § 4º, todos do Código de Processo Penal, c/c art. 20 da Lei nº 11.340/2006, sem prejuízo da caracterização do delito previsto no art. 24-A da Lei 11.340/2006. E, para conhecimento de todos e não alegue ignorância, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade. Aimorés-MG, (data da assinatura eletrônica). Eu, Maristela Garcia Amorim Sousa - Oficial Judiciário, o digitei e subscrevi.
Dr. Anderson Zanotelli.Juiz de Direito.

COMARCA DE AIMORÉS - EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS - Dr. Anderson Zanotelli, MM. Juiz de Direito desta cidade e comarca de Aimorés, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo, tem andamento um processo de nº 0000946-67.2021.8.13.0011, Medida Protetiva de Urgência, em que figura como requerido SINALDO JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 07/04/1995, natural de Aimorés MG, filho de Sebastião José de Oliveira e Renilda Antônia Rosa de Oliveira, e vítima MILENA SILVA DE TOLEDO, brasileira, nascida em 08/01/1998, natural de Manhuaçu, filha de Antônio Carlos de Toledo e Danielle Silva de Oliveira, residente em local incerto e não sabido, tendo sido na forma da Lei determinado a expedição do presente edital para INTIMAÇÃO da vítima supraqualificada, dos termos da referida decisão, cuja parte final nos seguintes termos: "Mediante esses breves fundamentos, CONCEDO em favor da requerente as seguintes medidas protetivas:i) determinar ao(à) agressor (a) que mantenha uma distância de no mínimo, 200(duzentos) metros da vítima e de seus familiares; ii) proibir o agressor de manter contato com a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação. Fica autorizada a retirada, pela vítima, de seus pertences pessoais que ainda se encontram no lar conjugal, devendo o Oficial de Justiça escoltar a vítima para tal proceder". E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade. Aimorés/MG, (data da assinatura digital). Eu, Guilherme de Almeida Pedroso, Estagiário do Tribunal, que o digitei e subscrevi.Dr. Anderson Zanotelli.Juiz de Direito.

ALÉM PARAÍBA

COMARCA DE ALÉM PARAÍBA, ESTADO DE M. GERAIS, EDITAL DE INTIMAÇÃO, PARA CIÊNCIA DE SENTENÇA COM O PRAZO DE 60 DIAS. JUSTIÇA GRATUITA. O MM. JUIZ DE DIREITO, Doutor Leonardo Curty Bergamini, Juiz de Direito em da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais desta comarca de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita por esta secretaria , os autos do processo 0032250-77.2018.8.13.0015 , que a Justiça Pública move contra ALEXANDRE FREITAS PAES, brasileiro, nascido em 03/12/1969, filho de Sebastião Paes Sobrinho e de Marfiza de Freitas Paes e que consta dos autos que o mesmo encontra-se em lugar incerto e não sabido, pelo que o MM Juiz de Direito determinou que se expedisse o presente edital, afixá-lo na forma da Lei com a finalidade de que o réu acima qualificado tome ciência da sentença exarada e publicada nos autos do processo supramencionado, qual seja: " # JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva contida na denúncia para submeter o réu ALEXANDRE FREITAS PAES às disposições do artigo 168, § 1º, III, c/c artigo 65 , III, ambos do Código Penal . # concretizando e tornando definitiva a reprimenda em 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias multa# O cumprimento da pena corporal sera feita inicialmente no regime aberto# determino a substituição da pena privativa de liberdade, por restritiva de direito, consistente na prestação pecuniária no valor de um salário mínimo e prestação de serviços á comunidade... Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade... "" Dado e passado nesta cidade e comarca de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais aos 13 de outubro de 2022. Eu. (Roberta Montes da Cruz), Oficial de Apoio Judicial, digitei por ordem do MM Dr. Leonardo Curty Bergamini- Juiz de Direito desta Vara.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE ALÉM PARAÍBA, ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS - ISENTO DE CUSTAS - Ação Penal - Procedimento Ordinário. O MM Juiz de Direito Dr. Leonardo Curty Bergamini Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, sito à Praça Cel Breves, 89, Bairro São José, Comarca de Além Paraíba, MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiveram que, pelo presente cita YAN PÉRES GALDÊNCIO, O, brasileiro, nascido em 8 de outubro de 2000, natural de Leopoldina/MG, filho de Maria Márcia Péres Avelar e de José Gabriel Rodrigues Galdêncio, portador da Carteira de Identidade n.º 17.149.755, SSP-MG, inscrito no CPF sob o n.º 113.843.616-0 , que se encontra em lugar incerto e não sabido, que tramita por esta Secretaria, os Autos de nº 0000994-77.2022.8.13.0015 Ação Penal movida pelo Ministério Publico , em face do(a) acusado(a) que foi denunciado (a) em 13/05/2022, art. 157, caput, c/c arts. 157, § 2º, II e V, e 157, § 2º-A, I, com a incidência da circunstância legal agravante prevista art. 61, II, "j" (calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19), todos do Código Penal Brasileiro. Ficando o (a) mesmo (a) citado (a), para, no prazo de 10 (dez) dias, responder a acusação por escrito. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado no DJE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Roberta Montes da Cruz, Oficial Judicial, digitei por ordem do MM Juiz de Direito Dr. Leonardo Curty Bergamini.

ALFENAS

Processos Eletrônicos (PJe)

PROCESSO Nº: 5001114-66.2021.8.13.0016
CLASSE: [CÍVEL] CURATELA (12234)
REQUERENTE: REINALDO DONIZETE DE SOUZA
REQUERIDO(A): PAULO APARECIDO DE SOUZA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE ALFENAS, ESTADO DE MINAS GERAIS. PROCESSO Nº 5001114-66.2021.8.13.0016 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO. A Dra. Denise Lucio Tavela, MMª Juíza de Direito da Vara Cível da Infância, Juventude, Família e Sucessões da Cidade e Comarca de Alfenas-MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc..., FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por este juízo foi declarada a INTERDIÇÃO de PAULO APARECIDO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, portador do RG MG-14.510.717 e CPF nº 072.145.266-38, residente na Rua Rua Nélito Nogueira de Araújo, nº. 226 (fundos - nº. 230), Bairro Pinheirinho, CEP 37133-804, Alfenas/MG, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado CURADOR o requerente: REINALDO DONIZETE DE SOUZA, brasileiro, casado, professor, portador do RG M-7.645.700 e CPF nº 846.458.306-00, residente na Rua Nélito Nogueira de Araújo, nº. 226 (fundos - nº. 230), Bairro Pinheirinho, CEP: 37133-804, Alfenas/MG. Para representá-la onde for preciso, regendo sua pessoa e administrando os seus bens. A curatela é por tempo indeterminado e tem por finalidade de reger o interditado em todos os atos da vida civil. O presente edital será publicado por 01 (uma) vezes no Diário de Justiça do Estado. DADO E PASSADO em Secretaria, nesta cidade e Comarca de Alfenas-MG, data da assinatura eletrônica. Eu, Guilherme Emílio de Souza, Escrivão Judicial, que o digitei e subscrevi.

ALMENARA

Comarca de Almenara - Edital de Intimação - Prazo: noventa (90) dias - Proc. Nº 0019208-23.2016.8.13.0017. O Doutor Luís Eduardo Araújo Santos, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Almenara-MG, etc. Faz saber aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria, tem andamento um processo criminal movido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais - 2ª Promotoria de Justiça da Comarca, contra os réus Fabiano Sousa Rocha e Outros, como incurso nas sanções previstas no art. 155, § 4º, inciso IV, c/c art. 244-B, da Lei nº 8.069/90, na forma do art. 69 do Código Penal (Marcelo Vieira de Almeida e Arildo Oliveira Costa), art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal (Fabiano Sousa Rocha, Raoni de Araújo Gusmão Botelho, Alex Rodrigues Alves, Matheus Avelino da Cruz) e art. 155, § 4º, inciso IV, c/c art. 61, I, todos do Código Penal (Rodrigo Freitas Nerys), que, pelo presente edital, intima a vítima José Renato Leite da Silva, brasileiro, nascido aos 02/12/1976, filho de Maria Leite da Silva e José Alves da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência de todos os termos da r. sentença prolatada nos autos, na qual foi julgado parcialmente procedente a pretensão punitiva do Estado para: I) absolver os réus Marcelo Vieira de Almeida e Arildo Oliveira Costa da imputação do crime do art. 244-B do ECA, com fulcro no art. 386, VII, do CPP; II) condenar os acusados Fabiano Sousa Rocha, Alex Rodrigues Alves, Matheus Avelino da Cruz, Telmo Pereira dos Santos, Marcelo Vieira de Almeida, Arildo Oliveira Costa e Rodrigo Freitas Nerys como incurso nas iras do art. 155, § 4º, IV, do Código Penal. Tendo sido condenados às penas de: I) 04 (quatro) anos, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão, e pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa, inicialmente em regime semiaberto (Fabiano Sousa Rocha), 04 (quatro) anos, 09 (nove) meses e 22

(vinte e dois) dias de reclusão, e pagamento de 18 (dezoito) dias-multa, inicialmente em regime fechado (Rodrigo Freitas Nerys), 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 07 (sete) dias de reclusão, e pagamento de 13 (treze) dias-multa, inicialmente em regime aberto (Alex Rodrigues Alves), 03 três anos, 05 (cinco) meses e 07 (sete) dias de reclusão, e pagamento de 13 (treze) dias-multa, inicialmente em regime aberto (Matheus Avelino da Cruz), 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 07 (sete) dias de reclusão, e pagamento de 13 (treze) dias-multa, inicialmente em regime aberto (Telmo Pereira dos Santos), 03 três anos, 05 (cinco) meses e 07 (sete) dias de reclusão, e pagamento de 13 (treze) dias-multa, inicialmente em regime aberto (Marcelo Vieira de Almeida) e 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 07 (sete) dias de reclusão, e pagamento de 13 (treze) dias-multa, inicialmente em regime aberto (Arildo Oliveira Costa). E para que ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar público de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Almenara-MG, Secretaria da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, aos treze (13) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois (2022). Eu (a) Márcio Santos Gomes, Gerente de Secretaria, o subscrevo, por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Luís Eduardo Araújo Santos.

Processos Eletrônicos (PJe)

Comarca de Almenara - Edital de Intimação - Prazo: dez (10) dias - Proc. Nº 5000894-31.2022.8.13.0017. O Doutor Luis Eduardo Araujo Santos, MM. Juiz Substituto da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Almenara-MG, etc. Faz saber aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria, tem andamento um processo criminal movido pela Justiça Pública contra L.O.S., incurso nas sanções previstas na Lei nº 11.340/2006, que, pelo presente edital, intima o requerido Lucas de Oliveira Silva, brasileiro, nascido aos 22.06.1988, filho de Delcino Dias da Silva e Teia de Oliveira Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência das medidas protetivas de urgência aplicadas contra a sua pessoa, consistente em: a) proibição de aproximação do agressor da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite de 100 metros de distância entre estes e o agressor; c) proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; ficando intimado de que o descumprimento das medidas protetivas ora aplicadas implicará na adoção de providências mais severas, dentre elas, a sua prisão preventiva, além de responder criminalmente pelos atos resultantes da sua conduta. Fica notificado ainda para conhecimento e eventual apresentação de defesa, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias. E para que ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar público de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Almenara-MG, Secretaria da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, aos treze (treze) dias do mês de outubro de 2022. _____ O Escrivão Judicial, Márcio Santos Gomes, por ordem do MMº Juiz de Direito.

ALVINÓPOLIS

COMARCA DE ALVINÓPOLIS/MG EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 10 DIAS. A Drª. TÁBATA CRESTANI, MMª. Juíza de Direito da Comarca de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 10 (dez) dias, que nos termos do art. 870, inciso I, do CPC, faz INTIMAR terceiros interessados, bem como para o conhecimento do público em geral e seus respectivos cônjuges se casados forem, residentes em lugar incerto e não sabido, para tomarem conhecimento da Ação de Desapropriação, processo nº 0008437-85.2004.8.13.0023, requerida pelo Município de Dom Silvério/MG, em face de Adriano Soares Cotta e outros, visando a desapropriação do lote de terreno rural com área de 10.000m2 ou 1,00,00 (um hectare), compreendida numa área maior de 90,70,00 ha (noventa hectares e setenta ares) de terras, localizada no lugar denominado "Circuito", zona rural do município de Dom Silvério/MG, fixado o valor indenizatório em R$ 2.048,00 (dois mil e quarenta e oito reais), em 17/07/2007. Tendo sido determinado a expedição do pressente edital para conhecimento de terceiros interessados, na forma do art. 34 do Decreto-Lei 3.365/41, com o prazo de 10 (dez) dias, após o que, sem impugnação, será possibilitado o levantamento pelos expropriados da quantia total depositada. E, para conhecimento de todos os interessados, ausentes e desconhecidos, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado no Diário do Judiciário Eletrônico - DJe, do TJMG, na forma da lei. Alvinópolis, 13 de outubro de 2.022. Eu, (Cíntia Soares Ferreira de Oliveira), Oficial Judiciário, o digitei por det. da MMª. Juíza. (a.) TÁBATA CRESTANI, Juíza de Direito,

Processos Eletrônicos (PJe)

PROCESSO Nº: 5001504-78.2022.8.13.0023. CLASSE: [CÍVEL] INVENTÁRIO (39). REQUERENTE: DAYANI SEBASTIANA MAGALHÃAES COELHO
INVENTARIADO(A): JOSÉ OSCAR MAGALHÃES SOBRINHO. COMARCA DE ALVINÓPOLIS/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS. A Drª. TÁBATA CRESTANI, MMª. Juíza de Direito da Comarca de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 20 (vinte) dias, que nos termos do art. 626, § 1º, do CPC/2015, faz CITAR os interessados, incertos ou desconhecidos, residentes em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, venha(m) a se habilitar nos supramencionados autos de Inventário, dos bens deixados pelo de falecimento de JOSÉ OSCAR MAGALHÃES SOBRINHO, falecido em 10/07/2022, ficando advertido(s) que a não habilitação, facultará em nomeação de curador especial para representá-lo(s) nos autos, sob as penas da lei. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado no Diário do Judiciário Eletrônico - DJe, do TJMG, na forma da lei. Alvinópolis, data da assinatura eletrônica. Eu, (Cíntia Soares Ferreira de Oliveira), Oficial Judiciário, o digitei por det. MMª. Juíza. (a.) TÁBATA CRESTANI, Juíza de Direito,

ANDRADAS

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
PROCESSO Nº: 5002090-09.2022.8.13.0026
CLASSE: [CÍVEL] INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: MARIA CAROLINA DE SOUZA
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA BONINI DE SOUSA
O Dr. Eduardo Soares de Araújo, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Judicial desta cidade e Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc...
F A Z S A B E R, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos em epígrafe, foi decretada a Interdição para todos os atos da vida civil de MARIA APARECIDA BONINI DE SOUSA, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº. MG-21.231.192, inscrita no CPF nº. 040.407.736-67, residente e domiciliado na Avenida Feldspato, nº. 164, Jardim Muterle, nesta cidade e Comarca de Andradas/MG, CEP 37795-000, nos seguintes termos: ¿...Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo o mérito, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, por conseguinte, nomeio o(a) autor(a) como curador(a) definitivo(a) do(a) requerido(a)¿. Foi nomeado(a) como curador(a) definitivo(a) o(a) autor(a) MARIA CAROLINA DE SOUZA, brasileira, divorciada, aposentada, portadora do RG nº M-8.474.630, inscrita no CPF nº. 698.254.676-49 residente e domiciliada na Avenida Feldspato, nº. 164,Jardim Muterle, nesta cidade e Comarca de Andradas/MG, CEP 37795-000. E para que chegue ao conhecimento de todos expediu o presente Edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, na data da assinatura eletrônica.
EDUARDO SOARES DE ARAÚJO
Juiz de Direito da Segunda Vara
-assinado eletronicamente-

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS
O DR. EDUARDO SOARES ARAÚJO, Juiz de Direito da 2ª Vara desta cidade e Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, na forma da lei etc.

FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, expedidos nos autos de Execução Fiscal, feito de nº 5001886-62.2022.8.13.0026, que a Fazenda Municipal de Andradas intenta em face de Carlos Henrique Pereira Junior, sendo que por este fica(m) CITADO(A)(s): CARLOS HENRIQUE PEREIRA JUNIOR 05903803628, inscrito sob o CNPJ nº 28.154.767/0001-94, atualmente residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da presente ação e para que pague, no prazo de 05 (cinco) dias, as importâncias constantes da certidão(ões) da dívida ativa de nº 04017/2019 que totalizam R$ 575,20 (quinhentos e setenta e cinco reais, vinte centavos) que serão corrigidos monetariamente na data do recolhimento, e demais cominações legais, ou, no mesmo prazo, garanta a execução podendo, nesta hipótese, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias. Sendo que o prazo para pagamento, ou garantia da execução, começará a fluir do término do presente Edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos expediu o presente Edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, aos 05/10/2022. Eu, Fabiana Diogo da Rocha Bonini, Oficial Judiciário, digitei.
Eduardo Soares de Araújo
Juiz de Direito da 2ª. Vara
- assinado eletronicamente -

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS
O DR. EDUARDO SOARES ARAÚJO, Juiz de Direito da 2ª Vara desta cidade e Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, na forma da lei etc.

FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, expedidos nos autos de Ação de Execução Fiscal, feito de nº 0023464-45.2017.8.13.0026, que a Município de Andradas move em face de Aguinaldo Silva, em trâmite por este Juízo e Secretaria, fica INTIMADO: AGUINALDO SILVA, inscrito no CNPJ n.º 14.233.424/0001-00 e no CPF n.º 637.930.086-49, que se encontra em lugar incerto e não sabido, da penhora da quantia de R$ 236,44 (duzentos e trinta e seis reais, quarenta e quatro centavos), realizada por intermédio do bloqueio de valores em conta bancária junto ao Banco Caixa Econômica Federal, bem como do prazo de 30 (trinta) dias para, caso queira, apresentar EMBARGOS À EXECUÇÃO. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Andradas,

Estado de Minas Gerais, aos 05 de outubro de 2022. Eu, Fabiana Diogo da Rocha Bonini, Oficial Judiciário, digitei e assino.
Eduardo Soares de Araújo
Juiz de Direito da 2ª. Vara
- assinado eletronicamente -

ANDRELÂNDIA

Processos Eletrônicos (PJe)

Comarca de Andrelândia - Justiça Gratuita - Edital de Citação com o prazo de 30 (trinta) dias. O Dr. Eduardo Cunha Mansur, MM. Juiz de Direito em exercício na Comarca de Andrelândia, na forma da Lei, etc. faz saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Secretaria uma Ação de Usucapião, autos de nº 5001830-23.2022.8.13.0028, requerido por FLÁVIA MARIA PENA, brasileira, solteira, recepcionista, CPF 104.692.706-08, em relação a um imóvel em área urbana, localizado no município de Bom Jardim de Minas de Minas/MG, com área total de 208,53 m², e 130,42 m² de área construída, situado na Rua Santos Dumont, nº 99, Bairro Niterói, confrontando com Ramon Pereira Batista, Olavides Rodrigues de Paula e Iracilda Landim Rodrigues e, pelo presente edital, ficam CITADOS os confinantes e os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para contestarem a presente ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando cientes que não sendo contestada a mesma, naquele prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial, nos termos do art. 344 do CPC. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Andrelândia - MG, aos . Eu, Flávia Cristina Gomes de Andrade, Gerente de Secretaria em Substituição. Eu, Dr. Eduardo Cunha Mansur, MM Juiz de Direito.

Comarca de Andrelândia - Justiça Gratuita - Edital de Citação com o prazo de 30 (trinta) dias. O Dr. Eduardo Cunha Mansur, MM. Juiz de Direito em exercício na Comarca de Andrelândia, na forma da Lei, etc. faz saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Secretaria uma Ação de Usucapião, autos de nº 5001435-31.2022.8.13.0028, requerido por ANGELITA DE CARVALHO ANDRADE, brasileira, comerciante, CPF 007.261.786-16 e ANTÔNIO MARCOS DE ANRADE, braseleiro, gerente, CPF 518.458.736-53, em relação a um imóvel em área urbana, localizado no município de Bom Jardim de Minas de Minas/MG, com área total de 221,34 m², e 198,21 m² de área construída, situado na Rua Humberto Alexandre, nº 48, Bairro Hospital, confrontando com Irene Seixas, José Rodrigues Seixas, Juliana Isabel Tinoco Kling Peixoto e Ronaldo Alves Tinoco pelo presente edital, ficam CITADOS os confinantes e os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para contestarem a presente ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando cientes que não sendo contestada a mesma, naquele prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial, nos termos do art. 344 do CPC. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Andrelândia - MG, aos . Eu, Flávia Cristina Gomes de Andrade, Gerente de Secretaria em Substituição. Eu, Dr. Eduardo Cunha Mansur, MM Juiz de Direito.

ARAGUARI

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. Processo n.º 0030456-87.2020.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. RÉU(RÉ)(S): LUCAS MATHEUS RODRIGUES, brasileiro(a), natural de Uberlândia-MG, nascido(a) em 11/04/1996, portador(a) do RG nº 19.143.076 SSP/MG e CPF nº 128.629.446-02, filho(a) de Nuncia Jenifer Ferreira da Cruz e Vantuir Cândido Rodrigues. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) réu(ré)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual INTIMA o(a)(s) ré(u)(s) acima qualificado(a)(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, MANIFESTAR(EM) se possui(em) interesse ou não na restituição do valor monetário apreendido nos autos do processo em epígrafe. Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. Processo n.º 0097301-72.2018.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. RÉU(RÉ)(S): LEONARDO CAETANO BARBOSA, brasileiro(a), natural de Brasília/DF, portador do RG nº 18.837.373 SSP/MG e CPF nº 136.723.366-61, filho(a) de Irene Ribeiro Barbosa e Geraldo Caetano de Sousa. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) réu(ré)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual INTIMA o(a)(s) réu(ré)(s) acima qualificado(a)(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias, RETIRAR Alvará de Restituição de valor depositado a título de Fiança, sob as penas da lei. Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE CITAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. Processo n.º 0015390-67.2020.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. RÉ(U)(S): MICHELLY LEITE GOLD MARQUES, brasileiro(a), natural de Araguari/MG, nascido(a) em 08/02/1984, portador(a) do RG nº 13.432.075 SSP/MG e CPF nº 075.764.976-96, filho(a) de Sandra Borges Leite Gold Marques e de Odilon Gold Marques. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) denunciado(a)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual CITA o(a)(s) denunciado(a)(s) acima qualificado(a)(s) para, todos os termos da denúncia apresentada nos autos do processo em epígrafe, na qual lhe(s) é imputada a prática, do(s) delito(s) previsto(s) no(s) artigo(s) 33, caput, combinado com o artigo 40, III, ambos da Lei nº 11.343/06, bem como o(a)(s) INTIMA para responder(em) à acusação, por escrito, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal). Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. Processo n.º 0103200-85.2017.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. RÉU(RÉ)(S): PATRICK DA SILVA LIMA CASTRO, brasileiro(a), natural de Araguari-MG, nascido(a) em 20/10/1997, portador do RG nº 17.220.219 SSP/MG e CPF nº 106.418.896-66, filho(a) de Viviane da Silva Lima e de Marcos Umberto de Castro. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) ré(u)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual INTIMA o(a)(s) ré(u)(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, MANIFESTAR se tem interesse ou não na restituição do valor monetário apreendido nos autos do processo em epígrafe, sob as penas da lei. Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. Processo n.º 0104743-89.2018.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. RÉU(RÉ)(S): WESLEY SOUSA FERREIRA,

brasileiro(a), natural de Uberlândia-MG, nascido(a) em 19/04/1998, portador do RG nº 20.537.484 SSP/MG e CPF nº 059.636.951-47, filho(a) de Maria Barbosa de Sousa e de Luiz Fernando Ferreira. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) ré(u)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual INTIMA o(a)(s) ré(u)(s) para, no prazo de 90 (noventa) dias, MANIFESTAR se tem interesse ou não na restituição do valor recolhido a título de fiança nos autos do processo em epígrafe, sob as penas da lei. Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE CITAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 20 (VINTE) DIAS. Processo n.º 0033989-54.2020.8.13.0035. Natureza: INFÂNCIA E JUVENTUDE. AUTOR: Justiça Pública. GENITOR(A)(ES): INGRIDH MICHELY GONÇALVES, brasileiro(a), natural de Igarapava-SP, nascido(a) em 27/12/1993, portador do RG nº 17.837.688 SSP/MG e CPF nº 113.326.126-44, filho(a) de Esmeraldina Gonçalves Souza e de Messias Jocimar da Silva Souza. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) genitor(a)(es) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual CITA o(a)(s) genitor(a)(es) acima qualificada(s) para todos os termos da Ação de Perda da Guarda supramencionada, bem como o(a)(s) INTIMA para, no prazo de 10 (dez) dias, APRESENTAR(EM) defesa escrita. Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. Processo n.º 0000181-05.2013.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. RÉU(RÉ)(S): TÚLIO AFONSO DOS SANTOS, brasileiro(a), natural de Araguari-MG, nascido(a) em 26/11/1990, filho(a) de Maria Aparecida de Carvalho e de Júlio César dos Santos. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) ré(u)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual INTIMA o(a)(s) ré(u)(s) para, no prazo de 90 (noventa) dias, MANIFESTAR se tem interesse ou não na restituição do valor recolhido a título de fiança nos autos do processo em epígrafe. Decorrido o prazo sem manifestação, deverá o valor ser transferido para o FEPJ (Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, art. 4º, da Lei Estadual 20.802/2013), nos termos do art. 101 do Provimento Conjunto 75/2018. Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 30 (TRINTA) DIAS. Processo n.º 0009419-04.2020.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. EVENTUAL(IS) INTERESSADO(A)(S) OU LESADO(A)(S): ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA LTDA, portador(a) do CNPJ de nº 07705117000977. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) eventual(is) interessado(a)(s) ou lesado(a)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual INTIMA o(a)(s) eventual(is) interessado(a)(s) ou lesado(a)(s) acima qualificado(a)(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, MANIFESTAR(EM) interesse na restituição dos artefatos, a saber: 01- revólver 'Taurus', calibre .38, número de série ET12528; 02- revólver 'Taurus', calibre .38, número de série GU41779; e, 03- espingarda 'CBC', calibre .12, número de série AMJ3940349, sob as penas da Lei. Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 90 (NOVENTA) DIAS. Processo n.º 0000216-23.2017.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. RÉ(U)(S): FABIANO SANTOS DA SILVA, brasileiro(a), natural do Rio de Janeiro/RJ, nascido(a) em 09/07/1976, portador do RG nº 10.732.480/SSP e CPF nº 056.390.306-66, filho(a) de Isabel Santos e Joaquim Cândido da Silva. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) ré(u)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual INTIMA o(a)(s) ré(u)(s) acima qualificado(a)(s) para, que tome(m) ciência do inteiro teor da sentença de fls. 156/158v., cuja parte dispositiva transcreve-se: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia e, de consequência, CONDENO o réu FABIANO SANTOS DA SILVA, qualificado, como incurso nas sanções do artigo 155, caput, do Código Penal. Torno Definitiva a pena em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa. O regime inicial de cumprimento da pena deverá ser o semiaberto, a teor do disposto no art. 33, §2º, "b" e §3º, do CP, considerando o montante da pena aplicada e reincidência." Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

PRIMEIRA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE ARAGUARI-MG. EDITAL DE CITAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. Processo n.º 0007355-21.2020.8.13.0035. Natureza: Criminal. AUTOR: Justiça Pública. RÉ(U)(S): LEANDRO CIRINO DA SILVA, brasileiro(a), natural de Araguari/MG, nascido(a) em 18/10/1998, portador do RG nº 21.368.965 SSP/MG e CPF nº 149.816.686-51, filho(a) de Elizete da Silva e Luiz Carlos Cirino da Silva. Constando dos autos estar(em) o(a)(s) denunciado(a)(s) em lugar incerto e não sabido, o(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito da Primeira Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, DR(A). DANIELLE NUNES POZZER, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, mandou expedir o presente edital, pelo qual CITA o(a)(s) denunciado(a)(s) acima qualificado(a)(s) para, todos os termos da denúncia apresentada nos autos do processo em epígrafe, na qual lhe(s) é imputada a prática, do(s) delito(s) previsto(s) no(s) artigo(s) 155, caput, do Código Penal, bem como o(a)(s) INTIMA para responder(em) à acusação, por escrito, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal). Para conhecimento de todos quantos possam interessar e para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e afixado ao lugar de costume no átrio do Fórum Doutor Osvaldo Pieruccetti. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois (2022). Eu, Rodrigo Brito, Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias, digitei o presente edital e eu, _____, Clayton Moreira de Castro, Escrivão Judicial, o conferi e o assino por ordem do(a) MM(a). Juiz(íza) de Direito, nos termos do Provimento n.º 355/CGJ/2018.

Processos Eletrônicos (PJe)

JUSTIÇA GRATUITA
COMARCA DE ARAGUARI - EDITAL DE Incapacidade Relativa de Vicente Fulgêncio Ferreira. Autos nº 5002994-36.2021.8.13.0035. Ação de CURATELA. Requerente: Marileide de Jesus Ferreira. O Exmo. Sr. DOUTOR PEDRO MARCOS BEGATTI, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que este Juízo, por sentença proferida em 20/07/2022, DECLAROU A INCAPACIDADE RELATIVA DE Vicente Fulgêncio Ferreira, brasileiro, portador do RG MG-23.894.879, filho de Fulgêncio Francisco Ferreira e Julia Josina de Jesus, nascido em Jacobina/BA, em 08/02/1978, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, nº 189, Centro, sendo-lhe nomeado curadora a Sra. Marileide de Jesus Ferreira, brasileira, portadora do RG MG-17.973.564, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Presidente Vargas, nº 189, Centro, Araguari/MG. Causa da incapacidade relativa: restou comprovado pela prova pericial que o curatelando "(#)apresenta sequela de TCE CID: 90 com acometimento de áreas cerebrais associadas aos movimentos, possui faculdades comprometidas, sem reserva cognitiva e incomunicável, apresenta alienação mental, incapaz de realizar nenhuma atividade que exija cognição mesmo que básica, encontra-se retido ao leito; é TOTAL e DEFINITIVAMENTE incapaz de realizar quaisquer atos da vida civil, bem como depende de terceiros para realização de todas atividades de vida diária, como alimentação ou higiene pessoal", sendo declarada a incapacidade relativa do requerido, ficando a curatela circunscrita aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, ou seja, o requerido ficará privado de receber eventuais rendas e pensões e quaisquer quantias que lhe forem devidas, fazer suas despesas de subsistência, educação e as de administração, conservação e melhoramentos de eventuais bens que adquirir, não podendo, também praticar, sem a curadora, atos de empréstimo, transação, quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (arts. 1172; 1774; 1781; 1782; 1747, II e III; todos do CC/02). A curadora não poderá tomar medidas que impliquem disposição ou oneração de bens móveis ou imóveis de propriedade do curatelado, sem prévia autorização deste Juízo. Fica a curadora advertida dos limites da curatela e que deverá buscar tratamento e apoio apropriados à conquista da autonomia pelo curatelado. Advertências: a) Proibição de alienar ou onerar bens, que venham a ser adquiridos pelo curatelado, sem autorização judicial; b) aplicação dos rendimentos do interditado na sua saúde, alimentação e bem-estar; c) proibição de retirar parcela do valor dos rendimentos do interditado para si ou terceiros, devendo, caso necessário, haver pedido expresso. A curadora deverá, ainda, prestar contas de ano em ano, na forma do art. 84, §4º, da Lei nº 13.146/2015. Edital expedido em 27/09/2022, que será publicado no sítio do TJMG além do órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias (art.758 do CPC). Eu, Glaycon Mendes Duarte, Escrivão do Judicial II, o digitei e assino por ordem do MM. Juiz. (Prov. 355 CGJ/MG).

ARAXÁ

Processos Eletrônicos (PJe)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Justiça de Primeira Instância. Comarca de ARAXÁ / 1ª Vara Cível da Comarca de Araxá. Avenida Rosália Isaura de Araújo, 305, Fórum Tito Fulgêncio, Guilhermina Vieira Chaer, ARAXÁ - MG - CEP: 38180-802. PROCESSO Nº: 0017151-65.2013.8.13.0040. CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154). EXEQUENTE: KARIOKA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. EXECUTADO(A): PRATINHA AUTOMOVEIS LTDA - EPP e outros. COMARCA DE ARAXÁ/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.O Dr. Saulo Carneiro Roque, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araxá, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, em pleno exercício de seu cargo etc., FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara, foi requerida e tramita a ação de Execução de Título Extrajudicial, processo n.º 0017151-65.2013.8.13.0040, ajuizado por Karioka Consultoria Empresarial LTDA, CNPJ: 25.758.020/0001-57, em desfavor de Pratinha Automóveis LTDA-EPP, CNPJ: 42.904.003/0001-08 e Cadu Veículos LTDA, CNPJ: 06.368.475/0001-11, para a qual CITA CADU VEÍCULOS LTDA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para todos os termos e atos da ação, supracitada, e para, no prazo de 03 (três) dias, contados após 20 (vinte) dias da publicação deste, pagar a dívida, referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários advocatícios e custas iniciais. No caso de integral pagamento, dentro do prazo, a verba honorária será reduzida pela metade. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. Para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz, mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Araxá, 13 de outubro de 2022. Saulo Carneiro Roque. Juiz de Direito.

ARCOS

Processos Eletrônicos (PJe)

Comarca de Arcos 1ª Vara Cível, Crime e JIJ - JUSTIÇA GRATUITA - Edital com prazo de 30 dias - Edital de citação ao denunciado CLÉSIO DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido aos 15/11/1960, natural de Iguatama/MG, filho de Geraldo Antônio de Oliveira e Alzira Rocha de Oliveira, portador do documento de identidade MG-15509041, atualmente em local incerto e não sabido. A Drª Juliana de Almeida Teixeira Goulart desta Comarca de Arcos/MG, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tem andamento o processo criminal nº 0022790-48.2019.8.13.0042, movido pelo Ministério Público de Minas Gerais contra CLÉSIO DE OLIVEIRA, por crime praticado nesta Comarca e pelo qual foi denunciado como incurso nas penas do artigo 12 da Lei 10.826/03. Cite o acusado acima mencionado nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal, para responder à acusação, por escrito no prazo de 10 (dez) dias, ficando ciente que deverá constituir advogado para apresentar defesa e, caso não tenha condições de arcar com as despesas de constituição de defensor, deverá comparecer à Secretaria deste Juízo a fim de declarar a necessidade de nomeação de defensor dativo. E constando dos autos do processo que o réu acima qualificado se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou na melhor forma de direito expedir o presente edital, pelo qual cita nos moldes do artigo 396 do CPP e para se ver processado pelo crime mencionado e para todos demais atos do processo. Para conhecimento de todos será este publicado e afixado no saguão do Fórum local. Arcos, 11 de outubro de 2022. Eu, Maria Cláudia Garcia de Carvalho Coelho, Oficial Judiciário, o digitei e eu Juliana de Almeida Teixeira Goulart, Juíza de Direito, o assino.

Comarca de Arcos 1ª Vara Cível, Crime e JIJ - JUSTIÇA GRATUITA - Edital com prazo de 30 dias - Edital de citação ao denunciado DEIVE JUNIO DE SOUSA, brasileiro, nascido aos 23/07/1978, natural de Arcos/MG, filho de José Maria de Souza e Maria das Graças de Sousa, portador do documento de identidade MG-8789838, inscrito no CPF nº 030.753.696-32, atualmente em local incerto e não sabido. A Drª Juliana de Almeida Teixeira Goulart desta Comarca de Arcos/MG, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tem andamento o processo criminal nº 0018232-62.2021.8.13.0042, movido pelo Ministério Público de Minas Gerais contra DEIVE JUNIO DE SOUSA, por crime praticado nesta Comarca e pelo qual foi denunciado como incurso nas penas dos artigos 33 caput, e 35, da Lei nº 11.343/2006. Cite o acusado acima mencionado nos moldes do artigo 396 do Código de Processo Penal, para responder à acusação, por escrito no prazo de 10 (dez) dias, ficando ciente que deverá constituir advogado para apresentar defesa e, caso não tenha condições de arcar com as despesas de constituição de defensor, deverá comparecer à Secretaria deste Juízo a fim de declarar a necessidade de nomeação de defensor dativo. E constando dos autos do processo que o réu acima qualificado se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou na melhor forma de direito expedir o presente edital, pelo qual cita nos moldes do artigo 396 do CPP e para se ver processado pelo crime mencionado e para todos demais atos do processo. Para conhecimento de todos será este publicado e afixado no saguão do Fórum local. Arcos, 13 de outubro de 2022. Eu, Maria Cláudia Garcia de Carvalho Coelho, Oficial Judiciário, o digitei e eu Juliana de Almeida Teixeira Goulart, Juíza de Direito, o assino.

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (CONFORME LEI Nº 13.105/2015) PROCESSO: 5000549-58.2020.813.0042 - 1ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ARCOS/MG. Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ARCOS LTDA. Requerido: MARIA CRISTINA SIMOES. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, JUCEMG 445, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo M.M. Juiz desta Comarca faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores, que no processo indicado venderá os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico (online). Em 1º leilão, no dia 03/11/2022 às 10:00 e em 2º leilão 03/11/2022 às 10:15 ambas realizadas através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br/www.mgl.com.br.
Em primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado, em primeiro leilão, por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado segundo leilão, na data indicada, quando serão aceitos lances em valor inferior ao da avaliação, desprezando-se o preço vil (conforme art. 891, parágrafo único, da Lei13.105/2015). Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. O Leilão será realizado na(s) data(s) acima mencionada(s). Não havendo licitantes na(s) data(s) indicada(s) fica redesignado leilão para as seguintes datas, de forma (online) 09/11/2022 10:00 e 10:15; 16/11/2022 10:00 e 10:15; 23/11/2022 10:00 e 10:15; 30/11/2022 10:00 e 10:15; 07/12/2022 10:00 e 10:15; 14/12/2022 10:00 e 10:15; 01/02/2023 10:00 e 10:15; 08/02/2023 10:00 e 10:15; 15/02/2023 10:00 e 10:15; 23/02/2023 10:00 e 10:15; 01/03/2023 10:00 e 10:15; 08/03/2023 10:00 e 10:15; 15/03/2023 10:00 e 10:15; 22/03/2023 10:00 e 10:15; 29/03/2023 10:00 e 10:15; 05/04/2023 10:00 e 10:15; 12/04/2023 10:00 e 10:15; através da plataforma eletrônica
www.fernandoleiloeiro.com.br/www.mgl.com.br.
Bem(ns) Quantidade de bens: 1 - Veículo Palio Fire

Flex, marca Fiat, ano de fabricação/modelo 2007/2008, cor preta, combustível flex, tudo conforme auto de penhora ID 3745763038. Ônus: Restrição judicial de transferência; impostos, taxas, e multas somam o montante de R$ 1.449,91; consulta realizada em 13/10/2022. LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO 100% DA AVALIAÇÃO: R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais); Lance mínimo em segundo leilão 70% da avaliação: R$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais); ENDEREÇO DE VISITAÇÃO: Rua dos Timbiras, 420, Floresta, Arcos/MG. DEPOSITÁRIO(A) MARIA CRISTINA SIMOES. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance independente da forma ou condição de pagamento que o arrematante venha a optar. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado, desde que o lance seja no mesmo valor. A) À vista: Ao optar pelo pagamento à vista do valor do lance, o arrematante deverá efetuar mediante depósito judicial, no prazo de 1(um) dia, contado da data do leilão, o pagamento da integralidade do valor do lance. Alternativamente, poderá o arrematante pagar 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação, devendo quitar o valor remanescente no prazo máximo de 15 dias através de depósito judicial. Deixando o arrematante de depositar o valor remanescente no prazo de 15 dias será imposta a penalidade prevista no art. 897 da Lei 13.105/2015, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei ou no presente edital. B) Parcelado: Ao optar pelo pagamento parcelado, o arrematante deverá pagar, mediante depósito judicial, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 06 (seis) parcelas mensais (art. 895, §1º da Lei 13.105/2015). Eventuais pedidos de parcelamento diverso do constante em edital, poderão ser levados a apreciação do juízo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, conforme tabela de atualização monetária. Em caso de arrematação com pagamento parcelado, o juízo poderá condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Na hipótese de inadimplemento, o exequente poderá optar pela resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido. Caso seja pleiteada a resolução da arrematação, o arrematante, sem prejuízo das demais sanções previstas na lei e/ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, perderá o sinal de negócio já pago. Caso seja pleiteada a execução, todas as parcelas vincendas vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, incidindo sobre o montante devido a multa prevista no art. 895 §4º do da Lei 13.105/2015, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação, 5% sobre o valor da arrematação deverá ser paga pelo arrematante a título de comissão do leiloeiro, bem como despesa administrativa no valor de R$ 96,60 (Noventa e seis reais e sessenta centavos), a serem pagas pelo arrematante. Em caso de adjudicação, remição ou acordo, anteriores ao leilão, é devido o percentual de 2% sobre o valor atualizado do bem a ser pago pelo adjudicante, remido ou pelo executado, conforme o caso. Em caso de adjudicação, remição ou acordo, posteriores ao leilão, será mantida integralmente a comissão constante na Certidão e Auto de Arrematação, a ser paga pelo adjudicante, remido ou pelo executado, conforme o caso. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. Efetuados os pagamentos, o arrematante no prazo de 01 (um) dia deverá enviar os comprovantes para o leiloeiro via e-mail leiloesmg@leiloesmg.com.br, ou qualquer outro meio hábil e inequívoco para que o leiloeiro possa fazer a juntada dos comprovantes aos autos. Na arrematação mediante lance online, o auto de arrematação será assinado pelo Exmo. Juiz após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação ou da entrada/sinal, ser for o caso e da taxa de comissão do leiloeiro, ficando dispensada, nesta hipótese, a assinatura do arrematante no referido auto. Caso a arrematação seja efetuada mediante o pagamento parcelado de parte do valor, ficando o bem como garantia de pagamento, o arrematante fica obrigado a realizar todo e qualquer ato, bem como a arcar com os custos, que se fizerem necessários (principalmente assinar eventuais documentos) para a anotação/registro da garantia. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas no edital, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e no edital. Na hipótese do arrematante não honrar o pagamento, serão sucessivamente chamados os demais arrematantes, pela ordem dos lances ofertados (do maior para o menor), os quais terão o mesmo prazo e condições acima para honrar o valor do lance ofertado, sendo descartados todos os lances em valor inferior ao mínimo previsto no edital. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão poderão dar lances pela internet através da plataforma eletrônica www.mgl.com.br, para tanto deverão ser observadas e cumpridas as regras indicadas no referido site, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento. Na modalidade eletrônica o interessado deve efetuar cadastro prévio no site www.mgl.com.br para anuência às regras de participação dispostas e obtenção de "login" e "senha", os quais possibilitarão a realização de lances em conformidade com as disposições neste edital. Os lances oferecidos pela internet não garantem direitos ao participante em recusa do leiloeiro por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Ao optar por esta forma de participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito. CONDIÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Aperfeiçoada a arrematação será expedida a carta de arrematação e ordem de entrega. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia. Eventuais débitos poderão ser sub-rogados. É facultado ao arrematante efetuar pagamentos de ônus/débitos com intuito de agilizar procedimentos/regularização do bem, ficando ciente que os valores não serão reembolsados. Fica a cargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde se encontra arcando com eventuais custos. Caberá ao arrematante arcar com custos para a expedição da respectiva carta de arrematação e/ou expedição de mandado de entrega/imissão, se houver. Caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com custos para a transferência de propriedade junto aos órgãos competentes. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a prevista para o auto de arrematação. Se houver desistência após a arrematação, o arrematante pagará multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do lance em favor do exequente, caso em que não será devolvida a comissão paga ao leiloeiro. O executado não poderá impedir o leiloeiro e ou representante legal de vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s), ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (Art. 330 do Código Penal). O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ARCOS LTDA. Advogado do autor: MARCIO BRUNO CASTRO CRUZ OAB 111744; ALISSON HELENO DA COSTA SILVA OAB 135599; MARCELA CASTRO CRUZ OAB 199926. Requerido: MARIA CRISTINA SIMOES. Caso o exequente e/ou executada não sejam notificados, cientificados e/ou intimados por qualquer razão, da data do leilão e, das datas pré-marcadas em que poderão ser realizados novos leilões, caso não haja licitantes, valerá o presente como edital de intimação de leilão conforme Art.889§ Único Novo CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.
13 de outubro 2022.
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

BARÃO DE COCAIS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE BARÃO DE COCAIS/MG - Edital de Citação - Prazo: 30 dias. O Dr. Luís Henrique Guimarães de Oliveira, MM. Juiz de Direito desta Comarca, na forma da lei, etc... faz saber que, perante este juízo está se processando a ação de Usucapião de n. 5002493-88.2022.8.13.0054 , movida por LUIZ ALBERTO DE SOUZA COELHO e sua esposa TATIANA APARECIDA SOUZA BARBOSA, brasileiros, casados, portadores do CPF 080.033.936-39 e CPF 061.361.906-48 respectivamente, residentes e domiciliados à Rua José Eduardo da Silva, nº 20, Leão XIII, município de Barão de Cocais MG, CEP 35.970-000 , ação essa que tem por objeto imóvel urbano (lote), localizado a Rua José Eduardo da Silva, S\N, Bairro São Miguel, Barão de Cocais ¿ MG, com área total de 129,33m² (cento e vinte e nove vírgula trinta e três metros quadrados), tendo como confrontantes: Rua José Eduardo da Silva, Confrontante 01- desconhecido pelo autor, Confrontante 02- Maria das Graças Soares e Confrontante 03- Luiz Alberto de Souza. Pelo presente, ficam citados todos os possíveis interessados, ausentes, desconhecidos e não sabidos que se encontram em lugar incerto e não sabido para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando cientes de que não havendo contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores nos termos do art. 259 do NCPC. Dado e passado nesta secretaria, aos 19 de setembro de 2022. a) Juliana Margarida Ferreira, Escrivã Judicial.

BARBACENA

COMARCA DE BARBACENA - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS - A DOUTORA LILIANE ROSSI DOS SANTOS

OLIVEIRA - JUÍZA DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBACENA - ESTADO DE MINAS GERAIS, EM PLENO EXERCÍCIO DE SEU CARGO E NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que tramita perante esta Secretaria, SOB O PÁLIO DA JUSTIÇA GRATUITA, a ação de USUCAPIÃO, autuada sob o nº 5008072-16.2019.8.13.0056 (PJe), em que são autores ROBERTO JOSÉ GORETTI DE CARVALHO E HELENITA FRANCO DE CARVALHO e por ele CITA EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS E SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES, SE CASADOS FOREM, para todos os termos do pedido supramencionado e, para, querendo, contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando desde já citados e intimados para os demais atos do processo supramencionado, do terreno localizado na rua Vidal Barbosa, 135 - Bairro Centro - Barbacena/MG, com as seguintes medidas e confrontações: frente 13,15m para a rua Frade João Raimundo; lado esquerdo 35,48m confrontando com Antônio Adalberto Lamas; lado direito 31,80m, confrontando com Luiz Carlos Barroso; fundos 11,00m João Bosco Germano, perfazendo uma área total de 377,99 metros quadrados com perímetro de 91,43metros, conforme planta e memorial descritivo anexos aos presentes autos. Ficam desde já advertidos de que, caso não seja contestado o pedido inicial, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora - art. 344, CPC. E, para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado no lugar público de costume - átrio do Fórum - e, por cópia publicado uma vez no "DJE - DIÁRIO DO JUDICIÁRIO ELETRÔNICO" DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Barbacena, Estado de Minas Gerais, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2022. ** Advogada: Rosilange Gonçalves Ribeiro OAB/MG 121.886. (aa) Sara Gonçalves de Paiva Costa, Escrivã judicial (em substituição), Liliane Rossi dos Santos Oliveira, Juíza de Direito. Assinado Eletronicamente.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE BARBACENA - MINAS GERAIS - EDITAL DE CITAÇÃO EM USUCAPIÃO. COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS -O DR. LÉLIO ERLON ALVES TOLENTINO, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE BARBACENA/MG, EM PLENO EXERCÍCIO DE SEU CARGO E NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo e Secretaria da 1ª Vara Cível, Comarca de Barbacena, tramita no sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJE a AÇÃO DE USUCAPIÃO, distribuída sob o nº 5003604-04.2022.8.13.0056 ajuizada por ISMAEL FERREIRA DIAS e sua esposa MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA DIAS, brasileiros, ele aposentado, natural de Barbacena/MG, filho de João Vicente Dias e Dalila Ferreira Dias, nascido em 21 de maio de 1957, portador da cédula de identidade MG - 1.319.685, inscrito no CPF sob o nº 314.534.146-49; ela aposentada, natural de Senhora dos Remédios/MG, filha de Marciano Firmo de Souza e Maria José de Souza, nascida em 23 de junho de 1959, portadora da cédula de identidade MG - 2.410.979, inscrita no CPF sob o n° 446.359.156-20; ambos residentes e domiciliados na Rua Neide Narcisa Rodrigues, nº 194, Bairro Jardim Monsenhor Horta, Ibirité/MG, CEP: 32.410-280, FICA(M) CITADO(AS) eventuais interessados, réus incertos, desconhecidos, possíveis proprietários e seus respectivos cônjuges se casados forem ou seus sucessores residentes em local incerto e não sabido e, para querendo, contestarem o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do prazo de fruição do presente Edital, ficando advertido que não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial, nos termos do art. 344 do Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015 e será nomeado curador especial em caso de revelia, nos termos do artigo 257, inciso IV, do CPC. O objeto da presente tem as seguintes características: " área de 5,3716HA e 22,4165 HA conforme memorial descritivo constante do ID (9439081248)". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância publica-se o presente edital. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Barbacena, Estado de Minas Gerais, em 13 de outubro de 2022.

BELO HORIZONTE

11ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - Edital de Intimação Diligência do Juízo. Comarca de Belo Horizonte/MG. Prazo de 20 dias. A Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juizo e respectiva Secretaria tramita os autos PROCESSO COMUM Processo físico numero 3451391.2014.8.13.0024, tendo como Autor MASTERMED COMERCIAL LTDA EPP em face de EQFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. Estando o requerido EQFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ 84.881.010/0001-73 em lugar incerto e não sabido, Expediu-se o presente Edital de Intimação do mesmo para efetuar o recolhimento da importância de R$114,38 (cento e quatorze reais e trinta e oito centavos) a título de custas e Taxa Judiciária de multa penal e de outras despesas processuais devidas ao Estado no prazo de 15 dias sob pena de inscrição do débito acrescido de multa de 10% (dez por cento) em dívida ativa e de registro no Cadastro informativo de inadimplencia em relação a Administração Pública do Estado de Minas Gerais CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Divida Ativa pela Advocacia Geral do Estado. AGE . O Edital será fixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13/10/2022. A Escrivã Rozana Geralda Colini

DÉCIMA VARA CRIMINAL - COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG EDITAL DE INTIMAÇÃO PARTE INTERESSADA. O Dr. ARECLIDES JOSÉ DO PINHO REZENDE, MM. Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc# FAZ SABER a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 0024.17.070.640-2 em que é autora a Justiça Pública e réu AMAURI DE PAULA SANTOS. E constando dos autos que, por força do que dispõe o Provimento Conjunto nº 27/CGJ/2013, expediu-se o presente edital pelo qual intima as partes interessadas para comparecerem na secretaria da Décima Vara Criminal, no prazo de 30 (trinta) dias, a fim de se manifestarem quanto ao interesse em reaver o valor monetário apreendido. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado do Diário Judiciário Eletrônico e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A Escrivã: Marlene Pereira da Silva Nogueira.
O MM. Juiz: Dr. Areclides José do Pinho Rezende.
"JUSTIÇA GRATUITA"

2ª VARA FEITOS TRIBUTÁRIOS - COMARCA DE BELO HORIZONTE - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. Av. Raja Gabaglia,1753 - 9º Andar - Torre II - Luxemburgo. Execução Fiscal nº 0024.12.031.330-9 que a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais move contra DROGARIA E FLORA SÃO JORGE LTDA E OUTROS, CNPJ: 17.277.252/0001-65. FINALIDADE: intimação do executado para efetuar o pagamento da importância de R$774,26, a título de custas e honorários, Taxa Judiciária, multa penal e outras despesas processuais devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10%, em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG, pela Advocacia Geral do Estado - AGE. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, Cleusa dos Reis da Silva, Gerente de Secretaria, subscrevo por ordem do Exmo. Dr. Marcelo da Cruz Trigueiro.

COMARCA DE BELO HORIZONTE, TRIBUNAL DO JÚRI, PRESIDENTE, JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE INTIMAÇÃO SESSÃO DE JULGAMENTO. Prazo 15 (quinze) dias. O Dr. Emerson Marques Cubeiro dos Santos, MMº. Juiz de Direito Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, 2º Presidente, na forma da lei, etc... Faz saber, a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, acerca do crime ocorrido no dia 19/02/2009, na Rua Castelo Branco, nº 126, bairro Castanheiras, nesta Capital, autos distribuídos sob o nº 0024.09.539.820-2 em que é autor o Ministério Público, sendo vítima Alenilson Viana da Silva, e réus GODOFREDO DIAS ANDRADE, filho de Juarez da Paz André e Ester Dias Ribeiro, nascido em 08/11/1983, com endereço à Rua São José, nº 15, Bairro Taquaril, Belo Horizonte/MG e HENRIQUE DIAS ANDRÉ, filho de Juarez da Paz André e Ester Dias Ribeiro, nascido em 15/07/1985, com endereço à Rua São José, nº 15, Bairro Taquaril, nesta Capital, os quais foram pronunciados nos termos do art. 121, § 2º, incisos I e IV, na forma do art. 29, ambos do Código Penal. Referidos acusados deverão comparecer no dia 18/11/2022, às 08:30 horas, ao andar térreo do Fórum Lafayette, sala P-93, Cidade de Belo Horizonte/MG, a fim de serem submetidos a julgamento por Júri Popular. Constando que os acusados encontram-se em local incerto e não sabido, nesta data, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. June Maria Cardoso Muller, Gerente do Tribunal do Júri, Presidente.

COMARCA DE BELO HORIZONTE. TRIBUNAL DO JÚRI PRESIDENTE. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE INTIMAÇÃO. Prazo 15 (quinze) dias. O Dr. Emerson Marques Cubeiro dos Santos, MMº. Juiz de Direito 2º Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, na forma da lei, etc... Faz saber, a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, do acerca do crime ocorrido no dia 19/02/2009, na Rua Castelo Branco, nº 126, bairro Castanheiras, nesta Capital, autos distribuídos sob o nº 0024.09.539.820-2 em que é autor o Ministério Público, sendo vítima Alenilson Viana da Silva e réu GODOFREDO DIAS ANDRADE, filho de Juarez da Paz André e Ester Dias Ribeiro, nascido em 08/11/1983, com endereço à Rua São José, nº 15, Bairro Taquaril, Belo Horizonte/MG, o qual foi pronunciado nos termos do art. 121, § 2º, incisos I e IV, na forma do art. 29, ambos do Código Penal. E, constando dos autos que referido denunciado encontra-se em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, pelo qual, INTIMA-O para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo advogado ou declarar sua hipossuficiência, situação que ensejará a nomeação de Defensor Público ou Dativo. Registre-se que também será nomeado Defensor Público ou Dativo para a defesa do réu se houver o decurso do prazo estabelecido sem manifestação. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte 13 de outubro de 2022. June Maria Cardoso Muller, Gerente do Tribunal do Júri Presidente.

Processos Eletrônicos (PJe)

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1336245-10.2020.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: JONAS ALVES DE OLIVEIRA , natural de Belo Horizonte /MG, nascido em 23/07/1992, filho de Maria Aparecida de Oliveira e Rony Alves Silva, que residia na rua Desembargador Saraiva n° 1216 bairro Maria Helena em BH MG, incurso nas sanções do art 155 caput do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

JUÍZO DE DIREITO DA 35ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO ELETRÔNICO 5154489-05.2017.8.13.0024. O Dr. MAURÍCIO LEITÃO LINHARES, Exmº. Juiz de Direito da 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da Lei, etc., faz saber a todos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam os termos da Ação de Procedimento Comum que AUTO LOTAÇÃO PRINCESA DO NORTE LTDA, representado por seu procurador TIAGO VANDERLEI SOARES DOS SANTOS - OAB MG173662, move em desfavor de M & V TURISMO TRANSPORTE LTDA - ME, tendo por objeto a cobrança de valores inadimplidos, ressarcimento, multa e danos morais, decorrentes de transação de venda de 02 veículos da autora para a ré. Valor atribuído à causa R$ 21.592,21. E estando a parte ré M & V TURISMO TRANSPORTE LTDA - ME - CNPJ: 14.346.526/0001-32, em lugar incerto e não sabido, fica citada por este edital, para, no prazo de 15 dias, oferecer Contestação. Este edital é publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Jacqueline de Jesus Ribeiro Barbosa, Gerente de secretaria. Maurício Leitão Linhares, Exmº Juiz de Direito.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1882345-29.2021.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: ALEXANDRO ALVES LIMA , natural de São José do Jacuris /MG, nascido em 12/12/1997, filho de Malvino Alves de Lima e Maria de Fátima Alves, que residia na rua Mônica de Faria n° 92 bairro Mantiqueira em BH MG, incurso nas sanções do art 155 caput c.c art 183 III ambos do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

EDITAL DE CITAÇÃO
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 4º Juizado de Violência Doméstica - Justiça Gratuita - Finalidade: CITAÇÃO. Prazo do Edital: 15 dias. Número do Processo: 0354757-87.2022.8.13.0024. Tipo de ação: ação penal. Autor/requerente: Ministério Público. Réu/requerido: RONAN SOARES CORNELIO. A MMª. Juíza de Direito da 4º Juizado de Violência Doméstica, Roberta Chaves Soares, no uso de suas atribuições, e, na forma da lei etc.. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Juizado de Violência Doméstica os autos do processo supracitados, em que figura como réu: RONAN SOARES CORNELIO, RG 18460784, filho(a) de Maria das Graças Soares, nascido(a) em 8/5/1992, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliado em Rua São Francisco Xavier, 175. Bairro Jardim Felicidade. . E, constando dos autos estar o(a) réu, em local incerto e não sabido, é o presente, para citá-lo a responder à acusação, por escrito, pelos crimes capitulados nos artigos 129, §13º e 147 c/c 61, II, f do Código Penal, na forma do 69 do Código Penal. O(a) réu fica também ciente de que dispõe do prazo de 10 dias para a prática do ato processual demandado. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada desta secretaria criminal, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE - Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 13/10/2022.Ederson Gonçalves Ribeiro, Escrivão Judicial.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 3° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita. Finalidade: INTIMAÇÃO DA SENTENÇA. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 0102891-24.2022.8.13.0024. Tipo de ação: PENAL. Nome do autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. O MM. Juiz de Direito, Dr. Richard Fernando da Silva, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento neste Juízo Criminal nos autos do processo em que figura como réu: JOSUE AILTON JUNIO ALVES SOUZA , filho de José Ailton Barbosa Souza e Débora Fernanda Alves, nascido em 06/10/2000, último endereço sito a Rua da Olaria, 61, Granja de Freitas, Belo Horizonte/MG, e como vítima: RAISSA LORRAINE DE FREITAS ANGELO e, constando dos autos estar o acusado em lugar incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo da sentença que julgou totalmente improcedente a denúncia, absolvendo o acusado JOSUE AILTON JUNIO ALVES SOUZA , com fulcro no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal brasileiro. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital. Começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Líria Aparecida Soares Teixeira, gerente de Secretaria. Por ordem do MM. Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 4º Juizado de Violência Doméstica - Justiça Gratuita - Finalidade: INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. Prazo do Edital: 15 dias. Número do Processo: 1229054-13.2014.8.13.0024. Tipo de ação: ação penal. Autor/requerente: Ministério Público. Réu/requerido: MATEUS ALCANTARA DOS SANTOS. A MMª. Juíza de Direito da 4º Juizado de Violência Doméstica, Roberta Chaves Soares, no uso de suas atribuições, e, na forma da lei etc.. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Juizado de Violência Doméstica os autos do processo supracitados, em que figura como vítima: SORAIA DE ALCANTARA NARCISO, RG 5629313, filho(a) de Edina de Alcântara Narciso, nascido(a) em 17/4/1970, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliado em Rua Francisco Ovidio, 22. Bairro Caiçaras. Belo Horizonte/MG. E, constando dos autos estar o(a) vítima, em local incerto e não sabido, é o presente, para intimá-lo(a) da R. Sentença que julgou extinta a punibilidade do acusado, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, VI do Código Penal.. O(a) vítima fica também ciente de que dispõe do prazo de 15 dias para a prática do ato processual demandado. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada desta secretaria criminal, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE - Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 13/10/2022.Ederson Gonçalves Ribeiro, Escrivão Judicial.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 0187367-63.2020.8.13.0024, em que Marcos Dias de Souza Castro, nascido em 25/06/1997. natural de Conceição do Mato Dentro/MG, filho de Maria das Graças de Catro e Francisco Dias de Souza, foi denunciado como incurso nas sanções do art. 28,da Lei nº.11.343/06, do CP . E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 3° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita. Finalidade: INTIMAÇÃO DA SENTENÇA. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias.

Número do Processo: 1198298-11.2020.8.13.0024. Tipo de ação: PENAL. Nome do autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. O MM. Juiz de Direito, Dr. Richard Fernando da Silva, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento neste Juízo Criminal nos autos do processo em que figura como réu: VINICIUS GUILHERME DA SILVA , filho de Maria de Fátima da Silva, nascido em 17/02/1978, último endereço sito a Rua Samambaia, 263, Guarani, Belo Horizonte/MG, e como vítima: FLAVIA CONCEICAO DE OLIVEIRA e, constando dos autos estar o acusado em lugar incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo da sentença que julgou totalmente improcedente a denúncia, absolvendo o acusado VINICIUS GUILHERME DA SILVA, com fulcro no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal brasileiro. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital. Começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Líria Aparecida Soares Teixeira, gerente de Secretaria. Por ordem do MM. Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 1256946-47.2021.8.13.0024 , em que ALEXANDER CRISTOFER VIRGENS DOS SANTOS,
brasileiro,solteiro, natural de Belo Horizonte/MG, nascido em
07/08/1998, com 22 anos à data do fato, filho de Viviane Pain
das Virgens e Alexsandro Batista dos Santos, portador do RG
nº 19.961.185 SSP/MG, foi denunciado como incurso nas sanções do art. 33,
caput, Lei nº.11.343/06, c/c art. 29, CP . E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 3° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: INTIMAÇÃO DO REQUERIDO. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 5193927-62.2022.8.13.0024. Tipo de ação: MEDIDA PROTETIVA. O MM. O Juiz de Direito, Dr. Richard Fernando da Silva, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figuram como requerente: MARILIA RAMOS FERREIRA , filha de Durvalino Gomes Ferrreira e Edite Ramos Ferreira, nascida em 03/03/1989, que residia na Rua Sergio Rodrigues Gomes, 171, bairro Corumbiara, Belo Horizonte/MG, e, como requerido, figuram-se RAFAEL SOUZA MATOS SANTOS , filho de Dominigos Pereira dos Santos e Doralice Francisca de Matos, nascido em 10/09/1998, que residia na Rua Sérgio Rodrigues Gomes, 287, bairro Corumbiara, Belo Horizonte/MG. E constando dos autos que o requerido encontra-se em local incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo da decisão que concedeu medidas protetivas em seu desfavor, as quais se encontram elencadas nos autos supra. Prazo de 05 (cinco) dias para recurso. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE (Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG). Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Líria Aparecida Soares Teixeira, Gerente de Secretaria, por ordem do MM. Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 3° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: INTIMAÇÃO DO REQUERIDO. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 5192279-47.2022.8.13.0024. Tipo de ação: MEDIDA PROTETIVA. O MM. O Juiz de Direito, Dr. Richard Fernando da Silva, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figuram como requerente: BERENICE CAROLINA DRUMOND CALIXTO, filha de Manoel Dornas Drumond e Epopina Carolina Drumond, nascida em 02/09/1953, que residia na Rua Andre de Melo e Castro, 340, bairro Nova Cachoeirinha, Belo Horizonte/MG, e, como requerido, figuram-se RENATO GONCALVES CALIXTO , filho de Claudio Calixto e Sonia Maria Gonçalves Calixto, nascido em 23/08/1975, que residia na Rua Andre de Melo e Castro, 31, apto. 202, bairro Nova Cachoeirinha, Belo Horizonte/MG. E constando dos autos que o requerido encontra-se em local incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo da decisão que concedeu medidas protetivas em seu desfavor, as quais se encontram elencadas nos autos supra. Prazo de 05 (cinco) dias para recurso. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE (Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG). Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Líria Aparecida Soares Teixeira, Gerente de Secretaria, por ordem do MM. Juiz de Direito.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 0077481-61.2022.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: ANA CAROLINA SILVA BELISARIO , natural de Belo Horizonte /MG, nascido em 30/03/1994, filho de Elaine da Conceição Silva e Júlio César Belisário, que residia na rua Desembargador Braulio n° 1380 bairro Vera Cruz em BH MG, incurso nas sanções do art 140 § 3° art 329 caput e 331 ambos caput do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1384706-76.2021.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: DARLESSON PEREIRA DOS SANTOS , natural de Belo Horizonte /MG, nascido em 26/02/1997, filho de Sandra Maria Papa e José Milton Pereira dos Santos, que residia na rua Américo Vesspucio n° 11 bairro Fazenda Castro em Ribeirão das Neves MG, incurso nas sanções do art 155 do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

CENTRAL DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, CENTRASE - EDITAL DE INTIMAÇÃO - COM PRAZO DE TRINTA DIAS. O DR. FERNANDO LAMEGO SLEUMER, Juiz de Direito da CENTRASE, da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER a todos quantos o conhecimento do presente deva pertencer que, por este Juízo e Secretaria, tem andamento os autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, requerida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CNPJ: 20.446.548/0001-77 contra LUIZ ALBERTO FERREIRA, CPF: 321.325.307-34 E MARIA TERESA DUARTE DE CASTRO, CPF: 789.759.137-91 processo nº 5040600-10.2016.8.13.0024. E estando as partes em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente Edital para INTIMÁ-LOS, para pagamento em 15 dias, no valor de R$ 193.643,08 (cento e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e oito centavos), atualizados em, 04/07/2022. Não havendo pagamento no prazo de concedido, incidirá multa de 10% sobre o valor do débito, acrescido de honorários sucumbenciais de 10% nos termos do § 1º do art. 523 do CPC. Fica a executada, ainda, intimada do prazo de 15 dias, para interposição de impugnação, independentemente do pagamento, contado do decurso do prazo estabelecido no art. 523 do CPC. Será o presente publicado na forma da Lei e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, Gracielle Aline Sabino e Oliveira, Escrivã, Judicial, o subscrevi e assino.

EDITAL DE CITAÇÃO
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. 3° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. Justiça

Gratuita. Finalidade: EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 1985767-20.2021.8.13.0024. Tipo de ação: Penal. Nome do autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. O MM. Juiz de Direito, Dr. Richard Fernando da Silva, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figura como réu: IRLANO DAS DORES FERREIRA, filho de Nicolau Cassiano Ferreira e Dilza Ferreira dos Santos, nascido em 07/12/1984, último endereço na Rua Pedra Verde, 20, bairro Piratininga, Belo Horizonte/MG. E constando dos autos estar o requerido em lugar incerto e não sabido, é o presente, para citá-lo, por infração ao artigo 21-A da lei 11.340/2006, para responder à acusação por escrito no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos arts. 396 e 396 A da Lei 11.719/08, bem como, caso haja testemunhas arroladas, se estas prestarão declarações sobre os fatos ou sobre a conduta social do acusado. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada desta secretaria criminal, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE (Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG). Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Líria Aparecida Soares Teixeira, gerente de Secretaria.

QUINTA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELO HORIZONTE MG. EDITAL DE CURATELA. Autos nº: 5162571-83.2021.8.13.0024 - A Dra. Paula Murça Machado Rocha Moura, Juíza de Direito da 5ª Vara de Família desta Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que por sentença proferida em 03 de agosto de 2022, pela MM Juíza de Direito, Dra. Paula Murça Machado Rocha Moura, foi nomeado GRAZIELLE LACERDA SILVA FREITAS, brasileira, casada, desempregada, como Curadora de MARIA ELIZABETH DE LACERDA SILVA, brasileira, viúva de Sebastião Brás da Silva, incapaz, pensionista, por apresentar demência, para representá-lo na prática dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Para conhecimento de todos expediu-se o presente edital, que será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Trata-se o presente edital da SEGUNDA publicação. Tereza Cristina Silveira Paiva da Silva Paes, Escrivã Judicial. Dra. Paula Murça Machado Rocha Moura, Juíza de Direito. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1167887-48.2021.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: JORISANIO JESUS DA ASSUNÇÃO , natural de Teixeira de Freitas / BA nascido em 17/03/1982, filho de João Ramos da Assunção e Rosália Rodrigues de Jesus, que residia na rua Januaria n°c 181 bairro Colegio Batista BH /MG, incurso nas sanções do art 129 § 1° inc I do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA com prazo de 60 (sessenta) dias. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita nesta Unidade Judiciária o Processo Pje de nº 1391087-08.2018.8.13.0024, tendo sido proferida em 22/11/21 a r. sentença que JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para desclassificar a conduta descrita na denúncia para uso de drogas (art. 28 da LD) em relação ao acusado SAVIO MATHEUS GOMES DOS SANTOS, portador do RG MG-20.450.681, brasileiro,
nascido em 22/02/1999, natural de Belo Horizonte/MG, filho de Flávia Zani Gomes e
Lucinei Wagner dos Santos, , absolvendo-o da prática do delito previsto no artigo 33 ,caput, da Lei 11.343/2006, tendo em vista que o réu não tem condenação definitiva e se trata de uso de drogas, foi determinada a remessa dos autos ao JECRIM para análise quanto ao cabimento das medidas despenalizadoras. Assim, se encontrando o sentenciado em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste Edital intimado para tomar ciência dos termos da r. sentença e, querendo, interpor recurso, no prazo da lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, _____, Amanda Arantes Moreira, Escrivã Judicial , por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº0187367-63.2020.8.13.0024 em que Douglas Ribeiro da Silva, nascido em 14 de agosto de 1991,natural de Corinto/MG, filho de Glauricia Aparecida da Silva e Eli Ribeiro da Silva, foi denunciado como incurso nas sanções do art.28, da Lei nº 11.343/06. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

COMARCA DE BELO HORIZONTE- TRIBUNAL DO JÚRI - PRESIDENTE - " JUSTIÇA GRATUITA" - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo 15(quinze) dias- O(A) Dr.(a) Emerson Marques Cubeiro dos Santos, MM. Juiz(a) de Direito do Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, na forma da lei, etc...Faz saber, a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, do crime ocorrido no dia 05 / 12 / 2017, no estabelecimento comercial na Rua Leopoldo Gomes, nº 163, Bairro Pompeia, nesta Capital, autos distribuídos sob o nº 0024.17.120.694-9, autor Ministério Público, vítima(s) Vanessa de Souza Rodrigues, fato imputado a(os) GISLAINE LETÍCIA MATIAS SILVA, natural de Belo Horizonte, nascida em 28/06/1995, filha de Jonas de Souza Silva e Silvana Lúcia Matias dos Santos, residente na Rua Leopoldo Gomes, nº 80, Bairro Pompéia - Belo Horizonte o(s) qual(is) foi(ram) PRONUNCIADO(S) nas sanções do(s) Art. 121,§ 2º, incisos II e IV do CPB. E, constando dos autos que referido(s) denunciado(s), encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, pelo qual, INTIMA-O(S) para, no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado ou declarar sua hipossuficiência, situação que ensejará a nomeação de Defensor Público ou Dativo. Registre-se que também será nomeado Defensor Público ou Dativo para a defesa do(s) réu(s) se houver o decurso do prazo estabelecido sem manifestação. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte 13 de outubro de 2022. (a) June Maria Cardoso Muller - Gerente do Tribunal do Júri - Presidente.

COMARCA DE BELO HORIZONTE- TRIBUNAL DO JÚRI - PRESIDENTE - " JUSTIÇA GRATUITA" - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo 15(quinze) dias- O(A) Dr.(a) Emerson Marques Cubeiro dos Santos, MM. Juiz(a) de Direito do Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, na forma da lei, etc...Faz saber, a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, do crime ocorrido no dia 05 / 12 / 2017, no estabelecimento comercial na Rua Leopoldo Gomes, nº 163, Bairro Pompeia, nesta Capital, autos distribuídos sob o nº 0024.17.120.694-9, autor Ministério Público, vítima(s) Vanessa de Souza Rodrigues, fato imputado a(os) GISLAINE LETÍCIA MATIAS SILVA, natural de Belo Horizonte, nascida em 28/06/1995, filha de Jonas de Souza Silva e Silvana Lúcia Matias dos Santos, residente na Rua Leopoldo Gomes, nº 80, Bairro Pompéia - Belo Horizonte o(s) qual(is) foi(ram) PRONUNCIADO(S) nas sanções do(s) Art. 121,§ 2º, incisos II e IV do CPB. E, constando dos autos que referido(s) denunciado(s), encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, pelo qual, INTIMA-O(S) para, no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado ou declarar sua hipossuficiência, situação que ensejará a nomeação de Defensor Público ou Dativo. Registre-se que também será nomeado Defensor Público ou Dativo para a defesa do(s) réu(s) se houver o decurso do prazo estabelecido sem manifestação. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte 13 de outubro de 2022. (a) June Maria Cardoso Muller - Gerente do Tribunal do Júri - Presidente.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA com prazo de 60 (sessenta) dias. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita nesta Unidade Judiciária o Processo PJE de nº 0089086-09.2019.8.13.0024, tendo sido proferida, em 22/07/2022 a r. sentença JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para condenar LUCAS BATISTA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro,profissão não informada, natural de Carlos Chagas/MG, nascido em 01 de outubro de 1991, filho
de Irene Batista dos Santos, RG 19.114.088 SSP/MG, pela prática do crime previsto no art. 33, §4º, da LD e do art.329 do CP, e absolvê-lo da

prática do crime de desobediência , tornando definitiva a pena em 01(um) ano e 08(oito) meses de reclusão, 02(dois) meses de detenção e 166(cento e sessenta e seis) dias-multa, em regime aberto, substituída por 02 (duas) restritivas de direitos consistentes em prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e ao pagamento de prestação pecuniária no valor de 01 (um) salário mínimo. Custas pelo réu. Assim, se encontrando o sentenciado em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste Edital intimado para tomar ciência dos termos da r. sentença e, querendo, interpor recurso, no prazo da lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, _____, Amanda Arantes Moreira, Escrivã Judicial , por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS
06ª UNIDADE JURISDICIONAL CÍVEL -BELO HORIZONTE
Avenida Francisco Sales, nº 1.446, Santa Efigênia
Belo Horizonte/MG - CEP: 30150-224
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, na modalidade ELETRÔNICA, o(s) bem(ns) penhorado(s), na seguinte forma:
LEILÃO: dia 15 de dezembro de 2022, com encerramento às 15:30 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.
LOCAL: Através do site www.mgfleiloesjudiciais.com.br.
PROCESSO: Autos n° 9025218.69.2017.8.13.0024 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é Requerente THAIS MONTEIRO PINHEIRO CASSARO e Requerido(a) INAP-LTDA INSTITUTO DE ARTE E PROJETO.
BEM(NS): 04 (quatro) 04 pranchetas com régua paralela.
(RE)AVALIAÇÃO: R$ 600,00 (seiscentos reais), em 19 de junho de 2019. *No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Niquelina, número 50, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG.
DEPOSITÁRIO:TÚLIO CESAR FERREIRA ALMEIDA.
ÔNUS: Nada consta.
DÉBITOS DA AÇÃO: R$1.343,72 (um mil trezentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos)em 08/05/2019.
LEILOEIRA: MARCILENE DAS GRAÇAS DE FARIA REIS, JUCEMG Nº 900. COMISSÃO DO(A) LEILOEIRO(A): Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor.
COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site site www.mgfleiloesjudiciais.com.br., devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.
Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.
Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão da Leiloeira em até 24 horas, a Leiloeira comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).
Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.
Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pela Leiloeira Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.
Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.
PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).
ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida a Leiloeira.
VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.
VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado a Leiloeira a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.
DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento da Leiloeira, telefone (34) 99921-9558 whatsapp, Chat no site do leiloeiro e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link "Fale Conosco" ou diretamente pelo endereço mgfleiloesjudiciais@hotmail.com.
ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pela Leiloeira Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.
OBSERVAÇÕES GERAIS: A Leiloeira Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.
INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os Requeridos INAP-LTDA INSTITUTO DE ARTE E PROJETO., na pessoa de seus respectivos Representantes Legais, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 06 de outubro de 2022. CLÁUDIA LUCIENE SILVA OLIVEIRA Juíza de Direito. Marcilene das Graças de Faria Reis Leiloeira Oficial.

SECRETARIA DA 6ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - Edital de Curatela - Processo nº 5069633-69.2021.8.13.0024. A Dra. Christina Bini Lasmar, MMª. Juíza de Direito da 6ª Vara de Família, na forma da Lei, etc... Faz Saber a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença prolatada em 19.05.2022 foi ANTONIO ALBINO DE SOUZA submetido à curatela a ser exercida por seu filho FILIPE ALBINO PEREIRA SOUZA, brasileiro, solteiro, empresário, residente na cidade de Belo Horizonte/MG, a quem foram impostas as obrigações legais para encarregar-se das questões patrimoniais e negociais da curatelada, incluídos os aspectos relacionados aos direitos pessoais e familiares, como casar ou constituir união estável, dirigir veículos automotores, prestar atividade

laborativa, morar sozinho e viajar desacompanhado. Far-se-á imprescindível a autorização judicial para os atos: emprestar ou contrair empréstimo, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada, movimentar aplicações financeiras, bem como para os correlatos, exceto quanto aos que sejam da mera administração, sempre observadas as restrições previstas no artigo 1.782 do Código Civil. E para que todos tenham conhecimento e ninguém possa alegar ignorá-lo, no futuro, expediu-se o presente edital que vai publicado por três vezes consecutivas. Dado e passado nesta Comarca de Belo Horizonte/MG, em 13 de outubro de 2022. Eu, Marília Polito Loro, Escrivã Judicial, o digitei por ordem do MM. Juíza de Direito da 6ª Vara de Família.

5ª VARA CRIMINAL/ ANTIGA 12ª VARA CRIMINAL. Comarca de Belo Horizonte-MG. Justiça Gratuita. Edital de Citação. A Dra. Kenea Márcia Damato de Moura Gomes, MMª. Juíza de Direito da 5ª Vara Criminal/ Antiga 12ª vara criminal, na forma da lei, etc. Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta vara os autos do processo (PJE) nº 1019054-88.2021.8.13.0024, originário nº Siscom 0024.21.101.905-4; em que é autora Justiça Pública e ré(u) IVAN AMÉRICO DE SOUSA, brasileiro, casado, natural de Santa Rita de Minas/MG, nascido em
30/06/1973, filho de José Moreira de Souza e de Luzia Américo de Sousa, CPF nº 054.035.676-07, que se encontra em local incerto e não sabido, denunciado como incurso(a) nas sanções dos artigos 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/2003; denúncia recebida em 15/08/2021, devendo o(a) mesmo(a) responder, por escrito no prazo de 10 dias, à acusação constante na denúncia, através de advogado, nos termos do artigo 396 do CPP. Sendo o presente edital para citação do(a) ré(u) e para acompanhar os demais termos da ação penal, que será publicado com prazo de 15 dias de dilação, findo o qual correrá o prazo de 10(dez) dias para apresentação de Defesa Preliminar, e, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. B.Hte., 13/10/2022. A Gerente: Cláudia Mendes de Souza Oliveira. A MMª. Juíza Dra. Kenea Márcia Damato de Moura Gomes.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 0310452-18.2022.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: MARCELO PEREIRA DOS SANTOS , natural de Frei Gaspar / MG nascido em 07/08/1987, filho de Regina Pereira dos Santos, que residia na rua São Geraldo n° 231 bairro Centro em Ouro Verde de Minas /MG, incurso nas sanções do art 155 §4° inc I do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA com prazo de 90 (noventa) dias. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita nesta Unidade Judiciária o Processo Pje de nº 0291096-42.2019.8.13.0024 tendo sido proferida, em 25/07/2022 a r. sentença JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para condenar ISMAEL MARCOS DOS SANTOS , brasileiro, solteiro profissão não informada, natural de Belo Horizonte/MG, nascido aos 29/08/1998,filho de Elci Souza Dias e Claudio dos Santos Modesto, RG: 20233262-SSP/MG pela prática do crime previsto no art. 307 do CP, e absolvê-lo da prática do crime de tráfico de drogas, por não haver nos autos prova suficiente para a condenação , tornando definitiva a pena em 03 (três) anos de reclusão , em regime aberto, substituído por 01 restritiva de direito, e ao pagamento de prestação de serviços á comunidade. Pagamento de prestação pecuniária no valor de 01(um) salário mínimo. Assim, se encontrando o sentenciado em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste Edital intimado para tomar ciência dos termos da r. sentença e, querendo, interpor recurso, no prazo da lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Jéssica Pereira, Assistente Administrativo, o digitei ,Eu _____, Amanda Arantes Moreira, Escrivã Judicial, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA com prazo de 60 (sessenta) dias. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita nesta Unidade Judiciária o Processo PJE de nº 1970199-61.2021.8.13.0024, tendo sido proferida em 15/03/2022 a r. sentença que JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para desclassificar a conduta descrita na denúncia para uso de drogas (art. 28 da LD) em relação ao acusado JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, natural de Mascote/BA, nascido em 23/10/1973, filho de Marina de Souza Ferreira e Adalzizo Alves dos Santos, portador do RG nº 353058154,SSP/MG, e CPF nº 279.547.568-58 , absolvendo-o da prática do delito previsto no artigo 33 da LD e, tendo em vista que o réu não tem condenação definitiva e se trata de uso de drogas, foi determinada a remessa dos autos ao JECRIM para análise quanto ao cabimento das medidas despenalizadoras. Assim, se encontrando o sentenciado em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste Edital intimado para tomar ciência dos termos da r. sentença e, querendo, interpor recurso, no prazo da lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, _____,Amanda Moreira Arantes , Escrivã Judicial e, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

5ª VARA CRIMINAL/ ANTIGA 12ª VARA CRIMINAL. Comarca de Belo Horizonte-MG. Justiça Gratuita. Edital de Citação. A Dra. Kenea Márcia Damato de Moura Gomes, MMª. Juíza de Direito da 5ª Vara Criminal/ Antiga 12ª vara criminal, na forma da lei, etc. Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta vara os autos do processo (PJE) nº 0166730-96.2017.8.13.0024, originário nº Siscom 0024.17.016.673-0; em que é autora Justiça Pública e ré(u) NERIVALDO PEREIRA, brasileiro, carteira de identidade n° 32003786-1 SSP/SP, CPF 148.244.186-15, natural de Poços de Caldas/MG, nascido
25/05/1952, filho de Iracy Idewaldo Pereira e Neria Pereira, que se encontra em local incerto e não sabido, denunciado como incurso(a) nas sanções do artigo 20, caput, da Lei 7.716/1989, por três vezes, nos termos do artigo 69 do Código Penal, denúncia recebida em 06/03/2020, devendo o(a) mesmo(a) responder, por escrito no prazo de 10 dias, à acusação constante na denúncia, através de advogado, nos termos do artigo 396 do CPP. Sendo o presente edital para citação do(a) ré(u) e para acompanhar os demais termos da ação penal, que será publicado com prazo de 15 dias de dilação, findo o qual correrá o prazo de 10(dez) dias para apresentação de Defesa Preliminar, e, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. B.Hte., 13/10/2022. A Gerente: Cláudia Mendes de Souza Oliveira. A MMª. Juíza Dra. Kenea Márcia Damato de Moura Gomes.

2ª VARA DE FAMÍLIA

SOB JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CURATELA/INTERDIÇÃO com prazo de 20 (vinte) dias - Art. 755, § 3º do CPC. PROCESSO Nº. 5105813-84.2021.8.13.0024. A Dra. VIVIANE QUEIROZ DA SILVEIRA CÂNDIDO, MM(a). Juiz(iza) de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de. Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, e na forma da lei etc #FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 24 de junho de 2022, foi decretada a interdição PARCIAL de TEREZINHA DE JESUS MARQUES, nos termos do art. 85 da Lei 13.146/15 e art. 755 do CPC, por ser portador(a) de "SÍNDROME DEMENCIAL COMPATÍVEL COM DEMÊNCIA VASCULAR MISTA-F01.3", tendo sido nomeado(a)-lhe curador(a) na pessoa de ISABEL CRISTINA BALBINO DE ANDRADE. E para o conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se este edital que vai publicado e afixado no átrio do Fórum. Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte/MG, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, Vera Lúcia de Souza Almeida, Escrivã Judicial, subscrevo por ordem do(a) MM(a). Juiz(iza) de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte/MG, Bacharel Viviane Queiroz da Silveira Cândido. Advogada: Luíza Helena Messias Soalheiro OAB/MG 142.733, Bárbara Helen Abreu Valadares OAB/MG 132.320, Curadora Especial: Renata da Silva Gontijo Marini- Madep 447.
Certifico e dou fé haver expedido, enviado e afixado uma via do presente edital em local de costume.
Certifico e dou fé que foi expedido edital e enviado ao DJe- Diário do Judiciário eletrônico nesta data.
Belo Horizonte, 13/10/2022.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1466398-34.2020.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: VANECY FURTADO , natural de Belo Horizonte / MG nascido em 29/10/1968, filho de Maria Raimunda Furtado e José Furtado, que residia na rua Lagoa da Prata n° 585 bairro Salgado Filho em BH /MG, incurso nas sanções do art 155 caput c.c art 61 e art 307 c.c art 61 I ambos do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,

apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2ª VARA DE FEITOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 5174259-76.2020.8.13.0024. EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS. EXECUTADO: MADECAUS COMERCIAL LTDA. O leilão será exclusivamente eletrônico e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900. 1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 17/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão. 2º LEILÃO: no dia 15/12/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances. LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891. DESCRIÇÃO DOS BENS: 1) Seccionadora horizontal TECWATIC Star, nºs 600/20702 e compressor schulz, mod MSV 15250 superavançado RN 1157, avaliado em R$ 120.000,00; 2) Empilhadeira HYSTER (H70FT), nº de série A977Y09976H, avaliada em R$ 70.000,00; 3) 12 conjuntos de prateleiras, porta palets, com 05 prateleiras verticais, 5,4m, sendo cada um avaliado em R$ 5.500,00, totalizando R$ 71.500,00; 4) 10 conjuntos de prateleiras, porta prateleiras, com 04 prateleiras verticais, com 3,6m/2, sendo cada um avaliado em R$ 3.500,00, totalizando R$ 45.500,00; 5) 130m de piso ext panel HDF/02, avaliado em R$ 80,00 o metro, totalizando R$ 10.400,00; 6) 111m de piso ext pana macio, avaliado em R$ 100,00 o metro, totalizando R$ 11.100,00; 7) 09 portas, demolição maciça, 1:20x2, sendo cada um avaliado em R$ 3.500,00, totalizando R$ 31.500,00. TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento somente à vista. Deverá ser realizado através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas. LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Rua dos Tamoios, 1047, Centro, Belo Horizonte/MG. CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições: 1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário. 2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data. 3º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V). 4º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.". 5º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial. 6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances. 7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. 8º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão. 9º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br. 10º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão. 11º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances. 12º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos. 13º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem. 14º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 8º item. 15º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas. 16º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão. 17º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 06/10/2022

COMARCA DE BELO HORIZONTE - II TRIBUNAL DO JÚRI - "JUSTIÇA GRATUITA" - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo 15 (quinze) dias - O Dr.Daniel Leite Chaves, MM. Juiz Presidente do II Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, na forma da lei, etc...Faz saber, a todos que virem o presente edital ou tiverem conhecimento do crime ocorrido no dia 13 de abril de 2016, na rua Carnot Melo, altura do nº 145, Bairro Palmeiras, - Belo Horizonte/MG, autos distribuídos sob o nº 0024. 16.080.033-0 em que é autor o Ministério Público, sendo vítima Luiz Carlos Maciel de Oliveira e o réu(s) LUCAS MATEUS DE SOUZA, filho de Mariângela e pai ignorado, nascido em 25.05.1987, natural de Santos Dumont / MG, residente na Rua Carnot Melo, nº 115, Bairro Palmeiras / nesta capital. Foi referido réu /Pronunciado(s) no(s) art.121, "caput" do CPB e deverá comparecer ao Fóum Lafayette, 4º andar - Sala OP - 476, Barro Preto - BH / MG no dia 30.11.2022, às 09:00 para ser submetido a julgamento por Júri Popular. E constando dos autos que os réus se encontram em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. June Maria Cardoso Muller - Escrivã Judicial.

COMARCA DE BELO HORIZONTE - 1ª VARA CÍVEL - Edital de CITAÇÃO - Prazo de 20(vinte) dias. A MM. Juíza de Direito, Dra. Lílian Bastos de Paula, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc... FAZ saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que, perante este Juízo e Secretaria, tramitam os autos do Processo Judicial n.º 5038211-76.2021.8.13.0024, relativo Procedimento Comum, movida por MATHEUS FELIPE ROCHA LIOMAR, em desfavor de JOSIANE BRAGANCA LUCAS MARINHO, atribuindo-se à causa a importância de R$27.023,00. Pelo presente edital, fica a PARTE RÉ JOSIANE BRAGANCA LUCAS MARINHO, CPF 047182576-03 intimada para que promova o CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA SENTENÇA (art. 523, CPC) calculado em R$ 12.023,00 e também o RECOLHIMENTO DAS CUSTAS FINAIS, pela importância de R$401,83 a título de custas, Taxa Judiciária, multa penal e outras despesas processuais devidas ao Estado; tudo no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo o Cumprimento Voluntário da sentença, o pedido será convertido em Cumprimento de Sentença, com as consequências e os atos processuais regulamentados pelo Código de Processo Civil (CPC), e remessa dos autos para a Central de Cumprimento de Sentença - CENTRASE. Caso o pagamento não seja efetuado, o débito de custas finais será acrescido de multa de 10%, se sujeitará à inscrição em dívida ativa, ao registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e à cobrança pela Advocacia Geral do Estado - AGE, inclusive por meio de protesto extrajudicial. Pelo que se expediu o presente edital, que será publicado e afixado em local de costume. Belo Horizonte/MG, 11 de outubro de 2022. Eliete Ferreira de Melo, Escrivã Judicial em substituição, o subscrevi e assinei, por ordem da MMª. Juíza de Direito. Documento assinado eletronicamente.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz

saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1367024-11.2021.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: MARCELO VITORIANO DE JESUS JUNIOR , natural de Belo Horizonte / MG nascido em 01/05/1994, filho de Heloisa Vieira Ramo e Marcelo Vitoriano de Jesus, que residia na rua Pouso Alegre n° 936 bairro Floresta em BH /MG, incurso nas sanções do art 155 caput c.c art 14 II do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2ª VARA DE FEITOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 5174259-76.2020.8.13.0024. EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS. EXECUTADO: MADECAUS COMERCIAL LTDA. O leilão será exclusivamente eletrônico e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900. 1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 17/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão. 2º LEILÃO: no dia 01/12/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances. LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891. DESCRIÇÃO DOS BENS: 1) Seccionadora horizontal TECWATIC Star, nºs 600/20702 e compressor schulz, mod MSV 15250 superavançado RN 1157, avaliado em R$ 120.000,00; 2) Empilhadeira HYSTER (H70FT), nº de série A977Y09976H, avaliada em R$ 70.000,00; 3) 12 conjuntos de prateleiras, porta palets, com 05 prateleiras verticais, 5,4m, sendo cada um avaliado em R$ 5.500,00, totalizando R$ 71.500,00; 4) 10 conjuntos de prateleiras, porta prateleiras, com 04 prateleiras verticais, com 3,6m/2, sendo cada um avaliado em R$ 3.500,00, totalizando R$ 45.500,00; 5) 130m de piso ext panel HDF/02, avaliado em R$ 80,00 o metro, totalizando R$ 10.400,00; 6) 111m de piso ext pana macio, avaliado em R$ 100,00 o metro, totalizando R$ 11.100,00; 7) 09 portas, demolição maciça, 1:20x2, sendo cada um avaliado em R$ 3.500,00, totalizando R$ 31.500,00. TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento somente à vista. Deverá ser realizado através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas. LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Rua dos Tamoios, 1047, Centro, Belo Horizonte/MG. CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições: 1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário. 2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data. 3º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V). 4º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.". 5º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial. 6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances. 7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. 8º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão. 9º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br. 10º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão. 11º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances. 12º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos. 13º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem. 14º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 8º item. 15º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas. 16º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão. 17º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 06/10/2022

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 0842896-18.2020.8.13.0024 , em que ANA JULIA MORAES,brasileira, solteira, natural de Contagem/MG, nascida em 10/03/2000, com 20 anos à data do fato, portadora do RG n° 18519510, SSP/MG,e do CPF n° 158057596-08, filha de Elisangêla Basílio dos Santos e Washington Luis de Morais , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, c/c art.40, VI da Lei nº 11.343/06 e,. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 0842896-18.2020.8.13.0024 , em que ANA JULIA MORAES,brasileira, solteira, natural de Contagem/MG, nascida em 10/03/2000, com 20 anos à data do fato, portadora do RG n° 18519510,SSP/MG,e do CPF n° 158057596-08, filha de Elisangêla Basílio dos Santos e Washington Luis de Morais , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, c/c art.40, VI da Lei nº 11.343/06 e,. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 0842896-18.2020.8.13.0024 , em que DANIELE ALVES DA SILVA RODRIGUES, brasileira, solteira, natural de
Belo Horizonte/MG, nascida em 04/07/1993, com 26 anos à data do fato,
portadora do RG 10340395,SSP/MG, filha de Aglandia Silva dos Santos e Nilson
Alves Sudre, , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, c/c art.40, VI da Lei nº 11.343/06 e,. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1960919-66.2021.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: BRUNO ADRIANO CAMPOS , natural de Nova Lima / MG nascido em 10/01/1982, filho de Ademar Adriano Campos e Maria Auxiliadora de Brito, que residia na rua João Evangelista Vieira n° 03 bairro Cariocas em Nova Lima /MG, incurso nas sanções do art 155 § 1° do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 1240916-10.2016.8.13.0024 , em que SANDRA CUSTÓDIO BENTO ,, brasileira nascida aos 26/06/1975, natural de BELO HORIZONTE/MG, filha de Maria Custódia Bento e José Bento, foi denunciada como incurso nas sanções do art.33, caput,e art.35 ambos da Lei nº 11.343/06. E, constando nos autos que se encontra o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 0325181-20.2020.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: JULIO CÉSAR DE OLIVEIRA SILVA , natural de Belo Horizonte / MG nascido em 06/10/1979, filho de Antônio Eustáquio Silva e Maura de Oliveira Silva, que residia na rua trindade n° 225 bairro Renascença em BH /MG, incurso nas sanções do art 155 § 4° inc III do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 1240916-10.2016.8.13.0024 , em que SÉRGIO GONÇALVES RIBEIRO NETO, brasileiro nascido aos 23/01/1966, natural de BELO HORIZONTE/MG, filho de Maria Correa Gonçalves , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput,e art.35 ambos da Lei nº 11.343/06. E, constando nos autos que se encontra o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE- Edital de Citação de Uai Mineiro Speteria Ltda -Me , inscrito no CNPJ/MF nº 19.597.714/0001-57 e Guilherme Mendes Teixeira , inscrito no CPF n° 019.478.646.37. Prazo 20 dias. O Dr. Luiz Gonzaga Silveira Soares MM. Juiz de Direito da Décima Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente virem, ou dele conhecimento tiverem, que perante esta Secretaria, tramita ação de Procedimento Comum Cível, ajuizada por Itaú Seguros Auto e Residência S/A CNPJ 08.816.067/0001-00- Procurador Ana Rita Dos Reis Petraroli OAB/MG 149.163 - Paulo Fernando dos Reis Petraroli OAB/SP 256.755 . Processo nº 5177770-87.2017.8.13.0024, E estando as rés em lugar incerto e não sabido, serve o presente para citá-los, para todos os termos da presente ação, podendo contestarem no prazo de 15 dias, caso não o façam presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulado na peça vestibular dos autos (artigo 344 do CPC de 2015). Em caso de revelia, será nomeado um curador especial (artigo 257, IV, do CPC). Assim vai o presente devidamente publicado Diário Eletrônico. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Moisés Sousa Carvalho . Escrivão, por ordem da MM Juiz- Luiz Gonzaga Silveira Soares- Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 1019536-70.2020.8.13.0024 , em que PAULA DA SILVA PASSOS brasileira, solteira, natural de Contagem/MG,nascida em 04/04/1993, com 27 anos à data do Cato, filha de Eliane da Silva e Carlos Roberto dos Passos, portadora do RG n° 17816398, SSP/MG , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, da Lei nº 11.343/06. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 1019536-70.2020.8.13.0024 , em que TAUANE KELY MOREIRA DAMASCENO brasileira, solteira, natural de Belo Horizonte/MG, nascida em 17/03/2001,com 19 anos à data do fato, filha de Solange Aparecida Damasceno e EvaIdo Moreira da Silva, portadora do RG n°20752925,SSP/MG, foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, da Lei nº 11.343/06. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu

Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 5191796-17.2022.8.13.0024 , em que ROSILEIVA DE JESUS ALVES, brasileira, solteira, nascida em 25/12/1973, natural de Diamantina/MG, filha de Margarida Maria Neves e Adão Alves, portador do RG n° 17.654.356/SSP, foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, da Lei nº 11.343/06. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA - 8ª VARA DE FAMÍLIA-BELO HORIZONTE - EDITAL DE CURATELA/INTERDIÇÃO. PROCESSO 5159360-73.2020.8.13.0024. A Dra. Fernanda Baeta Vicente, MM Juíza de Direito da 8ª VARA DE FAMÍLIA, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo e secretaria, processam-se os termos e atos da ação de Curatela/Interdição, proposta pela Srª MARIA ALTINA SANTOS PEREIRA DA PAIXÃO, brasileira, solteira, contadora, RG 2342814, CPF 41815416653, residente e domiciliada á Rua Senhor Simeone, 422, Jonas Veigaem face de ALTINA PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, viúva, aposentada, RG 3954416, CPF 87946742649, residente e domiciliada á Rua Senhor Simeone, 422, Jonas Veiga, portadora de SÍNDROME DEMENCIAL COMPATÍVEL COM A CID 10 ª REVISÃO (OMS/1993): F01.3 - DEMÊNCIA VASCULAR MISTA (CORTICAL E SUBCORTICAL), na qual foi decretada sua curatela, por sentença proferida em 18/07/2022, nomeou como sua curadora MARIA ALTINA SANTOS PEREIRA DA PAIXÃO, para exercer as atribuições de cuidadores de sua saúde, bem como para zelar e se encarregar das questões patrimoniais e negociais do requerido, incumbindo ao curador o exercício de todos os atos de administração e gestão, a fim de satisfazer as despesas ordinárias. A curatela deferida limita-se à prática dos atos concernentes aos direitos patrimoniais e negociais do curatelado, vide art. 85, caput, Lei 13.146/2015. Preserva-se os demais direitos afetos à dignidade do curatelado, na forma contida do art. 85, §1°, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Para que todos tomem conhecimento, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum e publicado na forma da lei, por 03 vezes, com intervalo de 10 dias, conforme art. 755, §3º do CPC/15. Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica Simone Cimini Cunha de Souza, Gerente de Secretaria em substituição, que assina por ordem da MM. Juíza.
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE, POR ORDEM DA MMª JUÍZA, NOS TERMOS DA PORTARIA CONJUNTA 411/PR/2015, CONFORME DADOS ABAIXO
VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODERÁ SER FEITA EM https://pje.tjmg.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam (No site do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, digitando o número de código de Barras) - OBS: DOCUMENTOS ASSINADOS DIGITALMENTE - VALIDADE JURÍDICA - PORTARIA CONJUNTA Nº 411/PR/2015 - TJMG e MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2/2001 - GOVERNO FEDERAL

COMARCA DE BELO HORIZONTE - MG - 8ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO - O Dr. Armando Ghedini Neto, MM. Juiz de Direito da Oitava (8ª) Vara Cível, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos, o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que processa-se perante este Juízo e Secretaria, PROCEDIMENTO COMUM, processo nº 1038325-64.2013.8.13.0024, proposta por BANCO DO BRASIL SA em face de JOSE LUIZ PASSOS DA CRUZ e outros, tem o presente o condão de citar JOSE LUIZ PASSOS CRUZ - CPF: 681.267.007-34, JANAINA DE CASSIA LACERDA RABELO - CPF: 033.159.216-95 e JMJ DIVERSOES LTDA - ME - CNPJ: 04.941.103/0001-07, que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido para querendo, em quinze (15) dias, após findo o prazo deste edital, contestar(em) os termos da ação. Findo o prazo sem manifestação, fica desde já nomeado Curador Especial, um dos Defensores Públicos com atuação perante este Juízo, que deverá ser pessoalmente intimado para dizer se aceita o múnus e se manifestar no prazo legal. Advogado (a): PATRICIA CRISTINA DE PAULA - OAB MG129348, JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB MG79757, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB MG44698 , HELENA PATRICIA FREITAS - OAB MG79760 - CPF: 033.925.966-39. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se este edital, que será afixado no local de costume e tendo em vista que, no momento, não existem os sítios eletrônicos mencionados no art. 257, II, do CPC. Eu, Rozana Aparecida Pereira Vitória, Gerente de Secretaria, o digitei, conferi e assino, por ordem do MM. Juiz de Direito Titular

1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELO HORIZONTE - EDITAL DE CURATELA/ INTERDIÇÃO- Processo nº 5004709-49.2021.8.13.0024
A Dra. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito desta 1ª Vara de Família desta Comarca em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por sentença proferida em 06/09/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de SANDRA APARECIDA DE AREDES MONTEIRO, brasileira, casada, aposentada, tendo sido nomeado curador DARY JOSE MONTEIRO NETO, brasileiro, casado, aposentado, ambos residentes e domiciliados na Rua Ondina Pedrosa Nahas, nº 102, apto 101, Bairro Serrano, em Belo Horizonte/MG, não podendo a interditada enquanto nessa condição, salvo através de seu curador: praticar qualquer ato de natureza patrimonial ou negocial, como dar quitação, alienar, ou comprar, transigir, praticar atos que não sejam de mera administração, exercer atividade empresarial, como movimentar contas bancárias ou mesmo aplicar ou resgatar qualquer tipo de investimento, inclusive previdência privada; e, além disso, demandar e ser demandado e até mesmo receber citações ou intimações; e, ainda, a alienação de qualquer bem pertencente a curatelada, mesmo com assistência do curador, dependerá de autorização judicial. A interditada, NÃO PODE, mesmo que assistida por seu curador, praticar os seguintes atos: obter carteira de habilitação para dirigir veículo automotor, adquirir autorização para porte de armas ou mesmo adquirir armas, exercer atividade laboral em atividade de risco para si e terceiros e, ainda, emprestar, doar, hipotecar e contrair ou conceder empréstimos ou financiamentos e, finalmente, adquirir ações. Por outro lado, pode a interditada, mesmo estando sob curatela, exercer atos simples ligados à administração da vida pessoal. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixada uma via neste Juízo em local de costume. Eu, Silvana Barbosa Gonçalves Furtado, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Mara Catharine Silva da Páscoa Prates, Escrivã Judicial, o conferi, subscrevendo-o. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito. Belo Horizonte, 13/10/2022. (Defensoria Pública).

1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELO HORIZONTE - EDITAL DE CURATELA/ INTERDIÇÃO- Processo nº 5029883-60.2021.8.13.0024
A Dra. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito desta 1ª Vara de Família desta Comarca em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por sentença proferida em 19/08/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de IRENE TEIXEIRA LAPORTE, brasileira, viúva, nascida em Belo Horizonte/MG no dia 01/04/1927, filha de Manoel Teixeira e de Izaura Dias Teixeira, tendo sido nomeada curadora MAPYRA ITAGUASSU TEIXEIRA LAPORTE, brasileira, solteira, ambas residentes e domiciliadas na Rua Córrego Fundo, nº 11, Bairro Jardim Leblon, em Belo Horizonte/MG, não podendo a interditada enquanto nessa condição, salvo através de sua curadora: praticar qualquer ato de natureza patrimonial ou negocial, como dar quitação, alienar, ou comprar, transigir, praticar atos que não sejam de mera administração, exercer atividade empresarial, como movimentar contas bancárias ou mesmo aplicar ou resgatar qualquer tipo de investimento, inclusive previdência privada; e, além disso, demandar e ser demandado e até mesmo receber citações ou intimações; e, ainda, a alienação de qualquer bem pertencente a curatelada, mesmo com assistência da curadora, dependerá de autorização judicial. A interditada, NÃO PODE, mesmo que assistido por sua curadora, praticar os seguintes atos: obter carteira de habilitação para dirigir veículo automotor, adquirir autorização para porte de armas ou mesmo adquirir armas, exercer atividade laboral em atividade de risco para si e terceiros e, ainda, emprestar, doar, hipotecar e contrair ou conceder empréstimos ou financiamentos e, finalmente, adquirir ações. Por outro lado, pode a interditada, mesmo estando sob curatela, exercer atos simples ligados à administração da vida pessoal. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixada uma via neste Juízo em local de costume. Eu, Silvana Barbosa Gonçalves Furtado, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Mara Catharine Silva da Páscoa Prates, Escrivã Judicial, o conferi, subscrevendo-o. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito. Belo Horizonte, 13/10/2022. (Dra. Inez Xavier Macedo da Silva - OAB/MG 46.470).

1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELO HORIZONTE - EDITAL DE CURATELA/ INTERDIÇÃO - Processo nº 5067292-07.2020.8.13.0024
A Dra. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito desta 1ª Vara de Família desta Comarca em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por sentença proferida em 01/09/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de MARIA DO CARMO NAVARRO MENEZES, brasileira, viúva, do lar, filha de Silvio Bastos Navarro e Maria do Amaral Navarro, nascida em Bom Despacho/MG aos 25/01/1946, tendo sido nomeada curadora SOLANGE NAVARRO MENEZES ARMOND, brasileira, casada, tecnóloga em gestão de saúde, ambas residentes e domiciliadas em Belo Horizonte/MG, não podendo a interditada, enquanto

nessa condição, salvo através de sua curadora: praticar qualquer ato de natureza patrimonial ou negocial, como dar quitação, alienar, ou comprar, transigir, praticar atos que não sejam de mera administração, exercer atividade empresarial, como movimentar contas bancárias ou mesmo aplicar ou resgatar qualquer tipo de investimento, inclusive previdência privada; e, além disso, demandar e ser demandado e até mesmo receber citações ou intimações; e, ainda, a alienação de qualquer bem pertencente a curatelada, mesmo com assistência da curadora, dependerá de autorização judicial. A interditada, NÃO PODE, mesmo que assistido por sua curadora, praticar os seguintes atos: obter carteira de habilitação para dirigir veículo automotor, adquirir autorização para porte de armas ou mesmo adquirir armas, exercer atividade laboral em atividade de risco para si e terceiros e, ainda, emprestar, doar, hipotecar e contrair ou conceder empréstimos ou financiamentos e, finalmente, adquirir ações. Por outro lado, pode a interditada, mesmo estando sob curatela, exercer atos simples ligados à administração da vida pessoal. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixada uma via neste Juízo em local de costume. Eu, Silvana Barbosa Gonçalves Furtado, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Mara Catharine Silva da Páscoa Prates, Escrivã Judicial, o conferi, subscrevendo-o. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito. Belo Horizonte, 13/10/2022. (Dra. Géssi Ribeiro da Silva. OAB/MG 55.918).

1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELO HORIZONTE - EDITAL DE CURATELA/ INTERDIÇÃO- Processo nº 5135986-62.2019.8.13.0024
A Dra. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito desta 1ª Vara de Família desta Comarca em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por sentença proferida em 10/08/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de TIAGO TADEU ROCHA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, beneficiário da assistência social, nascido em Belo Horizonte/MG aos 23/08/1986, filho de Belmiro Ferreira dos Santos e Clara Paulino Rocha, tendo sido nomeado curador BELMIRO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, aposentado, ambos residentes e domiciliados em Belo Horizonte/MG, não podendo ao interditado enquanto nessa condição, salvo através de seu curador: praticar qualquer ato de natureza patrimonial ou negocial, como dar quitação, alienar, ou comprar, transigir, praticar atos que não sejam de mera administração, exercer atividade empresarial, como movimentar contas bancárias ou mesmo aplicar ou resgatar qualquer tipo de investimento, inclusive previdência privada; e, além disso, demandar e ser demandado e até mesmo receber citações ou intimações; e, ainda, a alienação de qualquer bem pertencente ao curatelado, mesmo com assistência do curador, dependerá de autorização judicial. O interditado, NÃO PODE, mesmo que assistido por seu curador, praticar os seguintes atos: obter carteira de habilitação para dirigir veículo automotor, adquirir autorização para porte de armas ou mesmo adquirir armas, exercer atividade laboral em atividade de risco para si e terceiros e, ainda, emprestar, doar, hipotecar e contrair ou conceder empréstimos ou financiamentos e, finalmente, adquirir ações. Por outro lado, pode o interditado, mesmo estando sob curatela, exercer atos simples ligados à administração da vida pessoal. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixada uma via neste Juízo em local de costume. Eu, Silvana Barbosa Gonçalves Furtado, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Mara Catharine Silva da Páscoa Prates, Escrivã Judicial, o conferi, subscrevendo-o. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito. Belo Horizonte, 13/10/2022. (Defensoria Pública).

1ª VARA DE FAMÍLIA - COMARCA DE BELO HORIZONTE - EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO 30 DIAS.
Autos PJe nº 5106508-43.2018.8.13.0024
A Dra. Soraya Brasileiro Teixeira, MMª Juiza de Direito da 1ª Vara de Família desta Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem especialmente, FRANCIANO MILTON RESENDE, brasileiro, CPF 054.391.196-98, filho de VICENTINA DAS GRAÇAS RESENDE, residente em lugar incerto e não sabido que, neste Juízo e secretaria, que tramita perante este Juízo uma Ação de Alimentos requerida por ARTHUR ALMEIDA, brasileiro, menor de idade, representado por sua genitora LAILA PATRÍCIA NEVES ALMEIDA SILVA, sendo o presente para CITAR o Sr. FRANCIANO MILTON RESENDE para contestar a ação no prazo de 15 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 334 CPC). Após escoado o prazo ora assinalado, será nomeado curador para apresentação de contestação, "ex vi" do disposto no art. 72, II do CPC. Para conhecimento de todos expediu-se o presente edital de CITAÇÃO, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Eu, Silvana Barbosa Gonçalves Furtado, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Mara Catharine Silva da Páscoa Prates, Escrivã Judicial, o conferi, subscrevendo-o. Soraya Brasileiro Teixeira, Juiza de Direito. Belo Horizonte, 13/10/2022. (Dr. Alonso Wagner Martins Rodrigues - OAB/MG 138.013).

15ª Vara Cível - Comarca de Belo Horizonte - Edital de Citação - prazo de 20 dias. O Dr. Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro, Juiz de Direito da 15ª Vara Cível da Capital, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc...Faz saber por este edital, a todos que virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o executado UTOPIA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA EPP- CNPJ: 04.281.586/0001-60 e PAULO GEORGE LACERDA CONCEIÇÃO- CPF: 573.151.916-15, que se encontram em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo tramitam os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, distribuída sob o nº. 5147343-10.20147.8.13.0024, movida por BANCO SEMEAR S/A, em síntese, por meio de seu procurador Dr. Eduardo Magalhães, OAB/MG 81.229, pede a busca e apreensão dos bens alienados fiduciariamente, foi alterada a classe para Execução. Assim, expede-se o presente edital, para CITAÇÃO dos executados UTOPIA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA EPP e PAULO GEORGE LACERDA CONCEIÇÃO, com as prerrogativas do art. 212, §§1º e 2º, do CPC/2015 para, no prazo de 3 (três) dias, efetuarem o pagamento do valor da dívida, acrescida de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios incidentes sobre o débito atualizado, além das custas; salientando que, na hipótese de pagamento integral dentro do prazo fixado, a verba honorária corresponderá à metade do valor do débito exequendo corrigido (art. 829, c/c art. 827, §1º, do Código de Processo Civil de 2015) . Assim expediu-se o presente para o conhecimento de todos, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Belo Horizonte, 30 de setembro de 2022. Eu, HELEN ROCHA ALVES, Escrivã da 15ª Vara Cível, o subscrevi. O Juiz de Direito da 15ª Vara Cível, Dr. Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 2443964-97.2021.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: EMANUEL LEANDRO ALVES PEREIRA , natural de Belo Horizonte / MG nascido em 17/12/1982, filho de Eleni Maria Pereira e Gelzo Alves Pereira, que residia na rua Brasil n° 121 bairro Vista Alegre em BH /MG, incurso nas sanções do art 155 caput c.c art 14 II do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

SECRETARIA DA SÉTIMA VARA DE FAMÍLIA, COMARCA DE BELO HORIZONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS. Justiça Gratuita. Processo: 5135464-35.2019.8.13.0024. Edital de Interdição/Curatela. A MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo tem curso os autos da ação de interdição de NILZA DE SANTANA TRIGUEIRO, brasileira, solteira, aposentada e portadora da CI/MG 1.117.821 e CPF 422.219.516-20, a requerimento de Kátia Aparecida Ferreira Trigueiro, brasileira, casada, salgadeira, portadora do CPF nº 053.751.986-65 e CI nº MG-2.298517, e que afinal foi julgado procedente o pedido decretando a CURATELA de NILZA DE SANTANA TRIGUEIRO por ser portadora de quadro síndrome demencial, CID F03 (demência não especificada) e F79 (retardo mental não especificado), declarando-a privada de exercer, sem curador, os atos circunscritos às restrições previstas no art. 1782 do CC, quais sejam: emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração, nomeando-lhe curadora Kátia Aparecida Ferreira Trigueiro, que a representará em todos os atos da vida civil. E para conhecimento em geral, expediu-se o presente edital que será publicado três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, e afixado no átrio do Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, Suely Maria Stemler, Gerente de Secretaria em substituição, da Sétima Vara de Família, o subscrevi. O Juiz de Direito da Sétima Vara de Família em substituição, Joaquim Morais Júnior, assina. Advogado: Venina Maria M.F. Guimarães - OAB/MG: 26.923. Defensoria Pública, Dra. Alessandra Pereira Eller - Madep 0257.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 0103086-87.2014.8.13.0024, em que MARCIO APOLINARIO PROCOPIO, brasileiro,
natural de Ponte Nova/MG, nascido em 21 de
dezembro de 1980, filho de Maria Tereza Procópio e

José Apolindrio Procópio, RG 12.352.498 SSP/MG , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, combinado do art.155 do CP . E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 0328316-06.2021.8.13.0024 em que PAULO HENRIQUE DE FREITAS ROSA, brasileiro, natural de Ponte Nova/MG, nascido em 22/08/1977, filho de ANEMERCIO EUSTÁQUIO ROSA e MARIA DAS DORES DE FREITAS, RG 6.372.422 SSP/MG , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, da Lei nº11.343/06 . E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - COMARCA DE BELO HORIZONTE - Processo nº 2730583-61.2012.8.13.0024 Ação: Usucapião, Assunto: [Usucapião Extraordinária], requerido por VILMANETE DOS SANTOS - CPF: 564.149.196-91 (AUTOR) , Advogado: ALEXANDRE MAGNO TEIXEIRA FERRAZ - OAB MG115682 em face de ARACY MARQUES CINCOETTI - CPF: 188.670.496-15 (RÉU/RÉ) e outros. Edital de Citação - Prazo de 30 dias. A Dra. Maria Luíza de Andrade Rangel Pires, MM. Juíza de Direito, em pleno exercício do cargo, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, tramita perante esta Vara a ação mencionada, cuja pretensão se refere ao Usucapião do imóvel, localizado à Rua Hildebrando de Oliveira, nº 222 - Bairro Copacabana, constituído pelo lote 05 (cinco) da quadra 041 (quarenta e um) com área de 360,00 m2 , em Belo Horizonte/MG. Expediu-se o presente para citar Maria Gertrudes do Carmo Santos e Joaquim José dos Santos, bem como seus possíveis herdeiros para todos os termos e atos da ação proposta, ciente de que caso não contestada no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do final do prazo deste edital, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do Art. 256 e 344 do CPC. Transcorrido in albis o prazo para contestação, será indicado Curador Especial para as partes acima citadas, na pessoa de um dos Defensores Públicos atuantes perante este Juízo. Pelo que se expediu o presente edital que será publicado e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Ana Cláudia Rodrigues Vasconcellos Fortes. A Escrivã, Por ordem da MM. Juíza de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA com prazo de 60 (sessenta) dias. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita nesta Unidade Judiciária o Processo Pje de nº 0779926-16.2019.8.13.0024, tendo sido proferida em 19/07/2022 a r. sentença que JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para desclassificar a conduta descrita na denúncia para uso de drogas (art. 28 da LD) em relação ao acusado LÁZARO DA SILVA CÂNDIDO, brasileiro, solteiro, profissão não informada, natural de João Monlevade/MG, nascido em 04 de março de 2000, filho de Adnilson Cândido Silva e Janete da Silva Cândido, RG 17.272.048 SSP/MG, , absolvendo-o da prática do delito previsto no artigo 33 ,caput, da Lei 11.343/2006, tendo em vista que o réu não tem condenação definitiva e se trata de uso de drogas, foi determinada a remessa dos autos ao JECRIM para análise quanto ao cabimento das medidas despenalizadoras. Assim, se encontrando o sentenciado em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste Edital intimado para tomar ciência dos termos da r. sentença e, querendo, interpor recurso, no prazo da lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, _____, Amanda Arantes Moreira, Escrivã Judicial , por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2ª VARA DE FEITOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 3513159-51.2004.8.13.0024. EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS. EXECUTADO: ERMANO LEBRE DE OLIVEIRA - ME e outros. O leilão será exclusivamente eletrônico e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900. 1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão. 2º LEILÃO: no dia 17/11/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances. LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891. FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento somente à vista. Deverá ser realizado através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas. DESCRIÇÃO DOS BENS: 1) Veículo CARGA/CAMINHAO M.B./M.BENZ L 608 D, ano de fabricação/modelo 1977/1977, azul, placa GVH1629, chassi 30830212344189, renavam 002655693446, com motor fundido; sem carroceria; pneus totalmente carecas e arriados; banco inteiro em razoável estado de conservação; lataria amassada, com vários pontos de ferrugem e pintura queimada; portas amassadas; faltando equipamento. AVALIAÇÃO: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). ÔNUS: Multa e restrições judiciais 2) Veículo CAMINHAO FORD/F 350, ano de fabricação/modelo 1975/1975, preta, placa GXA6105, chassi LA7BPR46950; renavam 00266478204, com a carroceria aberta, de ferro, na cor azul, com 30 cm de altura; motor funcionando. AVALIAÇÃO: R$ 12.000,00 (doze mil reais). ÔNUS: Veículo autuado por débito de IPVA LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Rua Alexandrina Nogueira de Queiroz, 860, São João, Conselheiro Lafaiete/MG
CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições: 1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário. 2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data. 3º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V). 4º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.". 5º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial. 6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances. 7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. 8º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão. 9º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br .10º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão. 11º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances. 12º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos. 13º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem. 14º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 8º item. 15º) Ficam

desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas. 16º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.17º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital 11/10/2022

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 5032778-96.2018.8.13.0024. EXEQUENTE: ITAU UNIBANCO S.A. EXECUTADO: LJW LANCHES LTDA - ME e outros. O leilão será exclusivamente eletrônico, e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.
1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 17/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.
2º LEILÃO: no dia 01/12/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.
LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891.
DESCRIÇÃO DO BEM: Imóvel localizado na Avenida Deputado Último de Carvalho, 821, Planalto, Belo Horizonte/MG, com área do terreno de aproximadamente 558m² e área construída de aproximadamente 1.396,85m², e as seguintes benfeitorias: galpão com aproximadamente 250m²; 02 unidades com aproximadamente 45m² cada, compostas por quarto, sala, cozinha, banheiro, entrada independente e sem vaga de garagem; 02 unidades com aproximadamente 55m² cada, compostas por 02 quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e sem vaga de garagem; 03 unidades de apartamento com aproximadamente 75m² cada, compostos por 03 quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e sem vaga de garagem; 03 lojas de aproximadamente 45m² MATRÍCULA: 104177 no Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG.
AVALIAÇÃO: R$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais).
FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista ou parcelado com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC) e o sistema não receberá mais oferta parcelada. O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas.
ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 07/07/2022: Penhora referente aos processos 5030516-76.2018.8.13.0024 (R-10), 5032756-38.2018.8.13.0024 (R-11), 5073659-18.2018.8.13.0024 (R-12); Indisponibilidade referente aos processos 0010742-68.2018.5.15.0048 (Av-13), 0010599-52.2020.5.03.0110 (Av-14). - Pendente de averbação das benfeitorias existentes no local. OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 07/07/2022.
CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem desta M.M Juíza, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:
1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.
2º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
3º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/ pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.
4º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).
5º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.
6º) No leilão para pagamento à vista ou parcelado, a comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.
7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).
8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.".
9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.
10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.
11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.
12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.
13º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br .
14º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
15º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.
16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.
17º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
18º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 12º item.
19º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.
20º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.
21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 11/10/2022.

QUINTA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELO HORIZONTE MG. EDITAL DE INTERDIÇÃO. Autos nº: 5113778-50.2020.8.13.0024 - A Dra. Paula Murça Machado Rocha Moura, Juíza de Direito da 5ª Vara de Família desta Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que por sentença proferida

em 06/07/2022, pela MM Juíza de Direito, Dra. Paula Murça Machado Rocha Moura foi nomeada MARIA DE FÁTIMA R. DOS SANTOS, brasileira, RG
nº MG-468.684, SSP/MG, CPF/MF 028.785.086-29, como curadora de LOURDES DA CRUZ EDUARDO, brasileira, analfabeta, viúva de José Eduardo, pensionista, CPF nº 029.396.286-37, por ser portadora, segundo laudo pericial juntado ao ID 9452007997 - Pág. 10, de sequela de traumatismo crânio encefálico - TCE, traumatismo intracraniano, síndrome pós TCE, psicossíndrome mental orgânica e síndrome amnéstica alcoólica - KORSAKOFF. Isto é, restou demonstrada a incapacidade da requerida para administrar seus bens e praticar os atos da vida civil, sendo que a interdição e consequente nomeação de curador é a medida necessária para observância do que dispõe o art. 1.767 e seguintes do Código Civil, a bem da requerida. LIMITES DA CURATEL"Cabe ressaltar, contudo, que, por força do art. 85 da Lei 13.146/15, a curatela aqui tratada afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial da interditanda." Para conhecimento de todos expediu-se o presente edital, que será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Trata-se o presente edital da TERCEIRA publicação. Tereza Cristina Silveira Paiva da Silva Paes, Escrivã Judicial. Paula Murça Machado Rocha Moura, Juíza de Direito da 5ª Vara de Família. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2ª VARA DE FEITOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 2129649-50.2015.8.13.0024. EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS. EXECUTADO: ECOPOSTOS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ABASTECIMENTOS E LUBRIFICACAO EIRELI - EPP. O leilão será exclusivamente eletrônico e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.
1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão. 2º LEILÃO: no dia 17/11/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances. LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891. DESCRIÇÃO DO BEM: Tanque para fluidos especiais com capacidade de 7500 litros, fabricado pela empresa ARXO Industrial do Brasil, preparado para exposição, com pintura especial. AVALIAÇÃO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento somente à vista. Deverá ser realizado através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas. LOCALIZAÇÃO DO BEM: Avenida Presidente Tancredo Neves, 2029, Castelo, Belo Horizonte/MG CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições: 1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário. 2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data. 3º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V). 4º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.". 5º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial. 6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances. 7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. 8º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão. 9º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br . 10º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão. 11º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances. 12º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos. 13º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem. 14º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 8º item. 15º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas. 16º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão. 17º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 10/10/2022

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1167063-60.2019.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: ADÃO DAVIDSON SANTOS BRAZ , natural de Belo Horizonte / MG nascido em 19/03/1979, filho de Zélia Pereira Santos e Francisco Justino Braz que residia na rua vinte e nove n° 319 bairro conjunto Felicidade em BH /MG, incurso nas sanções do art 155 caput c.c art 14 II do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 0188694-09.2021.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: ADRIANO DE OLIVEIRA OSORIO , natural de Belo Horizonte / MG nascido em 02/07/1993, filho de Edna de Oliveira e Joã Evangelista Osorio que residia na rua Espirito Santo n° 306 em um Albergue no Centro de BH /MG, incurso nas sanções do art 155 caput c.c art 14 II do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será

publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

2ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE BENS E VALORES DA COMARCA DE BELO HORIZONTE- Edital de Notificação - Justiça Gratuita (paras efeitos do of. 099/95 Gapre) - O Dra Lívia Lúcia Oliveira Borba , MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Tóxicos, ORCRIM e Lavagem de Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tem andamento neste Juízo o processo de nº 0421234-92.2022.8.13.0024 em que foi denunciado(a) GABRIEL PATRICK GOMES DE SOUZA filho(a) de KELLY CRISTINA GOMES e EDISON ANTÔNIO DE SOUZA, nascido(a) em 23/06/2000, e constando dos autos estar o(a) ré(u) em local incerto e não sabido, notifico o(a) acusado(a) acima descrito(a), dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual, incurso(a) no art. 33, caput, c/c 40, III, da Lei nº 11.343/2006,na forma do art. 29 do Código Penal. Para conhecimento do(a) ré(u), não localizado(a) para a notificação pessoal, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, Renata Barroso Peixoto, Escrivã Judicial, por ordem do MM. Juiz, o subscrevo.

8ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - EDITAL de intimação de sentença à ré -Prazo 90 dias. O Sr. Dr. Luís Augusto César Pereira Monteiro Barreto Fonseca, MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos de ação penal nº 0227189-59.2020.8.13.0024, em que é ré: LARISSA CAROLINE DA SILVA FELIPE, nascida em 09/05/1994, portadora da cédula de identidade nº 19177846, filha de Eliane Regina da Silva Felipe e José Aparecido Felipe, que residia na rua Jordelina Oliveira de Jesus, nº 549, bairro Areias, Ribeirão das Neves-MG, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para intimá-la da sentença proferida em 28/09/2022, em que foi condenada, nas sanções do art. 155, caput, do Código Penal, à pena de 01(um) ano, 04(quatro) meses e 15(quinze) dias de reclusão, em regime fechado e 20(vinte) dias-multa mais, pagamento das custas processuais, cuja cobrança está suspensa por cinco anos, com direito de recorrer em liberdade. O dia-multa é 1/30(um trigésimo) do valor do salário-mínimo. E, constando dos autos que a dita ré está em local incerto e não sabido, para intimá-la da sentença, mandou, na forma da lei, expedir o edital, no prazo de 90 dias, findo os quais correrá o de 05 dias para a apelação. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022.
O escrivão##., o digitei por ordem do MM. Juiz de Direito.

2ª VARA CÍVEL Comarca de Belo Horizonte - Edital de CITAÇÃO - Prazo de 30 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc. Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo nº 5169493-14.2019.8.13.0024, Procedimento Comum que REGINA DE CARVALHO OLIVEIRA CHAVES move contra NELSON PEREIRA DE MENEZES E OUTRA. É o presente edital para citar os réus NELSON PEREIRA DE MENEZES, CPF. 156.069.238-31 E PATRÍCIA "DE TAL", que encontram-se em local incerto e não sabido, para os termos desta ação. Cientes de que não contestada a Ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do final do prazo deste edital, será nomeado curador especial. Pelo que se expediu o presente edital que será publicado e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. João Paulo Rezende Coelho, Escrivão Judicial, o subscrevi e assinei, por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto.

5ª VARA CRIMINAL. Comarca de Belo Horizonte. Justiça Gratuita. Edital de Intimação de Sentença. A Dra. Kenea Márcia Damato de Moura Gomes, MMª. Juíza de Direito da 5ª vara criminal, na forma da lei, etc. Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta vara os autos do processo 0641860-56.2019.8.13.0024, em que é autora Justiça Pública e Ré(u) LEANDRO MARTINS RIBEIRO, brasileiro(a), portador(a) do CPF: 094.605.666-85, que se encontra em local incerto e não sabido, e por sentença deste juízo datada de 01.09.2022, foi julgada procedente a denúncia, tendo o sido ré(u) condenado(a) nas sanções do artigo 306 da LEI 9503-97, à pena de 06 (seis) meses de detenção e 10 (dez) dias multa em regime aberto. Fixado o dia multa no equivalente a 1/30 do salário mínimo. Substituída a pena privativa de liberdade por 01 restritiva de direito, ou seja, prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo. Condenado ao pagamento das custas processuais. Ficam suspensos os direitos políticos do réu, nos termos do artigo 15, inciso III da CF/88. Sendo o presente edital para intimação da sentença, que será publicado e afixado na forma da Lei, com prazo de 60(sessenta) dias, findo o qual correrá o prazo de 5 (cinco) dias para apelação. B.Hte., 13/10/22.A escrivã: Cláudia Mendes de Souza Oliveira. A MMª. Juíza Dra. Kenea Márcia Damato de Moura Gomes.

2ª VARA CÍVEL Comarca de Belo Horizonte - Edital de CITAÇÃO - Prazo de 30 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc. Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo nº 5127564-69.2017.8.13.0024, Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária que BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA move contra MARCO PAULO TRINDADE DE LISBOA. É o presente edital para citar o réu MARCO PAULO TRINDADE DE LISBOA - CPF: 049.125.676-04, que encontra-se em local incerto e não sabido, para os termos desta ação. Ciente de que não contestada a Ação no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do final do prazo deste edital, será nomeado curador especial. Pelo que se expediu o presente edital que será publicado e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. João Paulo Rezende Coelho, Escrivão Judicial, o subscrevi e assinei, por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 8ª UNIDADE JURISDICIONAL CÍVEL - 24º JD DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 9004377-19.2018.8.13.0024. EXEQUENTE: HERMANO MOREIRA PETTERSEN FILHO. EXECUTADO: MARCILIO FROTA VASCONCELOS JUNIOR. O leilão será exclusivamente eletrônico e realizado no site www.anandaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.
1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.
2º LEILÃO: no dia 17/11/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.
LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891.
DESCRIÇÃO DO BEM: AUTOMOVEL CITROEN/C3 GLX 14 FLEX, ano de fabricação/modelo 2006/2007, preta, placa HFG2757, chassi 935FCKFV87B50568, renavam 00899728723, não funciona, com problemas mecânicos, em estado ruim de conservação, pneus ruins, pintura queimada, interior ruim.
AVALIAÇÃO: R$ 7.000,00 (sete mil reais)
FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento somente à vista. Deverá ser realizado através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail anandaleiloes@gmail.com na mesma data, até às 15 horas.
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Satélite, 325, Alto Caiçara, Belo Horizonte/MG
ÔNUS: Multas, veículo autuado por débito de IPVA, restrição judicial e desalienação que só será processada após a emissão de um novo CRV
CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:
1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Ananda Portes Souza, Matrícula 872 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.
2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.
3º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).
4º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.".
5º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.anandaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.
7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS",

sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas.
8º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.
9º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.anandaleiloes.com.br .
10º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
11º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.
12º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.
13º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
14º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 8º item.
15º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.
16º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.
17º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 11/10/2022.

2ª VARA DE FAMÍLIA

SOB JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CURATELA/INTERDIÇÃO com prazo de 20 (vinte) dias - Art. 755, § 3º do CPC. PROCESSO Nº. 5031003-80.2017.8.13.0024. A Dra. VIVIANE QUEIROZ DA SILVEIRA CÂNDIDO, MM(a). Juiz(iza) de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de. Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, e na forma da lei etc ...
FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 08 de março de 2022, foi decretada a interdição PARCIAL de ANTÔNIA LÚCIA DE JESUS, nos termos do art. 85 da Lei 13.146/15 e art. 755 do CPC, por ser portador(a) de "SÍNDROME DEMENCIAL COMPATÍVEL COM DOENÇA CEREBROVASCULAR CID 10ª REVISÃO(OMS-1993):-F01-DEMÊNCIA VASCULAR", tendo sido nomeado(a)-lhe curador(a) na pessoa de SÉRGIO SEBASTIÃO. E para o conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se este edital que vai publicado e afixado no átrio do Fórum. Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte/MG, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, Vera Lúcia de Souza Almeida, Escrivã Judicial, subscrevo por ordem do(a) MM(a). Juiz(iza) de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte/MG, Bacharel Viviane Queiroz da Silveira Cândido. Defensora Pública: Raquel de Souza Pyramo Novaes MADEP 806. Curadora Especial: Renata da Silva Gontijo Marini MADEP 447.
Certifico e dou fé haver expedido, enviado e afixado uma via do presente edital em local de costume.
Certifico e dou fé que foi expedido edital e enviado ao DJe- Diário do Judiciário eletrônico nesta data.
Belo Horizonte, 13/10/2022.

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS- COMARCA DE BELO HORIZONTE-, Processo PJE nº 5046957-30.2021.8.13.0024 Ação: Usucapião, requerida por: Rafael de Araújo Silva, CPF 056.256.616-34 e outro(s) em face de Bartolomeu Gatti e outro(s). Edital de Citação - Prazo de 30 dias. A Dra. Maria Luiza de Andrade Rangel Pires, MM. Juíza de Direito, em pleno exercício do cargo na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, tramita perante esta Vara a ação mencionada, cuja pretensão se refere ao Usucapião do imóvel: Lote 14, do quarteirão 09, localizado na rua Maria Amélia Mello, 256, bairro Resplendor (Santa Helena), nesta Cidade de Belo Horizonte. Expediu-se o presente para citar terceiros interessados, incertos, desconhecidos e ausentes para todos os termos e atos da ação proposta, ciente de que caso não contestada no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do final do prazo deste edital, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do Art. 256 e 344 do CPC. Pelo que se expediu o presente edital que será publicado e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Ana Cláudia Rodrigues de Vasconcellos Fortes. A Escrivã, Por ordem da MM. Juíza de Direito.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 5118499-74.2022.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: PETERSON GOMES , natural de Belo Horizonte / MG nascido em 21/01/1976, filho de Teresinha de Jesus Gomes e Antônio Américo Gomes que residia na rua Osvaldo Carvalho Reis n° 237 bairro Palmital em Santa Luzia /MG, incurso nas sanções do art 331 do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

2ª VARA CÍVEL Comarca de Belo Horizonte - Edital de CITAÇÃO - Prazo de 30 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc. Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo nº 0300346-12.2013.8.13.0024, Procedimento Comum que RODRIGO ANTUNES NASCIMENTO move contra MOACYR MENDES DINIZ . É o presente edital para citar os réus, no INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO JURÍDICA, MOACYR MENDES DINIZ, CPF. 056.357.306-63 E HOBERDAN MOACIR SOARES MENDES, CPF 569.935.606-15, que encontram-se em local incerto e não sabido, para os termos desta ação. Cientes de que não se manifestando no INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do final do prazo deste edital, será nomeado curador especial. Pelo que se expediu o presente edital que será publicado e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. João Paulo Rezende Coelho, Escrivão Judicial, o subscrevi e assinei, por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto.

1ª VARA DE TÓXICOS - Comarca de Belo Horizonte - Edital de Intimação de Sentença com prazo de 90 dias - Justiça Gratuita (para os efeitos do of. 099/95 - GAPRE) - O Dr. Ronaldo Vasques, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de bens e valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tem andamento, neste Juízo, o processo de número 5194570-20.2022.8.13.0024 em que MATHEUS HENRIQUE BASILIO DOS SANTOS, brasileiro, nascido aos 26/04/2000, natural de Belo Horizonte/MG, RG 20.570.289 SSP/MG, CPF 023.366.296-07, filho de Silio Eugênio dos Santos e Almezina Basilio da Silva, residente em local incerto e não sabido, para que tome ciência do teor do dispositivo da sentença: Ao que venho expor e fundamentar, julgo procedente a denúncia, para condenar o denunciado MATHEUS HENRIQUE BASÍLIO DOS SANTOS nas sanções do artigo 37 da Lei 11.343/06. [...] Não há agravantes, causas de diminuição ou causas de aumento a serem valoradas, de modo que resta a pena em seu patamar definitivo em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Assim, tendo em vista a reprimenda imposta e as circunstâncias previstas no artigo 59 do CPB, fixo o regime aberto para o cumprimento da pena, na forma art. 33, § 2º, alínea "c", e § 3º do Código Penal. Preenchendo o réu os requisitos legais elencados no art. 44, incisos I, II e III, do CPB, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos consistentes na prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana, nos termos a serem definidos pelo Juízo das execuções criminais. Deixo de expedir alvará de soltura em favor do réu em comento, tendo em vista que se encontra solto por este processo e assim poderá recorrer. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu, Jádna C. Germanio de S. Ferreira, Oficial Judiciário, o digitei. Eu, Ana Flávia Zimmerer Nascimento, Gerente de Secretaria, por ordem do MM. Juiz, o subscrevo.

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. PROC. Nº 5105584-95.2019.8.13.0024. FALÊNCIA DE CAD - CENTRO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO - EPP. EDITAL PARA CONHECIMENTO DOS CREDORES E INTERESSADOS. PRAZO: 10 (DEZ) DIAS. O Bel. Adilon Cláver de Resende, MM Juiz de Direito, em substituição da 1ª Vara Empresarial, em exercício de seu cargo, na forma da lei, etc# Faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que a Administradora Judicial PAOLI BALBINO & BARROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, representado pelo Dr. Otávio de Paoli Balbino de Almeida Lima, OAB/MG - 123.643, avisa aos credores e interessados, nos termos do art. 114-A da lei 11.101/05, da

possibilidade de encerramento sumário desta falência, diante da inexistência de ativos. Fica fixado o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de eventual oposição ao encerramento, consignando que os credores e/ou interessados que manifestarem oposição ao encerramento deverão arcar com os custos do processo (art.114-A, §1º, da Lei 11.101/05).E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente. B.Hte, 13/10/2022 (as.) Brígida Nascimento Souza de Oliveira - Escrivã. (as.). Bel.
Adilon Cláver de Resende, MM Juiz de Direito, em substituição da 1ª Vara Empresarial

6ª VARA CÍVEL @ EDITAL DE INTIMAÇÃO - COMARCA DE BELO HORIZONTE - Prazo de 30 (trinta) dias. O(a) MM. Juiz(a) de Direito da Sexta Vara Cível, Dr. Pedro Cândido Fiúza Neto, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, faz saber aos que virem o presente edital ou dele tomarem conhecimento que, por este Juízo, tratam os autos de, processo nº 1771059-61.2012.8.13.0024, ajuizado por ESPÓLIO DE ROSENVALTER GOMES DOS SANTOS, em desfavor de LUIZ CARLOS DIAS e SOCIEDADE ABREU CUNHA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - ME,. É o presente edital para INTIMAR o Requerido SOCIEDADE ABREU CUNHA CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - ME, CNPJ 20.252.946/0001-52, que se encontra em local incerto e não sabido, para efetuar o pagamento das custas finais, no valor de R$ 1.160,09 (um mil cento e sessenta reais e nove centavos), no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% e inscrição do débito na dívida ativa. Pelo que se expediu o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Belo Horizonte, 07 de outubro de 2022. Eu_____ Mônica Cristina de Araújo Teixeira Carvalho, Gerente de Secretaria o subscrevi, por ordem do MM. Juiz(a) de Direito.

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE - Edital de citação, com prazo de 30 dias. O Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível, na forma da lei, faz saber a todos quantos o conhecimento do presente deva pertencer que, por este juízo e secretaria, têm andamento os autos da Ação de Execução, processo nº 5010936-94.2017.8.13.0024, requerida por BANCO BRADESCO SA em face de COMERCIAL DE ALIMENTOS SEMPRE BOM LTDA-ME E JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, CPF. 000.587.306-13. O exequente não logrou êxito em descobrir o paradeiro dos executados, que se encontram em local incerto e não sabido. Assim, expediu-se o presente edital para citá-los, para em 03 (três) dias pagarem a importância de R$ 50.500,05 (Cinquenta mil, quinhentos reais e cinco centavos), referente ao valor da execução em 01/10/2020, a ser acrescido de juros, honorários de advogado do autor, custas e demais consectários da inadimplência ou nomear bens à penhora. No caso de pagamento integral, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade; o executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. O executado tem direito de parcelar o débito em até 06 (seis) vezes na forma do art. 745-A do CPC. E, para que ninguém possa alegar ignorância, será o presente publicado na forma da lei e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. O escrivão, João Paulo Rezende Coelho..... Juiz de Direito .....

SECRETARIA DA 19ª VARA CÍVEL - Comarca de Belo Horizonte - Edital de CITAÇÃO, com prazo de 30 dias. A Dra. Maria da Glória Reis, Juíza de Direito da 19ª Vara Cível, na forma da lei, faz saber a todos quanto o conhecimento do presente deva pertencer que, por este juízo e secretaria, têm andamento os autos da Ação de Indenização (Procedimento Comum Cível), processo nº 5142052-58.2019.8.13.0024, interposta por CYNTHIA EVANGELISTA FERREIRA em face de CENTRAL TOLDOS BH LTDA, por não lograrem êxito em descobrir o paradeiro da ré, que se encontra em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para citá-la para tomar conhecimento da ação e para, querendo, contestá-la, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de revelia. Não sendo contestada a ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344, CPC). Caso a requerida se torne revel será nomeado Curador Especial para sua defesa. E, para que ninguém possa alegar ignorância, será o presente publicado na forma da lei e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 10 de outubro de 2022. A escrivã, Christiane Siqueira Hermont, #.....#.....
Juíza de Direito.....

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 5868003-43.2001.8.13.0024. EXEQUENTE: CONDOMINIO FECHADO BALNEARIO QUINTAS DO LAGO. EXECUTADO: JOSE ROGERIO DE FARIAS GONTIJO. O leilão será exclusivamente eletrônico, e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.
1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.
2º LEILÃO: no dia 24/11/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.
LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891.
FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista ou parcelado com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC) e o sistema não receberá mais oferta parcelada. O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas
DESCRIÇÃO DOS BENS: 1) Lote nº 01, quadra 02 localizado na Rua Alameda das Garças, Condomínio Balneário Quintas do Lago, Cláudio/MG com área de aproximadamente 1691m², confrontando frente de 28,00m, pelo fundo extensão de 13,00m, com a Rua dos Patos, lado esquerdo com 75,00m, com o lote 02 e pelo lado direito extensão de 90.00m com a Rua Araras; com sua superfície bastante enladeirada. MATRÍCULA: 1861 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cláudio/MG.
AVALIAÇÃO: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 08/09/2022: Não há. - Pendente de individualização da matrícula. OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 08/09/2022.
2) Lote nº 02, quadra 02 localizado na Rua Alameda das Garças, Condomínio Balneário Quintas do Lago, Cláudio/MG com área de 1.207,00m², confrontando de 21m com a Rua Alameda das Garças, pelo fundo extensão de 13,00m com a Rua dos Patos, lado esquerdo extensão de 67,00m com o lote 03 e lado direito extensão de 75,00m com o lote 01; com sua superfície bastante enladeirada. MATRÍCULA: 1861 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cláudio/MG.
AVALIAÇÃO: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 08/09/2022: Não há. - Pendente de individualização da matrícula. OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 08/09/2022.
CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:
1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.
2º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
3º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/ pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.
4º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).
5º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.
6º) No leilão para pagamento à vista ou parcelado, a comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.
7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).
8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.".
9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.
11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.
12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.
13º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br .
14º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
15º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.
16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.
17º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
18º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 12º item.
19º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.
20º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.
21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 27/09/2022

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº5196511-05.2022.8.13.0024, em que JULIANA REIS DOS SANTOS, brasileira ,solteira, RG 18.069.019/SSP - SSP/MG nascido aos 24/10/1992, natural de BELO HORIZONTE/MG, filho de Cely dos Reis Baião e Amarildo dos Santos Bastos, foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, da Lei nº 11.343/06 e art.12 caput,da Lei 10.826/03, na forma do art. 69,CP. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima , MMª . Juíza de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos do Processo nº 1407434-48.2020.8.13.0024 em que é autora a Justiça Pública e acusado: CRISTOPHER THOMAS PALHANO , natural de Quatro Barras / PR nascido em 08/05/2001, filho de Cirleia Aparecida Perpétuo e Durval Júnior Palhano que residia na rua Morador de Rua em BH /MG, incurso nas sanções do art 155 caput c.c art 14 II do do Código Penal. E, constando dos autos que dito réu está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e o notifica para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando a resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, através de defensor constituído, sendo que caso não possua condições financeiras para fazê-lo, ser-lhe-á nomeado o defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719 de 20/06/2008. Saliente ao Acusado que, não constituindo Defensor Particular ou não declarando a sua hipossuficiência econômico-financeira, ser-lhe-á(ão) nomeado(s) Advogado dativo, consoante art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do C.P.P.. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. A MMª. Juíza de Direito, Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa Lima.

2ª VARA CÍVEL Comarca de Belo Horizonte - Edital de INTIMAÇÃO - Prazo de 30 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc. Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo nº 1678359-95.2014.8.13.0024, Procedimento Comum que LUCILIA MARIA NUNES FRADE move contra DARIA SOARES LOPES. É o presente edital para intimar a ré, DARIA SOARES LOPES , CPF. 002.463.406-90, que encontra-se em local incerto e não sabido, para que tome ciência da planilha de débitos apresentada pela parte autora através da petição de ID. 7877003043, no valor de R$26.382,65 (vinte e seis mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), devendo, no prazo de 15 (quinze) dias, se for o caso, proceder ao depósito espontâneo dos valores . Pelo que se expediu o presente edital que será publicado e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2.022. João Paulo Rezende Coelho, Escrivão Judicial, o subscrevi e assinei, por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Sebastião Pereira dos Santos Neto.

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 3° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: INTIMAÇÃO DO REQUERIDO SOBRE O DEFERIMENTO DAS MEDIDAS. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 5025711-41.2022.8.13.0024. Tipo de ação: MEDIDA PROTETIVA. Nome da Requerente: FRANCISCA SOARES DE BARROS . O MM. O Juiz de Direito, Dr. Richard Fernando da Silva, no uso de suas atribuições, e na forma da lei etc. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figura como Requerido: JAILSON DA ISLVA , filho de Josefa Maria da Silva , residente e domiciliado na R. Padre Argemiro Moreira, 60 , Beira Linha, Bhte - MG
E constando dos autos estar o requerido em lugar incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo da decisão que concedeu medidas protetivas à requerente, as quais se encontram elencadas nos autos supra. Prazo de 05 (cinco) dias para manifestação. Para conhecimento de todos expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE, Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Liría Aparecida Soares Teixeira, gerente de Secretaria.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº5196511-05.2022.8.13.0024, em que FRANCISLAINE HELENA DA COSTA, brasileira, solteira,
natural de Caeté/MG, nascido em 30/09/1986, com 32 anos à
data do fato, filha de Lourdes Aparecida de Figueiredo da
Costa e Davi Daniel da Costa, portadora do RG n.º 13.031.302,
SSP/MG , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, caput, da Lei nº 11.343/06 c/c art.29, CP. E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 3° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: INTIMAÇÃO DO REQUERIDO. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 5025711-41.2022.8.13.0024. Tipo de ação: MEDIDA PROTETIVA. O MM. O Juiz de Direito, Dr. Richard Fernando da Silva, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figuram como requerente: FRANCISCA SOARES DE BARROS, filha de ROSA SOARES DE BARROS e JOAO BARROS DA SILVA, nascida em 29/01/1966, que residia na Rua Padre Argemiro Moreira, 60, bairro

Beira-Linha, Belo Horizonte/MG, e, como requerido, figuram-se JAILSON DA ISLVA, filho de JOSEFA MARIA DA SILVA, que residia na Rua Padre Argemiro, 36 ou 38, bairro Beira-Linha, Belo Horizonte/MG. E constando dos autos que o requerido encontra-se em local incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo da decisão que concedeu medidas protetivas em seu desfavor, as quais se encontram elencadas nos autos supra. Prazo de 05 (cinco) dias para recurso. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE (Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG). Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Líria Aparecida Soares Teixeira, Gerente de Secretaria, por ordem do MM. Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO. 4ª VARA DE TÓXICOS, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - EDITAL DE CITAÇÃO para apresentação de Defesa Prévia com prazo de 15 dias - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Rodrigo Heleno Chaves, Juiz de Direito da 4ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tramita neste Juízo o processo PJE de nº 0309946-13.2020.8.13.0024 , em que LUCAS FRANCISCO LEHMANN, brasileiro, natural de Contagem/MG, nascido em 26 de julho de 2000, filho de Vanuza Francisco da Silva e Ivan Silva Lehmann, RG n°19.124.582 SSP/MG , foi denunciado como incurso nas sanções do art.33, da Lei nº 11.343/06 . E, constando nos autos se encontrar o réu em local incerto e não sabido, CITE-SE por meio deste edital para que apresente Defesa Prévia, no prazo de 15 dias, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se, no curso deste, a citação for realizada por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Eu Amanda Arantes Moreira, por ordem do MM. Juiz o subscrevo.

1ª VARA EMPRESARIAL. COMARCA DE BELO HORIZONTE. PROCESSO Nº 5100881-24.2019.8.13.0024. AÇÃO DE PEDIDO DE FALÊNCIA. AUTOR: RAMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME em face de RÉ: MP INFORMATICA LTDA - ME. PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O Dr. Adilon Claver de Resende, MMº Juíz de Direito, da 1ª Vara Empresarial, em exercício de ser cargo, na forma da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que tendo em vista o representante legal da empresa MP INFORMATICA LTDA - ME inscrita no CNPJ: 26.204.770/0001-40, por SE ENCONTRAR EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme se extrai dos presentes autos, fica o mesmo através do presente edital CITADO para os termos da presente ação, expedi-se este edital para, querendo, apresentar contestação no prazo de 10(dez) dias, contestar a ação (art. 98 Lei 11.101/2005), com as advertências legais. Em caso de elisão (parágrafo único do art. 98 da Lei 11.101/05), fixo os honorários advocatícios em10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em conformidade com artigo 85,§2º do Código de Processo Civil e Súmula 29 do STJ. SENDO ADVERTIDO QUE SERÁ NOMEADO CURADOR ESPECIAL EM CASO DE REVELIA, nos termos legais do art. 257, I a IV do CPC. E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente que será afixado e publicado na forma da lei.. Belo Horizonte, 13/10/2022 (as.) Brígida Nascimento Souza de Oliveira - Escrivã. (as.) Adilon Claver de Resende - Juíz de Direito em substituição.

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 3° JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: INTIMAÇÃO DO REQUERIDO. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 2166557-96.2021.8.13.0024. Tipo de ação: MEDIDA PROTETIVA. O MM. O Juiz de Direito, Dr. Richard Fernando da Silva, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figuram como requerente: RAQUEL MARCIA DE SOUZA SANTOS, filha de MARIA DAS GRACAS CAMPOS e MOACYR DE SOUZA, nascida em 16/03/1983, que residia na a Rua Martinho de Mendonça, 260, Bairro Nova Cachoeirinha, Belo Horizonte/MG, e, como requerido, figuram-se ROSENILDO AGRIPO DOS SANTOS , filho de MARIA AGRIPO DO NASCIMENTO e BENEDITO RODRIGUES DOS SANTOS, que residia na Rua Filadélfia, 1339, bairro Granjas Primavera (Justinópolis) - Ribeirão das Neves/MG. E constando dos autos que o requerido encontra-se em local incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo da decisão que concedeu medidas protetivas em seu desfavor, as quais se encontram elencadas nos autos supra. Prazo de 05 (cinco) dias para recurso. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE (Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG). Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Líria Aparecida Soares Teixeira, Gerente de Secretaria, por ordem do MM. Juiz de Direito.

COMARCA DE BELO HORIZONTE. 11ª VARA DE FAMÍLIA. Edital de Interdição. Processo nº. 5032998-60.2019.8.13.0024. O MM. Juiz de Direito da 11ª Vara de Família de Belo Horizonte/MG, Dr. Marco Antonio Feital Leite, faz saber a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por sentença proferida em 07/10/2022, foi decretada a interdição de LOURDES FRANCISCA DOS SANTOS E SANTOS, brasileira, aposentada, viúva, RG MG-1.033.849, portador(a) de Demência não especificada (CID 10-F00.3), declarando-o(a) incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do artigo 85 da Lei 13.146/2015 e, de acordo com os arts. 4ª, III, do Código Civil e 747, I, do Código de Processo Civil, nomeou-lhe curador(a) ANTONIO WALISSON DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, publicitário, RG M-2.548.643. E, para que todos tomem conhecimento, expediu-se o presente Edital, que será afixado e publicado na forma da Lei, por 03 vezes, com intervalo de 10 dias, na forma do art. 755, §3º do CPC e art. 9º, III do Código Civil. Belo Horizonte, 13/10/2022. Eu, Silvana Márcia Vieira Saldanha, Escrivã Judicial da 11ª Vara de Família de Belo Horizonte, o subscrevo e assino.
Adv.: Otelino Fernandes das Neves Junior OAB 76914

8ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - EDITAL de intimação de sentença à ré -Prazo 90 dias. O Sr. Dr. Luís Augusto César Pereira Monteiro Barreto Fonseca, MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos de ação penal nº 0597563-66.2016.8.13.0024, em que é réu: GIOVANI SOUZA GONZAGA, nascido em 03/06/1980, filho de Conceição Aparecida de Souza e Walter Galdino Gonzaga, que residia na rua Jatobá, nº 147, bairro Jardim das Rosas, Ibirité-MG, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para intimá-lo da sentença proferida em 31/08/2022, em que foi condenado, nas sanções do art. 155, §4º, I, do Código Penal, à pena de 02(dois) anos de reclusão, em regime aberto e 10(dez) dias-multa mais, pagamento das custas processuais, com direito de recorrer em liberdade. O dia-multa é 1/30(um trigésimo) do valor do salário-mínimo vigente na época. A pena privativa de liberdade foi substituída pela prestação pecuniária de 01(um) salário mínimo, a ser revertido em prol de entidade a ser indicada pela Vara de Execuções Criminais e pela prestação de serviços à comunidade, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, a ser prestada em entidade a ser designada pelo juízo das Execuções. E, constando dos autos que dito réu está em local incerto e não sabido, para intimá-lo da sentença, mandou, na forma da lei, expedir o edital, no prazo de 90 dias, findo os quais correrá o de 05 dias para a apelação. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022.
O escrivão##., o digitei por ordem do MM. Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO
COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: Edital de citação para apresentação de defesa escrita. Prazo do Edital: 15(QUINZE) dias. Número do Processo: 1039890-53.2019.8.13.0024. Tipo de ação: penal. Nome do autor: Ministério Público Estadual. A MM. Juiz de Direito do 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, Dr. José Romualdo Duarte Mendes , no uso de suas atribuições, e na forma da lei,etc.. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figura como réu: MÁRCIO RABELO, filho de Maria de Lourdes Rabelo, nascido em 26/04/1961, que residia na Rua Dos Guaranis, 458, ap 211, Centro - BH/MG, por infração ao artigo 21 da Lei de Contravenções Penais c/c art.61, II, alínea "f"do Código Penal, e constando dos autos estar o réu em lugar incerto e não sabido, é o presente, citá-lo a responder à acusação, por escrito, nos termos dos arts. 396 e 396A da Lei 11.719/08, no prazo de 10 (Dez) dias. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada desta secretaria criminal, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE - Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Bel. Luis Henrique Evangelista Gomes, Gerente de Secretaria.

8ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo 15 (Quinze) dias. O Dr. Luís Augusto César Pereira Monteiro Barreto Fonseca, MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc...Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos de ação penal nº 0312250-14.2022.8.13.0024, em que é autora a Justiça Pública e réu EDUARDO ALEXANDRE SOARES DE MATOS, brasileiro, natural de Baldim-MG, nascido em 30/03/1994, RG 18.817.955/SSP-MG, filho de Mariza Antônia de Matos e Evandro Soares de Matos, que residia na rua Nossa Senhora de Lourdes, nº276, bairro Bela Vista, Sete Lagoas-MG, atualmente, com endereço desconhecido, incurso nas sanções do art. 155, §4º, inciso I e IV, do Código Penal. E, constando dos autos que o dito réu encontra-se em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o cita para os termos da ação e notifica para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,

através de defensor constituído, nos termos do artigo 396-A, da Lei Federal nº 11.719, de 20/06/2008. Na hipótese de não ter condições de constituir advogado, deverá procurar a Defensoria Pública, com urgência. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022#... O escrivão, o digitei por ordem do MM. Juiz de Direito. "JUSTIÇA GRATUITA".

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Justiça Gratuita - Finalidade: Intimar o requerido para ciencia e cumprimento das medidas protetivas. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 5101773-25.2022.8.13.0024. Tipo de ação: Expediente Apartado de Medidas Protetivas . Nome do autor: D.T.C. O MM. Juiz de Direito, Dr. José Romualdo Duarte Mendes, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc.. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento neste Juizado os autos do processo em que figura como requerido: EDUARDO PEREIRA CAMPOS JÚNIOR , filho de EDUARDO PEREIRA CAMPOS e DOLORISA TEIXEIRA CAMPOS, RG 13139569 /MG, que residia à Rua Bonfim, 544, Bairro Bonfim, Belo Horizonte/MG. E, constando dos autos estar o requerido em lugar incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo para tomar ciência da decisão que deferiu medidas protetivas em seu desfavor, a saber: a) o afastamento do requerido do lar, domicílio ou local de convivência com a requerente b) proibição de aproximação da ofendida a menos de 250 (duzentos e cinquenta) metros; c) proibição de contatar a ofendida por qualquer meio de comunicação, especialmente através de celular, mensagens ou de redes sociais, salvo por meio de advogado, bem como de divulgar qualquer espécie de foto ou vídeo íntimo que porventura possua em seu poder; d) proibição de frequentação à residência e ao local de trabalho da ofendida, advertindo-o também que o descumprimento poderá ensejar monitoração eletrônica ou a decretação de sua prisão preventiva Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada deste Fórum, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE - Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Luís Henrique Evangelista Gomes - Gerente de Secretaria.

3ª VARA DE TÓXICOS - ORCRIM - LAV. BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - Edital de Citação de Audiência de Instrução e Julgamento com prazo de 03 dias - Justiça Gratuita (para os efeitos do of. 099/95 Gapre) - O Dr. Leonardo Vieira Rocha Damasceno , MM. Juiz de Direito da 3ª Vara de Tóxicos - ORCRIM - Lav. Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tem andamento, neste Juízo, o processo de número 0568802-15.2022.8.13.0024 em que é parte DAVI CARLOS FERREIRA, brasileiro, solteiro, natural de Belo Horizonte/MG, nascido em 15/05/2003, portador da identidade nº 21406209/SSP, inscrito no CPF n°: 161.099.416-70, filho de Jacilene Pinto Carlos e Eliezer da Cruz Ferreira , como incurso nas sanções do art. Art. 33 c.c art. 40, inciso VI, da Lei 11.343/06. E, constando nos autos estar em local incerto e não sabido, intimo-a/cito-a por meio deste edital para a Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 03 de NOVEMBRO de 2022 ÀS 13H40M, no Fórum Lafayette, situado na Avenida Augusto de Lima, 1549, sala G-325, 3º andar, em Belo Horizonte/MG, correndo o prazo após o término do fixado neste edital, salvo se no curso deste for feita a intimação e citação por outra forma da Lei. E para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022 .Eu, Vania Regufe, Oficial Judiciário, 3a Vara de Tóxicos, por ordem do MM. Juiz de Direito, digitei e o subscrevi.

1ª VARA DE TÓXICOS - ORCRI -LAV. BENS E VALORES - Comarca de Belo Horizonte - Edital de Intimação de Sentença com prazo de 90 dias - Justiça Gratuita (para os efeitos do of. 099/95 - Gapre) - O Dr. Ronaldo Vasques, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Tóxicos - Organização Criminosa - Lav. Bens e Valores da Comarca de Belo Horizonte, FAZ SABER que tem andamento, neste Juízo, o processo de número 1452547-25.2020.8.13.0024, em que HENRIQUE MOREIRA NEVES, brasileiro, nascido em 06/12/1993, filho de Amilta Moreira, condenado como incurso nas sanções do art. 33 da Lei 11.343/06 e art. 14 da lei 10826/03, fixada a pena total a pena de 05(cinco) anos 07(sete) Meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 422 dais multa. E constando dos autos estar o réu em local incerto e não sabido, intimo-o por meio deste edital da sentença, correndo o prazo da apelação após o término do fixado neste edital, salvo se no curso deste for feita a intimação por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13/10/2022. Eu, Ana Flávia Nascimento, Gerente de secretaria, o digitei, por ordem do MM. Juiz, o subscrevo.

Certidão

Certifico e dou fé que o edital acima foi encaminhado ao DJE para publicação. Bhte. 13/10/2022.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 1510014-11.2010.8.13.0024. EXEQUENTE: CATHIA BREDER DE BARROS CRUZ e outros. EXECUTADO: YANA PELUCI FONSECA AMARAL e outros. O leilão será exclusivamente eletrônico, e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.

1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.

2º LEILÃO: no dia 17/11/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.

LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891.

DESCRIÇÃO DO BEM: Apartamento nº 01 do Edifício Ouro Branco localizado na Av. Augusto de Lima, 1.168, Barro Preto, Belo Horizonte/MG com área total de aproximadamente 37,31m², quarto, banheiro, sala e cozinha. MATRÍCULA: 24.245 no Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG.

AVALIAÇÃO: R$ 90.000,00 (noventa mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista e, se não houver oferta nesta condição, o pagamento poderá ser parcelado, com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC). O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão independente da data que constar na guia judicial, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas

ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 24/03/2022: Não há. - Notificamos o síndico para nos informar quanto a eventuais débitos de condomínio, assim que obtivermos retorno, juntaremos a informação nos autos. OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 24/03/2022.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:

1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

3º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/ pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.

4º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

5º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.

6º) No leilão para pagamento à vista ou parcelado, a comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.

7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).

8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.".

9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o

interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.
11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.
12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.
13º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br .
14º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
15º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.
16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.
17º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
18º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 12º item.
19º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.
20º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.
21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 11/10/2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Justiça Gratuita - Finalidade: Intimar o requerido para ciencia e cumprimento das medidas protetivas. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 5045441-38.2022.8.13.0024. Tipo de ação: Expediente Apartado de Medidas Protetivas . Nome do autor: S.A.M. O MM. Juiz de Direito, Dr. José Romualdo Duarte Mendes, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc.. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento neste Juizado os autos do processo em que figura como requerido: DEIVE SOUZA SANTOS , filho de João Batista Pereira dos Santos e Wilma Batista de Souza Santos, RG 14467543 /MG, que residia à Rua SANTAREM, 346, bairro NOVA CINTRA, Belo Horizonte/MG. E, constando dos autos estar o requerido em lugar incerto e não sabido, é o presente para intimá-lo para tomar ciência da decisão que deferiu medidas protetivas em seu desfavor, a saber: a) o afastamento do requerido do lar, domicílio ou local de convivência com a requerente b) proibição de aproximação da ofendida a menos de 250 (duzentos e cinquenta) metros; c) proibição de contatar a ofendida por qualquer meio de comunicação, especialmente através de celular, mensagens ou de redes sociais, salvo por meio de advogado, bem como de divulgar qualquer espécie de foto ou vídeo íntimo que porventura possua em seu poder; d) proibição de frequentação à residência e ao local de trabalho da ofendida, advertindo-o também que o descumprimento poderá ensejar monitoração eletrônica ou a decretação de sua prisão preventiva Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada deste Fórum, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE - Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Luís Henrique Evangelista Gomes - Gerente de Secretaria.

1ª VARA DE TÓXICOS - ORCRIM - LAV.BENS E VALORES- Comarca de Belo Horizonte - Edital de Intimação de Sentença com prazo de 90 dias - Justiça Gratuita (para os efeitos do of. 099/95 - Gapre) - o Dr. Ronaldo Vasques, MM. Juiz de Direito, FAZ SABER que tem andamento, neste Juízo, o processo de número 0838639-47.2020.8.13.0024 em que KESLLEY JUNIO SOARES DA SILVA, filho de Francisco Julio da Silva e Nilma Soares Mota, condenado como incurso nas sanções do art. 33 da Lei 11.343/06 à pena de 01 ano e 08 meses de prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana, além 166 dias-multa. E constando dos autos estar a parte em local incerto e não sabido, intimo-o por meio deste edital da sentença, correndo o prazo da apelação após o término do fixado neste edital, salvo se no curso deste for feita a intimação por outra forma da Lei. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 13/10/2022. Eu, Ana Nascimento, gerente de secretaria, o digitei por ordem do MM. Juiz de Direito, o subscrevo.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 3694232-38.2013.8.13.0024. EXEQUENTE: GIL VIEIRA DE CARVALHO JUNIOR. EXECUTADO: REINALDO DE OLIVEIRA MOREIRA. O leilão será exclusivamente eletrônico, e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.
1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 17/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.
2º LEILÃO: no dia 01/12/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.
LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891.
DESCRIÇÃO DO BEM: Apartamento nº 204, do Edifício Fernão Dias localizado na Avenida Joaquim José Diniz, 417, Fernão Dias, Belo Horizonte/MG, com área construída de 81,49m², 3 quartos, sendo 1 suíte, banheiro, sala, cozinha, área de tanque, varanda descoberta e vaga de garagem. MATRÍCULA: 88.420 no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG.
AVALIAÇÃO: R$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais)
FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista ou parcelado com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC) e o sistema não receberá mais oferta parcelada. O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas.
ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 07/10/2022: Existência da ação referente aos processos 0024.12.208.844-6 (Av-2), 0024.13.220.215-1 (Av-3); Indisponibilidade referente ao processo 0011355-42.2014.5.03.0055 (Av-9). - Notificamos o síndico para nos informar quanto a eventuais débitos de condomínio, assim que obtivermos retorno, juntaremos a informação nos autos. OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 07/10/2022.
CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:
1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.
2º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
3º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/ pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.
4º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).
5º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.
6º) No leilão para pagamento à vista ou parcelado, a comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.
7º) No caso de inadimplemento ou desistência da

arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).
8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.".
9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.
11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.
12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.
13º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br .
14º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
15º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.
16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.
17º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
18º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 12º item.
19º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.
20º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.
21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 13/10/2022

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: Edital de citação para apresentação de defesa escrita. Prazo do Edital: 15(QUINZE) dias. Número do Processo: 0924284-112018.8.13.0024. Tipo de ação: penal. Nome do autor: Ministério Público Estadual. A MM. Juiz de Direito do 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, Dr. José Romualdo Duarte Mendes, no uso de suas atribuições, e na forma da lei,etc.. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figura como réu: JOEL ALMEIDA NICODEMOS, filho de Maria José Almeida de Andrade e de José Nicodemos, nascido em 18/01/1993, que residia na Rua Professor Mello Cnaçado, 195, bairro Comiteco, Belo Horizonte/MG, por infração aos artigos 129, § 9°, do Código Penal. E, constando dos autos estar o réu em lugar incerto e não sabido, é o presente, citá-lo a responder à acusação, por escrito, nos termos dos arts. 396 e 396A da Lei 11.719/08, no prazo de 10 (Dez) dias. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada desta secretaria criminal, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE - Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Luís Henrique Evangelista Gomes. Gerente de secretaria.

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: Edital de citação para apresentação de defesa escrita. Prazo do Edital: 15(QUINZE) dias. Número do Processo: 0492674-85.2021.8.13.0024. Tipo de ação: penal. Nome do autor: Ministério Público Estadual. A MM. Juiz de Direito do 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, Dr. JOSÉ ROMUALDO DUARTE MENDES, no uso de suas atribuições, e na forma da lei,etc.. faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento nesta Vara Criminal os autos do processo em que figura como réu: WEMERSON MIRANDA, filho de MARIA EUNICE MIRANDA, nascido em 08/10/1975, que residia na Rua Maria Lucia Petit, 394, Rio Branco, nesta capital, por infração aos artigos 129, §9º c/c artigo 147 c/c artigo 61, II, "f", na forma do artigo 69, caput, todos do Código Penal. E, constando dos autos estar o réu em lugar incerto e não sabido, é o presente, citá-lo a responder à acusação, por escrito, nos termos dos arts. 396 e 396A da Lei 11.719/08, no prazo de 10 (Dez) dias. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada desta secretaria criminal, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE - Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022. Luís Henrique Evangelista Gomes. Gerente de secretaria.

BELO VALE

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE BELO VALE/MG JUSTIÇA GRATUITA EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO. A MMª. Juíza de Direito desta Comarca de Belo Vale/MG, no uso das atribuições que lhe confere a lei, etc...faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, tem tramitação legal por esta Secretaria Judicial os autos de 0006237-88.2018.8.13.0064, Ação de Interdição requerida por Giovanni José da Silva, RG MG-14.491.974 SSP/MG, CPF 072.997.366/24, residente e domiciliado na Rus Amur, 36, Betânia, Belo Horizonte/MG, oportunidade em que este Juízo decretou por sentença proferida em 09/03/2021, a interdição de Lauro José da Silva, nascido em 22/11/1946, filho de Antônio José da Silva Júnior e Maria Margarida Parreira, C.I. M-3.427.200, CPF 519.258.186/91, residente no Povoado dos Costas, Zona Rural, Belo Vale/MG, declarando-o incapaz de exercer apenas os direitos de natureza patrimonial e negocial, tendo este Juízo nomeado o requerente, curador do interditado Lauro José da Silva. A curatela ora deferida atingirá apenas os direitos de natureza patrimonial e negocial. Este Juízo deixou de determinar a especialização de hipótese legal, face à idoneidade presumida do curador. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico, nos termos do artigo 755 do CPC por 03 (três) vezes e afixado no saguão do Fórum local. Eu, _____, Luciano Marison Braga de Castro, o fiz digitar e subscrevi. Belo Vale, 13 de outubro de 2022. Drª Flávia Generoso de Mattos, MMª. Juíza de Direito:

BETIM

COMARCA DE BETIM - VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E EXECUÇÕES PENAIS - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO - COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA RESTITUIÇÃO. A DOUTORA SIMONE TORRES PEDROSO, MMA. JUÍZA DE DIREITO DA VARA INFÂNCIA E JUVENTUDE E EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE BETIM-MG, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, faz saber a todos que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tramita o processo nº 0027.20.008.001-1, fica intimado o H.G.R.M.S., filho de E.G.R.M, para manifestar interesse na restituição do valor de R$ 20,00 (vinte reais), apreendido nos autos supra. Mandou, na forma da Lei, expedir o presente Edital pelo qual fica INTIMADO, para, no prazo 90 (noventa) dias, comparecer a este juízo munido de documento de identidade, a fim de restituir o valor apreendido, ficando, ainda, cientificado de que, não havendo manifestação, a importância será transferida para a conta-corrente Judicial da Comarca, aberta para os fins previstos no art. 1º do Provimento Conjunto nº 27/2013, nos termos do art. 17-A e art. 17-B do mesmo provimento. E para conhecimento de todos, será afixado e publicado na forma da Lei, Betim, 13 de outubro de 2022. Eu, Desiré Motta Barrote Silva - Escrivã Judicial. Dra. Simone Torres Pedroso - Juíza de Direito da Vara Infância e Juventude e Execuções Penais.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE BETIM - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS - PRAZO PARA DEFESA 15 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - O Doutor ADALBERTO JOSÉ RODRIGUES FILHO , Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Betim, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. Faz

saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 5003649-08.2016.8.13.0027, ação de monitória proposta por NUTRICAMPO LTDA contra REGINALDO FERREIRA, em trâmite por este juízo e secretaria da 1ª vara cível, atendendo requerimento de NUTRICAMPO LTDA, autorizou a expedição do presente, com prazo de 30 (trinta) dias, para citação de: REGINALDO FERREIRA, brasileiro, portador da carteira de identidade nº mg - 5.829.477, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 972.160.896-34, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito de R$ 5.295,10, calculado em 31/03/2016, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa e, caso a parte ré o cumpra, ficará isenta das custas processuais. Fica, ainda, intimado de que no mesmo prazo, poderá oferecer embargos, nos termos do art. 702 do CPC, ou reconhecer o crédito da parte autora e, comprovando o depósito de trinta por cento do débito, acrescido de custas e de honorários do advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 701, §5º c/c art. 916). Não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, ser-lhe-á nomeado curador especial, podendo, ao final, constituir-se de pleno direito o título executivo judicial (CPC, art. 701, § 2º). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, aos 11 de outubro de 2022. Eu, Renata Antônia Diniz Alves da Costa, Escrivã Judicial, o fiz digitar e subscrevi. O Juiz de Direito. ADALBERTO JOSÉ RODRIGUES FILHO. Advogado: ELICIO SOARES DA COSTA, OAB 124.088.

COMARCA DE BETIM- 2ª VARA CÍVEL- EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. O Dr. Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Betim, em substituição, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos aos quais o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Betim, Estado de Minas Gerais, tramitam os autos de nº 5018960-34.2019.8.13.0027, ação Monitória ajuizada por JOSÉ AFONSO DA SILVA, brasileiro, divorciado, pedreiro, RG M 6.875.102, CPF 896.920.806-25, e-mail ignorado, residente e domiciliado à Rua Ágda Maria, 72, bairro Cruzeiro, município de Betim/MG - CEP 3266135, neste ato representado por seus Procuradores, José Antônio Alves de Jesus, OAB/MG 135.638 e Bruno Gonçalves dos Santos, OAB/MG 198.218, em face de FABRICIO WILLIAN DOUGLAS URSINO ASSIS, brasileiro, filho de Maria das Dores Ursino da Silva e Fernando Antônio de Assis, RG 12655341, órgão expedidor SSP/MG. Faz saber ainda, nos termos do presente Edital, que fica(m) o(a)(s) Requerido(a)(s) FABRICIO WILLIAN DOUGLAS URSINO ASSIS, brasileiro, filho de Maria das Dores Ursino da Silva e Fernando Antônio de Assis, RG 12655341, órgão expedidor SSP/MG, o(a)(s) qual(is) se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, devidamente citado(a)(s) para no prazo de 15 (quinze) dias pagar o débito pleiteado no valor de R$9.061,65 (nove mil sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos), e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, anotando-se que, caso o cumpra, ficará isento das custas processuais. Fica ainda intimado de de que, no mesmo prazo, poderá oferecer embargos, nos termos do artigo 702 do nosso CPC, ou reconhecer o crédito da Parte Autora e, comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do débito, acrescido de custas e de honorários do Advogado, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, artigo 701, §5º c/c artigo 916). Fica advertido(a) de que não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (CPC, artigo 701, § 2º). Por derradeiro, fica ainda advertido(a) de que será nomeado Curador Especial em caso de sua revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, data da assinatura eletrônica. Eu, Maíra Durço Vianna Nishimoto, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior.

COMARCA DE BETIM- 2ª VARA CÍVEL- EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. O Dr. Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Betim, Estado de Minas Gerais, em substituição, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos aos quais o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Betim, Estado de Minas Gerais, tramitam os autos de nº5003850-92.2019.8.13.0027, ação de Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária ajuizada por HENRIQUE GONÇALVES ARAUJO, brasileiro, solteiro, atendente, inscrito no CPF sob nº 091.634.986-18, RG nº 15.515.448, residente e domiciliado na Rua Grécia, nº 171, Petrovale, Betim, MG, CEP 32.668-118, neste ato representados por sua Procuradora, Joyce Meire de Paula, OAB/MG 127.523, em face de ASSOCIACAO DOS PIONEIROS DE PROTECAO VEICULAR - APROTEGE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.413.750/0001-49. Faz saber ainda, nos termos do presente Edital, que fica(m) o(a)(s) Requerido(a)(s) ASSOCIACAO DOS PIONEIROS DE PROTECAO VEICULAR - APROTEGE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.413.750/0001-49, sem qualificação informada, o(a)(s) qual(is) se encontra(m) estabelecido(a)(s) em lugar incerto e/ou não sabido, devidamente citado(a)(s) para no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira(m), ofereça(m) defesa através de advogado na ação supramencionada, ficando, desde já, advertido(a)(s) de que não sendo contestada a ação no prazo determinado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(s) Autor(es). Por derradeiro, fica ainda advertido(a) de que será nomeado Curador Especial em caso de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, data da assinatura eletrônica. Eu, Maíra Durço Vianna Nishimoto, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior.

COMARCA DE BETIM- 2ª VARA CÍVEL- EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. O Dr. Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Betim, em substituição, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos aos quais o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Betim, Estado de Minas Gerais, tramitam os autos de nº 5022606-86.2018.8.13.0027, ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por BANCO ITAÚ - UNIBANCO S/A, instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 - Pq Jabaquara - São Paulo - SP - CEP 04344-030, neste ato representada por sua Procuradora, Carla Cristna Lopes Scortecci, OAB/SP 248.970, em face de CLEBER DE SIQUEIRA MOREIRA, CPF sob nº 042.090.346-14. Faz saber ainda, nos termos do presente Edital, que fica(m) o(s) Executado(s) CLEBER DE SIQUEIRA MOREIRA, CPF sob nº 042.090.346-14, o(s) quali(s) se encontra(m) em lugar incerto ou não sabido, devidamente citado(s) para no prazo de 03 (três) dias, pagar a importância de R$17.980,64 (dezessete mil novecentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais, ficando ciente também de que pronto o pagamento do débito, no prazo estipulado, a verba honorária deverá ser reduzida à metade, conforme artigo 652 -A, parágrafo único do CPC. Se não for efetuado o pagamento no prazo designado, o(a) Oficial de Justiça penhorará tantos bens da parte citada quantos bastem para o pagamento da dívida, independentemente de penhora, depósito ou caução, podendo oferecer embargos à execução no prazo legal de 15 (quinze). Por derradeiro, fica ainda advertido(a) de que será nomeado Curador Especial em caso de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, data da assinatura eletrônica. Eu, Maíra Durço Vianna Nishimoto, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Múcio Monteiro da Cunha Magalhães Júnior.

COMARCA DE BETIM - SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL EDITAL PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO -PRAZO 20 DIAS. A Dra. Vanessa Torzeczki Trage, MMª. Juíza da 4ª Vara Cível desta Comarca de Betim/MG, na forma da lei, etc.# faz saber aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem expedido dos AUTOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO nº 5024212-47.2021.8.13.0027 - CLASSE: MONITÓRIA, em que figura como autor(a), POSTO SANTA EDWIGES PETROLEO LTDA e como réu/ré, SANZIO LEONARDO LIMA PEREIRA. Tem o presente a finalidade de CITAR, como de fato cita o requerido, SANZIO LEONARDO LIMA PEREIRA, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 10.261,27, atualizada até 27/12/2021. valor que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento ou a entrega da coisa, se for o caso, hipótese em que ficará isento do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Poderá suplicado oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.102c do CPC, ficando advertido de que não sendo embargada a ação ou rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o Título Executivo Judicial, prosseguindo-se na forma prevista no Livro I, título VIII, Capítulo X do Código de Processo Civil, ficando advertido(a) que ser-lhe-á nomeado(a) Curador Especial em caso de revelia e/ou enquanto não for constituído advogado. E, para que chegue ao conhecimento de todos e não seja alegada ignorância, expede-se o presente que será publicado e afixado no local de costume, na forma da lei. Betim, 13 de outubro de 2022.

BOCAIÚVA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE BOCAIÚVA/MG. 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. A Exma. Sra. Dra. Vivian Lopes Pereira de Figueiredo, MMª. Juíza de direito em exercício da 2ª vara cível, criminal e da infância e juventude desta comarca de Bocaiúva-MG, na forma da lei¿ faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que tramita uma ação de

Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos (12246) - autos nº 0010041-13.2013.8.13.0073 requerido por Douglas Vinícius de Souza em face de Rita de Cássia Xavier de Souza, e por meio deste, INTIME-SE Douglas Vinícius de Souza, filho de Lander Loiola de Souza e Rita de Cássia Xavier de Souza, nascido em 22/03/1988, que se encontra em lugar incerto e não sabido, e por meio deste, intime o exequente, acima qualificado, para tomar ciência da sentença proferida nos autos, tendo no prazo de15 (quinze) dias para o eventual recurso. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou a MMª. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei.

COMARCA DE BOCAIÚVA/MG. 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. A Exma. Sra. Dra. Vivian Lopes Pereira de Figueiredo, MMª. Juíza de Direito em exercício da 2ª vara cível, Criminal e da Infância e Juventude desta Comarca de Bocaiúva-MG, na forma da lei¿ faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que tramita perante esta secretaria a Ação de Alimentos - Lei Especial N° 5.478/68, autos nº 5000637-03.2020.8.13.0073 requerida por G.G.S em face de Adrian Alves Lopes Soares, e por meio deste, cita ADRIAN ALVES LOPES SOARES, filho de José Soares Pereira e Maria Alves Lopes Soares, RG MG-17508931 SSP/MG, natural de Capelinha/MG, nascido em 22/12/1986, para todos os termos da presente ação e para, que no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta aos termos da presente demanda, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC/15, ressalvadas as hipóteses do art. 345 do mesmo diploma legal. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou a MMª. Juíza que se expedisse o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei.

BOM SUCESSO

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE CITAÇÃOCOMARCA DE BOM SUCESSO/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - VARA CRIMINAL - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS - O Dr. Felipe Manzanares Tonon MM. Juiz de Direito desta Comarca de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem principalmente terceiros interessados, que por este Juízo e respectiva Secretaria processa-se os autos nº 0012199-44.2018.8.13.0080, movido pela Justiça Pública contra PEDRO MARCOS EMILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido aos 08/06/1975, filho de Pedro Emiliano de Oliveira e Maria Paulina de Oliveira , CPF n° 094.200.746-84, que residia na Rua Osvaldo Cereda, n° 70, Bairro Eldorado em Santo Antônio do Amparo- MG, denunciado pela suposta prática de crime previsto no art. 14 e 15 da Lei 10.826/03, na forma do artigo 69 do Código Penal Brasileiro. E constando dos autos que o acusado encontra-se em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente edital de CITAÇÃO, para no prazo de 10 (dez) dias, responder à acusação, POR ESCRITO, com fulcro no art. 396 do Código de Processo Penal, ciente de que, na resposta, poderá arguir preliminares, alegar o que for necessário à sua defesa, apresentar documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e, quando necessário, requerer as intimações. O presente edital será publicado e afixado na forma da Lei, com o prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual inicia-se o prazo para a resposta, através do qual fica CITADO para responder à acusação, assim como INTIMADO para acompanhar os demais atos processuais até sentença final, sob pena de revelia. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bom Sucesso/MG, aos 27 de maio de 2022. Eu, Francisco Cláudio Cavalcante Moreira, Escrivão Judicial, o redigi.(Ass) MM. Juiz de Direito, Felipe Manzanares Tonon.

EDITAL DE CITAÇÃOCOMARCA DE BOM SUCESSO/MG-EDITAL DE CITAÇÃO-VARA CRIMINAL-JUSTIÇA GRATUITA-PRAZO-PRAZO 15 (QUINZE) DIAS-O Dr. Felipe Manzanares Tonon MM. Juiz de Direito desta Comarca de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem principalmente terceiros interessados, que por este Juízo e respectiva Secretaria processa-se os autos nº 5001256-72.2021.8.13.0080, movido pela Justiça Pública contra JEAN PAULO NUNES , brasileiro, nascido aos 25/03/1985, filho de Judete Pereira Dos Santos e Antônio Nunes Dos Santos , CPF n° 022.128.166-50, que residia na Rua Dr. Ary Alves De Carvalho, 130, no Conjunto Habitacional Irmã Domitila em Bom Sucesso- MG denunciado pela suposta prática de crime previsto no art. 155, caput, do Código Penal; e MARCOS HEITOR DOS SANTOS, brasileiro, nascido aos 04/08/1978, filho de Expedita Mercês Silva Santos e Mudesto Dias dos Santos, CPF n° 050.489.726-86 , que residia na Rua Joaquim Martins Ferreira, n° 117, no Bairro Palmeiras, em Bom Sucesso- MG, denunciado pela suposta prática de crime previsto no artigo 180, caput, do Código Penal. E constando dos autos que os acusados encontram-se em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente edital de CITAÇÃO, para no prazo de 10 (dez) dias, responderem à acusação, POR ESCRITO, com fulcro no art. 396 do Código de Processo Penal, cientes de que, na resposta, poderão arguir preliminares, alegar o que for necessário às suas defesas, apresentar documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e, quando necessário, requerer as intimações. O presente edital será publicado e afixado na forma da Lei, com o prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual inicia-se o prazo para a resposta, através do qual ficam CITADOS para responderem às acusações, assim como INTIMADOS para acompanharem os demais atos processuais até sentença final, sob pena de revelia. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bom Sucesso/MG, aos 27 de maio de 2022. Eu, Francisco Cláudio Cavalcante Moreira, Escrivão Judicial, o redigi. (ASS) MM. Juiz de Direito, Felipe Manzanares Tonon.

BONFINÓPOLIS DE MINAS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SELEÇÃO PROVISÓRIA PARA COMPOSIÇÃO DO CORPO DE JURADOS DESTA COMARCA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA O ANO 2023.

O Dr. Ricardo Jorge Bittar Filho, Meritíssimo Juiz de Direito que responde por esta comarca de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quantos possam interessar, especialmente à população desta comarca, que, mediante indicações feitas por representantes das comunidades de Bonfinópolis de Minas, Dom Bosco, Natalândia e Riachinho/MG, procedeu-se à seleção provisória para o Corpo de Jurados desta Comarca, para o ano 2023, os cidadãos abaixo relacionados, com suas respectivas profissões e municípios de residência, cuja a escolha foi feita considerando a idoneidade notória, conceituação como sendo de bem, de tirocínio e de discernimento, e, assim, preenchendo os requisitos essenciais que devem ter os jurados, quais sejam, inteligência, probidade, integridade e imparcialidade, pelo menos presumidamente.

1
Ademir da Cruz Português
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG

2
Adilson Luiz dos Santos
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG

3
Aglícia Rodrigues da Silva Martins
Professora/Contadora
Riachinho/MG

4
Aldemar Campos Vieira
Func. Público
Riachinho/MG

5
Aldo Roberto Brandão Silva
Produtor Rural
Bonfinópolis de Minas/MG

6
Aline Cristina Morais Daguiar
Gerente da CAPUL
Bonfinópolis de Minas/MG

7
Aline Camilo da Silva
Comerciante - MEGABOM
Bonfinópolis de Minas/MG

8
Ana Beatriz Teixeira Palma
Professora - Escola Estadual/CESEC
Bonfinópolis de Minas/MG

9
Ana Lúcia Simões
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG

10
Ana Maria de Azevedo Palma
Professora
Riachinho/MG

11
Andréia Alves Figueiredo
Peb-Professor NIII
Riachinho/MG

12
Anna Felina Leal Alves
Func. Pública Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG

13
Arcanja da Cruz Oliveira
Func. Pública Estadual
Bonfinópolis de Minas/MG

14
Bonfim F. do Nascimento
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG

15
Bruno Braga de Mendonça
Comerciante
Bonfinópolis de Minas/MG

16
Caroline Estácio de Araújo
Farmacêutica Municipal
Riachinho/MG

17
Cláudia Gomes Vilas Novas Ferreira
Peb-Professor NII
Riachinho/MG

18
Claudiene Pereira Duarte
Func. Pública
Natalândia/MG

19
Cleber Gontijo de Mendonça
ATB - Escola Estadual de Riachinho
Riachinho/MG

20
Clébio Nunes do Nascimento
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG

21
Cleuza Oliveira Bezerra Palma
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG

22
Damiana Lourdes da Cruz Oliveira

Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
23
Daniela Martins Machado
Secretária da Escola Estadual
Natalândia/MG
24
Daniela Silva dos Santos
Func. Escola Estadual
Riachinho/MG
25
Danielle Camilla Oliveira Xavier de Oliveira
Func. Público
Bonfinópolis de Minas
26
Denise de Fátima Silva
Professora Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG
27
Divina Luíza Tavares
Oficial do Cartório de Notas
Bonfinópolis de Minas/MG
28
Eber Pereira da Fonseca
Estudante
Bonfinópolis de Minas/MG
29
Egmar Martins de Mendonça
Professor
Natalândia/MG
30
Edilvia Abadia Brandão
Professora
Riachinho/MG
31
Eliane Aparecida Rodrigues de Souza
Func. Pública
Riachinho/MG
32
Eliene Aparecida Rodrigues de Brito
Agente de Saúde
Bonfinópolis de Minas/MG
33
Eliete Pereira S. Soares
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
34
Elizabete Gonçalves Santos
Professora CESEC
Bonfinópolis de Minas/MG
35
Elke Pereira Bernardes
Professora CESEC
Bonfinópolis de Minas/MG
36
Elza Lina Amaral
Professora - Escola Estadual
Bonfinópolis de Minas/MG
37
Emília Luiz dos Santos Gontijo
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
38
Euder José Lemos
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
39
Eva Kati Úrsula Luiz dos Santos
Comerciante - Farmacêutica
Bonfinópolis de Minas/MG
40
Geina Severino Botelho
Professora
Dom Bosco/MG
41
Geraldo Almir Caixeta
Tec. Hig. Bucal
Natalândia/MG
42
Geraldo Figueredo Conceição
Func. Público
Riachinho/MG
43
Geraldo Magela Bezerra da Palma
Contabilidade
Bonfinópolis de Minas/MG
44
Geraldo Magela Gomes
Func. Público Municipal
Natalândia/MG
45
Gilmar Martins de Azevedo
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
46
Gisele Aparecida Dobicz Azevedo
Func. Municipal - Escola
Bonfinópolis de Minas/MG
47
Gislaine da Cruz Oliveira
Vendedora P. Forte
Bonfinópolis de Minas/MG
48
Gláuber de Abreu Loscha Vilaça
Professor - Escola Estadual
Bonfinópolis de Minas/MG
49
Guilherme Franklin de Carvalho Santos
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
50
Helder Luiz Brandão
Func. Público Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG
51
Iago Prenazzi S. Saraiva
Autônomo
Bonfinópolis de Minas/MG
52
Iany Gontijo Santos Tavares
Veterinária
Bonfinópolis de Minas/MG
53
Ionice Rodrigues Bráulio Matos
Comerciante
Bonfinópolis de Minas/MG
54
Iraci Lúcio do Amaral
Func. Público Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG
55
Isa Palma Bezerra
Professora CESEC
Bonfinópolis de Minas/MG
56
Ítalo Severiano Azevedo Marra Lopes
Oficial do Cartório de Registro Civil
Bonfinópolis de Minas/MG
57
Itelma Martins Gontijo
Professora Estadual
Riachinho/MG
58
Ivair Rodrigues Viana
Func. Público Municipal
Natalândia/MG
59
João Batista de Souza
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
60
João Paulo Ferreira Fonseca
ATB Financeiro da Escola Estadual
Natalândia/MG
61
João Victor Andrade dos Santos
Autônomo
Bonfinópolis de Minas/MG
62
Jonh Menckyllyn Braga e Souza
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
63
José Cleuton Rodrigues Macedo Simões
Func. Público Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG
64
José dos Reis Domingos Silva
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
65
José Eugênio Gonçalves
Comerciante
Riachinho/MG
66
José Eustáquio Rodrigues
Autônomo
Bonfinópolis de Minas/MG
67
José Wilson de Araújo
Peb-Professor NII
Riachinho/MG
68
Juary Rodrigues de Moura
Agente de Endemias
Riachinho/MG
69
Júlia José Pinto
Professora
Dom Bosco/MG
70
Kyvia Maria Alves Silva
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
71
Lauro Silvério Laboissiere
Func. Público - IEF
Bonfinópolis de Minas/MG
72
Leandra Luiz Silva Alves
Secretária no CESEC
Bonfinópolis de Minas/MG
73
Luan Vítor Santos Ferreira
Func. Cart.Reg.Imóveis
Bonfinópolis de Minas/MG
74
Luciene Ramos Afonso Costa
Peb-Professor NII
Riachinho/MG
75
Manoel Filho Pires Maciel
Func. Público
Riachinho/MG
76
Marcus Roberto Pereira
Professor
Natalândia/MG
77
Maria Aparecida de Barros
Func. Pública Municipal
Riachinho/MG
78
Maria do Socorro Rodrigues Coimbra Peixoto
Professora
Bonfinópolis de Minas/MG
79
Maria Concebida Rozário Mota
Comerciante
Bonfinópolis de Minas/MG
80
Maria das Graças Idelfonso Costa e Souza
Comissária de Menor
Bonfinópolis de Minas/MG
81
Maria do Carmo dos Santos
Aposentada
Bonfinópolis de Minas/MG
82
Maria Eliete Gomes
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
83
Maria Kênia Mendes de Araújo
Fiscal Sanitário Municipal
Riachinho/MG
84
Maria Madalena Tavares
Pedagoga

Bonfinópolis de Minas/MG
85
Maria Simone Amaral Ribeiro Oliveira
Enfermeira
Bonfinópolis de Minas/MG
86
Matheus Nunes Brandão
Func. Escola Estadual
Bonfinópolis de Minas/MG
87
Melry Lanne Abadia Santos
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
88
Mônica Cristina Vaz da Silva
Professora
Dom Bosco/MG
89
Nádylla Aparecida Silva e Souza
Func. Prefeituta
Bonfinópolis de Minas/MG
90
Natalha Luiz Santos Arruda
Autônoma/Maquiadora
Bonfinópolis de Minas/MG
91
Neide Aparecida da Silva
Diretora da Escola Estadual
Riachinho/MG
92
Nelson Rosário Soares
Comerciante
Riachinho/MG
93
Neuza Aparecida Simões Loscha
Professora
Bonfinópolis de Minas/MG
94
Noilda da Mota Correia
Professora
Bonfinópolis de Minas/MG
95
Ozair Martins Gontijo
Produtor Rural
Bonfinópolis de Minas/MG
96
Patrícia Fábia dos Santos
Func. Pública Municipal
Natalândia/MG
97
Poliana Matos Ferreira
Professora Estadual/APAE
Bonfinópolis de Minas/MG
98
Rafaela Andrade da Silva Santos
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
99
Raquel Alves Azevedo
Professora
Dom Bosco/MG
100
Rejane Maria Borges Vieira
Professora
Dom Bosco/MG
101
Renata da Silva Pereira
Professora
Riachinho/MG
102
Renata Maria Ribeiro
Tec. Enfermagem
Bonfinópolis de Minas/MG
103
Renato Mota da Silva
Professor
Dom Bosco/MG
104
Renilda Lima Vieira
Func. Pública Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG
105
Rita Izabel Santos Fonseca
Produtora Rural
Bonfinópolis de Minas/MG
106
Robson Geraldo Pereira Lima
Func. Público
Riachinho/MG
107
Robson José Martins
Oficial do Cartório de Registro de Imóveis
Bonfinópolis de Minas/MG
108
Ronei Moreira Conrado
Professor
Natalândia/MG
109
Rosane Moreira Martins Cunha
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
110
Rosineide Aparecida dos Santos
Professora
Bonfinópolis de Minas/MG
111
Selma Andrade Soares
Comerciante
Bonfinópolis de Minas/MG
112
Sibele Maria da Silva Correa
Func. Pública Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG
113
Sílvia Aparecida de Oliveira Pombo
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
114
Tamyris Kelly Andrade Vieira
Func. Pública Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG
115
Terêncio Alves Damascena
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
116
Thaís Moreira Pereira
Bacharel em Direito
Riachinho/MG
117
Thaynar Vieira Pio
Func. Pública Municipal
Bonfinópolis de Minas/MG
118
Valdireny Maria Teixeira Conrado
Func. Pública
Natalândia/MG
119
Valmi Mendes Gontijo
Professor
Dom Bosco/MG
120
Vanderlei Alves Tavares
Produtor Rual
Bonfinópolis de Minas/MG
121
Vanderlei Custódio da Silva
Produtor Rural
Bonfinópolis de Minas/MG
122
Vanderlito do Divino Nunes de Souza
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
123
Vani Caetano da Silva
Func. Pública
Bonfinópolis de Minas/MG
124
Vânia Maria Durães Damaceno
Professora
Riachinho/MG
125
Vanusa Sueli Martins Gontijo
Comerciante
Bonfinópolis de Minas/MG
126
Viviana Aparecida Valim
Func. Público Municipal
Natalândia/MG
127
Wallace Yander Brandão
Func. Público
Bonfinópolis de Minas/MG
128
Wanderléa Vieira Brandão
Comerciante
Bonfinópolis de Minas/MG
129
Wanessa Matos Barbosa
Produtora Rural
Dom Bosco/MG e Bonfinópolis de Minas/MG
130
Zumeci Rodrigues da Silva
Professora
Bonfinópolis de Minas/MG

Dado e passado nesta cidade e comarca de Bonfinópolis de Minas aos 13 de outubro do ano dois mil e vinte e um. Eu, _____ Mara Rubia Costa Alves (Gerente de Secretaria), o digitei, fiz imprimi-lo e o subscrevo juntamente com o MM. Juiz de Direito.

Ricardo Jorge Bittar Filho
Juiz de Direito

BRAZÓPOLIS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE BRAZÓPOLIS-MG-Vara Única - EDITAL DE INTERDIÇÃO - Assistência Judiciária - Todos quantos o presente edital virem ou conhecimento tomarem cientificados ficam do decreto de interdição de SILVIA APARECIDA PINTO, bras., solteira, filha de José Aparecido Pinto e Nair Maria Aparecida, nascida aos 18/11/1987, portadora do CPF 098.977.976-96, tudo conforme processo nº 5000197-90.2019.8.13.0089, que tramita por esta Secretaria de Juízo, requerido por SUELI APARECIDA PINTO, com sentença reconhecendo a interdição de SILVIA APARECIDA PINTO e de acordo com o art. 85 da Lei nº 13.146/15, nomeado-lhe curadora na pessoa da requerente SUELI APARECIDA PINTO, brasileira, casada, portadora do CPF 083.583.966-43, filha de José Aparecido Pinto e Nair Maria Aparecida, residente na Rua José Pereira da Rosa, 511, centro, nesta cidade e Comarca de Brazópolis-MG, de maneira que esta afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Publica-se o presente por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias, nos termos do artigo 755, § 3º do CPC/15. Brazópolis, 23/11/2021. Gerente de Secretaria _____ (Flora Mª de Azevedo). Juiz de Direito: _____, (Renato Polido Pereira).

COMARCA DE BRAZÓPOLIS - ESTADO DE MINAS GERAIS - ÚNICA VARA CRIMINAL - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo 15 (QUINZE) dias. O Dr. RENATO POLIDO PEREIRA, MM. Juiz de Direito da Única Vara Criminal de Brazópolis, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc. Faz saber aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e pelo Cartório do Único Ofício Criminal desta cidade, tem andamento um processo de Processo Crime Pje nº 0000967-03.2021.8.13.0089, movido pela Justiça Pública em face de Andressa Aparecida Gomes, por incidência penal (Dano Qualificado) art. 163, parágrafo único, inciso III do Código Penal, praticado nesta Comarca em 30/01/2020, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO para tomar conhecimento da ação penal, cientificando-o(a) de que o prazo de 15 (quinze) dias fluirá a partir da publicação deste edital no Diário Oficial e que após, terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa por escrito, nos termos do art. 361 do Código de Processo Penal. Fica ainda ciente(s) de que deverá constituir advogado ou Defensor Público. Não o fazendo e

nem constituindo patrono nos autos, será nomeado integrante da assistência Judiciária para o exercício da defesa. Constou dos autos do processo que o acusado supracitado, está, atualmente, em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital, para conhecimento de todos, será fixado no saguão do Fórum desta cidade. Brazópolis-MG, aos 06/10/2022. Eu, Elisangela Visoto Cândido Costa (Oficial de Apoio Judicial), o digitei. Dr. Renato Polido Pereira-Juiz de Direito da Única Vara Criminal.

CABO VERDE

JUSTIÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - COMARCA DE CABO VERDE-MG - EDITAL - O Exmo. Sr. Dr. José Henrique Mallmann, MM. Juíz de Direito em Substituição nesta Comarca de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Faz saber que, na forma da lei, foi organizada a lista dos jurados desta Comarca para servirem durante o ano de dois mil e vinte e dois (2023), restando a lista a seguir que mandou publicar e afixar à porta do Edifício do Fórum, na forma do artigo 426 CPP:
MUNICÍPIO DE CABO VERDE-MG.
1. Ademar de Souza Reis Junior Tec. Agrícola;
2. Ana Paula Cabrita Func. Pública;
3. Antônio Carlos de Lima Relojoeiro;
4. Antônio João da Silva Goulart Func. Público;
5. Antônio Wilson do Prado Gerente Loja;
6. Antônio da Costa Muniz Neto Engenheiro Civil;
7. Aurélia Aparecida Barbosa Firmino Professora;
8. Auricélia Bueno P. Assis Ribeiro Contadora;
9. Bianca de Souza Dias Comerciante;
10. Camila de Sousa Viana Comerciante;
11. Celso Alberto Lourenço Filho Servidor Público;
12. Clóvis Antônio Siqueira Comerciante;
13. Darci Alves Dias Agricultor;
14. Danilo Dias Muniz Bancário;
15. Edervan Miranda de Oliveira Agricultor;
16. Eduardo Gianini Martins Farmacêutico;
17. Eliana Viana Pereira Professora;
18. Emerson Dias do Prado Estudante;
19. Ernesto Batista da Costa Contabilista;
20. Elvira Pereira Lemos Funcionária Pública;
21. Evaldo Antônio de Souza Agricultor;
22. Fernanda Messias Viana e Souza Professora;
23. Fábio Trivelato Navarro Estudante;
24. Guilherme Cesário Magalhães Outros;
25. Guilherme Sebastião Oliveira Sousa Agrônomo;
26. Graziela Ventura de Oliveira funcionária pública;
27. Izabel Cristina Silva Gianini Psicóloga;
28. Ivan Modesto Morais de Souza Dentista
29. José Maria Viana Vendedor;
30. Josiane Dias Muniz Aux. Escritório;;
31. Keli Cristina Honório Crediarista;
32. Léa Mara Silva Dias Professora;
33. Leandro de Souza Caetano Comerciário;
34. Leonardo Siqueira Engenheiro Químico;
35. Lindamar Ferreira Viana Penido Comerciante;
36. Lúcia Fileni Professora;
37. Luciana Siqueira Administradora;
38. Luiza Augusta Rodrigues M. Ribeiro Psicóloga;
39. Mabel Lima de Souza Agricultora;
40. Maria Aparecida Paula Professora;
41. Mateus Lopes Dias Agricultor;
42. Marcelo Luiz Elias Gonçalves Comerciante;
43. Márcia Oliveira Func. Pública Municipal;
44. Neuza Fátima Vilela Batista Func. Pública;
45. Nilza Helena Cândido Professora;
46. Paulo Sérgio Pezzi Luciano Empresário
47. Patrícia Figueiredo da Silva Diretora escolar;
48. Raiane Vilela Muniz do Carmo Dentista;
49. Renata Esteves de Assis Cabelereira;
50. Renato Assis Moreira Bancário;
51. Richenner Congio Comerciante
52. Rogério Franco de Souza Ag. Correios;
53. Sandra Morais Brito Tejada Farmacêutica;
54. Sara Souza Dentista;
55. Silmara Silva Navarro Cabeleireira;
56. Silvana Aparecida Assis Fisioterapeuta;
57. Suzana Donizete Viana Professora;
58. Tânia Mara Palma Secretária;
59. Thays Wichniauskas Teixeira Dentista;
60. Valdeci Garcia Economista;
MUNICÍPIO DE DIVISA NOVA
61. Andrea Aparecida Leal de Souza Secretária Esp. Assist.;
62. Carlos Augusto Alves Estudante;
63. Carlos Fernando Pereira Agricultor;
64. Cassandra de Souza Alves Func. Pública Estadual;
65. Cristiano Lemos Bastos Estudante;
66. Daniela Carolina Figueiredo Estudante;
67. Debie Fernanda Becker de Souza Siqueira Professora;
68. Denise Cristina Figueiredo Supervisora;
69. Josiane de Cassia Figueiredo Bastos Funcionária pública;
70. Edilaine da Costa Bastos Func. Pública Municipal;
71. Eduardo José da Silva Func. Público Municipal;
72. Elisa Maria Figueiredo Estudante;
73. Weslley Rodrigues dos Santos Funcionário público municipal;
74. Evandro José Figueiredo Aux. Serviços;
75. Geraldo Ademir da Silva Func. Público Municipal;
76. Gleicy Rodrigues Carvalho Chefe de Departamento;
77. Hélio da Costa Júnior Professor;
78. Ionice Aparecida Martins Aux. Biblioteca;
79. Jaqueline Angelica Pereira Func. Pública Estadual;
80. João Donizetti Pereira Chefe de Divisão;
81. Josiane Aparecida de Assis Funcionária Pública
82. Lais Bastos Araújo Assistente Social;
83. Lázaro Silvestre Freire Professor;
84. José Sebastião de Araújo autônomo
85. Lidiane de Fátima Felipe Lourenço Enfermeira - funcionária pública;
86. Marina Antonieta da Costa Esteves Chefe de Departamento;
87. Mirian Cristina de Figueiredo Outros;
88. Mônica Sousa Silva dos Reis Outros;
89. Niceia Conceição de Assis Figueiredo Diretora Educacional;
90. Nilvan Marciano do Rosário Outros;
91. Paula Cristina Nogueira Secretária de Saúde
92. Rafael Alves Alvarenga Funcionário Púbico - fiscal postura
93. Regina de Fátima Martins Chefe Núcleo Atend.;
94. Regina Lourdes Silva e Vaz Aux. Secretaria;
95. Rogélio Tadeu Viana Farmacêutico;
96. Rubens Antônio de Souza outros
97. Thereza Beatriz de Carvalho Pereira Esteves Sec. Mun. Adm.;
98. Valéria Leal de Figueiredo Tassoti Professora;
99. Vanessa de Cássia Pereira Estudante;
100. Vania Maria Moreira Furtado Aux. Serviços.
PARA SUPLENTES DE JURADOS
1. Márcio Aurélio Pereira Contador;
2. Carlos José de Melo Eng. Civil;
3. Fábio Alexandre de Carvalho Professor;
4. Fernanda da Fonseca Professora;
5. Geralda Lúcia Moraes de Assis Aux. Escritório
6. Geraldo Custódio Agricultor;
7. Gleicy Rodrigues Carvalho - funcionária pública
8. João Batista do Prado Comerciante;
9. Lucas Marciano Contador;
10. Stella Maris Souza Andrade Congiu Sec. Educação

Ficam, ainda, pelo presente, cientificados todos dos artigos 436 a 446 do Código de Processo Penal, a saber: Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II- os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distritais e Municipais; IV- os Prefeitos Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII- os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. §1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Art. 439. O exercício efetivo da função do jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo. Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com sua condição econômica. Art. 443. Somente será aceita escusa fundamentada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata de trabalhos. Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. Para constar, mandou o MM. Juiz de Direito lavrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, aos 13 (treze) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2022). Eu, Ana Carolina de Oliveira Figueiredo, Gerente de Secretaria, que o digitei e subscrevi, dou fé. José Henrique Mallmann, Juiz de Direito.

JUSTIÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - COMARCA DE CABO VERDE-MG - EDITAL - O Exmo. Sr. Dr. José Henrique Mallmann, MM. Juíz de Direito em Substituição nesta Comarca de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Faz saber que, na forma da lei, foi organizada a lista dos jurados desta Comarca para servirem durante o ano de dois mil e vinte e dois (2023), restando a lista a seguir que mandou publicar e afixar à porta do Edifício do Fórum, na forma do artigo 426 CPP:
MUNICÍPIO DE CABO VERDE-MG.
1. Ademar de Souza Reis Junior Tec.

Agrícola;
2. Ana Paula Cabrita Func. Pública;
3. Antônio Carlos de Lima Relojoeiro;
4. Antônio João da Silva Goulart Func. Público;
5. Antônio Wilson do Prado Gerente Loja;
6. Antônio da Costa Muniz Neto Engenheiro Civil;
7. Aurélia Aparecida Barbosa Firmino Professora;
8. Auricélia Bueno P. Assis Ribeiro Contadora;
9. Bianca de Souza Dias Comerciante;
10. Camila de Sousa Viana Comerciante;
11. Celso Alberto Lourenço Filho Servidor Público;
12. Clóvis Antônio Siqueira Comerciante;
13. Darci Alves Dias Agricultor;
14. Danilo Dias Muniz Bancário;
15. Edervan Miranda de Oliveira Agricultor;
16. Eduardo Gianini Martins Farmacêutico;
17. Eliana Viana Pereira Professora;
18. Emerson Dias do Prado Estudante;
19. Ernesto Batista da Costa Contabilista;
20. Elvira Pereira Lemos Funcionária Pública;
21. Evaldo Antônio de Souza Agricultor;
22. Fernanda Messias Viana e Souza Professora;
23. Fábio Trivelato Navarro Estudante;
24. Guilherme Cesário Magalhães Outros;
25. Guilherme Sebastião Oliveira Sousa Agrônomo;
26. Graziela Ventura de Oliveira funcionária pública;
27. Izabel Cristina Silva Gianini Psicóloga;
28. Ivan Modesto Morais de Souza Dentista
29. José Maria Viana Vendedor;
30. Josiane Dias Muniz Aux. Escritório;;
31. Keli Cristina Honório Crediarista;
32. Léa Mara Silva Dias Professora;
33. Leandro de Souza Caetano Comerciário;
34. Leonardo Siqueira Engenheiro Químico;
35. Lindamar Ferreira Viana Penido Comerciante;
36. Lúcia Fileni Professora;
37. Luciana Siqueira Administradora;
38. Luiza Augusta Rodrigues M. Ribeiro Psicóloga;
39. Mabel Lima de Souza Agricultora;
40. Maria Aparecida Paula Professora;
41. Mateus Lopes Dias Agricultor;
42. Marcelo Luiz Elias Gonçalves Comerciante;
43. Márcia Oliveira Func. Pública Municipal;
44. Neuza Fátima Vilela Batista Func. Pública;
45. Nilza Helena Cândido Professora;
46. Paulo Sérgio Pezzi Luciano Empresário
47. Patrícia Figueiredo da Silva Diretora escolar;
48. Raiane Vilela Muniz do Carmo Dentista;
49. Renata Esteves de Assis Cabelereira;
50. Renato Assis Moreira Bancário;
51. Richenner Congio Comerciante
52. Rogério Franco de Souza Ag. Correios;
53. Sandra Morais Brito Tejada Farmacêutica;
54. Sara Souza Dentista;
55. Silmara Silva Navarro Cabeleireira;
56. Silvana Aparecida Assis Fisioterapeuta;
57. Suzana Donizete Viana Professora;
58. Tânia Mara Palma Secretária;
59. Thays Wichniauskas Teixeira Dentista;
60. Valdeci Garcia Economista;

MUNICÍPIO DE DIVISA NOVA

61. Andrea Aparecida Leal de Souza Secretária Esp. Assist.;
62. Carlos Augusto Alves Estudante;
63. Carlos Fernando Pereira Agricultor;
64. Cassandra de Souza Alves Func. Pública Estadual;
65. Cristiano Lemos Bastos Estudante;
66. Daniela Carolina Figueiredo Estudante;
67. Debie Fernanda Becker de Souza Siqueira Professora;
68. Denise Cristina Figueiredo Supervisora;
69. Josiane de Cassia Figueiredo Bastos Funcionária pública;
70. Edilaine da Costa Bastos Func. Pública Municipal;
71. Eduardo José da Silva Func. Público Municipal;
72. Elisa Maria Figueiredo Estudante;
73. Weslley Rodrigues dos Santos Funcionário público municipal;
74. Evandro José Figueiredo Aux. Serviços;
75. Geraldo Ademir da Silva Func. Público Municipal;
76. Gleicy Rodrigues Carvalho Chefe de Departamento;
77. Hélio da Costa Júnior Professor;
78. Ionice Aparecida Martins Aux. Biblioteca;
79. Jaqueline Angelica Pereira Func. Pública Estadual;
80. João Donizetti Pereira Chefe de Divisão;
81. Josiane Aparecida de Assis Funcionária Pública
82. Lais Bastos Araújo Assistente Social;
83. Lázaro Silvestre Freire Professor;
84. José Sebastião de Araújo autônomo
85. Lidiane de Fátima Felipe Lourenço Enfermeira - funcionária pública;
86. Marina Antonieta da Costa Esteves Chefe de Departamento;
87. Mirian Cristina de Figueiredo Outros;
88. Mônica Sousa Silva dos Reis Outros;
89. Niceia Conceição de Assis Figueiredo Diretora Educacional;
90. Nilvan Marciano do Rosário Outros;
91. Paula Cristina Nogueira Secretária de Saúde
92. Rafael Alves Alvarenga Funcionário Púbico - fiscal postura
93. Regina de Fátima Martins Chefe Núcleo Atend.;
94. Regina Lourdes Silva e Vaz Aux. Secretaria;
95. Rogélio Tadeu Viana Farmacêutico;
96. Rubens Antônio de Souza outros
97. Thereza Beatriz de Carvalho Pereira Esteves Sec. Mun. Adm.;
98. Valéria Leal de Figueiredo Tassoti Professora;
99. Vanessa de Cássia Pereira Estudante;
100. Vania Maria Moreira Furtado Aux. Serviços.

PARA SUPLENTES DE JURADOS

1. Márcio Aurélio Pereira Contador;
2. Carlos José de Melo Eng. Civil;
3. Fábio Alexandre de Carvalho Professor;
4. Fernanda da Fonseca Professora;
5. Geralda Lúcia Moraes de Assis Aux. Escritório
6. Geraldo Custódio Agricultor;
7. Gleicy Rodrigues Carvalho - funcionária pública
8. João Batista do Prado Comerciante;
9. Lucas Marciano Contador;
10. Stella Maris Souza Andrade Congiu Sec. Educação

Ficam, ainda, pelo presente, cientificados todos dos artigos 436 a 446 do Código de Processo Penal, a saber: Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II- os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distritais e Municipais; IV- os Prefeitos Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII- os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. §1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Art. 439. O exercício efetivo da função do jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo. Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com sua condição econômica. Art. 443. Somente será aceita escusa fundamentada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata de trabalhos. Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. Para constar, mandou o MM. Juiz de Direito lavrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, aos 13 (treze) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2022). Eu, Ana Carolina de Oliveira Figueiredo, Gerente de Secretaria, que o digitei e subscrevi, dou fé. José Henrique Mallmann, Juiz de Direito.

CACHOEIRA DE MINAS

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE CITAÇÃO Saibam todos quantos o presente edital de citação virem que perante o Juízo da Única Vara da Comarca de Cachoeira de Minas, corre uma Ação de Usucapião, autuada sob o nº 5001014-28.2022.8.13.0097, requerido por Rosiane Aparecida de Freitas. A ação tem por objeto um lote de terreno urbano, com área de 129,52m² (Cento e vinte nove metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), localizado na Rua João Tomaz de Freitas, n°17 - Santa Efigênia, Conceição dos Ouros/MG, com as seguintes dimensões: "Partindo-se do vértice 1 com coordenadas X=417342.0988 e Y=7520743.8969, seguindo com azimute 160°30'24" e distância 18.523m chega-se ao vértice 2 com coordenadas X=417348.2801 e Y=7520726.4352. Deste com azimute de 26°33'32" e distância 0.700m chega-se ao vértice 3 com coordenadas X=417348.5931 e Y=7520727.0614. Deste com azimute de 83°24'52" e distância 4.686m chega-se ao vértice 4 com coordenadas X=417353.2477 e Y=7520727.5988, perfazendo um total de 23.909m confrontando com Cilene Maria de Freitas. Deste com azimute de 216°23'19" e distância 2.600m chega-se ao vértice 5 com coordenadas X=417351.7052 e Y=7520725.5057. Deste com azimute de 206°53'46" e distância 5.613m chega-se ao vértice 6 com coordenadas X=417349.1661 e Y=7520720.4999, perfazendo um total de 8.213m confrontando com Antonio Dutra Claret. Deste com azimute de 300°40'01" e distância 6.597m chega-se ao vértice 7 com coordenadas X=417343.4913 e Y=7520723.8649, confrontando com Rua João Tomaz de Freitas. Deste com azimute de 341°19'18" e distância 19.227m chega-se ao vértice 8 com coordenadas X=417337.3337 e

Y=7520742.0795, confrontando com Ayla Viviane de Freitas. Deste com azimute de 69°07'24" e distância 5.100m chega-se ao vértice 1, ponto de origem deste memorial, confrontando com Rua Santa Efigênia. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referênciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como datum o SIRGAS2000. Assim, por meio do presente edital, ficam eventuais interessados e ausentes devidamente citados para todos os atos e termos da ação acima mencionada e de que têm o prazo de 20 (vinte) dias úteis para contestar o pedido, caso queiram fazê-lo. Ficam cientificados, também, de que, não contestando o feito no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores na petição inicial. Para conhecimento de todos, publica-se o presente no órgão oficial. Cachoeira de Minas, 29 de Setembro de 2022.

EDITAL DE INTERDIÇÃO Todos quantos o presente edital virem ou conhecimento tomarem ficam cientificados do decreto de interdição de ANGÉLICA DE CÁSSIA FAGUNDES, brasileira, solteira, filha de Miguel Camilo Fagundes e Etelvina Nunes da Silva Fagundes, portadora da certidão de nascimento n.°052472 01 55 1998 1 00057 039 0003185 55, RG MG- 22.232.198 e CPF n.º 106.075.476-26, residente e domiciliada na Rua Euclides Viana, nº
208, Bairro Chácara Euclides, na cidade de Conceição dos Ouros/MG, decretando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da
vida civil, com as limitações previstas no artigo 84 da Lei 13.146/2015 c/c art. 1.767, inciso I e artigo 1777, ambos do Código Civil Brasileiro, sendo
nomeada curadora a Sra. ÂNGELA MARIA FAGUNDES, com prestação do compromisso legal. Publica-se o presente por 3 (três) vezes, com
intervalo de 10 (dez) dias, no Órgão Oficial. Cachoeira de Minas

CAETÉ

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE CAETÉ/MG - SECRETARIA DA 2ª VARA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS
A Dra. Grazziela Maria de Queiroz Franco Peixoto, MM. Juíza de Direito desta Vara, em pleno exercício, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos os interessados que, tramita por este Juízo e Secretaria,a ação de Usucapião requerida por ANDERSON GONÇALVES FERREIRA, sob o número 5001757-97.2022.8.13.0045 através de sua procuradora Dra.Lislene dos Santos Costa, OAB/MG 76.659, acerca de uma fração do imóvel de matrícula nº 3.775, fls.97, do livro 2"H", sendo um terreno rural de 8.100,04 m², situado na Rua Tenente João Gonçalves de Carvalho s/nº, Distrito de Morro Vermelho, Caeté/MG, na qual foi determinada a expedição do Edital de Citação de LÚCIO MARTINS LEAL e seu cônjuge se casado for; PEDRO MARTINS LEAL e seu cônjuge se casado for; ARISTEU MARTINS LEAL e seu cônjuge se casado for; ZULMIRA LEAL PRADO e seu cônjuge se casado for; AURORA ORCELINA LEAL e seu cônjuge RAIMUNDO CARDOSO DE OLIVEIRA e JOÃO MARTINS LEAL e seu cônjuge se casado for dos réus ausentes, incertos e eventuais interessados, para apresentarem resposta, caso queiram, no prazo de 15 (quinze) dias, cientes de que não sendo contestada a ação,presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados no pedido inicial. Tramitando o feito por este Juízo e Secretaria, para o conhecimento de todos,expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no local de costume e na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade Caeté-MG, aos 13 dias do mês de outubro do ano de 2022. Eu Maria Célia Bastos Martins, Escrivã Judicial em substituição da 2ª Vara, o subscrevo.
Grazziela Maria de Queiroz Franco Peixoto
Juíza de Direito

CALDAS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE CALDAS/MG - PRAZO 05 (CINCO) DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO: DANIEL DE JESUS TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 20/12/1983, natural de Caldas/MG, filho de Geraldo Bonifácio Teixeira e de Divina Batista Teixeira, atualmente em lugar incerto e não sabido. O Dr. Edson Zampar Júnior, juiz de direito desta Comarca de Caldas, estado de Minas Gerais, na forma da lei etc... Faz saber aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este juízo, tem em andamento um processo criminal nº 0001477-71.2021.8.13.0103, movido pela Justiça Pública contra o acusado Daniel de Jesus Teixeira, por crime praticado, pelo qual o acusado foi denunciado pelo ministério público como incurso nas sanções do art. 155, caput, do Código Penal; que, constando do processo que o acusado ESTÁ ATUALMENTE EM LUGAR IGNORADO, INCERTO E NÃO SABIDO, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital pelo qual INTIMÁ-LO de que lhe foi nomeado(a) defensor(a) dativo(a) o(a) eminente advogado(a) Dr(a). Vivian Generoso Rocha, com escritório na Rua Eduardo Carlos Pereira, nº 103, Centro, nesta cidade de Caldas/MG, cel. (35) 98413-8055, e-mail: vivigenesrocha@yahoo.com.br, bem como para, querendo, apresentar ao(à) mesmo(a) o rol de testemunhas, no prazo de 48h, sob as penas da Lei. Para conhecimento de todos, especialmente o(a)(s) interessado(a)(s), expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na Imprensa Oficial do Estado e afixado no local de costume, no Fórum local. Dado e passado nesta cidade e comarca de Caldas-MG, aos 13 de outubro de 2022, eu (a.) Josiane Moreira Santos, Oficial Judiciário, o digitei e subscrevi. Por ordem do Juiz de Direito.

CAMANDUCAIA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE CAMANDUCAIA - JUSTIÇA GRATUITA - SECRETARIA DO JUÍZO. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 10(DEZ) DIAS. CAROLINE DIAS LOPES BELA, JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE CAMANDUCAIA, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER que nos autos da Ação de Curatela proposta por Cristiane de Melo em favor de Maria Lázara Reis Melo, autos nº 5000408-19.2021.8.13.0878, CRISTIANE DE MELO, brasileira, solteira, auxiliar de qualidade, portadora do RG nº MG-13.550.422 SSP/MG e do CPF nº 062.529.876-46, foi nomeada CURADORA de MARIA LÁZARA REIS DE MELO, brasileira, nascida aos 06/05/1963 em Camanducaia/MG, filha de Maria Filomena Reis, portadora do RG nº MG-10.973.659 SSP/MG e do CPF nº 060.465.218-66, ambas residentes e domiciliadas na Rua Nadime Ferreira Moraes Maeda, nº 83, Colégio, Camanducaia/MG, conforme sentença proferida pela Dra. Caroline Dias Lopes Bela, em data de 21 de julho de 2022, tendo em vista que a interditanda apresenta "demência CID-10T90; F03", sendo incapaz de reger sua vida civil e bens, total e definidamente, por estar em estado vegetativo, determinando a publicação do presente edital conforme art. 755 do CPC. Camanducaia, data da assinatura eletrônica. Eu, Maria Olímpia B O Alves, Oficial Judiciário, que o fiz e digitei. O Gerente de Secretaria, Danilo José Morbidelli, que o conferiu. Caroline Dias Lopes Bela, Juíza de Direito.

CAMBUÍ

Processos Eletrônicos (PJe)

O DR. ADRIANO LEOPOLD BUSSE, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Cambuí - MG., em exercício do cargo, na forma da Lei, etc., faz saber que, em 02/12/22 as 13:15 horas, no Saguão do Fórum da Comarca de Cambuí/MG., situado na Rua Benedito Luis de Souza, nº 61 - Loteamento Belo Horizonte, Cambuí/MG., serão levados a público por pregão de venda e arrematação, os bens abaixo descritos e avaliados, a quem melhor lance fizer, em hasta pública. Quem pretender arrematar os ditos bens compareça no endereço, dia e hora aqui indicados. Caso não haja lance superior à importância de avaliação, será feita a venda a quem mais der em 16/12/22 as 13:15 horas no mesmo endereço. O presente Edital será afixado no átrio do edifício deste Fórum. Descrição do bem e local onde se encontram: "Uma casa de morada, localizada à Rua Mário Dias Ribeiro, 77, nesta cidade, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço, em um terreno de aproximadamente 15x26 m2, imóvel que se originou a dívida dos autos. Total da avaliação R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)". Eu, Armanda Silveira Duarte Franco, Oficial de Apoio Judicial D, PJPI 127126, a Gerente de Secretaria Bruna Tatiana de Souza Melo, assina por ordem do MM.Juiz de Direito.

O DR. ADRIANO LEOPOLD BUSSE, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Cambuí - MG., em exercício do cargo, na forma da Lei, etc., faz saber que em 02/12/2022 as 13:00 horas, no Saguão do Fórum da Comarca de Cambuí/MG., situado na Rua Benedito Luis de Souza, nº 61 - Loteamento Belo Horizonte, Cambuí/MG, serão levados a público, por pregão de venda e arrematação, os bens abaixo descritos e avaliados, a quem melhor lance fizer, em hasta pública. Quem pretender arrematar os ditos bens compareça no endereço, dia e hora aqui indicados. Caso não haja lance superior à importância de avaliação, será feita a venda a quem mais der em 16/12/22 as 13:00 horas, no mesmo endereço. O presente Edital será afixado no átrio do edifício deste Fórum. Descrição do bem: " Uma esteira de 5 metros para separação de garrafas e junto com um elevador de fardos de 5 metros de altura em bom estado de conservação e funcionamento, avaliada em R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)". Eu, Armanda Silveira Duarte Franco, Oficial de Apoio Judicial quem digitei, a Gerente de Secretaria Bruna Tatiana de Souza Melo assina por ordem do MM.Juiz de Direito.

COMARCA DE CAMBUÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA DA 2ª VARA - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INCAPACIDADE DE NAIR DA SILVA, nos autos 5000632-08.2022.8.13.0106 Ação de Substituição de Curador, Requerente: CLAUDIO DA SILVA, Requerido: NAIR DA SILVA. O Dr. Adriano Leopold Busse, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Cambuí - MG. FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que este Juízo por sentença proferida em 01/08/2022, DECRETOU A SUBSTITUIÇÃO DO CURADOR de NAIR DA SILVA, brasileira, solteira, portadora do RG nº MG 18.741.117,nomeando como curador a pessoa de CLAUDIO DA SILVA, que exercerá o ¿munus¿ plenamente, enquanto perdurar a incapacidade, motivo pelo qual, sem sua devida representação, serão nulos, de pleno direito, todos os atos jurídicos praticados pelo interditado. Edital expedido em 01 de setembro de 2022, que será publicado no sítio do TJMG, além do órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias (art. 758 do CPC). Eu, Pedro Henrique Finamor, Estagiário de Secretaria, o digitei. A Gerente de Secretaria Bruna Tatiana de Souza Melo assina por ordem do MM. Juiz Adriano Leopold Busse.

CAMPINA VERDE

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE CAMPINA VERDE - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS O MM. Juiz de Direito Jefferson Val Iwassaki da Vara Única desta cidade e Comarca de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria, tramita os autos da AÇÃO DE PROCEDIMENTO CÍVEL/ INADIMPLEMENTO n° 5000339-57.2021.8.13.0111, requerida por CLAUDENIR ASSUNÇÃO FELIX ME inscrito no CNPJ sob o Nº: 04.771.392/0001-43 em desfavor de ALINE ALMEIDA NUNES, inscrita no CPF sob o Nº 109.552.136-57 e RG 15.017.735 SSP/MG, residente em local incerto e não sabido, constando na petição inicial, em resumo, o seguinte: " A Requerente é credora da Requerida da quantia de R$150,00 (cento e cinquenta reais) representado por cheque anexo a este processo e que faz prova escrita da obrigação, estando a parte requerida recusando-se a fazer o pagamento de suas obrigações. Nada obstante as inúmeras tentativas amigáveis para a solução do presente litígio, todas sem sucesso, não restando ao requerente senão ajuizar a presente ação "; É o presente para CITAR a Ré ALINE ALMEIDA NUNES, acima qualificada e que atualmente se encontra em local incerto e não sabido para, conforme a lei, apresentar defesa no prazo legal. Fica ré advertida de que procedida sua revelia ser-lhe-á nomeado curador especial em seu nome, nos termos do artigo 257, IV do Código de Processo Civil. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, data da assinatura eletrônica, Eu, Patrícia Santos de Oliveira que o digitei. Jefferson Val Iwassaki - Juiz de Direito. Assinado eletronicamente.

JUSTIÇA GRATUITA - COMARCA DE CAMPINA VERDE - EDITAL DE INTERDIÇÃO - O Doutor Jefferson Val Iwassaki, MM. Juiz de Direito em exercício nesta cidade e Comarca de Campina Verde-MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente TERCEIROS INTERESSADOS, INCERTOS e DESCONHECIDOS, que, por este Juízo e Secretaria processaram os autos sob n° 0009299-29.2017.8.13.0111, Ação de Interdição/Curatela de ADENILSON ROCHA FERNADES pleiteada por ILMA APARECIDA DA ROCHA, na qual, por sentença deste Juízo, datada de 30/09/2022, transitada em julgado em 10/10/2022, foi decretada a interdição de ADENILSON ROCHA FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 106.467.686-38, filho de Adenilson Dias Fernandes e Ilma Aparecida da Rocha, natural de Campina Verde/MG, nascido no dia 26/10/1998, residente e domiciliado na Rua E, nº 275, Bairro Alvorada, Campina Verde/MG, CEP: 38270-000 , com a nomeação de ILMA APARECIDA DA ROCHA brasileira, Convivente em união estável, RG nº MG-14.492.221 SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 072.184.236-47, residente e domiciliada no mesmo endereço do interditado, para desempenhar as funções de curadora do requerido interditado, por estar o mesmo relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, estando sem condições de gerir sua própria vida e de administrar seus bens. E, para conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial por três vezes consecutivas, com intervalo de 10 dias e afixado uma cópia deste edital no átrio deste Juízo, na forma do artigo 755 do NCPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campina Verde-MG, aos 11 de outubro de 2022. Eu, Patrícia Santos de Oliveira, Oficial judiciário, da Secretaria de Juízo que digitei, o subscrevo. Dr. Jefferson Val Iwassaki - Juiz de Direito em exercício.

JUSTIÇA GRATUITA - COMARCA DE CAMPINA VERDE - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS E CITAÇÃO - PRAZO DE 05 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. A Drª. ANA BEATRIZ CRUZ DE OLIVEIRA, MMª. Juíza de Direito da Única Vara desta cidade e Comarca de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tem andamento os autos da Medida Protetiva de Urgência nº 5001086-70.2022.8.13.0111, em favor da vítima M.F.F.S. em face do requerido NATANAEL DE FREITAS SILVA, brasileiro, natural de Campina Verde/MG, aos 06.10.1990, filho de Maria de Fátima de Freitas Silva, RG nº 16.318.454/SSP/MG, atualmente em local não sabido; por ter praticado a conduta prevista no art. 147, Código Penal e constando dos autos que o Requerido acima qualificado se encontra atualmente em lugar ignorado, mandou, na melhor forma de direito, expedir o presente edital, pelo qual INTIME-O da decisão evento 9554795375 dos autos acima mencionados, que deferiu as seguintes medidas protetivas de urgência em favor da vítima, com prazo de vigência de 06 (seis) meses, contado a partir da notificação do ofensor: 1) proibição do suposto agressor de se aproximar a menos de 100 metros ou manter qualquer tipo de contato (inclusive telefônico, e-mail, mensagens, aplicativos de celular, redes sociais ou através de terceiros) com a vítima e de seus familiares. O descumprimento das medidas protetivas poderá implicar a responsabilização por crime de descumprimento de medida protetiva, previsto no art. 24-A, da Lei nº 11.340/2006, bem como a decretação de sua prisão preventiva.Outrossim, fica o agressor citado para no prazo de cinco (5) dias para apresentação de eventual defesa.Dado e passado nesta cidade e comarca de Campina Verde, aos 03 de outubro de 2022. Eu, José Coimbra Pereira, Oficial Judiciário, digitei.Drª Ana Beatriz Cruz de Oliveira - Juíza de Direito, assinado eletronicamente.

CAPINÓPOLIS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE CAPINÓPOLIS
Edital com Prazo de 30 dias
Saibam todos quantos o presente edital de citação virem que perante a única Vara da Comarca de Capinópolis, tramita uma Ação de GUARDA, Processo nº 5000389-04.2022.8.13.0126, ajuizada por CLEITON MEDEIROS. Fica, LUDMYLLA FERNANDA JUSTINO RODRIGUES , brasileiro(a), CPF nº 036.471.891-97, filho (a) de Luiz Carlos Rodrigues da Silva e Maria Marguerita Justino Pinto, CITADO(A), por todos os termos da presente ação e, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 dias, sob as penas de confissão e revelia. Para conhecimento de todos os interessados e não possam alegar ignorância do mesmo, publica-se o presente. Capinópolis-MG, data do sistema. Luiz Eduardo Silva, Oficial Judiciário, o digitei. Carlos Eduardo da Silva, Juiz de Direito.

CARANGOLA

COMARCA DE CARANGOLA/MG - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA DE JURADOS PARA O ANO DE 2023 - A Drª. PATRICIA VIEIRA CELLIS ARRAES, MM. Juíza de Direito da Comarca de Carangola/MG, FAZ SABER, na forma da Lei, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente os interessados, que nesta data, torna público a LISTA PROVISÓRIA DE JURADOS PARA O ANO DE 2023, contendo os nomes dos jurados que servirão nas Reuniões Periódicas do Tribunal do Júri do ano de 2023, nesta Comarca:

1) Neuza Maria Raulino Novaes, Rua Pedra Dourada, 155 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9943.1505;

2) Zeneide de Fátima Pereira Barros, Avenida presbiteriano, 60 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9813.9135;

3) Georgina Maria Silva, Rua Professor Luiz Vitória, 24 casa - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9958.4843;

4) Yasmim Mendes de Paulo, Rua Carlos Hosken, 201 casa - Eldorado, Carangola/MG, (32)9.9955.9132;

5) Rosiana Braga de Oliveira, Avenida Doutor José Garcia de Freitas, 339 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9124.2116;

6) André Pedrosa de Paiva, Rua Gilda de Abreu, 96 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9969.0204;

7) André Luiz Bitencourt Bastos, Vigilante, Rua Reinaldo Valente, nº 83, Coroado, Carangola/MG. Cel.: (22) 9 9743-8213;

8) Luana Rocha Silva, Rua Coronel Manoel José de Souza, nº 159, 2º andar, Bairro Triângulo, Carangola/MG. Cel.: (32) 99944-5376;

9) Larissa Vieira da Silva, Rua Anastácio Araújo Neto, nº 55, Bairro Eldorado, Carangola/MG. Cel.: (32) 99979-1897;

10) Marcelo Costa Alves, Rua Divino, nº 165, apto. 201, Centro, Carangola/MG;

11) Vynicius Soeira Alvim, Praça dos Estudantes, nº 172, Santa Emília, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.5348.

12) Maria Moraes, Servidora Pública, Rua Cláudio Manoel, nº 237, Santa Emília, Carangola/MG

13) Vinícius Assis Martins, Rua José Araújo Loschi, nº 22, apto. 101, Triângulo, Carangola/MG;

14) Gabriel Montenegro Baroni, estudante, Rua Tomas Grimaldi, nº 129, Caixa D'água, Carangola/MG.

15) Francisco Brum Toledo, Servidor Público, Rua Windgiston Mendes de Souza, nº 270, fundos - Chevrand, Carangola/MG.

16) Mayra de Freitas Gerhardt, Servidora Pública, Rua Delilo Coutinho, nº 187, Ouro Verde, Carangola/MG.

17) Lara Oliveira Gomes, estudante, Rua Santos Dumont, nº 232, apt 102, Rosário, Carangola/MG.

18) Isabella Campos Aquino, estudante, Rua Santa Terezinha, nC 76, Chevrand, Carangola/MG.

19) Patrícia Gomes Cosenza, Rua Dr. Gothardo Soares Gouveia,nº167 Apto101, Centro, Carangola/MG. Bancária;

20) Gilber Rodrigues Nunes, Rua Pedro de Oliveira, nº 333, apto. 401, Centro, Carangola/MG. Funcionário Público, CEF agência de Carangola/MG;

21) Randolpho Radsack Correa, Professor, Rua Santa Luzia, nº 437, Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9962.3031.

22) Anderson Leonardo de Souza Barbosa Paz, estudante, Rua Treze de Maio, nº 35, Santo Onofre, Carangola/MG.

23) Glaciene Januário Hottis Lyra, Rua Carlos Coelho, nº 123, Bairro Triângulo, Carangola/MG. UEMG de Carangola/MG;

24) Gilvam Amorim Soares, estudante, Rua Agripina Gomes de Lima, nº 130-A, Caixa D'água, Carangola/MG.

25) Roni Cabral Lima, Rua Breno Motta, 42, Coroado, Carangola/MG. Bancário;

26) Gabriela Moreira Ranquine Pallot, estudante, Rua Archangelo Faccin, nº 33, Santa Maria, Carangola/MG.

27) Léa Fialho de Lima, Rua Dr. Edgard guimarães, 72, Coroado. Carangola/MG. Bancária;

28) Itamara Pereira Nunes, estudante, Travessa Belmiro Braga, nº 01, Centro, Carangola/MG.

29) Michel Claudino Ferreira, Rua Benjamin Constant, 53, Centro, Carangola/MG. Tel.: 32 99902-1736;

30) Khayc Barbosa Oliveira Valério, Rua Cyea

Barbosa Machado, 60, Amendoeiras, Carangola/MG. Tel.: 32 99829-2983;

31) Bruno Fernandes Monteiro, Rua Joel Rodrigues, nº 20, Bairro Santa Maria, Carangola/MG;

32) Vânia Viana Nery Araújo, Rua Quintino Bocaiúva, 64, Centro, Carangola/MG, tel.: (32)9.9959.2922;

33) Ariane Pedrosa, funcionária pública (SRE), Rua Xenofonte Mercadante, 96 - Centro, Carangola - MG;

34) Stéphanny Rodrigues Ramos, Rua Galileu Lima, nº 56, Aeroporto, Carangola/MG;

35) Helaine de Fátima Souza, Professora, residente na Travessa Belmiro Braga, nº 45, Centro, Carangola/MG;

36) Monik Águilla Souza Peixoto, Professora, Rua 21 de Abril, nº 51, Triângulo, Carangola/MG;

37) Diana Oliveira Lanes, Rua Marechal Deodoro, nº 171, apto. 202, Centro, Carangola/MG;

38) Leonardo Batista de Souza Elias, estudante, Praça Tiradentes, nº 65, Santa Emília, Carangola/MG;

39) Stefany Reis Marquioli, Rua Olímpio Machado, 333, Centro, Carangola/MG;

40) Bruna Estefane L. Laia, Rua Mário Dutra Pettersen, nº 05, aptº 03, Ouro Verde, Carangola/MG;

41) Jonathan Mendes Gomes, Professor, Ladeira Teodorico Leite, nº 37, Centro, Carangola/MG;

42) Jaquelina Moreira Coimbra, Rua Espírito Santo, nº 92, Caixa D'água, Carangola/MG;

43) Allan Magalhães Queiroz, estudante, Rua Machado de Assis, nº 112, Triangulo, Carangola/MG;

44) Cleidson Silva Belan, estudante, Rua Mário Dutra Pettersen, nº 111, Ouro Verde, Carangola/MG;

45) Maria Alice Brandão Silva, estudante, Rua Thomaz Gonzaga, nº 135, aptº 201, Santa Emília, Carangola/MG;

46) Neider Nagib Campos Sales, Av. Caminho do Pico da Bandeira, nº 04, Condomínio Estrada Real - Carangola/MG;

47) Elizete de Oliveira Andrade, Professora, Rua Arminda Guimarães de Almeida, nº 200, apt 501, Centro, Carangola/MG;

48) Sineida Siqueira Ferreira Mendes, Professora, Rua Dr. Gilberto Soares, nº 107, Coroado, Carangola/MG;

49) Gilberto de Souza Pinheiro, Rua Madre Maria Cecília, nº 08 - Centro - Carangola;

50) Gabrielle Viana Valente, estudante, Rua Nicolau P. de Souza, nº 34, aptº 102, Centro, Carangola/MG;

51) Marco Aurélio Furtado, Bancário, Rua São José, 177/02 - Triângulo - Carangola/MG;

52) Victor Rogério Ramos Cruz, Rua Santos Dumont, nº 93, Rosário, Carangola/MG;

53) Henrique Oliveira Sousa, estudante, Rua Marcelino Vaz, nº 63, Chevrand, Carangola/MG;

54) Anna Karolina de Oliveira Barrozo, Rua Braz Rodrigues de Souza, nº 85, Caixa D'água, Carangola/MG;

55) Lucas Mendes Assunção Mendonça, estudante, Rua Professora Wanda Zamith Leite, nº 137, Centro, Carangola/MG;

56) Thiago Dirceu Marques Soares, estudante, Rua Dorival Antunes Matos, nº 120, Coroado, Carangola/MG;

57) Grasielle Cunha de Paula, Rua Antônio Hermenegildo Roriz, nº 92, Triângulo, Carangola/MG;

58) Lucimeire Aleixo Bard, Professora, Rua Espera Feliz, nº 33, Santo Onofre, Carangola/MG;

59) Jacqueline Barros de Sousa, estudante, Rua Professor Fuchal Garcia, nº 130, Chevrand, Carangola/MG;

60) Otávio Augusto Garcia de Matos, estudante de Direito, Rua Arcangello Faccin, 19, Santa Maria, Carangola/MG;

61) Aliciane de Souza, Estudante de Direito, Rua Juarez Quintão Hosken, Chevrand, Carangola/MG, email: alicianedesousaoliveira@gmail.com - TEL.32 998088134;

62) David Santos Graciano da Silva, Estudante de Direito, RUA Tomaz Gonzaga n67 apt 101 Santa Emilia, Carangola/MG, email: davidsantosgr@hotmail.com Tel.999812701;

63) Douglas Cesar, estudante de direito, Rua Dr. Waldemar Soares, Coroado, Carangola/MG, email: douglascesar22@hotmail.com Tel.32-999428842;

64) Emanuelly Brandão Amorim, estudante de direito, Dr. Gilberto Soares - Coroado, Carangola/MG, email: emanuelly0306b@outlook.com Tel. 32- 985249724;

65) Flaviane da Conceição Silva, estudante de direito, Rua Antônio Valente, 117, Coroado, Carangola/MG, email: flavianemelo03@gmail.com, Tel.32 999519828;

66) Inara Peçanha Candido, estudante de direito, Rua Doutor Gilberto Soares, Coroado, Carangola/MG, email: inarapcandido@outlook.com.br, Tel.32 999163949;

67) Laisa veira rocha, estudante de direito, Travessa Themistocles Loyola, 83, Varginha, Carangola/mg, email: larayseteixeira16@gmail.com, tel.32 998308428;

68) Nicoly Prado Trombin, estudante de direito, Rua Comendador Salermo, Caixa D'água, Carangola/MG, email nicolyptrombini@hotmail.com, tel.32 999367258;

69) Rivas Mageste, estudante de direito, Rua Santa Luzia, Centro Carangola/MG, email: rivasmageste@gmail.com, tel.32 999908887;

70) Sergio Silva Filho, estudante de direito, Rua Espirito Santo, Caixa D'água, Carangola/MG, email: serginho.silva142016@gmail.com tel.32 999236128;

71) Pedro Paulo Dias, Rua Manoel Paiva, 74 - casa - Triângulo, Tel.: (32)3741.5727;

72) Stefany Fernandes Passos Carmo, Rua Francisco Vicente de Souza, 58 fundos - Caixa D'água, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8506.2242;

73) Graziane Silva Domiciano, Rua Widgiston Mendes de Souza, 271 - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.4788;

74) Richardson Hugo de Sousa Ferreira, Rua Maria Natividade Magalhães, 75 casa - Santo Onofre, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9961.5441;

75) Leandro Silva, Avenida Juca de Souza, 2090 casa - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9984.5788;

76) Mara Firmino Silva Evangelista, Avenida Juca de Souza, 145 casa - Condomínio - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9953.5920;

77) Lidia Santos Costa Ricardo, Rua Francisco Beijamin Hosken, 40 casa - Santa Maria, Carangola/MG;

78) Thiago Costa de Amorim Monteiro, Rua Doutor Juarez Quintão Hosken, 121 aptº 104 - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9801.7920;

79) Fabíola de Oliveira Resende, Rua Othil Stuts Gerhardt, 33 casa A - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9812.9145;

80) André Ângelo da Silva Lopes, Rua Widgiston Mendes de Souza, 142 casa - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9907.8587;

81) Wanessa Amorim Carvalho, Rua Othil Stuts Gerhardt, 125 aptº01 - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9922.0475;

82) Israel Floriano Auday, Rua Moreira Carneiro, 355 casa - Caixa d'água, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8483.8852;

83) Helen Santana Oliveira, Rua Widgiston Mendes de Souza, 142 2º andar - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.1482;

84) Andreia Gomes de Souza, Rua Santo Antônio, 06 - Santo Onofre, Carangola/MG, (32)9.9972.4990;

85) Cristiane Coelho Pessanha, Rua Santos Dumond, 107 aptº 201 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9953.5290;

86) Gilcea Vieira Botelho, Rua Inocêncio Rodrigues, 130 - São Manoel do Boi, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9926.0445;

87) Luciana Oliveira Peçanha, Rua Abílio Ramalho, 209 1º andar - Santo Onofre, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.7620;

88) Rita Silva de Cassio Ribeiro, Rua Cesário Alvim, 144 casa - Santa Maria, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9997.4180;

89) Rousemarie das Graças Ferreira, Avenida Machado de Assis, 982 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9912.2200;

90) Hudson Augusto Reis Vitalino, Rua João Antônio Pereira, 140 aptº 302 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.6142;

91) Vanusa Carlos de Andrade Santos, Rua Adjar Queiroz, 155 casa - Amendoeiras, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8436.9760;

92) Gabriele Chaves da Conceição, Rua Altivo Bibiano de Souza, 29 (Travessa Amorim) - Santo Onofre, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9939.1327;

93) Eliane Barbosa Lopes, Rua Adjar Queiroz, 28 2º andar - Amendoeiras, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9952.5393;

94) Solange Dias Ribeiro, Avenida Capitão Antônio Carlos de Souza, 666 casa - Santa Maria, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.6792;

95) Isabella da Silva Botelho, Rua Abílio Ramalho, 75 casa - Santo Onofre, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9930.2691;

96) Raphael Onibene Marques, Rua Carlos Coelho, 155 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9945.3225;

97) Mateus Neto de Paula, Rua Coronel Olímpio Machado, 270 aptº 202 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9842.6666;

98) Diego Ramos, Rua Noé César da Cunha, 95 - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9824.1082;

99) Ranieli Valeriano Francisco Ferrari, Rua Pedro de Oliveira, 306 aptº 201 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9992.2255;

100) Rayana Lopes Valente, Avenida Machado de Assis, 53 1º andar - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9806.2205;

101) Thiago Rocha Oliveira, Avenida Aeroporto, 284 casa - Aeroporto, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.5186;

102) Matheus Francisco Ribas da Silva, Rua José Martins de Melo, 40 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9927.3510;

103) Cassia Silva Alves, Rua Vista Alegre, 22 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.2107;

104) Iolanda Maria Beviláqua da Silveira, Rua Abílio Coimbra, 333 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8827.4021;

105) Gabriela Matheus da Silva Leite Nascimento, Rua Sebastião Frossard, 615 casa - Amendoeiras, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9912.2238;

106) João Santana, Travessa José Joaquim Ferreira, 19 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8489.1750;

107) Daniela Cristina Silva Costa, Rua dos Operários, 17 - Triângulo, Carangola/MG, Te.: (32)9.9915.6071;

108) Laís Viana Silva, Rua Antônio Marques, 98 aptº501 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (31)9.8379.3148;

109) Wanderson de Paulo Diniz, Rua José Antônio Dainese, 64 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8462.4832;

110) Víctor Donola Ferreira, Rua Manoel Bernardino, 39 casa - Panorama, Carangola/MG, Tel.: (24)9.9953.1425;

111) Layla Rodrigues Graça Bauer, Rua Altina Monteiro de Paula, 14 aptº 302 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9902.8694;

112) Eduardo Francisco Pimentel, Rua Paulo Pacheco, 59 casa - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8839.5948;

113) Nicia Eleodora da Silva, Rua Coronel Fulgino, 156 2º andar - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.1446;

114) Ana Lídia Azevedo Lobato, Rua Antônio Thomé, 79 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9908.1930;

115) Luciano Dias de Sousa, Travessa Ozirel Tourino de Souza, 55 aptº 203 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8829.9829;

116) Érica Cristina de Oliveira Albino, Rua Antônio Marques, 155 aptº 105 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9827.9118;
117) Aissa Aparecida Silva Santos, Avenida Doutor Nolasco, 9 aptº 301 - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9927.9741;
118) Lourrane de Oliveira Ribeiro, Avenida Machado de Assis, 747 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9983.0796;
119) José Caires da Motta Filho, Rua Cycea Barbosa Machado, 2 casa - Campo Verde, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9158.0568;
120) Sérgio de Souza Ribeiro, Travessa Nossa Senhora das Graças, 31 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.6608;
121) Kívea Maria Morais, Rua Cycea Barbosa Machado, 20 casa - Campos Verde, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9905.0492;
122) Anny Carolinni Ferraz Ferreira, Rua dos Operários, 194 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8494.7604;
123) Bruno Assis de Souza, Rua Paulo Lopez Araújo, 75 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.4391;
124) Mileane Andrade Azevedo, Travessa Oziel Tourino de Souza, 55 aptº 203 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8829.9828;
125) Jaqueline Santana Silva Rylee Ribas, Rua Barão de São Francisco, 200 casa - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9983.0259;
126) Judite de Araújo Nunes, Rua Achiles Garcia, 215 aptº 203 - Ouro Verde, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9977.9511;
127) Jeovani de Miranda Vieira, Rua Professora Maria Genuina, 57 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9966.6777;
128) Olavo Monteiro Guimarães Oliveira, Rua José Antônio Dainese, 65 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9826.7474;
129) Adriane Leal de Castro Carvalho, Avenida Machado de Assis, 74 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9974.2625;
130) Adelia Rosa Martins, Praça Coronel João Marcelino, 25 1º andar - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9973.5552;
131) Nazira Vieira da Cruz, Rua Engenheiro Édson Junqueira Passos, 201 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9830.0776;
132) Joelma de Lurdes Ferreira, Rua Olímpio Teixeira, 333 aptº 303 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (31)9.8714.3128;
133) Brenda de Queiroz Frossard, Rua Doutor Manoel José da Cruz, 129 aptº 101 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8453.1619;
134) Andressa Soares de Oliveira Zini, Rua E casa 2 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9974.4116;
135) Nélia Paula Pereira Nunes, Rua Fervedouro, 171 fundos - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9840.4884;
136) Laís de Mello Dias Giovannoni, Fazenda Retiro do Maranhão, 00 Zona Rural - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9914.0612;
137) Delaine Cabral Batista, Rua Vinte e Um de Abril, 15 aptº 301 - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9937.31096;
138) Arlete Cristina Peixoto Gomes, Rua Marcelino Medeiros Vaz, 27 aptº 302 - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9902.6880;
139) Patrick Adiler Odayr Santana, Travessa José Joaquim Ferreira, 19 3º andar - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8439.0314;
140) Carlos Roberto Stambassi, Rua Antônio Valente, 60 casa - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.6618;
141) Aline Radael de Souza, Rua Reinaldo Valente, 111 - Vale dos Ipês - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8416.5053;
142) Derliane de Oliveira Medeiros, Rua Thomaz Gonzaga, 160 casa - Santa Emília, Carangola/MG, Tel.: (28)9.9901.4568;
143) Eduardo Oliveira Vancini, Rua Gilda de Abreu, 95 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.4355;
144) Aline Rocha Batista, Rua Dorival Mattos Antunes, 113 - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.3728;
145) Aian dos Santos Romano do Nascimento, Rua Vieiras, 16 Casa 2 - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9921.2078;
146) Francilene da Conceição Teixeira, Rua Amazonas, 203 casa - Aeroporto, Carangola/MG, (32)9.9968.6578;
147) Natasha Viana Stambassi, Rua Antônio Valente, 60 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9978.2761;
148) Tunayra Rodrigues Oliveira, Rua Demosthenes Menicucci, 353 casa - Aeroporto, Carangola/MG, (32)3741.4506;
149) Clarice Valéria Leuzinger, Rua Doutor Luiz Pessoa Moreira, 130 casa - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9977.1117;
150) Isadora Aparecida Santos Pinheiro, Avenida Doutor Nolasco, 270 - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.7093;
151) Maya Morais da Silva, Rua Matipí, 7, casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9915.4462;
152) Thais Ferreira de Oliveira Galegari, Rua Gilda de Abreu, 95 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9918.8840;
153) Valéria de Paula Carvalho, Rua Flávio de Oliveira Menicucci, 55 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9975.8225;
154) Iasmym Amorim Alves Machado, Rua Alzira Bonato Campos, 8, casa - Vale dos Ipês, Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9939.2474;
155) Ronilda Gianetti Carrara Marques, Rua Cycea Barbosa Machado, 19 - Campo Verde, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9982.9760;
156) Paula Souza Ferreira, Rua Domingos Guarino, 230 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8446.2826;
157) Solange de Oliveira Ribeiro Darwisch, Rua Douto Gilberto Soares, 95 casa - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9944.3789;
158) Daiana dos Santos Loubach, Rua Vista Alegre, 89 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9974.4406;
159) Arlete dos Passos Custódio, Rua Francisco Vicente de Souza, 85 fundos - Caixa D'Água, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9997.7073;
160) Sabrina Nunes Tavares, Rua Manoel Paiva, 79 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8461.6200;
161) Claudemira da Silva Martins, Rua Paulo Marques Figueira, 93 2º andar - Armindo Cunha, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9912.0163;
162) Fausto Coutinho dos Reis, Rua Coronel Olímpio Machado, 286 casa - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8418.3593;
163) Luciana Viana, Rua Pedro de Oliveira, 207 casa - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9147.2001;
164) Elisa de Paiva Pereira, Rua Nacif Kamil, 140 casa A - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9955.6719;
165) Patrícia Nolasco Grisotti, Rua Olímpio Teixeira, 65 casa - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9905.9380;
166) Helerson Toledo Lima, Rua Pedro Catarino da Silva, 65 - Santa Emília, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9974.3960;
167) Thais Silva Xavier, Rua Antônio Marques, 292 casa - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9955.8140;
168) Cristiane Sinesia Silva, Rua Coronel João Antônio Pereira, 140 aptº 104 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.1179;
169) Alini Aparecida de Souza Rodrigues, Rua Adjar Queiroz, 124 aptº 302 - Amendoeiras, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8439.0292;
170) Gleide Maria Viana Souza Azevedo, Rua Pedro de Oliveira, 449 aptº 1 - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.3441;
171) Fabiane Freitas da Silva, Rua Eugênio Cancela, 76 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9965.4228;
172) Elisa de Mello Dias Giovannoni, Fazenda Santa Terezinha, 00 Zona Rural - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8420.3283;
173) Caroline Mendes Souza, Rua Moreira Carneio, 379 - Caixa D'Água, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9950.2709;
174) Michela Guedes Matos Correa, Fazenda Córrego Borboleta - Zona Rural Borboleta, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9934.4685;
175) Irani Costa Valente, Rua Adolfo de Carvalho, 27 - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9921.5362;
176) Lucineia Verdeiro, Rua José Viana Coelho, 80 casa - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9988.7739;
177) Luciene Aparecida Beviláqua, Rua Alcamar José da Fonseca, 50 - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9823.1082;
178) Diego Pereira da Silva, Rua Ilda Guimarães de Paula, 42 - Alvorada, Carangola/MG, Tel.:(32)9.9800.2355;
179) Kátia Dair da Silva, Rua Gilda de Abreu, 103 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9934.7050;
180) David Oliveira Mendes, Ladeira Carlos Gomes, 456 casa - Caixa D'Água, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9972.6554;
181) Anielli Garcia Santos, Avenida Capitão Antônio Carlos de Souza, 690 fundos - Santa Maria, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8453.1669;
182) Elenilda de Oliveira Paiva, Rua Francisco Elias Chaiben, 195 - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9906.0954;
183) Rosângela Ribeiro Annunziata, Travessa Amorim, 39 - Santo Onofre, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9961.0025;
184) Denísia Correa Moreira, Rua Professor Funchal Garcia, 323 aptº 101 - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9911.4412;
185) Renata Alves de Morais, Rua Luíz Beletti, 31 casa - Santa Maria, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9825.9511;
186) Pricila Rocha Sousa Machado, Rua Pedro de Oliveira, 233 fundos - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9809.4081;
187) Renata Gonçalves de Oliveira, Praça Doutor Jonas de Faria Castro, 45 casa A - Centro, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9982.3995;
188) Joaquina Cândida de Souza Pereira, Rua Francisco Vicente de Souza, 115 casa B - Caixa D'Água, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9916.2829;
189) Giane de Oliveira Gomes, Rua Professora Maria dos Reis, 74 casa - Chevrand, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9995.1283;
190) Victor de Assis Botelho, Rua Manoel Paiva, 66 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9941.4965;
191) Walasce Emilio dos Santos, Rua Josina Fraga Lacerda, 230 casa - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9972.5755;
192) Raphaela Ferreira Santos Laviola, Rua Francisco Filgueira de Lacerda, 183 casa - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.5102;
193) Aparecida de Fátima Santo Gomes, Rua Josina Fraga Lacerda, 230 casa - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9970.8213;
194) Mônica Geralda Sinis Ferreira, Rua Noé Cesar da Cunha, 164 - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.2623;
195) Sara de Oliveira Alves, Rua Manoel Gomes Linhares, 762 casa - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9975.4109;
196) Lorena Núbia Gomes, Rua Carlos Hosken, 109 casa - Eldorado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9981.2564;
197) Amanda Sousa Santos, Rua Josefa Baroni, 59 casa - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9802.1551;
198) Luzinete Caldas Rodrigues, Rua Francisco Filgueira de Lacerda, 26 casa - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9905.8822;
199) Jadson Rodrigues Costa, Rua Antônio

Hermenegildo Roriz, nº 205, Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9965.5655;

200) Adir Mendonça de Araújo, Rua Francisco Filgueira de Lacerda, 186 - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9951.2126;

201) Mayckon Estevão Faria, Rua Josina Fraga Lacerda, 206 - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9985.3696;

202) Wanderlea Viana Domingos, Rua Fabíola Rates de Souza, 66 casa - Lacerdina, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9829.9833;

203) Sidney Oliveira Silva, Avenida Raulina Grossi Araújo, 72 1º andar - Aeroporto, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8484.0237;

204) Paulo Ferraz Vieira, Rua Sete de Setembro, 105 casa - Triângulo, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9952.5381;

205) Maria Fernanda Henrique, Rua Adelaide Nolasco, 38 casa - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9993.4889;

206) Márcia Helena de Souza, Avenida Doutor Nolasco, 161 casa - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8476.1136;

207) José Gilberto de Souza, Avenida Doutor Nolasco, 161 - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)9.8417.5535;

208) Michele Soares de Oliveira, Avenida Raulina Grossi Araújo, 118 A - Aeroporto, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9934.6611;

209) Alex Amaral Lobato, Rua Cláudio Manoel, 22 - Santa Emília, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9989.0979;

210) Erika Lino Vieira, Avenida Doutor Nolasco, 94 aptº 101 - Coroado, Carangola/MG, Tel.: (32)3741.1019;

211) Letícia Vancini Fonseca, Rua Francisco Fernandes Oliveira, 51 casa - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9834.2745;

212) Jaci Guedes Junior, Rua Alacrino Carlos, 205 casa - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9958.2992;

213) Simone Barbosa Fonseca, Rua Antônio Hermenegildo Roriz, 90 casa - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9976.1724;

214) Sônia Verdeiro, Rua José Viana Coelho, 80 casa - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9990.5754;

215) Letícia Castelani Tavares, Rua Alacrino Carlos, 612 casa - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9952.7655;

216) Josiana Aparecida Ferreira, Rua Joaquim de Souza Braga, 172 casa - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9915.7493;

217) Irene Stella Viana, Rua Alacrino Carlos, 205 - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9923.5326;

218) Thamiris Adão Ferreira da Silva, Rua Francisco Fernandes Oliveira, 41 casa - Alvorada, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9915.5238;

219) Rayana Santos Rodrigues, Rua Moacir Correa da Silva, 30 casa - Ponte Alta de Minas, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9964.9389;

220) Carolina Marques Mendes, Rua Moacir Correa da Silva, 42 casa - Ponte Alta de Minas, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9998.4457;

221) Terezinha Lopes de Souza, Rua Odete Castelani, 78 casa - Ponte Alta de Minas, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9986.3413;

222) Maria José da Silva Maia, Rua Vereador João Batista Castelani, 107 casa - Ponte Alta de Minas, Carangola/MG, Tel.: (32)9.9994.4993.

223) Gesse Jone Pedrosa e Silva, Av. José Antônio da Silva Filho, nº 30, Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8401.2814.

224) Cristina Rafaela da Silva, estudante, Rua Paraíba, nº 191, Cidade Nova, Fervedouro/MG.

225) Rosiane Silva Roriz, rua Sebastião Pereira Chicarelli, nº 81, Centro, Fervedouro/MG (casa), tel.: (32) 99953-1444 (Supervisora Pedagógica);

226) Gizele Teresa, Rua Fortaleza, nº 8, Cidade Nova, Fervedouro/MG;

227) Marco Martins dos Santos, Rua Goiás, nº 60, Cidade Nova, Fervedouro/MG;

228) Eduarda Paula Souza Oliveira, Av. Braulir Marcelino do Prado, nº 69, Centro, Fervedouro/MG;

229) Eliane de Lima Pereira Samagaio Rocha, Professora, Avenida Braulir Marcelino do Prado, nº 10, Centro, Fervedouro/MG;

230) Denise Helena Laviola de Souza, Rua Aparecida Vicente de Oliveira, nº 154, Centro, Fervedouro/MG;

231) Denise da Rocha Silva, Rua Valdemar Teodonio dos Santos, nº 66, Centro, Fervedouro/MG;

232) Eiky Bernardo Oliveira Souza, estudante de direito, Rua Terezinha Assef de Oliveira, 52 Fervedouro MG, email: eikybernardo123@gmail.comTel.32-984603399;

233) Rafaela Fernandes de Lima, estudante de direito, Rua Jacinto Paiva Primo, 137, Mascate, Fervedouro/MG, email: rafahlima85@gmail.com, Tel. 32- 999359774;

234) Shayane Lopes Valmor, estudante de direito, Rua José Antônio da Silva Filho, Centro, Fervedouro/MG, email: shayanelopes1992@gmail.com tel. 32 998304064;

235) Cláudio Soares de Andrade, Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, 25, casa, Centro, Fervedouro/MG, tel.: (32)9.8402.8668;

236) Zilda Pereira do Amaral, Rua Nira Afra Pedrosa, 71 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)3742.1343;

237) Andreza Lúcia de Oliveira Henriques, Rua Abílio Custódio Henriques, 162 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)98437.0822;

238) Patrícia Saturnino Silva, Rua Formação, 212 A - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8464.5097;

239) Claudineia Maria de Lima, Rua Oswaldo Fernandes, 300 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8442.7304;

240) Joel Francisco Mendes, Rua José Abel Pedrosa, 380 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8402.2298;

241) Elizangela Alini da Silva, Rua Maria Ribas Soares, 35 casa 1 - Mascate - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8435.6975;

242) Fernanda Chemp dos Santos, Travessa José Antônio da Silva Filho, 102 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8461.9802;

243) Karina Aparecida de Cores, Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, 155 2º andar - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8489.7372;

244) Ana Carolina Pinho Alves, Rua Nilo Alves Monteiro, 60 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8514.2895;

245) Adriana Araújo Paiva, Rua Manoel Justiniano Roberto,114 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8453.6534;

246) Adriano Franchini Ricardo, Rua Projetada - Santa Rita - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9823.0611;

247) Silvania Maria da Silva, Rua Sergipe, 210 casa - Cidade Nove - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9826.0921;

248) Mizael Garcia Domingos, Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, 220 aptº 02 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8403.0573;

249) Aline Mendonça Souza, Rua Abílio Custódio Henriques, 70 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8459.0816;

250) Analice Lellis Ferraz, Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, 130 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8402.4461;

251) Marcos Vinícius Lopes de Oliveira, Rua Aquiles Junior, 206 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)3742.1504;

252) Cláudia Márcia dos Santos Castro Mendonça, Rua Abílio Custódio Henriques, 70 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8413.5727;

253) Maria de Fátima Silva Ricardo, Rua Geraldo Gomes Pereira, 150 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9918.5062;

254) Cláudia Antônia Alves, Rua Januária Antônia da Silva, 35 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8467.7749;

255) Geisa Cristina da Silva Ribas, Rua Abílio Custódio Henriques, 10 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9809.9015;

256) Claudinéia Martins Marques, Rua Santa Catarina, 183 casa - Cidade Nova - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9941.5155;

257) Lucas Ribas dos Santos, Rua Maria Ribas Soares, 30 casa - Mascate - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9830.5281;

258) Lucas Cunha Fonseca de Oliveira, Avenida Braulir Marcelino do Prado, 260 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9998.7877;

259) Olinda Severino Brexo Franchini, Rua Argentina Júlia de Oliveira, 30 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9935.4258;

260) Mayra Pereira de Jesus, Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, 217 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9824.0884;

261) Gyslaine Dias Virtuoso Laviola, Rua Argentina Júlia de Oliveira, 81 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8406.1088;

262) Ana Maria Roberto, Rua Osvaldo Fernandes, 235 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)3742.1446;

263) Elisangela Silva Ribas Henriques, Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, 520 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8405.1757;

264) Andreia Martins da Mata Paula, Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, 205 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9903.0278;

265) Thábata Aparecida Pinho Mendes, Rua Projetada, 130 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32) 9.8408.3013;

266) Thaís Souza Macedo, Avenida Maria Amélia de Souza Pedrosa, 619 2º andar - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8410.4222;

267) Manderlene Gomes Vieira Garcia Fernandes, Rua Santa Catarina, 15 B - Cidade Nova - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9927.5041;

268) Regina Celia Ventura Nicolau, Rua Aquiles Junior, 701 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9941.8627;

269) Leiliane de Paiva Teixeira, Rua Geraldo Gomes Pereira, 100 casa - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8405.2533;

270) Sharrir Kalil Julião, Rua Geraldo Alves Braga, 50 - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.8402.6918;

271) Francielle Santos Jovita Grossi, Rua Waldemar Theotônio dos Santos, 50 casa A - Centro - Fervedouro/MG, Tel.: (32)9.9948.7024;

272) Deivis Antônio dos Reis Aguiar, Rua Oswaldo Fernandes, 330 aprº 03 - Centro - Fervedouro/MG, (32)9.8477.9300.

273) Dayane Carvalho Souza, Av. Eurípedis Leal, nº 270, São Mateus, Faria Lemos/MG.

274) Jefferson do Nascimento Rangel, Rua Bias Fortes, nº 64, Centro, Faria Lemos/MG.

275) Carla Soares Lopes, rua Antônio de Oliveira, nº 50, Chico Tomé, Faria Lemos/MG.

276) Abrahão José Araújo, Rua José Caetano Silva, nº 32, São Mateus, Faria Lemos/MG.

277) Gothardo Guilherme Bittencourt, Rua São Sebastião, Centro, Faria Lemos/MG;

278) Antônio Soares dos Santos Netto, Rua São Sebastião, nº 12, Faria Lemos/MG;

279) Andréa Toledo de Aguiar, Rua Bernardino Damas, nº 82, Centro, Faria Lemos/MG;

280) Monique Rodrigues Cunha, Rua José de Carvalho, nº 34, São Mateus, Faria Lemos/MG;

281) Lidiane Cristina Anacleto Dias, Rua José Caetano Silva, nº 43, Centro, Faria Lemos;

282) Lilian Silvino de Melo, Rua Moreira Carneiro, nº 64, Centro, Faria Lemos/MG;

283) Vanessa Matias Miguel, Rua Moreira Carneiro, nº 02, Centro, Faria Lemos/MG;

284) Reydner de Jesus Lima, Rua José Caetano da Silva, nº 67, Faria Lemos/MG;

285) Rute dos Santos Rocha, Rua São Matheus, nº 35, Centro, Faria Lemos/MG;

286) Aline Alves Terra Miranda de Sousa, Rua José Ditiz, 161 - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)3749.1455;

287) Flávia Pimenta Silva, Rua Coronel João Marcelino, 181 - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)3749.1062;

288) Taciliana Aparecida Brum Monteiro, Rua Periandro Lopes Rodrigues, 33 - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.9927.2488;
289) Roberta Silva Caetano, Avenida Eurípedis Leal, 612 - São Mateus - Faria Lemos/MG, Carangola/MG, Tel.: (32)3749.1296;
290) Paula Peres Nunes, Praça Monsenhor Las'casas, 10 - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.8400.8331;
291) Ana Laura Gonçalves de Oliveira, Rua Periandro Lopes Rodrigues, 38 casa - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.8476.5461;
292) Maria Luiza Gonçalves de Oliveira, Rua São Sebastião, 65 - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.9923.5696;
293) Lucas de Oliveira Gonçalves, Rua Projetada,37 casa - São Mateus - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)3749.1093;
294) Cristiano Ferreira de Sousa, Rua Campo, 161 Vila Carfanaum - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)3749.1455;
295) Valnei Lidiano Rodrigues, Rua Joaquim Rodrigues da Silva, 06 Vila Carfanaum - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.9922.3510;
296) Mônica Rodrigues Cunha, Avenida Euríledes Leal, 34 - São Mateus - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.9973.2387;
297) Regiane da Costa Rodrigues, Rua Projetada, C 23 - São Mateus - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)3749.1038;
298) Diogenes Silva, Rua Periandro Lopes Rodrigues, 112 - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)3749.1223;
299) Marcelly Câmara Ferraz Delácio Abreu, Rua Vereador José Delácio, 11 - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.8462.7961;
300) Luciano de Souza Padilha, Rua Professor Alfredo Filgueiras, 21 - Centro - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.8462.4700;
301) Andrea Toledo de Aguiar Siqueira, Rua Bernardino Damas de Souza, 82 - Chico Thomé - Faria Lemos/MG, Tel.: (32)9.9922.0933;
302) Fabíola Fernanda Costa - Rua Santos Dumont, nº 309, Rosário, Carangola/MG, telefone: 32-99990-1383

E conforme determina o § 2º do Art. 426 do CPP, abaixo se encontra transcritos os Arts. 436 a 446 do CPP.

303) Seção VIII
Da Função do Jurado
(LEI 11.689 de 2008 - alteração válida após 10/08/2008)

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1o Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2o A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - os Governadores e seus respectivos Secretários;

III - os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV - os Prefeitos Municipais;

V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII - os militares em serviço ativo;

IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1o Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2o O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

Pela MMª Juíza foi determinado a publicação do presente na forma da Lei. Para conhecimento de todos, foi extraído cópia do presente edital e fixado no saguão do Fórum, lugar público de costume. Carangola, 13 de Outubro de 2022. (a)Patrícia Vieira Cellis Arraes, Juíza de Direito.

CARATINGA

COMARCA DE CARATINGA/MG - 2ª VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO -PRAZO DE 15 DIAS - DR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROBERTO, MM. Juiz de Direito desta Vara, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que por este juízo processam-se os autos da AÇÃO PENAL nº 22 000788-1, no qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra E.A.O.A., por ato infracional cometido nesta Comarca, e pelo qual foi representado como incurso nas sanções análogas ao artigo 157, §2º, inciso II, § 2º-A, inciso I, do Código Penal, e por este meio, INTIMA o menor E.A.O.A. na pessoa de seu representante legal, nascido em 09/04/2005, natural de Ipatinga/MG, filho de Alexandra de Oliveira de Amorim e Wesley Anicio Rodrigues, ora em local incerto e não sabido, para tomar ciência da v. sentença de folhas. 121 a 126, que absolveu o representado na forma do art. 386, VII do Código de Processo Penal. E para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Caratinga, 13/10/2022. Gerente de secretaria: NATALI FRANCO DE ANDRADE BITARÃES
Juiz de Direito:
MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROBERTO

EDITAL

COMARCA DE CARATINGA-MG - 3ª VARA CRIME E DO TRIBUNAL DO JÚRI- EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS - CLEITON LUIS CHIODI, MM. Juiz de Direito titular desta Vara, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este juízo, processam-se os autos AÇÃO PENAL nº 0073064-41.2013.8.13.0134, no qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra, JOÃO BATISTA ALVES DE FREITAS, brasileiro, nascido aos 06/04/1990, natural de Caratinga/MG, filho de Cleusa Alves de Souza Freitas e José Carlos de Freitas, por crime cometido nesta Comarca (Art.217-A, caput, na forma do art.157, §2°, I e II, do Código Penal c/c art.244-B da Lei 8.069/90 do Código Penal). INTIME-SE a VÍTIMA, para tomar ciência acerca da SENTENÇA que JULGOU IMPROCEDENTE a pretensão punitiva contida na denúncia e ABSOLVEU o denunciado JOÃO BATISTA ALVES DE FREITAS da imputação descrita na denúncia, nos termos do art.157,§2°, incisos e I e II, do Código Penal e art.244-B, da Lei n° 8.069/90. E, Para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Caratinga, 13/10/2022.
Certifico e dou fé, haver afixado cópia do presente Edital no átrio do Fórum publicando-o no DJE em __/__/__.
Vitória Vieira Alves Cleiton Luis Chiodi
Gerente de secretaria Juiz de Direito

Rua Luiz Antônio Bastos Cortes, 16, Fórum, Santa Zita, CARATINGA - MG -CEP: 35300-274

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL
COMARCA DE CARATINGA-MG - 3ª VARA CRIME E TRIBUNAL DO JÚRI-JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS - CLEITON LUIS CHIODI, MM. Juiz de Direito titular desta Vara, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este juízo, processam-se os autos da AÇÃO PENAL nº 0056397-67.2019.8.13.0134, no qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra NATHÁLIA DO NASCIMENTO CASSIMIRO, filha de Maria Dias do Nascimento Cassimiro e Francisco dos Anjos Cassimiro, por crime cometido nesta Comarca (Art.331 do Código Penal, nos termos dos artigos 394 do Código de Processo Penal). CITE-SE a RÉ, acima qualificada, para responder à acusação, por escrito e por meio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que nesta defesa, poderá o acusado arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas que pretende produzir e arrolar testemunhas até o número de 08(oito). E, para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Caratinga, 13/10/2022.
Certifico e dou fé, haver afixado cópia do presente Edital no átrio do Fórum publicando-o no DJE em __/__/__.
Zaqueu José Ribeiro Cleiton Luis Chiodi
Gerente de secretaria em substituição Juiz de Direito

Rua Luiz Antônio Bastos Cortes, 16, Fórum, Santa Zita, CARATINGA - MG -CEP: 35300-274

EDITAL
COMARCA DE CARATINGA-MG - 3ª VARA CRIME E DO TRIBUNAL DO JÚRI- EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS - CLEITON LUIS CHIODI, MM. Juiz de Direito titular desta Vara, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele

conhecimento tiverem que, por este juízo, processam-se os autos AÇÃO PENAL nº 0008917-59.2020.8.13.0134, no qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra, EDGAR REGINADO FRANCA, brasileiro, nascido aos 27/04/1985, natural de Caratinga/MG, filho de Fernando Viana da Silveira e Ângela Cristina da Silveira Viana, por crime cometido nesta Comarca (Art.157, §2°, I e II do Código Penal).INTIME-SE O RÉU, para tomar ciência acerca da SENTENÇA que JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva contida na denúncia, em CONDENAR o acusado EDGAR REGINADO FRANCA, a uma pena de 6 (seis) meses de reclusão, regime inicial para cumprimento da pena ABERTO, nos termos que dispõe o artigo 33, §2°, "c" e § 3°, do Código Penal. E, Para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Caratinga, 07/10/2022.
Certifico e dou fé, haver afixado cópia do presente Edital no átrio do Fórum publicando-o no DJE em __/__/__.
Vitória Vieira Alves Cleiton Luis Chiodi
Gerente de secretaria Juiz de Direito
SM
Rua Luiz Antônio Bastos Cortes, 16, Fórum, Santa Zita, CARATINGA - MG -CEP: 35300-274

COMARCA DE CARATINGA-MG - 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO-PRAZO DE 30 DIAS - MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA ROBERTO , MM. Juiz de Direito Vara Criminal, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que por este juízo processam-se os autos da MEDIDA PROTETIVA nº 5003898-16.2022.8.13.0134 REFERENTE À MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA no qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra JULIANO MACHADO DA SILVA, filho de JOAQUIM MACHADO DA SILVA E DIVINA NUNES DA SILVA, natural de Caratinga-MG ora em local incerto e não sabido, e outros, que deferiu as medidas protetivas de urgência abaixo relacionadas em favor da vítima , VERA LUCIA FREITAS, filha de Geraldo Ribeiro de Freitas e Maria Medeiros de Freitas, natural de São João Oriente-MG: I - proibição de os autores dos fatos aproximarem-se da vítima, de seus familiares e das testemunhas, mantendo distância mínima de 200 metros;II - proibição de os autores dos fatos de manterem contato com a ofendida e seus familiares por qualquer meio de comunicação;III- proibição de frequentarem o trabalho e residência da ofendida, bem como os locais em que esta frequente, no intuito de preservar sua integridade física e psicológica;IV - acaso possuam, suspensão do registro da posse ou do porte de arma de fogo. Para que se cumpra o item IV, oficie-se à PF.Encaminhe-se cópia da presente decisão ao CREAS, CRAS, à Secretaria de Ação Social e à PPVD, para o necessário acompanhamento e suporte à vítima e agressor, e erradicação da violência.Intime-se as partes pessoalmente. Consigne-se no mandado direcionado ao agressor que o descumprimento de qualquer das medidas pode acarretar, conforme o caso, o decreto de PRISÃO PREVENTIVA, além de incorrer no crime previsto no art. 24-A, da Lei 11.340/2006, com redação dada pela Lei 13.641/2018.E para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Sendo Fixada cópia do presente edital no átrio do fórum local. Caratinga, 13 de outubro de 2022. Eu,Sérgio Ferreira de Souza, Oficial judiciário,o subscrevo. Dr. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROBERTO. Juiz de Direito.

COMARCA DE CARATINGA-3ª VARA CÍVEL-EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS-Saibam todos quantos o presente edital de citação virem que perante a 3ª Vara Cível desta Comarca, tramita o processo de EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL número 5005284-23.2018.8.13.0134, requerida pela COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE CARATINGA LTDA - SICOOB CREDCOOPER, e, por este meio, CITA os executados ANTONIO FERNANDO DE PAULA CORREA (CNPJ 26.549.325/0001-11) e ANTONIO FERNANDO DE PAULA CORREA (CPF 901.287.886-15), com endereços em locais incertos e não sabidos, para todos os termos e atos da ação mencionada, movida contra o mesmo, bem como para efetuar o pagamento da quantia de R$-5.320,16 (cinco mil, trezentos e vinte reais e dezesseis centavos), referente ao principal e acessórios, a ser acrescida dos encargos devidos, NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS, sob pena de lhes serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia do principal e acessórios, ficando advertidos de que no caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade, de que independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos da publicação do edital, e ainda de que tem direito de parcelar o débito em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 916 do CPC, ciente de que será nomeado curador especial em caso de revelia. A sede do Juízo situa-se à Rua Luiz Antônio Bastos Côrtes, nº 16, Bairro Santa Zita, CEP 35300-274, Caratinga/MG. Para conhecimento de todos os interessados, publica-se na forma da Lei. Caratinga, 13 de outubro de 2022. Escrivão, (a) Antônio Carlos de Amorim. Juiz de Direito, (a) Anderson Fábio Nogueira Alves. Advogado: OAB/MG 88807 - 95306

COMARCA DE CARATINGA-MG - 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 30 DIAS - MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA ROBERTO , MM. Juiz de Direito Vara Criminal, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que por este juízo processam-se os autos da AÇÃO PENAL nº 0002334-92-2019-8-13-0134 qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra WITALO MARTINS GOMES DE SOUZA, BRASILEIRO,SOLTEIRO, NASCIDO NO DIA 29/10/1994, EM CARATINGA, FILHO DE MARCOS ANTONIO MARTINS GOMES E MARIA DE JESUS GOMES SOUZA, E QUE POR ESTE ATO INTIMA A VÍTIMA, MARCOS RAUL LIMA SANTOS, BRASILEIRO, NATURAL DE AXIXÁ, NASCIDO AOS 12-09/1991, FILHO DE MARIA JOSE LIMA DA CONCEIÇÃO SANTOS E JOSE RIBAMAR DOS SANTOS ora em local incerto e não sabido, a cerca da sentença que julgou procedente a pretensão punitiva estatal para submeter o acusado acima qualificado às disposições do artigo 250,§ 1,inciso ii, alinea a c/c artigo 61, ii, alínea f, c/c artigo 65,iii, alínea d, todos do Código Penal, condenando-o a pena de quatro anos, cinco meses e dez dias de reclusão e vinte dias multa. Fixo o regime fechado para o início do cumprimento da pena E para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Sendo Fixada cópia do presente edital no átrio do fórum local. Caratinga, 13 de outubro de 2022. Eu,Sérgio Ferreira de Souza, Oficial judiciário,o subscrevo. Dr. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROBERTO. Juiz de Direito.

COMARCA DE CARATINGA-MG - 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO-PRAZO DE 30 DIAS - MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA ROBERTO , MM. Juiz de Direito Vara Criminal, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que por este juízo processam-se os autos da MEDIDA PROTETIVA nº 5010504-60.2022.8.13.0134 REFERENTE À MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA no qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra JOÃO VITOR MENDES DA SILVA NEVES FILHO DE HUDSON ELIAS NEVES e ANDREIA MENDES DA SIVLA NEVES, NATURAL DE CARATINGA, NASCIDO EM 17/09/1998 ora em local incerto e não sabido,, que deferiu as medidas protetivas de urgência abaixo relacionadas em favor da vítima , A. V. D. S. N., FILHA DE JOÃO VITOR MENDES DA SILVA NEVES E MARCELA ROCHA PEREIRA, NASCIDA EM 01/11/2015:
I - proibição de o autor dos fatos aproximar-se da vítima, de seus familiares e das testemunhas, mantendo distância mínima de 200 metros;II - proibição de o autor dos fatos de manter contato com a ofendida e seus familiares por qualquer meio de comunicação;III- proibição de frequentar o trabalho e residência da ofendida, bem como os locais em que esta frequente, no intuito de preservar sua integridade física e psicológica;IV - acaso possua, suspensão do registro da posse ou do porte de arma de fogo;V - suspensão das visitas paternas pelo prazo de 3 (três) meses.Para cumprimento da medida deferida no item IV, oficie-se à PF.Intime-se as partes pessoalmente. Consigne-se no mandado direcionado ao agressor que o descumprimento de qualquer das medidas pode acarretar, conforme o caso, o decreto de PRISÃO PREVENTIVA, além de incorrer no crime previsto no art. 24-A, da Lei 11.340/2006, com redação dada pela Lei 13.641/2018.Intime-se a vítima, ainda, sobre a possibilidade de atendimento/acompanhamento pelo CREAS. Informe-se que os horários de atendimento no equipamento são de 08h às 10h30min e de 13h às 15h30min, sempre às segundas-feiras. Sendo do interesse da requirida, poderá valer-se de todo o aparato fornecido pelo equipamento.Encaminhe-se cópia da presente decisão ao CREAS, CRAS, à Secretaria de Ação Social e à PPVD, para o necessário acompanhamento e suporte à vítima e agressor, e erradicação da violência.A proibição de aproximação e de contato entre o requerido (ofensor) e a requerente (ofendida) deverá ser respeitada também pela parte requerente, sob pena de ineficácia. Se as partes envolvidas voltarem a se relacionar deverão requerer a revogação das medidas protetivas.
E para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Sendo Fixada cópia do presente edital no átrio do fórum local. Caratinga, 13 de outubro de 2022. Eu,Sérgio Ferreira de Souza, Oficial judiciário,o subscrevo. Dr. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROBERTO. Juiz de Direito.

COMARCA DE CARATINGA-MG - 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO-PRAZO DE 30 DIAS - MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA ROBERTO , MM. Juiz de Direito Vara Criminal, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que por este juízo processam-se os autos da MEDIDA PROTETIVA nº 5011039-86.2022.8.13.0134, REFERENTE À MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA no qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra FERNANDO CARLOS FERREIRA, FILHO DE JOSE CARLOS FERREIRA E MARIA DA FÁTIMA DA ROCHA FERREIRA, ora em local incerto e não sabido, E QUE POR ESTE ATO INTIMA-O ACERCA DA DECISÃO que deferiu as medidas protetivas de urgência abaixo relacionadas em favor da vítima , MARIA DE FÁTIMA DA ROCHA FERREIRA, FILHA DE ALTIVO HIGINO DA ROCHA E DIVINA ROSA DA ROCHA, NASCIDA EM 01/01/1972, RESIDENTE NO CÓRREGO DO PURGATÓRIO, ZONA RURAL DE PIEDADE DE CARATINGA:
I - proibição de o autor dos fatos aproximar-se da

vítima, de seus familiares e das testemunhas, mantendo distância mínima de 200 metros;II - proibição de o autor dos fatos de manter contato com a ofendida e seus familiares por qualquer meio de comunicação;III- proibição de frequentar o trabalho e residência da ofendida, bem como os locais em que esta frequente, no intuito de preservar sua integridade física e psicológica;IV - afastamento do requerido do lar;V - acaso possua, suspensão do registro da posse ou do porte de arma de fogo. Para cumprimento da medida deferida no item V, oficie-se à PF.No ato de afastamento, caberá ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário for com reforço policial, viabilizar que o requerido dali retire seus documentos, roupas e outros bens de uso pessoalIntime-se as partes pessoalmente. Consigne-se no mandado direcionado ao agressor que o descumprimento de qualquer das medidas pode acarretar, conforme o caso, o decreto de PRISÃO PREVENTIVA, além de incorrer no crime previsto no art. 24-A, da Lei 11.340/2006, com redação dada pela Lei 13.641/2018.Intime-se a vítima, ainda, sobre a possibilidade de atendimento/acompanhamento pelo CREAS. Informe-se que os horários de atendimento no equipamento são de 08h às 10h30min e de 13h às 15h30min, sempre às segundas-feiras. Sendo do interesse da requirida, poderá valer-se de todo o aparato fornecido pelo equipamento.Encaminhe-se cópia da presente decisão ao CREAS, CRAS, à Secretaria de Ação Social e à PPVD, para o necessário acompanhamento e suporte à vítima e agressor, e erradicação da violência.A proibição de aproximação e de contato entre o requerido (ofensor) e a requerente (ofendida) deverá ser respeitada também pela parte requerente, sob pena de ineficácia. Se as partes envolvidas voltarem a se relacionar deverão requerer a revogação das medidas protetivas. E para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Sendo Fixada cópia do presente edital no átrio do fórum local. Caratinga, 13 de outubro de 2022. Eu,Sérgio Ferreira de Souza, Oficial judiciário,o subscrevo. Dr. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROBERTO. Juiz de Direito.

CARMO DO PARANAÍBA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE LEILÃO que será realizado na MODALIDADE ELETRÔNICA, pelo site www.leiloesuberlandia.com.br, no qual os interessados deverão se habilitar, com antecedência, para efetuar lances (online) para alienação e arrematação do bem penhorado nos autos nº 5000664-04.2019.8.13.0143. Autos nº 5000664-04.2019.8.13.0143 Exequente: BANCO DO BRASIL S/A Executado: ILDEU VELOZO DOS SANTOS. Por ordem do Juízo da Vara Cível e da Infância e da Juventude de Carmo do Paranaíba, fica V. Sª. NOTIFICADA, da designação da PRIMEIRA HASTA - dia 25/10/2022 com início às 13h00min e encerramento às 14h00min pelo valor da avaliação atualizada do bem. SEGUNDA HASTA - dia 25/10/2022 com início às 14h01min e encerramento às 15h01min por valor não inferior a 50% do valor atualizado do bem, a ser realizada na modalidade eletrônica e presencial, por meio do site www.leiloesuberlandia.com.br e no Átrio do Fórum da Comarca de Carmo do Paranaíba, do seguinte bem: BEM 1 - Uma fração de 4,5454 de um lote de terreno urbano, área 3 da quadra 134, com área de 335,25m2, de frente para a Avenida Paranaíba, fração do imóvel pertencente ao executado. AVALIAÇÃO DO BEM 1: R$ 8.575,30 (oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), conforme auto de avaliação (ID: 6762108050-. pg. 3), atualizado de acordo com o ICGJ-TJMG. BEM 2 - Um quinhão de terras com área de 28.34,25 hectares de campos situado na Fazenda são Bartolomeu, com as divisas e confrontações descritas na certidão da matricula do imóvel. AVALIAÇÃO DO BEM 2: R$ 750.338,40 (setecentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), conforme auto de avaliação (ID: 6762108050-. pg. 3), atualizado de acordo com o ICGJ-TJMG. ÔNUS: Constam os seguintes apontamentos na matrícula do imóvel (8.667 do CRI de Carmo do Paranaíba): Em R3. -Penhora referente aos autos de n° 0039396-76.2018.8.13.0143 da Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Banco do Brasil S.A contra Ideu Velozo dos Santos.- Em R4. -Penhora referente aos autos de n° 5000664-04.2019.8.13.0143 da Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Banco do Brasil S.A contra Ideu Velozo dos Santos.- Constam os seguintes apontamentos na matrícula do imóvel (12.916 do CRI de Carmo do Paranaíba): Em R13. -Penhora referente aos autos de n° 0039396-76-76.2018.8.13.0143 da Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Banco do Brasil S.A contra Ideu Velozo dos Santos.- Em R14. - Penhora referente aos autos de n° 5000528-70.2020.8.13.0143 da Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Banco do Brasil S.A contra Ideu Velozo dos Santos.- Em R15. -Penhora referente aos autos de n° 5000664-04.2019.8.13.0143 da Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Banco do Brasil S.A contra Ideu Velozo dos Santos.- DEPOSITÁRIO: Ildeu Velozo Dos Santos. LEILOEIRO: Rodrigo de Oliveira Lopes. OBSERVAÇÕES: 1- O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes da data designada para a alienação judicial eletrônica, caso assim houver; 2- No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor da avaliação do bem; 3- Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa. No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% (cinquenta) do valor atualizado da última avaliação ou 80%(oitenta) do valor atualizado da última avaliação, quando se tratar de bem pertencente a pessoa incapaz; 4- O pagamento da arrematação ocorra em 24 horas, por depósito judicial, ou no prazo de 15 dias úteis, sendo, nesta última hipótese, necessário o recolhimento em 24 horas em depósito judicial, do equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do preço ofertado, como caução, e os restantes 75% (setenta e cinco por cento) do preço lançado, pagos até o final do prazo de 15 (quinze) dias úteis mediante recolhimento em depósito judicia. 5- Havendo opção do arrematante para o pagamento do preço no prazo de 15 (quinze) dias úteis, uma vez não recolhido o restante de 75% (setenta e cinco por cento) do preço, no prazo concedido, será perdido o valor da caução em favor do exequente, conforme disposto no art. 897 do CPC/2015; 6- Serão admitidas propostas de aquisição do bem em prestações, sendo em primeiro leilão não inferior a avaliação ou em segundo leilão, quando o valor da aquisição proposto não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do preço de avaliação, tudo conforme disposto no art. 895 do CPC/2015 7- a remuneração do leiloeiro (taxa de leilão) será de 5% do valor da arrematação e devida pelo arrematante, ainda que o próprio credor, assim como de 5% do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente; 8- será devida a remuneração do leiloeiro (taxa de leilão) no equivalente a 2% do valor de avaliação do bem, devido pelo exequente, no caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes 9- Devem ser devidamente INTIMADO(S) da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, todos aqueles indicados no art. 889 do CPC. Ficam as partes acima identificadas, devidamente INTIMADAS diretamente ou na pessoa de seu Representante Legal; e seus cônjuges se casados forem, da presente designação, com a publicação deste edital, caso não seja(m) encontrado(s) para intimação pessoal. Assim, expediu-se o presente Edital que será fixado no local público de costume e publicado na forma da lei. Carmo do Paranaíba, na data da assinatura eletrônica. Eu, Luiz Mauro de Rezende, Gerente de Secretaria em substituição, o elaborei e o Exmo. Dr. Denes Marcos Vieira, Juiz de Direito, o assina eletronicamente. Advogados: Servio Tulio De Barcelos e Adriano Resende Gontijo.

CÁSSIA

Processos Eletrônicos (PJe)

JUSTIÇA GRATUITA - JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL, CRIMINAL E EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE CÁSSIA-MG. EDITAL PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA QUE DECRETOU A INTERDIÇÃO DE CARLOS ANTÔNIO LIMA PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS. O Dr. Roberto Carlos de Menezes, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara da Comarca de Cássia, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, etc... Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria, sob o nº 0039977-67.2018.8.13.0151 se processam os termos da AÇÃO DE CURATELA/INTERDIÇÃO requerida por MOYSES FERREIRA DE LIMA, brasileiro, casado, aposentado, RG-4977865-SSP/SP, CPF. 386.345.898-20, residente e domiciliado na cidade de Delfinópolis-MG, na Rua José Abrahão Pedro, nº 178, Bairro Centro, em face de seu tio CARLOS ANTÔNIO LIMA, brasileiro, RG nº 13.304.452-SSP/MG, CPF. 059.144.486-63, residente e domiciliado na cidade de Delfinópolis-MG, na Rua Tomaz Novelino, 168, Centro. FAZ SABER MAIS, que nos termos da r. sentença ID 9292393016, de 05 de abril de 2022 e que transitou em julgado no dia 26 de maio de 2022, foi decretada a INTERDIÇÃO do Requerido CARLOS ANTÔNIO LIMA, acima qualificado, em razão de sua ABSOLUTA INCAPACIDADE de exercer pessoalmente os atos de sua vida civil, sendo nomeado seu Curador o Requerente MOYSES FERREIRA DE LIMA, acima qualificado. FAZ SABER AINDA, que o Interditado em questão não poderá praticar qualquer ato sem a intervenção de seu Curador. E, para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir este edital que será afixado no átrio do Fórum local e publicado no Diário do Judiciário de Minas Gerais por 03 (três) vezes consecutivas, com intervalo de 10 (dez) dias entre cada publicação. Expedido nesta Comarca de Cássia-MG, aos 05 de setembro de 2022. Eu,_____ (Renata Souza Arantes Rosa) - Escrivã Judicial, o digitei e assino. Juiz de Direito _____ (Dr. Roberto Carlos de Menezes). CERTIFICO, que nesta data, afixei uma cópia deste edital no átrio do Fórum local. Dou fé. Cássia-MG, data supra. Eu,_____.

CATAGUASES

COMARCA DE CATAGUASES - JUSTIÇA GRATUITA. - EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. O DOUTOR JOÃO CARNEIRO DUARTE NETO, JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA CIDADE E COMARCA DE CATAGUASES, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER aos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo de Secretaria Criminal desta Comarca, tem em andamento o Processo Crime nº 0153.15.012141-3, que a Justiça Pública move contra LUIZ FERNANDO DA SILVA, tendo como vítima, pessoa jurídica ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM GERAL CAT, estando em lugar incerto e não sabido. INTIME a vítima por meio de seu representante legal da sentença prolatada nos autos em epígrafe,

que determinou o arquivamento do procedimento investigatório, com baixa, ressalvado o disposto do artigo 18 do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento de todos será afixado no saguão do Fórum e publicado no DJE. Cataguases, 13/10/2022. E para constar, eu, Cláudia Aparecida Salles de Oliveira, Escrivã Criminal, digitei e subscrevo _____. O Juiz de Direito, _____, João Carneiro Duarte Neto. CERTIFICO e dou fé, haver afixado no átrio do Fórum local o original desta cópia e, remetido ao DJE via "siscom windows" para publicação Data supra. A Escrivã: _____.

COMARCA DE CATAGUASES - JUSTIÇA GRATUITA. - EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. O DOUTOR JOÃO CARNEIRO DUARTE NETO, JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA CIDADE E COMARCA DE CATAGUASES, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER aos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo de Secretaria Criminal desta Comarca, tem em andamento o Processo Crime nº 0153.17.000822-8 que a Justiça Pública move contra VILMA DE SOUSA FREITAS, tendo como vítima WALCIR ANDRADE DE SOUSA, RG nº 3495721/MG, CPF nº 437.886.296-49, nascido aos 14/06/1961, filho de Olímpio Siqueira de Sousa e Nair Andrade de Sousa, estando em lugar incerto e não sabido. INTIME a vítima por meio de seu representante legal da sentença prolatada nos autos em epígrafe, que determinou o arquivamento do procedimento investigatório, com baixa, ressalvado o disposto do artigo 18 do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento de todos será afixado no saguão do Fórum e publicado no DJE. Cataguases, 13/10/2022. E para constar, eu, Cláudia Aparecida Salles de Oliveira, Escrivã Criminal, digitei e subscrevo _____. O Juiz de Direito, _____, João Carneiro Duarte Neto. CERTIFICO e dou fé, haver afixado no átrio do Fórum local o original desta cópia e, remetido ao DJE via "siscom windows" para publicação Data supra. A Escrivã: _____.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE CATAGUASES (MG) - JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO 20 DIAS. O DR. FELIPE TEIXEIRA CANCELA JR, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE E CARTAS PRECATÓRIAS DESTA COMARCA, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que por este meio CITA MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA DIAS, brasileira, filha de José Marcolino de Oliveira e Maria do Carmo Cristino de Oliveira, inscrita no CPF nº 789.719.856-15, CI MG 5-936.789, nascida no dia 15.06.1969, atualmente em lugar incerto e não sabido para, nos autos da Ação de Divórcio Litigioso, requerido por Paulo Pinheiro Dias, processo nº 5002057-26.2022.8.13.0153, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Ficando advertido de que, não sendo contestada a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na petição inicial. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se este edital que será publicado na Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local, ciente que transcorrido o prazo de vinte dias, a partir da publicação, dar-se-á por perfeita esta citação. Ficando advertido de que em caso de revelia, ser-lhe-á nomeado curador, nos termos do art. 257, inciso IV do CPC/2015. Cataguases, 04/10/2022. (a) Simone Garcia Araújo Souza, Escrivã Judicial o digitei, subscrevo e assino por ordem do MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude e Precatórias da Comarca de Cataguases (MG), Felipe Teixeira Cancela JR. CERTIFICO haver afixado nesta data, às 12 horas, no lugar de costume, o presente edital. A Escrivã.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATAGUASES/MG/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 0041572-37.2014.8.13.0153. EXEQUENTE: MINISTERIO DA FAZENDA. EXECUTADO: INDUSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA. O leilão será exclusivamente eletrônico, e realizado no site www.anandaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.
1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.
2º LEILÃO: no dia 17/11/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.
LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir de 60% da avaliação do bem.
DESCRIÇÃO DO BEM: Área de 308.96.72ha de terras e benfeitorias, denominada Fazenda Casa Nova, localizada no distrito Dôres do Paraibuna, município e comarca de Santos Dumont/MG, confrontando com Athes Lamy, Geraldo Ferreira da Costa e outros, com grande área de plantação de eucalipto. MATRÍCULA: 14.170 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santos Dumont/MG.
AVALIAÇÃO: R$ 4.560.360,00 (quatro milhões e quinhentos e sessenta mil e trezentos e sessenta reais)
FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista e, se não houver oferta nesta condição, o pagamento poderá ser parcelado, com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC). O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão independente da data que constar na guia judicial, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail anandaleiloes@gmail.com na mesma data, até às 15 horas
ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 03/09/2021: Termo de responsabilidade de preservação florestal (Av-01) - Indisponibilidade referente aos processos 2003.5103001160-6 (Av-4), 0153.080796698 (Av-07); Penhora referente aos processos 0010997-95.2014.5.03.0049 (R-5), 0010145-74.2018.5.03.0132 (R-6).
OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 03/09/2021.
CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:
1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Ananda Portes Souza, Matrícula 872 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.
2º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
3º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/ pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.
4º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).
5º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.
6º) No leilão para pagamento à vista ou parcelado, a comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.
7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).
8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.".
9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.anandaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.
11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.
12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.
13º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º,

o presente edital será publicado no site: www.anandaleiloes.com.br .
14º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
15º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.
16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.
17º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
18º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 12º item.
19º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.
20º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.
21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 11/10/2022

CLÁUDIO

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE CLÁUDIO- MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - Prazo de 60 (sessenta) dias. O Dr. José Alexandre Marson Guidi, Juiz de Direito desta Comarca de Cláudio-MG, na forma da lei... FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele notícias tiverem que, por este Juízo e Secretaria respectiva se processam os termos de uma Ação Penal - Autos de nº. 0003781-53.2018.8.13.0166. Vítima: Maria Helena de Oliveira. Réu: Daniel Junqueira Coimbra. Assim o presente, cumpre a finalidade de intimar o réu DANIEL JUNQUEIRA COIMBRA, brasileiro, nascido em 04 de março de 1983, filho de Edmundo Ferreira Coimbra e Cornélia Malvina Junqueira Coimbra, incurso nas sanções do artigo 155, § 4º, incisos II, do Código Penal, constando dos autos que o réu encontra-se em local incerto e não sabido. Assim o presente, cumpre a finalidade de INTIMÁ-LO dos termos da sentença de ID 9622337827 prolatada nos autos supra. (#) Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR DANIEL JUNQUEIRA COIMBRA, já qualificado nos autos, como incurso na prática do delito tipificado no artigo 155, caput do Código Penal c/c o artigo 65, III, d do Código Penal Brasileiro. Na terceira fase, ausentes qualquer causa de aumento ou de diminuição da pena, razão pela qual fixo a pena definitiva do réu em 01 ano de reclusão e a pena de multa em 10 (dez) dias-multa. Tendo em vista a aparente miserabilidade do réu, fixo o valor do dia-multa no mínimo legal, correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época dos fatos, que deverá ser atualizado monetariamente quando da execução da pena. Considerando o montante de pena aplicado, bem assim que o réu não é reincidente, fixo o ABERTO como regime inicial de cumprimento de pena, nos termos do art. 33, § 2º, alínea "c". Tendo em vista que o acusado preenche os requisitos previstos nos incisos I e II do artigo 44 do Código Penal, bem assim porque as circunstâncias judiciais indicam que a substituição seja suficiente, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária. (#). E para que ninguém venha alegar ignorância, mandou-se expedir o presente edital que será publicado no Órgão Oficial e afixado no local de costume. Cláudio, 13 de outubro de 2022. Eu, Osvaldo Rodrigues Souza Gondim, Estagiário de Direito, o digitei e conferi. Eu, Julliano de Araújo Costa Rodrigues, Escrivão Judicial, subscrevi. José Alexandre Marson Guidi, MM. Juiz de Direito.

COMARCA DE CLÁUDIO- MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - Prazo de 60 (sessenta) dias. O Dr. José Alexandre Marson Guidi, Juiz de Direito desta Comarca de Cláudio-MG, na forma da lei... FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele notícias tiverem que, por este Juízo e Secretaria respectiva se processam os termos de uma Ação Penal - Autos de nº. 0014487-03.2015.8.13.0166. Vítima: Alair Antônio Machado. Réu: Roberto Pereira da Silva. Assim o presente, cumpre a finalidade de intimar o réu ROBERTO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, nascido em 28 de novembro de 1978, filho de João Pereira da Silva e Maria Fernanda da Silva, constando dos autos que a vítima encontra-se em local incerto e não sabido. Assim o presente, cumpre a finalidade de INTIMÁ-LO dos termos da sentença de ID 9610033294, prolatada nos autos supra. (#) Diante do exposto, PRONUNCIO o réu ROBERTO PEREIRA DA SILVA, nascido aos 28/11/1978, filho de Maria Ferreira da Silva e João Pereira da Silva, submetendo-o ao julgamento pelo Tribunal do Júri como incurso na prática do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos II c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro. (#). E para que ninguém venha alegar ignorância, mandou-se expedir o presente edital que será publicado no Órgão Oficial e afixado no local de costume. Cláudio, 13 de outubro de 2022. Eu, Osvaldo Rodrigues Souza Gondim, Estagiário de Direito, o digitei e conferi. Eu, Julliano de Araújo Costa Rodrigues, Escrivão Judicial, subscrevi. José Alexandre Marson Guidi, MM. Juiz de Direito.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS - AUTOS Nº 0175.11.000099-9 - A Dra. Letícia Machado Vilhena Dias, MMª. Juiza de Direito da Comarca de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital ou dele notícia tiverem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, que, nos autos n.º 0175.11.000099-9, a que responde neste Juízo, o réu, SÉRGIO FORTUNATA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, cobrador, natural de Ribeirão das Neves/MG, nascido aos 10/09/1979, filho de José Serafim de Oliveira e Denise Fortunata de Oliveira, tendo como último endereço a rua Nossa Senhora Aparecida, n° 77, bairro Urca, Ribeirão das Neves/MG, atualmente em lugar incerto e não sabido, com amparo no Artigo 386, inciso V, do Código de Processo Penal, foi julgado improcedente a denúncia e hei por bem absolver o acusado SÉRGIO FORTUNATA DE OLIVEIRA, da prática do crime tipificado no artigo 311 do Código de Processo Penal, por sentença datada de 22/06/2022. E, como não foi possível intimar o representado pessoalmente, pelo presente EDITAL o intimo da SENTENÇA, acima mencionada, da qual poderá interpor, dentro de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, sob pena de ver passar em julgado dita SENTENÇA. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede à rua Daniel de Carvalho, nº 189, nesta cidade. E, para conhecimento de todos, será este publicado no Dje - Diário do Judiciário Eletrônico e afixado no lugar de costume do Fórum desta cidade, cuja cópia será juntada aos autos. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, aos 11 de outubro de 2022. Eu (a) Daniel Marques Ribeiro, estagiário, o expedi. Eu (a) Carlos Antônio Vicente de Lima, Gerente de Secretaria. MMª. Juíza de Direito: Letícia Machado Vilhena Dias

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO 20 (VINTE) DIAS - AUTOS Nº 0175.19.000330-1 - A Dra. Letícia Machado Vilhena Dias, MMª. Juíza de Direito da Comarca de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital ou dele notícia tiverem, com o prazo de 20 (vinte) dias, que, nos autos n.º 0175.19.000330-1, a que responde neste Juízo, o requerido, RICARDO HENRIQUE LOPES DA SILVA, brasileiro, natural de Conceição do Mato Dentro/MG, nascido aos 21/09/1987, filho de José Lopes da Silva e Petrina Hilário de Sousa e Silva, tendo como último endereço a rua Senhora do Porto, N° 52, Cruzeiro, Conceição do Mato Dentro/MG atualmente em local incerto ou não sabido, foi julgado extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, por sentença proferida em 23/06/2021. E, como não foi possível intimar o representado RICARDO HENRIQUE LOPES DA SILVA pessoalmente, pelo presente EDITAL o intimo da SENTENÇA, acima mencionada, da qual poderá interpor, dentro de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, sob pena de ver passar em julgado dita SENTENÇA. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede à rua Daniel de Carvalho, nº 189, nesta cidade. E, para conhecimento de todos, será este publicado no Dje - Diário do Judiciário Eletrônico e afixado no lugar de costume do Fórum desta cidade, cuja cópia será juntada aos autos. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, aos 05 de outubro de 2022. Eu (a) Daniel Marques Ribeiro, estagiário, o expedi. Eu (a) Carlos Antônio Vicente de Lima, Gerente de Secretaria. MMª. Juíza de Direito: Letícia Machado Vilhena Dias

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO 20 (VINTE) DIAS - AUTOS Nº 0175.20.350052-5 - A Dra. Letícia Machado Vilhena Dias, MMª. Juíza de Direito da Comarca de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital ou dele notícia tiverem, com o prazo de 20 (vinte) dias, que, nos autos n.º 0175.20.350052-5, a que responde neste Juízo, o requerido, RONALDO CHAVES DA PAIXÃO, brasileiro, natural de Sabinópolis/MG, nascido aos 21/07/1989, filho de Luiz Benedito da Paixão e Madalena da Paz Paixão, tendo como último endereço a Zona Rural Ana Corrêa, n° 0, Senhora do Porto/MG, atualmente em local incerto ou não sabido, foi julgado extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, por sentença proferida em 26/10/2021. E, como não foi possível intimar o representado RONALDO CHAVES DA PAIXÃO pessoalmente, pelo presente EDITAL o intimo da SENTENÇA, acima mencionada, da qual poderá interpor, dentro de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, sob pena de ver passar em julgado dita SENTENÇA. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede à rua Daniel de Carvalho, nº 189, nesta cidade. E, para conhecimento de todos, será este publicado no Dje - Diário do Judiciário Eletrônico e

afixado no lugar de costume do Fórum desta cidade, cuja cópia será juntada aos autos. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, aos 05 de outubro de 2022. Eu (a) Daniel Marques Ribeiro, estagiário, o expedi. Eu (a) Carlos Antônio Vicente de Lima, Gerente de Secretaria. MMª. Juíza de Direito: Letícia Machado Vilhena Dias

CONCEIÇÃO DO RIO VERDE

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (CONFORME LEI Nº 13.105/2015). PROCESSO: 0014821-67.2016.813.0177 - VARA ÚNICA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG. Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE VARGINHA LTDA SICOOB CREDIVAR. Requerido: ANA KARLA JUNQUEIRA VETTORI DE CASTRO. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, JUCEMG 445, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo MM Juiz desta Comarca faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores, que no processo indicado venderá os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico (online). Em 1º leilão, no dia 07/11/2022 às 10:00 e em 2º leilão 07/11/2022 às 10:15 ambas realizadas através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br/ www.mgl.com.br. Em primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado, em primeiro leilão, por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado segundo leilão, na data indicada, quando serão aceitos lances em valor inferior ao da avaliação, desprezando-se o preço vil (conforme art. 891, parágrafo único, da Lei13.105/2015). Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. O Leilão será realizado na(s) data(s) acima mencionada(s). Não havendo licitantes na(s) data(s) indicada(s) fica redesignado leilão para as seguintes datas, de forma (online) 1º leilão 05/12/2022 10:00 e 2º leilão 05/12/2022 10:15; 1º leilão 06/02/2023 10:00 e 2º leilão 06/02/2023 10:15; 1º leilão 06/03/2023 10:00 e 2º leilão 06/03/2023 10:15; 1º leilão 05/04/2023 10:00 e 2º leilão 05/04/2023 10:15; 1º leilão 05/05/2023 10:00 e 2º leilão 05/05/2023 10:15; 1º leilão 05/06/2023 10:00 e 2º leilão 05/06/2023 10:15; 1º leilão 05/07/2023 10:00 e 2º leilão 05/07/2023 10:15; 1º leilão 07/08/2023 10:00 e 2º leilão 07/08/2023 10:15; 1º leilão 05/09/2023 10:00 e 2º leilão 05/09/2023 10:15; através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br/ www.mgl.com.br. BEM: Fração de 1/6 sobre uma casa com lote de 170,90m², situado na rua Benedito Bernardes, 44, Goiabal, Conceição do Rio Verde MG, MATRÍCULA 145 CRI de Conceição do Rio Verde/MG. DESCRIÇÃO: Trata-se da fração de 1/6 sobre uma casa com 54,03m² e seu respectivo terreno medindo 170,90m², com a seguinte descrição: casa construída de alvenaria, coberto de laje e telhas de amianto, contendo seis cômodos, sendo três quartos, um banheiro, uma cozinha e uma sala, todos em piso frio (cerâmica), as paredes da cozinha e banheiro em revestimento de azulejo, compõe-se ainda um pequeno cômodo de despensa. A parte externa da casa (fundos e lateral) é calçada com pedras ardósia. A parte elétrica e hidráulica é embutida nas paredes, a pintura interna e externa encontra-se em bom estado de conservação. Avaliado em 24/01/2020 em R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO ATUALIZADO: R$ 30.391,41 (Trinta mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e um centavos) atualizado em 30/09/2022. Lance mínimo em segundo leilão 50% da avaliação: R$ 15.195,71 (Quinze mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e um centavos). ÔNUS: Av-10-145 - Ação de execução nos autos n° 0014789-52.2016.8.13.0177 Secretaria da Única Vara Cível de Conceição do Rio Verde/MG. Av-11-145 - Ação de Execução nos autos n° 0014797-39.2016.8.13.0177 Secretaria da Única Vara Cível de Conceição do Rio Verde/MG. Av-12-145 - Ação de Execução nos autos n° 0014805-16.2016.8.13.0177 Secretaria da Única Vara Cível de Conceição do Rio Verde/MG. Av-13-145 - Ação de Execução nos autos n° 0014821-67.2016.8.13.0177 Secretaria da Única Vara Cível de Conceição do Rio Verde/MG. Av-14-145 - Ação de Execução nos autos n° 0014813-90.2016.8.13.0177 Secretaria da Única Vara Cível de Conceição do Rio Verde/MG. R-15-145 - Penhora nos autos n° 0014805-16.2016.8.13.0177 Secretaria da Única Vara Cível de Conceição do Rio Verde/MG. DEPOSITÁRIO: ANA KARLA JUNQUEIRA VETTORI DE CASTRO. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo, independente da forma ou condição de pagamento que o arrematante venha a optar. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado, desde que o lance seja no mesmo valor. a) À VISTA: Ao optar pelo pagamento à vista do valor do lance, o arrematante deverá efetuar mediante guia judicial, no prazo de 1(um) dia, contado da data do leilão, o pagamento da integralidade do valor do lance. Alternativamente, poderá o arrematante pagar o valor mínimo equivalente a 25% do valor da arrematação, devendo pagar o valor remanescente no prazo máximo de 15 dias, cujo montante deverá ser garantido por fiança/caução bancária em valor equivalente ou maior que o montante a ser garantido. Nesta hipótese, o valor a ser pago, em uma única parcela, no prazo máximo de 15 dias, deverá ser quitado mediante depósito judicial vinculado ao processo a que se refere o bem arrematado. Deixando o arrematante de depositar o valor remanescente no prazo de 15 dias, será imposta a penalidade prevista no art. 897 da Lei 13.105/2015, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei ou no presente edital. b) PARCELADO: Ao optar pelo pagamento parcelado, o licitante deverá efetuar pagamento mediante guia judicial, no prazo de 1(um) dia, contado da data do leilão, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em, no máximo, 30 (trinta parcelas) parcelas (art. 895, §1º da Lei 13.105/2015) vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação. Na hipótese de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (conforme art. 895 §4º do da Lei 13.105/2015). O valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, conforme Tabela de Atualização Monetária. A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste edital, será garantida por hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado. Na hipótese de inadimplemento, o exequente poderá optar pela resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido. Caso seja pleiteada a resolução da arrematação, o arrematante, sem prejuízo das demais sanções previstas na lei e/ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, perderá o sinal de negócio já pago. Caso seja pleiteada a execução, todas as parcelas vincendas vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, incidindo sobre o montante devido a multa prevista no art. 895 §4º do da Lei 13.105/2015, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. c): Uma vez efetuados os pagamentos, o arrematante, dentro do prazo de 01 (um) dia acima previsto, deverá enviar os comprovantes para o leiloeiro, via e-mail leiloesmg@leiloesmg.com.br, ou qualquer outro meio hábil e inequívoco, para que o leiloeiro possa fazer a juntada dos comprovantes aos autos. Na arrematação mediante lance online, o auto de arrematação será assinado pelo Exmo. Juiz apenas após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação (ou da entrada/sinal, ser for o caso) e da taxa de comissão do leiloeiro, ficando dispensada, nesta hipótese, a assinatura do arrematante no referido auto. Caso a arrematação seja efetuada mediante o pagamento parcelado de parte do valor, ficando o bem como garantia de pagamento, o arrematante fica obrigado a realizar todo e qualquer ato, bem como a arcar com os custos, que se fizerem necessários (principalmente assinar eventuais documentos) para a anotação/registro da garantia. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas no edital, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e no edital. Na hipótese de o arrematante não honrar o pagamento, serão sucessivamente chamados os demais arrematantes, pela ordem dos lances ofertados (do maior para o menor), os quais terão o mesmo prazo e condições acima para honrar o valor do lance ofertado, sendo descartados todos os lances em valor inferior ao mínimo previsto no edital. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão poderão dar lances pela internet, através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br/ www.mgl.com.br, para tanto deverão ser observadas e cumpridas as

regras indicadas
no referido site, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento. Na modalidade Internet
(online) o interessado deve efetuar cadastro prévio no referido site para anuência às regras de participação dispostas e
obtenção de "login" e "senha", os quais possibilitarão a realização de lances em conformidade com as disposições neste
edital. Os lances oferecidos pela internet não garantem direitos ao participante em recusa do leiloeiro, por qualquer
ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras
ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Ao optar por esta forma de
participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível
qualquer reclamação a esse respeito. TAXA DE LEILÃO: Em caso de arrematação, 4% sobre o valor da arrematação,
bem como taxa administrativa no valor de R$147,30 (cento e quarenta e sete reais e trinta centavos), a serem pagas pelo
arrematante. Em caso de adjudicação, 2% sobre o valor atualizado do bem adjudicado, a ser paga pelo adjudicante. Em
caso de remição ou acordo, 2% sobre o valor atualizado do bem, a ser pago pelo executado. Na hipótese do bem ser
arrematado, pelo exequente, será devida a comissão no percentual de 4% sobre o valor da arrematação para bens
imóveis. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo.
INFORMAÇÕES: através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br/ www.mgl.com.br ou pelo e-mail
leiloesmg@leiloesmg.com.br ou pelos telefones: 0800 242 2218, (37) 9 9902.6020, (37) 9 9826.2017, (37) 9 9906.0290.
CONDIÇÕES GERAIS: Aperfeiçoada a arrematação será expedida a carta de arrematação e, conforme o caso, a ordem
de entrega ou mandado de imissão na posse. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo
qualquer espécie de garantia. A venda dos bens imóveis será sempre considerada ad corpus, sendo que eventuais
medidas constantes neste edital serão meramente enunciativas. Em caso de arrematação de bem móvel, fica ao encargo
do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde o mesmo se encontra. Em caso de arrematação ou
adjudicação de bem imóvel, caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem,
caso o mesmo esteja ocupado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos para eventual regularização do bem
arrematado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos da arrematação, inclusive para a expedição da respectiva
carta de arrematação, se houver. Caberá ao arrematante tomar todas as providências e arcar com todos os custos para a
transferência do bem junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante arcar com todos os tributos eventualmente
incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas
de transferência, dentre outros. a assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a prevista para o auto de
arrematação. Se houver desistência após a arrematação, caberá ao arrematante multa de 20% (vinte por cento) calculada
sobre o valor do lance, em favor do exequente. O executado não poderá impedir o leiloeiro e ou representante legal de
vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s), ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui
crime (Art.330 do Código Penal). O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do
presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ficam, desde já, intimadas as partes,
os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores
fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. REQUERENTE: COOPERATIVA DE CREDITO
DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE VARGINHA LTDA SICOOB CREDIVAR; ADVOGADO DO AUTOR:
MARCO TULIO ALMEIDA CARVALHO OAB: 203477; REQUERIDO: ANA KARLA JUNQUEIRA VETTORI
DE CASTRO; ADV - AUTOR WAGNER ROSCHEL CHRISTE - OAB:101747. Caso o exequente e/ou executada
não sejam notificados, cientificados e/ou intimados por qualquer razão, da data do leilão e, das datas pré-marcadas em
que poderão ser realizados novos leilões, caso não haja licitantes, valerá o presente como edital de intimação de leilão
conforme Art 889§ Único Novo CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor,
intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por
vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e
compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em
conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.
11 de outubro 2022.
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

CONSELHEIRO LAFAIETE

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE CONSELHEIRO LAFAIETE - EDITAL DE INTERDIÇÃO com o prazo de trinta (30) dias. O Senhor Dr. Frederico Esteves Duarte Gonçalves, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Cível da Comarca de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, na forma da lei etc. Faz saber a todos quantos o presente edital de interdição virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença proferida no dia 11/08/2022 por este Juízo nos autos de Interdição nº 5003148-71.2016.8.13.0183, foi declarada a incapacidade relativa de MARIZA DOS SANTOS (art. 3º, III, Código Civil) e nomeada como respectiva CURADORA, de forma definitiva, NAIR FAGUNDES DOS SANTOS SILVA. na forma do artigo 1.767, inciso I, e, de acordo com o artigo 1.775, §1º, ambos do Código Civil e do artigo 755 do Código de Processo Civil/2015, sendo que a atuação da curadora se dará para os atos de administração e disposição de bens e de gestão da vida civil da curatelada, que digam respeito a seu estado, à assunção de obrigações e a negócios jurídicos onerosos para si. Assim, para conhecimento de terceiros interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado no Órgão Oficial por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias. Dado e passado nesta Comarca de Conselheiro Lafaiete, aos 06 de outubro de 2022. Eu,(a),Laura Cristina Barreto Rodrigues Pereira, Escrivã, em substituição, da 3ª Secretaria Cível, o subscrevi.

CONTAGEM

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Comarca de Contagem - Justiça Gratuita- Edital de intimação de sentença com prazo de 15 dias. Processo nº 079.18.018.483.4. O Bel. José Venâncio de Miranda Neto, MM. Juiz de Direito Titular na 3ª Vara Criminal da Comarca de Contagem/MG, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que, perante este Juízo e respectiva Vara tem andamento os autos acima mencionados, em que é autora a Justiça Pública e réus GERALDO MAGELA GONÇALVES, BRIAN LOPES BARBOSA E CLEBERSON DA SILVA LOPES, sendo vítima JOÃO BATISTA DE ARAÚJO portador do RG MG-6309555, atualmente em local incerto e não sabido. Diante do exposto, expediu-se o presente edital, para tomar ciência da sentença proferida por este juízo na data de 27/01/2022, que condenou o acusado Geraldo Magelo, como incurso no artigo art. 157, §2º, I e II c/c art. 65, I e III, "d", todos do Código Penal, à pena de 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa. Condenou o acusado Brian Lopes, como incurso no artigo art. 157, §2º, I e II c/c art. 65, I, ambos do Código Penal, à pena de 07 (sete) anos e 01 (um) meses de reclusão e 17 (dezessete) dias-multa. Condenou o acusado Cleberson da Silva Lops, como incurso no artigo art. 157, §2º, I e II c/c art. 65, I e III, "d", todos do Código Penal, à pena de 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa. Assim sendo, fica a vítima supramencionada intimada, para, tomar ciência da sentença prolatada nos autos em epígrafe, a contar da data da publicação deste edital. Contagem, 13 de outubro 2022. Eu, Sylvia Salerno, o digitei. Eu, Letícia Teixeira Bruck, Gerente de Secretaria, o subscrevi.
José Venâncio de Miranda Neto
Juiz de Direito

COMARCA DE CONTAGEM - JUSTIÇA GRATUITA - SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE CONTAGEM - Edital de intimação de sentença com prazo de 60 dias - Processo: 079.20.013.511-3. A Exma. Senhora Dra. Juliana Elian Miguel, Juíza de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc# FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que tem andamento nesta Secretaria, os autos do processo supra, em que é autora a Justiça Pública, e sentenciado: WENDELL PETTERSON DE SOUZA ARAÚJO, brasileiro, nascido em 16/09/1992, na cidade de Belo Horizonte/MG, filho de Marcia Simonia de Souza. Diante do exposto, expediu-se o presente edital, através do qual INTIMA O SENTENCIADO WENDELL PETTERSON DE SOUZA ARAÚJO , atualmente em local incerto e não sabido, para tomar ciência da r. sentença proferida, por este Juízo, em 14/07/2022, que julgou procedente o pedido formulado na denúncia, para CONDENAR WENDELL PETTERSON DE SOUZA ARAÚJO , Como incurso nas sanções do art. 171. caput, c/c art. 14, II, e art. 61, I todos do CPB. Assim, sendo, fica o sentenciado acima mencionado, intimado a contar da data da publicação deste edital. Contagem, 13 de outubro de 2022. Eu, Talita Costa Calaes, Escrivã Judicial, a subscrevo. A Exma. Juíza:

COMARCA DE CONTAGEM/MG - SECRETARIA DO TRIBUNAL DO JÚRI - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. O Dr. ELEXANDER CAMARGOS DINIZ, Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Contagem, Estado

de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc# FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por esta Secretaria tem andamento os autos do processo de nº 0031607-82.2022.8.13.0079, em que é autora a Justiça Pública e réu: Emmanuel Felipe Diniz, nascido em 07/02/2004, filho de Anna Michely Meireles Benício e Cleber Márcio Diniz, com último endereço conhecido na rua Padre Feijó, nº 30, bairro Novo Progresso, Contagem/MG, denunciado pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 121, § 2º, I e IV do Código Penal, cometido na data de 22 de abril de 2022, figurando como vítima Roger Gustavo Rocha. Diante do exposto, por estar o réu em lugar incerto ou não sabido, expediu-se o presente edital, para sua CITAÇÃO, devendo responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arrolar até 8 (oito) testemunhas, devendo fazê-lo através de advogado constituído, no prazo acima e fluído referido prazo sem qualquer manifestação ser-lhe-á nomeado Defensor Publico para apresentação da defesa. Contagem, 13 de outubro de 2022. Eu, Elza da Costa Santos Rangel, Escrivã Judicial, o subscrevo. O MM. Juiz: Elexander Camargos Diniz.

4ª VARA CRIMINAL DE CONTAGEM DA COMARCA DE CONTAGEM - Justiça Gratuita - Edital de intimação da sentença com prazo de 60 dias - Processo: 0079.19.021.912-5. A Exma Senhora Dra. Juliana Elian Miguel, Juíza de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que tem andamento nesta Secretaria, os autos do processo supra, em que é autora a Justiça Pública, e sentenciado: RAYNON PATRICK RIBEIRO, brasileiro, natural de Belo Horizonte/MG, nascido aos 22/08/1992, filho de Maria de lourdes Ribeiro. E GUILHERME EVERTON SANTOS DA SILVA Brasileiro, Solteiro, nascido em 23/07/1991 , filho de Vanessa Pereira dos Santos, Diante do exposto, expediu-se o presente, através do qual INTIMA o sentenciado RAYNON PATRICK RIBEIRO, atualmente em lugar incerto ou não sabido, para tomar ciência da r. sentença proferida por este Juízo em data de 16/08/2022, que julgou improcedente o pedido formulado na denúncia, para ABSOLVER RAYNON PATRICK RIBEIRO, da imputação prevista no art. 157, §2°,II do CPB, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Fica o sentenciado, acima mencionado, intimado da sentença a contar da data da publicação deste edital. Contagem, 13 de Agosto de 2022. Eu, Talita Costa Calaes, Escrivã Judicial, a subscrevo. A Exma. Juíza:

COMARCA DE CONTAGEM/MG - SECRETARIA DO TRIBUNAL DO JÚRI - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA - PRAZO DE 15 DIAS. O DR. ELEXANDER CAMARGOS DINIZ, Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc...FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por esta Secretaria tem andamento os autos do processo de nº 0079.20.007.199-5 em que é autora a Justiça Pública e o réu: WILSON DA SILVA MOREIRA, brasileiro, RG MG-16.433.505, nascido em 02/05/1989, natural de Belo Horizonte/MG, filho de Berenice Rosa da Silva Moreira e Geraldo Magela Moreira, residente na rua Trinta e Três, 110, Tropical, Contagem/MG. Diante do exposto, por estar a família da vítima José de Deus Pereira dos Santos em local incerto ou não sabido, nesta data, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 dias, onde fica intimada da Sentença que submeteu o réu WILSON DA SILVA MOREIRA às sanções do art. 121,§ 2º, II e IV, combinado com art.61, II, "c", e art.65, III, "d", todos do Código Penal. Dado e passado em Contagem-MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Elza da Costa Santos Rangel, Escrivã Judicial, o subscrevo. O MM. Juiz de Direito: DR. ELEXANDER CAMARGOS DINIZ.

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE CITAÇÃO
Comarca de Contagem- Justiça Gratuita- Edital de Citação para responder à acusação, com prazo de 15 dias. Processo PJE - N. 0115469-82.2021.8.13.0079, O Bel. JOSÉ VENÂNCIO DE MIRANDA NETO, MM. Juiz de Direito Titular em exercício da 3ª Vara Criminal da Comarca de Contagem/MG, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que, perante este Juízo e respectiva Vara tem andamento os autos acima mencionados, em que é autora a Justiça Pública e Acusado ROBSON TULIO DOS SANTOS SILVA, brasileiro, natural de Paraopeba/MG, solteiro, nascido em 05 de maio de 2000, filho de Maria Aparecida Ferreira dos Santos e Alberto Fernandes da Silva, portador do RG n° 20934327 SSP/MG, acusado pela prática da conduta delituosa descrita no art. 155, §4°, inciso IV, do Código Penal. Diante do exposto, expediu-se o presente, através do qual CITA-SE o acusado supramencionado, atualmente residente em local incerto e não sabido, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o denunciado, citado, não promover a constituição de defensor nos autos, será nomeada a Defensoria Pública para oferecer resposta, concedendo-se vista dos autos no prazo de 10(dez) dias. Assim sendo, fica o réu acima mencionado, citado, para responder à acusação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data final do presente edital. Contagem, 13 de outubro de 2022. Eu, Izaltina Aparecida da Silva, Oficial judiciário, o digitei, Eu, Letícia Teixeira Bruck, Gerente de Secretaria, o subscrevi e assino.
JOSÉ VENÂNCIO DE MIRANDA NETO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Comarca de Contagem- Justiça Gratuita- Edital de Citação para responder à acusação, com prazo de 15 dias. Processo PJE - N. 0117994-37.2021.8.13.0079, O Bel. JOSÉ VENÂNCIO DE MIRANDA NETO, MM. Juiz de Direito Titular em exercício da 3ª Vara Criminal da Comarca de Contagem/MG, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que, perante este Juízo e respectiva Vara tem andamento os autos acima mencionados, em que é autora a Justiça Pública e Acusado WASHINGTON EDILON LIMA, brasileiro, divorciado, natural de Contagem/MG, nascido em 6 de janeiro de 1980, filho de Helena Augusta de Lima Santos, acusado pela prática da conduta delituosa descrita no art. 155, caput, do Código Penal. Diante do exposto, expediu-se o presente, através do qual CITA-SE o acusado supramencionado, atualmente residente em local incerto e não sabido, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o denunciado, citado, não promover a constituição de defensor nos autos, será nomeada a Defensoria Pública para oferecer resposta, concedendo-se vista dos autos no prazo de 10(dez) dias. Assim sendo, fica o réu acima mencionado, citado, para responder à acusação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data final do presente edital. Contagem, 13 de outubro de 2022. Eu, Sylvia Lucia de Souza Salerno Lisboa, Oficial judiciário, o digitei, Eu, Letícia Teixeira Bruck, Gerente de Secretaria, o subscrevi e assino.
JOSÉ VENÂNCIO DE MIRANDA NETO
Juiz de Direito

COMARCA DE CONTAGEM - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS - O Dr. Haroldo Dutra Dias, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem-MG . situada na Av. Maria da Glória Rocha, 425 . Bairro: Beatriz . Contagem/MG; CEP.: 32.010-375, em pleno exercício do cargo, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos os interessados quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tem seus trâmites legais uma AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, nº 5014317-71.2019.8.13.0079, sendo exequente o MUNICÍPIO DE CONTAGEM e executado WILMA FRANCISCA DOS SANTOS - CPF: 247.924.206-44 natureza da dívida, IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e TCRS - Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos inscrição em 2019, certidões Nº 2019/9255. Diante do exposto, expediu-se o presente edital através do qual CITA O EXECUTADO; WILMA FRANCISCA DOS SANTOS - CPF: 247.924.206-44 para pagar a importância de R$6.929.78 (seis mil novecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos) devidamente atualizada até a data do efetivo pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, ou garantir a execução, oferecendo, caso queira, embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de não o fazendo, presumir-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela exequente, e nomeando-se curador especial, nos termos do art. 257, IV do CPC. Contagem 13 de outubro de 2022. Eu, Erick Rodrigues Gomes, Gerente de Secretaria em substituição, mandei digitar e subscrevi. MM Juiz Haroldo Dutra Dias. Procurador: Dr.º.ARMENIO GONÇALVES FANTINI JÚNIOR , OAB/MG 102.362.

PROCESSO Nº: 5021127-67.2016.8.13.0079
CLASSE: [CÍVEL] ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR (28)
AUTOR: HUMBERTO EUSTAQUIO SALES DE FARIA
RÉU/RÉ: SERGIO LUIS PRATA
COMARCA DE CONTAGEM - SECRETARIA DA 5ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE TRINTA DIAS - A Dra. Ivana Fernandes Vieira, Juiza de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Contagem/MG, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este juízo e respectiva Secretaria tramita os termos de uma ação ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR - Processo nº 5021127-67.2016.8.13.0079, requerida por HUMBERTO EUSTAQUIO SALES DE FARIA, CPF.: 129.402.166-49 em face de SERGIO LUIS PRATA, CPF.: 634.227.516-53, a qual o autor pretende a reparação por dano causado de protesto de título. E, constando nos respectivos autos que os réus se encontra em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o fim de citá-la, para, querendo, contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, e não o fazendo será considerado revel, sendo-lhe nomeado curador especial e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor (257 do NCPC). Valor da causa R$ 10.000,00 (dez mil reais) .
E, para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e fixado na forma da Lei. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade e comarca de Contagem, aos 6 de outubro de 2022.
Eu, ,Lilian Mamede Costa, Escrivã Judicial, o digitei.
Ivana Fernandes Vieira
Juiza de Direito

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE CONTAGEM - "JUSTIÇA GRATUITA" - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 10 DIAS, NA FORMA ABAIXO. O Dr. Thiago França de Resende, MM. Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Contagem, Estado de

Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo, nos autos de n.º 5015374-22.2022.8.13.0079 - Menores - E.C.G.P, , J.V.G.P,, E A.V.G.P, Ação Perda ou Suspensão do Poder Familiar, movida pelo Ministério Público - MPMG , C I T A FABIANO MATOS PARDIM PEREIRA, que se encontra(m) em local incerto e não sabido, para contestar todos os termos da referida ação, bem como para as advertências do artigo 285 do Código de Processo Civil (caso a parte citada não ofereça contestação dentro do prazo legal, 10 (dez) dias, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na peça exordial). E, para o conhecimento de todos, expede-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Contagem, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Kátia Aparecida Costa Parma, Escrivã Judicial, o digitei e assino. Dr. Thiago França de Resende - Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude de Contagem_____.

COMARCA DE CONTAGEM - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS - O Dr. Haroldo Dutra Dias, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem-MG . situada na Av. Maria da Glória Rocha, 425 . Bairro: Beatriz . Contagem/MG; CEP.: 32.010-375, em pleno exercício do cargo, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos os interessados quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tem seus trâmites legais uma AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, nº 5018084-88.2017.8.13.0079, sendo exequente o MUNICÍPIO DE CONTAGEM e executado JEREMIAS EMIDIO PEREIRA - CPF: 560.570.597-00 natureza da dívida, IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e CCSIP - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação e Taxas dos Serviços Públicos em 2017, certidões Nº 2017/1685. Diante do exposto, expediu-se o presente edital através do qual CITA O EXECUTADO JEREMIAS EMIDIO PEREIRA - CPF: 560.570.597-00 para pagar a importância de R$ 11.753,59 (onze mil e setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos) devidamente atualizada até a data do efetivo pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, ou garantir a execução, oferecendo, caso queira, embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de não o fazendo, presumir-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela exequente, e nomeando-se curador especial, nos termos do art. 257, IV do CPC. Contagem 13 de outubro de 2022. Eu, Erick Rodrigues Gomes, Gerente de Secretaria em substituição, mandei digitar e subscrevi. MM Juiz Haroldo Dutra Dias. Procurador: Dr.º.ARMENIO GONÇALVES FANTINI JÚNIOR , OAB/MG 102.362.

COMARCA DE CONTAGEM - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS - O Dr. Haroldo Dutra Dias, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem-MG . situada na Av. Maria da Glória Rocha, 425 . Bairro: Beatriz . Contagem/MG; CEP.: 32.010-375, em pleno exercício do cargo, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos os interessados quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tem seus trâmites legais uma AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, nº 0395464-44.2013.8.13.0079, sendo exequente o MUNICÍPIO DE CONTAGEM e executado MARIA ROSELMIRA DA FONSECA - CPF: 759.603.386-53 natureza da dívida, TFLF - Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento, TFS - Taxa de Fiscalização Sanitária, TFA - Taxa de Fiscalização de Anúncios e TFLOS - Taxa de Fiscalização e de Licenciamento para Ocupação do Solo, inscrição em 2013, certidões Nº 2013/12730. Diante do exposto, expediu-se o presente edital através do qual CITA O EXECUTADO MARIA ROLSEMIRA DA FONSECA - CPF: 759.603.386-53 para pagar a importância de R$ 9.740,26 (nove mil e setecentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) devidamente atualizada até a data do efetivo pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, ou garantir a execução, oferecendo, caso queira, embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de não o fazendo, presumir-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela exequente, e nomeando-se curador especial, nos termos do art. 257, IV do CPC. Contagem 13 de outubro de 2022. Eu, Erick Rodrigues Gomes, Gerente de Secretaria em substituição, mandei digitar e subscrevi. MM Juiz Haroldo Dutra Dias. Procurador: Dr.º.ARMENIO GONÇALVES FANTINI JÚNIOR , OAB/MG 102.362.

COMARCA DE CONTAGEM - JUSTIÇA GRATUITA - SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE CONTAGEM - Edital de intimação de sentença com prazo de 90 dias - Processo: 0098129-28.2021.8.13.0079. A Exma. Senhora Dra. Juliana Elian Miguel, Juíza de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc# FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que tem andamento nesta Secretaria, os autos do processo supra, em que é autora a Justiça Pública, e sentenciado: MATEUS VINICIUS COSTA , brasileiro, nascida em 18/05/2002, na cidade de Diamantina/MG, filho de Maria Terezinha Rocha e Valdeci da Luz Costa. Diante do exposto, expediu-se o presente edital, através do qual INTIMA O SENTENCIADO MATEUS VINICIUS COSTA , atualmente em local incerto e não sabido, para tomar ciência da r. sentença proferida, por este Juízo, em 29/07/2022, que julgou procedente o pedido formulado na denúncia, para CONDENAR MATEUS VINICIUS COSTA , como incurso nas sanções do art. 33, caput, da Lei n° 11.343/06 c/c art. 65, I, do CPB. Fixada em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e em 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo o regime inicial aberto. Assim, sendo, fica o sentenciado acima mencionado, intimado a contar da data da publicação deste edital. Contagem, 13 de Outubro de 2022. Eu, Talita Costa Calaes, Escrivã Judicial, a subscrevo. A Exma. Juíza:

COMARCA DE CONTAGEM - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS - O Dr. Haroldo Dutra Dias, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem-MG . situada na Av. Maria da Glória Rocha, 425 . Bairro: Beatriz . Contagem/MG; CEP.: 32.010-375, em pleno exercício do cargo, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos os interessados quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tem seus trâmites legais uma AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, nº 5005485-49.2019.8.13.0079, sendo exequente o MUNICÍPIO DE CONTAGEM e parte executada JOBE PINTO - CPF 246.360.376-34, natureza da dívida: IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, inscrição em 2019, certidão nº 2019/39768. Diante do exposto, expediu-se o presente edital através do qual CITA a parte executada JOBE PINTO - CPF 246.360.376-34 para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, contrarrazões ao recurso de apelação interposto pelo Município de Contagem, nos termos do artigo 1.010, §1° do CPC, sob pena de não o fazendo, ser nomeando curador especial, nos termos do art. 257, IV do CPC. Contagem 13 de outubro de 2022. Eu, Erick Rodrigues Gomes, Gerente de Secretaria em substituição, mandei digitar e subscrevi. MM Juiz Haroldo Dutra Dias. Procurador: Dr.º.ARMENIO GONÇALVES FANTINI JÚNIOR, OAB/MG 102.362.

COMARCA DE CONTAGEM - PRIMEIRA VARA EMPRESARIAL, DE FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS - EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS - O Dr. Rogério Braga, MM. Juiz de Direito deste Juízo, na forma da lei, etc. FAZ SABER, que perante este Juízo e respectiva Secretaria tramita a ação ordinária de USUCAPIÃO, processo nº 5010241-33.2021.8.13.0079, movida por JOSE FAGUNDES DA SILVA e outros contra LUIZ CARLOS HORTA e outros, tendo como objeto o imóvel Lote 0013 (treze), da quadra 24(vinte e quatro) do Bairro São Joaquim, Índice cadastral IPTU nº 00081290358001, com endereço na Rua Diamante, nº 82, bairro São Joaquim, Contagem/MG. Diante do exposto, expediu-se o presente edital através do qual CITAM: Os réus desconhecidos, ausentes e eventuais interessados, para terem ciência do processo supracitado e contestá-lo, no prazo de 15 dias, ficando os mesmos cientificados de que não sendo contestada a ação se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Endereço deste juízo: Av. Maria da Glória Rocha, nº 425, Centro, Contagem/MG, CEP: 32.010-375. Contagem, 06 de outubro de 2022. Jaqueline Campos Paulino, Gerente de Secretaria, subscrevi e assino. MM. Juiz, Dr. Rogério Braga.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE FIANÇA
Comarca de Contagem- Justiça Gratuita- Edital de intimação de restituição de fiança com prazo de 90 dias. Processo PJe nº 0028381-79.2016.8.13.0079. O Bel. José Venâncio de Miranda Neto, MM. Juiz de Direito Titular na 3ª Vara Criminal da Comarca de Contagem/MG, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. Faz saber a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que, perante este juízo e respectiva vara tem andamento os autos acima mencionados, em que é autora a justiça pública e indiciado SANDRO MONTIEL ROCHA CAMPOS, brasileiro, casado, natural de Belo Horizonte/MG, nascido em 01/02/1970, filho de Afonsina Rocha da Cruz e Antônio Campos da Crua, portador do RG MG-5.018.719 SSP-MG, atualmente em local incerto e não sabido. Diante do exposto, expediu-se o presente edital para o acusado intimado comparecer no balcão da secretaria (3ª Vara Criminal - Fórum Pedro Aleixo - Av. Maria da Glória Rocha, 425, 3º andar/ sala 312), no prazo de 90 (noventa) dias para apresentar seus dados bancários (banco, agência e conta) e CPF, a fim de que lhe seja restituído o valor da fiança. Em caso de requerimento de depósito em conta de terceiros, deverá ser juntada procuração com poderes específicos para receber o valor a restituição da fiança, paga nestes autos. DECORRIDO O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS SEM MANIFESTAÇÃO, A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL, O VALOR SERÁ TRANSFERIDO AO FUNDO PENITENCIÁRIO, NA FORMA DO ARTIGO 345 E 346 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Contagem, 13. outubro 2022. Eu, Izaltina Aparecida da Silva, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Letícia Teixeira Bruck, Gerente de Secretaria, o subscrevi.
José Venâncio de Miranda Neto
Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 5032588-26.2022.8.13.0079
CLASSE: [CÍVEL] CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: THOMAS DE PADUA GARBAZZA VIEIRA
REQUERIDO(A): UNIPROPAS
COMARCA DE CONTAGEM - SECRETARIA DA 5ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE TRINTA DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - Dra. Ivana Fernandes Vieira, Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Contagem/MG, na forma da Lei, etc... FAZ SABER

a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este juízo e respectiva Secretaria tramita os termos de uma ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Processo nº5032588-26.2022.8.13.0079, requerida por THOMAS DE PADUA GARBAZZA VIEIRA, CPF: 087.421.866-76, em face de UNIPROPAS, CNPJ: não informado. Constando nos respectivos autos que a ré UNIPROPAS se encontra em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o fim de intimá-la, para, que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do débito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no artigo 523 do NCPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Efetuado pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Valor da causa: R$ 60.479,13. E para conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e fixado na forma da Lei. Contagem, 23 de setembro de 2022. Eu, Lilian Mamede Costa, Gerente de secretaria , o digitei.
IVANA FERNANDES VIEIRA
Juíza de Direito
CONTAGEM, data da assinatura eletrônica.

COMARCA DE CONTAGEM - PRIMEIRA VARA EMPRESARIAL, FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS - EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS - O Dr. Rogério Braga, MM. Juiz de Direito deste Juízo, na forma da lei, etc... FAZ SABER, que perante este Juízo e respectiva Secretaria tramita, o USUCAPIÃO, processo nº 5004906-96.2022.8.13.0079, movida por FRANCISCO CARLOS DA SILVA, CPF: 744.172.316-72 E OUTROS, em face de MARIA DO CARMO DA SILVA, CPF: 892.175.436-91 E OUTROS, do imóvel de lote 26 da quadra 19, na rua Bélgica, nº 996, Bairro da Glória, Contagem/ MG. Diante do exposto, expediu-se o presente edital através do qual CITA: OS RÉUS DESCONHECIDOS, AUSENTES E EVENTUAIS INTERESSADOS E SEUS CÔNJUGES, para terem ciência do processo supracitado, e contestá-lo, no prazo de 15 dias, ficando os mesmos cientificados de que não sendo contestada a ação se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Endereço deste juízo: Av. Maria da Glória Rocha, nº 425, Centro - Contagem/MG - CEP: 32.010-375. Contagem, 13/10/22. Jaqueline Campos Paulino, Gerente de Secretaria, subscrevi e assino. MM. Juiz, Dr. Rogério Braga.

COMARCA DE CONTAGEM/MG - 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Contagem/MG - JUSTIÇA GRATUITA- EDITAL DE CURATELA. Prazo de 10 (dez) dias - A Dra. Christiana Motta Gomes, MMª, Juíza de Direito desta 1ª Vara de Família e Sucessões de Contagem-MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... Faz Saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que processaram-se os termos e atos da ação de INTERDIÇÃO, processo nº 5013871-05.2018.8.13.0079, a qual foi julgado parcialmente procedente o pedido para submeter à curatela LARISSA MARIA DA SILVA, por sentença datada de 11/07/2022, transitada em julgado, devendo a curatela ser exercida na medida de tutela aos interesses negociais e patrimoniais do curatelado, com as ressalvas do §1º do art. 85 da Lei 13.146/2015, tendo sido nomeado curador o Sr. CLAUDIO SIMPLICIO PEREIRA DA SILVA, e para conhecimento de todos e ninguém alegar ignorância no futuro, expediu-se este, que vai, publicado e afixado no átrio do Fórum. Publicar por três vezes, sendo esta a PRIMEIRA. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Contagem, MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a.) Karine Ladeia Loiola Nascimento, Escrivã Judicial, o digitei e assino. Dra. Christiana Motta Gomes - Juíza de Direito.

COMARCA DE CONTAGEM - PRIMEIRA VARA EMPRESARIAL, FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS - EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS - O Dr. ROGÉRIO BRAGA, MM. Juiz de Direito deste Juízo, na forma da lei, etc... FAZ SABER, que perante este Juízo e respectiva Secretaria tramita, a EXECUÇÃO FISCAL, processo nº 5005083-31.2020.8.13.0079, movida pelo MUNICÍPIO DE CONTAGEM, contra CONSTRUTORA MONTE CRISTO LTDA - ME, referente à(s) CDA(s) nº 2019 122881 / 2019 122885. Diante do exposto, expediu-se o presente edital, através do qual cita: CONSTRUTORA MONTE CRISTO LTDA - ME, CNPJ: 01.832.545/0001-27, para pagar a quantia de R$ 217.255,97, devidamente atualizada até 27/05/2022, no prazo de 05 dias, ou garantir a execução e oferecer embargos no prazo de 30 dias. Endereço deste juízo: Av. Maria da Glória Rocha, nº 425, Centro - Contagem/MG - CEP: 32.010-375, Contagem, 13/10/22. Jaqueline Campos Paulino, Gerente de Secretaria, subscrevi e assino. MM. Juiz, Dr. ROGÉRO BRAGA.

EDITAL DE CITAÇÃO
Comarca de Contagem- Justiça Gratuita- Edital de Citação para responder à acusação, com prazo de 15 dias. Processo PJE - N. 0141236-59.2020.8.13.0079, O Bel. JOSÉ VENÂNCIO DE MIRANDA NETO, MM. Juiz de Direito Titular em exercício da 3ª Vara Criminal da Comarca de Contagem/MG, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que, perante este Juízo e respectiva Vara tem andamento os autos acima mencionados, em que é autora a Justiça Pública e Acusado LUCIANO DE FREITAS OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, natural de Betim/MG, nascido em 15/03/1980, filho de Cristalino Pacheco de Oliveira e Dulce de Freitas Oliveira, cédula de identidade MG-140.774-95 SSP/MG Diante do exposto, expediu-se o presente, através do qual CITA-SE o acusado supramencionado, atualmente residente em local incerto e não sabido, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o denunciado, citado, não promover a constituição de defensor nos autos, será nomeada a Defensoria Pública para oferecer resposta, concedendo-se vista dos autos no prazo de 10(dez) dias. Assim sendo, fica o réu acima mencionado, citado, para responder à acusação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data final do presente edital. Contagem, 13 de outubro de 2022. Eu, Vinícius de N.V. Ribeiro, Oficial judiciário, o digitei, Eu, Letícia Teixeira Bruck, Gerente de Secretaria, o subscrevi e assino.
JOSÉ VENÂNCIO DE MIRANDA NETO
Juiz de Direito

COMARCA DE CONTAGEM - EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS . O Dr. Haroldo Dutra Dias, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem-MG, situada na Av. Maria da Glória Rocha, 425, Bairro: Beatriz , Contagem/MG; CEP.: 32.010-375, em pleno exercício do cargo, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos os interessados quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tem seus trâmites legais uma AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, nº 0461524-33.2012.8.13.0079, sendo exequente o MUNICÍPIO DE CONTAGEM e executado ANTONIO MOISES DA CRUZ - CPF: 050.822.396-27, natureza da dívida, IPTU/TCVL inscrição em 2012, certidões Nº 37682. Diante do exposto, expediu-se o presente edital através do qual INTIMA O EXECUTADO: ANTONIO MOISES DA CRUZ - CPF: 050.822.396-27 para fornecer os dados bancários a fim de expedir alvará judicial para a liberação dos valores bloqueados. Contagem 13 de Outubro de 2022. Eu, Erick Rodrigues Gomes, Gerente de Secretaria em substituição, mandei digitar e subscrevi. MM Juiz Haroldo Dutra Dias. Procurador: Dr.º.ARMENIO GONÇALVES FANTINI JÚNIOR, OAB/MG 102.362.

COMARCA DE CONTAGEM/MG - 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Contagem/MG - JUSTIÇA GRATUITA- EDITAL DE CURATELA. Prazo de 10 (dez) dias - A Dra. Christiana Motta Gomes, MMª, Juíza de Direito desta 1ª Vara de Família e Sucessões de Contagem-MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... Faz Saber a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que processaram-se os termos e atos da ação de INTERDIÇÃO, processo nº 5006251-68.2020.8.13.0079, a qual foi julgado parcialmente procedente o pedido para submeter à curatela ONECI MARIA FONSECA FERREIRA, por sentença datada de 12/07/2022, transitada em julgado, devendo a curatela ser exercida na medida de tutela aos interesses negociais e patrimoniais do curatelado, com as ressalvas do §1º do art. 85 da Lei 13.146/2015, tendo sido nomeado curadora a Sra. ROSANA ANGELICA FERREIRA DE ARAUJO, e para conhecimento de todos e ninguém alegar ignorância no futuro, expediu-se este, que vai, publicado e afixado no átrio do Fórum. Publicar por três vezes, sendo esta a PRIMEIRA. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Contagem, MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a.) Karine Ladeia Loiola Nascimento, Escrivã Judicial, o digitei e assino. Dra. Christiana Motta Gomes - Juíza de Direito.

COMARCA DE CONTAGEM - PRIMEIRA VARA EMPRESARIAL, FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS - EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS - O Dr. Rogério Braga, MM. Juiz de Direito deste Juízo, na forma da lei, etc... FAZ SABER, que perante este Juízo e respectiva Secretaria tramita, o USUCAPIÃO, processo nº 5011956-52.2017.8.13.0079, movida por OSIRES OLIVEIRA SILVA, CPF: 374.436.826-20 E OUTROS, do imóvel de Lote 28 da quadra 21, bairro Pedra Azul, Contagem/MG. Diante do exposto, expediu-se o presente edital através do qual CITA: OS RÉUS DESCONHECIDOS, AUSENTES E EVENTUAIS INTERESSADOS E SEUS CÔNJUGES, para terem ciência do processo supracitado, e contestá-lo, no prazo de 15 dias, ficando os mesmos cientificados de que não sendo contestada a ação se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Endereço deste juízo: Av. Maria da Glória Rocha, nº 425, Centro - Contagem/MG - CEP: 32.010-375. Contagem, 13/10/22. Jaqueline Campos Paulino, Gerente de Secretaria, subscrevi e assino. MM. Juiz, Dr. Rogério Braga.

EDITAL DE CITAÇÃO
Comarca de Contagem- Justiça Gratuita- Edital de Citação para responder à acusação, com prazo de 15 dias. Processo PJE - N. 0077257-26.2020.8.13.0079 , O Bel. JOSÉ VENÂNCIO DE MIRANDA NETO, MM. Juiz de Direito Titular em exercício da 3ª Vara Criminal da Comarca de Contagem/MG, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que, perante este Juízo e respectiva Vara tem andamento os autos acima mencionados, em que é autora a Justiça Pública e Acusado GUILHERME DE OLIVEIRA GUIMARÃES, brasileiro, solteiro, natural de Governador Valadares/MG, nascido em 06/09/1995, filho de Alexandre Guimarães da Silva e Ester Monteiro de Oliveira, cédula de identidade MG-19.148.222 SSP/MG. Diante do exposto, expediu-se o presente, através do qual CITA-SE o

acusado supramencionado, atualmente residente em local incerto e não sabido, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o denunciado, citado, não promover a constituição de defensor nos autos, será nomeada a Defensoria Pública para oferecer resposta, concedendo-se vista dos autos no prazo de 10(dez) dias. Assim sendo, fica o réu acima mencionado, citado, para responder à acusação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data final do presente edital. Contagem, 13 de outubro de 2022. Eu, Izaltina Aparecida da Silva, Oficial judiciário, o digitei, Eu, Letícia Teixeira Bruck, Gerente de Secretaria, o subscrevi e assino.
JOSÉ VENÂNCIO DE MIRANDA NETO
Juiz de Direito

CORINTO

1. JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CORINTO - ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, NA FORMA ABAIXO: o Dr. Frederico Malard de Araújo MM. Juiz de Direito na Comarca de Corinto-MG, em pleno exercício, na forma da lei, etc. Faz saber a todos quanto o presente Edital de Intimação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria, tramitam, os autos nº 0191.11.000913-8 tendo como acusado Michel Lourenço de Almeida Coelho e como vítima Luiz Antônio Ferreira da Costa. E constando nos mencionados autos que o acusado Michel Lourenço de Almeida Coelho, brasileiro, natural de Sabará/MG, nascido em 02/01/1991, RG: 150.118-62/MG, filho de Geraldo Braz Coelho e de Wanda Maria de Almeida encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, INTIME-O pelo presente edital da r. sentença prolatada nos autos em que foi determinado que o acusado Michel Lourenço de Almeida Coelho, julgado improcedente o pedido contido na denúncia e absolvido o acusado das sanções do artigo 157, §2 º, inciso I e II, do Código Penal. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente Edital de Intimação que será afixado saguão do Fórum Local e publicado em Órgão da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Corinto-Minas Gerais, 13 de outubro de 2022. Eu,_____, Daniela Carmem Soares de Oliveira Simões, Gerente de Secretaria em substituição, digitei.
MM. Juiz de Direito:

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE LEILÃO - 181/2022
PREÂMBULO
Ao Juízo da Vara Única da Comarca de Corinto - Minas Gerais, por intermédio do Leiloeiro Oficial ALEX WILLIAN HOPPE, JUCEMG 1199, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar leilão público, de forma eletrônica.
1 - DO OBJETO
Constitui objeto do presente edital, a venda através de leilão público, do(s) bem(ns) penhorado(s) descrito(s) no anexo único.
2 - DO LOCAL, DATA E HORÁRIO
Os interessados poderão participar virtualmente através do endereço eletrônico: www.hoppeleiloes.com.br, mediante aprovação de cadastro até dois dias úteis antes do leilão. Leilão - Os bens serão vendidos pelo maior lance à vista, ou, na falta deste, pela melhor proposta parcelada, desde que por valor igual ou superior à avaliação.
1º Leilão - Os bens serão vendidos pelo maior lance à vista, ou, na falta deste, pela melhor proposta parcelada, desde que por valor igual ou superior à avaliação. Encerramento: 24/11/2022 a partir das 10h00min.
2º Leilão - Os bens serão vendidos pelo maior lance à vista, ou, na falta deste, pela melhor proposta parcelada, desde que por valor igual ou superior ao lance mínimo. Encerramento: 05/12/2022 a partir das 10h00min.
3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3.1 - Poderão participar do leilão as pessoas físicas com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos na data do leilão, e pessoas jurídicas representadas por pessoa física, na mesma condição, ambas devidamente habilitadas pelo leiloeiro.
3.2 - Para participação presencial, o interessado deverá comparecer no local indicado no item 2 deste edital, munido dos documentos dispostos no item 4.7 do presente instrumento. E apresentá-los ao leiloeiro, para que este proceda a análise cadastral, ficando a critério deste a habilitação ou não do interessado.
3.3 - Para participação on-line, o interessado deverá efetuar cadastro prévio no website indicado no preâmbulo, com antecedência mínima de dois dias úteis antes do leilão, além de enviar a documentação disposta no item 3.7 e anuir às regras de participação dispostas no site para obtenção de "login" e "senha", com o cadastro aprovado, o interessado deverá se habilitar no leilão e só então estará apto a proferir lances.
3.4 - Na modalidade simultânea, o leilão acontece concomitantemente de maneira on-line e presencial.
4 - DO CADASTRO E HABILITAÇÃO
4.1 - O cadastro deverá ser realizado de maneira eletrônica pelo website: www.hoppeleiloes.com.br.
4.2 - Fazendo cadastro eletrônico, o usuário recebe uma senha de acesso, que possibilita a sua participação no leilão de forma on-line, mediante habilitação.
4.3 - O usuário deverá manter os dados cadastrais sempre atualizados.
4.4 - O usuário é responsável cível e criminalmente pelas informações fornecidas no cadastro.
4.5 - O usuário fica ciente que é responsável por todas as negociações realizadas através de sua conta, uma vez que o acesso a ela será possível apenas mediante a inserção da senha de segurança, a qual deve ser de conhecimento exclusivo do mesmo.
4.6 - O leiloeiro pode solicitar a qualquer momento a confirmação das informações apresentadas pelo usuário no momento da realização do cadastro. Ademais, poderá indeferir, sem prévia justificativa, cadastros que apresentem informações imprecisas ou conflitantes, assim como aqueles que entender suspeitos, podendo também, inabilitar provisória ou definitivamente o usuário.
4.7 - A habilitação se dará mediante a análise cadastral dos interessados, para isto, estes deverão fornecer os seguintes documentos:
PESSOA FÍSICA: Identidade, CPF e comprovante de residência atualizado (3 meses). PESSOA JURÍDICA: Contrato social, inscrição estadual se houver, comprovante de endereço comercial atualizado (3 meses), identidade, CPF e endereço residencial atualizado (3 meses) do representante. Caso o representante não seja o sócio administrador da empresa, deverá apresentar instrumento de procuração com poderes específicos para participar do leilão, com a firma reconhecida por verdadeiro.
5 - DOS LANCES
5.1 - No primeiro leilão o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) pelo maior valor ofertado à vista, ou na falta deste, pela melhor proposta parcelada, desde que igual ou superior ao valor da avaliação. Caso não haja interessados nesta ocasião, far-se-á o segundo leilão, no qual os bens serão vendidos pela maior oferta à vista, ou na falta deste, pela melhor proposta parcelada, desde que não a preço vil, sendo considerado assim, preço inferior ao 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.
5.2 - Bens arrematados em primeiro leilão, ficam sem efeito no segundo leilão.
5.3 - Os lances são irrevogáveis, irretratáveis e de inteira responsabilidade do licitante, e significam compromisso assumido perante esta licitação pública.
5.4 - Na hipótese de o licitante vencedor não pagar quaisquer valores dentro dos prazos estipulados, perderá o direito sobre a arrematação. Neste caso, será considerado arrematante o segundo maior lance ofertado e assim sucessivamente até que sejam efetivados os pagamentos, concluindo assim a arrematação.
5.5 - Todos os licitantes ficarão com seus lances vinculados ao certame pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de encerramento do leilão. Neste prazo poderão ser convocados a efetuar o pagamento do seu lance, caso se torne o vencedor do leilão.
6 - DAS PROPOSTAS COM PAGAMENTO PARCELADO 6.1 - O interessado em adquirir o bem pelo valor da avaliação, com possibilidade de pagamento parcelado, deverá apresentar sua proposta ao leiloeiro, no prazo de 1 (um) dia útil após o encerramento do primeiro leilão. 6.2 - O interessado em adquirir o bem com valor inferior ao da avaliação, com possibilidade de parcelamento, terá o prazo de 1 (um) dia útil após o encerramento do segundo leilão para apresentar sua proposta ao leiloeiro.
7 - DO PAGAMENTO O Arrematante terá o prazo de um dia útil para efetuar o pagamento integral do(s) bem(ns) arrematado(s) e da comissão do leiloeiro. Os comprovantes de pagamento, deverão ser encaminhados para o e-mail contato@hoppeleiloes.com.br. 8 - DO WEBSITE E SISTEMA ELETRÔNICO DE LEILÃO
8.1 - O usuário poderá através do website descrito no item 2 deste edital, programar lances automáticos, de modo que, o sistema cobrirá automaticamente o lance ofertado anteriormente, acrescido do incremento mínimo, até o limite máximo estabelecido pelo usuário. Os lances automáticos ficarão registrados no sistema com a data e horário em que forem programados.
8.2 - O leiloeiro e o administrador do sistema não se responsabilizam por quaisquer problemas ocasionados por falta ou queda de energia elétrica, ou problemas com a internet. Sendo assim, havendo qualquer problema com o leilão on-line, o leiloeiro poderá prosseguir com o leilão somente presencial ou adiar o certame, a seu critério.
8.3 - Caso haja lance no último minuto do leilão, o sistema abrirá automaticamente tempo extra e assim sucessivamente a cada lance, até que não haja mais ofertas, podendo assim, ultrapassar o horário pré-definido para o encerramento.
9 - DO LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL
9.1 - O leiloeiro é a autoridade máxima no leilão, cabendo a este, dirimir quaisquer lides que eventualmente possam surgir. Fica reservado ao leiloeiro, o direito de suspender o leilão, bem como adiar o seu horário e data de início, nos casos que se justifique tal medida. 9.2 - O leiloeiro faz jus a comissão de 5% (cinco por cento), sobre o valor do bem arrematado. 9.3 - Na hipótese de desistência da arrematação, o arrematante renuncia ao direito de reembolso da comissão paga ao leiloeiro.
9.4 - Em caso de adjudicação, suspensão, remição ou extinção do feito, será devida pelo(a) adjudicante, executado(a), ou quem der causa, ao(à) leiloeiro(a), a título de remuneração pelos serviços prestados e ressarcimento dos gastos, a importância estabelecida na portaria da vara judicial, no despacho que nomeou o leiloeiro, ou, na falta destas, aplicar-se-á 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total da avaliação dos bens.
9.5 - Os lotes do presente leilão podem ser modificados a critério do leiloeiro ou do juízo. 10 - DA VISTORIA DOS BENS 10.1 - Os interessados deverão vistoriar o(s) bem(ns), levantar informações e eventuais pendências ou restrições de qualquer natureza, aqui não mencionadas, não podendo alegar desconhecimento das características e ônus não mencionados.
10.2 - O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) em caráter ad corpus, no estado em que se encontram e sem garantia, cabendo ao interessado examiná-lo(s) com antecedência, se necessário, mediante acompanhamento de oficial de justiça, que deverá ser solicitado nos autos.
10.3 - Havendo divergência entre imagem e descrição no edital, vale a descrição. As imagens são

meramente ilustrativas.
10.4 - As descrições e enunciados contidos neste edital representam o estado geral do(s) bem(ns) na data de avaliação e informações levantadas até então. Quaisquer divergências encontradas posteriormente não constituirão motivo válido para anulação da arrematação.
11 - DAS DÍVIDAS E ÔNUS
11.1 - Correrão por conta do arrematante, as despesas relativas à transmissão do(s) bem(ns), tais como, ITBI, laudêmio, taxas, alvarás, averbações, regularização, certidões, emolumentos cartorários, registros, remoção e outros ônus decorrentes.
11.2 - Caso o(s) bem(ns) imóvel(is) se encontre(m) ocupado(s), a desocupação e imissão na posse ficam a cargo do arrematante.
11.3 - Créditos tributários se sub-rogam no valor da arrematação. (Art. 130 do CTN).
11.4 - Constitui ônus do arrematante o custo de expedição da carta de arrematação e da ordem de entrega, se houver.
11.5 - O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais, tributários e de condomínio, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.
12 - DAS PENALIDADES
12.1 - Administrativa
Ao licitante inadimplente recairão restrições à conta, impedimento de negociar com o poder público por até 2 (dois) anos, além de protestos e inscrições em cadastros de devedores.
12.2 - Cível
O licitante que após ter seu lance declarado vencedor, não efetivar pagamentos, não fornecer a documentação requisitada ou não assinar os documentos relacionados, tudo dentro do prazo, arcará com multa penitencial equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua oferta, em favor do leiloeiro oficial.
12.3 - Criminal
12.3.1 - Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa. Parágrafo único - Somente se procede mediante queixa. (Art. 179 - CP).
12.3.2 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena- detenção, de seis meses a dois anos, ou multa. (Art. 331 - CP).
12.3.3 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo único - incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida. (Art. 335 - CP).
12.3.4 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. (Art. 358 - CP).
12.3.5. - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Art. 90 da lei 8.666 de 1993).
12.3.6 - Será considerada válida a intimação feita no último endereço físico e/ou eletrônico fornecido pelo (a) licitante, motivo pelo qual, está obrigado (a) a manter cadastro atualizado.
13 - DOS RECURSOS
13.1 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura do leilão.
13.2 - No caso de aplicação da multa prevista no item 12.2, o licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar recurso ou fazer o pagamento.
14 - DAS INTIMAÇÕES
Ficam as partes, seus cônjuges ou companheiros, coproprietários, titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, proprietário, credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, promitente comprador e vendedor, União, Estado e Município, intimados do presente edital. (Art. 889 - CPC).
15 - DAS INFORMAÇÕES
Maiores informações e cópia do edital poderão ser obtidas no escritório do Leiloeiro Oficial, situado na Rua Alberto Tokarski, 11, Canoinhas (SC), telefone: (47) 3622-5164, e ainda pelo e-mail: contato@hoppeleiloes.com.br.
16 - DO FORO
Para quaisquer demandas judiciais decorrentes deste edital, é competente o foro da Comarca de Canoinhas/SC, com expressa renúncia a todos os outros.
Canoinhas - SC, 10 de outubro de 2022.
ALEX WILLIAN HOPPE
Leiloeiro Oficial
ANEXO
LOTE 01
Processo: 0001725-11.2014.8.13.0191
Exequente: GABRIEL HENRIQUE SOUZA SILVA
Executado: JOVANO NUNES DA SILVA
Bens penhorados: 01 (um) veículo Fiat/Uno Way 1.0, ano 2010, cor cinza
Vistoria: Rua do Expedicionário, nº 103, Centro, Corinto/MG
Avaliação: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Lance mínimo: R$ 12.000,00 (doze mil reais)

CURVELO

EDITAL DE INTERDIÇÃO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA- COMARCA DE CURVELO/MG - A DRª. ANDRÉIA MÁRCIA MARINHO DE OLIVEIRA, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE CURVELO, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos este presente edital virem ou dele conhecimento tiverem , que por este Juízo, em sentença proferida aos 26/08/2020, nos autos de nº. 0018682-62.2016.8.13.0209, foi decretada a INTERDIÇÃO de NEDES AMÂNCIO MONTEIRO, tendo como causa a incapacidade de gerir a sua pessoa e administrar os seus bens, nomeando-lhe CURADOR o Sr. PEDRO CARLOS MONTEIRO na modalidade de CURATELA SUBSTITUTIVA nos termos da sentença que, com fundamento no artigo 1.767, I, do CC/2002, com a redação dada pela LEI 13.146/15 jugou procedente o pedido exordial. Assim expediu-se o presente edital que será publicado no Órgão Oficial, por três(03) vezes, com intervalo de dez(10) dias, na forma do art. 755, §3º do CPC, para conhecimento de terceiros interessados. Dado e passado nesta cidade de Curvelo, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Escrivã Judicial o digitei, Eu, Tânia Aparecida Martins Araújo, Escrivão Judicial, o subscrevo . Eu, Andréia Márcia Marinho de Oliveira, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, o assino:

DIAMANTINA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE INTERDIÇÃO - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS - JUSTIÇA GRATUITA-COMARCA DE DIAMANTINA - ESTADO DE MINAS GERAIS. SECRETARIA DA PRIMEIRA VARA. O Dr. FÁBIO HENRIQUE VIEIRA - JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA-Processo nº 5004405-90.2020.8.13.0216. FAZ SABER a quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença datada de 05/07/2021, foi decretada a interdição de PEDRO FELIX DOS REIS, brasileiro, aposentado, casado, inscrito no CPF de n. 908.086.498.68, com identidade de n. MG 4.900.045, residente e domiciliado no Sitio Costa e Cunha, s/n, zona Rural de Diamantina/MG, visto o(a) mesmo(a) não ter condições de reger sua pessoa e administrar seus bens, por incapacidade de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado curador(a) PEDRO FELIX DOS REIS FILHO, brasileiro, estado civil solteiro, garimpeiro, CPF 047.761.526.06, ID de n. MG 1.198.513, domiciliado no Sitio Costa e Cunha, s/n, zona Rural de Diamantina/MG, para administrar as relações patrimoniais e negociais do(a) interditado(a), podendo o(a) mesmo(a) representá-lo(a) em todos os atos da vida civil, ficando o curador advertido de que os valores recebidos referentes a benefícios previdenciários ou assistenciais deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar do(a) interditando(a), ficando sujeito a prestação de contas anualmente. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, será publicado (03) três vezes com intervalos de 10 (dez) dias no Órgão Oficial (DJE). Dado e passado nesta Cidade de Diamantina, aos 13 de outubro de 2.022. Eu, (Carolina Campos Grissi) Oficial Judiciário, digitei.(FÁBIO HENRIQUE VIEIRA), Juiz de Direito.
Certifico que enviei o presente edital para publicação no DJE, bem como afixei cópia no átrio do fórum.

SEGUNDA VARA JUDICIAL DA COMARCA DE DIAMANTINA/MG - EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE DECISÃO-PRAZO:10 DIAS - A Drª CAROLINE RODRIGUES DE QUEIROZ, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível/Criminal desta Comarca na forma da lei, etc. FAZ SABER a quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que tramita perante esta Secretaria os autos 5005481-81.2022.8.13.0216- MEDIDA PROTETIVA - requerida pela Sra.MARIA DE FATIMA OLIVEIRA VIERA em desfavor da Sra. LUCIANA CRISTINA VIEIRA - requerida, registro geral MG-16781880 ,nascida aos 15 de dezembro de 1985, natural de Diamantina, filha de Maria de Fatima Oliveira Vieira e Leonidas Gonçalves Vieira - atualmente encontra-se em local incerto e não sabido. Devido a isso foi determinada a expedição do presente edital, por meio do qual, fica a mesma INTIMADA de todos os termos da Despacho Judicial, ID 9602376429 e da decisão judicial ID 9609242535 - que deferiram em favor da vítima acima a seguinte medida protetiva de urgência: " [...] proibição da requerida de se aproximar da ofendida à distância de mínima de 100 (cem) metros. [...]" Fica advertida a requerida que o descumprimento das medidas poderá implicar em sua prisão preventiva, na forma do artigo 42 da lei 11.340/06, bem como cometimento do delito previsto no artigo 24-A, da lei 11.340/06. Desde já, fica CITADA a requerida para que querendo, devidamente representado por advogado constituído, apresente a defesa e os meios com os quais provará as suas alegações, no prazo de 5 (cinco) dias. A fim de que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e afixada uma via no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta cidade de DIAMANTINA, aos 13/10/2022. Magna Alves Dias, Matrícula: PJPI-34029-9,Oficial Judiciário, digitei. Drª Caroline Rodrigues de Queiroz - Juíza de Direito.

DIVINÓPOLIS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE DIVINÓPOLIS - MG. SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO DE 30 DIAS - SEDE DO JUÍZO- Rua Doutor Paulo de Mello Freitas, 100, Fórum Dr. Manoel Castro dos

Santos - Liberdade, DIVINóPOLIS - MG - CEP: 35502-635- PROCESSO Nº:5003265-05.2017.8.13.0223-CLASSE: [CÍVEL] MONITÓRIA (40)-ASSUNTO: [Nota Promissória]-AUTOR: LEVINO PEREIRA RÉU/RÉ: AURORA MEIRELLES DE ALMEIDA SILVA- Objetivo: INTIMAR AURORA MEIRELLES DE ALMEIDA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 74176447672, RG desconhecido, QUE SE ENCONTRA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO PARA PAGAR o débito, no valor de R$11.607,77 (onze mil seiscentos e sete reais e setenta e sete centavos) em 13/09/2021 no prazo de 15 (quinze)dias, sob pena de o débito ser acrescido de multa de dez por cento, e também, de honorários de advogado de dez por cento, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil.. E, para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume. Divinópolis (MG), aos 13/10/2022.Eu, Rosângela Maria de Vasconcelos Alencar, Escrivã Judicial da 3ª Vara Cível o fiz digitar. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível - Dr. Núbio de Oliveira Parreiras. Advogada: Drª. Karen Rafaela Rabelo de Sá OAB/MG 166176

Comarca de Divinópolis/MG - Secretaria da 1ª Vara Cível - Edital de Citação com prazo de 30 dias - Justiça Gratuita - Processo nº 5000181-64.2015.8.13.0223. Ação: Execução de Títulos Extrajudicial. Exequente: SICOOB CREDIVERDE CNPJ 25.528.753/0001-03 Executados : BRAGA CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA -ME, CNPJ 19.197.148/0001-96, ALEXANDRE BRAGA DE SOUZA, CPF 003.001.236-80 e RICARDO JESUS DE OLIVEIRA, CPF 020.917.586-98. Objetivo: CITAR os executados, que se encontram em local incerto e não sabido, para no prazo de 3(três) dias efetuar o pagamento da quantia de R$ 5.054,73 (Cinco mil e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos) atualizado em 11/09/2015. Referente a cédula de crédito bancária na modalidade de Abertura de Crédito n. 18.897 emitida pelo exequente em 20/10/2014. Se não efetuado o pagamento no prazo designado, poderá ser expedido mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia da dívida. Os executados independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo deste edital. Ficam advertidos os executados, que em caso de revelia será nomeado curador especial. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, publicou-se o presente edital. Divinópolis, 22 de junho de 2022. Eu, Eliana Capanema Hess, Escrivã da Secretaria da 1ª Vara Cível, digitei e assino por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Marlúcio Teixeira de Carvalho. Advogado: Dr. Ivan de Souza Mercedo Moreira, OAB/MG 168290.

Comarca de Divinópolis/MG - Secretaria da 1ª Vara Cível - Edital de Citação com prazo de 30 dias - Justiça Gratuita - Processo nº 0145280-53.2015.8.13.0223. Ação: Execução de Títulos Extrajudicial. Exequente: GRAAL TINTAS INDUSTRIAIS LTDA CNPJ 00.068.602/0001-80 Executado: DIVIFUNDIDOS IND. E COM. DE FUNDIÇÃO LTDA ME, CNPJ 19.087.191/0001-07, último endereço, Rua Antônio Delaret Filho, n. 1551, bairro Cel. Jovelino Rabelo. Objetivo: CITAR o executado, que se encontra em local incerto e não sabido, para no prazo de 3(três) dias efetuar o pagamento da quantia de R$ 1.568,65 (um mil, quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) atualizado em 18/06/2015. Referente a duplicata extraída da nota fiscal 28.871, com vencimento em 02/10/2014, não quitada pelo executado. Se não efetuado o pagamento no prazo designado, poderá ser expedido mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia da dívida. O executado independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverá ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo deste edital. Fica advertido o executado, que em caso de revelia será nomeado curador especial. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, publicou-se o presente edital. Divinópolis, 28 de setembro de 2022. Eu, Eliana Capanema Hess, Escrivã da Secretaria da 1ª Vara Cível, digitei e assino por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Marlúcio Teixeira de Carvalho. Advogado: Dr. Rodrigo Abreu Ferreira, OAB/MG 70.043.

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (CONFORME LEI Nº 13.105/2015) PROCESSO: 5007456-30.2016.813.0223 - 2ª VARA CÍVEL DE DIVINÓPOLIS/MG. Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL E OESTE MINEIRO LTDA - SICOOB DIVICRED. Requerido: ANDERSON SILVA. LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA, JUCEMG 637, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo M.M. Juiz desta Comarca faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores, que no processo indicado venderá os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico (online). Em 1º leilão, no dia 03/11/2022 às 10:00 e em 2º leilão 03/11/2022 às 10:15 ambas realizadas através da plataforma eletrônica www.lucasleiloeiro.com.br/ www.mgl.com.br. Em primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado, em primeiro leilão, por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado segundo leilão, na data indicada, quando serão aceitos lances em valor inferior ao da avaliação, desprezando-se o preço vil (conforme art. 891, parágrafo único, da Lei13.105/2015). Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. O Leilão será realizado na(s) data(s) acima mencionada(s). Não havendo licitantes na(s) data(s) indicada(s) fica redesignado leilão para as seguintes datas, de forma (online) 09/11/2022 10:00 e 10:15; 16/11/2022 10:00 e 10:15; 23/11/2022 10:00 e 10:15; 30/11/2022 10:00 e 10:15; através da plataforma eletrônica www.lucasleiloeiro.com.br/www.mgl.com.br.
Bem(ns) Quantidade de bens: 1 - Veículo Ford KA, ano de fabricação/modelo 1998/1998, cor vermelha, em regular estado de conservação, com interior em bom estado de conservação, pneus ruins, lataria com alguns sinais de lanternagem, pintura em regular estado de conservação, veículo em condições de uso e funcionamento, tudo conforme auto de penhora ID 4505283099. Ônus: Restrição judicial de transferência; impostos, taxas, e multas somam o montante de R$ 258,68; consulta realizada em 13/10/2022. LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO 100% DA AVALIAÇÃO: R$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais); Lance mínimo em segundo leilão 60% da avaliação: R$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais); ENDEREÇO DE VISITAÇÃO: Rua Cidade da Luz, 251, Danilo Passos, Divinópolis/MG. DEPOSITÁRIO(A) NÃO HÁ INFORMAÇÕES. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance independente da forma ou condição de pagamento que o arrematante venha a optar. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado, desde que o lance seja no mesmo valor. A) À vista: Ao optar pelo pagamento à vista do valor do lance, o arrematante deverá efetuar mediante depósito judicial, no prazo de 1(um) dia, contado da data do leilão, o pagamento da integralidade do valor do lance. Alternativamente, poderá o arrematante pagar 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação, devendo quitar o valor remanescente no prazo máximo de 15 dias através de depósito judicial. Deixando o arrematante de depositar o valor remanescente no prazo de 15 dias será imposta a penalidade prevista no art. 897 da Lei 13.105/2015, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei ou no presente edital. B) Parcelado: Ao optar pelo pagamento parcelado, o arrematante deverá pagar, mediante depósito judicial, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 06 (seis) parcelas mensais (art. 895, §1º da Lei 13.105/2015). Eventuais pedidos de parcelamento diverso do constante em edital, poderão ser levados a apreciação do juízo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, conforme tabela de atualização monetária. Em caso de arrematação com pagamento parcelado, o juízo poderá condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Na hipótese de inadimplemento, o exequente poderá optar pela resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido. Caso seja pleiteada a resolução da arrematação, o arrematante, sem prejuízo das demais sanções previstas na lei e/ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, perderá o sinal de negócio já pago. Caso seja pleiteada a execução, todas as parcelas vincendas vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, incidindo sobre o montante devido a multa prevista no art. 895 §4º do da Lei 13.105/2015, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação, 5% sobre o valor da arrematação deverá ser paga pelo arrematante a título de comissão do leiloeiro, bem como despesa administrativa no valor de R$ 96,60 (Noventa e seis reais e sessenta centavos), a serem pagas pelo arrematante. Em caso de adjudicação, remição ou acordo, anteriores ao leilão, é devido o percentual de 2% sobre o valor atualizado do bem a ser pago pelo adjudicante, remido ou pelo executado, conforme o caso. Em caso de adjudicação, remição ou acordo, posteriores ao leilão, será mantida integralmente a comissão constante na Certidão e Auto de Arrematação, a ser paga pelo adjudicante, remido ou pelo executado, conforme o caso. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. Efetuados os pagamentos, o arrematante no prazo de 01 (um) dia deverá enviar os comprovantes para o leiloeiro via e-mail leiloesmg@leiloesmg.com.br, ou qualquer outro meio hábil e inequívoco para que o leiloeiro possa fazer a juntada dos comprovantes aos autos. Na arrematação mediante lance online, o auto de arrematação será assinado pelo Exmo. Juiz após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação ou da entrada/sinal, ser for o caso e da taxa de comissão do leiloeiro, ficando dispensada, nesta hipótese, a assinatura do arrematante no referido auto. Caso a arrematação seja efetuada mediante o pagamento parcelado de parte do valor, ficando o bem como garantia de pagamento, o arrematante fica obrigado a realizar todo e qualquer ato, bem como a arcar com os custos, que se fizerem necessários (principalmente assinar eventuais documentos) para a anotação/registro da garantia. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas no edital, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e no edital. Na hipótese do arrematante não honrar o pagamento, serão sucessivamente chamados os demais arrematantes, pela ordem dos lances ofertados (do

maior para o menor), os quais terão o mesmo prazo e condições acima para honrar o valor do lance ofertado, sendo descartados todos os lances em valor inferior ao mínimo previsto no edital. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão poderão dar lances pela internet através da plataforma eletrônica www.mgl.com.br, para tanto deverão ser observadas e cumpridas as regras indicadas no referido site, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento. Na modalidade eletrônica o interessado deve efetuar cadastro prévio no site www.mgl.com.br para anuência às regras de participação dispostas e obtenção de "login" e "senha", os quais possibilitarão a realização de lances em conformidade com as disposições neste edital. Os lances oferecidos pela internet não garantem direitos ao participante em recusa do leiloeiro por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Ao optar por esta forma de participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito. CONDIÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Aperfeiçoada a arrematação será expedida a carta de arrematação e ordem de entrega. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia. Eventuais débitos poderão ser sub-rogados. É facultado ao arrematante efetuar pagamentos de ônus/débitos com intuito de agilizar procedimentos/regularização do bem, ficando ciente que os valores não serão reembolsados. Fica a cargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde se encontra arcando com eventuais custos. Caberá ao arrematante arcar com custos para a expedição da respectiva carta de arrematação e/ou expedição de mandado de entrega/imissão, se houver. Caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com custos para a transferência de propriedade junto aos órgãos competentes. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a prevista para o auto de arrematação. Se houver desistência após a arrematação, o arrematante pagará multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do lance em favor do exequente, caso em que não será devolvida a comissão paga ao leiloeiro. O executado não poderá impedir o leiloeiro e ou representante legal de vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s), ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (Art. 330 do Código Penal). O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Requerente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO CENTRAL E OESTE MINEIRO LTDA - SICOOB DIVICRED. Advogado do autor: EVERTON DIAS OAB 68785; ANDREZA SOARES DA SILVA OAB 169549; THIAGO HENRIQUE PINTO OAB 198713; RENATO LACERDA DO COUTO OAB 113659. Requeridos: ANDERSON SILVA; CELMA APARECIDA DA SILVA. Caso o exequente e/ou executada não sejam notificados, cientificados e/ou intimados por qualquer razão, da data do leilão e, das datas pré-marcadas em que poderão ser realizados novos leilões, caso não haja licitantes, valerá o presente como edital de intimação de leilão conforme Art.889§ Único Novo CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.
13 de outubro 2022.
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

FICA DESCONSIDERADA A PUBLICAÇÃO DO DIA 03/10/2022 EM RELAÇÃO AO PRESENTE FEITO, Edição 182/2022 Página 41
COMARCA DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 DIAS: O MM. Senhor Juiz Dr. Mauro Riuji Yamane, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Divinópolis MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícias tiverem que, por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Criminal desta cidade, tem andamento o processo nº 0029532-60.2021.8.13.0223, movido pela Justiça Pública contra RAFAEL JUNIO BARCELOS MACHADO, brasileiro, solteiro, natural de Pará de Minas, nascido aos 20.12.1989, filho de Regina Barcelos Machado e Lincon Leite Machado, estando o mesmo em lugar incerto e não sabido, nesta cidade, foi denunciado pelo Dr. Promotor de Justiça e, pela prática de crime capitulado pelo art.329, caput do Código Penal, tendo sido CONDENADO a 02 (dois)meses e 10(dez)dias de detenção, em regime semiaberto. Não foi encontrado pelo Oficial de Justiça fica fixado o prazo de 90 (noventa) dias para que RAFAEL JUNIO BARCELOS MACHADO, compareça à Secretaria da 2ª Vara Criminal para ser intimado da SENTENÇA. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado pelo "Minas Gerais" e afixado no saguão do Fórum desta cidade. Eu, Renata Regina Pereira de Sousa, Gerente de Secretaria do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais o digitei e assino por ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal. Divinópolis/MG, 13 de outubro de 2022

DORES DO INDAIÁ

Processos Eletrônicos (PJe)

Edital de Intimação. Comarca: Dores do Indaiá, MG. Prazo: 20 dias. Justiça Gratuita. O Exmo. Sr. Dr. PAULO EDUARDO NEVES, MM Juiz de Direito nesta comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial processam-se os atos e termos de Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - PJE nº 0006485-98.2019.8.13.0232, requerida por N.G.S, representada por sua genitora Michelle Aparecida Gomes Silva, brasileira, solteira, filha de Alexandre Rafael Silva e Tânia Aparecida Gomes Silva em desfavor de Reinaldo de Souza, brasileiro, trabalhador rural, CPF 058.293.776-08. E, por meio deste INTIMA a autora N.G.S representada por sua genitora Michelle Aparecida Gomes Silva, que lhe foi nomeado como Defensor Dativo o Dr. Daniel Nascimento Pinto, e para que entre em contato com o referido Defensor no endereço e/ou telefone informado, para que agendem um horário, e assim possam alinhar as informações e dar o devido andamento. Endereço: Praça Prefeito Mário Carneiro, n° 76, sala A, centro, Dores do Indaiá/MG, celular/ whatsapp: (37) 9 9126-4977, horário de expediente das 8hs às 11hs e das 13hs às 18hs. "Dado e passado nesta cidade de Dores do Indaiá, aos 11 de outubro de 2022.Eu, (a) Ana Carolina Pereira de Oliveira, Estagiária, o digitei. Eu, (a) Claudinei Martins Gontijo, Gerente de Secretaria em Substituição, o fiz digitar. O Juiz de Direito, (a) Paulo Eduardo Neves, PAULO EDUARDO NEVES.

Edital de Intimação. Comarca: Dores do Indaiá, MG. Prazo: 20 dias. Justiça Gratuita. O Exmo. Sr. Dr. PAULO EDUARDO NEVES, MM Juiz de Direito nesta comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial processam-se os atos e termos de Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos nº 5000324-84.2019.8.13.0232, requerida por D.H.G.D.O, representando por sua genitora Karolaine Anieli Gomes, brasileira, solteira, faxineira, inscrita no CPF 149.551.706-33, em desfavor de Paulo Henrique Cardoso de Oliveira, brasileiro, solteiro, auxiliar de produção, inscrito no CPF 132.961.336-82. E, por meio deste INTIMA o autor D.H.G.D.O através de sua representante legal Karolaine Anieli Gomes, para que entre contato com a advogada dativa nomeada, Dra. Fernanda Carolina Noronha, no endereço e ou telefone informado, para que agendem um horário, e assim possam alinhar as informações e dar o devido andamento nos autos. Endereço: Rua Dr. Ovídio, n° 269, bairro São Sebastião, Dores do Indaiá, Telefone 37 984262108 de Segunda- feira à Sexta-feira das 12:00 às 18:00 horas. .Afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Dores do Indaiá, aos 13 de outubro de 2022. Eu(a)Ana Carolina Pereira de Oliveira, Estagiária, o digitei. (a) Claudinei Martins Gontijo, Gerente de Secretaria, o fiz digitar. O Juiz de Direito, (a)Paulo Eduardo Neves, PAULO EDUARDO NEVES.

Edital de Intimação. Comarca: Dores do Indaiá, MG. Prazo: 20 dias. Justiça Gratuita. O Exmo. Sr. Dr. PAULO EDUARDO NEVES, MM Juiz de Direito nesta comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial processam-se os atos e termos de Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos nº 5000363-13.2021.8.13.0232, requerida por C.T.F e K.W.T.F representados por sua genitora Jéssica Marisia Teodoro Ferreira, brasileira, solteira, do lar, CPF 098.856.126-37, em desfavor de Walisson Aparecido Ferreira, brasileiro, solteiro, trabalho rural, CPF 082.283.976-82.E, por meio deste INTIMA os autores C.T.F e K.W.T.F representandos por sua genitora Jéssica Marisia Teodoro Ferreira, por todos os termos do despacho de ID 9625574080 "..Vistos, etc#Baixo o feito em diligência. Intime-se a parte autora, por edital, para manifestar nos autos, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Após, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Dores do Indaiá, data da assinatura eletrônica. (a) Paulo Eduardo Neves, Juiz de Direito.".Afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Dores do Indaiá, aos 13 de outubro de 2022. Eu(a)Ana Carolina Pereira de Oliveira, Estagiária, o digitei. (a) Claudinei Martins Gontijo, Gerente de Secretaria em Substituição, o fiz digitar. O Juiz de Direito, (a)Paulo Eduardo Neves, PAULO EDUARDO NEVES.

Edital de Citação. Comarca: Dores do Indaiá, MG. Prazo: 20 dias. Justiça Gratuita. O Exmo. Sr. Dr. PAULO EDUARDO NEVES, MM Juiz de Direito nesta comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial processam-se os atos e termos da Ação de Usucapião - PJE nº 0009430-58.2019.8.13.0232 , requerida por Ademilson Pereira da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 718.326.456-49 e sua

esposa Elza Maria Alves, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n° 887.412.306-04, através do Dr. Crystian Alex Lopes Miranda, OAB/MG 113.328 e Dra. Letícia Morais Faria Ribeiro, OAB/MG 176.232, de um lote situado à Rua Dr. Ovídio n° 33, bairro São Sebastião, Dores do Indaiá, com área total de 265,68 m² e área construída de 177,42 m², podendo ser assim descrito: Frente: Medindo 10,31 m (Dez metros e trinta e um centímetros) confrontando com a Rua Dr. Ovídio; Fundo: Medindo 6,87 m (Seis metros e oitenta e sete centímetros) confrontando com Fernando José Gomes CPF 516.464.046-53, medindo 3,44 m (três metros e quarenta e quatro centímetros) confrontando com Rosana Braga Silva e outros CPF 63.360.996-49; Lado direito: Medindo 25,77 m (Vinte e cinco metros e setenta e sete centímetros) confrontando com Ordália Caetano de Oliveira CPF 013.047.696-07; Lado Esquerdo: Medindo 25,77m (Vinte e cinco metros e setenta e sete centímetros) confrontando com José Alves do Nascimento CPF 177.105.456-53.E, por meio deste CITA o confrontante Espólio de José Alves do Nascimento, seu conjugue, se casado for, por todo conteúdo da presente ação e para contestá-la, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ciente das advertências do artigo 344 do CPC: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor". Afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Dores do Indaiá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Ana Carolina Pereira de Oliveira, Estagiária, o digitei. Eu, (a) Claudinei Martins Gontijo, Gerente de Secretaria Substituto, o fiz digitar. O Juiz de Direito, (a) Paulo Eduardo Neves, PAULO EDUARDO NEVES.

5001301-71.2022.8.13.0232

Edital de Citação. Comarca: Dores do Indaiá, MG. Prazo: 20 dias. O Exmo. Sr. Dr. PAULO EDUARDO NEVES, MM Juiz de Direito nesta comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial processam-se os atos e termos da Ação de Usucapião - PJE nº 5001301-71.2022.8.13.0232 requerida por José de Oliveira Costa, brasileiro, casado, CPF 087.268.336-20 e sua esposa Lêda Alves Costa, brasileira, casada, CPF 037.873.346-02, através do Dr. Fernando Júnio Cardoso Silva, OAB/MG 135.211 e Dr. Nestor Henrique Mendes, OAB/MG 129.819, trata-se de um imóvel urbano vago com área de 305,86 m², com área construída residencial de 127,43 m², topografia com caimento no sentido de frente/fundo, localizado na Rua Martiniano Pinto, n° 29, bairro centro em Quartel Geral - MG. O terreno apresenta as seguintes dimensões e confrontações: Frente: confronta com a Rua Martiano Pinto em 12,25 metros. Direita- Confronta com a Propriedade de Manoel Pires de Melo, CPF: 201.522.726-15 em 24,80 metros, M: 16.220; Esquerda - Confronta com Posse de Telimar Aurélio Ferreira, CPF 004.522.966-09 em 25.25 metros; Fundos - Confronta com Posse de Flávia Fernanda de Jesus, CPF 075.220.476-92 em 12.25 metros; o imóvel está compreendido dentro do seguinte círculo perimétrico: "Começa no poste da cerca, ponto de confrontação comum com Posse de Telimar Aurélio Ferreira, CPF: 004.522.966-09 e o alinhamento da Rua Martiniano Pinto, seguindo o alinhamento desta rua em reta Por Muro e portão de acesso em 12,20 metros; à direita na confrontação por muro em reta ed 24,80 metros com Propriedade de Manoel Pires de Melo, CPF: 201.522.726-15, M: 16.220; à direita, na confrontação por muro em reta de 12,25 metros com Posse de Flávia Fernanda de Jesus - CPF: 075.220.476-92; à direita na confrontação do com a Posse de Telimar Aurélio Ferreira, CPF 004.522.966-09 em 25,25 metros, chegamos ao ponto inicial." " Ficando dentro do perímetro um terreno urbano vago com área de 305,86 m², contendo uma construção residencial de 127,43 m². E, por meio deste cita os réus em lugar incerto e eventuais interessados que se encontram em local incerto e não sabido, por todo conteúdo da presente ação e para contestá-la, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ciente das advertências do artigo 344 do CPC: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor". Afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Dores do Indaiá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Ana Carolina Pereira de Oliveira, Estagiária, o digitei. Eu, (a) Claudinei Martins Gontijo, Gerente de Secretaria em Substituição, o fiz digitar. O Juiz de Direito, (a) Paulo Eduardo Neves, PAULO EDUARDO NEVES.

ESMERALDAS

COMARCA DE ESMERALDAS/MG - SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL, CRIME E VEP - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA COMPARECER EM SESSÃO DE JULGAMENTO - PRAZO DE 15 DIAS. A DRA. FERNANDA CAMPOS DE LANA ALVES, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Crime e VEP da Comarca de Esmeraldas, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc...FAZ SABER, a todos os que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por esta secretaria tem andamento os autos do processo de nº 0241.12.002273-6, em que é autora a Justiça Pública e réu: DAVIDSON DE OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, portador da C.I nº14583273, natural de Belo Horizonte/MG, nascido aos 23/09/1987, filho de Marinho Pereira dos Santos e Cássia Laezia de Oliveira Santos, residente na rua Dezoito, 81, bairro Metropolitano, Ribeirão das Neves/MG, atualmente em lugar incerto e não sabido, denunciado como incurso nas sanções do art. 121, caput, do CPB, por crime cometido em 22/02/2012, sendo vítima: WILKER DONIZETE DE SOUZA E SILVA. Diante do acima exposto, por estar o réu em local incerto ou não sabido, nesta data expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 dias, onde fica intimado a comparecer à Sessão de Julgamento que será realizada no dia 21/11/2022, às 09:00 horas, no Tribunal do Júri da Comarca de Esmeraldas/MG, sito à Praça Getúlio Vargas, 60, centro, Esmeraldas-MG. Dado e passado em Esmeraldas/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Olimpio Cristiano Rodrigues Muniz, Gerente de Secretaria, o subscrevo. A MM. Juíza de Direito: DR. FERNANDA CAMPOS DE LANA ALVES.

Processos Eletrônicos (PJe)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância
Comarca de ESMERALDAS / 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Esmeraldas
EDITAL - Citação
PROCESSO Nº: 5003905-75.2022.8.13.0241
CLASSE: [CÍVEL] DEMARCAÇÃO / DIVISÃO (34)
AUTOR: CASA DE SAUDE E MATERNIDADE SAO JOSE E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A
RÉU/RÉ: ADELINO BIAZUTTI e outros (2)
Comarca de Esmeraldas- Justiça Gratuita- Edital de Citação- Prazo de 30 dias- O(A) Juiz(a) de Direito em exercício nesta Comarca, faz saber aos que virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita neste juízo a presente ação de DEMARCAÇÃO sob o número 5003905-75.2022.8.13.0241, tendo como objeto da lide os lotes 01 e 02 da quadra 02, matrículas nº 59.647 e 59.648 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Esmeraldas, com áres de 1.594,00 m² e 1.075,00 m², respectivamente, localizados no Bairro Quintas São José, neste município de Esmeraldas/MG. O presente Edital se digna a citar todos que possam alegar direitos sobre o imóvel, em especial os réus incertos, ausentes e desconhecidos, e seus respectivos cônjuges, esclarecendo que tem o prazo de 15 dias para contestar o pedido. Caso não seja contestada a presente ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados na inicial pela parte autora, em conformidade com o art. 259, I do CPC. E para que ninguém possa alegar ignorância, publico o presente edital, que também será afixado em local de costume neste Fórum, situado na Praça Getúlio Vargas, 60 - Centro - Esmeraldas/MG.
Juíza de Direito: Fernanda Campos de Lana Alves
ESMERALDAS, data da assinatura eletrônica.
Praça Getúlio Vargas, 60, ESMERALDAS - MG - CEP: 35740-000

Comarca de Esmeraldas - Entidade Isenta de Custas - Edital de Intimação - Prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Ricky Bert Biglionne Guimarães, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Esmeraldas, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc., FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por esta secretaria judicial, se processa a Medida Protetiva em favor da vítima M. F. D.S., contra SEBASTIÃO DE ALVARENGA GONÇALVES SANTOS, autuada e registrada sob o nº 5002884-64.2022.8.13.0241. É o presente edital para INTIMAR o agressor Sebastião de Alvarenga Gonçalves Santos, RG-8686202, CPF 036.163.726-82, brasileiro, natural de Belo Horizonte/MG, nascido em 31/05/1978, filho de Sebastião Gonçalves dos Santos e Cecilia de Alvarenga Santos, que se encontra em lugar incerto e não sabido, da decisão que deferiu as medidas protetivas deferidas em favor de Eliana Claudia Marques de Oliveira, quais sejam: a) Afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida. b) Proibição do agressor de se aproximar de um raio de 500 metros da vítima e de seus familiares e das testemunhas; c) Proibição do agressor de manter contato, por qualquer meio de comunicação, com a ofendida, seus familiares e eventuais testemunhas; d)Proibição do agressor de frequentar a casa e o local de trabalho da ofendida a fim de preservar a integridade física e psicológica da mesma, sob pena, em caso de descumprimento das medidas, caberá, em tese, prisão preventiva, na forma do artigo 42 da Lei 11.340/06 e que o descumprimento da decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência, poderá configurar sua prisão, nos termos do Art. 24-A da Lei 13.641/2018. Dado e passado nesta cidade de Esmeraldas, aos 07 de outubro de 2.022. Eu, Edna do Amaral Braga Fernandes, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e assino; Juiz de Direito Ricky Bert Biglionne Guimarães.

EUGENÓPOLIS

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA COMARCA DE EUGENÓPOLIS SECRETARIA DA ÚNICA VARA - EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO 20 DIAS. O Dr. Vitor José Trocilo Neto, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Eugenópolis, em virtude da lei etc., torna público que tramita por este Juízo e Secretaria uma Ação Penal nº 0017799-29.2015.8.13.0249, proposta pelo Ministerio Publico do Estado de Minas Gerais, em face de DEVID DE CARVALHO, vulgo " pescoço de ganso ", brasileiro, solteiro, natural de Patrocínio do Muriaé-MG, nascido aos 11 de novembro de 1994, portador do documento de identidade n° 28523979-4 SSP/DETRAN, filho de Maria Angélica de Carvalho, atualmente em lugar incerto e não sabido. E para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei, para citação do denunciado, para constituir defensor e, em 10 (dez) dias, responder à acusação, por escrito, podendo, ainda, na resposta, argüir preliminares, alegar o que interessar à defesa, oferecer documentos e justificações, especificar

provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, tudo conforme artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal, em sua nova redação (Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Eugenópolis, em 13/10/2022. Eu,_____, Oficial de Apoio Judicial, que digitei e subscrevi o presente edital.
Vitor José Trocilo Neto
Juiz de Direito

Processos Eletrônicos (PJe)

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA COMARCA DE EUGENÓPOLIS - ÚNICA VARA - EDITAL DE INTIMAÇÃO = PRAZO DE 10 DIAS. JUSTIÇA GRATUITA - Vitor José Trócilo Neto, Juiz de Direito da Comarca de Eugenópolis-MG, na forma da Lei, etc,... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tem andamento os autos da ação de INTERDIÇÃO nº 5000124-55.2021.8.13.0249 que tem como requerente Solange Aparecida Januário da Silva a favor de Carmosina Januário da Silva, brasileira, viúva, portadora da carteira de identidade MG-12.410.143, e inscrita no CPF nº 050.630.266-05, expediu-se o presente edital para INTIMAÇÃO dos interessados, incertos e desconhecidos, que foi proferida sentença julgando procedente o pedido inicial, decretando a interdição absoluta de Carmosina Januário da Silva, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nomeando-lhe CURADORA Solange Aparecida Januário da Silva, brasileira, inscrita no CPF nº 091.239.296-77, residente na rua Celso Freitas - 397-B - Eugenópolis-MG, que exercerá todos os atos da vida civil da interditada. E para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Tudo sob o pálio da Assistência Judiciária. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Eugenópolis-MG, aos 13 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois. Eu,_____, o digitei e subscrevo.

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA COMARCA DE EUGENÓPOLIS - ÚNICA VARA - EDITAL DE INTIMAÇÃO = PRAZO DE 10 DIAS. JUSTIÇA GRATUITA - Vitor José Trócilo Neto, Juiz de Direito na Comarca de Eugenópolis-MG, na forma da Lei, etc,... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tem andamento os autos da ação de INTERDIÇÃO nº 5000373-06.2021.8.13.0249 que tem como requerente Regina de Fátima Costa da Silva, expediu-se o presente edital para INTIMAÇÃO dos interessados, incertos e desconhecidos, que foi proferida sentença julgando procedente o pedido inicial, decretando a interdição absoluta de MARIA RITA COSTA DA
SILVA, brasileira, viúva, pensionista, portadora do RG 0702705-6, CPF 586.236.047-68, nomeando-lhe CURADORA REGINA FÁTIMA DA COSTA SILVA, brasileira, casada, portadora do
RG MG 21.530.664, expedido pela PC/MG, CPF 802.178.507-15 , que exercerá todos os atos da vida civil da interditada. E para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Tudo sob o pálio da Assistência Judiciária. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Eugenópolis-MG, aos onze dias do mês de outubro de 2022. Eu,_____, o digitei e subscrevo.

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA COMARCA DE EUGENÓPOLIS - ÚNICA VARA - EDITAL DE INTIMAÇÃO = PRAZO DE 10 DIAS. JUSTIÇA GRATUITA - Vitor José Trócilo Neto, Juiz de Direito na Comarca de Eugenópolis-MG, na forma da Lei, etc,... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tem andamento os autos da ação de INTERDIÇÃO nº 5001347-43.2021.8.13.0249 que tem como requerente Meire Correa Marreiro, expediu-se o presente edital para INTIMAÇÃO dos interessados, incertos e desconhecidos, que foi proferida sentença julgando procedente o pedido inicial, decretando a interdição absoluta de Júlio César Nunes Marreiro, brasileiro, casado, aposentado, RG nº M-307.7240 e CPF nº 280.770.166-34, filho de Vicente Gonçalves Marreiro e Maria Aparecida Nunes, nomeando-lhe CURADORA Meire Correa Marreiro, brasileira, solteira, filha de Júlio Cesar Nunes Marreiro e Maria Dolores Correa Marreiro,nascida em 04/10/1992, portadora da carteira de identidade n. MG 16.890.107, PC-MG, inscrita no CPF: 119.978.576-85, residente à Rua
Mario Daher, 5, Centro, Patrocínio de Muriaé, Minas Gerais, CEP:
36.860-000 , que exercerá todos os atos da vida civil da interditada. E para que não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Tudo sob o pálio da Assistência Judiciária. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Eugenópolis-MG, aos onze dias do mês de outubro de 2022. Eu,_____, o digitei e subscrevo.

FORMIGA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE CIÊNCIA - COMARCA DE FORMIGA-MG/VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E CÍVEL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE- EDITAL- JUSTIÇA GRATUITA. SAIBAM todos quantos o presente edital virem ou conhecimento tomarem, cientificados ficam do decreto da Interdição da Srª. FLORACI MARIA DA FONSECA, brasileira, solteira, maior incapaz (interditada), aposentada, natural de Formiga/MG, nascida aos 11/09/1969, filha de Elpídio Pedro da Fonseca e Maria Aparecida da Fonseca, portadora do RG. MG-6.021.842-PC/MG, inscrita no CPF sob nº. 821.529.346-87, residente e domiciliada na Casa de Acolhimento Mãos que Acolhe, situada na Avenida Arlindo Ribeiro Arantes, 60, Jardim Morumbi, Formiga/MG, uma vez que a mesma atualmente apresenta Esquizofrenia Paranoide, descrita no CID sob o código F 20.0., sendo que em virtude da doença é relativamente incapaz de realizar atos do cotidiano, tendo sido decretada a sua interdição nos autos nº 0043600-08.2015.8.13.0261 - Processo Judicial Eletrônico, por INCAPACIDADE CIVIL RELATIVA para exercer, pessoalmente, os atos da vida civil, com as limitações previstas no artigo 755 do CPC c/c 1782, do Código Civil, mantendo incólumes os seus direitos políticos e civis, sendo-lhe nomeada CURADORA a Srª. MARIA LÚCIA RODRIGUES, brasileira, divorciada, do lar, natural de Formiga/MG, nascida aos 14/11/1955, filha de Elpídio Pedro da Fonseca e Maria Aparecida da Fonseca, inscrita no CPF sob nº. 463.428.006-00, portadora do RG.MG-5.359.133-PC/MG, residente e domiciliada na Rua Manoel Martins Vieira, nº 311, Bairro Alvorada, Formiga/MG - 35572-056, a qual já prestou compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo de curadora, na forma da lei, bem como promover tratamento adequado à interditada, tudo nos autos acima epigrafados. Publica-se o presente por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, no "Diário do Judiciário" e na imprensa local (art. 755, § 3º do CPC/2015), bem como afixando-o em local de costume no Fórum Magalhães Pinto, sito na Rua Silviano Brandão, 102, Centro, nesta cidade. Formiga/MG, 07 de outubro de 2022. Dispensada a assinatura da Gerente de Secretaria - Antonina Belo Pereira Santos - (a) - Altair Resende de Alvarenga - Juiz de Direito (Assinado digitalmente). OAB/MG 193462; 123150.

COMARCA DE FORMIGA - MG - 2ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO 30 DIAS. Saibam todos quantos o presente edital de citação virem ou de conhecimento tiverem, que perante a 2ª vara cível desta comarca de Formiga, corre uma AÇÃO DE USUCAPIÃO, autos 5000229-59.2022.8.13.0261 requerida por José Geraldo Leal e Helena da Silveira Leal, por este edital ficam citados os réus ausentes, incertos e desconhecidos, e possíveis interessados(as), residentes em lugar incerto e não sabido, para querendo, contestar a ação nos quinze (15) dias seguintes ao prazo de fruição do presente, com as advertências do CPC, a saber: "não contestada a ação presumem-se verdadeiros os fatos articulados pelo autor, e, acompanhar o processo até final sentença, valendo a citação para todos os atos do processo". Alega o polo ativo que possui de forma mansa, pacífica e ininterrupta com ânimo de dono há mais de 30 (trinta) anos a posse de dois bens "LOTE 7, da quadra 6: O terreno urbano vago de propriedade de Helena da Silveira Leal, CPF, nº 800.782.736-68, localizado de frente para a Rua João Pedro da Silveira, s/nº, Bairro Mizael Bernardes, em Córrego Fundo-MG. O terreno tem uma área total de 408.75 m2, tendo as seguintes medidas e confrontações: Frente confrontando com a Rua João Pedro da Silveira medindo 10.0m; Lado direito confrontando com a propriedade de Maria do Carmo de Castro, medindo 41.5m, Lado esquerdo confrontando com a propriedade de Helena da Silveira Leal, medindo 40.25m; Fundo confrontando com a propriedade de Messias Bernardes de Castro. LOTE 8, da quadra 6: O terreno urbano vago de propriedade de Helena da Silveira Leal, CPF, nº 800.782.736-68, localizado de frente para a Rua João Pedro da Silveira s/nº, Bairro Mizael Bernardes, em Córrego Fundo/MG. O terreno tem uma área total de 396 m2, tendo as seguintes medidas e confrontações: Frente confrontando com a Rua João Pedro da Silveira medindo 10.0m; Lado direito confrontando com a propriedade de Helena da Silveira Leal, medindo 40.25m, Lado esquerdo confrontando com a propriedade de Messias Bernardes de Castro, medindo 39,0m; Fundo confrontando com a propriedade de Messias Bernardes de Castro, medindo 10.07m; (...)". Para que não se alegue desconhecimento por parte dos interessados, expediu-se este edital que será afixado na sede do Juízo, à R. Silviano Brandão, nº 102, Centro, e publicado na forma da lei. Formiga, 13 de outubro de 2022. Adriana de Souza Mello Basílio, Escrivã Judicial o subscrevi. (Rafael Guimarães Carneiro), Juiz de Direito.
Assinado Eletronicamente.

FRUTAL

EDITAL DE SENTENÇA
Prazo: 90 (noventa) dias
JUSTIÇA GRATUITA

O Dr. GUSTAVO MOREIRA, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e Execuções Criminais da Comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Forma da Lei etc

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, sendo expedido nos autos nº 0054653-19.2016.8.13.0271, em que o MINISTÉRIO PÚBLICO move contra VANDEIR DE OLIVEIRA, pelo presente Edital intima o réu VANDEIR DE OLIVEIRA, nascimento: 02/03/1989, brasileiro, natural de ITAIBA/PE, filho de Maria Clenilda Bela, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo fato ocorrido em 04/02/2016, da sentença de fls. 531/533v, que o condenou em 17 (dezessete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, às sanções do artigo 33, §§2° e 3°, ¿a¿ c/c, artigo 59, ambos do Código Penal, em cumprimento inicial no regime fechado. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital que deve ser afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Dado

e passado nesta Cidade e Comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu, _____, Eliene Bessa da Silva, digitei e subscrevi por determinação legal.
GUSTAVO MOREIRA
Juiz de Direito

Processos Eletrônicos (PJe)

Autos n.: 0013741-04.2021.8.13.0271
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo do edital: 15 dias)
THALES CAZONATO CORRÊA, Juíz de Direito da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude desta Comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital de INTIMAÇÃO DA PARTE PARA CONHECIMENTO DA DECISÃO PROFERIDA, com o prazo de 15 (quinze) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, extraído nos autos da Medida Protetiva. nº. 0013741-04.2021.8.13.0271. Pelo presente edital, INTIMA o requerido C.F.S, nascido em 23/09/1984, filho de Marli Soares dos Santo Herculano e Francisco Roberto Herculano, inscrito no CPF sob o nº 330.510.848-75, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, da decisão, que REVOGOU a vigência das medidas protetivas em seu desfavor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.
Dado e passado nesta Cidade de Frutal, no dia 13 de outubro de 2022.
Eu, _____, Eliada Araújo de Miranda, o digitei e subscrevi.
Thales Cazonato Corrêa
Juiz de Direito

COMARCA DE FRUTAL ¿ MINAS GERAIS
2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
PRAZO: 15 DIAS
EDITAL DE CITAÇÃO
O Dr. THALES CAZONATO CORRÊA, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude desta Comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, sendo expedido nos autos de Ação Penal nº 0025877-33.2021.8.13.0271, que o Ministério Público move contra EVANDRO JUNIO BATISTA DA SILVA.

Pelo presente edital CITA o réu: EVANDRO JUNIO BATISTA DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido aos 07 de novembro de 1996, filho de Edilene dos Santos Batista e José Batista da Silva Neto, para apresentar resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, (CPP, artigo 396), consignando que nela poderá arguir preliminares e alegar tudo que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo expressamente sua intimação (CPP, artigo 396-A).

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital que deve ser afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, ao 13 dias do mês de Outubro de 2022. Eu _____ Ana Letícia Marques Carta, estagiária de graduação, subscrevi e assino.
THALES CAZONATO CORRÊA
Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO
O Dr. Irany Laraia Neto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital de praça virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da CARTA PRECATÓRIA ¿ Processo nº. 5003877-17.2022.8.13.0271, requerida por Tatyane Rodrigues Gomes Treve contra Aldo Treve Júnior, inscrito no CPF n. 135.601.928-54 que a partir das 13h00min do dia 03 de novembro de 2022, o leiloeiro designado, trará a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der e maior lanço oferecer em hasta pública, os seguintes bens penhorados: um terreno urbano, localizado na Quadra 08, composto do lote 20, com área de 250,00m² do loteamento denominado jardim Ângelo Passuelo, município de Fronteira/MG, com benfeitorias, registrado sob o n. 34.547, fls 01/02, livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis de Frutal/MG, imóvel avaliado em R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) em 09/09/2022
Se não alcançar lanço superior à avaliação, será realizado 2o leilão, no dia 30 de novembro de 2022 a partir das 13h00min. Nos termos do art.885 do CPC, fica estabelecido como preço mínimo para arrematação o correspondente a 60% do valor da avaliação, devendo o pagamento do valor do lance ser realizado no prazo de 24 horas pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art.892, caput, do CPC).
Os leilões serão realizados no saguão do Fórum Francisco Batista de Queiroz, pelo oficial de justiça plantonista do dia. Caso haja interesse em adquirir o bem penhorado em prestações, o arrematante poderá apresentar proposta por escrito, na forma e nos prazos do art.895 do CPC.
Para conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu, Celiane Cristina Bartasson Vilela, Oficial Judiciário desta Secretaria, digitei e subscrevi.
Irany Laraia Neto
Juiz de Direito da 2º Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância
Comarca de FRUTAL / 1ª Vara Cível da Comarca de Frutal
EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO Nº: 5000609-52.2022.8.13.0271
CLASSE: [CÍVEL] USUCAPIÃO (49)
AUTOR: LUCIANA MORAN CONCEICAO e outros
RÉU/RÉ: PAVITUR EMPRESA PAULISTA DE VIACAO E TURISMO LTDA
A Drª. Pollyanna Lima Neves, MM. Juíza de Direito, da 1ª. Vara Cível desta Comarca de FRUTAL, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente edital de CITAÇÃO, com o prazo de 20 (vinte) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, extraído nos autos de USUCAPIÃO ¿ Processo Eletrônico nº 5000609-52.2022.8.13.0271, que LUCIANA MORAN CONCEIÇÃO e CELSO LUIS DA CONCEIÇÃO movem em face de PAVITUR EMPRESA PAULISTA DE VIAÇÃO E TURISMO LTDA, versando sobre UM TERRENO, com a área total de 500,10M² (quinhentos metros e dez centímetros quadrados), composto do lote nº 08 (oito), da quadra letra V, situado na Rua 4, no loteamento denominado MEU CHÃO, situado no Distrito e Município de Fronteira, desta comarca de Frutal/MG, de propriedade da PAVITUR ¿ EMPRESA PAULISTA DE VIAÇÃO E TURISMO LTDA. Pelo presente edital, CITAM os eventuais interessados incertos e desconhecidos, dos termos da ação proposta, as partes acima mencionadas, para que no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem contestação, sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos autores na inicial (art. 285 e 319 CPC). E para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandou expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de FRUTAL, aos 13 dias do mês de outubro de 2022.
Pollyanna Lima Neves
Juíza de Direito da 1ª Vara Cível
- assinado eletronicamente -
Praça Sete de Setembro, 50, Centro, FRUTAL - MG - CEP: 38200-075

GOVERNADOR VALADARES

2ª VARA CRIMINAL - Comarca de Governador Valadares/MG - Justiça Gratuita - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo de 90 dias. O Dr. Jadir Halley Silva Cunha, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Faz saber, aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria da Segunda Vara Criminal, tramitam os autos número 105.16.066.304-0, que a Justiça Pública move contra PATRICK DA SILVA INÁCIO, brasileiro, solteiro, filho de João Carlos Inácio e de Renata da Silva, nascido aos 29/06/1998 em Governador Valadares-MG, como incurso nas sanções do art. 121, 2º, inc. I c/c art. 14, inc. II do CPB. E, constando nos autos, estar o réu em local incerto e não sabido, foi determinada sua intimação por meio deste edital, da Sentença proferida nos autos em 26/09/222, que SUBMETE o réu às sanções do art. 121, § 2º, I, c/c art. 14, II, e 65, I, na forma do art. 29, caput, todos do Código Penal, ficando ABSOLVIDO das imputações quanto ao crime previsto no art. 244-B da Lei nº 8.069/90. Fixa-lhe a pena em 06 (seis) anos de reclusão inicialmente no Regime Semiaberto para cumprimento da pena privativa de liberdade. Como o réu respondeu ao processo solto, poderá recorrer em liberdade. Fica condenado ao pagamento de metade das custas processuais (art. 804 do CPP). Da decisão supramencionada, poderá interpor recurso cabível no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo editalício, sob pena de ver passado em Julgado a decisão citada. E, para conhecimento de todos, principalmente do referido réu, que não foi localizado para intimação pessoal, será este publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta Comarca de Governador Valadares, Minas Gerais, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, Milena Saúde Reuter, Gerente da Segunda Secretaria Criminal, o fiz digitar e, por ordem do MM. Juiz, assinei.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES-MG - EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS- JUSTIÇA GRATUITA- PRAZO DE 20 DIAS- O Dr. Anacleto Falci, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta cidade e Comarca de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que este virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramita uma ação de INTERDIÇÃO de ADAO BELISARIO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido aos 23/07/1977, filho de José Belisario dos Santos e Maria Julia Gualberto da Silva, residente na cidade de Governador Valadares/MG, autos Nº 5013450-29.2021.8.13.0105, que por sentença datada de 18/03/2022, foi decretada sua interdição, por ser o mesmo portador de doenças mentais, que o impede de reger totalmente sua pessoa e bens, nomeando-lhe como CURADORA MARIA APARECIDA DA SILVA MARTHE, brasileira, viúva, do lar, nascida aos 20/10/1966, filha de José Belisario dos Santos e Maria Julia Gualberto da Silva, residente na cidade Governador Valadares/MG, que o representará em todos os atos da vida civil. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que deve ser publicado no Diário Oficial, por 03(três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755 do CPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de

Governador Valadares, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, ___(Meiry Aparecida Silva), Gerente de Secretaria, o fiz digitar e conferi. O Juiz de Direito, ___(Anacleto Falci).

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES/MG.EDITAL DE INTIMAÇÃO. Assistência Judiciária. Prazo de 20 dias. O Dr. Anacleto Falci em designação na 1ª Vara Cível, na forma da Lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que pela 1ª Vara Cível tramita os termos de uma Ação de Alimentos - Lei Especial n° 5.478/68, processo nº 5005569-98.2021.8.13.0105, requerido (a) por M. C. L. D. S. em face de RAFAEL LADISLAU DOS SANTOS. INTIME-SE por este meio RAFAEL LADISLAU DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, filho de Ronaldo Ladislau dos Santos e Walkiria Ladislau dos Santos, profissão, RG e CPF desconhecidos, residente em local incerto e não sabido, sobre sentença ID 9543522838 proferida nos autos retromencionado, que JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, resolvendo o mérito do processo nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para condenar condenar RAFAEL LADISLAU DOS SANTOS ao pagamento de pensão alimentícia a sua filha M. C. L. D. S, no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, devendo o pagamento dos alimentos ser realizado até o dia 10 do mês subsequente ao vencido e depositados na conta de titularidade da genitora da menor, qual seja: conta poupança nº 00073664-6, agência 0116, operação 013, Caixa Econômica Federal. E para que ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital que será publicado na forma da Lei. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Governador Valadares/MG, 13 de outubro de 2022. (assinado) Anacleto Falci - Juiz de Direito. Eu, Ricardo Bomfim Cardoso, Oficial de Apoio Judicial, da 1ª Secretaria Cível, o digitei. Eu, Lívia Fernandes Torres Silva, Gerente de Secretaria, o conferi e assino. Defensor Público da autora: Dr. Gilvan de Oliveira Machado - Madep 0230.

COMARCA DE GOVERNADORVALADARES/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - O Dr. Anacleto Falci, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta cidade e Comarca de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que este virem ou deles conhecimento tiverem, notadamente IDELFONSO VITORINO NUNES, HÉLIO VITORINO, JOSÉ VITORINO e VALDOMIRO VITORINO NUNES, filhos de Orides Maria da Conceição, falecida, com endereços em local incerto e não sabido, que por este Juízo tramita uma ação de INVENTÁRIO, autos nº 5009392-51.2019.8.13.0105 movida por IRACEMA MARIA SANTANA e OUTROS, sendo que os referidos herdeiros, ficam desde já CITADOS para os termos da referida ação, bem como para contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, contados da dilação editalícia, sob pena de revelia, quando presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na petição inicial. Dado e passado nesta cidade de Governador Valadares, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Meiry Aparecida Silva, Gerente da Secretaria, o fiz digitar e conferi. O Juiz de Direito da Segunda Vara Cível, (Anacleto Falci).

6ª Vara Cível. COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES/MG - EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO DE 20 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. Amaury Silva, MM. Juiz de Direito da Sexta Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos os que este virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e 6ª Secretaria Cível, se processam os termos e atos da ação de INTERDIÇÃO- Curatela, registrada sob o n.° 5000984-81.2020.8.13.0543, requerida por SINVAL CLÁUDIO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador do RG nº M-3.541.668 SSP/MG e CPF nº 536.524.106-10, em face de CESAR CLÁUDIO ALMEIDA BATISTA, brasileiro, solteiro, nascida aos 08/06/1962, portador do RG sob o nº 2.829.917 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 473.808.026-15, por sentença proferida já transitada em julgado, foi decretada a interdição do requerido, limitada aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 Lei 13.146/2015), tudo na forma do Art.4°. III do Código Civil, e, de acordo com o Art. 1.775, §1° do Código Civil, nomeando- lhe curador o Sr. Sinval Cláudio de Almeida, que o representará. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado no órgão oficial, por três vezes, com intervalo de dez dias, além de afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Governador Valadares, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022(dois mil e vinte e dois). Eu, Elizângela Pereira Silva Miranda, o digitei e assino por ordem do MM Juiz.

6ª Vara Cível. COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES/MG - EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO DE 20 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. Amaury Silva, MM. Juiz de Direito da Sexta Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos os que este virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e 6ª Secretaria Cível, se processam os termos e atos da ação de INTERDIÇÃO- Curatela, registrada sob o n.° 5019134-32.2021.8.13.0105, requerida por MARIZE MATIAS ALVES, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob o nº 594.027.096-49, em face de MARIA ALVES MATIAS, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 513.746.336-15, por sentença proferida já transitada em julgado, foi decretada a interdição da requerida, limitada aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 Lei 13.146/2015), tudo na forma do Art.4°. III do Código Civil, e, de acordo com o Art. 1.775, §1° do Código Civil, nomeando- lhe curadora a Sra. Marize Matias Alves, que a representará. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado no órgão oficial, por três vezes, com intervalo de dez dias, além de afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Governador Valadares, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu, Elizângela Pereira Silva Miranda, o digitei e assino por ordem do MM Juiz.

GUANHÃES

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE GUANHÃES. 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE GUANHÃES. PROCESSO Nº 0019996-15.2002.8.13.0280. MASSA FALIDA DE A PORTUENSE LTDA-ME. CNPJ: 25.974.940/0001-02. PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. O Dr. Pedro Henrique de Assis Crisafulli, MM. Juiz de Direito da 2ª Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Guanhães/MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER que foi apresentado QUADRO GERAL DE CREDORES - QGC às fls. 371/397 (Id 8280953078) e que os credores, caso queiram, deverão se manifestar na forma da lei, em observância aos arts. 96, §2º e seguintes do Decreto-Lei 7.661/45. CREDOR - VALOR - PERCENTUAL: Caixa Econômica Federal, R$ 46.177,74 - 34,70%; Vulcan Material Plastico, R$ 598,66 - 0,45%; Textil Silva Santos Ltda, R$ 3.715,96 - 2,79%; Confecções Guararapes Ltda, R$ 4.512,47 - 3,39%; Industria de Meias Aço, R$ 420,61 - 0,32%; Cia de Tecidos Alaska, R$ 394,41 - 0,30%; Malharia Cruzeiro - R$ 451,51 - 0,34%; Lanificio Resfriba - R$ 1.868,73 - 1,40%; Guararapes Textil S/A, R$ 560,17 - 0,42%; Têxtil Metro Paulo Ltda, R$ 1.511,82 - 1,14%; Selene Industria Textil Ltda, R$ 498,35 - 0,37%; Tecidos Jotakira Ltda, R$ 763,83 - 0,57%; Empresa de Transportes Martins, R$ 143,01 - 0,11%; Teófilo J. De Almeida, R$ 2.819,76 - 2,12%; Luiz Pires Aguiar, R$ 5.874,51 - 4,41%; Mário Mendanha, R$ 2.349,80 - 1,77%; Francisco Araújo, R$ 1.174,90 - 0,88%; Ari Correia de Aguiar, R$ 4.699,61 - 3,53%; Assunção de Souza Neto, R$ 7.284,39 - 5,47%; Marina Salvador, R$ 9.399,22 - 7,06%; Henrique Damasceno Nascimento, R$ 3.524,71 - 2,65%; Carlos R. Nunes, R$ 7.049,41 - 5,30%; Banco do Brasil S/A, R$ 3.011,16 - 2,26%; Antônio Lopes de Avila, R$ 7.049,41 - 5,30%; Estado de Minas Gerais, R$ 17.223,81 - 12,94%. TOTAL: R$ 133.077,96. Em razão do que expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guanhães, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Élen Fabrícia Campos, Escrivã Judicial, o fiz digitar e subscrevi. Eu, Pedro Henrique de Assis Crisafulli, MM. Juiz de Direito, o assino.

GUAPÉ

Edital contendo a Lista GERAL de Jurados para servirem
ao Tribunal do Júri desta Comarca no ano dois mil e vinte
três (2023)
Art. 426, do Código de Processo Penal
N° JURADO SEDE PROFISSÃO
01 Adalgisa Florêncio GUAPt Assistente de Educação
02 Adriane Barros Lara GUAPt Funcionária Pública Municipal
03 Alessandra Cristina Oliveira Soares GUAPt Funcionária Pública Municipal
04 Andréa Aparecida Dutra e Silva GUAPt Funcionária Pública Municipal
05 Ana Gabriely Braz Vilela, GUAPt Advogada
06 Alyne Silva Barbosa GUAPt Professora
07 Ana Maria Dutra Barbosa GUAPt Professora
08 Alexandra Laudares Miranda GUAPt Bancaria
09 André Luiz de Oliveira Assis GUAPt Advogado
10 Antônio Roberto Bemardes GUAPt Motorista
11 Andréa Aparecida Silva Olímpio GUAPt Professora
12 Caroline Geralda Alves GUAPt Estudante de Direito
13 Cristiane Aparecida Costa GUAPt Professora
14 Cláudia Helena de Castro GUAPt Professora
15 Cristiany Magela Silva Vinhas GUAlt Professora
16 Cynthia Suellen Martins GUAPt autônoma
17 Cairo Miguel Fernandes GUAPt Estudante de Direito
18 Cleide Maria Garcia GUAPt Professora
19 Cleber Luiz Miranda GUAPt Administrativo
20 Carla Cristina Rodrigues GUAPt Psicóloga
21 Cláudia Campos Araújo GUAPt Professora
22 DaMela Cunha Miranda GUAPt Funcionária Pública Municipal
23 Daiane Costa Lara GUAPt Professora
24 Diego Dutra Garcia GUAPE Degustador de café
25 Divino Vieira Lima GUAPE Comerciante
26 Edilson Antônio de Oliveira, GUAPE Contador
27 Elisa Araújo Figueiredo Amaral GUAPE Professor
28 Everaldo Dutra de Paula GUAPE Comerciante
29 Elias Vicente Oliveira GUAPE Funcionário Público Municipal
30 Filipe Antônio Amaral Oliveira GUAPE Bancário
31 Fábio Afrânio Coelho GUAPE Funcionário Público Municipal
32 Gabriela Gonçalves de Assis GUAPE Estudante de Direito
33 Geraldo Henrique Soares GUAPE Estudante de Direito
34 Gleyson Junior de Oliveira GUAPE Funcionário Público Municipal

35 Henrique Rainer Felipe Costa Silva GUAPE Estudante de Direito
36 Ivo Evaristo Cabrera Teixeira GUAPE Bancário
37 Jorlan Parula GUAPE Agente Administrativo
38 José Clóvis Dutra GUAPE Comerciário
39 Jarlene Aparecida Alcântara GUAPE Professora
40 José Dom iciano Júnior GUAPE Comerciante
41 Janaina Tatiany Martins GUAPE Bancária
42 Keiler Faria Assis GUAPE Advogado
43 Keilla Cristina Oenning Vilela GUAPE Bancária
44 Laysa Raquel Faria Reis GUAPE Bancaria '
45 Linyker Filipe Soares GUAPE Advogado
46 Lucas Alves (prefeitura) GUAPE Funcionário Público Municipal
47 Lúcia Helena Tostes Soares GUAPt Professora
48 Lourenço Luiz de Faria GUAPt Comerciante
49 Lorena Francyne Teixeira GUAPE Comerciante
50 Leandra Aparecida Soares GUAPE Comerciante
51 Leonardo Amaral Nascimento GUAPE Comerciante
52 Lucas Henrique Silva Amaral GUAPt Comerciante
53 Marcos Antônio da Silva GUAPE Professor
54 Maria Rita Gonçalves Tomé GUAPt Funcionária Pública Municipal
55 Márcia Aparecida dos Reis GUAPt Secretaria de Saúde
56 Maria das Graças Paiva GUAPt Secretária
57 Mariane Laudares Amaral GUAPt Professora
58 Mai'sa Soares GUAPt Professora
59 Mayara Rocha Amaral GUAPt Estudante Direito
60 Marcos Leandro Silva GUAPt Fisioterapeuta
61 Nicole Francine Lara GUAPt Estudante de Direito
62 Nilda Garcia Pereira GUAPt Professora
63 Nyller Gustavo Souza Dutra GUAPt Estudante de Direito
64 Neiva Terezinha Castro GUAPt Funcionária Pública Municipal
65 Otogamiz Freitas Júnior GUAPt Comerciante
66 Paloma Oliveira Párula Silva GUAPt Estudante de Direito
67 Paulo Barbosa Júnior GUAPt Funcionária Pública Municipal
68 Patricia Campos Araújo Teixeira GUAPt Funcionária Pública Municipal
69 Paula Cristina Amaral Vilela GUAPt Funcionaria Pública Municipal
70 Plínio Oliveira de Assis GOP+R.,
71 Paulo César de Souza (people) GUAPt Comerciante
72 Reinaldo Alves Vinhas GUAPt Contador
73 Reinaldo Garcia (advogado) GUAPt Advogado
74 Ricardo Pereira Costa GUAPt Comerciante
75 Rogerio Fernandes Oliveira GUAlt Bancário
76 Romer Gabriel dos Santos Neto GUAPt Funcionária Pública Municipal
77 Regilene Cristina Teixeira Silva GUAPt Funcionária Pública Municipal
78 Rosymeire Lima GUAPt Comerciária
79 Sabrina Jenifer Soares Teixeira GUAPt Advogada
80 Salete Aparecida Faria GUAPt Comerciante
81 Silvana Leopoldina Amaral de Castro GUAPt Funcionária Pública Municipal
82 Sirlene Augusta Vilela Paiva GUAPt Professora
83 Selma Cristina Oliveira Lima GUAPt Odontóloga
84 Wadilson Aparecido Teixeira GUAPt Professor
85 Wellington Gustavo Silva Barbosa GUAPt Professor
86 Weisma Dariane Soares da Costa GUAPt Enfermeira
87 Wilger Parula Oliveira Silva GUAPt Auxilar de Cartório

Da Função do Jurado

Art. 436.0 serviço do júri é obrigatório. 0 alistamento compreenderá os
cidadãos maiores de 18(dezoito) anos de notória idoneidade.
§ 10 Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser
alistado em razão de cor ou etnia, raga, credo, sexo, profissão, classe social ou
econômica, origem ou grau de instrução.
§ 2° A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1(um)
a 10(dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição
econômica do jurado.' (NR)
Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:
I ¿ o Presidente da República e os Ministros de Estado;
II ¿ os Governadores e seus respectivos Secretários;
III ¿ os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das
Câmaras Distrital e Municipais;
IV ¿ os Prefeitos Municipais;
V ¿ os magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;
VI ¿ os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria
Pública;
VII - as autoridades e os servidores da policia e da segurança pública;
VIII - os militares em serviço ativo;
IX - os cidadãos maiores de 70(setenta) anos que requeiram sua dispensa;
CR._
X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.' (NR)
Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica
ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de
suspensão dos direitos politicos, enquanto não prestar o serviço imposto.
§ 1° Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter
administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder
Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade
conveniada para esses fins.
§ 2° 0 juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da
proporcionalidade e da razoabilidade.' (NR)
Art. 439.0 exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público
relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão
especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.' (NR)
Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste
Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no
provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos
casos de promoção funcional ou remoção voluntária.' (NR)
Art. 441: Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado
sorteado que comparecer à sessão do júri'. (NR)
Art. 442. Ao jurado que, sem causa legitima, deixar de comparecer no dia
marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será
aplicada multa de 1(um) a 10(dez) salários mínimos, a critério do juiz, de
acordo com a sua condição econômica.' (NR)
Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente
comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o
momento da chamada dos jurados.' (NR)
Art. 444. 0 jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz
presidente, consignada na ata dos trabalhos.' (NR)
Art. 445. 0 jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será
responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juizes togados.'
(NR)
Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes As dispensas, faltas e escusas e A equiparação de responsabilidade
penal prevista no art. 445 deste Código.' (NR)
Ficam intimados o Representante do Ministério Público, os
senhores advogados que militam neste foro e a população em geral deste
município, da inclusão dos cidadãos acima relacionados na Lista Geral de
Jurados, nos termos do art. 426 do CPP. E, para que conhecimento de todos expediu-se o presente edital. chegue ao
Guape, 10 de outubro de 2023.
Eu, Eduardo Dutra de Oliveira, Escrivão Judicial I, o digitei e imprimi.
0 Juiz _
Dr. TALVAR
<____----------_
0 PASSAMAI

IBIÁ

Processos Eletrônicos (PJe)

SECRETARIA DO JUÍZO COMARCA DE IBIÁ - MINAS GERAIS Fórum Des. Eustáquio da Cunha Peixoto Pça. Santa Cruz, s/n EDITAL DE INTIMAÇÃOPRAZO: 60 DIAS NATUREZA: Ação Penal Procedimento Sumário Justiça Gratuita PROCESSO Nº: 0005936-25.2021.8.13.0295
A: JUSTIÇA PÚBLICA O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá/MG, na forma da lei, etc. Faz saber a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo se processa a Ação Penal nº 0005936-25.2021.8.13.0295, oriundo do Inquérito nº 10768007, 10ª Delegacia de Polícia Civil de Ibiá/MG, na qual figura como acusado o Réu: MIZAEL DE SOUZA AUGUSTO, brasileiro, solteiro, nascido aos 12/06/1992, natural de Rio Paranaíba/MG, filho de Ana Maria Alves e Célio Brito Augusto, atualmente em lugar incerto e não sabido. FINALIDADE: Fica o réu MIZAEL DE SOUZA AUGUSTO, acima qualificado, INTIMADO da sentença: Julgo procedente a pretensão constante da Denúncia, para condenar o réu MIZAEL DE SOUZA AUGUSTO, devidamente qualificado nos autos, nas sanções do artigo 129, §9°, do Código Penal, c/c artigo 7°, inciso I, da Lei 11.340/06 c/c art.61, I, do CP, fixando a pena, em definitivo, para o crime analisado, em 08 (oito) meses e 08 (oito) dias de detenção. ADVERTÊNCIA: Terá o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer, após o prazo do Edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, em especial MIZAEL DE SOUZA AUGUSTO. Dado e passado nesta cidade de Ibiá MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu _____Vânia Cristina de Fátima, Gerente de Secretaria, o subscrevo. HERRMANN EMMEL SCHWARTZ Juiz de Direito

SECRETARIA DO JUÍZO COMARCA DE IBIÁ - MINAS GERAIS Fórum Des. Eustáquio da Cunha Peixoto Pça. Santa Cruz, s/n EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 DIAS NATUREZA: Ação Penal Procedimento Sumário Justiça Gratuita PROCESSO Nº: 0011035-10.2020.8.13.0295 A: JUSTIÇA PÚBLICA
O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá/MG, na forma da lei, etc. Faz saber a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo se processa a Ação Penal nº 0011035-10.2020.8.13.0295, oriundo do Inquérito nº 10159990, 10ª Delegacia de Polícia Civil de Ibiá/MG, na qual figura como acusado o Réu: ALISSON CARLOS DUARTE, brasileiro, amasiado, nascido aos 16/06/1994, natural de Ibiá/MG, filho de Amarilda Aparecida Duarte e Luiz Carlos Duarte, atualmente em lugar incerto e não sabido. FINALIDADE: Fica o réu ALISSON

CARLOS DUARTE, acima qualificado, INTIMADO da sentença: ¿¿ Julgo procedente a pretensão punitiva estatal para CONDENAR o réu ALISSON CARLOS DUARTE como incurso nas sanções do art.32, §1°- A, da Lei 9.605/98, fixando a pena, em definitivo, para o crime analisado, em 02 (dois) anos de reclusão, a proibição de guarda de animal doméstico pelo mesmo período, e 10 (dez) dias-multa, no valor de 1/30 sobre o salário-mínimo. ADVERTÊNCIA: Terá o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer, após o prazo do Edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, em especial ALISSON CARLOS DUARTE. Dado e passado nesta cidade de Ibiá ¿ MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu _____Vânia Cristina de Fátima, Gerente de Secretaria, o subscrevo. HERRMANN EMMEL SCHWARTZ Juiz de Direito

SECRETARIA DO JUÍZO COMARCA DE IBIÁ - MINAS GERAIS Fórum Des. Eustáquio da Cunha Peixoto Pça. Santa Cruz, s/n EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS NATUREZA: Ação Penal Procedimento Ordinário Justiça Gratuita PROCESSO Nº: 0001230-62.2022.8.13.0295 A: JUSTIÇA PÚBLICA
O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá/MG, na forma da lei, etc. Faz saber a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo se processa a Ação Penal nº 0001230-62.2022.8.13.0295, oriundo do APDF nº 11545582, 10ª Delegacia de Polícia Civil de Ibiá/MG, na qual figura como acusado o Réu: ITALO ADRIANO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido aos 17/10/2003, natural de Ibiá/MG, filho de Adriana Cristina Ferreira e Linval Soares dos Santos, por violação ao artigo 308, c/c o artigo 298, inciso III, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, c/c o artigo 14, inciso I, do Código Penal. E, como não tenha sido possível CITÁ-LO pessoalmente, por encontrar-se em local incerto e não sabido, CITA-O para tomar conhecimento da ação penal, cientificando-o de que o prazo de 15 (quinze) dias, fluirá a partir da publicação deste edital no Diário Oficial e que após, terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa por escrito, nos termos do art. 361 do Código de Processo Penal. Fica ainda ciente de que deverá constituir advogado ou Defensor Público. Não o fazendo e nem constituindo patrono nos autos, será nomeado integrante da assistência judiciária para o exercício da defesa. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital, que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial. Faz saber que este Juízo e Cartório funcionam no edifício do Fórum, sito à Praça Santa Cruz, s/n Centro, Ibiá/MG. Dado e passado em Ibiá/MG em 13/10/2022. Eu _____Vânia Cristina de Fátima, Gerente de Secretaria, o subscrevo. HERRMANN EMMEL SCHWARTZ Juiz de Direito

SECRETARIA DO JUÍZO COMARCA DE IBIÁ - MINAS GERAIS Fórum Des. Eustáquio da Cunha Peixoto Pça. Santa Cruz, s/n EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 15 DIAS NATUREZA: Ação Penal Procedimento Ordinário Justiça Gratuita PROCESSO Nº: 0007619-97.2021.8.13.0295 A: JUSTIÇA PÚBLICA
O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá/MG, na forma da lei, etc. Faz saber a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo se processa a Ação Penal nº 0007619-97.2021.8.13.0295, oriundo do Inquérito nº 10287204, 10ª Delegacia de Polícia Civil de Ibiá/MG, na qual figura como acusado o Réu: ROGÉRIO GONÇALVES REIS, brasileiro, solteiro, nascido aos 17/07/1993, natural de Araxá/MG, filho de Maria Aparecida Reis e Osvaldo Reis, por violação ao artigo 28, da Lei 11343/06. E, como não tenha sido possível CITÁ-LO pessoalmente, por encontrar-se em local incerto e não sabido, CITA-O para tomar conhecimento da ação penal, cientificando-o de que o prazo de 15 (quinze) dias, fluirá a partir da publicação deste edital no Diário Oficial e que após, terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa por escrito, nos termos do art. 361 do Código de Processo Penal. Fica ainda ciente de que deverá constituir advogado ou Defensor Público. Não o fazendo e nem constituindo patrono nos autos, será nomeado integrante da assistência judiciária para o exercício da defesa. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital, que será afixado no local de costume e publicado no ¿Diário Oficial¿. Faz saber que este Juízo e Cartório funcionam no edifício do Fórum, sito à Praça Santa Cruz, s/n Centro, Ibiá/MG. Dado e passado em Ibiá/MG em 13/10/2022. Eu _____Vânia Cristina de Fátima, Gerente de Secretaria, o subscrevo. HERRMANN EMMEL SCHWARTZ Juiz de Direito

SECRETARIA DO JUÍZO COMARCA DE IBIÁ - MINAS GERAIS Fórum Des. Eustáquio da Cunha Peixoto Pça. Santa Cruz, s/n EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 90 DIAS NATUREZA: Ação Penal Procedimento Sumário Justiça Gratuita PROCESSO Nº: 0008130-32.2020.8.13.0295 A: JUSTIÇA PÚBLICA
O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá/MG, na forma da lei, etc. Faz saber a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo se processa a Ação Penal nº 0008130-32.2020.8.1.0295, oriundo do APDF nº 9902090, 10ª Delegacia de Polícia Civil de Ibiá/MG, na qual figura como acusado o Réu: RICARDO BRITO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido aos 05/08/1994, natural de JACOBINA/BA, filho de Junilha de Jesus Brito e Humberto Evangelista dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido. FINALIDADE: Fica o réu RICARDO BRITO DOS SANTOS, acima qualificado, INTIMADO da sentença: Julgo procedente a pretensão punitiva estatal para CONDENAR o acusado RICARDO BRITO DOS SANTOS como incurso nas sanções do art.129, §9° e art. 147, caput, c/c art.61, II, f, todos do Código Penal, na forma do art. 7º, I e II, da Lei 11.343/06 c/c art.69 do Código Penal, fixando a pena, em definitivo, para o crime analisado em 4 (quatro) meses e 5 (cinco) dias de detenção. ADVERTÊNCIA: Terá o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer, após o prazo do Edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, em especial RICARDO BRITO DOS SANTOS. Dado e passado nesta cidade de Ibiá MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu _____Vânia Cristina de Fátima, Gerente de Secretaria, o subscrevo. HERRMANN EMMEL SCHWARTZ Juiz de Direito

SECRETARIA DO JUÍZO COMARCA DE IBIÁ - MINAS GERAIS Fórum Des. Eustáquio da Cunha Peixoto Pça. Santa Cruz, s/n EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS NATUREZA: Ação Penal Procedimento Ordinário Justiça Gratuita PROCESSO Nº: 0002024-20.2021.8.13.0295 A: JUSTIÇA PÚBLICA
O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá/MG, na forma da lei, etc. Faz saber a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo se processa a Ação Penal nº 0002024-20.2021.8.13.0295, oriundo do Inquérito nº 10337276, 10ª Delegacia de Polícia Civil de Ibiá/MG, na qual figura como acusado o Réu: ISAAC DOS SANTOS PEREIRA, brasileiro, solteiro, nascido aos 30/04/1994, natural de Campo Alegre/AL, filho de Maria Aparecida Marques da Silva e Sebastião Leonel Pereira, por violação ao artigo 12, da Lei 10.826/03, combinado com o artigo 14, inciso I, do Decreto Lei 2848/40. E, como não tenha sido possível CITÁ-LO pessoalmente, por encontrar-se em local incerto e não sabido, CITA-O para tomar conhecimento da ação penal, cientificando-o de que o prazo de 15 (quinze) dias, fluirá a partir da publicação deste edital no Diário Oficial e que após, terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa por escrito, nos termos do art. 361 do Código de Processo Penal. Fica ainda ciente de que deverá constituir advogado ou Defensor Público. Não o fazendo e nem constituindo patrono nos autos, será nomeado integrante da assistência judiciária para o exercício da defesa. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital, que será afixado no local de costume e publicado no ¿Diário Oficial¿. Faz saber que este Juízo e Cartório funcionam no edifício do Fórum, sito à Praça Santa Cruz, s/n Centro, Ibiá/MG. Dado e passado em Ibiá/MG em 13/10/2022. Eu _____Vânia Cristina de Fátima, Gerente de Secretaria, o subscrevo. HERRMANN EMMEL SCHWARTZ
Juiz de Direito

PARTE 1 - EDITAL QUADRO GERAL CREDORES CRÉDITOS NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE COMARCA DE IBIÁ/MG¿Vara Única de Ibiá/MG¿RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES - CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG-77.854, a Relação Nominal dos Credores - Créditos Ainda Não Adimplidos Integralmente (ID 9619477822), sendo que apenas terão direito a voto nas próximas Assembleias aqueles credores que ainda não tiveram seus créditos quitados, ainda que parcialmente, conforme relação a seguir: CLASSE TRABALHISTA (R$962.420,67): ABEL ANACLETO FONSECA - CPF 037.399.796-58 - R$11.251,90; ALESSANDRO SOUSA PEREIRA - CPF 060.398.106-29 - R$7.842,20; ALEX TEODORO PRADO - CPF 098.453.846-17 - R$33.219,72; ARIOVALDO ALVES DE SOUSA - CPF 957.407.406-49 - R$8.334,62; CHRISTIANO CARNEIRO DE BRITO - CPF 074.640.606-10 - R$0.200,00; CLEIBER ALAIR DA SILVA - CPF 083.047.976-74 - R$17.428,54; DANIEL BARBOSA FURTADO - CPF 023.706.456-10 - R$4.200,00; DANIEL MOREIRA VILAÇA - CPF 015.495.046-73 - R$27.695,80; DANIEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA - CPF 051.298.996-60 - R$11.635,36; DELTON ALVES DE CARVALHO - CPF 566.547.316-20 - R$159.700,85; DIMAS JOSÉ FONSECA JÚNIOR - CPF 999.010.566-91 - R$20.523,72; DINAMAR ALVES DA SILVA JÚNIOR - CPF 083.240.136-60 - R$9.743,47; EDIMAR CARVALHO MOREIRA - CPF 049.461.656-30 - R$8.683,28; ELBERT CARVALHO LÚCIO - CPF 049.674.716-92 - R$15.672,99; ERALDO RODRIGUES - CPF 046.147.966-48 - R$5.665,48; ERIQUE HENRIQUE GOMES - CPF 013.430.666-03 - R$52.759,46; EURIDES PEREIRA FILHO - CPF 390.032.216-34 - R$9.955,69; FERNANDO FERREIRA BOTELHO - CPF 971.698.116-34 - R$1.500,00; FERNANDO GONÇALVES CAMPOS - CPF 583.308.016-91 - R$20.179,78; GLADSTONE SOARES DE CARVALHO - CPF 029.343.946-03 - R$29.682,01; GUILHERME FERNANDO SABINO SANTOS - CPF 607.891.586-04 - R$2.308,78; GUSTAVO INACIO DA SILVA NETO - CPF 094.451.696-38 - R$13.109,95; JOSE ANANIAS DE CAMPOS -

CPF 654.625.806-49 - R$43.609,12; JOSE PAULO LUCIO CAMPOS - CPF 016.306.426-14 - R$4.375,84; LEONIDIO MOREIRA ALVES - CPF 522.087.026-20 - R$11.419,38; LIOMAR CAETANO DE OLIVEIRA - CPF 840.481.906-87 - R$14.139,29; LUCAS MARTINS PINTO - CREA/MG 172205/D - R$2.152,23; LUIS FERNANDO PRATES - CORECON/MG 5594 - R$1.500,00; LUIZ FERNANDO CAMARGOS - CPF 592.846.416-91 - R$17.777,91; MAIKO BATISTA DA COSTA - CPF 055.347.406-55 - R$6.058,18; MARCELO CANTO FERREIRA - CPF 013.380.226-44 - R$16.035,65; MATEUS VICTOR DA SILVA LIMA - CPF 076.538.623-22 - R$3.295,03; MAYKE HENRIQUE DA SILVA - CPF 113.892.506-36 - R$7.010,92; MICHELLE CRISTINE SILVEIRA - CPF 816.895.606-06 - R$8.989,98; OTAIR ALVES - CPF 036.632.768-21 - R$8.459,60; PAULO DE OLIVEIRA BRAGA FILHO - CPF 006.748.606-16 - R$1.125,00; PAULO VITOR DOS REIS RIBEIRO - CPF 094.395.866-05 - R$13.238,03; RALPH WALONE RESENDE RIBEIRO - CPF 491.804.526-04 - R$30.158,95; RODRIGO NUNES DA SILVA - CPF 122.389.236-08 - R$9.786,92; ROGER LEONEL MACHADO - CPF 961.068.836-53 - R$208.566,45; ROMULO DANILO MOREIRA MALAQUIAS - CPF 091.857.446-38 - R$9.228,46; TIAGO TADEU DE OLIVEIRA - CPF 081.114.986-24 - R$7.955,03; VALMIR ALVES BARBOSA - CPF 047.129.926-03 - R$12.403,46; VANDIR CARVALHO DE ALMEIDA - CPF 170.827.496-00 - R$0.329,50; VICTOR LEANDRO MATEUS BARBOSA - CPF 142.600.626-89 - R$4.257,61; VLADIMIR PIO DA SILVA VIDAL - CPF 085.575.796-59 - R$12.596,94; WAGNER QUINTINO - CPF 825.620.756-68 - R$36.657,59. CLASSE COM GARANTIA REAL (R$7.610.563,06): BANCO BDMG - CNPJ 34.486.817/0001-94 - R$5.517.729,84; BANCO SANTANDER - CNPJ 90.400.888/0001-42 - R$825.883,22; RED ASSET - FIDC - CNPJ 17.250.006/0001-10 - R$750.000,00; LJL LOGÍSTICA TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 12.046.557/0001-42 - R$516.950,00. CLASSE QUIROGRAFÁRIA (R$16.846.714,74): ABADIA DE FATIMA BORGES - CPF 069.789.066-03 - R$1.827,97; ABILIO ASSUNCAO CALIXTO - CPF 191.761.206-00 - R$38.301,89; ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. - CNPJ 44.597.052/0079-22 - R$4.503,00; ADALARDO RIOS - CPF 036.664.176-04 - R$3.429,82; ADAO SELVANO NOGUEIRA (FAZENDA FUNIL) - CPF 170.115.826-49 - R$11.384,33; ADEIR AUGUSTO CAETANO - CPF 557.721.106-91 - R$1.682,82; ADELIO ALCEBIADES RODRIGUES - CPF 211.276.976-68 - R$1.732,79; ADELMA MARIA DA SILVA - CPF 001.335.356-06 - R$1.542,44; ADEMAR FRANCISCO DAMACENO - CPF 023.926.796-65 - R$4.701,46; ADEMAR MOREIRA FERNANDES - CPF 595.070.986-15 - R$1.895,43; ADEMILSON ALVES COSTA - CPF 090.320.826-12 - R$5.664,18; ADEMIR A.KARDEC LEMOS - CPF 482.853.076-20 - R$2.665,44; ADILSON INACIO DE PAULA - CPF 325.432.802-78 - R$2.804,32; ADRIANA DOS REIS BARBOSA FURTADO - CPF 744.900.446-15 - R$5.662,50; ADRIANO BRAGA MELO - CPF 004.209.386-48 - R$32.334,01; ADRIANO JACINTO ROSA - CPF 053.663.516-18 - R$5.724,13; AFONSO OLIVEIRA GOMES - CPF 050.256.486-53 - R$385.609,56; AFRANIO JOSE DE PAULA - CPF 199.566.736-68 - R$2.117,85; AGENOR SANTOS DE MORAIS - CPF 634.364.506-34 - R$7.039,46; AGNALDO ALVES FERNANDES - CPF 686.711.726-00 - R$3.120,72; AGNALDO CARVALHO DA SILVA - CPF 618.343.006-49 - R$6.226,75; AGUINALDO JOSE DA SILVA - CPF 160.876.406-06 - R$9.661,26; AIER ALVES RABELO - CPF 017.115.806-78 - R$1.781,72; AILTON QUIRINO DA SILVA E OUTROS - CPF 037.108.726-00 - R$5.399,78; AIRES BENTO DUARTE - CPF 079.391.816-29 - R$72.787,27; AIRTON GONÇALVES FERNANDES - CPF 749.122.836-49 - R$2.149,15; ALAERCIO EVANGELISTA DA SILVA - CPF 049.538.286-82 - R$17.253,51; ALAIR ANTONIO DE BORBA - CPF 735.013.526-20 - R$3.162,58; ALAOR GONCALVES DE MELO - CPF 854.530.216-91 - R$299,61; ALBANO MENDONÇA GOULART - CPF 434.474.656-20 - R$2.857,91; ALCIDA MARIA DE MORAIS - CPF 429.390.116-72 - R$5.620,69; ALCIMAR MACHADO DE SOUZA - CPF 803.227.786-20 - R$17.943,45; ALECIO SILVA REIS - CPF 452.514.446-72 - R$1.664,35; ALEXANDRE CARNEIRO DE PAULA - CPF 340.718.226-00 - R$13.304,59; ALEXANDRE EDUARDO DA SILVA - CPF 892.720.726-20 - R$17.060,20; ALEXANDRE GOULART DE SOUZA - CPF 660.981.146-68 - R$3.398,00; ALEXANDRE MARCUS DE FARIA - CPF 774.668.106-91 - R$2.858,42; ALFREDO BORGES AFFONSO - CPF 719.626.626-91 - R$8.786,63; ALGAR TELECOM S/A - CNPJ 71.208.516/0001-74 - R$396,45; ALICE MARIA DA SILVA E OUTROS - CPF 765.899.946-68 - R$3.503,84; ALINE DE OLIVEIRA BATISTA - CPF 059.786.166-80 - R$10.838,16; ALINE RAQUEL DE OLIVEIRA - CPF 052.565.386-40 - R$2.707,07; ALMIR MUNIZ - CPF 358.577.306-00 - R$10.974,14; ALOISIO REZENDE CAMPOS E OUTROS - CPF 914.074.606-25 - R$10.174,37; ALPA DIESEL LTDA - CNPJ 65.382.137/0001-01 - R$107.148,90; ALVINA AMELIA DA COSTA E OUTRO(S) - CPF 810.594.266-68 - R$38.942,75; AMADOR DE LELLIS BORGES - CPF 468.443.506-78 - R$3.623,36; AMANCIO ALVES DA SILVA - CPF 160.321.796-72 - R$4.719,86; AMAURI DE MOURA MARIANO - CPF 756.983.236-15 - R$12.513,63; AMILTON LUIZ DA FONSECA - CPF 433.189.406-15 - R$338,27; AMILTON LUIZ RODRIGUES - CPF 306.822.826-34 - R$47.406,22; AMILTON VALERIO DA CRUZ - CPF 054.832.888-90 - R$2.154,10; AMIR CARNEIRO - CPF 107.957.156-68 - R$3.674,05; ANA FLAVIA FERREIRA COUTO E OUTRO(S) - CPF 001.140.856-17 - R$4.642,19; ANA MARIA CARVALHO - CPF 298.604.406-97 - R$8.859,30; ANA PAULA GONCALVES MACEDO - CPF 005.357.556-35 - R$42.368,51; ANDRE AUGUSTO FARIA - CPF 077.814.846-73 - R$19.829,01; ANDRE LUIS CARVALHO AMERICO - CPF 032.776.466-02 - R$9.925,89; ANDRE LUIZ GOULART DIAS - CPF 078.319.236-32 - R$9.371,99; ANDRE PAGAN - CPF 297.253.938-99 - R$2.785,18; ANISIO ALVES CARDOSO - CPF 153.937.041-00 - R$2.246,56; ANIVALDO ALMERICO CESARIO DA SILVA E OUTROS - CPF 472.868.816-04 - R$13.605,05; ANIZIO JOSE RODRIGUES BORGES - CPF 983.808.186-87 - R$443,03; ANTENOR LEMOS FILHO - CPF 161.278.626-04 - R$15.225,11; ANTENOR NELSON DE AVILA - CPF 094.391.376-49 - R$16.328,32; ANTONIO AUGUSTO GOMES - CPF 521.945.076-04 - R$5.297,87; ANTONIO BOSCO DE SOUZA - CPF 191.549.926-72 - R$4.879,51; ANTONIO CARLOS DE CASTRO BELO - CPF 621.251.416-04 - R$3.021,76; ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS - CPF 811.370.606-20 - R$4.997,28; ANTONIO CARLOS GONTIJO - CPF 647.973.766-00 - R$17.162,38; ANTONIO DE LOURDES DA SILVA - CPF 320.699.446-20 - R$3.383,55; ANTONIO DE OLIVEIRA BRAGA - CPF 074.255.546-15 - R$8.219,94; ANTONIO DE SOUZA MATEUS - CPF 341373.276-53 - R$1.303,67; ANTONIO DONIZETE PEREIRA - CPF 302.940.886-87 - R$1.432,30; ANTONIO EUSTAQUIO DE SOUZA - CPF 160.301.926-04 - R$9.705,78; ANTONIO EUSTAQUIO MARIANO - CPF 697.112.756-00 - R$11.492,39; ANTONIO JOAQUI DA SILVA 02 - CPF 492.306.206-10 - R$459,56; ANTONIO JULIO DE OLIVEIRA - CPF 199.581.706-63 - R$22.095,44; ANTONIO JULIO RIBEIRO - CPF 357.924.506-68 - R$858,17; ANTONIO LAZARO DUARTE - CPF 262.642.186-34 - R$7.511,58; ANTONIO LUCIO FERNANDES - CPF 310.025.876-20 - R$29.237,24; ANTONIO LUIZ COUTINHO DA SILVA - CPF 490.857.358-15 - R$2.585,88; ANTONIO LUIZ GONÇALVES FILHO - CPF 472.833.356-68 - R$17.344,24; ANTONIO MARCOS DA PAIXAO E OUTRO(S) - CPF 565.398.866-91 - R$5.194,45; ANTONIO OLIMPIO MACHADO - CPF 301.383.706-30 - R$4.238,19; ANTONIO PAULO DE ARAUJO - CPF 043.086.116-87 - R$3.227,41; ANTONIO PEDRO DA SILVA - CPF 124.052.056-53 - R$115,56; ANTONIO PEDRO DA SILVA - CPF 160.874.296-20 - R$6.192,55; ANTONIO RODRIGUES DA SILVA - CPF 320.932.846-34 - R$4.651,71; ANTONIO VALADARES MACHADO - CPF 443.865.596-04 - R$9.083,88; ANTONIO VIRGILIO - CPF 045.160.698-14 - R$1.735,33; APARECIDA MARIA DE JESUS COELHO - CPF 051.074.076-68 - R$10.549,34; ARCOM S/A - CNPJ 25.769.266/0001-24 - R$811,33; ARIOMAR RODRIGUES CARDOSO - CPF 104.007.016-77 - R$487,49; ARLEI GONCALVES DOS SANTOS E OUTROS - CPF 581.313.616-91 - R$6.221,85; ARMANDO JOSE DE FREITAS - CPF 086.906.856-34 - R$2.368,61; AROLDO BUENO DE ALMEIDA - CPF 068.379.656-97 - R$9.197,90; ARTFLEXIVEIS LTDA - CNPJ 03.692.395/0001-29 - R$10.719,23; ARTUR DANIEL BRAZ DE QUEIROZ - CPF 567.664.328-53 - R$10.963,02; ASTRUM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ 07.719.691/0001-27 - R$10.089,50; ATALIBA IVAN DE AVILA - CPF 097.419.336-49 - R$12.257,41; ATARLEI FRANCISCO DO COUTO - CPF 481.567.446-91 - R$1.990,78; AUDELINA DOS REIS MACHADO - CPF 074.893.626-28 - R$8.883,16; AUTO CECILIA LTDA - CNPJ 20.901.039/0001-97 - R$1.932,13; AUTO PECAS RICARDO ZEMA LTDA - CNPJ 16.907.206/0001-30 - R$490,79; AUTO PECAS RICARDO ZEMA LTDA - CNPJ 16.907.206/0008-06 - R$2.003,97; AUTO POSTO CANASTRA LTDA - CNPJ 12.674.973/0001-95 - R$10.200,00; AUTO POSTO LUCENTER LTDA - CNPJ 11.212.593/0001-76 - R$591,42; AUTO POSTO SAO DOMINGOS LTDA - CNPJ 22.575.161/0001-46 - R$8.552,66; AUTO ZEMA LIMITADA - CNPJ 20.030.086/0001-02 - R$918,82; AUTOPATOS CAMINHOES LTDA - CNPJ 20.310.249/0001-00 - R$18.303,99; AVENOR TERENCIO DE CARVALHO - CPF 661.203.496-34 - R$2.647,43; BALTAZAR CARDOSO - CPF 061.926.706-25 - R$6.179,86; BALTAZAR DOS REIS BORGES - CPF 477.513.556-20 - R$7.943,21; BALTAZAR GERVASIO DE OLIVEIRA - CPF 160.318.576-34 - R$19.130,19; BALTAZAR JACINTO LEMOS - CPF 210.742.246-04 - R$1.508,89; BALTAZAR ROBERTO DA COSTA - CPF 239.433.866-00 - R$8.260,36; BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. - CNPJ 59.438.325/0001-01 - R$131.374,97;

PARTE 2 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QUADRO GERAL CREDORES CRÉDITOS NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE COMARCA DE IBIÁ/MG¿Vara Única de Ibiá/MG¿RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES - CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais,

OAB/MG-77.854, a Relação Nominal dos Credores - Créditos Ainda Não Adimplidos Integralmente (ID 9619477822), sendo que apenas terão direito a voto nas próximas Assembleias aqueles credores que ainda não tiveram seus créditos quitados, ainda que parcialmente, conforme relação a seguir: BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ 60.746.948/0001-12 - R$283.014,75; BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - CNPJ 90.400.888/0001-42 - R$3.292.932,67; BARBARA EDUARDA FERREIRA DE OLIVEIRA - CPF 123.838.096-40 - R$3.299,43; BATUIR JOAQUIM DE MELO - CPF 260.235.396-53 - R$18.383,44; BEATRIZ DE LIMA E MELLO - CPF 525.878.866-00 - R$616,11; BELCHIOR CARLOS DE CASTRO - CPF 482.856.926-04 - R$21.742,24; BELCHIOR DOS REIS GONDIM - CPF 928.073.306-06 - R$2.770,20; BELCHIOR DOS REIS SANTOS - CPF 434.064.166-91 - R$4.390,06; BELCHIOR VIEIRA DE BARCELOS - CPF 626.169.946-15 - R$6.713,27; BELMIRA MARIA ANDRE - CPF 778.198.886-87 - R$6.157,06; BENNEDITO DOS SANTOS DA SILVA - CPF 417.166.126-91 - R$2.182,70; BONO TRANSPORTES RODOVIARIOS E DISTRIBUICAO - CNPJ 07.570.829/0003-30 - R$10.551,51; BORA TRANSPORTES LTDA - CNPJ 05.504.835/0001-00 - R$74.687,20; BRABUS AUTO PECAS LTDA - CPF 060.181.996-96 - R$383,48; BRANYL COM IND TEXTIL LTDA - CNPJ 43.631.191/0001-00 - R$2.978,98; BRAS RODRIGUES DO AMARAL - CPF 738.065.526-49 - R$280,87; BRAZ JOSE PEDROSA - CPF 908.990.596-00 - R$3.226,05; BRUNO CESAR GOMES PEREIRA - CPF 065.265.576-94 - R$12.284,00; BRUNO NONATO FONSECA - CPF 065.032.596-62 - R$9.449,79; CACILDO BATISTA DE OLIVEIRA - CPF 160.329.186-53 - R$1.894,77; CACILDO DA SILVA - CPF 487.731.156-49 - R$8.946,13; CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ 00.360.305/0001-04 - R$145.427,35; CAMILO DE LELIS PIMENTA - CPF 597.425.006-06 - R$24.508,69; CAP-LAB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 74.586.124/0001-37 - R$13.900,62; CARLOS ALBERTO DE AVILA RABELO - CPF 340.759.926-91 - R$8.762,70; CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA - CPF 602.718.176-15 - R$1.571,22; CARLOS ALBERTO FERREIRA MADUREIRA - CPF 000.000.000-00 - R$386,25; CARLOS ALBERTO MARQUES - CPF 846.606.786-87 - R$17.054,57; CARLOS ANTONIO DA TRINDADE - CPF 493.789.706-30 - R$7.699,98; CARLOS EDUARDO DE SANTANA - CPF 015.290.046-24 - R$4.856,42; CARLOS EURIPEDES LEAL - CPF 639.278.706-25 - R$4.845,10; CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA MUCHON - CPF 642.151.566-53 - R$2.752,67; CARLOS GERALDO CAMPOS MACIEL - CPF 561.446.106-00 - R$2.391,73; CARLOS HENRIQUE DE CASTRO - CPF 085.680.286-75 - R$9.906,94; CARLOS HENRIQUE GOULART DE MELO - CPF 088.514.736-76 - R$7.065,72; CARLOS HUMBERTO GOULART - CPF 182.675.566-72 - R$10.860,17; CARLOS JOSE FERREIRA DA SILVA - CPF 269.462.896-68 - R$4.530,08; CARLOS JOSÉ GOULART - CPF 437.746.956-87 - R$10.768,00; CARLOS MIR PEREIRA - CPF 761.315.566-87 - R$10.682,26; CARLOS ROBERTO DA SILVA PANICIO FILHO - CPF 045.630.386-36 - R$11.653,27; CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ 45.543.915/0013-15 - R$1.591,24; CD EMBALAGENS LTDA - CNPJ 23.956.048/0001-73 - R$981,34; CELIA TEIXEIRA E OUTRO(S) - CPF 026.462.526-92 - R$3.337,30; CELIO DOS REIS BORGES TEIXEIRA - CPF 176.846.096-53 - R$3.514,82; CELIO OMAR DE REZENDE - CPF 037.517.586-58 - R$7.458,85; CELISLENE CESAR CORREA DE NORONHA - CPF 882.857.406-25 - R$4.066,95; CEMIG DISTRIBUICAO S.A - CNPJ 06.981.180/0001-16 - R$80.327,14; CENTRO AUTOMOTIVO BH SUL LTDA - CNPJ 00.058.752/0003-75 - R$10.643,69; CENTRO DE SERVICOS FRANGO ASSADO NORTE LTDA - CNPJ 02.896.671/0003-70 - R$572,20; CENTRO MEDICO DOUTOR SAUL MENDES DE PAIVA LTDA - CNPJ 03.629.350/0001-00 - R$2.309,77; CESAR SILVERIO DE MELO - CPF 564.167.176-20 - R$11.355,01; CIRO JOSIMAR DA SILVA RIACHO - CPF 075.213.266-01 - R$2.178,64; CLARICE SIMONE DO COUTO - CPF 039.323.596-31 - R$10.619,23; CLARINES JANETE WERNER MATRIZ - CNPJ 03.783.280/0001-40 - R$30.690,51; CLAUDIO CARDOSO DE OLIVEIRA - CPF 050.933.346-00 - R$35.393,76; CLAUDIO GERALDO DA SILVA - CPF 827.742.776-04 - R$13.972,47; CLAUDIO JOSE DA SILVA - CPF 838.079.346-34 - R$24.126,67; CLAUDIO JOSE DE MORAIS - CPF 686.864.126-53 - R$694,62; CLAUDIO PINHEIRO DE OLIVEIRA - CPF 230.920.096-49 - R$13.973,55; CLAUDIO SILVA JUNIOR - CPF 125.741.266-37 - R$992,74; CLEBER NUNES FELICIO - CPF 994.309.596-20 - R$2.227,30; CLEIDE GARCIA DE REZENDE SILVA - CPF 947.338.216-20 - R$7.957,58; CLEMILSON EUSTAQUIO DOS REIS - CPF 062.674.856-92 - R$2.744,10; CLERIO MARCELINO GOMES - CPF 256.242.886-20 - R$6.728,95; CLESIO DA COSTA DE ALMEIDA - CPF 264.643.908-30 - R$44.268,42; COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A. - CNPJ 45.987.005/0261-54 - R$6.991,69; COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA - CNPJ 17.281.106/0001-03 - R$1.668,82; CONSTROLUZ LTDA - CNPJ 00.196.642/0001-08 - R$204,08; COOP. DE PRODUCAO DE LEITE DO MUN. DE BOM SUCESSO MG LTDA - CNPJ 08.112.721/0001-03 - R$717,27; COOPERATIVA AGROPASTORIL E INDUSTRIAL DE BAMBUÍ/MG - CNPJ 17.034.117/0001-99 - R$11.039,82; COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - CPF 619.090.416-53 - R$5.524,62; COPAVE COMERCIAL PATENSE DE VEICULO S/A - CNPJ 19.050.715/0002-68 - R$1.454,76; CRISTIANO PORTES BRANDAO - CPF 853.977.846-72 - R$1.395,52; CRISTINA APARECIDA DE SOUZA - CPF 000.000.000-00 - R$94,46; CRYOVAC BRASIL LTDA - CNPJ 02.178.092/0008-04 - R$22.439,50; CUSTODIO GONTIJO DE OLIVEIRA - CPF 523.000.566-15 - R$3.523,06; DAISE KARINE COELHO DE RESENDE - CPF 030.354.186-59 - R$1.116,14; DALMO GONDIM ROSA - CPF 462.255.016-49 - R$1.544,35; DALTON BERNARDO DE SOUZA - CPF 053.821.856-89 - R$21.396,14; DALVO JOSE DE SOUZA E OUTROS - CPF 560.398.916-53 - R$3.199,78; DAMIAO JOSE BARBOSA E OUTROS - CPF 733.333.956-49 - R$6.764,65; DANIEL DE ANDRADE PINTO E OUTROS(S) - CPF 075.989.766-27 - R$12.129,35; DANIEL DE PADUA LOPES - CPF 102.099.496-78 - R$33.301,70; DANIEL GERALDO SILVA - CPF 074.359.236-05 - R$1.926,37; DANIEL RODRIGUES RIBEIRO - CPF 063.640.936-80 - R$103,21; DARCI FERREIRA DA SILVA - CPF 228.426.831-53 - R$11.629,35; DARCI RODRIGUES MACHADO - CPF 130.528.296-53 - R$5.914,49; DARCY ISMAEL DOS REIS OLIVEIRA - CPF 360.674.156-15 - R$15.418,05; DARLA APARECIDA GOULART - CPF 094.417.066-80 - R$2.302,47; DARWIN GEA ZSCHABER NOGUEIRA - CPF 176.343.346-34 - R$2.318,77; DAVI FERREIRA ROSA - CPF 434.116.226-87 - R$15.937,23; DAVID GOMES RABELO - CPF 058.820.336-08 - R$14.309,42; DAVID GUEDES DE MOURA - CPF 360.212.706-06 - R$4.133,83; DELLAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - CNPJ 03.316.661/0001-19 - R$9.225,16; DENISE DE FATIMA MACHADO - CPF 094.097.976-40 - R$3.595,29; DEVAIR SOARES DA SILVA - CPF 710.483.676-49 - R$12.462,76; DEYSE APARECIDA VITAL CARDOSO - CPF 117.026.886-23 - R$3.012,48; DIEIZON PEREIRA GUIMARAES - CPF 004.202.426-94 - R$10.185,87; DIMAS FERNANDES BAHIA - CPF 363.352.406-10 - R$10.684,72; DIMAURA CRISTINA LEAL - CPF 075.979.656-48 - R$992,74; DIOGO FERNANDO DE ANDRADE - CPF 073.468.156-96 - R$2.728,79; DIONEI GONCALVES FERREIRA - CPF 057.081.116-31 - R$17.002,37; DISTACAR EIRELE - CNPJ 66.336.579/0001-76 - R$808.043,48; DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA - CNPJ 01.256.137/0001-74 - R$86.791,07; DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA - CNPJ 01.256.137/0006-89 - R$51.688,72; DIVINO HONORIO DA SILVA - CPF 134.514.806-20 - R$1.341,76; DJALMA JOSE LEMOS - CPF 145.465.586-00 - R$8.620,88; DOMINGOS LOPES DE ARAUJO COSTA - CPF 117.967.826-53 - R$3.667,85; DONISETE DOS REIS OLIVEIRA - CPF 460.264.286-15 - R$31.361,45; DONIZETE APARECIDO DA SILVA - CPF 273.801.576-04 - R$5.228,68; DONIZETE RIBEIRO ALVES - CPF 474.085.536-49 - R$50.127,91; DORACI MARIA CARDOSO - CPF 100.606.876-73 - R$2.920,09; DULCE FERNANDES - CPF 167.788.358-85 - R$5.168,38; DURVAL JOSE MARTINS - CPF 427.701.226-49 - R$14.694,17; ECOLAB QUIMICA LTDA - CNPJ 00.536.772/0001-42 - R$6.800,92; EDGAR SEBASTIAO DE PAULA - CPF 853.787.806-59 - R$2.048,04; EDILENE NADIA LEMES RODRIGUES - CPF 054.668.166-20 - R$5.917,90; EDILSON CHAVES - CPF 326.758.956-87 - R$2.004,00; EDMAR DA MOTA - CPF 302.159.606-10 - R$6.935,20; EDMAR DA TRINDADE - CPF 554.505.556-87 - R$18.541,92; EDMAR DE AVILA CARNEIRO - CPF 012.129.096-40 - R$21.538,94; EDMAR REZENDE DE MELO - CPF 787.505.126-68 - R$10.549,00; EDSON DA SILVA FRANCO - CPF 048.980.046-79 - R$74.621,71; EDSON SALGADO DE OLIVEIRA - CPF 909.343.006-82 - R$5.307,20; EDUARDO EURIPEDES SILVA - CPF 066.668.496-04 - R$5.542,59; EDUARDO JOSE DE OLIVEIRA - CPF 160.402.106-30 - R$4.904,77; EDUARDO JOSE DE OLIVEIRA - CPF 506.579.506-10 - R$4.472,23; EDUARDO JOSE GARCIA - CPF 545.129.726-68 - R$2.105,58; EDUARDO LUCAS ROCHA - CPF 992.089.116-91 - R$5.256,40; EDVALDO RODRIGUES DE SOUZA - CPF 045.999.526-05 - R$5.429,68; ELANO AMERICO VIEIRA - CPF 757.041.026-20 - R$9.089,21; ELBER DOS REIS ALVES - CPF 074.063.176-46 - R$19.760,90; ELCI RAIMUNDO DE FARIA - CPF 390.132.436-49 - R$2.668,52; ELCIO MARIA CAMELO LEAO - CPF 694.499.966-87 - R$11.090,89; ELEUSA MARIA ROMAO - CPF 014.683.066-00 - R$5.908,55; ELI JOAQUIM DE ALMEIDA - CPF 041.196.876-94 - R$28.645,77; ELIANA LUISA DA COSTA CARVALHO - CPF 842.196.456-91 - R$1.655,38; ELIANA MARIA DOS SANTOS - CPF 081.956.446-00 - R$3.703,93; ELIANE DE FATIMA SANTOS - CPF 472.933.816-20 - R$1.066,57; ELIAS DE MORAIS PESSOA FILHO - CPF 697.117.206-04 - R$3.808,64; ELIEZER JOSE DO NASCIMENTO - CPF 325.108.106-34 - R$376,85; ELISA REGINA DA SILVA RODRIGUES - CPF 034.386.326-08 - R$8.842,14; ELISANGELA APARECIDA CARVALHO - CPF 056.478.116-98 ¿ R$3.177,00; ELIVALDO ANTONIO DE ASSIS - CPF 818.971.466-04 - R$12.831,06; ELIVANDO ANTONIO DE ASSIS - CPF 771.053.546-15 - R$19.193,97; ELSON AMERICO VIEIRA - CPF 406.035.718-91 - R$11.011,06; ELSON MANOEL DA SILVA - CPF 211.140.928-60 - R$3.814,49; ELTON DE OLIVEIRA MACIEL - CPF 535.032.286-91 - R$18.105,02; ELVIRA TEODORA DA SILVA E OUTROS - CPF 027.875.676-06 - R$62.592,31; EMBALPHARMA EIRELI - CNPJ 09.154.315/0001-68 - R$325,37; EMILIANO

GONÇALVES NUNES - CPF 061.824.616-91 - R$2.060,39; ENE AMERICO VIEIRA - CPF 229.351.426-91 - R$1.259,25; ENIO ROGÉRIO RODRIGUES - CPF 042.207.466-76 - R$2.483,16; ENIO SILVA - CPF 052.262.996-21 - R$13.446,62; ERCIO FERREIRA DE BORBA - CPF 719.500.796-00 - R$12.652,77; ERNANI JOSE MENDES - CPF 397.245.816-91 - R$7.231,06; ESLO DE CASTRO ALVES - CPF 765.899.436-72 - R$15.794,79; ESMERALDO MARTINS PARREIRA - CPF 445.335.356-15 - R$2.743,98; ESTOK COMERCIO E REPRESENTACOES S/A - CNPJ 49.732.175/0054-94 - R$579,20; ETELVINO GOMIDES DE LACERDA - CPF 611.891.546-68 - R$4.689,98; EUCLIDES SIFUENTES - CPF 132.256.856-15 - R$4.944,74; EUFRASIO MOREIRA DA MOTA - CPF 351.409.256-72 - R$8.344,73; EURIPEDES ANTONIO DE OLIVEIRA - CPF 075.811.048-00 - R$28.953,33;

PARTE 3 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QUADRO GERAL CREDORES CRÉDITOS NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE COMARCA DE IBIÁ/MG¿Vara Única de Ibiá/MG¿RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES - CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG-77.854, a Relação Nominal dos Credores - Créditos Ainda Não Adimplidos Integralmente (ID 9619477822), sendo que apenas terão direito a voto nas próximas Assembleias aqueles credores que ainda não tiveram seus créditos quitados, ainda que parcialmente, conforme relação a seguir: EURIPEDES GONCALVES DE OLIVEIRA - CPF 160.277.876-00 - R$4.230,48; EURIPEDES JOSE BRAZ - CPF 248.599.586-91 - R$5.878,31; EURIPEDES PEDRO - CPF 161.135.606-78 - R$7.781,20; EURIPEDES PEREIRA CINTRA - CPF 061.211.956-49 - R$30.531,78; EURO RIBEIRO DOS SANTOS - CPF 682.555.356-91 - R$1.622,16; EUSTAQUIO DE OLIVEIRA - CPF 949.197.806-30 - R$1.948,87; EVAIR DA ROCHA SILVA E OUTROS - CPF 029.060.596-25 - R$3.747,20; EVANDRO JOSE PEREIRA - CPF 182.645.656-20 - R$4.656,34; EVANIA MARIA DA SILVA - CPF 718.774.016-68 - R$7.705,35; EXXCELENCIA CONSULTORIA EM SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA - CNPJ 13.937.011/0001-44 - R$163,61; FABIANA BELCHIOLINA DUARTE - CPF 118.699.636-60 - R$10.196,15; FABIO ANTONIO DOS REIS E OUTROS - CPF 042.106.556-78 - R$15.507,63; FABIO DA SILVA FERNANDES - CPF 044.034.206-64 - R$23.773,84; FABIO HUMBERTO SILVA DAMASCENO - CPF 564.973.506-91 - R$1.269,85; FABIO NELSON FIUZA - CPF 004.011.106-72 - R$13.713,71; FATIMA APARECIDA RIBEIRO - CPF 596.853.606-34 - R$323,92; FAUSTO DONIZETE DE CARVALHO - CPF 718.868.696-34 - R$2.420,92; FERMENTECH COM.INSUMOS P/ ALIMENTOS LTDA - CNPJ 06.032.400/0001-65 - R$5.350,07; FERNANDO ANTONIO DA TRINDADE - CPF 787.332.196-72 - R$11.566,48; FERNANDO GONCALVES CAMPOS (JUNIO ALBINO DE SOUSA) - CPF 583.308.016-91 - R$326,46; FERNANDO GONCALVES CAMPOS (PEDRO PAULO VARGAS) - CPF 583.308.016-91 - R$164,30; FERNANDO VIANA DE MENEZES - CPF 534.524.296-87 - R$2.343,45; FLAVIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA E OUTROS - CPF 048.858.906-16 - R$5.195,52; FLAVIO ASSUNCAO - CPF 912.154.986-91 - R$10.297,32; FLAVIO JOSE DOS SANTOS - CPF 121.595.046-29 - R$9.817,75; FLAVIO LUCIO GUIMARAES - CPF 365.712.706-25 - R$1.480,28; FLAVIO SILVERIO ALVES - CPF 239.344.846-20 - R$2.489,91; FLAVIO TEXEIRA DE CARVALHO - CPF 274.587.176-53 - R$2.155,81; FLORIVALDO DA CUNHA - CPF 005.445.858-79 - R$44.832,36; FM IMPRESSOS PERSONALIZADOS LTDA - CNPJ 13.555.994/0001-54 - R$1.354,37; FRANCISCO BALTAZAR DOS REIS - CPF 170.148.086-72 - R$9.237,30; FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO - CPF 694.975.836-72 - R$5.698,80; FRANCISCO LUIS PARREIRA - CPF 294.247.636-20 - R$42.098,61; FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO - CPF 160.270.436-87 - R$2.019,73; FRANCISCO PINTO DA SILVEIRA - CPF 164.289.436-20 - R$6.068,43; FRANCISCO SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA - CPF 789.139.506-34 - R$4.337,68; FREDERICO AGUIAR - CPF 046.700.286-00 - R$3.099,59; FREDERICO KAROL RIBEIRO - CPF 863.102.161-04 - R$9.030,07; FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ 92.660.406/0032-15 - R$425,93; FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ 92.660.406/0002-08 - R$3.116,36; FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ 92.660.406/0011-90 - R$4.601,12; FRIOVIX COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA - CNPJ 09.316.105/0001-29 - R$1.541,56; FW DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ 08.897.417/0017-78 - R$406,54; GASPAR LEANDRO DA SILVA - CPF 863.023.886-00 - R$4.533,28; GEISIANE MARIA DO AMARAL DA SILVA - CPF 120.252.536-99 - R$2.478,16; GELCIENE MARIA MARTINS STACCIARINE - CPF 274.189.951-72 - R$1.008,53; GELCIMAR EDSON DE CAMPOS - CPF 027.148.406-39 - R$9.842,00; GENESIO ANTONIO DA SILVA - CPF 585.431.046-53 - R$16.876,70; GENI FERREIRA DE SOUZA - CPF 051.112.806-18 - R$1.319,80; GERALDO ALEXANDRE PINHEIRO - CPF 165.394.276-20 - R$1.393,49; GERALDO ANTONIO AIRES - CPF 055.670.096-15 - R$14.574,43; GERALDO ANTONIO DE OLIVEIRA - CPF 397.287.496-00 - R$1.854,01; GERALDO CAIXETA NUNES E OUTROS - CPF 593.522.566-20 - R$10.457,57; GERALDO CELIO XAVIER - CPF 490.898.116-72 - R$20.590,20; GERALDO EURIPEDES DA SILVA - CPF 002.725.576-09 - R$3.244,44; GERALDO EUSTAQUIO GONTIJO - CPF 880.642.126-34 - R$5.535,22; GERALDO GONÇALVES - CPF 037.968.176-53 - R$473,48; GERALDO LIBERIO DA SILVA 03 - CPF 357.964.646-04 - R$1.485,04; GERALDO LUIS - CPF 819.671.521-87 - R$1.411,12; GERALDO MAGELA DE CASTRO 1 - CPF 042.703.636-49 - R$40.931,55; GERALDO MAJELA CRUVINEL FERREIRA - CPF 294.263.246-15 - R$1.202,71; GERALDO MAJELA RESENDE CARVALHO E OUTROS - CPF 515.697.876-20 - R$7.385,20; GERALDO MAJELA TAVARES - CPF 049.837.016-05 - R$5.033,85; GERALDO MODESTO DE OLIVEIRA (JOAO JOSE) - CPF 002.897.036-54 - R$1.095,50; GERALDO RAIMUNDO GONTIJO - CPF 108.603.556-91 - R$6.219,89; GERALDO VINICIUS LOPES SILVA - CPF 100.477.216-50 - R$18.529,01; GETULIO JUSTINO DE OLIVEIRA - CPF 133.338.446-72 - R$393,75; GILBERTO AFONSO RIBEIRO - CPF 182.673.006-00 - R$1.690,29; GILBERTO BORGES GUIMARÃES - CPF 565.416.196-20 - R$1.169,50; GILMAR AFONSO DA SILVA - CPF 054.397.726-93 - R$16.377,53; GILMAR JOSE PEREIRA - CPF 963.679.626-20 - R$1.844,94; GILMAR RODRIGUES DA SILVA - CPF 043.567.117-00 - R$7.588,84; GILSON ARAUJO DE LIMA - CPF 111.108.566-87 - R$3.294,21; GILSON JOSE REZENDE - CPF 431.632.206-06 - R$8.236,35; GILVANY ANTONIO FONSECA DA COSTA - CPF 736.600.516-91 - R$3.087,63; GISLENE FERREIRA GALVAO - CPF 046.153.496-70 - R$9.319,12; GLAUCIA MARIA MILAN PROCOPIO - CPF 369.828.816-87 - R$2.745,18; GLOBAL CREDIT SISTEMAS LTDA - CNPJ 13.891.738/0001-38 - R$2.966,97; GLOBALFOOD SIST.INGRED. E TECN. - CNPJ 57.988.206/0001-99 - R$5.136,00; GODOFREDO CREOSVANDO VIEIRA - CPF 003.068.456-01 - R$5.926,22; GUILHERME CARNEIRO CORREA - CPF 084.201.756-92 - R$4.193,42; GUILHERME DE SOUSA QUEIROZ - CPF 444.947.696-49 - R$8.173,77; GUSTAVO HENRIQUE DE CARVALHO - CPF 121.351.146-18 - R$13.432,41; GUSTAVO JOSE FERREIRA - CPF 107.002.006-06 - R$1.356,32; GUSTAVO SENRA GUIMARAES - CPF 105.442.076-96 - R$1.335,89; HAMILTON DOS REIS TEIXEIRA - CPF 055.013.686-09 - R$10.370,47; HAMILTON RIBEIRO SILVA - CPF 755.568.716-04 - R$2.887,12; HAROLDO ELISEU CAIXETA - CPF 090.191.386-34 - R$18.877,36; HAROLDO LUIS DIAS - CPF 033.254.126-61 - R$1.353,09; HASSAN YOUSSEF HACHEM - CPF 150.928.106-10 - R$382,68; HEATCRAFT DO BRASIL LTDA - CNPJ 60.179.488/0001-98 - R$4.362,02; HEITOR MONTANDON - CPF 090.180.696-04 - R$3.017,82; HELENICE MARIA RESENDE - CPF 494.802.866-53 - R$17.040,48; HELIO ALVES DA CUNHA 02 - CPF 356.643.556-20 - R$23.976,45; HELIO ANTONIO TERRA - CPF 547.144.006-49 - R$1.964,39; HELIO DE OLIVEIRA LEMOS - CPF 094.621.396-87 - R$32.889,65; HELIO MACHADO DIAS - CPF 048.726.046-52 - R$8.960,02; HELIO MARTINS MAIA - CPF 070.565.765-68 - R$1.174,77; HELVECIO MAGELA DE FARIA - CPF 025.256.426-00 - R$7.610,91; HENRIQUE DA SILVEIRA - CPF 887.420.676-34 - R$6.649,43; HENRIQUE PAULINELLI COIMBRA - CPF 687.218.116-87 - R$5.326,64; HERCULANO FERREIRA - CPF 013.045.936-49 - R$7.724,91; HERLON MARCIO LIMA SANTOS - CPF 995.643.786-72 - R$4.717,29; HERON SOARES - CPF 449.833.796-49 - R$6.129,35; HILDO JOSE RODRIGUES - CPF 737.040.166-91 - R$10.700,72; HOMERO GONTIJO DE MORAIS FILHO E OUTROS - CPF 036.066.256-00 - R$6.830,65; HP EMBALAGENS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 67.274.811/0001-51 - R$29.775,60; HUGO GERMANO DUARTE - CPF 051.034.456-97 - R$5.819,31; HUMBERTO LIMA DO NASCIMENTO - CPF 363.111.976-34 - R$4.093,54; IB CAPITAL - CNPJ 47.129.892/0001-99 - R$423.566,97; IBERLOG DO BRASIL TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - CNPJ 18.851.558/0001-46 - R$300,00; IBERPHARM - LABORATORIO DO BRASIL LTDA - CNPJ 03.021.183/0001-10 - R$5.876,09; IDELFONSO CANDIDO BARRA RORIZ - CPF 077.493.786-69 - R$10.113,52; IDELMA MARIA DE OLIVEIRA - CPF 059.294.556-19 - R$7.789,04; IEVE GUIMARAES - CPF 066.496.078-27 - R$5.416,52; ILTAMAR DUARTE CAMPOS - CPF 390.024.116-34 - R$1.612,10; IRACI ANTONIO DA COSTA - CPF 855.716.016-04 - R$3.520,27; IRANI APARECIDA RIBEIRO DIMAS - CPF 490.444.786-72 - R$5.784,82; IRE SILVA MOREIRA - CPF 838.030.176-53 - R$5.199,60; IRLEI SEBASTIAO DOS REIS CHAVES - CPF 036.066.826-70 - R$2.564,00; ISMAYLER WEVERSON SANTOS - CPF 089.017.776-73 - R$2.852,32; ITALO CLAUDIO HENRIQUE SILVA - CPF 074.777.416-10 - R$6.462,78; ITALO PAOLINELLI CAETANO ASSUNÇAO - CPF 072.747.546-02 - R$35.070,34; ITAMAR DA COSTA ALVES - CPF 799.182.636-87 - R$2.849,88; ITAMAR DA SILVA LEMOS - CPF 360.730.406-87 - R$7.186,97; ITAMAR GUIMARAES - CPF 301.365.476-72 - R$16.554,58; IVALDO ANTONIO DE CARVALHO - CPF 744.899.096-91 - R$1.094,11;

IVALDO ANTONIO DE CARVALHO - CPF 744.899.096-91 - R$2.086,35; IVAN EUSTAQUIO RODRIGUES E OUTRO - CPF 506.587.006-34 - R$5.368,03; IVE BARBOSA DE FREITAS - CPF 034.628.936-02 - R$9.701,09; IVONE ROSA DE CAMARGOS SILVA - CPF 661.486.932-91 - R$4.175,77; IZABEL VICENTINA NUNES - CPF 718.828.716-34 - R$4.780,60; J FARIA DIST.DE PROD.DE HIG.PROF.LTDA. - CNPJ 38.935.094/0001-63 - R$4.068,55; JACI ALVES DE MORAIS - CPF 557.165.396-53 - R$38.400,64; JADER BATISTA FERREIRA - CPF 567.186.836-04 - R$18.296,68; JADIR ANTONIO DA SILVA - CPF 740.438.386-20 - R$1.535,56; JADIR EUSTAQUIO TIBURCIO JUNIOR - CPF 089.190.996-69 - R$10.605,24; JAEZER VIDAL - CPF 363.756.916-72 - R$2.003,10; JAIME ALTINO MUNIZ - CPF 219.622.946-68 - R$6.157,80; JAIR ALVES MARTINS - CPF 151.471.696-87 - R$193,16; JAIR ALVES SENA - CPF 017.381.988-55 - R$1.660,83; JAIRO ANTUNES PEREIRA - CPF 449.757.756-20 - R$6.563,18; JAIRO GARCIA DE AZEVEDO - CPF 016.401.196-04 - R$5.244,87; JAVAN DE SOUSA FARIA - CPF 429.747.126-49 - R$623,80; JEAN DOS REIS FERREIRA - CPF 116.523.206-52 - R$8.125,09; JOANA DARC GOMES BATISTA - CPF 824.091.376-87 - R$1.412,05; JOANA DARK PAULINA BORGES - CPF 557.901.786-34 - R$992,41; JOAO ALONSO DE AVILA - CPF 479.606.476-15 - R$7.593,22; JOAO BATISTA DA SILVA - CPF 266.981.106-04 - R$1.963,97; JOAO BATISTA DE ARAUJO - CPF 161.124.076-04 - R$3.893,01; JOAO BATISTA DE OLIVEIRA - CPF 848.884.906-00 - R$5.595,44; JOAO BATISTA DE SOUZA - CPF 272.964.156-49 - R$2.034,23; JOAO BATISTA DE SOUZA - CPF 360.678.496-15 - R$1.409,67; JOAO BATISTA FERREIRA - CPF 493.812.706-78 - R$12.332,21; JOAO BATISTA LINO. - CPF 301.375.786-87 - R$3.949,42; JOAO BATISTA VALERIANO - CPF 536.317.066-34 - R$11.031,51; JOAO BOSCO DE OLIVEIRA - CPF 417.197.196-91 - R$60.684,65; JOAO CLAUDIO SANTOS PRADO - CPF 060.312.536-07 - R$1.155,27; JOAO CRISOSTOMO CORDEIRO - CPF 346.393.226-15 - R$4.394,98; JOAO DE OLIVEIRA FRAZAO - CPF 101.967.306-00 - R$2.519,80; JOAO DERCIO CUNHA E OUTRO(S) - CPF 049.702.426-82 ¿ R$13.056,60;

PARTE 4 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QUADRO GERAL CREDORES CRÉDITOS NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE COMARCA DE IBIÁ/MG¿Vara Única de Ibiá/MG¿RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES - CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG-77.854, a Relação Nominal dos Credores - Créditos Ainda Não Adimplidos Integralmente (ID 9619477822), sendo que apenas terão direito a voto nas próximas Assembleias aqueles credores que ainda não tiveram seus créditos quitados, ainda que parcialmente, conforme relação a seguir: JOAO FERNANDES DA CUNHA - CPF 529.166.426-68 - R$13.747,38; JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA - CPF 710.699.926-15 - R$3.970,87; JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR - CPF 529.159.056-49 - R$10.404,47; JOAO FRAZÃO FILHO - CPF 141.274.666-34 - R$3.362,53; JOAO JOSE GOMES - CPF 687.810.596-04 - R$10.296,95; JOAO LOURENCO DA SILVA - CPF 086.912.156-15 - R$25.652,95; JOAO MANOEL DA SILVA E OUTROS - CPF 094.750.956-91 - R$17.038,32; JOAO MARCELO DA TRINDADE - CPF 626.164.476-49 - R$19.949,23; JOAO MARQUES RODRIGUES - CPF 211.278.756-04 - R$4.989,57; JOAO NUNES PEREIRA - CPF 038.009.706-00 - R$15.702,71; JOAO OVIDIO DE OLIVEIRA - CPF 044.404.096-01 - R$2.601,21; JOAO PAULO COSTA - CPF 134.515.096-28 - R$3.728,75; JOAO PAULO DE SOUSA JUNIOR - CPF 364.924.696-15 - R$9.297,17; JOAO PEREIRA DE FREITAS - CPF 303.241.496-20 - R$10.224,51; JOAO ROBSON DO COUTO - CPF 567.664.916-04 - R$2.729,04; JOAO SILVERIO SOUTO E OUTRO(S) - CPF 564.959.356-68 - R$25.189,39; JOAO VIEIRA BERNARDES - CPF 301.407.906-59 - R$30.878,09; JOAQUIM ALVES DA SILVA. - CPF 170.605.596-04 - R$1.170,21; JOAQUIM ANTONIO ALVES - CPF 527.210.356-49 - R$4.640,39; JOAQUIM ANTONIO DE ALMEIDA - CPF 524.518.526-15 - R$25.065,85; JOAQUIM ANTONIO DE PAULA - CPF 535.429.086-49 - R$1.058,28; JOAQUIM ANTUNES DA SILVA - CPF 062.870.526-35 - R$5.107,28; JOAQUIM CARLOI DIAS - CPF 804.068.316-53 - R$3.250,98; JOAQUIM FERREIRA ESTEVAM - CPF 163.507.406-10 - R$5.338,75; JOAQUIM RIBEIRO ALVES - CPF 570.982.396-15 - R$46.134,17; JOAQUIM RODRIGUES BRAGA - CPF 011.664.926-72 - R$5.317,14; JOEL BATISTA DE OLIVEIRA - CPF 078.426.326-42 - R$6.578,25; JOEL DOS REIS BOAVENTURA - CPF 831.886.656-87 - R$13.364,97; JOEMILSON DONIZETTI LOPES - CPF 480.937.186-72 - R$17.513,33; JONAS HORACIO DE SOUZA - CPF 239.042.756-15 - R$7.017,63; JORCELINO CAMBRAIA OLIVEIRA - CPF 598.835.536-68 - R$3.885,87; JORGE GERALDO DA MOTA - CPF 493.909.966-00 - R$16.527,13; JORGE JOSE DOS REIS SIMOES - CPF 492.385.156-20 - R$4.989,99; JOSAFA MENDES DA FONSECA - CPF 264.069.346-87 - R$6.609,64; JOSE AIRTON FERREIRA - CPF 865.145.126-15 - R$2.590,38; JOSÉ ALTAIR PIMENTEL - CPF 133.348.676-68 - R$395,22; JOSE ALVES DA SILVA E OUTRO (S) - CPF 170.049.856-87 - R$1.558,55; JOSE ANTONIO AFONSO - CPF 008.989.706-44 - R$16.913,54; JOSE ANTONIO ALVES - CPF 632.772.476-00 - R$5.523,89; JOSE ANTONIO BORGES - CPF 569.043.716-68 - R$7.567,21; JOSE ANTONIO BORGES JUNIOR - CPF 082.179.976-24 - R$3.263,61; JOSÉ ANTONIO DE FARIA - CPF 318.251.176-91 - R$4.933,96; JOSE ANTONIO DOS SANTOS - CPF 767.462.086-72 - R$5.010,64; JOSE ANTONIO NUNES - CPF 370.083.156-00 - R$4.199,09; JOSE ANTONIO PINTO - CPF 174.704.636-15 - R$4.259,22; JOSE APARECIDA MOREIRA - CPF 515.238.926-68 - R$5.947,25; JOSE APARECIDO DE CARVALHO - CPF 199.561.186-72 - R$5.991,32; JOSE ARIMATEIA DE ANDRADE - CPF 357.078.366-91 - R$3.794,10; JOSE BATISTA DE MELO - CPF 487.732.206-04 - R$8.909,03; JOSE BATISTA JUNIOR - CPF 124.352.366-20 - R$6.856,45; JOSE BELCHIOR ANTUNES - CPF 170.947.046-15 - R$5.366,54; JOSE BENEDITO DA COSTA - CPF 262.637.006-10 - R$11.246,72; JOSE BERNARDES ALVES - CPF 260.115.906-59 - R$18.796,42; JOSE CAMPOS BARBOSA - CPF 211.274.336-87 - R$17.624,70; JOSE CANDIDO DOS SANTOS - CPF 326.738.176-20 - R$7.828,14; JOSÉ CANDIDO PINTO - CPF 292.707.406-25 - R$1.087,96; JOSE CARLOS - CPF 088.483.786-68 - R$7.058,02; JOSE CUNHA BALDOINO - CPF 182.362.436-72 - R$2.917,63; JOSE DAVID DE RESENDE - CPF 279.894.106-72 - R$25.503,86; JOSE DE ASSIS OLIVEIRA - CPF 196.773.836-04 - R$23.445,35; JOSE DE CASTRO BELO FILHO(ROMEU) - CPF 667.323.606-04 - R$1.076,74; JOSE DE SOUZA FRANCO - CPF 474.777.926-49 - R$19.869,54; JOSE DIVINO DA CUNHA - CPF 164.257.906-87 - R$695,09; JOSE DOLOTERIO DA SILVA - CPF 134.516.936-15 - R$2.708,88; JOSE DONIVALDO MOREIRA DE PAULA - CPF 528.282.806-59 - R$14.579,70; JOSE DONIZETE DE AVILA - CPF 340.712.886-04 - R$4.975,18; JOSE DONIZETI BRITO - CPF 721.764.236-15 - R$44.394,32; JOSE DONIZETTI DE CARVALHO - CPF 326.722.766-68 - R$9.173,79; JOSE DOS REIS - CPF 288.897.896-20 - R$4.850,95; JOSE EUSTAQUIO NUNES - CPF 521.945.156-15 - R$23.701,56; JOSE FERNANDES CAIXETA - CPF 212.643.176-20 - R$7.348,92; JOSE FERNANDES FERREIRA FILHO - CPF 143.771.286-04 - R$1.168,65; JOSE FONSECA DA SILVA - CPF 165.589.876-00 - R$3.777,96; JOSE FRANCISCO DE CAMPOS - CPF 539.851.336-20 - R$788,93; JOSÉ FRANCISCO DE FARIA - CPF 054.768.286-72 - R$848,31; JOSE GASPAR DE ALMEIDA - CPF 045.505.166-66 - R$14.099,51; JOSE GASPAR PEREIRA - CPF 450.772.156-34 - R$8.125,88; JOSÉ GERALDO COUTINHO - CPF 055.738.366-84 - R$26.161,02; JOSE GERALDO DA SILVA. - CPF 858.008.138-68 - R$27.447,43; JOSE GERALDO FERREIRA - CPF 480.783.876-87 - R$1.662,96; JOSE GONÇALVES OLIVEIRA - CPF 036.746.656-20 - R$7.781,92; JOSÉ GONÇALVES RODRIGUES - CPF 176.109.666-49 - R$694,35; JOSE GUILHERME DE BARROS COSTA - CPF 318.528.406-25 - R$1.679,32; JOSÉ HELIO DO NASCIMENTO - CPF 358.564.756-15 - R$9.580,14; JOSE HENRIQUE OLIVEIRA ROSA - CPF 041.542.916-10 - R$20.184,96; JOSE HENRIQUE VILELA - CPF 038.313.506-04 - R$21.869,40; JOSE HUMBERTO NUNES - CPF 351.011.996-72 - R$5.734,28; JOSE IRANIS CHAVES E OUTROS - CPF 186.352.296-49 - R$5.995,15; JOSÉ IRINEU BORGES - CPF 084.401.786-68 - R$15.896,45; JOSE IRINEU GALVAO - CPF 019.792.108-61 - R$5.176,13; JOSE JOAO MARTINS - CPF 131.392.156-49 - R$8.137,56; JOSE JOAQUIM PIMENTA - CPF 434.060.686-34 - R$1.424,62; JOSE JOSIAS BARBOSA IRMAO - CPF 602.717.876-00 - R$6.503,66; JOSE LAZARO DORNELAS - CPF 131.378.676-49 - R$1.318,04; JOSE LUIZ PEREIRA 01 - CPF 858.365.326-72 - R$318,29; JOSE LUIZ VARGAS E OUTRO (S) - CPF 057.152.086-37 - R$6.677,53; JOSE MARIA 1 - CPF 481.722.276-04 - R$862,09; JOSE MARIA DA FONSECA - CPF 753.920.466-49 - R$5.057,13; JOSÉ MARIA DA SILVA - CPF 984.080.896-68 - R$2.870,81; JOSE MARIA DOMINGOS DA SILVA E OUTRO (S) - CPF 246.357.746-00 - R$996,95; JOSE MARIA LAMOUNIER - CPF 315.970.506-44 - R$16.659,44; JOSE MARIA SOARES - CPF 473.150.676-04 - R$4.719,55; JOSE MARIA. - CPF 481.722.276-04 - R$26.692,04; JOSE MASCARENHAS TORRES JUNIOR - CPF 489.711.116-15 - R$4.143,64; JOSE NILTON LOPES - CPF 638.151.766-20 - R$19.609,14; JOSE OLIMPIO CHAVES - CPF 578.563.706-53 - R$3.639,16; JOSE OLIVEIRA ROSA - CPF 097.415.936-00 - R$1.591,13; JOSE PAULINO FILHO - CPF 131.337.806-20 - R$1.422,11; JOSE PEDRO CORREA DOS SANTOS E OUTROS - CPF 479.809.901-53 - R$2.557,23; JOSE PEDRO DE ARAUJO - CPF 002.724.436-97 - R$2.883,36; JOSÉ PEDRO RIBEIRO - CPF 324.865.616-68 - R$2.366,13; JOSE RAFAEL DA SILVA - CPF 096.697.101-97 - R$161.559,42; JOSE REINALDO DA SILVA - CPF 487.728.016-20 - R$6.952,64; JOSE REINALDO DA SILVA - CPF 787.758.096-72 - R$12.520,18; JOSE REINALDO DE MORAIS E OUTROS - CPF 450.678.996-20 - R$5.091,96; JOSE REINALDO DE REZENDE - CPF 045.052.006-47 - R$45.561,53; JOSE REINALDO FERREIRA - CPF 928.239.986-91 - R$16.687,60; JOSÉ RICARDO VIEIRA DA COSTA - CPF 152.795.611-34 - R$886,81; JOSÉ ROBERTO DE MENDONÇA JÚNIOR - CPF 917.887.226-04 - R$1.938.048,46; JOSE ROBERTO SILVA

ANDRADE - CPF 109.277.846-29 - R$7.603,97; JOSE RODRIGUES DE CASTRO NETO - CPF 358.568.076-34 - R$421,45; JOSE RODRIGUES PEREIRA - CPF 131.352.956-72 - R$3.523,70; JOSE TARCISIO DE OLIVEIRA NUNES - CPF 144.597.526-20 - R$6.946,30; JOSE VELOSO DE FARIA - CPF 069.976.436-04 - R$1.049,45; JOSE VENANCIO DE SOUZA - CPF 767.487.826-00 - R$2.001,69; JOSE VITOR SANTIAGO - CPF 134.602.346-87 - R$4.213,34; JOSE WILSON RODRIGUES PEREIRA - CPF 724.115.706-00 - R$408,45; JOSIAS PEREIRA DOS SANTOS - CPF 686.709.666-20 - R$6.153,61; JOSIEL OLIVEIRA FERREIRA - CPF 036.624.316-02 - R$11.471,62; JOSUE AIRTON DA SILVA - CPF 199.307.126-15 - R$12.457,55; JOVANDERLEI RIBEIRO - CPF 027.827.606-70 - R$11.671,04; JOVELINA DE JESUS GONÇALVES DE MENDONÇA - CPF 059.644.466-47 - R$7.191,93; JOVENCIO OTON DE SOUSA - CPF 012.439.388-89 - R$4.237,73; JUAREZ BATISTA DE OLIVEIRA - CPF 556.278.896-91 - R$17.483,95; JUAREZ DIAS - CPF 965.397.396-72 - R$2.122,85; JUAREZ TOME - CPF 567.672.936-87 - R$9.499,64; JULIO BATISTA RODRIGUES - CPF 037.970.406-44 - R$3.616,44; JULIO CESAR DE OLIVEIRA - CPF 662.789.966-34 - R$20.611,11; JULIO MARIO DA SILVA - CPF 097.424.506-25 - R$18.056,79; JULIO TADEU NUNES - CPF 796.193.806-06 - R$7.122,36; JULION LENON MOREIRA DE SOUSA - CPF 022.692.576-50 - R$2.198,13; JUSLEY DUARTE VINHAL - CPF 044.602.266-77 - R$2.830,64; JUVENIL DA SILVA - CPF 621.060.666-00 - R$3.705,04; KEILA BERNARDES VALERIANO - CPF 073.543.736-05 - R$24.347,36; KELLY DE SOUZA VALERIANO - CPF 073.543.676-21 - R$23.767,97; LABORATORIO AGUA E TERRA LTDA - CNPJ 10.639.491/0001-79 - R$673,79; LAERCIO DOS REIS GOMES - CPF 761.371.396-20 - R$4.973,36; LAUDINIZ ROSA PEREIRA - CPF 068.490.806-95 - R$11.069,24; LAZARA MARIA MATINS - CPF 757.028.516-68 - R$820,51; LAZARO AFONSO DE PAULA - CPF 468.733.506-30 - R$1.283,63; LAZARO AFONSO PEREIRA - CPF 361.372.786-20 - R$59.900,85; LAZARO ANTONIO BISPO - CPF 002.726.576-54 - R$22.581,43; LAZARO CARDOSO FERREIRA - CPF 493.899.126-87 - R$8.598,01; LAZARO GERALDO DE CASTRO - CPF 491.348.686-15 - R$12.549,60; LEANDRO COELHO DA SILVA - CPF 125.585.926-10 - R$2.570,03; LEANDRO DE FARIA PINTO - CPF 061.212.496-76 - R$3.094,04; LEANDRO JOSE DE FREITAS ARAUJO - CPF 097.683.776-58 - R$30.484,44; LECIO QUEIROZ SOARES & CIA LTDA - CPF 053.660.986-10 - R$3.550,00; LEIDIR SIDNEY SILVA - CPF 445.424.616-53 - R$65.759,49; LEOMAR ALVES DE FREITAS - CPF 078.122.816-63 - R$5.407,10; LEONARDO LUIZ COSTA - CPF 081.822.646-34 - R$4.047,53; LEONIDAS PEREIRA DOS SANTOS - CPF 037.702.146-68 - R$3.936,50; LILIANY CRUVINEL NUNES - CPF 117.135.246-86 - R$12.555,64; LIMA & PERGHER IND. COMER. E REPRES.LTDA - CNPJ 22.685.341/0006-95 - R$6.465,98; LOURIVAL ANTONIO PEREIRA - CPF 031.028.096-69 - R$4.501,68; LOURIVANDO EURIPEDES NOGUEIRA - CPF 446.690.386-72 - R$2.061,34; LUCAS DOS REIS RABELO - CPF 115.710.546-77 - R$4.785,03; LUCAS DOS REIS TEIXEIRA - CPF 116.462.346-00 - R$2.440,03; LUCAS FERREIRA DE AGUIAR - CPF 239.083.516-34 - R$33.155,21; LUCIANO COUTO SILVEIRA - CPF 029.590.596-46 - R$968,92; LUCIANO GONCALVES DA SILVA - CPF 042.134.796-17 - R$12.368,55; LUCIANO HENRIQUE JACO - CPF 854.024.356-34 - R$18.462,67; LUCIANO PAIVA BRANDAO - CPF 849.074.106-97 - R$55,83; LUCIANO RAFAEL DOS SANTOS - CPF 978.860.416-15 - R$1.604,23;

PARTE 5 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QUADRO GERAL CREDORES CRÉDITOS NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE COMARCA DE IBIÁ/MG¿Vara Única de Ibiá/MG¿RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES - CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG-77.854, a Relação Nominal dos Credores - Créditos Ainda Não Adimplidos Integralmente (ID 9619477822), sendo que apenas terão direito a voto nas próximas Assembleias aqueles credores que ainda não tiveram seus créditos quitados, ainda que parcialmente, conforme relação a seguir: LUCIANO RIVELINO DE MELO - CPF 700.454.536-91 - R$9.852,35; LUCIO EUSTAQUIO VARGAS - CPF 445.360.206-59 - R$10.166,76; LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA (JOAO JOSE) - CPF 789.137.996-34 - R$1.082,56; LUIS CARLOS DA SILVA COSTA - CPF 056.058.273-08 - R$16.058,16; LUIS CARLOS FARIA BELO - CPF 547.173.456-49 - R$36.937,17; LUIZ ALBERTO CARNEIRO SANTOS - CPF 063.057.096-53 - R$7.358,15; LUIZ ANTONIO FERREIRA - CPF 632.045.926-34 - R$2.140,75; LUIZ ANTONIO ROSA - CPF 793.497.736-00 - R$12.375,76; LUIZ ANTONIO VIEIRA - CPF 678.091.466-53 - R$3.825,72; LUIZ BATISTA DE FREITAS - CPF 350.219.266-91 - R$10.327,27; LUIZ CARLOS EUGENIO - CPF 479.738.706-87 - R$3.979,45; LUIZ CEZARIO DE MENDONCA - CPF 087.215.306-10 - R$3.100,38; LUIZ CRISTOVÃO DA SILVA - CPF 164.260.616-20 - R$786,01; LUIZ FERNANDO MACHADO BORGES - CPF 043.788.216-05 - R$41.912,32; LUIZ MALTA LAUDARES - CPF 009.707.946-49 - R$5.521,00; LUIZ ROBERTO REZENDE ALVES - CPF 005.745.438-80 - R$4.791,29; LUZIA TEIXEIRA VALERIANO - CPF 713.090.126-87 - R$29.268,88; MANFREDO MARQUES MACHADO - CPF 568.335.806-00 - R$10.846,42; MANOEL CABRAL BORGES - CPF 086.902.796-44 - R$12.949,65; MANOEL VAZ DE RESENDE - CPF 468.463.106-06 - R$2.799,09; MANUEL ROCHA ELIAS - CPF 231.813.466-91 - R$8.020,98; MARALICE APARECIDA GOULART - CPF 853.994.426-04 - R$7.117,46; MARCELIANO DE ALMEIDA - CPF 821.490.896-53 - R$1.220,97; MARCELO ALVES RABELO - CPF 124.101.956-87 - R$19.003,04; MARCELO ANTONIO DOS SANTOS - CPF 028.527.526-70 - R$1.799,28; MARCELO FERNANDO MORAIS - CPF 080.215.566-92 - R$9.227,22; MARCELO MODESTO DA SILVA - CPF 055.474.836-30 - R$5.298,01; MARCIA BEATRIZ LEMOS DE AVILA E OUTRO(S) - CPF 787.489.176-72 - R$46.987,98; MARCIANO GOULART LACERDA - CPF 087.297.596-76 - R$4.766,14; MARCIEL JUNIOR LEAL - CPF 091.648.166-21 - R$2.930,31; MARCILENE SHIRLEY MORAIS - CPF 005.575.626-35 - R$2.978,12; MARCILIO LEONARDO TEIXEIRA - CPF 043.872.286-87 - R$1.837,07; MARCILIO SOARES DOS SANTOS - CPF 511.056.246-68 - R$2.951,80; MARCIO ANTONIO DA SILVA - CPF 013.325.336-80 - R$11.147,39; MARCIO ANTONIO SEVERO - CPF 326.726.676-91 - R$5.137,79; MARCIO APARECIDO DE CAMPOS - CPF 658.324.696-15 - R$1.646,34; MARCIO DANILO BORGES - CPF 361.935.186-49 - R$4.708,15; MARCIO DONIZETE DE LIMA - CPF 541.101.816-15 - R$14.270,95; MARCIO LUIZ CHAVES - CPF 770.961.006-44 - R$1.339,55; MARCIO VANILSON DA ROCHA - CPF 846.321.606-44 - R$13.095,23; MARCIO WILLIAM MARTINS - CPF 093.109.556-51 - R$8.111,14; MARCO ANTONIO MARQUES GONTIJO - CPF 701.277.946-20 - R$40.308,95; MARCOLINO DO CARMO SILVA - CPF 842.584.546-72 - R$12.155,90; MARCOS ANTONIO DE SOUSA - CPF 029.415.076-55 - R$7.926,80; MARCOS DA CUNHA LANA - CPF 374.436.237-04 - R$9.779,14; MARCOS OLIMPIO DE LIMA - CPF 210.716.916-00 - R$2.674,94; MARCOS ROGERIO PEREIRA - CPF 887.067.616-15 - R$15.609,41; MARCOS VALERIO JACINTO - CPF 431.636.456-15 - R$8.351,87; MARCUS VINICIUS MIRANDA FERNANDES - CPF 056.967.436-09 - R$10.854,60; MARGARIDA NUNES DE PAULA - CPF 932.014.516-49 - R$5.395,07; MARGARIDO SILVERIO DE OLIVEIRA - CPF 360.667.886-04 - R$1.913,24; MARIA APARECIDA ALVES MORAIS - CPF 079.787.396-19 - R$8.529,60; MARIA APARECIDA DA SILVA - CPF 787.548.956-34 - R$3.254,32; MARIA APARECIDA DE JESUS - CPF 017.292.156-29 - R$11.788,09; MARIA APARECIDA DE JESUS MIRANDA - CPF 065.876.916-25 - R$970,24; MARIA APARECIDA FERREIRA GONCALVES - CPF 320.725.466-72 - R$1.575,66; MARIA DAS GRACAS COSTA - CPF 909.644.036-68 - R$3.984,17; MARIA HELENA DE PAULA FERREIRA - CPF 719.566.116-49 - R$2.943,39; MARIA JOSE DE ARAUJO - CPF 048.269.516-12 - R$5.465,05; MARIA JOSE DIAS DAMASCENA - CPF 800.863.306-91 - R$3.093,83; MARIA JOSE DUARTE COSTA - CPF 026.002.836-33 - R$14.234,43; MARIA ONOFRA DE MOURA E OUTROS - CPF 014.089.776-30 - R$5.335,04; MARIA TEREZINHA DE ASSIS - CPF 116.972.451-53 - R$1.938,57; MARIANO DE OLIVEIRA - CPF 176.824.258-57 - R$639,79; MARINHA FRANCISCA DE ASSIS - CPF 771.343.706-15 - R$821,60; MARINHO INACIO DA SILVA - CPF 240.774.536-15 - R$4.611,08; MARIO ESDRA RIBEIRO PIMENTA - CPF 042.634.726-91 - R$1.634,48; MARIO GONCALVES DE MELO - CPF 320.696.506-34 - R$7.409,89; MARTA HELENA TEXEIRA - CPF 627.115.396-87 - R$4.222,48; MARY DE SOUZA EMERICK - CPF 008.825.296-50 - R$2.241,86; MAURA PEREIRA DOS SANTOS VALADARES - CPF 727.679.526-87 - R$10.850,45; MAURICIO DE FARIA E OUTROS - CPF 858.482.716-15 - R$623,52; MAURICIO JOSE PEREIRA - CPF 085.862.286-64 - R$4.215,33; MAURICIO MENDES DO NASCIMENTO - CPF 351.928.446-49 - R$4.799,12; MAURICIO MODESTO - CPF 747.710.276-68 - R$2.850,29; MAURICIO PEREIRA DE ARRUDA - CPF 513.883.836-91 - R$20.208,32; MAURO DA SILVA TEIXEIRA - CPF 452.526.026-20 - R$3.878,83; MAURO JOSE CAMPOS - CPF 832.176.226-34 - R$12.202,41; MAXCIMILIANO CRUZ - CPF 089.066.076-01 - R$171,53; MAXLEY ALVES DOS SANTOS - CPF 029.206.256-75 - R$18.230,30; MESSIAS FERNANDES FERREIRA - CPF 324.880.846-20 - R$5.709,30; METALGRAFICA PALMIRA LTDA - CNPJ 24.571.721/0001-10 - R$42.227,18; MICHELLE CASSIA ZEFERINO DORNELAS - CPF 098.098.366-51 - R$3.605,01; MIGUEL CESAR CAMPOS LIMA - CPF 016.264.206-70 - R$22.047,03; MIGUEL JUSMAR MARTINS - CPF 537.674.706-91 - R$41.900,31; MIGUEL XAVIER 0 - CPF 102.578.371-91 - R$8.453,03; MILTON CARVALHO - CPF 127.573.656-49 - R$3.378,40; MILTON FABIO SABINO DA COSTA - CPF 846.612.326-15 - R$4.527,51; MIRALDO DIAS DA SILVA - CPF 560.666.006-72 - R$2.146,24; MOACIR AFONSO FERNANDES - CPF 904.103.006-91 - R$3.220,23; MODESTO RODRIGUES - CPF 437.762.726-00 - R$892,24; MOSARI GONCALVES MIRANDA E OUTROS - CPF 880.372.076-68 - R$3.338,06; MOZART

OLIVEIRA AZEVEDO - CPF 229.441.176-53 - R$5.802,79; NAIR ELEONORA SIMOES - CPF 705.855.806-00 - R$3.886,84; NATHALIA MIRANDA NERI - CPF 067.248.306-80 - R$10.744,70; NATIVA CAMINHOES E ONIBUS LTDA - CNPJ 06.140.141/0001-96 - R$754,02; NEIBER JOSE MOREIRA RODRIGUES - CPF 076.835.366-10 - R$24.538,73; NEILSON AMERICO VIEIRA - CPF 441.407.206-97 - R$6.719,01; NELCIMAR MAGNAVACCA - CPF 275.157.376-20 - R$47.457,26; NELIO CHAVES - CPF 542.614.306-49 - R$64.786,53; NELIO FERREIRA ALVES - CPF 090.684.886-51 - R$5.511,84; NELSON FLAVIO QUEIROZ - CPF 366.467.926-15 - R$26.696,64; NELSON JOSE RESENDE - CPF 765.985.946-34 - R$10.415,42; NEUMAR PEDRO GUIMARAES COSTA - CPF 211.437.226-04 - R$3.414,66; NEUSA MARIA DA SILVA CORTES - CPF 566.749.706-97 - R$8.057,39; NEY OLYNTHO DE CASTRO - CPF 013.011.606-87 - R$12.131,23; NILSON DOMICIANO DIAS E OUTRO(S) - CPF 745.446.088-72 - R$3.151,33; NILTON ALMEIDA DA SILVA - CPF 154.816.206-00 - R$5.340,95; NIRALDO ABEL COELHO - CPF 044.873.426-51 - R$7.155,12; NIVAL ADALBERTO DA SILVA - CPF 358.152.646-87 - R$13.002,68; NIVALDO ANTONIO DA TRINDADE - CPF 479.604.936-34 - R$6.066,14; NLD COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ 05.655.206/0001-73 - R$1.804,98; NOE RODRIGUES GALVAO - CPF 161.164.886-68 - R$6.355,06; NOEL GONCALVES - CPF 787.572.586-00 - R$8.454,20; NYWGRAF EDITORA GRAFICA LTDA - CNPJ 55.485.809/0001-42 - R$15.250,00; OBEDE OLIVEIRA DA COSTA - CPF 129.134.486-15 - R$1.663,85; ODACIR DIVINO FERREIRA - CPF 038.528.706-23 - R$2.188,04; ODAIR JOSE LOPES (FAZENDA CAMPESTRE) - CPF 024.479.236-43 - R$16.932,80; ODILENE HILARIO DE CAMARGOS - CPF 852.695.066-53 - R$3.350,11; ODILIO GOMES - CPF 131.334.546-68 - R$4.776,73; ODON ONOFRE DE MELO - CPF 036.674.996-04 - R$1.740,33; OLAIR JOSE DA SILVA - CPF 191.453.496-49 - R$13.204,35; OLAVO DA SILVA - CPF 459.582.206-59 - R$1.779,95; OLAVO PEREIRA DE FREITAS - CPF 340.710.166-04 - R$4.925,24; OLEMAR MENDONÇA DA SILVA - CPF 734.924.346-49 - R$9.371,31; OLIMPIO OLIVEIRA DE MELO - CPF 395.014.506-00 - R$3.223,99; OLIVERIO CANDIDO FILHO - CPF 017.228.756-15 - R$3.945,91; OLIVIER ETERNO DA SILVA - CPF 170.673.406-91 - R$6.398,14; ONOFRE EUSTAQUIO MARTINS - CPF 476.259.106-87 - R$31.150,32; ORGAIR EURIPEDES DA SILVA E OUTROS - CPF 306.812.866-87 - R$2.519,22; ORIAL BORGES DO PRADO - CPF 004.562.256-68 - R$3.366,00; ORLANDO FARIA DA SILVA JUNIOR - CPF 540.000.926-34 - R$12.457,75; ORLANDO GERVASIO DE OLIVEIRA - CPF 160.323.736-49 - R$18.433,52; ORLANDO MOREIRA JUNIOR - CPF 037.774.396-81 - R$13.758,68; OROZIMBO JOSE MORAES - CPF 183.259.556-00 - R$827,37; OSCAR RIBEIRO DA SILVA - CPF 007.968.326-68 - R$72.031,03; OSCAR SIMOES CRUVINEL - CPF 361.830.166-91 - R$32.533,72; OSMAR JOSE DE OLIVEIRA - CPF 004.548.276-44 - R$4.958,49; OSMAR MOREIRA DE PAULA - CPF 794.086.306-10 - R$8.448,92; OSMAR PEREIRA - CPF 229.447.106-72 - R$1.127,58; OSMAR QUIRINO MOREIRA - CPF 160.298.606-15 - R$2.113,01; OSMAR TEODORO DA COSTA - CPF 362.740.706-72 - R$24.797,79; OSMAR VIEIRA DA SILVA - CPF 151.363.886-68 - R$2.868,13; OSVALDETE SANTANA - CPF 287.946.486-20 - R$26.292,19; OSVALDO JOSE RAMOS - CPF 500.331.406-00 - R$7.331,94; OSVALDO MACIEL DE CARVALHO - CPF 051.048.906-00 - R$34.430,40; OSVALINO MANOEL DE SOUSA - CPF 039.093.456-97 - R$2.293,47; OTAVIO ALVES DA SILVA - CPF 160.321.526-34 - R$3.841,05; OTAVIO CARDOSO FERREIRA - CPF 160.333.886-15 - R$31.235,91; OTAVIO GERALDO DA SILVA - CPF 170.154.646-91 - R$5.631,81; OTAVIO INACIO DA SILVA E OUTRO(S) - CPF 468.498.826-00 - R$8.570,90; OTAVIO NOE CARNEIRO - CPF 012.129.066-24 - R$6.897,17; OZORIO HENRIQUE DE OLIVEIRA - CPF 087.181.726-87 - R$3.479,69; PAULO CESAR DA TRINDADE - CNPJ 05.517.330/0001-72 - R$7.703,02; PAULO GUILHERME PEREIRA - CPF 829.538.996-34 - R$3.247,21; PAULO HENRIQUE CORTES - CPF 807.736.726-72 - R$21.983,54; PAULO HENRIQUE PAIVA GUIMARAES - CPF 581.924.176-20 - R$13.816,56; PAULO ITAMAR GONTIJO - CPF 033.049.486-43 - R$4.734,31; PAULO JOSE GONÇALVES - CPF 264.565.246-87 - R$1.165,62; PAULO LELLIS COSTA 04 - CPF 041.003.586-60 - R$2.230,61; PAULO MARCELO SANTOS OLIVEIRA - CPF 068.988.256-40 - R$2.652,02; PAULO ROBERTO ALVES - CPF 174.742.806-04 - R$3.524,41; PAULO ROBERTO BORGES - CPF 430.066.556-72 - R$6.448,86; PAULO ROBERTO SILVEIRA - CPF 069.748.846-21 - R$3.081,41; PEDRO ANTONIO CAMELO LEAO - CPF 660.980.176-20 - R$7.562,24; PEDRO ANTONIO GOULART - CPF 273.407.326-91 - R$10.456,36;

PARTE 6 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QUADRO GERAL CREDORES CRÉDITOS NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE COMARCA DE IBIÁ/MG¿Vara Única de Ibiá/MG¿RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES - CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG-77.854, a Relação Nominal dos Credores - Créditos Ainda Não Adimplidos Integralmente (ID 9619477822), sendo que apenas terão direito a voto nas próximas Assembleias aqueles credores que ainda não tiveram seus créditos quitados, ainda que parcialmente, conforme relação a seguir: PEDRO CANDIDO VIEIRA - CPF 051.088.616-72 - R$10.823,30; PEDRO EUSTAQUIO DE MOURA - CPF 107.889.306-30 - R$13.850,64; PEDRO GONCALVES FILHO - CPF 449.455.076-00 - R$339,01; PEDRO JACINTO FILHO - CPF 269.460.416-15 - R$1.582,85; PEDRO JONAS VIEIRA - CPF 825.619.316-68 - R$5.845,88; PEDRO JOSE ALVES - CPF 260.245.946-15 - R$5.543,15; PEDRO JOSE DE CAMPOS - CPF 074.705.136-47 - R$24.688,42; PEDRO MARTINS VALERIANO FILHO - CPF 487.729.506-25 - R$5.130,00; PEDRO PAULO FERREIRA - CPF 914.758.486-68 - R$9.904,26; PEDRO RITA DOS SANTOS - CPF 356.701.506-00 - R$2.503,12; PEDRO ROSA - CPF 123.147.656-72 - R$6.337,06; PEDRO SAVIO DIAS - CPF 150.895.346-59 - R$4.485,78; PEDRO SINVAL DA SILVA - CPF 497.810.306-15 - R$5.538,95; PNEUMAC LTDA. - CNPJ 20.159.083/0001-73 - R$1.094,72; POSTO SAO VICENTE LTDA - CNPJ 20.499.240/0001-90 - R$18.639,00; POSTOS ALPA LTDA. - CNPJ 02.234.943/0001-04 - R$687,90; PREVEMAX CONFECCOES PLASTICAS LTDA - CNPJ 03.084.401/0001-65 - R$2.155,26; PRISCILA CRISTINA ALVES - CPF 123.476.666-30 - R$8.843,02; PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA - CNPJ 06.030.279/0001-32 - R$640,90; PRODOESTE VEICULO E SERVICO LTDA - CNPJ 20.495.149/0005-20 - R$11.412,29; PRODUTOS MACALE LTDA - CNPJ 21.568.365/0001-97 - R$38.095,40; PRUDENCIO GOMES NETO - CPF 055.739.396-53 - R$1.478,05; QUIMICA ARAGUAYA LTDA - CNPJ 61.971.040/0001-75 - R$2.384,87; R I LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI - CNPJ 25.533.346/0001-86 - R$1.094,56; RACHEL CESAR DA FONSECA SOUSA - CPF 496.016.526-04 - R$17.731,41; RACOES ARAPEC - CNPJ 11.036.024/0001-17 - R$13.808,01; RAÇÕES RGL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 10.278.368/0001-70 - R$2.333,72; RACOES SABOROSA - CNPJ 01.614.771/0001-31 - R$13.352,53; RAFAEL BAHIA E FILHOS LTDA - CNPJ 02.550.768/0001-64 - R$4.214,72; RAIMUNDO FARIA DE OLIVEIRA - CPF 259.972.546-15 - R$13.430,59; RAIMUNDO FRANCISCO CAMPOS - CPF 539.851.256-00 - R$9.828,09; RAIMUNDO VIDAL DE OLIVEIRA - CPF 186.350.086-34 - R$3.141,96; RAMON PEDROSA - CPF 099.529.886-64 - R$2.701,71; REALIZA SERVICOS PROMOCIONAIS LTDA - CNPJ 04.013.139/0001-20 - R$2.793,75; RECAPAGEM ALEX LTDA - CNPJ 19.152.198/0006-61 - R$4.094,12; RECAPAGEM ALEX LTDA - CNPJ 19.152.198/0006-61 - R$91.896,99; REDE DE POSTOS OLIVEIRA LTDA - CNPJ 11.165.625/0001-20 - R$140,25; REDE DE POSTOS OLIVEIRA LTDA - CNPJ 11.165.625/0003-91 - R$100,02; REGINALDO DOS REIS LUIZ - CPF 708.746.466-34 - R$2.250,11; REGINALDO EUSTAQUIO RIBEIRO - CPF 033.955.746-01 - R$21.368,68; REGINALDO PEREIRA DA ROCHA - CPF 032.745.588-85 - R$4.887,05; REINALDO DE OLIVEIRA - CPF 687.815.986-53 - R$6.351,24; RENAN ALVES DE ALMEIDA - CPF 079.654.806-46 - R$33.703,64; RENATO ANTONIO DE OLIVEIRA - CPF 429.389.886-72 - R$3.936,02; RENATO SOARES SILVA - CPF 053.705.186-45 - R$1.080,65; RICARDO ADRIANO SOARES - CPF 042.680.956-40 - R$6.633,19; RICARDO CARVALHO SILVA E OUTROS - CPF 038.666.746-27 - R$15.402,19; RICARDO LEÃO DA COSTA - CPF 005.930.906-75 - R$4.623,31; RICARDO ROTERDA FERREIRA - CPF 040.506.676-73 - R$4.356,41; RIO BRANCO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - CNPJ 64.277.247/0003-02 - R$71.936,26; RIVALINO DONISETE DIAS - CPF 315.967.976-49 - R$1.583,66; ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - CPF 325.065.626-72 - R$2.122,84; ROBERTO GARCIA DE CARVALHO - CPF 356.702.666-68 - R$7.908,69; ROBERTO JOSE DE OLIVEIRA SILVA - CPF 094.770.986-04 - R$3.439,64; ROBERTO JOSE PEREIRA - CPF 192.175.361-72 - R$8.501,86; RODONAVES - TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA - CNPJ 44.914.992/0013-71 - R$3.471,52; RODONAVES TRANSP E ENCOMENDAS LTDA - CNPJ 44.914.992/0013-71 - R$87,47; RODRIGO ANTONIO DE OLIVEIRA - CPF 011.818.536-56 - R$6.259,58; RODRIGO CESAR SILVA - CPF 799.267.546-00 - R$1.673,18; RODRIGO CORNELIO DE OLIVIRA RIBEIRO - CPF 074.063.866-13 - R$1.067,19; RODRIGO COSTA GONTIJO AMORIM - CPF 036.259.756-10 - R$12.437,10; RODRIGO SOUSA SILVA - CPF 052.819.726-69 - R$21.968,59; ROGERIO CAMILO - CPF 794.091.216-04 - R$8.040,20; ROGERIO DE OLIVEIRA CARDOSO - CPF 450.672.956-00 - R$2.828,62; ROGERIO IRACI DE OLIVEIRA - CPF 560.674.616-68 - R$24.640,66; ROGERIO PEREIRA BORGES - CPF 108.521.496-62 - R$1.866,10; ROMERIO MARTINS RIBEIRO - CPF 039.137.896-18 - R$10.323,26; ROMERO JOSE RODRIGUES - CPF 079.654.806-46 - R$2.428,59; ROMILDO ADRIANO PERES - CPF 079.351.516-52 - R$21.640,10; ROMILDO PINTO DA SILVA E OUTROS - CPF 522.851.466-04 - R$4.127,97;

ROMILDO ROSA DE ARAUJO E OUTROS - CPF 025.545.466-06 - R$30.276,61; RONALDO ARAUJO RESENDE - CPF 098.577.376-68 - R$42.583,71; RONALDO CORTES PEREIRA - CPF 746.785.406-44 - R$10.574,26; RONALDO DE CASTRO - CPF 710.866.096-20 - R$8.598,69; RONALDO DE OLIVEIRA JUNIOR - CPF 082.067.936-40 - R$11.700,12; RONALDO PEREIRA BORGES - CPF 490.443.466-87 - R$6.065,21; RONALDO PIMENTA E OUTRO(S) - CPF 903.178.406-06 - R$10.177,65; RONAN ALCIDES DIAS - CPF 068.522.866-57 - R$3.754,99; RONAN ALVES PEDROSA - CPF 578.563.976-91 - R$26.076,68; RONAN CESAR NUNES - CPF 397.261.506-04 - R$5.942,83; RONILDO CESAR VIEIRA - CPF 825.625.396-72 - R$16.029,09; RONIVAN ANTONIO DE PAULA - CPF 950.566.026-04 - R$20.034,68; RONY DOS REIS RORIZ CANDIDO - CPF 060.164.316-05 - R$9.418,48; ROSA ELENA SOARES PEREIRA E OUTROS - CPF 064.519.136-18 - R$7.964,95; ROSALVA MARIA MOREIRA - CPF 938.106.106-82 - R$4.246,20; ROSALVO JOSE DE OLIVEIRA - CPF 094.463.386-20 - R$8.864,34; ROSANGELA CORTES FERREIRA DE MELO - CPF 526.694.326-20 - R$10.533,57; ROSANGELA LEITE FERREIRA - CPF 429.387.166-72 - R$14.711,15; ROSELI DOS SANTOS - CPF 101.679.996-99 - R$6.130,07; ROSEMAR COSSENZO GEA - CPF 200.862.026-34 - R$11.038,89; RTG REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - CNPJ 15.031.005/0001-59 - R$122,07; RUBIO DE FREITAS SEVERO - CPF 531.758.916-91 - R$5.458,61; SAAE - LUZ - CNPJ 12.989.105/0001-02 - R$321,12; SACCO COM.IMP.E EXP. DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ 05.441.433/0001-04 - R$11.698,75; SALVADOR EUSTAQUIO LOPES E OUTRO(S) - CPF 144.585.946-72 - R$7.326,77; SAMUEL RODRIGUES DE MOURA - CPF 089.717.956-03 - R$13.241,33; SAULO HENRIQUE DE CASTRO - CPF 391.405.711-49 - R$3.703,23; SEBASTIANA ALVES PEREIRA - CPF 521.973.106-82 - R$7.146,31; SEBASTIAO ALTAIR BORGES - CPF 472.936.406-68 - R$11.077,27; SEBASTIAO ALVES DE OLIVEIRA - CPF 365.024.646-53 - R$9.327,59; SEBASTIAO ALVES PIMENTA - CPF 094.862.406-04 - R$9.036,91; SEBASTIAO ANTONIO ALBINO FILHO - CPF 467.321.956-20 - R$11.374,35; SEBASTIAO BRAZ DA SILVA - CPF 060.965.736-49 - R$5.541,79; SEBASTIAO DANILO CARDOSO - CPF 248.896.606-15 - R$10.603,15; SEBASTIAO DOS REIS BOAVENTURA - CPF 666.719.146-72 - R$5.295,97; SEBASTIAO EUDES MACHADO - CPF 048.935.246-40 - R$7.720,15; SEBASTIAO EUSTAQUIO DE MELO - CPF 406.257.966-91 - R$5.474,54; SEBASTIAO FERREIRA DE ALMEIDA - CPF 487.732.636-72 - R$7.250,97; SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS - CPF 163.557.256-87 - R$3.189,83; SEBASTIAO HELVECIO DA SILVA - CPF 322.565.746-87 - R$4.664,45; SEBASTIAO LAZARO DE MELO - CPF 322.573.926-04 - R$3.663,96; SEBASTIAO LAZARO DE MELO JUNIOR - CPF 741.589.296-87 - R$2.430,96; SEBASTIAO MOREIRA DOS SANTOS - CPF 603.062.706-68 - R$2.954,74; SEBASTIAO MORGAM DA SILVA - CPF 789.064.156-72 - R$5.725,80; SEBASTIAO OSCAR VIEIRA - CPF 718.798.206-25 - R$5.369,72; SEBASTIAO RAIMUNDO DO PORTO - CPF 534.984.616-72 - R$7.688,90; SEBASTIAO RODRIGUES DE MELO - CPF 500.328.606-68 - R$14.184,73; SEBASTIAO SILVERIO PARREIRA - CPF 983.811.216-04 - R$15.198,63; SEBASTIAO VICENTE DOS SANTOS MAGALHAES - CPF 538.744.716-91 - R$8.954,30; SELMA RAMOS RIBEIRO MENDONCA - CPF 069.025.936-04 - R$4.970,86; SELOVAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 62.700.182/0001-60 - R$66.406,23; SERGIO AUGUSTO GUIMARAES CAMPOS - CPF 888.685.676-87 - R$18.460,59; SERGIO MURILO ALVES E OUTRO (S) - CPF 753.846.476-04 - R$4.843,66; SERGIO REIS DA SILVA - CPF 036.231.006-84 - R$6.345,72; SEVERO FURTADO DA NASCIMENTO - CPF 231.749.866-72 - R$2.209,63; SEVIMOL IND.E COM.DE FERRO E ACO LTDA - CNPJ 16.575.656/0001-72 - R$3.890,88; SILVERIO ALVES CARNEIRO - CPF 468.500.826-04 - R$504,20; SILVIO ROBERTO DE MELO E OUTROS - CPF 211.418.606-78 - R$6.854,60; SIMAO PEDRO GUIMARAES COSTA - CPF 015.088.356-08 - R$24.034,20; SIMONE APARECIDA MOTTA TAVARES - CPF 195.759.388-10 - R$1.947,85; SIMONE SOARES PEREIRA E OUTROS - CPF 049.626.236-05 - R$9.182,87; SINVAL ANTONIO DE SOUSA - CPF 002.250.156-84 - R$3.901,74; SIRLEI MIRANDA ALVES - CPF 695.559.746-91 - R$8.404,59; SORALHA PAULA PEREIRA - CPF 949.924.366-68 - R$12.809,37; SUEIDER APARECIDA MENDES - CPF 907.593.706-72 - R$7.479,14; SUELEN AVELINA SILVA DOMINGOS - CPF 071.924.086-70 - R$2.951,81; SULAMERICA TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA (SAT LOGISTICA) - CNPJ 10.651.413/0001-90 - R$228,22; SUPERMERCADO SILVEIRA LTDA - CNPJ 20.841.144/0001-88 - R$813,63; SUPRIR INDUSTRIA DE METAIS LTDA - CNPJ 62.145.453/0001-63 - R$1.749,00; TARCISIO OLIVEIRA DE MELO - CPF 101.876.826-23 - R$2.151,42; TARCIZIO MARIA DE QUEIROZ - CPF 088.481.496-34 - R$13.289,82; TEREZA BELO NUNES - CPF 012.041.706-57 - R$821,60; TIBURCIO RODRIGUES DA TRINDADE - CPF 211.435.956-53 - R$4.826,42; TITO SILVA - CPF 043.141.746-68 - R$8.650,72; TRANSFRIOS TRANSPORTES LTDA - CNPJ 80.654.387/0003-09 - R$1.118,36; TRANSMASSA LOGISTICA LTDA - CNPJ 05.555.431/0001-61 - R$3.232,41; TREVISO BETIM VEICULOS LTDA - CNPJ 21.014.220/0009-00 - R$6.584,94; TULIO EUSTAQUIO DE SOUZA - CPF 068.270.396-68 - R$7.887,89; UNI ARCOS PECAS E ACESSORIOS LTDA - CNPJ 04.204.556/0001-50 - R$676,37; UNIAO TRANSP DE ENCOMENDAS E COMERCIO DE VEICULOS LTDA - CNPJ 06.897.194/0001-56 - R$158,38; UNIAO TRANSP.DE CARGAS ENCOMENDAS LTDA. - CNPJ 06.897.194/0057-00 - R$155,11; URCILANE ADRIANO DA SILVEIRA - CPF 013.187.326-11 - R$972,37; VAGNER DONIZETTI CASAGRANDE - CPF 821.375.528-68 - R$5.251,71; VAGNER EUSTAQUIO DE CARVALHO - CPF 125.342.186-20 - R$2.768,32; VALDAIR MARANHAO - CPF 306.920.086-91 - R$2.521,04; VALDECI ALVES DA SILVA - CPF 915.952.406-59 - R$23.259,33; VALDECI DA COSTA - CPF 521.583.306-00 - R$3.109,38; VALDECI DIAS MELO - CPF 000.869.416-82 - R$10.488,82;

PARTE 7 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QUADRO GERAL CREDORES CRÉDITOS NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE COMARCA DE IBIÁ/MG¿Vara Única de Ibiá/MG¿RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES - CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG-77.854, a Relação Nominal dos Credores - Créditos Ainda Não Adimplidos Integralmente (ID 9619477822), sendo que apenas terão direito a voto nas próximas Assembleias aqueles credores que ainda não tiveram seus créditos quitados, ainda que parcialmente, conforme relação a seguir: VALDECI VALERIANO - CPF 732.382.286-68 - R$25.402,82; VALDELI VICENTE DA SILVA - CPF 033.060.136-92 - R$8.751,70; VALDINOR DOS REIS EVANGELISTA - CPF 640.550.006-34 - R$3.206,12; VALDIR CARDOSO DE MELO - CPF 090.189.806-68 - R$6.799,85; VALDIR CARVALHO DA SILVA - CPF 577.810.526-68 - R$10.874,24; VALDIR FERNANDES DE MELO - CPF 183.308.516-72 - R$32.637,54; VALDIR NUNES - CPF 560.407.416-00 - R$14.100,41; VALDIVINO AMERICO VIEIRA - CPF 557.726.416-20 - R$13.291,80; VALDO DONISETE DE MATOS - CPF 521.948.846-53 - R$4.133,18; VALDOMIRO ALVES PIMENTA - CPF 320.945.236-91 - R$2.946,14; VALDOMIRO DOS SANTOS DA SILVA - CPF 908.835.276-34 - R$2.782,03; VALERIA PEREIRA DA SLVA - CPF 732.040.216-53 - R$11.507,72; VALERIO RODRIGUES PINTO - CPF 062.293.776-67 - R$7.686,48; VALMIR DOS SANTOS SILVA - CPF 043.589.586-99 - R$12.434,75; VALTER LELIO MATEUS - CPF 040.971.096-26 - R$13.626,28; VALTER RICARDO DOS SANTOS - CPF 306.860.406-00 - R$8.671,34; VALTEVIR JOSE DUARTE - CPF 357.967.156-15 - R$2.722,85; VANDA LUZIA DE SOUZA E OUTRO(S) - CPF 083.906.076-97 - R$2.336,31; VANDER DE MATOS - CPF 294.269.606-00 - R$1.829,08; VANDER JOSE DE CAMPOS - CPF 185.787.646-68 - R$1.452,61; VANDIR DOS REIS FERREIRA - CPF 660.974.876-49 - R$8.124,22; VICENTE DE CASTRO - CPF 170.694.246-04 - R$10.331,03; VICENTE DE PAULO DA SILVA - CPF 798.532.186-15 - R$10.094,54; VICENTE PAULO SOARES - CPF 564.971.216-68 - R$10.682,39; VICTOR FRANCISCO DE AGUIAR - CPF 320.702.096-87 - R$3.099,59; VICTOR PAULO DOS SANTOS - CPF 100.578.516-38 - R$11.933,19; VILSON FLORENTINO VASCONCELOS - CPF 742.483.678-15 - R$4.806,25; VITOR CAETANO LEAL - CPF 154.815.066-53 - R$12.577,66; VITOR HUGO PIMENTA - CPF 239.365.176-49 - R$4.270,29; VITOR ROBERTO DE CAMARGOS - CPF 983.927.006-00 - R$6.476,82; VIVIANIA VALQUIRIA FERREIRA - CPF 082.071.476-36 - R$6.259,01; WALDEMIR APARECIDO DA SILVA - CPF 028.153.886-77 - R$2.769,49; WALEWSKA IMACULADA RIBEIRO ARANTES - CPF 930.436.516-34 - R$850,36; WALFRIDO RIBEIRO DA MOTA - CPF 002.933.136-60 - R$7.149,18; WALTEMIR LOPES FERREIRA - CPF 043.940.896-20 - R$4.323,60; WALTER DOS REIS RIBEIRO - CPF 902.932.586-00 - R$25.673,41; WALTER IRIS ORDONES - CPF 361.394.326-34 - R$20.434,18; WALTER OLINTO DE CAMPOS - CPF 154.619.986-15 - R$5.784,02; WALTERSON JOSE DA SILVA - CPF 183.292.416-53 - R$8.830,53; WELITON ADRIANO LIMA DOS SANTOS - CPF 034.949.456-83 - R$915,51; WELLITON CANDIDO SILVA - CPF 053.786.026-61 - R$2.681,31; WEMERSON OLIVEIRA DE LIMA - CPF 117.741.406-67 - R$4.344,56; WERLEY DA COSTA - CPF 033.969.726-19 - R$27.919,14; WERLEY EDGAR DOS SANTOS - CPF 039.481.786-90 - R$4.394,96; WILBA ALVES DA SILVA - CPF 587.458.156-15 - R$778,81; WILLIAN FERREIRA SOARES - CPF 083.778.736-05 - R$11.677,44; WILLIAN JOSE DE PAIVA - CPF 846.110.066-20 - R$4.248,63; WILSON JOSÉ VELOSO - CPF 217.848.506-59 - R$670,32; WILSON PINTO DE FARIA - CPF 497.683.366-68 - R$5.313,01; WILSON TARCIO LEITE - CPF 035.496.146-24 - R$20.077,80; WILTON FERREIRA GALVAO - CPF 047.134.426-58 - R$13.423,88; WILTON SIMOES NUNES - CPF 063.401.176-60 - R$10.339,86; ZATIX TECNOLOGIA S/A - CNPJ 03.585.974/0001-72 - R$638,59; ZEMA DIESEL COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - CNPJ

06.088.295/0001-86 - R$44.403,96; ZENILDA DE ALMEIDA MOTA - CPF 086.001.486-00 - R$1.105,20. CLASSE ME/EPP (R$701.906,52): ACQUA CLEAN COM DISTRIB E SERVICOS LTDA - ME - CNPJ 17.243.238/0001-40 - R$4.221,29; ADO TRANSPORTES LTDA. - ME - CNPJ 10.422.477/0001-20 - R$11.158,52; AGENCIA DE PREPARACAO DE SERVICOS EIRELI - ME - CNPJ 00.000.000/0000-00 - R$4.049,17; AILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA - ME - CNPJ 07.340.260/0001-55 - R$18,04; ALBERTO MESSIAS GARCIA DE CARVALHO EIRELI - ME - CNPJ 00.000.000/0000-00 - R$2.967,85; ALEX ANDREI OTONI - CNPJ 04.182.923/0001-62 - R$5.354,52; ALINE R. DA SILVA - ME - CNPJ 06.159.290/0001-05 - R$20.684,10; ALYSSON RESENDE CANDIDO - CNPJ 11.432.483/0001-10 - R$1.453,32; ANDRE MAURICIO REPRESENTAÇOES LTDA - CNPJ 04.660.394/0001-65 - R$658,34; ASTER GRAF LTDA - EPP - CNPJ 03.284.796/0001-40 - R$149,79; AUTO MOLAS CAXUXA LTDA - ME - CNPJ 20.088.917/0001-05 - R$1.212,42; BOMBAS DIESEL BOM DESPACHO LTDA - CNPJ 20.771.937/0001-78 - R$15.341,88; CALIBRATEC LOC E COM DE INST DE MEDICAO LTDA ME - CNPJ 03.886.257/0001-80 - R$1.661,58; CENTRO AUTOMOTIVO LAFER LTDA - CNPJ 06.981.180/0001-16 - R$369,59; CERRADO PEC CONSULTORIA AGROPECUÁRIA LTDA. - CNPJ 24.310.395/0001-97 - R$2.034,74; CHANT IND COM E TRANSPORTES LTDA - CNPJ 03.195.636/0001-24 - R$2.616,28; COMERCIAL SANT'ONOFRE LTDA - CNPJ 26.399.683/0001-95 - R$3.316,78; CONCEITO A COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME - CNPJ 07.058.908/0001-03 - R$5.966,00; CRIATURA ESTUDIO LTDA - ME - CNPJ 22.466.785/0001-25 - R$4.696,48; DEZIO AUTO PE¿AS LTDA. - CNPJ 04.677.793/0001-39 - R$2.745,65; DIGITAL EXPRESS LTDA - EPP - CNPJ 23.838.650/0001-06 - R$7.248,66; DIMECOL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS P/ ESCRITORIO COLINA - CNPJ 38.662.607/0001-00 - R$132,15; DIVALDE SOARES & CIA LTDA - ME - CNPJ 02.868.672/0001-49 - R$18.197,50; DRAGA ANDRADE LTDA - CNPJ 01.801.791/0001-11 - R$3.734,51; DUARTE & OLIVEIRA LTDA. - CNPJ 01.334.078/0001/05 - R$53,93; EDINA TEREZINHA BARTOLOMEU TRANSPORTES - ME - CNPJ 28.105.362/0001-66 - R$9.932,22; EMBREARA EMBREAGENS PECAS E SERVICOS LTDA - CNPJ 00.575.325/0001-00 - R$5.294,01; ESTRATEGIA COMUNICACAO CORPORATIVA EIRELI - EPP - CNPJ 26.753.217/0001-66 - R$9.528,11; ESTRELA TRANSPORTES LTDA - CNPJ 25.962.788/0002-29 - R$455,00; FABIANO JOSE DE PAULA - ME - CNPJ 07.702.489/0001-92 - R$18.620,27; FERNANDO ALVES CAMPOS 06256565630 - CNPJ 26.396.422/0001-11 - R$16.241,00; FIBRALAT INDUSTRIA DE FIBRA DE VIDRO LTDA - ME - CNPJ 09.598.427/0001-08 - R$13.557,67; FREIO COMPRESSORES E VALVULAS LTDA - CNPJ 07.132.295/0001-07 - R$1.242,20; GALBA RODRIGUES DE OLIVEIRA - ME - CNPJ 28.381.113/0001-01 - R$11.206,59; HELENA ALVES DE CAMPOS 05115797640 - CNPJ 26.395.960/0001-91 - R$91,63; INCOTERMINAS INSTR COMPONTERMICOS MINAS - CNPJ 13.371.379/0001-98 - R$810,00; INFOPARTS TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA - CNPJ 10.986.500/0001-06 - R$2.975,33; IRMAOS DUARTE CALIBRACOES LTDA. - INA - CNPJ 10.986.500/0001-06 - R$198,41; JAQUELINE RAQUEL RODRIGUES DE ANDRADE - CNPJ 14.159.218/0001-06 - R$2.395,82; JAVE TEIXEIRA CARDOSO TRANSPORTES - ME - CNPJ 19.426.773/0001-62 - R$6.052,61; JJS PROMOCOES DE VENDAS LTDA - ME - CNPJ 11.724.774/0001-81 - R$3.395,65; JOSÉ ROBERTO DE MENDONÇA JÚNIOR - CPF 917.887.226-04 - R$92.838,03; JUBERTO CARLOS DE ANDRADE - CNPJ 21.932.640/0001-00 - R$14.760,49; JULIO COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME - CNPJ 26.258.711/0001-54 - R$9.019,15; LIMA E SILVA TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME - CNPJ 12.353.642/0001-53 - R$3.258,41; M&M EMBALAGENS LTDA ME - CNPJ 07.403.886/0001-63 - R$39.571,18; MARCOS APARECIDO DA SILVA - CNPJ 27.549.085/0001-18 - R$1.738,31; MARCOS PAULO DA SILVA - CNPJ 16.862.040/0001-82 - R$2.980,27; MAURO DE MOURA - EPP - CNPJ 38.543.898/0001-17 - R$1.988,07; MAXIMA TURISMO LTDA - EPP - CNPJ 00.450.295/0001-06 - R$1.376,48; MENDES AUTO PECAS LTDA - CNPJ 04.374.909/0001-60 - R$1.635,42; MGL TRANSPORTES LTDA - ME - CNPJ 09.263.251/0001-33 - R$54.550,22; MINAS CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA - CNPJ 18.080.373/0001-85 - R$1.170,00; MOLAS ANDRADE LTDA. ARAXÁ - CNPJ 19.934.439/0001-10 - R$16.044,31; NELCIMAR MAGNAVACCA - CPF 275.157.376-20 - R$62.017,55; NELSON MARTINS DE ANDRADE - CNPJ 12.828.636/0001-05 - R$2.201,00; NOSSA SENHORA DA LUZ MAT.CONST.LTDA - CNPJ 22.215.834/0001-57 - R$71,29; PADRONIZA - IND. BRASILEIRA DE PAST. LTDA. - CNPJ 00.405.038/0001-44 - R$1.462,75; PATOS COMERCIO DE EPI EIRELI EPP - MATRIZ - CNPJ 09.633.326/0001-20 - R$396,80; PATRO DIESEL LTDA - CNPJ 18.174.607/0001-53 - R$7.582,71; PAULISTA PALACE HOTEL LTDA. - CNPJ 21.477.286/0001-70 - R$1.181,97; PAULO CESAR DA SILVA - CNPJ 05.517.330/0001-72 - R$3.342,09; PLANALTO COMERCIO DE PECAS LTDA - ME - CNPJ 09.169.182/0001-01 - R$1.803,94; PLUSSAFETY IND E COM DE CALCADOS LTDA - MATRIZ - CNPJ 19.001.688/0001-52 - R$676,55; PNEUS ARAXA LTDA. - CNPJ 16.905.622/0001-07 - R$5.287,90; POSTO DE MOLAS PATROCINIO LTDA - CNPJ 22.147.078/0001-76 - R$1.639,72; PRICILA FIGUEIREDO NUNES DE PAULA TRANPORTES - ME - CNPJ 24.965.322/0001-33 - R$195,22; R BORGES CONSULTORIA PECUARIA LTDA - CNPJ 07.317.166/0001-85 - R$15.213,41; RACOES GOLEITE IND. E COM. LTDA - CNPJ 07.437.697/0001-01 - R$14.174,07; RACOES NUTRIBOM - CNPJ 05.812.736/0001-88 - R$2.217,77; REFRIGERACAO SOLUCAO LTDA - CNPJ 02.756.592/0001-00 - R$2.822,08; RESENDE GONTIJO RECUPERACAO DE CREDITOS LTDA - ME - CNPJ 17.383.388/0001-50 - R$1.711,81; RETIMAC RETIFICA MARTINHO CAMPOS LTDA - CNPJ 04.833.939/0001-98 - R$15.000,00; RODOMAPA TRANSPORTES LTDA - ME - CNPJ 65.311.318/0002-10 - R$3.861,32; RODOMELO TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME - CNPJ 26.262.272/0001-53 - R$9.516,03; RODOVIARIO WILSON LTDA - CNPJ 03.646.703/0003-41 - R$121,32; RPC REFRIGERACAO - CNPJ 06.084.151/0001-51 - R$267,89; SEMPRE FRIO LOG LTDA - EPP - CNPJ 14.662.244/0001-44 - R$2.615,43; SILVA AR CONDICIONADO LTDA ME - CNPJ 19.784.705/0001-75 - R$1.225,78; SISTEMAS DE RASTREAMENTO E AUTOMACAO ARAXA LTDA ME - CNPJ 18.092.867/0001-80 - R$1.825,37; SKINJET TECNOLOGIA EM LIMPEZA AUTOMOTIVA LTDA - EPP - CNPJ 05.976.540/0001-29 - R$5.479,32; SPARTA DIESEL LTDA - CNPJ 64.309.560/0001-05 - R$11.851,89; STEAMCAL MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA - CNPJ 09.184.332/0001-48 - R$4.001,00; TATIANE APARECIDA DA COSTA - CNPJ 21.021.477/0001-23 - R$2.090,89; TECFRIO REFRIGERACAO LTDA - CNPJ 26.238.993/0001-28 - R$1.834,44; TRANSPORTADORA AREIAS BRANCAS LTDA - ME - CNPJ 05.011.217/0001-10 - R$408,13; TROPICAL DIESEL LTDA - CNPJ 06.299.212/0001-06 - R$3.012,29; TUPA COMERCIO SERVICOS E TRANSP.LTDA. - CNPJ 66.473.398/0001-91 - R$24.492,15; TURBOPATOS LTDA. - CNPJ 25.815.259/0001-11 - R$5.560,00; VC PLATINUM CARGAS E ENCOMENDAS LTDA. - CNPJ 21.598.674/0001-00 - R$167,35; VEDAGOL SISTEMAS EM VEDAÇÕES LTDA. - CNPJ 09.613.912/0001-03 - R$796,78; VITORIA FERTILIZANTES LTDA EPP - CNPJ 08.181.297/0001-40 - R$1.450,00; VL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ 07.764.950/0001-31 - R$3.198,87;

PARTE 8 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QUADRO GERAL CREDORES CRÉDITOS NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE COMARCA DE IBIÁ/MG¿Vara Única de Ibiá/MG¿RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES - CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG-77.854, a Relação Nominal dos Credores - Créditos Ainda Não Adimplidos Integralmente (ID 9619477822), sendo que apenas terão direito a voto nas próximas Assembleias aqueles credores que ainda não tiveram seus créditos quitados, ainda que parcialmente, conforme relação a seguir: WISMAR DE OLIVEIRA E CIA LTDA - ME - CNPJ 64.310.998/0001-03 - R$15.549,40; ZANDER ETIQUETAS LTDA - CNPJ 04.177.274/0001-01 - R$612,29. TOTAL DE CRÉDITOS AINDA NÃO ADIMPLIDOS INTEGRALMENTE: R$26.121.604,99. Segue partes e advogados cadastrados no PJE: Laticínios União Total Ltda, OAB/MG nº 115680, 163733, 163734, 163922,130030, 35384, credores com OAB de seus advogados: Orlando Gervásio de Oliveira, OAB/MG 199974; Leonardo Alves Borges, OAB/MG 83166, 105368; Luiz Fernando Camargos, OAB/MG 83166, 105368; Cleiber Alair da Silva, OAB/MG 83166, 105368; Daniel Nascimento de Oliveira, OAB/MG 83166, 105368; José Ananias de Campos, OAB/MG 83166, 105368; Valmir Alves Barbosa, OAB/MG 83166, 105368; Marcelo Canto Ferreira, OAB/MG 83166, 105368; Liomar Caetano de Oliveira, OAB/MG 83166, 105368; Deusdete Eustáquio da Silva, OAB/MG 83166, 105368; Vladimir Pio da Silva Vidal, OAB/MG 83166, 105368; Leonídio Moreira Alves, OAB/MG 83166, 105368; Daniel Moreira Vilaca, OAB/MG 83166, 105368; Alessandro Sousa Pereira, OAB/MG 83166, 105368; Ariovaldo Alves de Sousa, OAB/MG 83166, 105368; Abel Anacleto Fonseca, OAB/MG 83166, 105368; Vladimir Machado Borges, OAB/MG 83166, 105368; Otair Alves, OAB/MG 83166, 105368; José Paulo Lúcio Campos, OAB/MG 83166, 105368; Valdair Maranhão, OAB/MG 99768, 105906, 89136; Ronaldo Adriano Nogueira, OAB/MG 183458; Leandro José de Freitas Araújo, OAB/MG 66573, 87000; Banco Bradesco S.A., OAB/MG 127218, 57986; Ecolab Química Ltda, OAB/SP 154894; Lasaro Afonso Pereira, OAB/MG 178227; Euripedes Antônio de Oliveira, OAB/MG 126590; Alpa Diesel Ltda, OAB/MG 64755; Braz dos Reis e Souza, OAB/MG 176406; Generino Pedro da Silva, OAB/MG 176406; Fernando José Gonçalves, OAB/MG 176406; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., OAB/MG

56674; João Pedro Filho, OAB/MG 176406; Enio Silva, OAB/MG 72192, 82715; José Antônio Ferreira, OAB/MG 176406; Dilson de Camargo, OAB/MG 176406; Banco Safra, OAB/SP 257198; Ilza dos Reis Matos, OAB/MG 176406; Luciano Dias dos Santos, OAB/MG 176406; José Lázaro de Oliveira, OAB/MG 176406; Divalde Soares&Cia Ltda, OAB/MG 127314; Cemig Distribuição S.A., OAB/MG 87830, 129551, 100756, 67070; Rivaldo Alves Rodrigues, OAB/MG 176406; Paulo Roberto Gonçalves, OAB/MG 176406; Edson Souza Marques, OAB/MG 176406; João Frazão Filho, OAB/MG 78317; Ledir Sidney Silva, OAB/MG 66105, 43009; Ronildo César Vieira, OAB/MG 72192, 172819, 82715; João Pereira Sobrinho, OAB/MG 176406; José Maria França, OAB/MG 176406; Odair Gomes Botelho, OAB/MG 176406; Valdomiro Rossetti, OAB/MG 176406; Gercino Coelho Marques, OAB/MG 176406; Hernane José da Silva, OAB/MG 176406; Marcelo Pereira Rosa, OAB/MG 176406; Roberto Naves Gonçalves, OAB/MG 176406; MGL Transportes Ltda ME, OAB/MG 127314; Cryovac Brasil Ltda, OAB/SP 286438; José Donizeti de Brito, OAB/MG 134089, 149868, 83572, 99028; João Pereira de Freitas, OAB/MG 188479, 199974; Oscar Simões Cruvinel, OAB/MG 197193; Arley Geraldo dos Reis, OAB/MG 176406; Itaú Unibanco S.A., OAB/MG 164982, 87253; Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A, OAB/PE 33670; Edmar da Trindade; Carlos Antônio da Trindade, OAB/MG 184048; Elbert Carvalho Lúcio, OAB/MG 83166, 105368; Eurides Pereira Filho, OAB/MG 83166, 105368; Dinamar Alves da Silva Júnior, OAB/MG 83166, 105368; Tiago Tadeu de Oliveira, OAB/MG 83166, 105368; Victor Leandro Mateus Barbosa, OAB/MG 83166, 105368; Ralph Walone Resende Ribeiro, OAB/MG 83166, 105368; Mayke Henrique da Silva, OAB/MG 83166, 105368; Rodrigo Nunes da Silva, OAB/MG 83166, 105368; Fernando Gonçalves Campos, OAB/MG 83166, 105368; Dimas José Fonseca Júnior, OAB/MG 83166, 105368; Euripedes Pereira Cintra, OAB/MG 100672, 143759; Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda, OAB/MG 188479, 162473; Rio Branco Derivados de Petróleo Ltda, OAB/MG 188479, 162473; Comercial Automotiva S.A., OAB/SP 206438; Neiber José Moreira Rodrigues, OAB/MG 169395; Baltazar Gervásio de Oliveira, OAB/MG 199974 e como Fiscal da Lei, o Ministério Público-MPMG. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Eu, __ Vânia Cristina de Fátima, Gerente de Secretaria, mandei digitar e assino. Ibiá/MG, 10 de outubro de 2022. HERRMANN EMMEL SCHWARTZ Juiz de Direito

PARTE 1 - EDITAL QGC CRÉDITOS CONSOLIDADO COMARCA DE IBIÁ/MG ¿ Vara Única de Ibiá/MG ¿ RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. QUADRO GERAL DE CREDORES CONSOLIDADO. ART. 18, DA LEI N. 11.101/2005. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG - 77.854, o Quadro Geral de Credores Consolidado (ID 9619398234), a seguir: CLASSE TRABALHISTA (R$1.697.314,83): ABEL ANACLETO FONSECA - CPF 037.399.796-58 - R$21.654,31; ALESSANDRO SOUSA PEREIRA - CPF 060.398.106-29 - R$13.873,96; ALEX BALBINO ANANIAS - CPF 138.469.676-88 - R$5.536,88; ALEX TEODORO PRADO - CPF 098.453.846-17 - R$33.219,72; AMANDA LUIZA TEODORO - CPF 088.709.946-78 - R$4.091,67; ARIOVALDO ALVES DE SOUSA - CPF 957.407.406-49 - R$13.972,07; CAIO CESAR ANDRINO - CPF 078.918.416-83 - R$7.499,22; CARLOS ALEXANDRE MARTINS PESSOA - CPF 084.643.886-08 - R$4.385,49; CARLOS ROBERTO DE SOUZA - CPF 004.782.336-47 - R$8.687,12; CHRISTIANO CARNEIRO DE BRITO - CPF 074.640.606-10 - R$0.200,00; CLEIBER ALAIR DA SILVA - CPF 083.047.976-74 - R$29.605,04; CONDE E MARQUES ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME - CNPJ 02.589.974/0001-88 - R$193.694,23; DANIEL BARBOSA FURTADO - CPF 023.706.456-10 - R$4.200,00; DANIEL MOREIRA VILAÇA - CPF 015.495.046-73 - R$40.450,89; DANIEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA - CPF 051.298.996-60 - R$20.343,91; DAYANE APARECIDA LIMA SILVA - CPF 110.483.506-14 - R$5.259,95; DEBORA RODRIGUES DE PAULA - CPF 044.966.906-83 - R$11.852,79; DELTON ALVES DE CARVALHO - CPF 566.547.316-20 - R$159.700,85; DEUSDETE EUSTAQUIO DA SILVA - CPF 427.702.706-72 - R$12.490,15; DIMAS JOSÉ FONSECA JÚNIOR - CPF 999.010.566-91 - R$35.537,38; DINAMAR ALVES DA SILVA JÚNIOR - CPF 083.240.136-60 - R$19.144,01; DORIVAL NETTO BORGES - CPF 115.991.576-83 - R$5.522,94; DOUGLAS MACHADO BORGES - CPF 083.743.896-99 - R$1.459,29; EDELCIO BARBOSA DA FONSECA - CPF 041.752.516-85 - R$5.750,76; EDER RIBEIRO - CPF 075.086.336-60 - R$11.946,70; EDILSON SILVA RIBEIRO - CPF 074.283.026-84 - R$9.459,37; EDIMAR CARVALHO MOREIRA - CPF 049.461.656-30 - R$15.544,16; ELBERT CARVALHO LÚCIO - CPF 049.674.716-92 - R$29.647,78; ERALDO RODRIGUES - CPF 046.147.966-48 - R$11.120,00; ERIQUE HENRIQUE GOMES - CPF 013.430.666-03 - R$52.759,46; ERIQUE HENRIQUE SILVA - CPF 013.430.666-03 - R$5.990,84; EURIDES PEREIRA FILHO - CPF 390.032.216-34 - R$15.819,78; FABIO JUNIOR DA SILVA - CPF 037.074.716-08 - R$3.726,89; FERNANDO FERREIRA BOTELHO - CPF 971.698.116-34 - R$1.500,00; FERNANDO GONÇALVES CAMPOS - CPF 583.308.016-91 - R$39.953,75; FERREIRA GONCALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ 00.000.000/0000-00 - R$20.092,10; GEOVANE TEIXEIRA - CPF 001.576.266-10 - R$2.322,37; GLADSTONE SOARES DE CARVALHO - CPF 029.343.946-03 - R$29.682,01; GUILHERME FERNANDO SABINO SANTOS - CPF 607.891.586-04 - R$2.308,78; GUSTAVO INACIO DA SILVA NETO - CPF 094.451.696-38 - R$17.680,28; JAIME JOSE DE SOUSA - CPF 632.580.726-04 - R$4.664,64; JOSE ALAOR BORGES - CPF 999.013.746-34 - R$4.079,29; JOSE ANANIAS DE CAMPOS - CPF 654.625.806-49 - R$69.560,04; JOSE APARECIDA GOMES - CPF 757.039.986-20 - R$4.640,84; JOSE PAULO LUCIO CAMPOS - CPF 016.306.426-14 - R$12.624,77; LAZARO PEDRO FILHO - CPF 320.948.336-15 - R$23.446,69; LEONARDO ALVES BORGES - CPF 099.829.246-05 - R$6.117,02; LEONIDIO MOREIRA ALVES - CPF 522.087.026-20 - R$20.619,33; LIOMAR CAETANO DE OLIVEIRA - CPF 840.481.906-87 - R$30.990,53; LUCAS MARTINS PINTO - CREA/MG 172205/D - R$2.152,23; LUIS FERNANDO PRATES - CORECON/MG 5594 - R$1.500,00; LUIZ FERNANDO CAMARGOS - CPF 592.846.416-91 - R$27.529,65; MAIKO BATISTA DA COSTA - CPF 055.347.406-55 - R$6.058,18; MARCELO CANTO FERREIRA - CPF 013.380.226-44 - R$28.379,51; MARCO ANTONIO SANTOS - CPF 771.062.376-04 - R$14.406,08; MARCOS APARECIDO DA SILVA - CPF 049.022.556-00 - R$12.795,31; MATEUS VICTOR DA SILVA LIMA - CPF 076.538.623-22 - R$3.295,03; MAYKE HENRIQUE DA SILVA - CPF 113.892.506-36 - R$14.155,44; MICHELLE CRISTINE SILVEIRA - CPF 816.895.606-06 - R$8.989,98; MILLER MARTEL FERNANDES - CPF 101.955.026-04 - R$5.598,76; OTAIR ALVES - CPF 036.632.768-21 - R$19.766,41; PAULO DE OLIVEIRA BRAGA FILHO - CPF 006.748.606-16 - R$1.125,00; PAULO VITOR DOS REIS RIBEIRO - CPF 094.395.866-05 - R$22.499,37; RALPH WALONE RESENDE RIBEIRO - CPF 491.804.526-04 - R$49.558,77; RINELLE NARA FERNANDES SILVA - CPF 077.666.146-93 - R$4.354,47; RODNEISON RODRIGUES - CPF 076.488.256-27 - R$4.343,65; RODRIGO DE ALMEIDA SILVA - CPF 077.974.916-23 - R$4.767,48; RODRIGO NUNES DA SILVA - CPF 122.389.236-08 - R$9.786,92; RODSON RODRIGUES - CPF 076.609.376-00 - R$9.524,70; ROGER LEONEL MACHADO - CPF 961.068.836-53 - R$208.566,45; ROMULO DANILO MOREIRA MALAQUIAS - CPF 091.857.446-38 - R$17.234,70; TIAGO TADEU DE OLIVEIRA - CPF 081.114.986-24 - R$14.405,82; VALDECI CARLOS SILVA - CPF 846.310.826-15 - R$9.175,83; VALMIR ALVES BARBOSA - CPF 047.129.926-03 - R$23.382,21; VANDIR CARVALHO DE ALMEIDA - CPF 170.827.496-00 - R$0.329,50; VICTOR LEANDRO MATEUS BARBOSA - CPF 142.600.626-89 - R$9.648,39; VINICIUS BORGES RIBEIRO - CPF 063.814.816-25 - R$6.433,02; VLADIMIR PIO DA SILVA VIDAL - CPF 085.575.796-59 - R$16.464,33; WAGNER QUINTINO - CPF 825.620.756-68 - R$36.657,59. CLASSE COM GARANTIA REAL (R$7.787.173,78): BANCO BDMG - CNPJ 34.486.817/0001-94 - R$5.640.075,14; BANCO SANTANDER - CNPJ 90.400.888/0001-42 - R$880.148,64; RED ASSET - FIDC - CNPJ 17.250.006/0001-10 - R$750.000,00; LJL LOGÍSTICA TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 12.046.557/0001-42 - R$516.950,00. CLASSE QUIROGRAFÁRIA (R$17.212.659,09): ABADIA DE FATIMA BORGES - CPF 069.789.066-03 - R$1.827,97; ABILIO ASSUNCAO CALIXTO - CPF 191.761.206-00 - R$38.301,89; ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. - CNPJ 44.597.052/0079-22 - R$4.503,00; ADALARDO RIOS - CPF 036.664.176-04 - R$3.429,82; ADAO SELVANO NOGUEIRA (FAZENDA FUNIL) - CPF 170.115.826-49 - R$11.384,33; ADEIR AUGUSTO CAETANO - CPF 557.721.106-91 - R$1.682,82; ADELIO ALCEBIADES RODRIGUES - CPF 211.276.976-68 - R$1.732,79; ADELMA MARIA DA SILVA - CPF 001.335.356-06 - R$1.542,44; ADEMAR FRANCISCO DAMACENO - CPF 023.926.796-65 - R$4.701,46; ADEMAR MOREIRA FERNANDES - CPF 595.070.986-15 - R$1.895,43; ADEMILSON ALVES COSTA - CPF 090.320.826-12 - R$5.664,18; ADEMIR A.KARDEC LEMOS - CPF 482.853.076-20 - R$2.665,44; ADILSON INACIO DE PAULA - CPF 325.432.802-78 - R$2.804,32; ADRIANA DOS REIS BARBOSA FURTADO - CPF 744.900.446-15 - R$5.662,50; ADRIANO BRAGA MELO - CPF 004.209.386-48 - R$32.334,01; ADRIANO JACINTO ROSA - CPF 053.663.516-18 - R$5.724,13; AFONSO OLIVEIRA GOMES - CPF 050.256.486-53 - R$385.609,56; AFRANIO JOSE DE PAULA - CPF 199.566.736-68 - R$2.117,85; AGENOR SANTOS DE MORAIS - CPF 634.364.506-34 - R$7.039,46; AGNALDO ALVES FERNANDES - CPF 686.711.726-00 - R$3.120,72; AGNALDO CARVALHO DA SILVA - CPF 618.343.006-49 - R$6.226,75; AGUINALDO JOSE DA SILVA - CPF 160.876.406-06 - R$9.661,26; AIER ALVES RABELO - CPF 017.115.806-78 - R$1.781,72; AILTON QUIRINO DA SILVA E OUTROS - CPF 037.108.726-00 - R$5.399,78; AIRES BENTO DUARTE - CPF 079.391.816-29 - R$72.787,27; AIRTON GONÇALVES FERNANDES - CPF 749.122.836-49 - R$2.149,15; ALAERCIO EVANGELISTA DA SILVA - CPF 049.538.286-82 - R$17.253,51; ALAIR ANTONIO DE BORBA - CPF 735.013.526-20 - R$3.162,58; ALAOR GONCALVES DE MELO - CPF

854.530.216-91 - R$299,61; ALBANO MENDONÇA GOULART - CPF 434.474.656-20 - R$2.857,91; ALCIDA MARIA DE MORAIS - CPF 429.390.116-72 - R$5.620,69; ALCIMAR MACHADO DE SOUZA - CPF 803.227.786-20 - R$17.943,45; ALECIO SILVA REIS - CPF 452.514.446-72 - R$1.664,35; ALEXANDRE CARNEIRO DE PAULA - CPF 340.718.226-00 - R$13.304,59; ALEXANDRE EDUARDO DA SILVA - CPF 892.720.726-20 - R$17.060,20; ALEXANDRE GOULART DE SOUZA - CPF 660.981.146-68 - R$3.398,00; ALEXANDRE MARCUS DE FARIA - CPF 774.668.106-91 - R$2.858,42; ALFREDO BORGES AFFONSO - CPF 719.626.626-91 - R$8.786,63; ALGAR TELECOM S/A - CNPJ 71.208.516/0001-74 - R$396,45; ALICE MARIA DA SILVA E OUTROS - CPF 765.899.946-68 - R$3.503,84; ALINE DE OLIVEIRA BATISTA - CPF 059.786.166-80 - R$10.838,16; ALINE RAQUEL DE OLIVEIRA - CPF 052.565.386-40 - R$2.707,07; ALMIR MUNIZ - CPF 358.577.306-00 - R$10.974,14; ALOISIO REZENDE CAMPOS E OUTROS - CPF 914.074.606-25 - R$10.174,37; ALPA DIESEL LTDA - CNPJ 65.382.137/0001-01 - R$107.148,90; ALVINA AMELIA DA COSTA E OUTRO(S) - CPF 810.594.266-68 - R$38.942,75; AMADOR DE LELLIS BORGES - CPF 468.443.506-78 - R$3.623,36; AMANCIO ALVES DA SILVA - CPF 160.321.796-72 - R$4.719,86; AMAURI DE MOURA MARIANO - CPF 756.983.236-15 - R$13.335,60; AMILTON LUIZ DA FONSECA - CPF 433.189.406-15 - R$338,27; AMILTON LUIZ RODRIGUES - CPF 306.822.826-34 - R$47.406,22; AMILTON VALERIO DA CRUZ - CPF 054.832.888-90 - R$2.154,10; AMIR CARNEIRO - CPF 107.957.156-68 - R$3.674,05; ANA FLAVIA FERREIRA COUTO E OUTRO(S) - CPF 001.140.856-17 - R$4.642,19; ANA MARIA CARVALHO - CPF 298.604.406-97 - R$9.651,26; ANA PAULA GONCALVES MACEDO - CPF 005.357.556-35 - R$42.368,51; ANDRE AUGUSTO FARIA - CPF 077.814.846-73 - R$19.829,01; ANDRE LUIS CARVALHO AMERICO - CPF 032.776.466-02 - R$9.925,89; ANDRE LUIZ GOULART DIAS - CPF 078.319.236-32 - R$9.371,99; ANDRE PAGAN - CPF 297.253.938-99 - R$2.785,18; ANISIO ALVES CARDOSO - CPF 153.937.041-00 - R$2.246,56; ANIVALDO ALMERICO CESARIO DA SILVA E OUTROS - CPF 472.868.816-04 - R$13.605,05; ANIZIO JOSE RODRIGUES BORGES - CPF 983.808.186-87 - R$443,03; ANTENOR LEMOS FILHO - CPF 161.278.626-04 - R$15.225,11; ANTENOR NELSON DE AVILA - CPF 094.391.376-49 - R$16.328,32; ANTONIO AUGUSTO GOMES - CPF 521.945.076-04 - R$5.297,87; ANTONIO BOSCO DE SOUZA - CPF 191.549.926-72 - R$4.879,51; ANTONIO CARLOS DE CASTRO BELO - CPF 621.251.416-04 - R$3.021,76; ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA RAMOS - CPF 811.370.606-20 - R$4.997,28; ANTONIO CARLOS GONTIJO - CPF 647.973.766-00 - R$17.162,38; ANTONIO DE LOURDES DA SILVA - CPF 320.699.446-20 - R$3.383,55; ANTONIO DE OLIVEIRA BRAGA - CPF 074.255.546-15 - R$8.219,94; ANTONIO DE SOUZA MATEUS - CPF 341373.276-53 - R$1.303,67; ANTONIO DONIZETE PEREIRA - CPF 302.940.886-87 - R$1.432,30; ANTONIO EUSTAQUIO DE SOUZA - CPF 160.301.926-04 - R$9.705,78; ANTONIO EUSTAQUIO MARIANO - CPF 697.112.756-00 - R$11.492,39; ANTONIO JOAQUI DA SILVA 02 - CPF 492.306.206-10 - R$459,56; ANTONIO JULIO DE OLIVEIRA - CPF 199.581.706-63 - R$24.065,15; ANTONIO JULIO RIBEIRO - CPF 357.924.506-68 - R$858,17; ANTONIO LAZARO DUARTE - CPF 262.642.186-34 - R$7.511,58; ANTONIO LUCIO FERNANDES - CPF 310.025.876-20 - R$29.237,24; ANTONIO LUIZ COUTINHO DA SILVA - CPF 490.857.358-15 - R$2.585,88; ANTONIO LUIZ GONÇALVES FILHO - CPF 472.833.356-68 - R$17.344,24; ANTONIO MARCOS DA PAIXAO E OUTRO(S) - CPF 565.398.866-91 - R$5.194,45; ANTONIO OLIMPIO MACHADO - CPF 301.383.706-30 - R$4.238,19; ANTONIO PAULO DE ARAUJO - CPF 043.086.116-87 - R$3.227,41; ANTONIO PEDRO DA SILVA - CPF 124.052.056-53 - R$6192,55; ANTONIO PEDRO DA SILVA - CPF 160.874.296-20 - R$0.115,56; ANTONIO RODRIGUES DA SILVA - CPF 320.932.846-34 - R$4.651,71;

PARTE 2 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QGC CRÉDITOS CONSOLIDADO COMARCA DE IBIÁ/MG ¿ Vara Única de Ibiá/MG ¿ RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. QUADRO GERAL DE CREDORES CONSOLIDADO. ART. 18, DA LEI N. 11.101/2005. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG - 77.854, o Quadro Geral de Credores Consolidado (ID 9619398234), a seguir: ANTONIO VALADARES MACHADO - CPF 443.865.596-04 - R$9.083,88; ANTONIO VIRGILIO - CPF 045.160.698-14 - R$1.735,33; APARECIDA MARIA DE JESUS COELHO - CPF 051.074.076-68 - R$10.549,34; ARCOM S/A - CNPJ 25.769.266/0001-24 - R$811,33; ARIOMAR RODRIGUES CARDOSO - CPF 104.007.016-77 - R$487,49; ARLEI GONCALVES DOS SANTOS E OUTROS - CPF 581.313.616-91 - R$6.221,85; ARMANDO JOSE DE FREITAS - CPF 086.906.856-34 - R$2.368,61; AROLDO BUENO DE ALMEIDA - CPF 068.379.656-97 - R$9.197,90; ARTFLEXIVEIS LTDA - CNPJ 03.692.395/0001-29 - R$10.719,23; ARTUR DANIEL BRAZ DE QUEIROZ - CPF 567.664.328-53 - R$10.963,02; ASTRUM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ 07.719.691/0001-27 - R$10.089,50; ATALIBA IVAN DE AVILA - CPF 097.419.336-49 - R$12.257,41; ATARLEI FRANCISCO DO COUTO - CPF 481.567.446-91 - R$1.990,78; AUDELINA DOS REIS MACHADO - CPF 074.893.626-28 - R$8.883,16; AUTO CECILIA LTDA - CNPJ 20.901.039/0001-97 - R$1.932,13; AUTO PECAS RICARDO ZEMA LTDA - CNPJ 16.907.206/0001-30 - R$2003,97; AUTO PECAS RICARDO ZEMA LTDA - CNPJ 16.907.206/0008-06 - R$0.490,79; AUTO POSTO CANASTRA LTDA - CNPJ 12.674.973/0001-95 - R$10.200,00; AUTO POSTO LUCENTER LTDA - CNPJ 11.212.593/0001-76 - R$591,42; AUTO POSTO SAO DOMINGOS LTDA - CNPJ 22.575.161/0001-46 - R$8.552,66; AUTO ZEMA LIMITADA - CNPJ 20.030.086/0001-02 - R$918,82; AUTOPATOS CAMINHOES LTDA - CNPJ 20.310.249/0001-00 - R$18.303,99; AVENOR TERENCIO DE CARVALHO - CPF 661.203.496-34 - R$2.647,43; BALTAZAR CARDOSO - CPF 061.926.706-25 - R$6.179,86; BALTAZAR DOS REIS BORGES - CPF 477.513.556-20 - R$7.943,21; BALTAZAR GERVASIO DE OLIVEIRA - CPF 160.318.576-34 - R$20.854,70; BALTAZAR JACINTO LEMOS - CPF 210.742.246-04 - R$1.508,89; BALTAZAR ROBERTO DA COSTA - CPF 239.433.866-00 - R$8.260,36; BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. - CNPJ 59.438.325/0001-01 - R$143.119,28; BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ 60.746.948/0001-12 - R$308.314,86; BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - CNPJ 90.400.888/0001-42 - R$3.509.297,89; BARBARA EDUARDA FERREIRA DE OLIVEIRA - CPF 123.838.096-40 - R$3.299,43; BATUIR JOAQUIM DE MELO - CPF 260.235.396-53 - R$18.383,44; BEATRIZ DE LIMA E MELLO - CPF 525.878.866-00 - R$616,11; BELCHIOR CARLOS DE CASTRO - CPF 482.856.926-04 - R$21.742,24; BELCHIOR DOS REIS GONDIM - CPF 928.073.306-06 - R$2.770,20; BELCHIOR DOS REIS SANTOS - CPF 434.064.166-91 - R$4.390,06; BELCHIOR VIEIRA DE BARCELOS - CPF 626.169.946-15 - R$6.713,27; BELMIRA MARIA ANDRE - CPF 778.198.886-87 - R$6.157,06; BENNEDITO DOS SANTOS DA SILVA - CPF 417.166.126-91 - R$2.379,47; BONO TRANSPORTES RODOVIARIOS E DISTRIBUICAO - CNPJ 07.570.829/0003-30 - R$10.551,51; BORA TRANSPORTES LTDA - CNPJ 05.504.835/0001-00 - R$74.687,20; BRABUS AUTO PECAS LTDA - CPF 060.181.996-96 - R$383,48; BRANYL COM IND TEXTIL LTDA - CNPJ 43.631.191/0001-00 - R$3.245,32; BRAS RODRIGUES DO AMARAL - CPF 738.065.526-49 - R$280,87; BRAZ JOSE PEDROSA - CPF 908.990.596-00 - R$3.226,05; BRUNO CESAR GOMES PEREIRA - CPF 065.265.576-94 - R$12.284,00; BRUNO NONATO FONSECA - CPF 065.032.596-62 - R$9.449,79; CACILDO BATISTA DE OLIVEIRA - CPF 160.329.186-53 - R$1.894,77; CACILDO DA SILVA - CPF 487.731.156-49 - R$8.946,13; CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ 00.360.305/0001-04 - R$145.427,35; CAMILO DE LELIS PIMENTA - CPF 597.425.006-06 - R$24.508,69; CAP-LAB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 74.586.124/0001-37 - R$13.900,62; CARLOS ALBERTO DE AVILA RABELO - CPF 340.759.926-91 - R$8.762,70; CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA - CPF 602.718.176-15 - R$1.571,22; CARLOS ALBERTO FERREIRA MADUREIRA - CPF 000.000.000-00 - R$386,25; CARLOS ALBERTO MARQUES - CPF 846.606.786-87 - R$17.054,57; CARLOS ANTONIO DA TRINDADE - CPF 493.789.706-30 - R$8.388,32; CARLOS EDUARDO DE SANTANA - CPF 015.290.046-24 - R$4.856,42; CARLOS EURIPEDES LEAL - CPF 639.278.706-25 - R$4.845,10; CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA MUCHON - CPF 642.151.566-53 - R$2.752,67; CARLOS GERALDO CAMPOS MACIEL - CPF 561.446.106-00 - R$2.391,73; CARLOS HENRIQUE DE CASTRO - CPF 085.680.286-75 - R$9.906,94; CARLOS HENRIQUE GOULART DE MELO - CPF 088.514.736-76 - R$7.065,72; CARLOS HUMBERTO GOULART - CPF 182.675.566-72 - R$10.860,17; CARLOS JOSE FERREIRA DA SILVA - CPF 269.462.896-68 - R$4.530,08; CARLOS JOSÉ GOULART - CPF 437.746.956-87 - R$10.768,00; CARLOS MIR PEREIRA - CPF 761.315.566-87 - R$10.682,26; CARLOS ROBERTO DA SILVA PANICIO FILHO - CPF 045.630.386-36 - R$11.653,27; CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ 45.543.915/0013-15 - R$1.591,24; CD EMBALAGENS LTDA - CNPJ 23.956.048/0001-73 - R$981,34; CELIA TEIXEIRA E OUTRO(S) - CPF 026.462.526-92 - R$3.337,30; CELIO DOS REIS BORGES TEIXEIRA - CPF 176.846.096-53 - R$3.514,82; CELIO OMAR DE REZENDE - CPF 037.517.586-58 - R$7.458,85; CELISLENE CESAR CORREA DE NORONHA - CPF 882.857.406-25 - R$4.066,95; CEMIG DISTRIBUICAO S.A - CNPJ 06.981.180/0001-16 - R$80.327,14; CENTRO AUTOMOTIVO BH SUL LTDA - CNPJ 00.058.752/0003-75 - R$10.643,69; CENTRO DE SERVICOS FRANGO ASSADO NORTE LTDA - CNPJ 02.896.671/0003-70 - R$572,20; CENTRO MEDICO DOUTOR SAUL MENDES DE PAIVA LTDA - CNPJ 03.629.350/0001-00 - R$2.309,77; CESAR SILVERIO DE MELO - CPF 564.167.176-20 - R$11.355,01; CIRO JOSIMAR DA SILVA RIACHO - CPF 075.213.266-01 - R$2.178,64; CLARICE SIMONE DO COUTO - CPF 039.323.596-31 - R$10.619,23; CLARINES

JANETE WERNER MATRIZ - CNPJ 03.783.280/0001-40 - R$30.690,51; CLAUDIO CARDOSO DE OLIVEIRA - CPF 050.933.346-00 - R$35.393,76; CLAUDIO GERALDO DA SILVA - CPF 827.742.776-04 - R$13.972,47; CLAUDIO JOSE DA SILVA - CPF 838.079.346-34 - R$24.126,67; CLAUDIO JOSE DE MORAIS - CPF 686.864.126-53 - R$694,62; CLAUDIO PINHEIRO DE OLIVEIRA - CPF 230.920.096-49 - R$14.892,02; CLAUDIO SILVA JUNIOR - CPF 125.741.266-37 - R$992,74; CLEBER NUNES FELICIO - CPF 994.309.596-20 - R$2.227,30; CLEIDE GARCIA DE REZENDE SILVA - CPF 947.338.216-20 - R$7.957,58; CLEMILSON EUSTAQUIO DOS REIS - CPF 062.674.856-92 - R$2.744,10; CLERIO MARCELINO GOMES - CPF 256.242.886-20 - R$6.728,95; CLESIO DA COSTA DE ALMEIDA - CPF 264.643.908-30 - R$44.268,42; COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A. - CNPJ 45.987.005/0261-54 - R$7.617,74; COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA - CNPJ 17.281.106/0001-03 - R$1.668,82; CONSTROLUZ LTDA - CNPJ 00.196.642/0001-08 - R$204,08; COOP. DE PRODUCAO DE LEITE DO MUN. DE BOM SUCESSO MG LTDA - CNPJ 08.112.721/0001-03 - R$717,27; COOPERATIVA AGROPASTORIL E INDUSTRIAL DE BAMBUÍ/MG - CNPJ 17.034.117/0001-99 - R$11.039,82; COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - CPF 619.090.416-53 - R$5.524,62; COPAVE COMERCIAL PATENSE DE VEICULO S/A - CNPJ 19.050.715/0002-68 - R$1.454,76; CRISTIANO PORTES BRANDAO - CPF 853.977.846-72 - R$1.395,52; CRISTINA APARECIDA DE SOUZA - CPF 000.000.000-00 - R$94,46; CRYOVAC BRASIL LTDA - CNPJ 02.178.092/0008-04 - R$24.462,00; CUSTODIO GONTIJO DE OLIVEIRA - CPF 523.000.566-15 - R$3.523,06; DAISE KARINE COELHO DE RESENDE - CPF 030.354.186-59 - R$1.116,14; DALMO GONDIM ROSA - CPF 462.255.016-49 - R$1.544,35; DALTON BERNARDO DE SOUZA - CPF 053.821.856-89 - R$21.396,14; DALVO JOSE DE SOUZA E OUTROS - CPF 560.398.916-53 - R$3.199,78; DAMIAO JOSE BARBOSA E OUTROS - CPF 733.333.956-49 - R$6.764,65; DANIEL DE ANDRADE PINTO E OUTROS(S) - CPF 075.989.766-27 - R$13.213,64; DANIEL DE PADUA LOPES - CPF 102.099.496-78 - R$33.301,70; DANIEL GERALDO SILVA - CPF 074.359.236-05 - R$1.926,37; DANIEL RODRIGUES RIBEIRO - CPF 063.640.936-80 - R$103,21; DARCI FERREIRA DA SILVA - CPF 228.426.831-53 - R$11.629,35; DARCI RODRIGUES MACHADO - CPF 130.528.296-53 - R$5.914,49; DARCY ISMAEL DOS REIS OLIVEIRA - CPF 360.674.156-15 - R$15.418,05; DARLA APARECIDA GOULART - CPF 094.417.066-80 - R$2.302,47; DARWIN GEA ZSCHABER NOGUEIRA - CPF 176.343.346-34 - R$2.318,77; DAVI FERREIRA ROSA - CPF 434.116.226-87 - R$15.937,23; DAVID GOMES RABELO - CPF 058.820.336-08 - R$14.309,42; DAVID GUEDES DE MOURA - CPF 360.212.706-06 - R$4.133,83; DELLAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - CNPJ 03.316.661/0001-19 - R$9.225,16; DENISE DE FATIMA MACHADO - CPF 094.097.976-40 - R$3.595,29; DEVAIR SOARES DA SILVA - CPF 710.483.676-49 - R$12.462,76; DEYSE APARECIDA VITAL CARDOSO - CPF 117.026.886-23 - R$3.012,48; DIEIZON PEREIRA GUIMARAES - CPF 004.202.426-94 - R$10.185,87; DIMAS FERNANDES BAHIA - CPF 363.352.406-10 - R$10.684,72; DIMAURA CRISTINA LEAL - CPF 075.979.656-48 - R$992,74; DIOGO FERNANDO DE ANDRADE - CPF 073.468.156-96 - R$2.728,79; DIONEI GONCALVES FERREIRA - CPF 057.081.116-31 - R$17.002,37; DISTACAR EIRELE - CNPJ 66.336.579/0001-76 - R$808.043,48; DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA - CNPJ 01.256.137/0001-74 - R$56.309,40; DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETROLEO LTDA - CNPJ 01.256.137/0006-89 - R$94.549,82; DIVINO HONORIO DA SILVA - CPF 134.514.806-20 - R$1.341,76; DJALMA JOSE LEMOS - CPF 145.465.586-00 - R$8.620,88; DOMINGOS LOPES DE ARAUJO COSTA - CPF 117.967.826-53 - R$3.667,85; DONISETE DOS REIS OLIVEIRA - CPF 460.264.286-15 - R$31.361,45; DONIZETE APARECIDO DA SILVA - CPF 273.801.576-04 - R$5.228,68; DONIZETE RIBEIRO ALVES - CPF 474.085.536-49 - R$54.646,74; DORACI MARIA CARDOSO - CPF 100.606.876-73 - R$2.920,09; DULCE FERNANDES - CPF 167.788.358-85 - R$5.508,09; DURVAL JOSE MARTINS - CPF 427.701.226-49 - R$14.694,17; ECOLAB QUIMICA LTDA - CNPJ 00.536.772/0001-42 - R$6.800,92; EDGAR SEBASTIAO DE PAULA - CPF 853.787.806-59 - R$2.048,04; EDILENE NADIA LEMES RODRIGUES - CPF 054.668.166-20 - R$5.917,90; EDILSON CHAVES - CPF 326.758.956-87 - R$2.004,00; EDMAR DA MOTA - CPF 302.159.606-10 - R$6.935,20; EDMAR DA TRINDADE - CPF 554.505.556-87 - R$20.199,47; EDMAR DE AVILA CARNEIRO - CPF 012.129.096-40 - R$21.538,94; EDMAR REZENDE DE MELO - CPF 787.505.126-68 - R$10.549,00; EDSON DA SILVA FRANCO - CPF 048.980.046-79 - R$74.621,71; EDSON SALGADO DE OLIVEIRA - CPF 909.343.006-82 - R$5.307,20; EDUARDO EURIPEDES SILVA - CPF 066.668.496-04 - R$5.542,59; EDUARDO JOSE DE OLIVEIRA - CPF 160.402.106-30 - R$4.472,23; EDUARDO JOSE DE OLIVEIRA - CPF 506.579.506-10 - R$4.904,77; EDUARDO JOSE GARCIA - CPF 545.129.726-68 - R$2.105,58; EDUARDO LUCAS ROCHA - CPF 992.089.116-91 - R$5.256,40; EDVALDO RODRIGUES DE SOUZA - CPF 045.999.526-05 - R$5.429,68; ELANO AMERICO VIEIRA - CPF 757.041.026-20 - R$9.089,21; ELBER DOS REIS ALVES - CPF 074.063.176-46 - R$19.760,90; ELCI RAIMUNDO DE FARIA - CPF 390.132.436-49 - R$2.668,52; ELCIO MARIA CAMELO LEAO - CPF 694.499.966-87 - R$11.090,89; ELEUSA MARIA ROMAO - CPF 014.683.066-00 - R$5.908,55

PARTE 3 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QGC CRÉDITOS CONSOLIDADO COMARCA DE IBIÁ/MG ¿ Vara Única de Ibiá/MG ¿ RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. QUADRO GERAL DE CREDORES CONSOLIDADO. ART. 18, DA LEI N. 11.101/2005. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG - 77.854, o Quadro Geral de Credores Consolidado (ID 9619398234), a seguir: ELI JOAQUIM DE ALMEIDA - CPF 041.196.876-94 - R$28.645,77; ELIANA LUISA DA COSTA CARVALHO - CPF 842.196.456-91 - R$1.655,38; ELIANA MARIA DOS SANTOS - CPF 081.956.446-00 - R$3.703,93; ELIANE DE FATIMA SANTOS - CPF 472.933.816-20 - R$1.066,57; ELIAS DE MORAIS PESSOA FILHO - CPF 697.117.206-04 - R$3.808,64; ELIEZER JOSE DO NASCIMENTO - CPF 325.108.106-34 - R$376,85; ELISA REGINA DA SILVA RODRIGUES - CPF 034.386.326-08 - R$8.842,14; ELISANGELA APARECIDA CARVALHO - CPF 056.478.116-98 - R$3.177,00; ELIVALDO ANTONIO DE ASSIS - CPF 818.971.466-04 - R$12.831,06; ELIVANDO ANTONIO DE ASSIS - CPF 771.053.546-15 - R$19.193,97; ELSON AMERICO VIEIRA - CPF 406.035.718-91 - R$11.011,06; ELSON MANOEL DA SILVA - CPF 211.140.928-60 - R$3.814,49; ELTON DE OLIVEIRA MACIEL - CPF 535.032.286-91 - R$18.105,02; ELVIRA TEODORA DA SILVA E OUTROS - CPF 027.875.676-06 - R$62.592,31; EMBALPHARMA EIRELI - CNPJ 09.154.315/0001-68 - R$325,37; EMILIANO GONÇALVES NUNES - CPF 061.824.616-91 - R$2.060,39; ENE AMERICO VIEIRA - CPF 229.351.426-91 - R$1.259,25; ENIO ROGÉRIO RODRIGUES - CPF 042.207.466-76 - R$2.483,16; ENIO SILVA - CPF 052.262.996-21 - R$13.446,62; ERCIO FERREIRA DE BORBA - CPF 719.500.796-00 - R$12.652,77; ERNANI JOSE MENDES - CPF 397.245.816-91 - R$7.231,06; ESLO DE CASTRO ALVES - CPF 765.899.436-72 - R$15.794,79; ESMERALDO MARTINS PARREIRA - CPF 445.335.356-15 - R$2.743,98; ESTOK COMERCIO E REPRESENTACOES S/A - CNPJ 49.732.175/0054-94 - R$579,20; ETELVINO GOMIDES DE LACERDA - CPF 611.891.546-68 - R$4.689,98; EUCLIDES SIFUENTES - CPF 132.256.856-15 - R$4.944,74; EUFRASIO MOREIRA DA MOTA - CPF 351.409.256-72 - R$8.344,73; EURIPEDES ANTONIO DE OLIVEIRA - CPF 075.811.048-00 - R$31.557,71; EURIPEDES GONCALVES DE OLIVEIRA - CPF 160.277.876-00 - R$4.230,48; EURIPEDES JOSE BRAZ - CPF 248.599.586-91 - R$5.878,31; EURIPEDES PEDRO - CPF 161.135.606-78 - R$7.781,20; EURIPEDES PEREIRA CINTRA - CPF 061.211.956-49 - R$30.531,78; EURO RIBEIRO DOS SANTOS - CPF 682.555.356-91 - R$1.622,16; EUSTAQUIO DE OLIVEIRA - CPF 949.197.806-30 - R$1.948,87; EVAIR DA ROCHA SILVA E OUTROS - CPF 029.060.596-25 - R$3.747,20; EVANDRO JOSE PEREIRA - CPF 182.645.656-20 - R$5.125,98; EVANIA MARIA DA SILVA - CPF 718.774.016-68 - R$7.705,35; EXXCELENCIA CONSULTORIA EM SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA - CNPJ 13.937.011/0001-44 - R$163,61; FABIANA BELCHIOLINA DUARTE - CPF 118.699.636-60 - R$10.196,15; FABIO ANTONIO DOS REIS E OUTROS - CPF 042.106.556-78 - R$15.507,63; FABIO DA SILVA FERNANDES - CPF 044.034.206-64 - R$23.773,84; FABIO HUMBERTO SILVA DAMASCENO - CPF 564.973.506-91 - R$1.269,85; FABIO NELSON FIUZA - CPF 004.011.106-72 - R$13.713,71; FATIMA APARECIDA RIBEIRO - CPF 596.853.606-34 - R$323,92; FAUSTO DONIZETE DE CARVALHO - CPF 718.868.696-34 - R$2.420,92; FERMENTECH COM.INSUMOS P/ ALIMENTOS LTDA - CNPJ 06.032.400/0001-65 - R$5.350,07; FERNANDO ANTONIO DA TRINDADE - CPF 787.332.196-72 - R$11.566,48; FERNANDO GONCALVES CAMPOS (JUNIO ALBINO DE SOUSA) - CPF 583.308.016-91 - R$326,46; FERNANDO GONCALVES CAMPOS (PEDRO PAULO VARGAS) - CPF 583.308.016-91 - R$164,30; FERNANDO VIANA DE MENEZES - CPF 534.524.296-87 - R$2.343,45; FLAVIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA E OUTROS - CPF 048.858.906-16 - R$5.195,52; FLAVIO ASSUNCAO - CPF 912.154.986-91 - R$10.297,32; FLAVIO JOSE DOS SANTOS - CPF 121.595.046-29 - R$9.817,75; FLAVIO LUCIO GUIMARAES - CPF 365.712.706-25 - R$1.480,28; FLAVIO SILVERIO ALVES - CPF 239.344.846-20 - R$2.489,91; FLAVIO TEXEIRA DE CARVALHO - CPF 274.587.176-53 - R$2.155,81; FLORIVALDO DA CUNHA - CPF 005.445.858-79 - R$44.832,36; FM IMPRESSOS PERSONALIZADOS LTDA - CNPJ 13.555.994/0001-54 - R$1.354,37; FRANCISCO BALTAZAR DOS REIS - CPF 170.148.086-72 - R$9.237,30; FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO - CPF 694.975.836-72 - R$5.698,80; FRANCISCO LUIS PARREIRA - CPF 294.247.636-20 - R$42.098,61; FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO - CPF 160.270.436-87 - R$2.019,73; FRANCISCO

PINTO DA SILVEIRA - CPF 164.289.436-20 - R$6.068,43; FRANCISCO SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA - CPF 789.139.506-34 - R$4.337,68; FREDERICO AGUIAR - CPF 046.700.286-00 - R$3.099,59; FREDERICO KAROL RIBEIRO - CPF 863.102.161-04 - R$9.030,07; FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ 92.660.406/0032-15 - R$425,93; FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ 92.660.406/0002-08 - R$3.116,36; FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ 92.660.406/0011-90 - R$4.601,12; FRIOVIX COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA - CNPJ 09.316.105/0001-29 - R$1.541,56; FW DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ 08.897.417/0017-78 - R$406,54; GASPAR LEANDRO DA SILVA - CPF 863.023.886-00 - R$4.533,28; GEISIANE MARIA DO AMARAL DA SILVA - CPF 120.252.536-99 - R$2.478,16; GELCIENE MARIA MARTINS STACCIARINE - CPF 274.189.951-72 - R$1.008,53; GELCIMAR EDSON DE CAMPOS - CPF 027.148.406-39 - R$9.842,00; GENESIO ANTONIO DA SILVA - CPF 585.431.046-53 - R$16.876,70; GENI FERREIRA DE SOUZA - CPF 051.112.806-18 - R$1.319,80; GERALDO ALEXANDRE PINHEIRO - CPF 165.394.276-20 - R$1.393,49; GERALDO ANTONIO AIRES - CPF 055.670.096-15 - R$14.574,43; GERALDO ANTONIO DE OLIVEIRA - CPF 397.287.496-00 - R$1.854,01; GERALDO CAIXETA NUNES E OUTROS - CPF 593.522.566-20 - R$10.457,57; GERALDO CELIO XAVIER - CPF 490.898.116-72 - R$20.590,20; GERALDO EURIPEDES DA SILVA - CPF 002.725.576-09 - R$3.244,44; GERALDO EUSTAQUIO GONTIJO - CPF 880.642.126-34 - R$5.535,22; GERALDO GONÇALVES - CPF 037.968.176-53 - R$473,48; GERALDO LIBERIO DA SILVA 03 - CPF 357.964.646-04 - R$1.485,04; GERALDO LUIS - CPF 819.671.521-87 - R$1.411,12; GERALDO MAGELA DE CASTRO 1 - CPF 042.703.636-49 - R$40.931,55; GERALDO MAJELA CRUVINEL FERREIRA - CPF 294.263.246-15 - R$1.202,71; GERALDO MAJELA RESENDE CARVALHO E OUTROS - CPF 515.697.876-20 - R$7.385,20; GERALDO MAJELA TAVARES - CPF 049.837.016-05 - R$5.033,85; GERALDO MODESTO DE OLIVEIRA (JOAO JOSE) - CPF 002.897.036-54 - R$1.095,50; GERALDO RAIMUNDO GONTIJO - CPF 108.603.556-91 - R$6.219,89; GERALDO VINICIUS LOPES SILVA - CPF 100.477.216-50 - R$18.529,01; GETULIO JUSTINO DE OLIVEIRA - CPF 133.338.446-72 - R$419,62; GILBERTO AFONSO RIBEIRO - CPF 182.673.006-00 - R$1.690,29; GILBERTO BORGES GUIMARÃES - CPF 565.416.196-20 - R$1.169,50; GILMAR AFONSO DA SILVA - CPF 054.397.726-93 - R$16.377,53; GILMAR JOSE PEREIRA - CPF 963.679.626-20 - R$1.844,94; GILMAR RODRIGUES DA SILVA - CPF 043.567.117-00 - R$7.588,84; GILSON ARAUJO DE LIMA - CPF 111.108.566-87 - R$3.294,21; GILSON JOSE REZENDE - CPF 431.632.206-06 - R$8.236,35; GILVANY ANTONIO FONSECA DA COSTA - CPF 736.600.516-91 - R$3.087,63; GISLENE FERREIRA GALVAO - CPF 046.153.496-70 - R$9.319,12; GLAUCIA MARIA MILAN PROCOPIO - CPF 369.828.816-87 - R$2.745,18; GLOBAL CREDIT SISTEMAS LTDA - CNPJ 13.891.738/0001-38 - R$3.232,22; GLOBALFOOD SIST.INGRED. E TECN. - CNPJ 57.988.206/0001-99 - R$5.136,00; GODOFREDO CREOSVANDO VIEIRA - CPF 003.068.456-01 - R$5.926,22; GUILHERME CARNEIRO CORREA - CPF 084.201.756-92 - R$4.193,42; GUILHERME DE SOUSA QUEIROZ - CPF 444.947.696-49 - R$8.173,77; GUSTAVO HENRIQUE DE CARVALHO - CPF 121.351.146-18 - R$13.432,41; GUSTAVO JOSE FERREIRA - CPF 107.002.006-06 - R$1.356,32; GUSTAVO SENRA GUIMARAES - CPF 105.442.076-96 - R$1.335,89; HAMILTON DOS REIS TEIXEIRA - CPF 055.013.686-09 - R$10.370,47; HAMILTON RIBEIRO SILVA - CPF 755.568.716-04 - R$3.147,39; HAROLDO ELISEU CAIXETA - CPF 090.191.386-34 - R$18.877,36; HAROLDO LUIS DIAS - CPF 033.254.126-61 - R$1.353,09; HASSAN YOUSSEF HACHEM - CPF 150.928.106-10 - R$382,68; HEATCRAFT DO BRASIL LTDA - CNPJ 60.179.488/0001-98 - R$4.362,02; HEITOR MONTANDON - CPF 090.180.696-04 - R$3.017,82; HELENICE MARIA RESENDE - CPF 494.802.866-53 - R$17.040,48; HELIO ALVES DA CUNHA 02 - CPF 356.643.556-20 - R$23.976,45; HELIO ANTONIO TERRA - CPF 547.144.006-49 - R$1.964,39; HELIO DE OLIVEIRA LEMOS - CPF 094.621.396-87 - R$32.889,65; HELIO MACHADO DIAS - CPF 048.726.046-52 - R$8.960,02; HELIO MARTINS MAIA - CPF 070.565.765-68 - R$1.174,77; HELVECIO MAGELA DE FARIA - CPF 025.256.426-00 - R$7.610,91; HENRIQUE DA SILVEIRA - CPF 887.420.676-34 - R$6.649,43; HENRIQUE PAULINELLI COIMBRA - CPF 687.218.116-87 - R$5.326,64; HERCULANO FERREIRA - CPF 013.045.936-49 - R$7.724,91; HERLON MARCIO LIMA SANTOS - CPF 995.643.786-72 - R$4.717,29; HERON SOARES - CPF 449.833.796-49 - R$6.129,35; HILDO JOSE RODRIGUES - CPF 737.040.166-91 - R$10.700,72; HOMERO GONTIJO DE MORAIS FILHO E OUTROS - CPF 036.066.256-00 - R$6.830,65; HP EMBALAGENS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 67.274.811/0001-51 - R$29.775,60; HUGO GERMANO DUARTE - CPF 051.034.456-97 - R$5.819,31; HUMBERTO LIMA DO NASCIMENTO - CPF 363.111.976-34 - R$4.093,54; IB CAPITAL - CNPJ 47.129.892/0001-99 - R$423.566,97; IBERLOG DO BRASIL TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - CNPJ 18.851.558/0001-46 - R$300,00; IBERPHARM - LABORATORIO DO BRASIL LTDA - CNPJ 03.021.183/0001-10 - R$5.876,09; IDELFONSO CANDIDO BARRA RORIZ - CPF 077.493.786-69 - R$10.113,52; IDELMA MARIA DE OLIVEIRA - CPF 059.294.556-19 - R$7.789,04; IEVE GUIMARAES - CPF 066.496.078-27 - R$5.416,52; ILTAMAR DUARTE CAMPOS - CPF 390.024.116-34 - R$1.612,10; IRACI ANTONIO DA COSTA - CPF 855.716.016-04 - R$3.520,27; IRANI APARECIDA RIBEIRO DIMAS - CPF 490.444.786-72 - R$5.784,82; IRE SILVA MOREIRA - CPF 838.030.176-53 - R$5.199,60; IRLEI SEBASTIAO DOS REIS CHAVES - CPF 036.066.826-70 - R$2.564,00; ISMAYLER WEVERSON SANTOS - CPF 089.017.776-73 - R$2.852,32; ITALO CLAUDIO HENRIQUE SILVA - CPF 074.777.416-10 - R$7.040,52; ITALO PAOLINELLI CAETANO ASSUNÇAO - CPF 072.747.546-02 - R$35.070,34; ITAMAR DA COSTA ALVES - CPF 799.182.636-87 - R$2.849,88; ITAMAR DA SILVA LEMOS - CPF 360.730.406-87 - R$7.834,86; ITAMAR GUIMARAES - CPF 301.365.476-72 - R$16.554,58; IVALDO ANTONIO DE CARVALHO - CPF 744.899.096-91 - R$1.192,71; IVALDO ANTONIO DE CARVALHO - CPF 744.899.096-91 - R$2.274,43; IVAN EUSTAQUIO RODRIGUES E OUTRO - CPF 506.587.006-34 - R$5.368,03; IVE BARBOSA DE FREITAS - CPF 034.628.936-02 - R$9.701,09; IVONE ROSA DE CAMARGOS SILVA - CPF 661.486.932-91 - R$4.175,77; IZABEL VICENTINA NUNES - CPF 718.828.716-34 - R$4.780,60; J FARIA DIST.DE PROD.DE HIG.PROF.LTDA. - CNPJ 38.935.094/0001-63 - R$4.068,55; JACI ALVES DE MORAIS - CPF 557.165.396-53 - R$38.400,64; JADER BATISTA FERREIRA - CPF 567.186.836-04 - R$18.296,68; JADIR ANTONIO DA SILVA - CPF 740.438.386-20 - R$1.535,56; JADIR EUSTAQUIO TIBURCIO JUNIOR - CPF 089.190.996-69 - R$10.605,24; JAEZER VIDAL - CPF 363.756.916-72 - R$2.003,10; JAIME ALTINO MUNIZ - CPF 219.622.946-68 - R$6.157,80; JAIR ALVES MARTINS - CPF 151.471.696-87 - R$193,16; JAIR ALVES SENA - CPF 017.381.988-55 - R$1.660,83;

PARTE 4 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QGC CRÉDITOS CONSOLIDADO COMARCA DE IBIÁ/MG ¿ Vara Única de Ibiá/MG ¿ RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. QUADRO GERAL DE CREDORES CONSOLIDADO. ART. 18, DA LEI N. 11.101/2005. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG - 77.854, o Quadro Geral de Credores Consolidado (ID 9619398234), a seguir: JAIRO ANTUNES PEREIRA - CPF 449.757.756-20 - R$6.563,18; JAIRO GARCIA DE AZEVEDO - CPF 016.401.196-04 - R$5.244,87; JAVAN DE SOUSA FARIA - CPF 429.747.126-49 - R$623,80; JEAN DOS REIS FERREIRA - CPF 116.523.206-52 - R$8.125,09; JOANA DARC GOMES BATISTA - CPF 824.091.376-87 - R$1.412,05; JOANA DARK PAULINA BORGES - CPF 557.901.786-34 - R$992,41; JOAO ALONSO DE AVILA - CPF 479.606.476-15 - R$7.593,22; JOAO BATISTA DA SILVA - CPF 266.981.106-04 - R$1.963,97; JOAO BATISTA DE ARAUJO - CPF 161.124.076-04 - R$3.893,01; JOAO BATISTA DE OLIVEIRA - CPF 848.884.906-00 - R$5.595,44; JOAO BATISTA DE SOUZA - CPF 272.964.156-49 - R$1.409,67; JOAO BATISTA DE SOUZA - CPF 360.678.496-15 - R$2.034,23; JOAO BATISTA FERREIRA - CPF 493.812.706-78 - R$13.443,92; JOAO BATISTA LINO. - CPF 301.375.786-87 - R$3.949,42; JOAO BATISTA VALERIANO - CPF 536.317.066-34 - R$11.031,51; JOAO BOSCO DE OLIVEIRA - CPF 417.197.196-91 - R$60.684,65; JOAO CLAUDIO SANTOS PRADO - CPF 060.312.536-07 - R$1.259,43; JOAO CRISOSTOMO CORDEIRO - CPF 346.393.226-15 - R$4.394,98; JOAO DE OLIVEIRA FRAZAO - CPF 101.967.306-00 - R$2.519,80; JOAO DERCIO CUNHA E OUTRO(S) - CPF 049.702.426-82 - R$13.056,60; JOAO FERNANDES DA CUNHA - CPF 529.166.426-68 - R$13.747,38; JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA - CPF 710.699.926-15 - R$3.970,87; JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR - CPF 529.159.056-49 - R$10.404,47; JOAO FRAZÃO FILHO - CPF 141.274.666-34 - R$3.362,53; JOAO JOSE GOMES - CPF 687.810.596-04 - R$10.296,95; JOAO LOURENCO DA SILVA - CPF 086.912.156-15 - R$25.652,95; JOAO MANOEL DA SILVA E OUTROS - CPF 094.750.956-91 - R$17.038,32; JOAO MARCELO DA TRINDADE - CPF 626.164.476-49 - R$21.732,59; JOAO MARQUES RODRIGUES - CPF 211.278.756-04 - R$4.989,57; JOAO NUNES PEREIRA - CPF 038.009.706-00 - R$15.702,71; JOAO OVIDIO DE OLIVEIRA - CPF 044.404.096-01 - R$2.601,21; JOAO PAULO COSTA - CPF 134.515.096-28 - R$3.728,75; JOAO PAULO DE SOUSA JUNIOR - CPF 364.924.696-15 - R$9.297,17; JOAO PEREIRA DE FREITAS - CPF 303.241.496-20 - R$11.138,51; JOAO ROBSON DO COUTO - CPF 567.664.916-04 - R$2.729,04; JOAO SILVERIO SOUTO E OUTRO(S) - CPF 564.959.356-68 - R$25.189,39; JOAO VIEIRA BERNARDES - CPF 301.407.906-59 - R$30.878,09; JOAQUIM ALVES DA SILVA. - CPF 170.605.596-04 - R$1.170,21; JOAQUIM ANTONIO ALVES - CPF 527.210.356-49 - R$4.640,39; JOAQUIM ANTONIO DE ALMEIDA - CPF 524.518.526-15 - R$27.325,45; JOAQUIM ANTONIO DE PAULA -

CPF 535.429.086-49 - R$1.058,28; JOAQUIM ANTUNES DA SILVA - CPF 062.870.526-35 - R$5.107,28; JOAQUIM CARLOI DIAS - CPF 804.068.316-53 - R$3.250,98; JOAQUIM FERREIRA ESTEVAM - CPF 163.507.406-10 - R$5.338,75; JOAQUIM RIBEIRO ALVES - CPF 570.982.396-15 - R$50.292,99; JOAQUIM RODRIGUES BRAGA - CPF 011.664.926-72 - R$5.317,14; JOEL BATISTA DE OLIVEIRA - CPF 078.426.326-42 - R$6.578,25; JOEL DOS REIS BOAVENTURA - CPF 831.886.656-87 - R$13.364,97; JOEMILSON DONIZETTI LOPES - CPF 480.937.186-72 - R$17.513,33; JONAS HORACIO DE SOUZA - CPF 239.042.756-15 - R$7.017,63; JORCELINO CAMBRAIA OLIVEIRA - CPF 598.835.536-68 - R$3.885,87; JORGE GERALDO DA MOTA - CPF 493.909.966-00 - R$16.527,13; JORGE JOSE DOS REIS SIMOES - CPF 492.385.156-20 - R$4.989,99; JOSAFA MENDES DA FONSECA - CPF 264.069.346-87 - R$6.609,64; JOSE AIRTON FERREIRA - CPF 865.145.126-15 - R$2.590,38; JOSÉ ALTAIR PIMENTEL - CPF 133.348.676-68 - R$395,22; JOSE ALVES DA SILVA E OUTRO (S) - CPF 170.049.856-87 - R$1.558,55; JOSE ANTONIO AFONSO - CPF 008.989.706-44 - R$16.913,54; JOSE ANTONIO ALVES - CPF 632.772.476-00 - R$5.523,89; JOSE ANTONIO BORGES - CPF 569.043.716-68 - R$7.567,21; JOSE ANTONIO BORGES JUNIOR - CPF 082.179.976-24 - R$3.263,61; JOSÉ ANTONIO DE FARIA - CPF 318.251.176-91 - R$4.933,96; JOSE ANTONIO DOS SANTOS - CPF 767.462.086-72 - R$5.010,64; JOSE ANTONIO NUNES - CPF 370.083.156-00 - R$4.475,08; JOSE ANTONIO PINTO - CPF 174.704.636-15 - R$4.259,22; JOSE APARECIDA MOREIRA - CPF 515.238.926-68 - R$5.947,25; JOSE APARECIDO DE CARVALHO - CPF 199.561.186-72 - R$5.991,32; JOSE ARIMATEIA DE ANDRADE - CPF 357.078.366-91 - R$3.794,10; JOSE BATISTA DE MELO - CPF 487.732.206-04 - R$8.909,03; JOSE BATISTA JUNIOR - CPF 124.352.366-20 - R$6.856,45; JOSE BELCHIOR ANTUNES - CPF 170.947.046-15 - R$5.366,54; JOSE BENEDITO DA COSTA - CPF 262.637.006-10 - R$11.246,72; JOSE BERNARDES ALVES - CPF 260.115.906-59 - R$18.796,42; JOSE CAMPOS BARBOSA - CPF 211.274.336-87 - R$19.200,33; JOSE CANDIDO DOS SANTOS - CPF 326.738.176-20 - R$7.828,14; JOSÉ CANDIDO PINTO - CPF 292.707.406-25 - R$1.087,96; JOSE CARLOS - CPF 088.483.786-68 - R$7.058,02; JOSE CUNHA BALDOINO - CPF 182.362.436-72 - R$2.917,63; JOSE DAVID DE RESENDE - CPF 279.894.106-72 - R$25.503,86; JOSE DE ASSIS OLIVEIRA - CPF 196.773.836-04 - R$23.445,35; JOSE DE CASTRO BELO FILHO(ROMEU) - CPF 667.323.606-04 - R$1.076,74; JOSE DE SOUZA FRANCO - CPF 474.777.926-49 - R$19.869,54; JOSE DIVINO DA CUNHA - CPF 164.257.906-87 - R$695,09; JOSE DOLOTERIO DA SILVA - CPF 134.516.936-15 - R$2.708,88; JOSE DONIVALDO MOREIRA DE PAULA - CPF 528.282.806-59 - R$14.579,70; JOSE DONIZETE DE AVILA - CPF 340.712.886-04 - R$4.975,18; JOSE DONIZETI BRITO - CPF 721.764.236-15 - R$44.394,32; JOSE DONIZETTI DE CARVALHO - CPF 326.722.766-68 - R$9.173,79; JOSE DOS REIS - CPF 288.897.896-20 - R$4.850,95; JOSE EUSTAQUIO NUNES - CPF 521.945.156-15 - R$23.701,56; JOSE FERNANDES CAIXETA - CPF 212.643.176-20 - R$7.348,92; JOSE FERNANDES FERREIRA FILHO - CPF 143.771.286-04 - R$1.273,64; JOSE FONSECA DA SILVA - CPF 165.589.876-00 - R$3.777,96; JOSE FRANCISCO DE CAMPOS - CPF 539.851.336-20 - R$788,93; JOSÉ FRANCISCO DE FARIA - CPF 054.768.286-72 - R$848,31; JOSE GASPAR DE ALMEIDA - CPF 045.505.166-66 - R$14.099,51; JOSE GASPAR PEREIRA - CPF 450.772.156-34 - R$8.125,88; JOSÉ GERALDO COUTINHO - CPF 055.738.366-84 - R$26.161,02; JOSE GERALDO DA SILVA. - CPF 858.008.138-68 - R$29.251,54; JOSE GERALDO FERREIRA - CPF 480.783.876-87 - R$1.662,96; JOSE GONÇALVES OLIVEIRA - CPF 036.746.656-20 - R$7.781,92; JOSÉ GONÇALVES RODRIGUES - CPF 176.109.666-49 - R$694,35; JOSE GUILHERME DE BARROS COSTA - CPF 318.528.406-25 - R$1.679,32; JOSÉ HELIO DO NASCIMENTO - CPF 358.564.756-15 - R$9.580,14; JOSE HENRIQUE OLIVEIRA ROSA - CPF 041.542.916-10 - R$20.184,96; JOSE HENRIQUE VILELA - CPF 038.313.506-04 - R$21.869,40; JOSE HUMBERTO NUNES - CPF 351.011.996-72 - R$5.734,28; JOSE IRANIS CHAVES E OUTROS - CPF 186.352.296-49 - R$5.995,15; JOSÉ IRINEU BORGES - CPF 084.401.786-68 - R$15.896,45; JOSE IRINEU GALVAO - CPF 019.792.108-61 - R$5.176,13; JOSE JOAO MARTINS - CPF 131.392.156-49 - R$8.137,56; JOSE JOAQUIM PIMENTA - CPF 434.060.686-34 - R$1.424,62; JOSE JOSIAS BARBOSA IRMAO - CPF 602.717.876-00 - R$6.503,66; JOSE LAZARO DORNELAS - CPF 131.378.676-49 - R$1.318,04; JOSE LUIZ PEREIRA 01 - CPF 858.365.326-72 - R$318,29; JOSE LUIZ VARGAS E OUTRO (S) - CPF 057.152.086-37 - R$6.677,53; JOSE MARIA 1 - CPF 481.722.276-04 - R$862,09; JOSE MARIA DA FONSECA - CPF 753.920.466-49 - R$5.057,13; JOSÉ MARIA DA SILVA - CPF 984.080.896-68 - R$2.870,81; JOSE MARIA DOMINGOS DA SILVA E OUTRO (S) - CPF 246.357.746-00 - R$996,95; JOSE MARIA LAMOUNIER - CPF 315.970.506-44 - R$16.659,44; JOSE MARIA SOARES - CPF 473.150.676-04 - R$4.719,55; JOSE MARIA. - CPF 481.722.276-04 - R$26.692,04; JOSE MASCARENHAS TORRES JUNIOR - CPF 489.711.116-15 - R$4.143,64; JOSE NILTON LOPES - CPF 638.151.766-20 - R$19.609,14; JOSE OLIMPIO CHAVES - CPF 578.563.706-53 - R$3.639,16; JOSE OLIVEIRA ROSA - CPF 097.415.936-00 - R$1.591,13; JOSE PAULINO FILHO - CPF 131.337.806-20 - R$1.422,11; JOSE PEDRO CORREA DOS SANTOS E OUTROS - CPF 479.809.901-53 - R$2.557,23; JOSE PEDRO DE ARAUJO - CPF 002.724.436-97 - R$2.883,36; JOSÉ PEDRO RIBEIRO - CPF 324.865.616-68 - R$2.366,13; JOSE RAFAEL DA SILVA - CPF 096.697.101-97 - R$176.002,01; JOSE REINALDO DA SILVA - CPF 487.728.016-20 - R$6.952,64; JOSE REINALDO DA SILVA - CPF 787.758.096-72 - R$12.520,18; JOSE REINALDO DE MORAIS E OUTROS - CPF 450.678.996-20 - R$5.091,96; JOSE REINALDO DE REZENDE - CPF 045.052.006-47 - R$45.561,53; JOSE REINALDO FERREIRA - CPF 928.239.986-91 - R$16.687,60; JOSÉ RICARDO VIEIRA DA COSTA - CPF 152.795.611-34 - R$886,81; JOSÉ ROBERTO DE MENDONÇA JÚNIOR - CPF 917.887.226-04 - R$1.938.048,46; JOSE ROBERTO SILVA ANDRADE - CPF 109.277.846-29 - R$7.603,97; JOSE RODRIGUES DE CASTRO NETO - CPF 358.568.076-34 - R$421,45; JOSE RODRIGUES PEREIRA - CPF 131.352.956-72 - R$3.523,70; JOSE TARCISIO DE OLIVEIRA NUNES - CPF 144.597.526-20 - R$6.946,30; JOSE VELOSO DE FARIA - CPF 069.976.436-04 - R$1.049,45; JOSE VENANCIO DE SOUZA - CPF 767.487.826-00 - R$2.001,69; JOSE VITOR SANTIAGO - CPF 134.602.346-87 - R$4.213,34; JOSE WILSON RODRIGUES PEREIRA - CPF 724.115.706-00 - R$408,45; JOSIAS PEREIRA DOS SANTOS - CPF 686.709.666-20 - R$6.153,61; JOSIEL OLIVEIRA FERREIRA - CPF 036.624.316-02 - R$11.471,62; JOSUE AIRTON DA SILVA - CPF 199.307.126-15 - R$12.457,55; JOVANDERLEI RIBEIRO - CPF 027.827.606-70 - R$11.671,04; JOVELINA DE JESUS GONÇALVES DE MENDONÇA - CPF 059.644.466-47 - R$7.191,93; JOVENCIO OTON DE SOUSA - CPF 012.439.388-89 - R$4.237,73; JUAREZ BATISTA DE OLIVEIRA - CPF 556.278.896-91 - R$17.483,95; JUAREZ DIAS - CPF 965.397.396-72 - R$2.122,85; JUAREZ TOME - CPF 567.672.936-87 - R$9.499,64; JULIO BATISTA RODRIGUES - CPF 037.970.406-44 - R$3.616,44; JULIO CESAR DE OLIVEIRA - CPF 662.789.966-34 - R$20.611,11; JULIO MARIO DA SILVA - CPF 097.424.506-25 - R$18.056,79; JULIO TADEU NUNES - CPF 796.193.806-06 - R$7.122,36; JULION LENON MOREIRA DE SOUSA - CPF 022.692.576-50 - R$2.198,13; JUSLEY DUARTE VINHAL - CPF 044.602.266-77 - R$2.830,64; JUVENIL DA SILVA - CPF 621.060.666-00 - R$3.948,56; KEILA BERNARDES VALERIANO - CPF 073.543.736-05 - R$24.347,36; KELLY DE SOUZA VALERIANO - CPF 073.543.676-21 - R$23.767,97; LABORATORIO AGUA E TERRA LTDA - CNPJ 10.639.491/0001-79 - R$673,79; LAERCIO DOS REIS GOMES - CPF 761.371.396-20 - R$5.300,26; LAUDINIZ ROSA PEREIRA - CPF 068.490.806-95 - R$12.058,79; LAZARA MARIA MATINS - CPF 757.028.516-68 - R$820,51; LAZARO AFONSO DE PAULA - CPF 468.733.506-30 - R$1.283,63; LAZARO AFONSO PEREIRA - CPF 361.372.786-20 - R$59.900,85; LAZARO ANTONIO BISPO - CPF 002.726.576-54 - R$24.623,15; LAZARO CARDOSO FERREIRA - CPF 493.899.126-87 - R$9.373,08; LAZARO GERALDO DE CASTRO - CPF 491.348.686-15 - R$12.549,60; LEANDRO COELHO DA SILVA - CPF 125.585.926-10 - R$2.570,03; LEANDRO DE FARIA PINTO - CPF 061.212.496-76 - R$3.094,04; LEANDRO JOSE DE FREITAS ARAUJO - CPF 097.683.776-58 - R$33.240,68; LECIO QUEIROZ SOARES & CIA LTDA - CPF 053.660.986-10 - R$3.550,00;

PARTE 5 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QGC CRÉDITOS CONSOLIDADO COMARCA DE IBIÁ/MG ¿ Vara Única de Ibiá/MG ¿ RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. QUADRO GERAL DE CREDORES CONSOLIDADO. ART. 18, DA LEI N. 11.101/2005. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG - 77.854, o Quadro Geral de Credores Consolidado (ID 9619398234), a seguir: LEIDIR SIDNEY SILVA - CPF 445.424.616-53 - R$71.668,27; LEOMAR ALVES DE FREITAS - CPF 078.122.816-63 - R$5.407,10; LEONARDO LUIZ COSTA - CPF 081.822.646-34 - R$4.047,53; LEONIDAS PEREIRA DOS SANTOS - CPF 037.702.146-68 - R$3.936,50; LILIANY CRUVINEL NUNES - CPF 117.135.246-86 - R$12.555,64; LIMA & PERGHER IND. COMER. E REPRES.LTDA - CNPJ 22.685.341/0006-95 - R$6.465,98; LOURIVAL ANTONIO PEREIRA - CPF 031.028.096-69 - R$4.501,68; LOURIVANDO EURIPEDES NOGUEIRA - CPF 446.690.386-72 - R$2.061,34; LUCAS DOS REIS RABELO - CPF 115.710.546-77 - R$4.785,03; LUCAS DOS REIS TEIXEIRA - CPF 116.462.346-00 - R$2.440,03; LUCAS FERREIRA DE AGUIAR - CPF 239.083.516-34 - R$36.119,16; LUCIANO COUTO SILVEIRA - CPF 029.590.596-46 - R$968,92; LUCIANO GONCALVES DA SILVA - CPF 042.134.796-17 - R$12.368,55; LUCIANO HENRIQUE JACO - CPF 854.024.356-34 - R$18.462,67; LUCIANO PAIVA BRANDAO - CPF 849.074.106-97 - R$55,83; LUCIANO RAFAEL DOS SANTOS - CPF 978.860.416-15 - R$1.604,23; LUCIANO RIVELINO DE MELO - CPF 700.454.536-91 - R$9.852,35; LUCIO EUSTAQUIO VARGAS - CPF 445.360.206-59 - R$10.166,76; LUIS ANTONIO DE OLIVEIRA (JOAO JOSE) - CPF 789.137.996-34 - R$1.082,56; LUIS CARLOS DA SILVA COSTA - CPF

056.058.273-08 - R$16.058,16; LUIS CARLOS FARIA BELO - CPF 547.173.456-49 - R$39.365,02; LUIZ ALBERTO CARNEIRO SANTOS - CPF 063.057.096-53 - R$7.358,15; LUIZ ANTONIO FERREIRA - CPF 632.045.926-34 - R$2.140,75; LUIZ ANTONIO ROSA - CPF 793.497.736-00 - R$12.375,76; LUIZ ANTONIO VIEIRA - CPF 678.091.466-53 - R$3.825,72; LUIZ BATISTA DE FREITAS - CPF 350.219.266-91 - R$10.327,27; LUIZ CARLOS EUGENIO - CPF 479.738.706-87 - R$3.979,45; LUIZ CEZARIO DE MENDONCA - CPF 087.215.306-10 - R$3.100,38; LUIZ CRISTOVÃO DA SILVA - CPF 164.260.616-20 - R$786,01; LUIZ FERNANDO MACHADO BORGES - CPF 043.788.216-05 - R$41.912,32; LUIZ MALTA LAUDARES - CPF 009.707.946-49 - R$5.521,00; LUIZ ROBERTO REZENDE ALVES - CPF 005.745.438-80 - R$4.791,29; LUZIA TEIXEIRA VALERIANO - CPF 713.090.126-87 - R$29.268,88; MANFREDO MARQUES MACHADO - CPF 568.335.806-00 - R$10.846,42; MANOEL CABRAL BORGES - CPF 086.902.796-44 - R$12.949,65; MANOEL VAZ DE RESENDE - CPF 468.463.106-06 - R$2.799,09; MANUEL ROCHA ELIAS - CPF 231.813.466-91 - R$8.020,98; MARALICE APARECIDA GOULART - CPF 853.994.426-04 - R$7.117,46; MARCELIANO DE ALMEIDA - CPF 821.490.896-53 - R$1.220,97; MARCELO ALVES RABELO - CPF 124.101.956-87 - R$19.003,04; MARCELO ANTONIO DOS SANTOS - CPF 028.527.526-70 - R$1.799,28; MARCELO FERNANDO MORAIS - CPF 080.215.566-92 - R$9.227,22; MARCELO MODESTO DA SILVA - CPF 055.474.836-30 - R$5.298,01; MARCIA BEATRIZ LEMOS DE AVILA E OUTRO(S) - CPF 787.489.176-72 - R$46.987,98; MARCIANO GOULART LACERDA - CPF 087.297.596-76 - R$4.766,14; MARCIEL JUNIOR LEAL - CPF 091.648.166-21 - R$2.930,31; MARCILENE SHIRLEY MORAIS - CPF 005.575.626-35 - R$2.978,12; MARCILIO LEONARDO TEIXEIRA - CPF 043.872.286-87 - R$1.837,07; MARCILIO SOARES DOS SANTOS - CPF 511.056.246-68 - R$2.951,80; MARCIO ANTONIO DA SILVA - CPF 013.325.336-80 - R$11.147,39; MARCIO ANTONIO SEVERO - CPF 326.726.676-91 - R$5.137,79; MARCIO APARECIDO DE CAMPOS - CPF 658.324.696-15 - R$1.646,34; MARCIO DANILO BORGES - CPF 361.935.186-49 - R$4.708,15; MARCIO DONIZETE DE LIMA - CPF 541.101.816-15 - R$14.270,95; MARCIO LUIZ CHAVES - CPF 770.961.006-44 - R$1.339,55; MARCIO VANILSON DA ROCHA - CPF 846.321.606-44 - R$13.095,23; MARCIO WILLIAM MARTINS - CPF 093.109.556-51 - R$8.111,14; MARCO ANTONIO MARQUES GONTIJO - CPF 701.277.946-20 - R$40.308,95; MARCOLINO DO CARMO SILVA - CPF 842.584.546-72 - R$12.155,90; MARCOS ANTONIO DE SOUSA - CPF 029.415.076-55 - R$7.926,80; MARCOS DA CUNHA LANA - CPF 374.436.237-04 - R$9.779,14; MARCOS OLIMPIO DE LIMA - CPF 210.716.916-00 - R$2.674,94; MARCOS ROGERIO PEREIRA - CPF 887.067.616-15 - R$17.004,82; MARCOS VALERIO JACINTO - CPF 431.636.456-15 - R$8.351,87; MARCUS VINICIUS MIRANDA FERNANDES - CPF 056.967.436-09 - R$10.854,60; MARGARIDA NUNES DE PAULA - CPF 932.014.516-49 - R$5.395,07; MARGARIDO SILVERIO DE OLIVEIRA - CPF 360.667.886-04 - R$2.085,72; MARIA APARECIDA ALVES MORAIS - CPF 079.787.396-19 - R$8.529,60; MARIA APARECIDA DA SILVA - CPF 787.548.956-34 - R$3.254,32; MARIA APARECIDA DE JESUS - CPF 017.292.156-29 - R$11.788,09; MARIA APARECIDA DE JESUS MIRANDA - CPF 065.876.916-25 - R$970,24; MARIA APARECIDA FERREIRA GONCALVES - CPF 320.725.466-72 - R$1.575,66; MARIA DAS GRACAS COSTA - CPF 909.644.036-68 - R$3.984,17; MARIA HELENA DE PAULA FERREIRA - CPF 719.566.116-49 - R$2.943,39; MARIA JOSE DE ARAUJO - CPF 048.269.516-12 - R$5.465,05; MARIA JOSE DIAS DAMASCENA - CPF 800.863.306-91 - R$3.093,83; MARIA JOSE DUARTE COSTA - CPF 026.002.836-33 - R$14.234,43; MARIA ONOFRA DE MOURA E OUTROS - CPF 014.089.776-30 - R$5.335,04; MARIA TEREZINHA DE ASSIS - CPF 116.972.451-53 - R$1.938,57; MARIANO DE OLIVEIRA - CPF 176.824.258-57 - R$639,79; MARINHA FRANCISCA DE ASSIS - CPF 771.343.706-15 - R$821,60; MARINHO INACIO DA SILVA - CPF 240.774.536-15 - R$4.611,08; MARIO ESDRA RIBEIRO PIMENTA - CPF 042.634.726-91 - R$1.634,48; MARIO GONCALVES DE MELO - CPF 320.696.506-34 - R$7.409,89; MARTA HELENA TEXEIRA - CPF 627.115.396-87 - R$4.222,48; MARY DE SOUZA EMERICK - CPF 008.825.296-50 - R$2.241,86; MAURA PEREIRA DOS SANTOS VALADARES - CPF 727.679.526-87 - R$10.850,45; MAURICIO DE FARIA E OUTROS - CPF 858.482.716-15 - R$623,52; MAURICIO JOSE PEREIRA - CPF 085.862.286-64 - R$4.215,33; MAURICIO MENDES DO NASCIMENTO - CPF 351.928.446-49 - R$4.799,12; MAURICIO MODESTO - CPF 747.710.276-68 - R$2.850,29; MAURICIO PEREIRA DE ARRUDA - CPF 513.883.836-91 - R$20.208,32; MAURO DA SILVA TEIXEIRA - CPF 452.526.026-20 - R$3.878,83; MAURO JOSE CAMPOS - CPF 832.176.226-34 - R$12.202,41; MAXCIMILIANO CRUZ - CPF 089.066.076-01 - R$171,53; MAXLEY ALVES DOS SANTOS - CPF 029.206.256-75 - R$18.230,30; MESSIAS FERNANDES FERREIRA - CPF 324.880.846-20 - R$5.709,30; METALGRAFICA PALMIRA LTDA - CNPJ 24.571.721/0001-10 - R$42.227,18; MICHELLE CASSIA ZEFERINO DORNELAS - CPF 098.098.366-51 - R$3.605,01; MIGUEL CESAR CAMPOS LIMA - CPF 016.264.206-70 - R$22.047,03; MIGUEL JUSMAR MARTINS - CPF 537.674.706-91 - R$41.900,31; MIGUEL XAVIER 0 - CPF 102.578.371-91 - R$8.453,03; MILTON CARVALHO - CPF 127.573.656-49 - R$3.378,40; MILTON FABIO SABINO DA COSTA - CPF 846.612.326-15 - R$4.527,51; MIRALDO DIAS DA SILVA - CPF 560.666.006-72 - R$2.146,24; MOACIR AFONSO FERNANDES - CPF 904.103.006-91 - R$3.220,23; MODESTO RODRIGUES - CPF 437.762.726-00 - R$892,24; MOSARI GONCALVES MIRANDA E OUTROS - CPF 880.372.076-68 - R$3.338,06; MOZART OLIVEIRA AZEVEDO - CPF 229.441.176-53 - R$5.802,79; NAIR ELEONORA SIMOES - CPF 705.855.806-00 - R$3.886,84; NATHALIA MIRANDA NERI - CPF 067.248.306-80 - R$10.744,70; NATIVA CAMINHOES E ONIBUS LTDA - CNPJ 06.140.141/0001-96 - R$754,02; NEIBER JOSE MOREIRA RODRIGUES - CPF 076.835.366-10 - R$24.538,73; NEILSON AMERICO VIEIRA - CPF 441.407.206-97 - R$6.719,01; NELCIMAR MAGNAVACCA - CPF 275.157.376-20 - R$47.457,26; NELIO CHAVES - CPF 542.614.306-49 - R$64.786,53; NELIO FERREIRA ALVES - CPF 090.684.886-51 - R$6.008,70; NELSON FLAVIO QUEIROZ - CPF 366.467.926-15 - R$26.696,64; NELSON JOSE RESENDE - CPF 765.985.946-34 - R$10.415,42; NEUMAR PEDRO GUIMARAES COSTA - CPF 211.437.226-04 - R$3.414,66; NEUSA MARIA DA SILVA CORTES - CPF 566.749.706-97 - R$8.057,39; NEY OLYNTHO DE CASTRO - CPF 013.011.606-87 - R$12.131,23; NILSON DOMICIANO DIAS E OUTRO(S) - CPF 745.446.088-72 - R$3.151,33; NILTON ALMEIDA DA SILVA - CPF 154.816.206-00 - R$5.340,95; NIRALDO ABEL COELHO - CPF 044.873.426-51 - R$7.155,12; NIVAL ADALBERTO DA SILVA - CPF 358.152.646-87 - R$13.857,34; NIVALDO ANTONIO DA TRINDADE - CPF 479.604.936-34 - R$6.066,14; NLD COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ 05.655.206/0001-73 - R$1.804,98; NOE RODRIGUES GALVAO - CPF 161.164.886-68 - R$6.355,06; NOEL GONCALVES - CPF 787.572.586-00 - R$8.454,20; NYWGRAF EDITORA GRAFICA LTDA - CNPJ 55.485.809/0001-42 - R$15.250,00; OBEDE OLIVEIRA DA COSTA - CPF 129.134.486-15 - R$1.663,85; ODACIR DIVINO FERREIRA - CPF 038.528.706-23 - R$2.188,04; ODAIR JOSE LOPES (FAZENDA CAMPESTRE) - CPF 024.479.236-43 - R$16.932,80; ODILENE HILARIO DE CAMARGOS - CPF 852.695.066-53 - R$3.350,11; ODILIO GOMES - CPF 131.334.546-68 - R$4.776,73; ODON ONOFRE DE MELO - CPF 036.674.996-04 - R$1.740,33; OLAIR JOSE DA SILVA - CPF 191.453.496-49 - R$13.204,35; OLAVO DA SILVA - CPF 459.582.206-59 - R$1.779,95; OLAVO PEREIRA DE FREITAS - CPF 340.710.166-04 - R$4.925,24; OLEMAR MENDONÇA DA SILVA - CPF 734.924.346-49 - R$9.987,26; OLIMPIO OLIVEIRA DE MELO - CPF 395.014.506-00 - R$3.223,99; OLIVERIO CANDIDO FILHO - CPF 017.228.756-15 - R$3.945,91; OLIVIER ETERNO DA SILVA - CPF 170.673.406-91 - R$6.398,14; ONOFRE EUSTAQUIO MARTINS - CPF 476.259.106-87 - R$31.150,32; ORGAIR EURIPEDES DA SILVA E OUTROS - CPF 306.812.866-87 - R$2.519,22; ORIAL BORGES DO PRADO - CPF 004.562.256-68 - R$3.366,00; ORLANDO FARIA DA SILVA JUNIOR - CPF 540.000.926-34 - R$12.457,75; ORLANDO GERVASIO DE OLIVEIRA - CPF 160.323.736-49 - R$20.095,26; ORLANDO MOREIRA JUNIOR - CPF 037.774.396-81 - R$13.758,68; OROZIMBO JOSE MORAES - CPF 183.259.556-00 - R$827,37; OSCAR RIBEIRO DA SILVA - CPF 007.968.326-68 - R$72.031,03; OSCAR SIMOES CRUVINEL - CPF 361.830.166-91 - R$35.442,07; OSMAR JOSE DE OLIVEIRA - CPF 004.548.276-44 - R$4.958,49; OSMAR MOREIRA DE PAULA - CPF 794.086.306-10 - R$8.448,92; OSMAR PEREIRA - CPF 229.447.106-72 - R$1.127,58; OSMAR QUIRINO MOREIRA - CPF 160.298.606-15 - R$2.303,49; OSMAR TEODORO DA COSTA - CPF 362.740.706-72 - R$24.797,79; OSMAR VIEIRA DA SILVA - CPF 151.363.886-68 - R$2.868,13; OSVALDETE SANTANA - CPF 287.946.486-20 - R$28.642,57; OSVALDO JOSE RAMOS - CPF 500.331.406-00 - R$7.331,94; OSVALDO MACIEL DE CARVALHO - CPF 051.048.906-00 - R$34.430,40; OSVALINO MANOEL DE SOUSA - CPF 039.093.456-97 - R$2.293,47; OTAVIO ALVES DA SILVA - CPF 160.321.526-34 - R$3.841,05; OTAVIO CARDOSO FERREIRA - CPF 160.333.886-15 - R$31.235,91; OTAVIO GERALDO DA SILVA - CPF 170.154.646-91 - R$5.631,81; OTAVIO INACIO DA SILVA E OUTRO(S) - CPF 468.498.826-00 - R$8.570,90; OTAVIO NOE CARNEIRO - CPF 012.129.066-24 - R$6.897,17; OZORIO HENRIQUE DE OLIVEIRA - CPF 087.181.726-87 - R$3.479,69; PAULO CESAR DA TRINDADE - CNPJ 05.517.330/0001-72 - R$7.703,02; PAULO GUILHERME PEREIRA - CPF 829.538.996-34 - R$3.247,21; PAULO HENRIQUE CORTES - CPF 807.736.726-72 - R$21.983,54;

PARTE 6 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QGC CRÉDITOS CONSOLIDADO COMARCA DE IBIÁ/MG ¿ Vara Única de Ibiá/MG ¿ RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. QUADRO GERAL DE CREDORES CONSOLIDADO. ART. 18, DA LEI N. 11.101/2005. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem

que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG - 77.854, o Quadro Geral de Credores Consolidado (ID 9619398234), a seguir: PAULO HENRIQUE PAIVA GUIMARAES - CPF 581.924.176-20 - R$13.816,56; PAULO ITAMAR GONTIJO - CPF 033.049.486-43 - R$4.734,31; PAULO JOSE GONÇALVES - CPF 264.565.246-87 - R$1.165,62; PAULO LELLIS COSTA 04 - CPF 041.003.586-60 - R$2.230,61; PAULO MARCELO SANTOS OLIVEIRA - CPF 068.988.256-40 - R$2.652,02; PAULO ROBERTO ALVES - CPF 174.742.806-04 - R$3.524,41; PAULO ROBERTO BORGES - CPF 430.066.556-72 - R$6.448,86; PAULO ROBERTO SILVEIRA - CPF 069.748.846-21 - R$3.081,41; PEDRO ANTONIO CAMELO LEAO - CPF 660.980.176-20 - R$7.562,24; PEDRO ANTONIO GOULART - CPF 273.407.326-91 - R$10.456,36; PEDRO CANDIDO VIEIRA - CPF 051.088.616-72 - R$10.823,30; PEDRO EUSTAQUIO DE MOURA - CPF 107.889.306-30 - R$13.850,64; PEDRO GONCALVES FILHO - CPF 449.455.076-00 - R$339,01; PEDRO JACINTO FILHO - CPF 269.460.416-15 - R$1.582,85; PEDRO JONAS VIEIRA - CPF 825.619.316-68 - R$5.845,88; PEDRO JOSE ALVES - CPF 260.245.946-15 - R$5.543,15; PEDRO JOSE DE CAMPOS - CPF 074.705.136-47 - R$24.688,42; PEDRO MARTINS VALERIANO FILHO - CPF 487.729.506-25 - R$5.130,00; PEDRO PAULO FERREIRA - CPF 914.758.486-68 - R$9.904,26; PEDRO RITA DOS SANTOS - CPF 356.701.506-00 - R$2.503,12; PEDRO ROSA - CPF 123.147.656-72 - R$6.337,06; PEDRO SAVIO DIAS - CPF 150.895.346-59 - R$4.485,78; PEDRO SINVAL DA SILVA - CPF 497.810.306-15 - R$5.538,95; PNEUMAC LTDA. - CNPJ 20.159.083/0001-73 - R$1.094,72; POSTO SAO VICENTE LTDA - CNPJ 20.499.240/0001-90 - R$18.639,00; POSTOS ALPA LTDA. - CNPJ 02.234.943/0001-04 - R$687,90; PREVEMAX CONFECCOES PLASTICAS LTDA - CNPJ 03.084.401/0001-65 - R$2.155,26; PRISCILA CRISTINA ALVES - CPF 123.476.666-30 - R$8.843,02; PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA - CNPJ 06.030.279/0001-32 - R$640,90; PRODOESTE VEICULO E SERVICO LTDA - CNPJ 20.495.149/0005-20 - R$11.412,29; PRODUTOS MACALE LTDA - CNPJ 21.568.365/0001-97 - R$38.095,40; PRUDENCIO GOMES NETO - CPF 055.739.396-53 - R$1.478,05; QUIMICA ARAGUAYA LTDA - CNPJ 61.971.040/0001-75 - R$2.384,87; R I LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI - CNPJ 25.533.346/0001-86 - R$1.094,56; RACHEL CESAR DA FONSECA SOUSA - CPF 496.016.526-04 - R$17.731,41; RACOES ARAPEC - CNPJ 11.036.024/0001-17 - R$13.808,01; RAÇÕES RGL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 10.278.368/0001-70 - R$2.333,72; RACOES SABOROSA - CNPJ 01.614.771/0001-31 - R$13.352,53; RAFAEL BAHIA E FILHOS LTDA - CNPJ 02.550.768/0001-64 - R$4.214,72; RAIMUNDO FARIA DE OLIVEIRA - CPF 259.972.546-15 - R$13.430,59; RAIMUNDO FRANCISCO CAMPOS - CPF 539.851.256-00 - R$10.474,03; RAIMUNDO VIDAL DE OLIVEIRA - CPF 186.350.086-34 - R$3.141,96; RAMON PEDROSA - CPF 099.529.886-64 - R$2.701,71; REALIZA SERVICOS PROMOCIONAIS LTDA - CNPJ 04.013.139/0001-20 - R$2.793,75; RECAPAGEM ALEX LTDA - CNPJ 19.152.198/0006-61 - R$91.896,99; RECAPAGEM ALEX LTDA - CNPJ 19.152.198/0006-61 - R$4.094,12; REDE DE POSTOS OLIVEIRA LTDA - CNPJ 11.165.625/0001-20 - R$140,25; REDE DE POSTOS OLIVEIRA LTDA - CNPJ 11.165.625/0003-91 - R$100,02; REGINALDO DOS REIS LUIZ - CPF 708.746.466-34 - R$2.250,11; REGINALDO EUSTAQUIO RIBEIRO - CPF 033.955.746-01 - R$21.368,68; REGINALDO PEREIRA DA ROCHA - CPF 032.745.588-85 - R$4.887,05; REINALDO DE OLIVEIRA - CPF 687.815.986-53 - R$6.351,24; RENAN ALVES DE ALMEIDA - CPF 079.654.806-46 - R$33.703,64; RENATO ANTONIO DE OLIVEIRA - CPF 429.389.886-72 - R$3.936,02; RENATO SOARES SILVA - CPF 053.705.186-45 - R$1.080,65; RICARDO ADRIANO SOARES - CPF 042.680.956-40 - R$6.633,19; RICARDO CARVALHO SILVA E OUTROS - CPF 038.666.746-27 - R$15.402,19; RICARDO LEÃO DA COSTA - CPF 005.930.906-75 - R$4.623,31; RICARDO ROTERDA FERREIRA - CPF 040.506.676-73 - R$4.356,41; RIO BRANCO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - CNPJ 64.277.247/0003-02 - R$78.366,97; RIVALINO DONISETE DIAS - CPF 315.967.976-49 - R$1.583,66; ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - CPF 325.065.626-72 - R$2.122,84; ROBERTO GARCIA DE CARVALHO - CPF 356.702.666-68 - R$7.908,69; ROBERTO JOSE DE OLIVEIRA SILVA - CPF 094.770.986-04 - R$3.439,64; ROBERTO JOSE PEREIRA - CPF 192.175.361-72 - R$8.501,86; RODONAVES - TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA - CNPJ 44.914.992/0013-71 - R$3.471,52; RODONAVES TRANSP E ENCOMENDAS LTDA - CNPJ 44.914.992/0013-71 - R$87,47; RODRIGO ANTONIO DE OLIVEIRA - CPF 011.818.536-56 - R$6.259,58; RODRIGO CESAR SILVA - CPF 799.267.546-00 - R$1.673,18; RODRIGO CORNELIO DE OLIVIRA RIBEIRO - CPF 074.063.866-13 - R$1.067,19; RODRIGO COSTA GONTIJO AMORIM - CPF 036.259.756-10 - R$12.437,10; RODRIGO SOUSA SILVA - CPF 052.819.726-69 - R$21.968,59; ROGERIO CAMILO - CPF 794.091.216-04 - R$8.040,20; ROGERIO DE OLIVEIRA CARDOSO - CPF 450.672.956-00 - R$2.828,62; ROGERIO IRACI DE OLIVEIRA - CPF 560.674.616-68 - R$24.640,66; ROGERIO PEREIRA BORGES - CPF 108.521.496-62 - R$1.866,10; ROMERIO MARTINS RIBEIRO - CPF 039.137.896-18 - R$10.323,26; ROMERO JOSE RODRIGUES - CPF 079.654.806-46 - R$2.428,59; ROMILDO ADRIANO PERES - CPF 079.351.516-52 - R$21.640,10; ROMILDO PINTO DA SILVA E OUTROS - CPF 522.851.466-04 - R$4.127,97; ROMILDO ROSA DE ARAUJO E OUTROS - CPF 025.545.466-06 - R$30.276,61; RONALDO ARAUJO RESENDE - CPF 098.577.376-68 - R$42.583,71; RONALDO CORTES PEREIRA - CPF 746.785.406-44 - R$10.574,26; RONALDO DE CASTRO - CPF 710.866.096-20 - R$8.598,69; RONALDO DE OLIVEIRA JUNIOR - CPF 082.067.936-40 - R$11.700,12; RONALDO PEREIRA BORGES - CPF 490.443.466-87 - R$6.065,21; RONALDO PIMENTA E OUTRO(S) - CPF 903.178.406-06 - R$10.177,65; RONAN ALCIDES DIAS - CPF 068.522.866-57 - R$3.754,99; RONAN ALVES PEDROSA - CPF 578.563.976-91 - R$26.076,68; RONAN CESAR NUNES - CPF 397.261.506-04 - R$5.942,83; RONILDO CESAR VIEIRA - CPF 825.625.396-72 - R$17.472,89; RONIVAN ANTONIO DE PAULA - CPF 950.566.026-04 - R$21.351,54; RONY DOS REIS RORIZ CANDIDO - CPF 060.164.316-05 - R$9.418,48; ROSA ELENA SOARES PEREIRA E OUTROS - CPF 064.519.136-18 - R$8.684,75; ROSALVA MARIA MOREIRA - CPF 938.106.106-82 - R$4.246,20; ROSALVO JOSE DE OLIVEIRA - CPF 094.463.386-20 - R$8.864,34; ROSANGELA CORTES FERREIRA DE MELO - CPF 526.694.326-20 - R$10.533,57; ROSANGELA LEITE FERREIRA - CPF 429.387.166-72 - R$14.711,15; ROSELI DOS SANTOS - CPF 101.679.996-99 - R$6.130,07; ROSEMAR COSSENZO GEA - CPF 200.862.026-34 - R$11.038,89; RTG REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - CNPJ 15.031.005/0001-59 - R$122,07; RUBIO DE FREITAS SEVERO - CPF 531.758.916-91 - R$5.458,61; SAAE - LUZ - CNPJ 12.989.105/0001-02 - R$321,12; SACCO COM.IMP.E EXP. DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ 05.441.433/0001-04 - R$11.698,75; SALVADOR EUSTAQUIO LOPES E OUTRO(S) - CPF 144.585.946-72 - R$7.326,77; SAMUEL RODRIGUES DE MOURA - CPF 089.717.956-03 - R$13.241,33; SAULO HENRIQUE DE CASTRO - CPF 391.405.711-49 - R$3.703,23; SEBASTIANA ALVES PEREIRA - CPF 521.973.106-82 - R$7.146,31; SEBASTIAO ALTAIR BORGES - CPF 472.936.406-68 - R$11.077,27; SEBASTIAO ALVES DE OLIVEIRA - CPF 365.024.646-53 - R$9.327,59; SEBASTIAO ALVES PIMENTA - CPF 094.862.406-04 - R$9.036,91; SEBASTIAO ANTONIO ALBINO FILHO - CPF 467.321.956-20 - R$11.374,35; SEBASTIAO BRAZ DA SILVA - CPF 060.965.736-49 - R$5.541,79; SEBASTIAO DANILO CARDOSO - CPF 248.896.606-15 - R$10.603,15; SEBASTIAO DOS REIS BOAVENTURA - CPF 666.719.146-72 - R$5.295,97; SEBASTIAO EUDES MACHADO - CPF 048.935.246-40 - R$7.720,15; SEBASTIAO EUSTAQUIO DE MELO - CPF 406.257.966-91 - R$5.474,54; SEBASTIAO FERREIRA DE ALMEIDA - CPF 487.732.636-72 - R$7.250,97; SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS - CPF 163.557.256-87 - R$3.189,83; SEBASTIAO HELVECIO DA SILVA - CPF 322.565.746-87 - R$4.664,45; SEBASTIAO LAZARO DE MELO - CPF 322.573.926-04 - R$3.663,96; SEBASTIAO LAZARO DE MELO JUNIOR - CPF 741.589.296-87 - R$2.430,96; SEBASTIAO MOREIRA DOS SANTOS - CPF 603.062.706-68 - R$2.954,74; SEBASTIAO MORGAM DA SILVA - CPF 789.064.156-72 - R$5.725,80; SEBASTIAO OSCAR VIEIRA - CPF 718.798.206-25 - R$5.369,72; SEBASTIAO RAIMUNDO DO PORTO - CPF 534.984.616-72 - R$7.688,90; SEBASTIAO RODRIGUES DE MELO - CPF 500.328.606-68 - R$14.184,73; SEBASTIAO SILVERIO PARREIRA - CPF 983.811.216-04 - R$15.198,63; SEBASTIAO VICENTE DOS SANTOS MAGALHAES - CPF 538.744.716-91 - R$8.954,30; SELMA RAMOS RIBEIRO MENDONCA - CPF 069.025.936-04 - R$5.297,58; SELOVAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ 62.700.182/0001-60 - R$66.406,23; SERGIO AUGUSTO GUIMARAES CAMPOS - CPF 888.685.676-87 - R$18.460,59; SERGIO MURILO ALVES E OUTRO (S) - CPF 753.846.476-04 - R$4.843,66; SERGIO REIS DA SILVA - CPF 036.231.006-84 - R$6.345,72; SEVERO FURTADO DA NASCIMENTO - CPF 231.749.866-72 - R$2.209,63; SEVIMOL IND.E COM.DE FERRO E ACO LTDA - CNPJ 16.575.656/0001-72 - R$3.890,88; SILVERIO ALVES CARNEIRO - CPF 468.500.826-04 - R$504,20; SILVIO ROBERTO DE MELO E OUTROS - CPF 211.418.606-78 - R$6.854,60; SIMAO PEDRO GUIMARAES COSTA - CPF 015.088.356-08 - R$26.200,82; SIMONE APARECIDA MOTTA TAVARES - CPF 195.759.388-10 - R$1.947,85; SIMONE SOARES PEREIRA E OUTROS - CPF 049.626.236-05 - R$10.020,78; SINVAL ANTONIO DE SOUSA - CPF 002.250.156-84 - R$3.901,74; SIRLEI MIRANDA ALVES - CPF 695.559.746-91 - R$8.404,59; SORALHA PAULA PEREIRA - CPF 949.924.366-68 - R$12.809,37; SUEIDER APARECIDA MENDES - CPF 907.593.706-72 - R$7.479,14; SUELEN AVELINA SILVA DOMINGOS - CPF 071.924.086-70 - R$2.951,81; SULAMERICA TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA (SAT LOGISTICA) - CNPJ 10.651.413/0001-90 - R$228,22; SUPERMERCADO SILVEIRA LTDA - CNPJ 20.841.144/0001-88 - R$813,63; SUPRIR INDUSTRIA DE METAIS LTDA - CNPJ 62.145.453/0001-63 - R$1.749,00; TARCISIO OLIVEIRA DE MELO - CPF 101.876.826-23 - R$2.151,42; TARCIZIO MARIA DE QUEIROZ - CPF 088.481.496-34 - R$13.289,82; TEREZA BELO NUNES - CPF 012.041.706-57 - R$821,60; TIBURCIO RODRIGUES DA TRINDADE - CPF 211.435.956-53 - R$4.826,42; TITO SILVA - CPF

043.141.746-68 - R$8.650,72; TRANSFRIOS TRANSPORTES LTDA - CNPJ 80.654.387/0003-09 - R$1.118,36; TRANSMASSA LOGISTICA LTDA - CNPJ 05.555.431/0001-61 - R$3.232,41; TREVISO BETIM VEICULOS LTDA - CNPJ 21.014.220/0009-00 - R$7.173,56; TULIO EUSTAQUIO DE SOUZA - CPF 068.270.396-68 - R$7.887,89; UNI ARCOS PECAS E ACESSORIOS LTDA - CNPJ 04.204.556/0001-50 - R$676,37; UNIAO TRANSP DE ENCOMENDAS E COMERCIO DE VEICULOS LTDA - CNPJ 06.897.194/0001-56 - R$158,38; UNIAO TRANSP.DE CARGAS ENCOMENDAS LTDA. - CNPJ 06.897.194/0057-00 - R$155,11; URCILANE ADRIANO DA SILVEIRA - CPF 013.187.326-11 - R$972,37;

PARTE 7 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QGC CRÉDITOS CONSOLIDADO COMARCA DE IBIÁ/MG ¿ Vara Única de Ibiá/MG ¿ RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. QUADRO GERAL DE CREDORES CONSOLIDADO. ART. 18, DA LEI N. 11.101/2005. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG - 77.854, o Quadro Geral de Credores Consolidado (ID 9619398234), a seguir: VAGNER DONIZETTI CASAGRANDE - CPF 821.375.528-68 - R$5.251,71; VAGNER EUSTAQUIO DE CARVALHO - CPF 125.342.186-20 - R$2.768,32; VALDAIR MARANHAO - CPF 306.920.086-91 - R$2.521,04; VALDECI ALVES DA SILVA - CPF 915.952.406-59 - R$23.259,33; VALDECI DA COSTA - CPF 521.583.306-00 - R$3.109,38; VALDECI DIAS MELO - CPF 000.869.416-82 - R$11.426,49; VALDECI VALERIANO - CPF 732.382.286-68 - R$25.402,82; VALDELI VICENTE DA SILVA - CPF 033.060.136-92 - R$8.751,70; VALDINOR DOS REIS EVANGELISTA - CPF 640.550.006-34 - R$3.206,12; VALDIR CARDOSO DE MELO - CPF 090.189.806-68 - R$6.799,85; VALDIR CARVALHO DA SILVA - CPF 577.810.526-68 - R$10.874,24; VALDIR FERNANDES DE MELO - CPF 183.308.516-72 - R$32.637,54; VALDIR NUNES - CPF 560.407.416-00 - R$14.100,41; VALDIVINO AMERICO VIEIRA - CPF 557.726.416-20 - R$13.291,80; VALDO DONISETE DE MATOS - CPF 521.948.846-53 - R$4.133,18; VALDOMIRO ALVES PIMENTA - CPF 320.945.236-91 - R$2.946,14; VALDOMIRO DOS SANTOS DA SILVA - CPF 908.835.276-34 - R$2.782,03; VALERIA PEREIRA DA SLVA - CPF 732.040.216-53 - R$11.507,72; VALERIO RODRIGUES PINTO - CPF 062.293.776-67 - R$7.686,48; VALMIR DOS SANTOS SILVA - CPF 043.589.586-99 - R$12.434,75; VALTER LELIO MATEUS - CPF 040.971.096-26 - R$13.626,28; VALTER RICARDO DOS SANTOS - CPF 306.860.406-00 - R$8.671,34; VALTEVIR JOSE DUARTE - CPF 357.967.156-15 - R$2.722,85; VANDA LUZIA DE SOUZA E OUTRO(S) - CPF 083.906.076-97 - R$2.336,31; VANDER DE MATOS - CPF 294.269.606-00 - R$1.829,08; VANDER JOSE DE CAMPOS - CPF 185.787.646-68 - R$1.452,61; VANDIR DOS REIS FERREIRA - CPF 660.974.876-49 - R$8.124,22; VICENTE DE CASTRO - CPF 170.694.246-04 - R$10.331,03; VICENTE DE PAULO DA SILVA - CPF 798.532.186-15 - R$10.094,54; VICENTE PAULO SOARES - CPF 564.971.216-68 - R$10.682,39; VICTOR FRANCISCO DE AGUIAR - CPF 320.702.096-87 - R$3.099,59; VICTOR PAULO DOS SANTOS - CPF 100.578.516-38 - R$11.933,19; VILSON FLORENTINO VASCONCELOS - CPF 742.483.678-15 - R$4.806,25; VITOR CAETANO LEAL - CPF 154.815.066-53 - R$12.577,66; VITOR HUGO PIMENTA - CPF 239.365.176-49 - R$4.270,29; VITOR ROBERTO DE CAMARGOS - CPF 983.927.006-00 - R$6.476,82; VIVIANIA VALQUIRIA FERREIRA - CPF 082.071.476-36 - R$6.259,01; WALDEMIR APARECIDO DA SILVA - CPF 028.153.886-77 - R$2.769,49; WALEWSKA IMACULADA RIBEIRO ARANTES - CPF 930.436.516-34 - R$850,36; WALFRIDO RIBEIRO DA MOTA - CPF 002.933.136-60 - R$7.149,18; WALTEMIR LOPES FERREIRA - CPF 043.940.896-20 - R$4.714,52; WALTER DOS REIS RIBEIRO - CPF 902.932.586-00 - R$25.673,41; WALTER IRIS ORDONES - CPF 361.394.326-34 - R$20.434,18; WALTER OLINTO DE CAMPOS - CPF 154.619.986-15 - R$5.784,02; WALTERSON JOSE DA SILVA - CPF 183.292.416-53 - R$8.830,53; WELITON ADRIANO LIMA DOS SANTOS - CPF 034.949.456-83 - R$915,51; WELLITON CANDIDO SILVA - CPF 053.786.026-61 - R$2.681,31; WEMERSON OLIVEIRA DE LIMA - CPF 117.741.406-67 - R$4.344,56; WERLEY DA COSTA - CPF 033.969.726-19 - R$27.919,14; WERLEY EDGAR DOS SANTOS - CPF 039.481.786-90 - R$4.394,96; WILBA ALVES DA SILVA - CPF 587.458.156-15 - R$778,81; WILLIAN FERREIRA SOARES - CPF 083.778.736-05 - R$11.677,44; WILLIAN JOSE DE PAIVA - CPF 846.110.066-20 - R$4.248,63; WILSON JOSÉ VELOSO - CPF 217.848.506-59 - R$670,32; WILSON PINTO DE FARIA - CPF 497.683.366-68 - R$5.313,01; WILSON TARCIO LEITE - CPF 035.496.146-24 - R$20.077,80; WILTON FERREIRA GALVAO - CPF 047.134.426-58 - R$13.423,88; WILTON SIMOES NUNES - CPF 063.401.176-60 - R$10.339,86; ZATIX TECNOLOGIA S/A - CNPJ 03.585.974/0001-72 - R$638,59; ZEMA DIESEL COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - CNPJ 06.088.295/0001-86 - R$48.374,10; ZENILDA DE ALMEIDA MOTA - CPF 086.001.486-00 - R$1.105,20; CLASSE ME/EPP (R$702.597,97): ACQUA CLEAN COM DISTRIB E SERVICOS LTDA - ME - CNPJ 17.243.238/0001-40 - R$4.221,29; ADO TRANSPORTES LTDA. - ME - CNPJ 10.422.477/0001-20 - R$11.158,52; AGENCIA DE PREPARACAO DE SERVICOS EIRELI - ME - CNPJ 00.000.000/0000-00 - R$4.049,17; AILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA - ME - CNPJ 07.340.260/0001-55 - R$18,04; ALBERTO MESSIAS GARCIA DE CARVALHO EIRELI - ME - CNPJ 00.000.000/0000-00 - R$2.967,85; ALEX ANDREI OTONI - CNPJ 04.182.923/0001-62 - R$5.354,52; ALINE R. DA SILVA - ME - CNPJ 06.159.290/0001-05 - R$20.684,10; ALYSSON RESENDE CANDIDO - CNPJ 11.432.483/0001-10 - R$1.453,32; ANDRE MAURICIO REPRESENTAÇOES LTDA - CNPJ 04.660.394/0001-65 - R$658,34; ASTER GRAF LTDA - EPP - CNPJ 03.284.796/0001-40 - R$149,79; AUTO MOLAS CAXUXA LTDA - ME - CNPJ 20.088.917/0001-05 - R$1.212,42; BOMBAS DIESEL BOM DESPACHO LTDA - CNPJ 20.771.937/0001-78 - R$15.341,88; CALIBRATEC LOC E COM DE INST DE MEDICAO LTDA ME - CNPJ 03.886.257/0001-80 - R$1.661,58; CENTRO AUTOMOTIVO LAFER LTDA - CNPJ 06.981.180/0001-16 - R$369,59; CERRADO PEC CONSULTORIA AGROPECUÁRIA LTDA. - CNPJ 24.310.395/0001-97 - R$2.034,74; CHANT IND COM E TRANSPORTES LTDA - CNPJ 03.195.636/0001-24 - R$2.616,28; COMERCIAL SANT'ONOFRE LTDA - CNPJ 26.399.683/0001-95 - R$3.316,78; CONCEITO A COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME - CNPJ 07.058.908/0001-03 - R$5.966,00; CRIATURA ESTUDIO LTDA - ME - CNPJ 22.466.785/0001-25 - R$4.696,48; DEZIO AUTO PE¿AS LTDA. - CNPJ 04.677.793/0001-39 - R$2.745,65; DIGITAL EXPRESS LTDA - EPP - CNPJ 23.838.650/0001-06 - R$7.248,66; DIMECOL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS P/ ESCRITORIO COLINA - CNPJ 38.662.607/0001-00 - R$132,15; DIVALDE SOARES & CIA LTDA - ME - CNPJ 02.868.672/0001-49 - R$18.197,50; DRAGA ANDRADE LTDA - CNPJ 01.801.791/0001-11 - R$3.734,51; DUARTE & OLIVEIRA LTDA. - CNPJ 01.334.078/0001/05 - R$53,93; EDINA TEREZINHA BARTOLOMEU TRANSPORTES - ME - CNPJ 28.105.362/0001-66 - R$9.932,22; EMBREARA EMBREAGENS PECAS E SERVICOS LTDA - CNPJ 00.575.325/0001-00 - R$5.771,28; ESTRATEGIA COMUNICACAO CORPORATIVA EIRELI - EPP - CNPJ 26.753.217/0001-66 - R$9.528,11; ESTRELA TRANSPORTES LTDA - CNPJ 25.962.788/0002-29 - R$455,00; FABIANO JOSE DE PAULA - ME - CNPJ 07.702.489/0001-92 - R$18.620,27; FERNANDO ALVES CAMPOS 06256565630 - CNPJ 26.396.422/0001-11 - R$16.241,00; FIBRALAT INDUSTRIA DE FIBRA DE VIDRO LTDA - ME - CNPJ 09.598.427/0001-08 - R$13.557,67; FREIO COMPRESSORES E VALVULAS LTDA - CNPJ 07.132.295/0001-07 - R$1.242,20; GALBA RODRIGUES DE OLIVEIRA - ME - CNPJ 28.381.113/0001-01 - R$11.206,59; HELENA ALVES DE CAMPOS 05115797640 - CNPJ 26.395.960/0001-91 - R$91,63; INCOTERMINAS INSTR COMPONTERMICOS MINAS - CNPJ 13.371.379/0001-98 - R$810,00; INFOPARTS TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA - CNPJ 10.986.500/0001-06 - R$2.975,33; IRMAOS DUARTE CALIBRACOES LTDA. - INA - CNPJ 10.986.500/0001-06 - R$198,41; JAQUELINE RAQUEL RODRIGUES DE ANDRADE - CNPJ 14.159.218/0001-06 - R$2.610,00; JAVE TEIXEIRA CARDOSO TRANSPORTES - ME - CNPJ 19.426.773/0001-62 - R$6.052,61; JJS PROMOCOES DE VENDAS LTDA - ME - CNPJ 11.724.774/0001-81 - R$3.395,65; JOSÉ ROBERTO DE MENDONÇA JÚNIOR - CPF 917.887.226-04 - R$92.838,03; JUBERTO CARLOS DE ANDRADE - CNPJ 21.932.640/0001-00 - R$14.760,49; JULIO COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME - CNPJ 26.258.711/0001-54 - R$9.019,15; LIMA E SILVA TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME - CNPJ 12.353.642/0001-53 - R$3.258,41; M&M EMBALAGENS LTDA ME - CNPJ 07.403.886/0001-63 - R$39.571,18; MARCOS APARECIDO DA SILVA - CNPJ 27.549.085/0001-18 - R$1.738,31; MARCOS PAULO DA SILVA - CNPJ 16.862.040/0001-82 - R$2.980,27; MAURO DE MOURA - EPP - CNPJ 38.543.898/0001-17 - R$1.988,07; MAXIMA TURISMO LTDA - EPP - CNPJ 00.450.295/0001-06 - R$1.376,48; MENDES AUTO PECAS LTDA - CNPJ 04.374.909/0001-60 - R$1.635,42; MGL TRANSPORTES LTDA - ME - CNPJ 09.263.251/0001-33 - R$54.550,22; MINAS CONTROLE PROFISSIONAL DE PRAGAS LTDA - CNPJ 18.080.373/0001-85 - R$1.170,00; MOLAS ANDRADE LTDA. ARAXÁ - CNPJ 19.934.439/0001-10 - R$16.044,31; NELCIMAR MAGNAVACCA - CPF 275.157.376-20 - R$62.017,55; NELSON MARTINS DE ANDRADE - CNPJ 12.828.636/0001-05 - R$2.201,00; NOSSA SENHORA DA LUZ MAT.CONST.LTDA - CNPJ 22.215.834/0001-57 - R$71,29; PADRONIZA - IND. BRASILEIRA DE PAST. LTDA. - CNPJ 00.405.038/0001-44 - R$1.462,75; PATOS COMERCIO DE EPI EIRELI EPP - MATRIZ - CNPJ 09.633.326/0001-20 - R$396,80; PATRO DIESEL LTDA - CNPJ 18.174.607/0001-53 - R$7.582,71; PAULISTA PALACE HOTEL LTDA. - CNPJ 21.477.286/0001-70 - R$1.181,97; PAULO CESAR DA SILVA - CNPJ 05.517.330/0001-72 - R$3.342,09; PLANALTO COMERCIO DE PECAS

LTDA - ME - CNPJ 09.169.182/0001-01 - R$1.803,94; PLUSSAFETY IND E COM DE CALCADOS LTDA - MATRIZ - CNPJ 19.001.688/0001-52 - R$676,55; PNEUS ARAXA LTDA. - CNPJ 16.905.622/0001-07 - R$5.287,90; POSTO DE MOLAS PATROCINIO LTDA - CNPJ 22.147.078/0001-76 - R$1.639,72; PRICILA FIGUEIREDO NUNES DE PAULA TRANPORTES - ME - CNPJ 24.965.322/0001-33 - R$195,22; R BORGES CONSULTORIA PECUARIA LTDA - CNPJ 07.317.166/0001-85 - R$15.213,41; RACOES GOLEITE IND. E COM. LTDA - CNPJ 07.437.697/0001-01 - R$14.174,07; RACOES NUTRIBOM - CNPJ 05.812.736/0001-88 - R$2.217,77; REFRIGERACAO SOLUCAO LTDA - CNPJ 02.756.592/0001-00 - R$2.822,08; RESENDE GONTIJO RECUPERACAO DE CREDITOS LTDA - ME - CNPJ 17.383.388/0001-50 - R$1.711,81; RETIMAC RETIFICA MARTINHO CAMPOS LTDA - CNPJ 04.833.939/0001-98 - R$15.000,00; RODOMAPA TRANSPORTES LTDA - ME - CNPJ 65.311.318/0002-10 - R$3.861,32; RODOMELO TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME - CNPJ 26.262.272/0001-53 - R$9.516,03; RODOVIARIO WILSON LTDA - CNPJ 03.646.703/0003-41 - R$121,32; RPC REFRIGERACAO - CNPJ 06.084.151/0001-51 - R$267,89; SEMPRE FRIO LOG LTDA - EPP - CNPJ 14.662.244/0001-44 - R$2.615,43; SILVA AR CONDICIONADO LTDA ME - CNPJ 19.784.705/0001-75 - R$1.225,78; SISTEMAS DE RASTREAMENTO E AUTOMACAO ARAXA LTDA ME - CNPJ 18.092.867/0001-80 - R$1.825,37; SKINJET TECNOLOGIA EM LIMPEZA AUTOMOTIVA LTDA - EPP - CNPJ 05.976.540/0001-29 - R$5.479,32; SPARTA DIESEL LTDA - CNPJ 64.309.560/0001-05 - R$11.851,89; STEAMCAL MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA - CNPJ 09.184.332/0001-48 - R$4.001,00; TATIANE APARECIDA DA COSTA - CNPJ 21.021.477/0001-23 - R$2.090,89; TECFRIO REFRIGERACAO LTDA - CNPJ 26.238.993/0001-28 - R$1.834,44; TRANSPORTADORA AREIAS BRANCAS LTDA - ME - CNPJ 05.011.217/0001-10 - R$408,13; TROPICAL DIESEL LTDA - CNPJ 06.299.212/0001-06 - R$3.012,29; TUPA COMERCIO SERVICOS E TRANSP.LTDA. - CNPJ 66.473.398/0001-91 - R$24.492,15; TURBOPATOS LTDA. - CNPJ 25.815.259/0001-11 - R$5.560,00;

PARTE 8 (CONTINUAÇÃO) - EDITAL QGC CRÉDITOS CONSOLIDADO COMARCA DE IBIÁ/MG ¿ Vara Única de Ibiá/MG ¿ RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE LATICÍNIOS UNIÃO TOTAL LTDA, em Recuperação Judicial (CNPJ 06.057.911/0001-31) ¿ Processo nº 0000024-52.2018.8.13.0295. QUADRO GERAL DE CREDORES CONSOLIDADO. ART. 18, DA LEI N. 11.101/2005. O Dr. Herrmann Emmel Schwartz, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, em exercício de seu cargo e da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado pelo Escritório Administrador Judicial, Juliana Morais Sociedade de Advogados, representado pela Dra. Juliana Ferreira Morais, OAB/MG - 77.854, o Quadro Geral de Credores Consolidado (ID 9619398234), a seguir: VC PLATINUM CARGAS E ENCOMENDAS LTDA. - CNPJ 21.598.674/0001-00 - R$167,35; VEDAGOL SISTEMAS EM VEDAÇÕES LTDA. - CNPJ 09.613.912/0001-03 - R$796,78; VITORIA FERTILIZANTES LTDA EPP - CNPJ 08.181.297/0001-40 - R$1.450,00; VL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ 07.764.950/0001-31 - R$3.198,87; WISMAR DE OLIVEIRA E CIA LTDA - ME - CNPJ 64.310.998/0001-03 - R$15.549,40; ZANDER ETIQUETAS LTDA - CNPJ 04.177.274/0001-01 - R$612,29. PASSIVO TOTAL: R$27.399.745,67. Segue partes e advogados cadastrados no PJE: Laticínios União Total Ltda, com OAB/MG de seus advogados de nº 115680, 163733, 163734, 163922,130030, 35384), tendo como credores com OAB de seus advogados: Orlando Gervásio de Oliveira, OAB/MG 199974; Leonardo Alves Borges, OAB/MG 83166, 105368; Luiz Fernando Camargos, OAB/MG 83166, 105368; Cleiber Alair da Silva, OAB/MG 83166, 105368; Daniel Nascimento de Oliveira, OAB/MG 83166, 105368; José Ananias de Campos, OAB/MG 83166, 105368; Valmir Alves Barbosa, OAB/MG 83166, 105368; Marcelo Canto Ferreira, OAB/MG 83166, 105368; Liomar Caetano de Oliveira, OAB/MG 83166, 105368; Deusdete Eustáquio da Silva, OAB/MG 83166, 105368; Vladimir Pio da Silva Vidal, OAB/MG 83166, 105368; Leonídio Moreira Alves, OAB/MG 83166, 105368; Daniel Moreira Vilaca, OAB/MG 83166, 105368; Alessandro Sousa Pereira, OAB/MG 83166, 105368; Ariovaldo Alves de Sousa, OAB/MG 83166, 105368; Abel Anacleto Fonseca, OAB/MG 83166, 105368; Vladimir Machado Borges, OAB/MG 83166, 105368; Otair Alves, OAB/MG 83166, 105368; José Paulo Lúcio Campos, OAB/MG 83166, 105368; Valdair Maranhão, OAB/MG 99768, 105906, 89136; Ronaldo Adriano Nogueira, OAB/MG 183458; Leandro José de Freitas Araújo, OAB/MG 66573, 87000; Banco Bradesco S.A., OAB/MG 127218, 57986; Ecolab Química Ltda, OAB/SP 154894; Lasaro Afonso Pereira, OAB/MG 178227; Euripedes Antônio de Oliveira, OAB/MG 126590; Alpa Diesel Ltda, OAB/MG 64755; Braz dos Reis e Souza, OAB/MG 176406; Generino Pedro da Silva, OAB/MG 176406; Fernando José Gonçalves, OAB/MG 176406; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., OAB/MG 56674; João Pedro Filho, OAB/MG 176406; Enio Silva, OAB/MG 72192, 82715; José Antônio Ferreira, OAB/MG 176406; Dilson de Camargo, OAB/MG 176406; Banco Safra, OAB/SP 257198; Ilza dos Reis Matos, OAB/MG 176406; Luciano Dias dos Santos, OAB/MG 176406; José Lázaro de Oliveira, OAB/MG 176406; Divalde Soares&Cia Ltda, OAB/MG 127314; Cemig Distribuição S.A., OAB/MG 87830, 129551, 100756, 67070; Rivaldo Alves Rodrigues, OAB/MG 176406; Paulo Roberto Gonçalves, OAB/MG 176406; Edson Souza Marques, OAB/MG 176406; João Frazão Filho, OAB/MG 78317; Ledir Sidney Silva, OAB/MG 66105, 43009; Ronildo César Vieira, OAB/MG 72192, 172819, 82715; João Pereira Sobrinho, OAB/MG 176406; José Maria França, OAB/MG 176406; Odair Gomes Botelho, OAB/MG 176406; Valdomiro Rossetti, OAB/MG 176406; Gercino Coelho Marques, OAB/MG 176406; Hernane José da Silva, OAB/MG 176406; Marcelo Pereira Rosa, OAB/MG 176406; Roberto Naves Gonçalves, OAB/MG 176406; MGL Transportes Ltda ME, OAB/MG 127314; Cryovac Brasil Ltda, OAB/SP 286438; José Donizeti de Brito, OAB/MG 134089, 149868, 83572, 99028; João Pereira de Freitas, OAB/MG 188479, 199974; Oscar Simões Cruvinel, OAB/MG 197193; Arley Geraldo dos Reis, OAB/MG 176406; Itaú Unibanco S.A., OAB/MG 164982, 87253; Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A, OAB/PE 33670; Edmar da Trindade; Carlos Antônio da Trindade, OAB/MG 184048; Elbert Carvalho Lúcio, OAB/MG 83166, 105368; Eurides Pereira Filho, OAB/MG 83166, 105368; Dinamar Alves da Silva Júnior, OAB/MG 83166, 105368; Tiago Tadeu de Oliveira, OAB/MG 83166, 105368; Victor Leandro Mateus Barbosa, OAB/MG 83166, 105368; Ralph Walone Resende Ribeiro, OAB/MG 83166, 105368; Mayke Henrique da Silva, OAB/MG 83166, 105368; Rodrigo Nunes da Silva, OAB/MG 83166, 105368; Fernando Gonçalves Campos, OAB/MG 83166, 105368; Dimas José Fonseca Júnior, OAB/MG 83166, 105368; Euripedes Pereira Cintra, OAB/MG 100672, 143759; Distribuidora Rio Branco de Petróleo Ltda, OAB/MG 188479, 162473; Rio Branco Derivados de Petróleo Ltda, OAB/MG 188479, 162473; Comercial Automotiva S.A., OAB/SP 206438; Neiber José Moreira Rodrigues, OAB/MG 169395; Baltazar Gervásio de Oliveira, OAB/MG 199974 e como Fiscal da Lei, o Ministério Público-MPMG. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Eu, ___Vânia Cristina de Fátima, Gerente de Secretaria, mandei digitar e assino. Ibiá/MG, 10 de outubro de 2022. HERRMANN EMMEL SCHWARTZ Juiz de Direito.

IBIRITÉ

COMARCA DE IBIRITÉ - EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA - PELO PRAZO DE 60(sessenta) Dias A Dra.Daniela Cunha Pereira, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal/VEP da Comarca de Ibirité, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de suas funções e na forma da lei, etc... FAZ SABER: A todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo, processam-se os termos e atos da ação- Criminal, Processo nº 01141419002915-6, Réu/Ré: Diego Caldeira Hastenreter .OBJETIVO: Intimação da sentença do réu/ré: Diego Caldeira Hastenreter, qualificado nos autos, atualmente em local incerto e não sabido. tendo sido o reu denunciado nas sanções do art.12 da lei 10826/2003, fica o réu INTIMADO para tomar ciência da Sentença de Absolvição, cujo teor final é o seguinte: "...julgo IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal e ABSOLVO o acusado, com fundamento no art.386, inciso VII, do Código de Processo Penal.#.. P.R.I. Ibirité, 24/01//2022 (a) Daniela Cunha Pereira- Juíza de Direito"E, tendo em vista esse fato, pelo presente edital, com prazo de 60 dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede deste Juízo, na Rua Otacílio Negrão de Lima, nº 08, Centro, Ibirité/MG. E, para que não se alegue ignorância, mandou a MMª. Juíza expedir o presente edital, na forma da lei. Ibirité de 08/ 09/2022. Eu, Roseli Maria Braga Campos, Oficial de Apoio Judicial o digitei. (a)Daniela Cunha Pereira-Juíza de Direito.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE IBIRITÉ - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PELO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. A Dra. Patrícia Froes Dayrell, Juíza de Direito da Comarca de Ibirité, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de suas funções e na forma da lei, etc# Faz saber: aos que o presente edital de CITAÇÃO/NOTIFICAÇÃO o vir ou dele conhecimento tiverem, que se processam perante este Juízo e Secretaria os autos 0040938-51.2020.8.13.0114 que a Justiça Pública move contra: Guilherme Henrique Gonçalves Rosa, brasileiro, solteiro, natural de Betim, nascido aos 05/09/1995, filho de Mecy Rosa e Guilherme Henrique Gonçalves, para proceder a intimação do(a) acusado(a): Guilherme Henrique Gonçalves Rosa, nos termos da presente ação, bem como para constituir novo defensor no prazo de 10 (dez) dias, ficando deste já advertido que caso mantenha-se inerte deixando transcorrer o prazo, lhe será por defensor(a) nomeado pelo juízo. E, constando dos autos que o dito denunciado encontra-se em local incerto e não sabido, mandou expedir o presente edital pelo qual o citar/notificar para o fim acima aludido e acompanhar os demais termos até o final, sob pena de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou a MMº. Juiz que expedisse o presente, que será publicado e afixado na forma da lei. Ibirité, 13 de Outubro de 2022. Eu, Elisa Helena Gonçalves Fagundes, Escrivã Judicial, subscrevo, por ordem da Dra. Patrícia Froes Dayrell, Juíza de Direito da Comarca de Ibirité.

COMARCA DE IBIRITÉ - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PELO PRAZO DE

30(TRINTA) DIAS. A Dra. Renata Souza Viana, Juíza de Direito Substituta da 3ª Vara Cível da Comarca de Ibirité,, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de suas funções e na forma da lei, etc... FAZ SABER: A todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 30 (TRINTA) dias, contados da publicação deste no Diário do Judiciário de Minas Gerais, e mui especialmente os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, que tem andamento nesta Secretaria e Juízo os autos de Usucapião, nº: 5000040-71.2021.8.13.0114, que figuram como requerente(s) ERIVALDO GONÇALVES GOIS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 663.573.656-53; AURICÉLIA DE SOUSA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 024.666.087-23; JANE PAREIRA BASTOS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 099.186.426-37; JADER PEREIRA BASTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 102.818.666-51; JEANE PEREIRA BASTOS CAMPOS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 083539846-36; ORESTES DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 663.573.656-53, OZINETE DE SOUZA OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 892.020.316-49 e JEISLA PEREIRA BASTOS ROCHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 052.790.876-29, todos domiciliados na Rua Wanderley Sales Barbosa, nº 91, Bairro Marilândia 1ª Seção, Município de Ibirité, Minas Gerais, CEP: 32.404-885 em face de Imobiliária São João LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.844.0980001-70, através de seu sócio administrador JURANDY DE MELO PATRÍCIO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 006.660.336-68, com sede na Rua Cachoeira do Campo, nº 270, Apto. 302, Bairro Calafate, Belo HorizonteMG, CEP:30.480-180 . A peça exordial alega que se trata o imóvel usucapiendo de um lote nº32, da quadra nº13, do Bairro Marilândia, município de Ibirité . O imóvel está situado na Rua Wanderley Sales Barbosa, nº 91, Bairro Marilândia 1ª Seção, Município de Ibirité, Minas Gerais, CEP: 32.404-885. OBJETIVO: CITAÇÃO dos interessados ausentes, incertos e desconhecidos, que se encontram em local incerto e não sabido, para que tomem ciência dos autos que tramitam perante este Juízo e Secretaria e contestem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando os mesmos advertidos de que não havendo contestação presumir-se-ão, como verdadeiros, os fatos articulados, pelos requerentes, na inicial. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou a MM Juiz que expedisse o presente edital que será publicado e afixado, na forma da lei. Ibirité, 13 de outubro de 2022. Procurador(a) dos autos: Dr(a). Barbara Garcia Brandão, OAB/MG 192.910. Gerente da Secretaria Aline Cibele de Aguiar Gonçalves. Eu, Jossane Andréa de Souza. Oficial de Apoio Judicial, o fiz digitar.

IGARAPÉ

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE IGARAPÉ-MG ¿ 1ª VARA CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL- EDITAL DE INTIMAÇÃO . Autos nº: 5003051-95.2022.8.13.0301. Carta Precatória Cível. Autor(es): Nadir Ferreira Campos. Réu(s) Nelsi Jose da Silva. O leilão ocorrerá na modalidade presencial, e será realizado no átrio do Fórum (Rua Manoel Franco Amaral, 450, Cidade Jardim, Igarapé/MG, CEP 32900-000). O Edital de Leilão será publicado no site leiloeiro: www.mozarleiloeseimoveis.com.br (art. 887 §2º do CPC); Demais informações estão disponíveis no referido site ou pelo telefone (31) 99727-5783. DATA DO LEILÃO: 30/11/2022 a partir das 14h00min. Na hipótese de ser infrutífera a alienação, será realizado o 2º leilão no dia 13/12/2022 no mesmo horário e condições. LANCE MÍNIMO: No 1º e 2º leilão, serão aceitos lances a partir do valor de avaliação do bem (despacho de id 9544442019) DESCRIÇÃO DO BEM: Imóvel constituído pelo lote 06, da quadra 03, localizado na Rua Geraldo da Silva, nº 200, do Bairro Imperial, no município de Igarapé/MG, com área de 410,16m², limites e confrontações da planta respectiva aprovada. AVALIAÇÃO: R$ 200.000,00 (duzentos mil
reais). ÔNUS: Nada consta. MATRÍCULA: 94.597 no Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Betim/MG. ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 19/07/2022: OBS.: O
interessado deverá verificar junto ao Cartório se há novas averbações após esta data.
FORMA DE PAGAMENTO:
O leilão será aberto para pagamento à vista.
a) Os interessados em adquirir o bem na modalidade parcelada (art. 895, § 1º do CPC) deverão encaminhar proposta por escrito, via e-mail, para o endereço eletrônico contato@mozarleiloeseimoveis.com.br, contendo o valor da entrada de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) a ser paga nas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação da homologação da proposta, e o remanescente em até 30 (trinta) parcelas, com prestações mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação, devidamente corrigidas pelo INPC;
b) Não havendo ofertas de lance à vista no leilão, as propostas para pagamento parcelado recebidas por e-mail serão inseridas no site, e será aberta a disputa nesta modalidade (pagamento parcelado) a todos os licitantes que previamente manifestaram interesse nos termos do item a do presente edital.
A melhor proposta será apresentada ao Juízo para conhecimento e análise, e se eventualmente for acolhida, para homologação;
c) O lance para pagamento não poderá ser convertido em proposta parcelada. Caso o arrematante o faça por sua conta e risco no ato do pagamento, perderá em favor do leiloeiro o valor pago a título de comissão se a arrematação não for homologada ou posteriormente anulada;
d) O pagamento da arrematação será feito através de guia judicial que será encaminhada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro;
e) O arrematante deverá garantir a arrematação com a entrega de 02 (dois) cheques devidamente assinados (comissão e lance) ao Leiloeiro no ato da arrematação, sendo devolvidos após a identificação do pagamento da guia (lance) e depósito bancário (comissão).
f) Os licitantes que não estiverem munidos dos referidos cheques não poderão oferecer lances no leilão.
g) Na arrematação à vista, o valor deverá ser integralmente pago impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado ao leiloeiro no e-mail
contato@mozarleiloeseimoveis.com.br, na mesma data, até às 18h00min;
h) Na hipótese de ser a proposta de parcelamento homologada, o pagamento das parcelas será efetuado diretamente pelo arrematante, através de guia de depósito judicial, devendo este comprová- lo mensalmente com a juntada da guia devidamente paga nos autos;
h) O pagamento das parcelas será efetuado pelo arrematante, através de guia de depósito judicial vinculada ao processo, que será expedida pelo próprio arrematante através do sistema DEPOX, devendo este comprová-lo mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada nos autos;
i) A venda na modalidade parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação;
j) No caso de atraso de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, §4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, podendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação art. 895, §5º do CPC).
CONDIÇÕES DO LEILÃO:
Por ordem do MM. Juízo, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei n. 21.981/32, pelo Código Penal, pelo Código de Processo Civil e pelo CTN, bem como pelas seguintes condições:
1º) O leilão será realizado pelo Leiloeiro Mozar Miranda Almeida, matrícula JUCEMG 844, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 00h30min. O leiloeiro fica autorizado a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.
2º) O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
3º) Para participar do Leilão Presencial o interessado deverá comparecer no dia, local e horário designado para o certame munido de:
i) Para os cadastros de Pessoas Físicas será necessário, além
da informação dos dados pessoais, anexar ao sistema os seguintes documentos: RG (com data de emissão inferior a dez anos), CNH/CPF e comprovante de endereço atualizado (até 03 meses); ii) Para os cadastros de Pessoas Jurídicas
será necessário, além da informação dos dados empresariais, anexar ao sistema os seguintes documentos: contrato social, cartão do CNPJ expedido pela Receita Federal atualizado, comprovante de endereço da empresa (até 03 meses), RG (com data de emissão inferior a dez anos) e CPF do representante legal.
4º) Poderá o Leiloeiro requerer a apresentação de documentos complementares para a elucidação de questões a depender do caso concreto, caso julgue necessário.
5º) A arrematação em nome de terceiros somente será permitida mediante apresentação de procuração específica para o ato, conjuntamente com os documentos discriminados nos itens 4º e 5º se pessoa física ou jurídica, respectivamente.
6º) A oferta de lances implica no aceite do ofertante ao presente edital, não podendo alegar seu desconhecimento posteriormente.
7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter ¿AD-CORPUS¿, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.
8°) Caberá ao interessado verificar a existência de débitos tributários, relativos às taxas condominiais e quaisquer outros eventuais débitos.
No que se refere aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, em caso de omissão do(a) Magistrado(a), ficará a cargo do arrematante requerer a aplicação da norma prevista no art. 130, §único do Código Tributário Nacional, exceto em caso
de adjudicação. Quanto aos débitos de NATUREZA CONDOMINIAIS, caberá ao arrematante arcar com a sua integralidade, incluindo valores vencidos em data anterior e posterior à da arrematação, facultado ao interessado requerer em juízo a aplicação do art. 908, §1º do CPC.
9º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visitação com horário pré-agendado, mediante pedido do interessado nos autos.
10º) Pelos serviços prestados, caberá ao Leiloeiro o recebimento de comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, em qualquer das modalidades da venda (eletrônico ou presencial).
11º) A comissão do Leiloeiro deverá ser depositada na sua integralidade, em conta bancária que será informada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro, impreterivelmente até o dia

subsequente à realização do leilão, e o comprovante deverá ser enviado ao Leiloeiro no e-mail contato@mozarleiloeseimoveis.com.br, na mesma data, até às 18h00min.
12º) No caso de inadimplemento da arrematação, o leiloeiro fica autorizado a aproveitar o lance do licitante que mantiver a proposta.
13º) Ainda, no caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão do leiloeiro. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, o leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos, ou ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante o Cartório competente.
14º) Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo, após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrada a comissão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, para ressarcimento dos serviços prestados pelo Leiloeiro.
15º) No caso de parcelamento, acordo e/ou pagamento da dívida (remição), se requeridos após o leilão, o leiloeiro será remunerado com o montante correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado na data do parcelamento acordo ou remição.
16º)No caso de Adjudicação, a remuneração do leiloeiro (5% sob o valor de avaliação) deverá ser paga, no ato, pelo adjudicante, sendo o valor imediatamente depositado por ele antes da assinatura da respectiva carta.
17º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos;
18º) A Nota de Arrematação será expedida pelo leiloeiro após o trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
19º) O Leiloeiro não é responsável por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.
20º) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no item 14º a 16º.
21º) Ficam intimados do leilão (1ª e 2ª data, se houver), as partes, os coproprietários Sra. Doranice Aparecida da Silva, seus cônjuges se casados forem, credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas, inclusive os que estiverem em local incerto e não sabido.
22º) Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidade previstas em lei, serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas e condições deste Edital para eximirem-se das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do artigo 358 do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: ¿Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagens, e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa¿. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será publicado e afixado no saguão do Fórum. Igarapé, 11 de outubro de 2022. Eu, Juliara Regina da Silva, Assistente de Apoio, o digitei e subscrevi. O Gerente de Secretaria em substituição, Walter Humbergles Brito. O MMº. Juiz de Direito, Dr. Valter Guilherme Alves Costa.

COMARCA DE IGARAPÉ/MG-JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU. PRAZO: 15 (quinze) dias. PROCESSO n. 5005752-29.2022.8.13.0301. O Dr. Valter Guilherme Alves Costa, MM. Juiz de direito da Vara Criminal desta Comarca de Igarapé-MG, no exercício do cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo tramitam os Autos de Ação Penal Pública que a Justiça Pública move contra WALISSON RODRIGO PACHECO DE SALES CORREA , filho de MARIA NATALINA PACHECO e de MILTON DE SALES CORREA , nascido em 01/08/2000. É o presente para INTIMAR, como de fato fica INTIMADO o requerido, supradescrito, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento da decisão proferida nos autos em favor da vítima (M.N.P): 1 - afastamento do autor do lar ou local de convivência com a ofendida; 2 - a proibição de aproximar-se da ofendida a uma distância mínima de 200 metros, bem como entrar em contato com esta por qualquer meio de comunicação ou frequentar lugares onde ela se encontre. Fica advertido que o não cumprimento das medidas impostas poderá acarretar a decretação da sua prisão preventiva, nos termos legais. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, especialmente o requerido, expediu-se o presente que será publicado e afixado no saguão do Fórum. Igarapé, 13/10/2022. Eu,___, Rogeria Elisa Nascimento Silva, Auxiliar de Apoio ao Gerente de Secretaria, o fiz digitar e subscrevi. O Exmo. Juiz de direito:_____ Valter Guilherme Alves Costa.

COMARCA DE IGARAPÉ/MG-JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. 15 (quinze) dias. PROCESSO nº 0104584-61.2017.8.13.0301. Valter Guilherme Alves Costa, MM. Juiz de direito da Vara Criminal e Cartas Precatórias desta Comarca de Igarapé-MG, no exercício do cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo tramitam os Autos de Ação Penal Pública que a Justiça Pública move contra ADERVAL NOGUEIRA PARAGUAI, brasileiro, natural de Rio Manso/MG, nascido em 04/05/1974, filho de Maria do Carmo Paraguai e Leni Pereira Paraguai . É o presente para INTIMAR DA SENTENÇA, como de fato fica INTIMADA a vítima E.N.S.N, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência de todo o teor da sentença proferida: ¿[¿] Ante o exposto, em razão da inimputabilidade, ABSOLVO o acusado ADERVAL NOGUEIRA PARAGUAI, qualificado, das imputações feitas neste processo, na forma do art. 386, VI, do CPP. Nos termos do art. 386, parágrafo único, III, do CPP, SUBMETO o acusado à medida de segurança de tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, nos termos do art. 97, §1º, do Código Penal, ressalvada a eventual necessidade de internação.[...]¿. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, especialmente o réu, expediu-se o presente que será publicado e afixado no saguão do Fórum. Igarapé, 13 de outubro de 2022. Eu,___, Rogeria Elisa Nascimento Silva, Auxiliar de Apoio, o fiz digitar e subscrevi. O MM. Juiz de direito:_____ Valter Guilherme Alves Costa.

COMARCA DE IGARAPÉ/MG-JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. 15 (quinze) dias. PROCESSO nº 0011213-38.2020.8.13.0301. Valter Guilherme Alves Costa, MM. Juiz de direito da Vara Criminal e Cartas Precatórias desta Comarca de Igarapé-MG, no exercício do cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo tramitam os Autos de Ação Penal Pública que a Justiça Pública move contra ROGÉRIO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, nascido em 16/10/1982, natural de Mucuri/MG, filho de Maria Celeste Rodrigues Silva, RG 12394772 . É o presente para INTIMAR DA SENTENÇA, como de fato fica INTIMADA a vítima FABRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, Solteiro, nacionalidade Brasileira, natural de IBIRITE, nascido(a) aos 18 de Julho de 1984, filho(a) de MARIA ANGELA DE OLIVEIRA e VALCEIR DE OLIVEIRA, RG n° 12824797 / SSP , encontrando-se em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência de todo o teor da sentença proferida: ¿[¿]JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para ABSOLVER o acusado ROGÉRIO RODRIGUES DA SILVA, qualificado, das imputações que lhe são atribuídas na denúncia, com fundamento no art. 386, VII, do CPP..[...]¿. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, especialmente o réu, expediu-se o presente que será publicado e afixado no saguão do Fórum. Igarapé, 13 de outubro de 2022. Eu,___, Rogeria Elisa Nascimento Silva, Auxiliar de Apoio, o fiz digitar e subscrevi. O MM. Juiz de direito:_____ Valter Guilherme Alves Costa.

COMARCA DE IGARAPÉ-MG. JUSTIÇA GRATUITA EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS. O Dr. Gustavo Cesar Sant¿Ana, MM. Juiz de Direito Cooperador na 1ª Vara Cível e do Juizado Especial Cível da Comarca de Igarapé-MG, no exercício do cargo, na forma da lei, etc... Faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo tramita a Ação de Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos, processo nº 5000104-73.2019.8.13.0301, que Vicentina Ramos Barbosa move contra Geraldo Tadeu Teodoro da Silva. É o presente para citar, como de fato CITA o Réu Geraldo Tadeu Teodoro da Silva, através de seu representante legal, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para que, tome conhecimento da presente ação e, querendo, ofereça defesa, no prazo legal. Esclareça-se que, não sendo contestada a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos constantes da petição inicial. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, especialmente o Réu, expediu-se o presente que será publicado e afixado no saguão do Fórum. Igarapé, 19 de setembro de 2022. Eu, Ellen K. Camargos de Oliveira, Assistente de Apoio, o digitei e subscrevi. O Escrivão Judicial, Vicente Carlos Dias, O MM. Juiz de Direito Cooperador, Dr. Gustavo Cesar Sant¿Ana.

IGUATAMA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE IGUATAMA - EDITAL DE CITAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA - Prazo 30 dias. O Dr. Leonardo Fonseca Rocha, MM. Juíza de Direito desta Comarca de Iguatama/MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei etc... Faz saber, aos que o presente edital de CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este juízo e secretaria da Única Vara, os autos nº 5000524-67.2022.8.13.0303 Ação de Usucapião requerida por Ana Cristina Faria que tem por objeto um lote de terreno localizado na Comunidade Lagoa Bonita, zona rural de Iguatama/MG, bem como um imóvel com área de 30m², confrontando com Paulo Henrique Rodrigues Freitas, Suzimeyre Elaine Silva Morais e seu marido José René de Morais; Adriano Antônio dos Reis Ferreira e sua esposa Franciele Rezende Castro Ferreira; Messias Alves de Macedo e sua esposa Berenice Alves de Paula Macedo, conforme memorial descritivo. Ficando CITADO por meio deste todos aqueles que tenham interesse ou possam alegar direitos sobre o citado imóvel, PARA, querendo, contestar a ação acima mencionada, no prazo de 15 dias, ficando ciente dos termos do art. 942, bem como observar o disposto no art. 232, IV todos do CPC. Não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. E para

que chegue ao conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum e publicado no Órgão Oficial. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Iguatama, aos 13.10.2022. Eu, Simone Teixeira Silva, Gerente de Secretaria subscrevi. MM. Juiz de Direito, Dr. Leonardo Fonseca Rocha.

IPATINGA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL
PROCESSO Nº: 5002599-25.2017.8.13.0313
CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)
EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE SERVIDORES PUBLICOS E TRABALHADORES DA REDE DE ENSINO DA REGIAO E COLAR METROPOLITANO DO VALE DO ACO LTDA SICOOB COSMIPA
EXECUTADO(A): ALESSANDRO CARLOS COSTA GUIMARAES
COMARCA DE IPATINGA/MG - 1ª VARA CÍVEL - Autos nº 5002599-25.2017.8.13.0313 - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. A Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ipatinga, Minas Gerais, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este juízo e Secretaria, tramita o processo nº 5002599-25.2017.8.13.0313, Ação de EXECUÇÃO que COOPERATIVA DE CREDITO DE SERVIDORES PUBLICOS E TRABALHADORES DA REDE DE ENSINO DA REGIAO E COLAR METROPOLITANO DO VALE DO ACO LTDA SICOOB COSMIPA - CNPJ: 17.361.536/0001-35, tendo como procuradores, GUSTAVO RODRIGO ALMEIDA MEDEIROS, OAB/MG 85.460 e RODRIGO OLIVEIRA CARDOSO, OAB/MG 89.393 move contra ALESSANDRO CARLOS COSTA GUIMARAES e por este meio CITA: ALESSANDRO CARLOS COSTA GUIMARÃES, brasileiro, inscrito no CPF sob n° 027.014.716-05, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, consistente na quantia de R$ 1.591,96 (um mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos), fluindo o prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de publicação do presente edital, para opor-se à execução, por meio de embargos (CPC, art. 915). Ciente, ainda, que os honorários advocatícios foram fixados em 10%, advertindo-se de que o pagamento em três dias implicará na redução à metade do valor da verba honorária, nos termos do artigo 827, §1º do CPC. INTIME-SE, a parte executada de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá requerer seja admitido a pagar o restante, em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de juros e correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916 do CPC). Intime-se a parte exequente, ainda, acerca do lançamento de restrição do veículo motocicleta JTA/SUZUKI INTRUDER 250 1997, de placa GVA4697. Decorrido o prazo sem manifestação, nos termos do art. 72 do CPC, será nomeado curador à parte ré. Para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam futuramente alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Ipatinga, na data da assinatura eletrônica. Eu, Bruno Eustáquio Miranda Oliveira, Gerente de Secretaria da 1ª Vara Cível de Ipatinga, o digitei e subscrevi. Juíza de Direito, Dra. ELIMAR BOAVENTURA CONDE ARAÚJO (assinado eletronicamente).
Advogado: GUSTAVO RODRIGO ALMEIDA MEDEIROS, OAB/MG 85.460 e RODRIGO OLIVEIRA CARDOSO, OAB/MG 89.393

0278403-71.2015.8.13.0313 - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IPATINGA - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO: 30 DIAS. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este juízo e Secretaria, tramita o processo nº 0278403-71.2015.8.13.0313, Ação Monitória que SUPERAVIT FACTORING LTDA - EPP - CNPJ 05.961.357/0001-50, com endereço à Rua Divinópolis, 60, Loja 10, Centro - Ipatinga/MG, tendo como procuradores Drs. Iolanda Vitoria Asdrubal de Sousa, OAB/MG 169590 e Geraldino Paulo da Silva - OAB/MG 76011, interpôs contra WENISMAR DE ARAUJO E SILVA, portador do CPF nº 848.179.761-87, antes residente à Rua 60, N.01, Vila Isabel, Ipatinga/MG, atualmente, em lugar incerto e não sabido, e, por este meio, CITA o réu WENISMAR DE ARAUJO E SILVA, portador do CPF nº 848.179.761-87, que, no prazo de 15 dias, pague a quantia requerida, acrescida de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (CPC, art. 701). Em havendo cumprimento do determinado neste edital dentro do prazo legal, o réu estará isento do pagamento de custas (CPC, art. 701, § 1º). Fica intimada de que, nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, caso não haja cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, "construir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial"(CPC, art. 701, § 2º). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ipatinga, 26 de setembro de 2022, Lívia Fernanda de Gusmão Xavier, Gerente de Secretaria em Substituição, o subscreve, por ordem da MMª Juíza.(mebs).

COMARCA DE IPATINGA - 2ª VARA CÍVEL
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO: 20 DIAS
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este juízo e Secretaria da 2ª Vara Cível, tramitam eletronicamente os autos nº 5013060-80.2022.8.13.0313, AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE movida por GERALDO SERGIO RODRIGUES em face de CLEIDNEY RODRIGO REIS e outro, tendo como procurador(a) da parte autora DR. HENRIQUE ADRIANO DA SILVA TEIXEIRA, e por este meio CITA: CLEIDNEY RODRIGO REIS, CPF 615.698.956-00 estando atualmente em lugar incerto e não sabido, para comparecer a audiência de JUSTIFICAÇÃO DE POSSE designada para o dia 08/11/2022 às 13:30 horas, a ser realizada nesta secretaria, situada à PÇ. DOS TRÊS PODERES - CENTRO - 3822-2580. Fica o réu ciente de que, nos termos do art. 564, parágrafo único, do CPC, possui o prazo de 15 dias para contestação, a contar da intimação da decisão que julgar a justificação de posse. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ipatinga (MG), aos 11 de outubro de 2022. Eu, FERNANDA COTTA DE ASSIS AMARAL, Gerente de Secretaria, subscrevi.
OAB 145.504
MM. Juiz de Direito: RODRIGO BRAGA RAMOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Justiça de Primeira Instância
Comarca de IPATINGA / Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Ipatinga
PROCESSO Nº: 5009748-38.2018.8.13.0313 ERL
CLASSE: [CÍVEL] CAUTELAR FISCAL (83)
REQUERENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS
REQUERIDO(A): INDUMEP-INDUSTRIA MECANICA PARAISO LTDA e outros
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 30 DIAS
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria da Vara da Fazenda Pública e Autarquias, tramita os autos supramencionados, Cautelar Fiscal requerida pelo Estado de Minas Gerais em face de INDUMEP-INDUSTRIA MECANICA PARAISO LTDA , inscrito no CNPJ sob o nº: 00.474.731/0001-79 e MARCIA MARIA SOUZA SILVA inscrita no CPF sob o nº 818.385.736-15 e por este meio cita os requeridos, para contestarem a ação, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, com as advertências do art. 285 do CPC, a contar da publicação do presente edital. Nos termos do artigo 256, inciso II, do CPC. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ipatinga-MG, aos 11 (onze) dias do mês de outubro de 2022. Luiz Flávio Ferreira Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Justiça de Primeira Instância
Comarca de IPATINGA / Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Ipatinga
PROCESSO Nº: 5003427-84.2018.8.13.0313 ERL
CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL (1116)
EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS
EXECUTADO(A): OLIVEIRA COMERCIO REPRESENTACAO E FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA INDIVIDUAL LTDA e outros EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 30 DIAS
Saibam todos quantos o presente edital de citação virem que perante a Vara da Fazenda Pública e Autarquias desta Comarca, corre a Ação de Execução Fiscal nº supramencionado, sendo exequente o Estado de Minas Gerais e executado(a) FERNANDO SANTANA DE OLIVEIRA e outro. E por este meio CITA: o executado FERNANDO SANTANA DE OLIVEIRA, CPF: 035.006.586-10 para que, no prazo de 5 (cinco) dias, pague a importância de R$.290.068,45 (duzentos e noventa mil e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), e demais acréscimos legais, conforme certidão da dívida ativa nº 5.000255799-41, ou nomear bens à penhora. Havendo nomeação de bens à penhora, o requerido poderá embargar a ação querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação da penhora. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ipatinga-MG, aos 11 (onze) dias do mês de outubro de 2022.
Luiz Flávio Ferreira Juiz de Direito

5008180-50.2019.8.13.0313 COMARCA DE IPATINGA- 3ª VARA CÍVEL.EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este juízo e Secretaria, tramita o processo nº 5008180-50.2019.8.13.0313, Ação de USUCAPIÃO que WELINGTON ALVARENGA PENA move contra ADONIAS VIEIRA DE SOUZA e outros, com o objetivo de conseguir Usucapião do seguinte imóvel: vértice PT-V-001,georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM -SIRGAS2000, MC-45°W, de coordenadas -19°27'36,423" S e -42°34'39,696" W; deste segue confrontando com a propriedade de José do Nascimento de Paula CPF: 247.823.436-04, com azimute de 140°40'01" por uma distância de 24,00m até o vértice PT-V-002, de coordenadas -19°27'37,019" S e -42°34'39,166" W; deste segue confrontando com a Rua Tucuruí, com azimute de 231°14'02" por uma distância de 15,00m até o vértice PT-V-003, de coordenadas - 19°27'37,330" S e -42°34'39,562" W; deste segue confrontando com a propriedade de Sebastião Marcelino, com azimute de 320°48'47" por uma distância de 11,11m até o vértice PT-V-004, de coordenadas -19°27'37,053" S e -42°34'39,806" W; deste segue confrontando com a propriedade de Sebastião Marcelino, com azimute de 320°31'35" por uma distância de 12,89m até o vértice PT- V-005, de coordenadas -19°27'36,734" S e -42°34'40,092" W; deste segue confrontando com a propriedade de José Pedro Carvalho CPF: 204.009.856-91, com azimute 51°12'56" por uma distância de 15,00m até o vértice PT-V-001, ponto inicial da descrição deste perímetro de 78,00 m.e para que chegue ao conhecimento de todos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, mandou a Mmª. Juíza expedir o presente Edital, que será publicado e afixado na forma da Lei e por este meio CITA: OS INTERESSADOS AUSENTES INCERTOS E DESCONHECIDOS,

para contestarem a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar a partir do prazo de publicação do presente edital, com as advertências a seguir descritas: "Não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos pelo réu como verdadeiros os fatos articulados pelo autor". Ipatinga, 13 de outubro de 2022. Eu, Zelione Cristina de Carvalho Marques, Gerente de secretaria, digitei e subscrevi. MM. Juíza de Direito: PATRÍCIA DE SANTANA NAPOLEÃO.(gg)

COMARCA DE IPATINGA - SEGUNDA VARA CRIMINAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE DEZ (10) DIAS. FAZ SABER a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, especialmente a(s) pessoa(s) à frente nominada(s), atualmente encontrada(s) em lugar ignorado, razão pela qual se expediu este na forma do artigo 365 do CPP, tramitar a seguinte procedimento: AUTOS NÚMERO 5020005-83.2022.8.13.0313 - INTIMANDO(A): JOANA DARCK EMÍLIO RODRIGUES, nascida em 06/03/1973, filha de José Emílio e Maria das Graças Santos Emílio - ENDEREÇO(S) ANTERIOR(ES): Rua Sorocaba , nº 10, Bairro Veneza, Ipatinga - MG - ACUSADO: GERALDO MANGELA DA SILVA. - TIPO E DATA DO FATO/INFRAÇÃO: ameaça / 30/10/2022 - FINALIDADE DO EDITAL: intimação acerca do conteúdo da decisão que indeferiu as medidas protetivas sugeridas/requisitadas. PRAZO PARA RECURSO (CONTADO DA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, VENCIDO O PRAZO INDICADO NO CABEÇALHO): 05 dias. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ipatinga, em 13 de outubro de 2022. Eu, (Edmar Silveira), Escrivão, assino. Antônio Augusto Calaes de Oliveira. Juiz de Direito

COMARCA DE IPATINGA-MG - Justiça Gratuita. AUTOS 5012883-87.2020.8.13.0313. EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE IVANIS LACERDA DA SILVA, brasileira, incapaz, RG MG-24.072.411, CPF nº 016.839.896-60, nascido aos 27/07/1977, natural de Joanésia, MG, filha de Sebastião Felisberto da Silva e Venceslina Lacerda da Silva, interna no Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz (NAEMC), situado na Rua Chico Xavier, n° 186, bairro Vila Formosa, Ipatinga, MG, CEP 35162-804. A Drª. JOSSELMA LOPES DA SILVA LAGES, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Ipatinga - Minas Gerais, na forma da lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, ocorrido nos autos nº 5012883-87.2020.8.13.0313, Ação de INTERDIÇÃO de IVANIS LACERDA DA SILVA, requerida por MARIA LUCIA VALADÃO, tendo como procuradora Drª. Edivania Rocha Campos, OAB/MG 151.391, que se processa perante este Juízo e secretaria da 1ª Vara de Família e Sucessões, atendendo às provas dos autos, por sentença proferida em 09.12.2021, certidão de trânsito em jugado datada de 05.03.2022, em seguida transcrita, declarou a interdição de IVANIS LACERDA DA SILVA. Sentença: "I - Histórico. Maria Lúcia Valadão, qualificada na inicial, requer a interdição de Ivanis Lacerda da Silva, também qualificada alegando, em síntese, que a curatelanda encontra-se institucionalizada no Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz, e é portadora de anomalia psíquica irreversível com retardo mental grave (CID 10 F72), estando incapaz para a prática dos atos da vida civil, sendo totalmente dependentes de terceiros. Ao final, requer seja decretada a interdição da curatelanda e sua nomeação como curadora. A inicial foi instruída com procuração e documentos (Peça de ID: Num. 1374449848). Concedida curatela provisória (ID: Num. 1472574796). Nomeado curador especial à parte curatelanda, este apresentou defesa (Peça de ID: Num. 3612687995). Laudo médico pericial (Peça de ID: Num. 5622073002) em que restou confirmada a incapacidade da curatelanda. Realizada audiência de entrevista (ID: Num. 5622073002). Parecer final do Ministério Público (Peça de ID: Num. 7121953006). Vieram os autos conclusos. É o relato do necessário. Decido. II - Fundamentação. A parte autora é legítima a pleiteou a interdição de Ivanis Lacerda da Silva, nos exatos termos do artigo 747, inciso III, do Código de Processo Civil Brasileiro. In casu, deve-se ter a parte requerida como curatelanda, já que é portadora de anomalia psíquica irreversível com retardo mental grave (CID 10 F72) e não possui no momento capacidade de gerir sua própria pessoa e bens. No que pertine ao direito, preceitua o Código Civil que estão sujeitos à curatela as pessoas que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil (art. 1.767, I). Verifica-se ainda do recente Estatuto do Deficiente (Lei 13.146/15) que: "Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. §1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei. §2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada. §3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível. §4º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano. Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. §1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. §2º A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado." A situação, portanto, não se enquadra nas hipóteses de tomada de decisão apoiada (artigo 1783-A, do Código Civil), mas sim na hipótese do artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, que preconiza a sujeição à curatela daqueles que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade. Assim, firmo meu convencimento no sentido da incapacidade do (a) curatelando (a) Ivanis Lacerda da Silva. Dispensável a realização de audiência de instrução e julgamento porque as provas documentais e periciais são suficientes para o julgamento da causa no estado em que se encontra, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Deste modo, hei por bem em declarar a interdição da parte curatelanda. A parte autora deve ser nomeada curadora da curatelanda, já que é responsável legal pela instituição em que esta está abriga e preocupa-se em ajudá-la a obter melhoria na qualidade de vida. III - Dispositivo. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para decretar a interdição de Ivanis Lacerda da Silva declarando-a incapaz para os atos de natureza patrimonial e negocial, e consequentemente, nomeio-lhe como curadora Maria Lúcia Valadão, ficando expressamente advertida de que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes a parte interditada, sem prévia autorização judicial. Advirto ainda a curadora de que os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar do incapaz, sendo o mesmo obrigado a prestar contas anualmente de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, conforme artigo 84, §4º, Lei 13.146/15, o que poderá ser feito nestes mesmos autos. À secretaria para cumprir o disposto nos artigos 755, §3º do Código de Processo Civil, publicando-se os editais, expedindo os editais e, em seguida, comprovando a publicação editalícia, nos termos do artigo 300, § 1º, do Provimento 355/2018 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Publicados e comprovados todos os editais pela secretaria deste Juízo, lavre-se termo de curatela definitivo, constando as restrições e advertências acima. Caso seja necessário, desde já, resta autorizada a expedição de termo de curatela provisória pelo prazo de 06 (seis) meses. Inscreve-se a sentença no Registro Civil. Intime-se a curadora para o compromisso legal. Custas pela autora, suspendendo a exigibilidade, pois defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. Não há condenação em honorários advocatícios. Em atendimento à orientação contida no Ofício Circular nº 140/GESIS/COAPE/2017, ficam as partes intimadas de que deverão comparecer na sede desta Unidade Judiciária para retirarem os documentos físicos que foram digitalizados e inseridos no PJE, porquanto é de sua responsabilidade a guarda para possível exercício do direito de rescisão do julgado. Caso não atendam ao chamado, no prazo de 45 dias, ocorrerá a inutilização/descarte do documento, conforme disposto no parágrafo único do artigo 15 da Resolução do CNJ nº 185 de 18 de dezembro de 2013, que "institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje como sistema de processamento das informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento", bem como previsto no parágrafo único do artigo 47 da Portaria Conjunta da Presidência nº 411 de 20 de maio de 2015, que "regulamenta o Sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje", no âmbito da justiça comum de primeira instância do Estado de Minas Gerais." Sendo o prazo recursal renunciado por todas as partes desde já resta homologado. Havendo renúncia apenas por uma das partes, aguarde-se o trânsito normalmente em secretaria. Após o trânsito em julgado, arquive-se com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ipatinga, 09 de dezembro de 2021. Josselma Lopes da Silva Lages, Juíza de Direito. *Documento assinado digitalmente." Para que a referida sentença produza os seus devidos e legais efeitos, chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume, por cópia, publicado três dias pela imprensa, com intervalo de dez dias na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Ipatinga, Minas Gerais, aos vinte e um (21) dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, C.L.C.Ornelas, Escrivã da Secretaria da 1ª Vara de Família e Sucessões, digitei e subscrevi. Josselma Lopes da Silva Lages. Juíza de Direito. Documento assinado digitalmente " OAB/MG 151.391

COMARCA DE IPATINGA - JUSTIÇA GRATUITA - 1ª VARA CRIMINAL - EDITAL DE CITAÇÃO- PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS. FAZ SABER a todos quantos este virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, especialmente, DIEGO DA SILVA, brasileiro, natural de Joanésia/MG, nascido em 13/11/1990, filho de Maria de Fátima da Rocha e de Adão Germano da Rocha, atualmente residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita sob o número 0011123-23.2022.8.13.0313 , a ação penal que a JUSTIÇA PÚBLICA move contra o mesmo como incurso e denunciado nas sanções do art. 155. §§ 1" e 4', I e IV. do Código Penal , estando o denunciado, como já dito, em lugar desconhecido, expediu-se o

presente para CITÁ-LO para todos os termos e atos da ação mencionada, bem como para responder a acusação por escrito no prazo de 10 (dez) dias, nesta Vara, situado na rua Maria Jorge Selim de Sales , nº 170, na Praça Três Poderes, Centro, Ipatinga-MG. Cientificar o acusado de que, na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. As exceções serão processadas em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código Penal. E para que ninguém possa e queira argüir ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente na forma da Lei, que será publicado e afixado no átrio do Fórum. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ipatinga, em 13 de outubro de 2022. Eu, Valdilene Ribeiro Miranda Alves, Escrivã, subscrevo e assino. Dr. José Maria Moraes Pataro, Juiz de Direito.

ITABIRA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - COMARCA DE ITABIRA-MG - PRAZO: 10 (dez) dias. FINALIDADE: conhecimento de terceiros de que foi solicitado pelo requerido o levantamento do preço da servidão, constituída sobre imóvel rural localizado no lugar denominado CEDRO, matrícula 589, fls. 05, LV 2-C, neste Município, de propriedade de Elpenor de Oliveira Dias, no valor equivalente a 100% (cem por cento) do depósito. Art. 34 da Lei 3.365 de 21/06/1941. Ação de Cumprimento de sentença - Processo nº5002511-96.2022.8.13.0317, proposta por ELZA VIANA DE MOURA DIAS em face de COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS. SEDE DO JUÍZO: Secretaria da 1ª Vara Cível, situada na Av. Mauro Ribeiro Lage, nº 894, Esplanada da Estação, Cep.:35900-560, Itabira , MG, edifício do Fórum. Itabira 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Patrícia Maria Duarte Sá, Escrivã Judicial, subscrevo por ordem do MM. Juiz de Direito.

ITABIRITO

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (CONFORME LEI Nº 13.105/2015) PROCESSO: 0016255-54.1996.813.0319 1ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ITABIRITO/MG. Requerido: GERALDO FERREIRA VELOSO e outros. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, JUCEMG 445, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo M.M. Juiz desta Comarca faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores, que no processo indicado venderá os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico (online). Em 1º leilão, no dia 14/09/2022 às 10:00 e em 2º leilão 14/09/2022 às 10:15 ambas realizadas através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br/ www.mgl.com.br. Em primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado, em primeiro leilão, por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado segundo leilão, na data indicada, quando serão aceitos lances em valor inferior ao da avaliação, desprezando-se o preço vil (conforme art. 891, parágrafo único, da Lei13.105/2015). Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. O Leilão será realizado na(s) data(s) acima mencionada(s). Não havendo licitantes na(s) data(s) indicada(s) fica redesignado leilão para as seguintes datas, de forma (online) 21/09/2022 às 10:00 e 10:15; 28/09/2022 às 10:00 e 10:15; 05/10/2022 às 10:00 e 10:15; 13/10/2022 às 10:00 e 10:15; 19/10/2022 às 10:00 e 10:15; 26/10/2022 às 10:00 e 10:15; 03/11/2022 às 10:00 e 10:15; 09/11/2022 às 10:00 e 10:15; 16/11/2022 às 10:00 e 10:15; 23/11/2022 às 10:00 e 10:15; 30/11/2022 às 10:00 e 10:15; 07/12/2022 às 10:00 e 10:15; 14/12/2022 às 10:00 e 10:15; através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br/www.mgl.com.br. Bem (s): Quantidade de bens: 1 - Caminhonete VW - VOLKSWAGEN / SAVEIRO SUMMER; ano de fabricação 1996/1996; combustível gasolina; cor verde. ÔNUS: Veículo autuado por débito de IPVA; impedimento judicial; restrição judicial de transferência; débito de IPVA; impostos, taxas, e multas somam o montante de R$501,60; consulta realizada dia 19/07/2022. Nos termos do artigo 144-A § 5º do Código de Processo Penal e entendimento da jurisprudência, os débitos anteriores a arrematação poderão ser desvinculados. É facultado ao arrematante efetuar pagamentos de ônus/débitos com intuito de agilizar procedimentos/regularização do bem, ficando ciente que os valores não serão reembolsados. Lance mínimo em primeiro leilão 100% da avaliação: R$ 17.595,00 (Dezessete mil e quinhentos e noventa e cinco reais). Lance mínimo em segundo leilão 50% da avaliação: R$ 8.797,50 (Oito mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos). Despesa administrativa: R$1.1000,00 (hum mil e cem reais) a serem pagas pelo arrematante. ENDEREÇO DE VISITAÇÃO: Rua Idalina Dornas, 13, Bairro Universitário, Itaúna/MG. DEPOSITÁRIO (A): FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance independente da forma ou condição de pagamento que o arrematante venha a optar. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado, desde que o lance seja no mesmo valor. A) À vista: Ao optar pelo pagamento à vista do valor do lance, o arrematante deverá efetuar mediante depósito judicial, no prazo de 1(um) dia, contado da data do leilão, o pagamento da integralidade do valor do lance. Alternativamente, poderá o arrematante pagar 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação, devendo quitar o valor remanescente no prazo máximo de 15 dias através de depósito judicial. Deixando o arrematante de depositar o valor remanescente no prazo de 15 dias será imposta a penalidade prevista no art. 897 da Lei 13.105/2015, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei ou no presente edital. COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação, 5% sobre o valor da arrematação a ser paga pelo arrematante. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação. Efetuados os pagamentos, o arrematante no prazo de 01 (um) dia deverá enviar os comprovantes para o leiloeiro via e-mail leiloesmg@leiloesmg.com.br, ou qualquer outro meio hábil e inequívoco para que o leiloeiro possa fazer a juntada dos comprovantes aos autos. Na arrematação mediante lance online, o auto de arrematação será assinado pelo Exmo. Juiz após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação ou da entrada/sinal, ser for o caso e da taxa de comissão do leiloeiro, ficando dispensada, nesta hipótese, a assinatura do arrematante no referido auto. Caso a arrematação seja efetuada mediante o pagamento parcelado de parte do valor, ficando o bem como garantia de pagamento, o arrematante fica obrigado a realizar todo e qualquer ato, bem como a arcar com os custos, que se fizerem necessários (principalmente assinar eventuais documentos) para a anotação/registro da garantia. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas no edital, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e no edital. Na hipótese do arrematante não honrar o pagamento, serão sucessivamente chamados os demais arrematantes, pela ordem dos lances ofertados (do maior para o menor), os quais terão o mesmo prazo e condições acima para honrar o valor do lance ofertado, sendo descartados todos os lances em valor inferior ao mínimo previsto no edital. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão poderão dar lances pela internet através da plataforma eletrônica www.mgl.com.br, para tanto deverão ser observadas e cumpridas as regras indicadas no referido site, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento. Na modalidade eletrônica o interessado deve efetuar cadastro prévio no site www.mgl.com.br para anuência às regras de participação dispostas e obtenção de "login" e "senha", os quais possibilitarão a realização de lances em conformidade com as disposições neste edital. Os lances oferecidos pela internet não garantem direitos ao participante em recusa do leiloeiro por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Ao optar por esta forma de participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito. CONDIÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Aperfeiçoada a arrematação será expedida a carta de arrematação e ordem de entrega. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia. Eventuais débitos poderão ser sub-rogados. É facultado ao arrematante efetuar pagamentos de ônus/débitos com intuito de agilizar procedimentos/regularização do bem, ficando ciente que os valores não serão reembolsados. Fica a cargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde se encontra arcando com eventuais custos. Caberá ao arrematante arcar com custos para a expedição da respectiva carta de arrematação e/ou expedição de mandado de entrega/imissão, se houver. Caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com custos para a transferência de propriedade junto aos órgãos competentes. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a prevista para o auto de arrematação. Se houver desistência após a arrematação, o arrematante pagará multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do lance em favor do exequente, caso em que não será devolvida a comissão paga ao leiloeiro. O executado não poderá impedir o leiloeiro e ou representante legal de vistoriar e fotografar o (s) bem (s) constrito(s), ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (Art. 330 do Código Penal). O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Requerido: Requerido: GERALDO FERREIRA VELOSO, Advogado ANTÔNIO RAMOS OAB:66141. Requerido: ROBERTO LÚCIO MIRANDA Advogado CLAUDIONEI NUNES NASCIMENTO OAB: 65329. Caso o exequente e/ou executada não sejam notificados, cientificados e/ou intimados por qualquer razão, da data do leilão e, das datas pré-marcadas em que poderão ser realizados novos leilões, caso não haja licitantes, valerá o presente como edital de intimação de leilão conforme Art 889§ Único Novo CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim

eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ. Itabirito, 13 de outubro de 2022. (Edital elaborado pelo Leiloeiro Público).

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Importante: Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília/DF
1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Itabirito/MG
EDITAL de 1º e 2º LEILÃO de BEM MÓVEL para intimação dos requeridos Gleison de Souza Pereira - CPF nº 131.451.456-30, dos também requeridos Thiago Kennedy de Oliveira, Erlander Geraldo de Souza Pereira, Izildex Barbosa e Sidney de Paula Silva, seus cônjuges se casados forem, o proprietário do bem, o fiel depositário, e demais interessados, expedido nos autos de Ação Penal - Processo Ordinário, requerido por Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Processo nº 0040147-88.2016.8.13.0319.
A Dra. Vânia da Conceição Pinto Borges, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Itabirito/MG, na forma da lei, FAZ SABER que, com fundamento no artigo 879, II do CPC, através do site (www.mouzarbastonleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação o bem abaixo descrito, conforme condições de venda constantes no presente edital. No 1° Leilão com início da publicação do edital e término no dia 21 de novembro de 2022, às 10:00 horas, entregar-se-á o bem a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2° Leilão com início no dia 21 de novembro de 2022, às 10:01 horas e término no dia 21 de novembro de 2022, às 14:00 horas, caso não haja licitantes no 1º Leilão, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.
DESCRIÇÃO DO BEM: Um veículo GM/KADETT, cor prata, ano/modelo 1996/1996, placa JEQ-0360, chassi 9BGKZ08GTTB44463, em péssimo estado de conservação, sem funcionamento, com lataria danificada, conforme Auto de Avaliação de fls. 499, em 23 de junho de 2022.
Localização do bem: Não constam nos autos informações da localização do bem móvel a ser leiloado.
AVALIAÇÃO: A avaliação do bem móvel a ser leiloado é de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme Auto de Avaliação de fls. 499, em 23 de junho de 2022.
Débitos sobre o bem a ser leiloado: Não constam débitos ou multas sobre o bem móvel a ser leiloado, conforme consulta realizada no site do Detran/MG em 30 de setembro de 2022.
Eventuais débitos Tributários relativos ao bem móvel a ser leiloado sub-rogam-se no preço, nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o adquirente.
ÔNUS SOBRE O BEM LEILOADO: Não constam informações acerca de ônus relacionados ao bem que será leiloado.
Estado do bem: Não constam informações nos autos sobre o estado do bem móvel a ser leiloado.
Visitação: Os interessados em visitar o bem, deverão primeiramente efetuar o seu cadastro junto ao site da Gestora de Leilões Eletrônicos, www.mouzarbastonleiloes.com.br e posteriormente solicitar o agendamento da visita, utilizando-se para tais os meios de contatos oferecidos pelo site do Leiloeiro, ficando certo que serão reservados para as visitas 02 (dois) dias que antecedem o encerramento do 1º. Leilão, cuja data está informada acima.
CONDIÇÕES DE VENDA:
1) O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes do pregão (Artigo 12 da Resolução nº 236 do CNJ);
2) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados;
3) não havendo lanço superior ao valor da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital;
4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a 50% do valor da avaliação (Art. 891 do CPC);
5) sobrevindo lanço nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lanços (Artigo 21 da Resolução nº 236 do CNJ);
6) durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lanços sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lanços (Artigo 22 da Resolução nº 236 do CNJ);
7) serão aceitos lanços superiores ao lanço corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;
8) a comissão devida ao gestor será de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lanço, e ser-lhe-á pagos diretamente;
9) com a aceitação do lanço, o sistema emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado ao Juízo do Processo;
10) o arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar os depósitos dos valores da arrematação e da comissão (Artigo 24 da Resolução nº 236 do CNJ), salvo se tiver optado pelo pagamento parcelado, nos termos do artigo 895 do CPC;
11) o auto de arrematação será assinado por este Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão, salvo se tiver optado pelo pagamento parcelado, nos termos do artigo 895 do CPC;(art. 903, caput, do CPC c/c Artigo 25 da Resolução nº 236 do CNJ)
12) não sendo efetuado o depósito da oferta, o leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 897 do CPC e Art. 26 da Resolução nº 236 do CNJ;
13) o exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1°, do CPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro público oficial;
14) eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (CTN, art. 130, parágrafo único);
15) o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, poderá ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal), e, também por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro, sem prejuízo de ser considerado ato atentatório a dignidade da justiça, nos termos do art. 903 §6º (art. 23 da LEF).
16)Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do móvel arrematado e à comissão do Leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;
17) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma prevista no parágrafo 4º do art. 903 do CPC. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903, caput, e §1° do Código de Processo Civil;
18) Havendo interposição de embargos do executado ou a ação autônoma, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do móvel até a decisão final do recurso;
19) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do móvel arrematado para o seu nome. Para transferir o móvel arrematado, o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva "carta de arrematação";
LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo leiloeiro Sr. Mouzar Baston Filho, JUCEMG nº 1125.
PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O valor do bem arrematado, deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Sistema do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - DEPOX (emitida através do site http://depox.tjmg.jus.br/depox/pages/guia/publica), no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do gestor através do pagamento de boleto na rede bancária, ou através de transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta corrente do Gestor de Leilão Eletrônico: Baston Leilões EIRELI - CNPJ 13.031.316/0001-92, Banco 104 - CEF Caixa Econômica Federal, Agência 3995, C/C 003.00.00088-8.
OBSERVAÇÕES:
1) Em até 5 horas após o encerramento do Leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).
2) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.
3) Desfeita a arrematação pelo Juízo, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao arrematante os valores pagos relativos ao preço da arrematação e à comissão do leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas.
PAGAMENTO PARCELADO:
1) O(s) interessado(s) em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.
2) Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 meses, desde que garantido por meio caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe 895, I, II e §§, do Código de Processo Civil.
3) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, desde que no mesmo valor, conforme dispõe o artigo 895, § 7º do Código de Processo Civil.
ADJUDICAÇÃO: A partir da publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, se o exequente adjudicar o bem móvel penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação devida ao leiloeiro do valor da avaliação do bem móvel.
REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se os executados, após a publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, pagar a dívida antes de adjudicado

ou alienado o bem, na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o leilão, a guia comprobatória do referido pagamento acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá os executados pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão devida à Gestora de Leilões Eletrônico de 5% (cinco por cento) sobre o valor arrematado.
DO ACORDO - A partir da publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, caso seja celebrado acordo judicial entre as partes com suspensão do leilão, fica os executados obrigados a pagar a comissão devida ao leiloeiro de 5% (cinco por cento) do valor da arrematado, logo na primeira prestação da avença. Caso o acordo seja extrajudicial ou desistência da execução, este percentual será devido pelo credor exequente.
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: pessoalmente perante a 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Itabirito/MG, sito a Rua João Pessoa, n° 251, Centro, Itabirito/MG, e-mail: iro1secretaria@tjmg.jus.br ou no escritório do Leiloeiro localizado na Avenida Paulo VI, 612, Residencial Paraíso, CEP 14.403-143 em Franca - SP e Avenida Santa Rita, 858, Sala D, Centro, CEP 37.993-000 em Cássia/MG, ou ainda, pelos telefones 0800-942-1316/ (35) 99850-0339 e e-mail: mouzar@bastonleiloes.com.br, e no site www.mouzarbastonleiloes.com.br. Todas as condições e regras deste Leilão encontram-se disponíveis no Portal www.mouzarbastonleiloes.com.br.
Ficam os requeridos, seus cônjuges se casados forem, o proprietário do bem, o fiel depositário, e demais interessados INTIMADOS PELO PRÓPRIO EDITAL DE LEILÃO das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal e não tiver advogado constituído, conforme § único do artigo 889 do Código de Processo Civil.
Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Itabirito, 13 de outubro de 2022. (Edital minutado pelo leiloeiro).

Processos Eletrônicos (PJe)

SENTENÇA
Vistos, etc.
Vicente Paulo Lopes, já qualificado nos autos, ajuizou a presente ação de substituição de curatela de Maria de Lourdes Silva.
O requerente informa que o curador da curatelada, Sr. Benevides Pinto da Rocha, devido a problemas de saúde, não poderá mais continuar exercendo a curatela, havendo necessidade da nomeação de novo curador à interditada.
Com a inicial vieram os documentos.
Foi deferido a substituição da curatela provisória, assim como a assistência judiciária gratuita ao requerente.
O estudo social.
O RMP opinou favorável ao pedido.
É o relatório. Decido.
Trata-se de pedido de substituição de curadora, ajuizada por Vicente Paulo Lopes, em favor de Elaine Cristina da Silva.
A interditada está sob a curatela de fato do requerente em razão dos problemas de saúde do Sr. Benevides Pinto da Rocha, havendo a necessidade da nomeação de novo curador à interditada.
Vê-se que o requerente tem condição de assumir a curatela e vem cuidando da interditada com zelo, conforme esclarece o estudo sócia.
A incapacidade para prática dos atos da vida civil já foi confirmada, não necessitado de nova avaliação.
Assim, entendo que procede a presente substituição, visando ao melhor interesse da curatelada.
Isto posto, e por tudo mais que dos autos consta, invocando aqui ainda, os princípios gerais do Direito, hei por bem JULGAR PROCEDENTE o pedido inicial, para nomear Vicente Paulo Lopes, curador da interditada, Elaine Cristina da Silva, conforme determina 755 do Código de Processo Civil, em substituição ao curador anterior, Benevides Pinto da Rocha.
Nos termos do inciso III, do art.9º, do Código Civil, do art. 755 do CPC e do art.92, caput, da Lei de Registros Públicos (LRP), determino o registro da substituição da interdição no Registro Civil, no livro "E" (parágrafo único do art. 33 da LRP), bem assim informações quanto à destituição do anterior curador.
Lavre-se o termo de substituição de curatela, instando a novo curador para assiná-lo.
Publique-se esta sentença por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de 10 (dez) dias.
Isento o requerente do pagamento de custas, pois beneficiário da justiça gratuita. Sem honorários advocatícios.
ANTONIO FRANCISCO GONCALVES
Juiz de Direito

ITAJUBÁ

Processos Eletrônicos (PJe)

PROCESSO Nº: 5004951-78.2021.8.13.0324, CLASSE: [CÍVEL] ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69), AUTOR: EDGARD BATISTA DOS SANTOS, RÉU/RÉ: ALEXSANDER DO PRADO GONCALVES SANTOS e outros (2), Juízo da Terceira Vara Cível da Comarca De Itajubá-MG, Fórum Cível Wenceslau Bráz, Praça Theodomiro Carneiro Santiago, n.90, centro, Itajubá/MG - CEP 37.500-036. EDITAL CITAÇÃO. Prazo: 20 (trinta) dias. Pelo presente extraído da ação processo n. 5004951-78.2021.8.13.0324 ajuizada por EDGARD BATISTA DOS SANTOS CPF: 77213378600 e por este edital fica(m) CITADO: ALEXSANDER DO PRADO GONÇALVES SANTOS CPF: 123.74742644 que se encontra em local incerto e não sabido, para tomar conhecimento da presentes ação e para os termos da presente ação e petição inicial, e para querendo contestar a ação, por petição eletrônica, a ser elaborada no sistema PJe, em 15 (quinze) dias, podendo apresentar proposta de acordo no mesmo prazo. Salienta-se que eventual auto composição entre as partes poderá ser homologada por este juízo a qualquer tempo. Se não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC/2015. Advertido de que ser-lhe-á nomeado curador especial no caso de revelia, nos termos do art. 257, III e IV do CPC/15. Eu, (a) Andréia Ferrer de Souza Gorgulho, Gerente de Secretaria, mandei digitar e conferi. Itajubá, data e hora da assinatura digital. Luciene Cristina Marassi Cagnin, Juíza de Direito.

EDITAL
PROCESSO Nº: 5002461-20.2020.8.13.0324
CLASSE: [CÍVEL] USUCAPIÃO (49)
AUTOR: PEDRO MEDEIROS MERHY
RÉU/RÉ: RODRIGO ANTONIO BADAN HERRERA
Juízo da Terceira Vara Cível da Comarca de Itajubá-MG, Fórum Cível "Wenceslau Bráz" - Praça Teodomiro Carneiro Santiago, 90, centro, Itajubá/MG, CEP 37.500-036, endereço eletrônico: www.tjmg.jus.br. EDITAL DE CITAÇÃO USUCAPIÃO. Prazo de 30 (trinta) dias. Pelo presente, expedido nos autos da ação de usucapião processo n. 5002461-20.2020.8.13.0324 ajuizado por PEDRO MEDEIROS MERHY que visa provar a posse dos autores supra qualificado, sobre o imóvel abaixo descrito, em suas medidas e confrontações qual seja: descrição deste perímetro no vértice ROZT-P-2835, de coordenadas N 7.498.343,03 m. e E 446.407,01 m, situado as margens da Estrada Municipal do Bairro dos Bentos, divisa com a propriedade de Miguel Reale Junior, CPF: 020 676 928-87, Matrícula nº 17.625, deste segue com azimute de 173°47'20" e distância de 7,56 m, até o vértice ROZT-P-2836 de coordenadas N 7.498.335,52 m. e E 446.407,83 m, deste segue com azimute de 97°22'20" e distância de 39,38 m, até o vértice ROZT-P-2837, de coordenadas N 7.498.330,46 m. e E 446.446,88 m, deste segue com azimute de 123°23'14" e distância de 57,01 m, até o vértice ROZT-P-2838, de coordenadas N 7.498.299,09 m. e E 446.494,48 m, deste segue com azimute de 129°26'31" e distância de 70,21 m, até o vértice ROZT-P-2839, de coordenadas N 7.498.254,49 m. e E 446.548,70 m, deste segue com azimute de 148°31'56" e distância de 34,06 m, até o vértice ROZT-P-2840, de coordenadas N 7.498.225,44 m. e E 446.566,48 m, deste segue com azimute de 108°38'42" e distância de 19,93 m, até o vértice ROZT-P-2841, de coordenadas N 7.498.219,06 m. e E 446.585,36 m, deste segue com azimute de 116°33'54" e distância de 38,71 m, até o vértice ROZT-V-221, de coordenadas N 7.498.201,75 m. e E 446.619,98 m, confrontando desde o vértice ROZT-V-208 até o vértice ROZT-V-198, com a propriedade de Miguel EDITAL, PROCESSO Nº: 5002461-20.2020.8.13.0324, CLASSE: [CÍVEL] USUCAPIÃO (49), AUTOR: PEDRO MEDEIROS MERHY, RÉU/RÉ: RODRIGO ANTONIO BADAN HERRERA, Reale Junior, CPF: 020 676 928-87, Matrícula nº 17.625. No vértice ROZT-V-221 segue com azimute de 219°42'24" e distância de 218,09 m, confrontando com a propriedade de Marcelo de Souza Siqueira, CPF: 068 726 588-60 e S/M, "POSSEIRO" (Matrículas nº 2.114, 4.176 e 12.312, até o vértice ROZT-P-2842, de coordenadas N 7.498.033,97 m. e E 446.480,66 m, situado no córrego de divisa. Neste segue margeando a jusante o córrego de divisa com azimute de 319°35'09" e distância de 11,33 m, até o vértice ROZT-P-2843, de coordenadas N 7.498.042,60 m. e E 446.473,31 m, deste segue com azimute de 277°05'21" e distância de 25,32 m, até o vértice ROZT-P-2844, de coordenadas N 7.498.045,72 m. e E 446.448,18 m, deste segue com azimute de 324°58'30" e distância de 28,28 m, até o vértice ROZT-P-2845, de coordenadas N 7.498.068,88 m. e E 446.431,95 m, deste segue com azimute de 301°55'44" e distância de 58,60 m, até o vértice ROZT-P-2846, de coordenadas N 7.498.099,88 m. e E 446.382,22 m, deste segue com azimute de 339°05'38" e distância de 16,51 m, até o vértice ROZT-P-2830, de coordenadas N 7.498.115,29 m. e E 446.376,33 m, confrontando desde o vértice ROZT-P-2842 até o vértice ROZT-P-2830, com a propriedade de Rodrigo Antônio Badan Herrera, CPF: 040 497 938.65 e S/M "POSSEIRO" (Matrículas nº 2.114, 4.176 e 12.312. No vértice ROZT-P-2830 segue com azimute de 4°47'09" e distância de 208,31 m, até o vértice ROZT-V-207, de coordenadas N 7.498.322,88 m. e E 446.393,71 m, deste segue com azimute de 290°44'14" e distância de 35,04 m, até o vértice ROZT-V-206, de coordenadas N 7.498.335,29 m. e E 446.360,94 m, situado as margens da Estrada Municipal do Bairro dos Bentos, confrontando desde o vértice ROZT-P-2830 até o vértice ROZT-V-206, com a propriedade de Rafael Marzo Neto, CPF: 258 526 968-03 e S/M "POSSEIRO" (Matrículas nº 2.114, 4.176 e 12.312. No vértice ROZT-V-206 segue margeando a Estrada Municipal, sentido o Bairro dos Pintos com azimute de 98°42'57" e distância de 5,80 m, até o vértice ROZT-V-217, de coordenadas N 7.498.334,41 m. e E 446.366,67 m, deste segue com azimute de 92°04'54" e distância de 20,47 m, até o vértice ROZT-V-218, de coordenadas N 7.498.333,66 m. e E 446.387,12 m, deste segue com azimute de 79°27'56" e distância de 7,73 m, até o vértice ROZT-V-219, de coordenadas N 7.498.335,08 m. e E 446.394,73 m, deste segue com azimute de 65°06'54" e distância de 4,20 m, até o vértice ROZT-V-220, de coordenadas N 7.498.336,84 m. e E 446.398,53 m, deste segue com azimute de 53°51'41" e distância de 10,49 m, até o vértice ROZT-P-2835 de coordenadas N

7.498.343,03 m. e E 446.407,01 m, confrontando desde o vértice ROZT-V-206 até o vértice ROZT-P-2835, com a Estrada Municipal do Bairro dos Bentos. No vértice ROZT-P-2835, onde tem inicio e fim a descrição deste imóvel com área de 4,3973 ha, parcela está certificada junto ao INCRA, sub o código bdfd713d-274a-40f0-b869-3334e82b7414. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM. Por este edital, ficam CITADO(s): os réu(s), confinantes eventuais interessados, ausentes e incertos, que se encontram em lugar incerto e não sabido e seus respectivos cônjuges, se casados forem, para tomarem conhecimento sobre todos os termos da presente ação, bem como para, querendo responder a presente, no prazo de 15 (quinze) dias, advertido(a) de que no caso de não contestar o pedido os fatos alegados pelo autor serão considerados verdadeiros, advertido de que ser-lhe-á nomeado curador especial no caso de revelia, nos termos do art. 257, III e IV do CPC/15. Eu, (a) Andréia Ferrer de Souza Gorgulho, Gerente de Secretaria, mandei digitar e conferi. Itajubá, data e hora da assinatura digital. Luciene Cristina Marassi Cagnin, Juíza de Direito

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE- EDITAL DE CITAÇÃO- PROCESSO 5001436-98.2022.8.13.0324- PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - RÉU: ROBERSON GUIMARÃES DA SILVA, filho de Luciana Guimarães da Silva e Edson fernando da silva, que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito da Vara criminal e da Infância e Juventude, Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra ROBERSON GUIMARÃES DA SILVA, por infração ocorrido em 29/07/2021 e pelo qual foi denunciado como incurso nas sanções do Art. 307 do Código Penal. E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que o mesmo apresente defesa por escrito no prazo de 10(dez) dias, em face do que determina o art. 396 do CPP, após o prazo de circulação do edital que é de 15(quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Julia Quirino Guimarães, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE- EDITAL DE CITAÇÃO- PROCESSO 5001280-13.2022.8.13.0324- PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - RÉU: GABRIELE DOMINGUES DOS SANTOS filha de Maria Elizabeth dos Santos e Anizio Domingues dos Santos, que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito da 1º Vara criminal e da Infância e Juventude, Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra GABRIELE DOMINGUES DOS SANTOS, por infração ocorrida em 14/05/2021 e pelo qual foi denunciada como incurso nas sanções do Art. 42.I, do Decreto- Lei 3688/41. E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que a mesma apresente defesa por escrito no prazo de 10(dez) dias, em face do que determina o art. 396 do CPP, após o prazo de circulação do edital que é de 15(quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Julia Quirino Guimarães, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE- EDITAL DE CITAÇÃO- PROCESSO 0035109-75.2019.8.13.0324- PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - RÉU: JOSÉ CARLOS RAIMUNDO ROSA filho de Benedita Antonia Ribeiro Rosa e José Raimundo Rosa, que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito da 1º Vara criminal e da Infância e Juventude, Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra JOSÉ CARLOS RAIMUNDO ROSA, por infração ocorrida em 19/03/2019 e pelo qual foi denunciada como incurso nas sanções do Art. 155, § 4º, I, c/c o art 14,II do Código Penal. E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que o mesmo apresente defesa por escrito no prazo de 10(dez) dias, em face do que determina o art. 396 do CPP, após o prazo de circulação do edital que é de 15(quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Julia Quirino Guimarães, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE- EDITAL DE CITAÇÃO- PROCESSO 5008041-60.2022.8.13.0324 PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - RÉU: RENAN TAVARES DA SILVA , filho de MARLI TAVARES CORREA DE LIMA , que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito da Vara criminal e da Infância e Juventude, Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra, RENAN TAVARES DA SILVA por infração ocorrido em 06/03/2022 e pelo qual foi denunciado como incurso nas sanções do art. 2°, §2° e §4°, inciso I, da Lei n° 12.850/13; art 148, §2° do Código Penal, art 163, parágrafo único, inciso III; art. 121, §20, I, III e IV e art. 347, parágrafo único do Código Penal, tudo na forma do art 69, do Código Penal. E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que o mesmo apresente defesa por escrito no prazo de 10(dez) dias, em face do que determina o art. 396 do CPP, após o prazo de circulação do edital que é de 15(quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 19 de setembro de 2022. Eu, Júlia Quirino Guimarães, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - EDITAL DE CITAÇÃO- PROCESSO 0032094-30.2021.8.13.0324 - PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS - RÉU/RÉ: LUCAS JEAN DA SILVA, portador do CPF 145.387.026-17 , nascido aos 06/06/2001, filho de MARILENY BATISTA DA SILVA , que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito em substituição DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, da Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra LUCAS JEAN DA SILVA, por infração ocorrido em 14/08/2021 e pelo qual foi denunciado como incurso nas sanções do art. 306, caput, da Lei 9.503/97 (CTB). E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que o mesmo compareça no Forúm Wenceslau Braz - sito à Av. Antônio Simão Muad, 132, Centro, em Itajubá/MG, para audiência designada para o dia 09/11/2022 às 10h00min, após o prazo de circulação do edital que é de 15 (quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 03 de agosto de 2022. Eu, Uldélio Carneiro Mandolesi Júnior, Gerente de Secretaria, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO, EM SUBSTITUIÇÃO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE- EDITAL DE CITAÇÃO- PROCESSO 0033233-17.2021.8.13.0324 PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - RÉU: VITOR LUCAS MOURA , filho de CINTIA SIMONE LEONEL, que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito da Vara criminal e da Infância e Juventude, Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra, VITOR LUCAS MOURA por infração ocorrido em 28/08/2021 e pelo qual foi denunciado como incurso nas sanções do art. 306 e art. 309, ambos da Lei n° 9.503/97, art. 330, por duas vezes, do Código Penal. E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que o mesmo apresente defesa por escrito no prazo de 10(dez) dias, em face do que determina o art. 396 do CPP, após o prazo de circulação do edital que é de 15(quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 19 de setembro de 2022. Eu, Júlia Quirino Guimarães, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - EDITAL DE CITAÇÃO- PROCESSO 0003291-03.2022.8.13.0324 - PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS - RÉU/RÉ: JOÃO VITOR CRUZ DA SILVA, portador do CPF 146.246.366-51 , nascido aos 30/05/2003, filho de PATRICIA MONICA DA CRUZ SILVA, que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO

BRAGA, MMa. Juíza de Direito em substituição DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, da Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra JOÃO VITOR CRUZ DA SILVA, por infração ocorrido em 05/03/2022 e pelo qual foi denunciado como incurso nas sanções do art. 147, do Código Penal. E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que o mesmo apresente defesa por escrito no prazo de 10(dez) dias, em face do que determina o art. 396 do CPP, após o prazo de circulação do edital que é de 15(quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 03 de agosto de 2022. Eu, Uldélio Carneiro Mandolesi Júnior, Gerente de Secretaria, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO, EM SUBSTITUIÇÃO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - EDITAL DE CITAÇÃO-PROCESSO 5000235-71.2022.8.13.0324 - PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS - RÉU/RÉ: JONATHA YUD DOS SANTOS COUTINHO , portador do CPF 016.835.886-73, nascido aos 24/01/1996, filho de LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS E KLEBER COUTINHO, que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito em substituição DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, da Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra JONATHA YUD DOS SANTOS COUTINHO, por infração ocorrido em 12/01/2022 e pelo qual foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 28 da Lei nº11.343/06. E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que o mesmo apresente defesa por escrito no prazo de 10(dez) dias, em face do que determina o art. 396 do CPP, após o prazo de circulação do edital que é de 15(quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 03 de agosto de 2022. Eu, Uldélio Carneiro Mandolesi Júnior, Gerente de Secretaria, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO, EM SUBSTITUIÇÃO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - PROCESSO Nº 5005662-49.2022.8.13.0324 - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito em substituição DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER da Comarca de Itajubá, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este juízo e secretaria criminal, tem andamento um processo de medida protetiva movido por LARISSA MILENA BORGES DA FONSECA, brasileira, nascida em 18/12/2002, filha de MARILDA RIBEIRO BORGES, contra JOAQUIM RENATO MARTINS, brasileiro, nascido em 03/11/1971, filho de ELISA MARTINS DOS REIS, pela ocorrência de violência no âmbito doméstico. No decorrer do mesmo processo, foi deferido o pedido inicial; constando dos autos do processo que o requerido acima está atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de intimação com prazo de 20 (VINTE) dias, após o prazo de circulação do edital que é de 15 (QUINZE) dias, para o fim de intimá-lo para que cientifique-se acerca das medidas protetivas deferidas. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá,em 08 de Setembro de 2022. Eu, Uldélio Carneiro Mandolesi Junior, Gerente de secretaria, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO, EM SUBSTITUIÇÃO.

JUSTIÇA GRATUITA- JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBÁ- SECRETARIA DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - EDITAL DE CITAÇÃO-PROCESSO 0057525-37.2019.8.13.0324 - PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS - RÉU/RÉ: ALOÍZIO GERALDO DA SILVA, que atualmente está em local incerto e não sabido. A Dra. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA, MMa. Juíza de Direito em substituição DA 2º VARA CRIMINAL, EXECUÇÕES PENAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, da Comarca de Itajubá-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por este Juízo e Secretaria, correm os termos do processo criminal, que a Justiça Pública move contra ALOÍZIO GERALDO DA SILVA, por infração ocorrido em 17/06/2019 e pelo qual foi denunciado como incurso nas sanções do art. 147, por duas vezes, e art. 150, §1° c/c o art. 14, II, tudo na forma do art. 69, todos do Código Penal. E constando dos autos estar o referido réu em lugar incerto e não sabido, é o presente edital de CITAÇÃO, para que o mesmo apresente defesa por escrito no prazo de 10(dez) dias, em face do que determina o art. 396 do CPP, após o prazo de circulação do edital que é de 15(quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Itajubá, aos 03 de agosto de 2022. Eu, Uldélio Carneiro Mandolesi Júnior, Gerente de Secretaria, o digitei e subscrevi. MARIA FERNANDA MANFRINATO BRAGA - JUÍZA DE DIREITO, EM SUBSTITUIÇÃO.

COMARCA DE ITAJUBÁ/MG. PRIMEIRA VARA CÍVEL. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE INTERDIÇÃO. PRAZO 10 DIAS. PROCESSO N° 5001301-86.2022.8.13.0324, Ação de Interdição, distribuída aos 16 fev 2022, ajuizada por JESUMARA MENDES DOS SANTOS RIBEIRO, brasileira, casada, técnica de enfermagem, portadora do CPF nº 005.876.496-82 e do RG nº M-7.952.844, em face de MATHEUS WILLIAM MENDES RIBEIRO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 093.510.546-83, nascido em 09-10-1999, o MM. Juiz de Direito, Dr. Fábio Aurélio Marchello, nesta 1ª Vara Cível da Comarca de Itajubá/MG, na forma da lei, FAZ SABER a todos que virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que foi decretada a INTERDIÇÃO de MATHEUS WILLIAM MENDES RIBEIRO, uma vez que o interditado é portador de deficiência intelectual (CID=F71), e foi declarada relativamente incapaz de exercer pessoalmente atos de sua vida civil, sendo-lhe nomeado CURADOR JESUMARA MENDES DOS SANTOS RIBEIRO e, sem sua assistência, a interditada fica privada de praticar atos negociais, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, além dos atos da vida cotidiana que possam acarretar risco à saúde e integridade física. Tudo conforme sentença, e para constar, lavrou-se o presente edital que será publicado por três vezes, na forma do art. 1.184 do CPC. Itajubá/MG 13/10/2022. X

Juízo da Terceira Vara Cível da Comarca De Itajubá-MG, Fórum Cível Wenceslau Bráz, Praça Theodomiro Carneiro Santiago, n.90, centro, Itajubá/MG - CEP 37.500-036. EDITAL DE INTERDIÇÃO. Pelo presente edital, expedido nos autos nº 5000295-49.2019.8.13.0324 , por este edital a Dra. Luciene Cristina Marassi Cagnin, MM. Juíza de Direito Titular desta 3ª Vara Cível, faz saber que correram os termos do pedido de Curatela/Interdição e que foi decretada a interdição de MAURICIO ANTONIO DIAS, CPF. 538.852.016-15 , declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos de sua vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III do C .C, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.146/2015, nomeado(a) curador(a): ADILSON DIAS, CPF. 860.082.006-59 , prestando o devido compromisso e cientificado nos termos do § 4º do art. 84 da Lei nº 13.146/2015, sendo os limites da curatela circunscritos às restrições constantes do art. 1.782 do Código Civil, ficando o(a) interditando, portanto, privado(a) de, sem a curadora ora indicada, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração. Além disso, a curadora poderá representá-la junto a órgãos privados ou públicos, inclusive para fins previdenciários ou assistenciais, a fim de garantir à curatelada a vida, saúde, subsistência e bem-estar, tudo conforme sentença conforme sentença proferida nos autos, e para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes na forma da lei. Eu, (a) Andréia Ferrer de Souza Gorgulho, Gerente de Secretaria, mandei digitar e conferi. Itajubá, data e hora da assinatura digital.Luciene Cristina Marassi Cagnin, Juíza de Direito

COMARCA DE ITAJUBÁ/MG. PRIMEIRA VARA CÍVEL. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE INTERDIÇÃO. PRAZO 10 DIAS. PROCESSO N° 5000180-23.2022.8.13.0324, Ação de Interdição, distribuída aos 14 jan 2022, ajuizada por BENEDITO EDSON TEIXEIRA, portador do RG nº 52.061.766-6 SSP/SP, e do CPF nº 314.105.616-15, em face de EDNA TEREZA TEIXEIRA, portadora do RG n°813.339 SSP/MG e do CPF n° 396.529.986-72, o MM. Juiz de Direito, Dr. Fábio Aurélio Marchello, nesta 1ª Vara Cível da Comarca de Itajubá/MG, na forma da lei, FAZ SABER a todos que virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que foi decretada a INTERDIÇÃO de EDNA TEREZA TEIXEIRA, uma vez que a interditada é portadora de esquizofrenia, conforme consta no laudo médico, ocasionadas por CID.10: F20, e foi declarada relativamente incapaz de exercer pessoalmente atos de sua vida civil, sendo-lhe nomeado CURADOR BENEDITO EDSON TEIXEIRA e, sem sua assistência, a interditada fica privada de praticar atos negociais, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, além dos atos da vida cotidiana que possam acarretar risco à saúde e integridade física. Tudo conforme sentença, e para constar, lavrou-se o presente edital que será publicado por três vezes, na forma do art. 1.184 do CPC. Itajubá/MG. 22/09/2022 . XX

COMARCA DE ITAJUBÁ/MG. PRIMEIRA VARA CÍVEL. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE INTERDIÇÃO. PRAZO 10 DIAS. PROCESSO N° 5005220-20.2021.8.13.0324, Ação de Interdição, distribuída aos 16/11/2021 ajuizada por SÍLVIA HELENA VALENTIM, portadora do RG n.º MG-8.981.108 e do CPF n.º 030.024.576-98, em face de RAIMUNDO ANTUNES VALENTIN, portador do CPF n.º 002.808.856-52, o MM. Juiz de Direito, Dr. Fábio Aurélio Marchello, nesta 1ª Vara Cível da Comarca de Itajubá/MG, na forma da lei, FAZ SABER a todos que virem o presente edital ou

dele tiverem conhecimento, que foi decretada a INTERDIÇÃO de RAIMUNDO ANTUNES VALENTIN, uma vez que o interditado é portador de distúrbios mentais e doença de Alzheimer, segundo o sistema CID-10 F00.0, e foi declarado incapaz de exercer pessoalmente atos de sua vida civil, sendo-lhe nomeado CURADOR SÍLVIA HELENA VALENTIM e, sem sua assistência, o interditado fica privado de praticar atos negociais, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, além dos atos da vida cotidiana que possam acarretar risco à saúde e integridade física. Tudo conforme sentença, e para constar, lavrou-se o presente edital que será publicado por três vezes, na forma do art. 1.184 do CPC. Itajubá/MG, 23/08/2022. XX

ITAMBACURI

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE ITAMBACURI-MG - EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO: 15 (quinze) dias. "JUSTIÇA GRATUITA". O(a) Dr(a). CLÁUDIO SCHIAVO CRUZ, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, da Infância e Juventude e de Precatórias Cíveis e Criminais da Comarca de Itambacuri-MG, desta Comarca de Itambacuri, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente edital, que se processam por este Juízo e Secretaria Criminal o processo-crime sob o nº 0043183-80.2017.8.13.0327, movido pela Justiça Pública contra a acusada PAULO CESAR LOPES SILVA , brasileiro, nascido em Campanário-MG aos 28/10/1995, filho de Paulo Sérgio Silva e Maria Aparecida Vieira Lopes, residente a época dos fatos na Rua Bessa Ali, n.º n/c, Centro, Itambacuri/MG, sendo denunciado pela prática do delito insculpido no artigo 155, caput, do Código Penal e constando da ação penal que o acusado acima, está atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou na melhor forma de direito, expedir o presente edital, pelo qual cita-o para todos os termos da presente ação, especialmente para, responder a acusação imputada, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396 do CPP). Na resposta, o denunciado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei, uma vez no Diário do Judiciário Eletrônico. EXPEDIDO nesta cidade e comarca de Itambacuri-MG, aos 11/10/2022. Eu, (Jesder Pereira dos Santos), Gerente de secretaria, o fiz digitar e subscrevi.
CLÁUDIO SCHIAVO CRUZ, JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CIÊNCIA
COMARCA DE ITAMBACURI-MG - Edital: Prazo: 20 (vinte) dias. O Dr. ANDRÉ LUIZ ALVES, MM. Juiz de Direito da Vara Cível desta Comarca de Itambacuri, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente edital, que se processam por este Juízo e Vara Cível os autos de CURATELA (SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR) cadastrados sob o nº 5000412-60.2021.8.13.0327, figurando como requerente VERA LÚCIA FERREIRA DE ALMEIDA e interditada MAURINEIDE FERREIRA DE ALMEIDA. E, pelas provas contidas nos autos, foi proferida sentença em id 9505166306 , decretando a substituição do curador da interditada MAURINEIDE FERREIRA DE ALMEIDA, filha de José Maria de Almeida e Maria das Graças F. de Almeida, portadora da C.I. MG-20.451.290 e titular do CPF nº 097.873.496-30, nomeando-se-lhe como nova curadora, sua irmã VERA LÚCIA FERREIRA DE ALMEIDA, filha de José Maria de Almeida e Maria das Graças F. de Almeida, portadora da C.I. MG-16.427.771 e inscrita no CPF nº 104.521.886-36, que deverá gerir a pessoa e os bens do interditado, em substituição a JOSÉ MARIA DE ALMEIDA, pai da interditada, falecido em 21/08/2020. E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do interditado, mandou expedir o presente, que será afixado no local de costume e publicado por 03 (três) vezes, no intervalo de 10 dias, pelo Diário Judiciário eletrônico, de conformidade com o disposto no art. 755, § 3º do novel Código de Processo Civil. EXPEDIDO nesta cidade e Comarca de Itambacuri, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022.
ANDRÉ LUIZ ALVES
Juiz de Direito

ITAMONTE

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE LEILÃO - COMARCA DE ITAMONTE-MG - Secretaria do Juízo da Única Vara. O Dr. FÁBIO ROBERTO CARUSO DE CARVALHO, Exmo. Juiz de Direito desta comarca, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a quantos interesse o presente Edital de Leilão, com prazo de 30 dias, virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos Autos da Ação Cumprimento de Sentença nº 5001505-49.2021.8.13.0330, que Carmelino Francisco de Araújo Correa move em face de Eder Gomes de Carvalho e Iza Paula Lucas Leite de Carvalho, que foi designado o dia 10/11/2022, às 13:00 horas para realização de 1º Leilão e às 13:30 horas para realização de 2º Leilão, no saguão do Fórum local, nesta Comarca, o Oficial Porteiro do auditório deste Juízo trará a público o pregão e venda e arrematação a quem der o melhor lanço oferecido em hasta pública, acima da avaliação do bem a seguir transcrito: "Um veículo da marca Ford, modelo EcoSport XLT 2.0 Flex, cor preta, placa ENH-1G85, chassi 9BFZE55H398572785, Renavam 00177846755, ano de fabricação e ano modelo 2009, em bom estado de conservação, parte mecânica e elétrica em funcionamento. Veículo automático com mais de 180.000Km rodados, avaliado em R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) em 13/07/2022". Quem quiser arrematar o dito bem, compareça a este Juízo no dia, lugar e hora supra designados. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Itamonte/MG, aos 13 dias de Outubro do ano de 2022. Eu, Elaine Cristina Aparecida Pereira, Estagiária do Juizado Especial, o digitei. Fábio Roberto Caruso de Carvalho. Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO - COMARCA DE ITAMONTE-MG - Secretaria do Juízo da Única Vara. O Dr. FÁBIO ROBERTO CARUSO DE CARVALHO, Exmo. Juiz de Direito desta comarca, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a quantos interesse o presente Edital de Leilão, com prazo de 30 dias, virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos Autos da Ação Cumprimento de Sentença nº 5000509-17.2022.8.13.0330, que Materiais de Construção Souza & Diniz Ltda - ME move em face de Alexandre Pinto Rodrigues, que foi designado o dia 10/11/2022, às 14:00 horas para realização de 1º Leilão e às 14:30 horas para realização de 2º Leilão, no saguão do Fórum local, nesta Comarca, o Oficial Porteiro do auditório deste Juízo trará a público o pregão e venda e arrematação a quem der o melhor lanço oferecido em hasta pública, acima da avaliação do bem a seguir transcrito: "01 (uma) moto 50 CC, Spirit, cor Preta, em funcionamento, motor nº 20118871, avaliada em R$ 2.000,00 (dois mil reais) em 13/07/2022.". Quem quiser arrematar o dito bem, compareça a este Juízo no dia, lugar e hora supra designados. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Itamonte/MG, aos 13 dias de Outubro do ano de 2022. Eu, Elaine Cristina Aparecida Pereira, Estagiária do Juizado Especial, o digitei. Fábio Roberto Caruso de Carvalho. Juiz de Direito

ITANHOMI

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO O MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itanhomi/MG, Estado de Minas Gerais, Dr. Bruno Mendes Gonçalves Ville, toma pública a realização de LEILÃO JUDICIAL, exclusivamente ONLINE, através do site www.lsalasleiloes.com.br do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos da Execução abaixo especificada, nos lermos dos arts. 22 e 23, da LEF, c/c art. 886, do CPC, e tendo em vista as medidas previstas na Resolução n° 236/CNJ. de 13/07/2016. PROCESSO: 0016487-65.2012.813.0332.EXECILIENTE: MINISTERIO DA FAZENDA EXECUTADO: CONSTRUTORA MARTINS E NOGUEIRA LTDA - EPP 1-DATA, HORÁRIO E LOCAL 10 Leilão: 0711112022- 10:00 HORAS. 2° Leilão: 0711112022- 10:30 HORAS. Local: Leilão exclusivamente ON-LINE: www:Isaiasielloes.com.br -Leiloeiro: :saias Rosa Ramos Junior - JUCEMG 831 . Telefones: (34) 3814-2286 e (34) 99924-8692. E-mail: leielloes@isalasleiloes.com.br Os leilões serão realizados exclusivamente na modalidade ON-LINE (eletrônica) através do sito www.isaiaslelloes.com.br - com encerramento nas datas e horários acima especificados - onde os Interessados deverão habilitar-se antecipadamente para efetuar lances por melo eletrônico, bem como acompanhar os leilões em tempo real. II - OBJETO DA HASTA . DESCRIÇÃO DOS BENS: 1 L IMÓVEL URBANO CONSTITUIDO DE UM TERRENO SITUADO NA AVENIDA JOÃO CARLOTA. DESIGNADO PELO LOTE 07, QUADRA N° 34, SETOR UM, PARTE SUPERIOR, BAIRRO WELLERSON BOMFIM, EM ITANHOMING, ENQUADRADO NO ZONEAMENTO 'J' DA PLANTA CADASTRAL DA CIDADE, COM ÁREA DE 325,00 M1, COM AS MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES REGISTRADOS NA MATRICULA N° 1.591 DO C.R.I DE ITANHOM MNG.
VALOR DE AVALIAÇÃO: R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS). Lance Mínimo: 1° Leilão: R$ 7.000,00 20 Leilão: R$ 4.900,00- 70% da avaliação 2 - IMÓVEL URBANO SITUADO NA AVENIDA JOÃO CARLOTA, CONSTITUIDO DE UM TERRENO DESIGNADO PELO LOTE 8, QUADRA 9, BAIRRO SÃO GERALDO, EM ITANHOMING, COM AS MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES REGISTRADAS NA MATRICULA N° 5.617 DO C.R.I DE ITANHOMI/MG. ENCONTRA-SE EDIFICADO SOBRE O TERRENO UM IMÓVEL COM 2 PAVIMENTOS E TERRAÇO. CONFORME CERTIDÕES DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA QUE PROCEDEU A AVALIAÇÃO.
VALOR DE AVALIAÇÃO: R$ 170.000,00 (CENTO E SETENTA MIL REAIS).
Lance Mínimo:
1° Leilão: R$ 170.000,00
2° Leilão: R$ 119.000,00- 70% da avaliação
M - ÔNUS
Constam averbados na matricula 5617 os seguintes ônus: AV-2-5617- Ajuizamento de ação nos autos 0332.12.001454-0 da Vara Única de Itanhomi/MG. AV-3-5617- Ajuizamento de ação nos autos 9160-66.2015.4.01.3813 da 2 Vara da SSJ Gov. Valadares/MG, AV-4-5617- Ajuizamento de ação nos autos 984-94.2015.4.01.3813 da 1a Vara da SSJ Gov. Valadares/MG. AV-5-5617- Ajuizamento de ação nos autos 4298-18.2016.4.01.3813 da 2' Vara da SSJ Gov. Valadares/MG. AV-6-5617- Penhora

nos autos 0016487-65.2016.4,01.0332 da Vara Única da Comarca de Itanhomi/MG. Constam averbados na matricula 1.591 os seguintes ônus: AV-2-1591- Ajuizamento da ação nos autos 0014540-65.2012.8.13.0332 da Vara Única de Itanhomi/MG. AV-3-1591- Ajuizamento de ação nos autos 9160-66-2015-4-01-3813 da 2° Vara da SSJ Gov. Valadares/MG. AV-4-1591- Ajuizamento de ação nos autos 9184-94.2015.4.01.3813 da 1° Vara da SSJ Gov. Valadares/MG. AV-5-1591- Ajuizamento de ação nos autos 4298-18.2016.4.01.3813 2° Vara da SSJ Gov. Valadares/MG. AV-6-1591- Penhora nos autos 0016487-65.2012,8.13.0332 da Vara Única da Comarca de Itanhomi/MG,IV - OBSERVAÇÕES 1. Na contagem dos prazos deste edital serão computados somente os dias úteis (art. 219, do CPC). 2.0 leiloeiro adotará providências para ampla divulgação da alienação (art. 887, caput, do CPC), inclusive na rede mundial de computadores (art. 884, I, c/c 887, § 2°, ambos do CPC), sendo providenciada pelo juizo a afixação do edital no local de costume e sua publicação, nos termos do art. 22, da Lei n°6.830/1980, dispensada, em face da especialidade, a publicação em jornal local, prevista no art. 887, § 30, do CPC. Até o dia anterior ao leilão, o leiloeiro estará disponível para prestar aos interessados os esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do leilão (art. 14, § 2°, da Resolução n° 236/2016-CNJ), encaminhando ao juizo omissões porventura detectadas e, ainda, expor aos pretendentes os bens ou as amostras das mercadorias (art. 884, III, do CPC). Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, incumbindo aos interessados a previa verificação de suas condições (art. 18, da Resolução n° 236/2016-CNJ). Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados. (art. 29, da Resolução n° 236/2016-CNJ). Nem todos os interessados podem arrematar. "Pode oferecer lance quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção: I - dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; II - dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; III - do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estendera sua autoridade; IV-dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; V ¿ dos leiloeiros e seus propostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados: VI - dos advogados de qualquer das partes." (art. 890, do CPC). Devem ser observadas as preferências na arrematação. 6.1. "É reservada ao coproprietario ou ao cônjuge não executado a preferencia na arrematação do bem em igualdade de condições" (art. 843, § 1°, do CPC). 6.2. No caso de concorrência entre o cCinjuge e outros membros da família, dispõe o CPC: "Se houver mais de um pretendente, proceder-se-á entre eles à licitação, e, no caso de igualdade de oferta, terá preferência o cônjuge, o companheiro, o descendente ou o ascendente do executado, nessa ordem." (art. 892, § 2°, do CPC). 6.3. Alem disso, "Se o leilão for de diversos bens e houver mais de um lançador, terá preferência aquele que se propuser a arrematá-los todos, em conjunto, oferecendo, para os bens que não tiverem lance, preço igual ao da avaliação e, para os demais, preço igual ao do maior lance que, na tentativa de arrematação individualizada, tenha sido oferecido para eles." (art 893, do CPC). 6.4. No caso de bem tombado, a União, os Estados e os Municípios terão, nessa ordem, o direito de preferência na arrematação em igualdade de oferta (art. 892, § 3°, do CPC). Se o leilão incidir sobre mais de um bem do executado, "Será suspensa a arrematação logo que o produto da alienação dos bens for suficiente para o pagamento do credor e para a satisfação das despesas da execução." (art. 899, do CPC). No caso de bem Indivisível, a quota-parte a ser reservada para o coproprietário ou cônjuge, que não sejam parle na execução, é calculada sobre o valor da avaliação, não ode arrematação. Desse modo, "Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação." (art. 843, § 2°, do CPC). Não havendo interessados no primeiro, sere realizado um segundo leilão, também na modalidade ON-LINE (art. 886, V, do CPC), objetivando a alienação pelo maior lance, vedada a oferta de preço vil, considerado aquele abaixo de 70% (setenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, do CPC). Tratando-se de imóvel de incapaz, caso não alcançado pelo menos 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação, será adotado o procedimento previsto no art. 896, do CPC. O pagamento deverá ser realizado de imediato, à vista, pelo arrematante, seja por meio eletrônico ou por depósito judicial (art. 892, caput, do CPC). 11.1. Recebendo, o leiloeiro, o produto da alienação (art. 884, IV, do CPC), deverá providenciar tal depósito dentro de 1 (um) dia, bem como prestar contas nos 2 (dois) dias subsequentes ao depósito (art 884, V, do CPC). O pagamento da arrematação, "recebido (...) pelo leiloeiro. (...) pode ser feito por meio de cheque (...). O apregoador poderá, no entanto, caso tenha razões plausíveis, acautelar-se no recebimento de cheques. Para tanto, pode pedir garantias e, até mesmo, se possível, solicitar do banco confirmação de saldo". O cheque deverá ser de Mularidade do arrematante. 11.2. Em conformidade com o artigo 895 do CPC, serão aceitas propostas para arrematação do bem em prestações cabendo ao arrematante o pagamento mínimo de 25% a titulo de sinal e o restante em até 30 parcelas mensais e consecutivas, que serão corrigidas pelo indica legal, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. A proposta para pagamento à vista, em igualdade de valores, sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. (art. 895, inciso II, § 7° CPC). Sem prejuízo de aplicação do disposto no art. 903, § 6°, do CPC, havendo indicio de conluio entre o arrematante e a parte executada, com o intuito de tumultuar o processo e obstar a venda do bem, deve ser efetuada a comunicação ao Ministério Público Federal, para que adote as providências necessárias à apuração dos fatos, uma vez que constituem violência ou fraude em arrematação judicial: "impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial: afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem. Pena: detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente â violência." (art. 358, do Código Penal). Cabe ao arrematante, ainda, o pagamento da comissão do leiloeiro, arbitrada em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação (art. 70, da Resolução n° 236/2016-CNJ, e art, 880, § 1°, art. 884, parágrafo único, art. 886, II, art. 901, § 1°, todos do CPC). 13.1. Na hipótese de adjudicação, cabe ao(s) adjudicante(s) o pagamento da comissão do leiloeiro, arbitrada em 5% do valor de avaliação dos bens. 13.2. Na hipótese de acordo ou remição após realizada a alienação (art. 7°, § 3°, da Resoluçao n° 236/2016-CNJ), é devido pela executada o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% sobre a avaliação dos bens. 13.3. Na hipótese de acordo, ou remição entre a publicação do edital e a realização da hasta pública, é devido pela executada o pagamento de 1% sobre o valor de avaliação do bem, a titulo de despesas com divulgação, que deverá ser pago ao leiloeiro. 14,0 arrematante também é responsável pelo pagamento das despesas com remoção, guarda e conservação, nos casos em que bens estiverem depositados no pátio do leiloeiro. O valor das despesas estará disponível no site do leiloeiro para ciência dos arrematantes. 14.1. Tais despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação, se superior ao crédito da exequente (art. 7°, § 4°, da Resolução n° 236/2016-CNA. A viabilidade de expedição de alvará para levantamento, em favor do executado, de saldo porventura ainda existente (art. 907, do CPC), somente será analisada após realizados os pagamentos acima indicados. 14.2. Caso não cheguem a ocorrer ou se forem negativas as hastas e o bem constrito liberado em favor do executado esse não estará dispensado de ressarcir as despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação (art. 70, § 70, da Resolução n° 236/2016-CNJ), podendo o leiloeiro reter os bens em seu poder ate que o pagamento devido seja efetuado (art. 708, do Código Civil, e art. 40, do Decreto n°21.98111932). 14.3. Devidamente intimado, e se decorrido o prazo de 30 dias o executado não retirar o bem constrito do pátio do leiloeiro, mediante as condições descritas no item 112, será caracterizado abandono do bem e o mesmo será dado em pagamento ao leiloeiro.

Em se tratando de imóvel, os créditos de que trata o art. 130 do Código Tributário Nacional sub-rogar-se-ão sobre o respectivo preço, não ficando o adquirente responsável por quaisquer tributos devidos ate a data da alienação, nem quando o preço for insuficiente para cobrir o debito tributário. A ordem de preferência no recebimento dos créditos observará os arts. 186 e 187 do Código Tributário Nacional,

Tendo em vista a natureza propter rem dos débitos referentes ao condomínio (art. 1.345, do Código Civil) e "o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o arrematante de imóvel em condomínio é responsável pelo pagamento das despesas condominiais vencidas, ainda que estas sejam anteriores à arrematação", os interessados ficam desde já advertidos de que deverão diligenciar previamente junto ao imóvel objeto das hastas a fim de verificar eventual ocorrência de ocupação e, ainda, de débitos condominiais, com os quais arcarão os arrematantes (art. 23, § 2°, da Lei n°6.830/1980).

Em se tratando de bem móvel, ocorrerá a "aplicação analógica do artigo 130, parágrafo único, do CTN" e serão observadas as preferências descritas nos ais. 186 e 187, ambos dos CTN. No caso de automotores, "Todas as pendências incidentes sobre o veiculo (taxa de licenciamento, multas por infração de trânsito, IPVA e seguro

obrigatório) relativas ao período anterior à arrematação, poderão sub-rogar-se no preço pago sendo descabida a exigência de tais valores diretamente ao adquirente, que, como já explicitado, recebe o veiculo livre de quaisquer ônus ou pendenclas.".

Não sendo efetuados os depósitos, o leiloeiro comunicará os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz (art. 26, da Resolução n° 236/2016-CNA.

19.0 auto de arrematação será lavrado de imediato (art. 901, caput, do CPC), mas a ordem de entrega do bem movei ou carta de arrematação do imóvel e respectivo mandado de imissão serão expedidos apenas depois de efetuado o deposito, inclusive da comissão do leiloeiro, e recolhidas as custas de arrematação (art. 901, § 1°, do CPC). mas não antes de 10 (dez) dias (art. 903, §§ 2°, 3° e 5°, I, do CPC) depois de aperfeiçoada a arrematação (art. 903, caput, do CPC) e, no caso de imóvel, também comprovado nos autos o pagamento do imposto de transmissão (art. 901, § 2°, do CPC).

V - ADVERTÊNCIAS ESPECIAIS

1. Caso não encontrado(s), ficam desde já intimados o(s) dever/artes) quanto às condições, datas e horários de realização da(s)hasta(s), bem como da (re)avaliação do(s) bem(ns) a ser(em) leiloado(s)

(art. 889, parágrafo único, do CPC).
2, Ficam intimados, ainda, se não localizados, o cônjuge do devedor (art. 842, do CPC) e ainda a a) coproprietário de bem indivisível; b) proprietário e titular de direito quando a penhora recair sobre bens gravados com direitos ou sobre esses próprios direitos, quais sejam: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, alem de penhor, hipoteca, anficrese, alienação fiduciária, penhora anteriormente averbada; c) cessionário, promitente comprador ou vendedor, quando a promessa de cessão ou de compra ou de venda são registradas; d) União. Estado e Município, no caso de alienação de bem tombado (arte. 804 e 889, II a VIII, do CPC).
3. Aos participantes da hasta pública e partes na execução fiscal é defeso alegar desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas.
Itanhomi/MG, 13 de julho de 2022.
Bruno Mendes Gonçalves Ville Juiz de Direito
Vara única da Comarca de Itanhomi/MG

ITAPAJIPE

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE ITAPAGIPE - MG - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO: 15 DIAS - A Dra. Juniara Cristina Fernandes Orthmann Goedert, MMª. Juiza de Direito da Comarca de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído da Ação Penal de nº 0000585-17-2022.8.13.0334, Decorrente de Violência Doméstica, pelo presente CITA o acusado RAFAEL RODRIGUES DOS SANTOS - CPF: 113.180.396-57 (INVESTIGADO(A)), nascido em 12/11/1990, filho de Maria Sueli Rodrigues de Lima e Jeronimo Moura dos Santos, residente na Avenida Mato Grosso, n. 49, centro, na cidade de Iturama-MG., para o inteiro teor da denúncia de fls. 01/02, ID 9439627259 - Denúncia (MPMG Denúncia) , denunciado como incurso nas sanções do artigo 147, caput, do
Código Penal c.c art 5°, inciso III da Lei 11.340/06, bem como INTIMÁ-LO que terá o prazo de 10 dias para oferecer defesa preliminar, por escrito e através de advogado, observando o disposto no artigo 396-A do Código de Processo Penal. Caso não constitua, ser-lhe-á designado defensor público ou dativo para oferecer resposta. E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente será publicado e afixado no lugar de costume e na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu,_____MABS, Auxiliar Judicial, digitei. a) _____, Dra. Juniara Cristina Fernandes Orthmann Goedert - Juíza de Direito.

ITAPECERICA

Processos Eletrônicos (PJe)

Comarca de Itapecerica - Edital de Citação - Justiça Gratuita - MG - Prazo de 30 dias - Saibam quantos o presente edital virem que, perante o Juízo de Direito da Comarca de Itapecerica corre uma Ação de Usucapião autuada sob o nº 5002309-65.2022.8.13.0335, requerido por Idalina Aparecida de Oliveira Bento, do imóvel urbano, situado na Rua José Arantes, SN, Bairro Centro ao Município de Camacho/MG, CEP 35.555-000 com área total de 317,92 m², confrontando com a Rua José Arantes, José Bento Filho, Carlos Eduardo Souza Gato, Pedro Abílio Pereira e Valmir Lopes. Ficam todos os incertos e desconhecidos citados para os termos da presente ação, através deste edital, podendo contestar, querendo, no prazo de 15 dias. Para conhecimento de todos, publica-se o presente no "Diário do Judiciário". Itapecerica, aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2022 (a) Marluce Rodrigues Diniz Mendes, Gerente de Secretaria. (a) Altair Resende de Alvarenga. Juiz de Direito.

ITAÚNA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE ITAÚNA - 1ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO- PRAZO DE 30 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - O Poder Judiciário da Comarca torna público que se processa por este Juízo e respectiva Secretaria, a ação de Usucapião 5004013-07.2022.8.13.0338, ajuizada por Janaína Aparecida Camargos, tendo por objeto o imóvel constituído por um lote de terreno em rua sem denominação, próximo ao bairro Pio XII em Itatiaiuçu/MG, com área de 300,00m² e perímetro de 74,00m, com as seguintes divisas e confrontações: 12,00m de frente para a rua sem denominação; pela lateral esquerda, 25,00m confrontando com Expedito de Sousa Resende; pela lateral direita, 25,00m confrontando com Expedito de Sousa Resende e, pelos fundos, 12,00m confrontando com o lote 05, quadra 13 de Moacir Norberto de Camargos e Maria Aparecida Camargos. Pelo presente edital, ficam citados os possíveis interessados, ausentes, incertos e desconhecidos, que se encontram em lugar incerto e não sabido para, querendo, oferecerem contestação, no prazo de 15 dias, advertidos de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Sede do Juízo: Fórum Desembargador Mário Matos, Praça Dr. Augusto Gonçalves, n. 10, centro, nesta cidade. ltaúna, 04 de setembro de 2022. MMª Juíza da 1ª Vara Cível, Solange Maria de Lima.

COMARCA DE ITAÚNA-MG. 2ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO 30 dias. O Poder Judiciário da Comarca torna público que se processa por este Juízo e respectiva Secretaria a Execução de Título Extrajudicial nº 5001051-79.2020.8.13.0338 movida por COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE ITAUNA LTDA. - SICOOB CREDIUNA, CNPJ: 64.237.530/0001-30, contra RICARDO CAETANO LOPES - CPF: 995.630.706-82. É o presente para citar o executado RICARDO CAETANO LOPES - CPF: 995.630.706-82, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para efetuar o pagamento da quantia de R$ 8.759,50, mais acréscimos legais, caso houver, referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais no prazo de 3 (três) dias. Se não for efetuado o pagamento no prazo designado, o Oficial de Justiça Avaliador deverá, munido de uma das vias do presente mandado, independentemente de ter ou não o executado apresentado embargos à execução, penhorar e avaliar tantos bens quantos bastem para garantia da dívida, lavrando-se o respectivo auto e, de tais atos, intimando, na mesma oportunidade, o executado. Caso não seja encontrado o executado, certifique o Oficial as diligências realizadas, e, a seguir, arreste-lhe bens suficientes. Efetivado o arresto, nos 10 (dez) dias subseqüentes, em dias distintos, por 02 (duas) vezes, tente o Oficial localizar o devedor, certificando o ocorrido. Advertências: 1) No caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. 2) O executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos da 1ª via do presente mandado. 3) O(A) executado(a), comprovando o depósito de trinta por cento do valor acima, poderá requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 916 do CPC. Em caso de revelia será nomeado curador especial Itaúna, 11 de outubro de 2022. Eu, Flávia Maria Lopes de Souza, escrivã, o digitei e assino. Exmo. Sr. Juiz de Direito Alex Matoso Silva.

ITUIUTABA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE ITUIUTABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - JUSTIÇA DE 1º INSTÂNCIA - SECRETARIA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E EXECUÇÕES PENAIS - INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS. O Dr. André Luiz Riginel da Silva, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER nos autos da ação penal 5003491-65.2022.8.13.0342 a CARLOS HENRIQUE TAVARES NUNES, brasileiro, nascido aos 15/06/1987, filho de Jeronima Tavares da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, seja intimado para informar que o processo foi JULGADO EXTINTO. Para conhecimento geral, expediu-se o presente que será publicado no DJE e afixado no átrio do Ed. Fórum, no local de costume. Ituiutaba-MG, 13 de Outubro de 2022. Eu,___(J.F.T), estagiária desta Secretaria o digitei e subscrevi. Sâmara Marta Matos Marquez, Gerente de Secretaria. Dr. André Luiz Riginel da Silva, Juiz de Direito na Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba.

COMARCA DE ITUIUTABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - JUSTIÇA DE 1º INSTÂNCIA - SECRETARIA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E EXECUÇÕES PENAIS - INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS. O Dr. André Luiz Riginel da Silva, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER nos autos da ação penal 5008108-68.2022.8.13.0342 a JANDIMAR RODRIGUES PEREIRA, brasileiro, nascido aos 31/03/1977, filho de Julia Rodrigues Pereira e de Jandiro Antonio Pereira, atualmente em lugar incerto e não sabido, seja intimado para informar que foram concedidas medidas protetivas à vítima ARLETE ABADIA DE SOUZA, nos termos do artigo 22, II e III, "a", "b", e "c", da Lei n. 11.340/2006, determinando ao agressor JANDIMAR RODRIGUES PEREIRA: 1. Proibição de aproximação da ofendida, dos familiares EXCLUSIVOS desta e das testemunhas, mantendo-se uma distância mínima de 200 (duzentos) metros; 2. Proibição de manter contato com a ofendida, com os familiares EXCLUSIVOS desta e testemunhas por qualquer meio de comunicação; 3. Proibição de frequentar lugares comuns, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. Para conhecimento geral, expediu-se o presente que será publicado no DJE e afixado no átrio do Ed. Fórum, no local de costume. Ituiutaba-MG, 13 de Outubro de 2022. Eu,___(J.F.T), estagiária desta Secretaria o digitei e subscrevi. Sâmara Marta Matos Marquez, Gerente de Secretaria. Dr. André Luiz Riginel da Silva, Juiz de Direito na Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba.

COMARCA DE ITUIUTABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - JUSTIÇA DE 1º INSTÂNCIA - SECRETARIA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E EXECUÇÕES PENAIS - INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS. O Dr. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER nos autos da ação penal 5008416-07.2022.8.13.0342 a AUGUSTO GRACIANO GONÇALVES, brasileiro, nascido aos 24/11/1996, filho de Anderson Gonçalves de Freitas e de Vilma Graciano, atualmente em lugar incerto e não sabido, seja intimado para informar que foram concedidas medidas protetivas à vítima ALESSANDRA VASCONCELLOS MAGALHÃES, nos termos do artigo 22, II e III, "a", "b", e "c", da Lei n. 11.340/2006, determinando ao agressor AUGUSTO GRACIANO GONÇALVES: 1. Proibição de aproximação da ofendida, dos familiares EXCLUSIVOS desta e das

testemunhas, mantendo-se uma distância mínima de 200 (duzentos) metros; 2. Proibição de manter contato com a ofendida, com os familiares EXCLUSIVOS desta e testemunhas por qualquer meio de comunicação; 3. Proibição de frequentar lugares comuns, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. O descumprimento de qualquer delas poderá ensejar a decretação de sua prisão preventiva para garantir a execução da medida (artigo 313, IV, do CPP), bem como a configuração de crime previsto no art. 24-A, da Lei n. 11.340/06. Para conhecimento geral, expediu-se o presente que será publicado no DJE e afixado no átrio do Ed. Fórum, no local de costume. Ituiutaba-MG, 13 de Outubro de 2022. Eu,___(J.F.T), estagiária desta Secretaria o digitei e subscrevi. Sâmara Marta Matos Marquez, Gerente de Secretaria. Dr. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito na Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba.

COMARCA DE ITUIUTABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - JUSTIÇA DE 1º INSTÂNCIA - SECRETARIA CRIMINAL - INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO 90 DIAS. O Dr. ANDRÉ LUIZ RIGINEL DA SILVA OLIVEIRA, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER à vítima LAECIO RESENDE CASSEMIRO, e ao Réu EDVALDO CORDEIRO DOS SANTOS, atualmente em lugar incerto e não sabido, por sentença exarada nos autos da ação penal 0016679-84.2020.8.13.0342, ajuizada pelo Ministério Público face a EDVALDO CORDEIRO DOS SANTOS por infração aos arts. 155, §§ 1º e 4º, I, c.c artigos 61, I, e 65, III, "d", todos do Código Penal., foi fixada a pena em 03 (TRÊS) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO e a pena de multa em 70 (SETENTA) DIAS-MULTA, fixado o FECHADO como regime inicial de cumprimento de pena. Concedido o direito de recorrer em liberdade. Não se conformando o réu poderá da sentença apelar para a Superior Instância, no prazo legal. Para conhecimento geral, expediu-se o presente que será publicado no DJE e afixado no átrio do Ed. Fórum, no local de costume. Ituiutaba-MG, 13 de outubro de 2022. Eu,___(T.N.D.O.), Estagiária desta secretaria, o digitei e subscrevi. LÍVIA ROBERTA GIROTTO, Gerente de Secretaria em substituição, Dr. ANDRÉ LUIZ RIGINEL DA SILVA OLIVEIRA, Juiz de Direito.

COMARCA DE ITUIUTABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - JUSTIÇA DE 1º INSTÂNCIA - SECRETARIA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E EXECUÇÕES PENAIS - INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS. O Dr. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER nos autos da ação penal 5008202-16.2022.8.13.0342 a MARCOS DE OLIVEIRA DARIO, brasileiro, nascido aos 17/04/1971, filho de Aparecido Dario e de Almerinda Amorim Dario, atualmente em lugar incerto e não sabido, seja intimado para informar que foram concedidas medidas protetivas à vítima Marisa Mendes Borges Graciano, determinando ao agressor: I - suspensão de eventual posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003; II - afastamento do ambiente de convivência com a ofendida; III - proibição das seguintes condutas: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, num limite de 200 (duzentos) metros de distância entre esta e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) estar presente nos mesmos lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. O descumprimento de qualquer delas poderá ensejar a decretação de sua prisão preventiva para garantir a execução da medida (artigo 313, IV, do CPP), bem como a configuração de crime previsto no art. 24-A, da Lei n. 11.340/06. Para conhecimento geral, expediu-se o presente que será publicado no DJE e afixado no átrio do Ed. Fórum, no local de costume. Ituiutaba-MG, 13 de Outubro de 2022. Eu,___(J.F.T), estagiária desta Secretaria o digitei e subscrevi. Sâmara Marta Matos Marquez, Gerente de Secretaria. Dr. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito na Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba.

COMARCA DE ITUIUTABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - JUSTIÇA DE 1º INSTÂNCIA - SECRETARIA CRIMINAL - INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO 90 DIAS. O Dr. Andre Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito em Cooperação da Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER o réu FELIPE CLEMENTE ALVES FERREIRA, brasileiro nascido aos 27.02.1999, filho de Maria Jose Alves e Marcelo Ferreira, atualmente em lugar incerto e não sabido, que por sentença exarada nos autos da ação penal 0342.20.002337-8, ajuizada pelo Ministério Público, o réu foi condenado por infração a 180, caput, do Código Penal, sendo-lhe fixada PENA DEFINITIVA em 01 (um) ano de reclusão, e a pena de multa em 10 (dez) DIAS-MULTA, fixado regime SEMIABERTO. Para conhecimento geral, expediu-se o presente que será publicado no DJE e afixado no átrio do Ed. Fórum, no local de costume. Ituiutaba-MG, 13 de outubro de 2022. Eu,___(LRG), Escrevente Judicial, desta secretaria o digitei e subscrevi. Lívia Renata Girotto, Gerente de Secretaria em Substituição. Dr. Andre Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito.

COMARCA DE ITUIUTABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - JUSTIÇA DE 1º INSTÂNCIA - SECRETARIA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E EXECUÇÕES PENAIS - INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS. O Dr. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER nos autos da ação penal 5008112-08.2022.8.13.0342 a LAIS CAROLINA VILARINHO VILELA, brasileira, nascida aos 13/01/1988, filha de Ariovaldo Campos Vilela e de Zelma Vilarinho Correia Vilela, atualmente em lugar incerto e não sabido, seja intimado para informar que foram concedidas medidas protetivas em seu favor, nos termos do artigo 22, II e III, "a", "b", e "c", da Lei n. 11.340/2006, determinando ao agressor FRANCISCO DAS CHAGAS DE ARAÚJO: 1. Proibição de aproximação da ofendida, dos familiares EXCLUSIVOS desta e das testemunhas, mantendo-se uma distância mínima de 200 (duzentos) metros; 2. Proibição de manter contato com a ofendida, com os familiares EXCLUSIVOS desta e testemunhas por qualquer meio de comunicação; 3. Proibição de frequentar lugares comuns, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. 4. Suspendo o registro de arma de fogo e respectivas guias de trânsito, bem como eventual porte de arma, caso existam armas, guias e porte em nome do representado. O descumprimento de qualquer delas poderá ensejar a decretação de sua prisão preventiva para garantir a execução da medida (artigo 313, IV, do CPP), bem como a configuração de crime previsto no art. 24-A, da Lei n. 11.340/06. Para conhecimento geral, expediu-se o presente que será publicado no DJE e afixado no átrio do Ed. Fórum, no local de costume. Ituiutaba-MG, 13 de Outubro de 2022. Eu,___(J.F.T), estagiária desta Secretaria o digitei e subscrevi. Sâmara Marta Matos Marquez, Gerente de Secretaria. Dr. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito na Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba.

COMARCA DE ITUIUTABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - JUSTIÇA DE 1º INSTÂNCIA - SECRETARIA CRIMINAL - INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO 90 DIAS. O André Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito em cooperação da Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER aos réu TASSO ROBERTO ALVES MENEZES, brasileiro, nascido em 03/09/1993, natural de Ituiutaba/MG, filho de Maria José Alves e de Divino Menezes da Silva, ambos em lugar incerto e não sabido, que por sentença exarada nos autos da ação penal 0030413-68.2021.8.13.0342, ajuizada pelo Ministério Público; por infração ao art. 180, caput do CP, foi fixada a pena em 01 (ano) de reclusão e multa de 10 dias-multa, fixado o valor do dia-multa no mínimo legal, correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, vigente à época dos fatos. Fixo regime ABERTO. Substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, na modalidade de prestação pecuniária no valor de um salário-mínimo em favor da VEC de Ituiutaba-MG. Não se conformando o réu poderá da sentença apelar para a Superior Instância, no prazo legal. Para conhecimento geral, expediu-se o presente que será publicado no DJE e afixado no átrio do Ed. Fórum, no local de costume. Ituiutaba-MG, 13 de outubro de 2022. Eu,___(J.R.T.F.), Escrevente Judicial, desta secretaria o digitei e subscrevi. Sâmara Marta Matos Marquez, Gerente de secretaria. Dr. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, Juiz de Direito em cooperação.

JACINTO

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE JACINTO-MG - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTERDIÇÃO - (PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 DIAS)- A DOUTORA LETÍCIA FONTES GUEDES, JUÍZA DE DIREITO DA VARA ÚNICA DESTA COMARCA DE JACINTO, ESTADO DE MINAS GERAIS, NO EXERCÍCIO DO CARGO, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que se processam perante este Juízo e respectiva Secretaria os autos de Ação de Interdição, processo nº 5000166-38.2020.8.13.0347, requerida por Irlândia Pereira dos Santos, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF nº058.850.226-07 e RG nº MG-20.398.319 SSP/MG, e que por sentença proferida por este Juízo, em data de 27 de setembro de 2021, transitada em julgado, foi decretada a interdição de Ivonete Neves de Souza, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 108.895.506-11 e RG nº MG-13.322.105-97 SSP/MG, filha de Reinaldo Neves de Souza e Irlândia Pereira dos Santos, privando-a da prática, sem curador, de todos os atos previstos no artigo 1.782 do CC, nomeando-lhe curadora sua mãe Irlândia Pereira dos Santos, qualificada acima. Em obediência ao disposto no art.755, §3º e artigo 9º, inciso III, do CC, determinou a MM. Juíza a publicação do presente no Órgão Oficial. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Jacinto, Estado de Minas Gerais, aos 13 de setembro de 2.022. Eu, Dora Míriam Loesch Ferreira, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevo. Mauro Ferreira Dias, Escrivão Judicial - de ordem da MM. Juíza de Direito, Dra. Letícia Fontes Guedes.

JACUTINGA

SECRETARIA DO JUÍZO - COMARCA DE JACUTINGA JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 90 DIAS - Processo n.º 0349.19.0020900. SAIBAM todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Única Vara Criminal da Comarca de Jacutinga/MG, tramitam os autos da ação penal, Processo n.º 0349.19.002090-0 movida pela Justiça Pública contra REGINALDO DE SOUZA RUFINO. E, como não tenha sido encontrado o réu REGINALDO DE SOUZA RUFINO, brasileiro, solteiro, filho de Pedro Aparecido Rufino e Maria

Odete Camilo de Souza, nascido aos 18/10/1991 na cidade e comarca de Borda da Mata/MG, atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, por intermédio do qual fica a mesma intimada para que tome conhecimento de que este Juízo de Direito julgou procedente a denúncia para condenar às sanções do art. 129 § 1º, II do Código Penal, para condená-lo a pena de 01 (um) ano, 3 (três) meses e 1 (um) dia de reclusão, regime inicial aberto, aplicado o benefício do art. 44 do Código Penal com a suspensão da execução penal pelo período de 2 anos. Fica ainda advertido que em não se conformando com esta r. decisão, poderá dela recorrer no prazo de 05 (cinco) dias. E, para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se este edital que vai publicado e afixado nos lugares de costume. Jacutinga/MG, 13/10/2022.
André Luiz Riginel da Silva Oliveira -Juiz de Direito :
Bruna Maria Vicentini Grossi - Oficial Judiciária:

COMARCA DE JACUTINGA/MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EXECUTADO(A) AUSENTE - DILIGÊNCIA DO JUÍZO - PRAZO 20 DIAS. O Dr°. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, MM°. Juíz de Direito em substituição da Única Vara Cível da comarca de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc. Faz saber, a quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da Execução Fiscal, processo nº 0039727-03.2010.8.13.0349 em que é exequente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, e executado(a): POLO MINEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRICO , foi pela MM° Juíz determinado a expedição do presente, com a finalidade de INTIMAR o(a) Sr(a). POLO MINEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRICO, inscrito no CNPJ sob nº 04.536.839/0001-08 para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuem o recolhimento das custas processuais (fls. 40), no valor de R$ 570,50 (quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos), sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10%, em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG, pela Advocacia-Geral do Estado AGE, bem como de protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, devendo a parte, para impressão da guia, acessar o portal www.tjmg.jus.br, clicar no link "guia de custas" e informar o nº do processo acima e o seu CPF. Para que a notícia chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na Imprensa Oficial do Estado, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois (13/10/2022).
João Francisco Almeida - Gerente de Secretaria
André Luiz Riginel da Silva Oliveira - Juíz de Direito

COMARCA DE JACUTINGA/MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EXECUTADO(A) AUSENTE - DILIGÊNCIA DO JUÍZO - PRAZO 20 DIAS. O Dr°. André Luiz Riginel da Silva Oliveira, MM°. Juíz de Direito em substituição da Única Vara Cível da comarca de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc. Faz saber, a quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da Execução Fiscal, processo nº 0349.07.016757-3 em que é exequente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, e executado(a): POLO MINEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRICO , foi pela MM° Juíz determinado a expedição do presente, com a finalidade de INTIMAR o(a) Sr(a). POLO MINEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TRICO, inscrito no CNPJ sob nº 04.536.839/0001-08 para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuem o recolhimento das custas processuais (fls. 40), no valor de R$ 575.73 (quinhentos e setenta cinco reais e setenta e três centavos), sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10%, em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG, pela Advocacia-Geral do Estado AGE, bem como de protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, devendo a parte, para impressão da guia, acessar o portal www.tjmg.jus.br, clicar no link "guia de custas" e informar o nº do processo acima e o seu CPF. Para que a notícia chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na Imprensa Oficial do Estado, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois (13/10/2022).
João Francisco Almeida - Gerente de Secretaria
André Luiz Riginel da Silva Oliveira - Juíz de Direito

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE JACUTINGA/MG - EDITAL DE INTERDIÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. O Dr. ANDRÉ LUIZ RIGINEL DA SILVA OLIVEIRA, MMº Juiz de Direito da Única Vara Cível da Comarca de Jacutinga/MG, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc. Faz saber, a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da ação de Interdição, processo eletrônico nº 5000462-83.2022.8.13.0349, em que é requerente: SILVESTRE TENORIO PAVAN, CPF nº 024.400.926-06 e JULIANA DOS REIS PAVAN, CPF nº 075.610.786-50, e interditado(a): PATRICK TENORIO PAVAN. Pelo presente edital, traz a público que, por meio de sentença judicial prolatada por este juízo de direito em 16 de abril de 2020, transitada em julgado em 06 de julho de 2020, foi decretada a interdição de PATRICK TENORIO PAVAN, brasileiro, maior, nascido em 16 de setembro de 2.003, RG: MG-22.651.081, SSP/MG, CPF: 085.072.136-93, filho de Silvestre Tenório Pavan e Juliana dos Reis Pavan, domiciliado e residente na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, Estrada de Jacutinga para Espírito Santo do Pinhal, 64, Distrito de São Luís Gonzaga, por incapacidade civil, declarando-o incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, II, do Código Civil de 2002, atingindo os atos de natureza patrimonial ou negocial de interesse ou relacionados à interdita, inclusive atos de representação deste perante pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, incluindo o recebimento e a administração de vencimentos, proventos, pensões, pecúlios, benefícios e seguros, ressalvado que eventuais atos tangentes a bens imóveis pertencentes à interdita deverão ser objeto de autorização judicial e, de acordo com o artigo 1.767, I, do Código Civil de 2002, nomeando curador(a)es o(a)s Sr(a)s. SILVESTRE TENÓRIO PAVAN, do comércio, RG: M-6.909.689, SSP/MG, CPF: 024.400.926-06, nascido em 29 de setembro de 1.975, filho de Alziro Pavan e Sonia Tenório Pavan e JULIANA DOS REIS PAVAN, do lar, RG: MG-14.794.970 SSP/MG, CPF: 075.610.786-50, nascida em 09 de novembro de 1986, filha de Vicente dos Reis e Maria Justa Raimundo dos Reis, brasileiros, casados, domiciliados e residentes na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, Estrada de Jacutinga para Espírito Santo do Pinhal, 64, Distrito de São Luís Gonzaga. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado por três vezes no "Diário do Judiciário Eletrônico de MINAS GERAIS", com intervalo de 10 (dez) dias, entre uma publicação e outra, consoante ao que preceitua o artigo 755 do Código de Processo Civil e no artigo 12, III, do Código Civil. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois (13.10.2022).
Leandro Luiz Naduk Gonçalves - Oficial de Apoio Judicial
André Luiz Riginel da Silva Oliveira - Juiz de Direito

JANAÚBA

COMARCA DE JANAÚBA ¿ SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 30 DIAS. O Dr. ÉRITON JOSÉ SANT'ANA MAGALHÃES, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara da Comarca de Janaúba, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... FAZ SABER ao agressor CARLOS ALBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA, brasileiro, natural de Verdelândia-MG, nascido em 29/04/1989, filho de JOVELINO DE OLIVEIRA E DALVINA BARBOSA DE SOUZA, que nos autos da Medida Protetiva de Urgência contra o idoso nº 0028954-04.2021.8.13.0351, que lhe moveu a Justiça Pública como incurso nas sanções da Lei 11.340/06 e nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), foi proferida a decisão que deferiu as medidas protetivas em favor de Jovelino de Oliveira impondo ao ofensor CARLOS ALBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA a proibição de manter contato com o ofendido e seus familiares, pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação; e proibição de se aproximar do requerente, pela distância mínima de 300m (trezentos metros). ADVERTINDO-O de que, caso sejam descumpridas qualquer dessas medidas, poderá ser responsabilizado pelo crime de desobediência. E, para que chegue ao conhecimento do réu, mandou expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, no saguão do Fórum local. E para que todos tomem conhecimento, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Janaúba/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu,_____, Daniela M. S. Mendes, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevi. ÉRITON JOSÉ SANT'ANA MAGALHÃES, MM. Juiz de Direito.

COMARCA DE JANAÚBA ¿ SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 60 DIAS. O Dr. ÉRITON JOSÉ SANT'ANA MAGALHÃES, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara da Comarca de Janaúba, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... FAZ SABER ao réu ELIAS DANTAS DE FREITAS JUNIOR, brasileiro, nascido em 21/05/2000, filho de Ini Mendes da Silva e Elias Dantas de Freitas, RG MG-21.026.363, que nos autos da ação penal de nº 0048220-45.2019.8.13.0351, que lhe moveu a Justiça Pública como incurso nas sanções do artigo 33 da Lei 11.343/06 e art. 329 do CP, foi proferida em data de 14/12/2020, a sentença que acolheu a denúncia e condenou o réu nos termos do artigo 33 da Lei 11.343/06 e art. 329 do CP. E, para que chegue ao conhecimento da mesma, mandou expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, no saguão do Fórum local. E para que todos tomem conhecimento, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Janaúba/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu,_____,Daniela M. S. Mendes, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevi. ÉRITON JOSÉ SANT'ANA MAGALHÃES, MM. Juiz de Direito.

JANUÁRIA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE JANUÁRIA/MG - 2ª VARA - Justiça Gratuita - Edital de Citação com o prazo de 30 dias. O Dr. André de Melo Silva, MM° Juiz de Direito em exercício na 2ª Vara, desta Comarca de Januária/MG, no exercício do cargo. Faz saber a

todos quantos o presente edital de citação, com o prazo de 30 (trinta) dias, virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara, tramita a Ação de Indenização por Dano Moral, processo nº 0078948-37.2017.8.13.0352, promovida por JOÃO PAULO DA SILVA RIBEIRO em face de CDLANDIA DISCOS LTDA - ME - CNPJ: 00.715.478/0001-06. Pelo presente CITA-SE CDLANDIA DISCOS LTDA - ME - CNPJ: 00.715.478/0001-06, com endereço incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, CONTESTAR a presente ação. Ficando advertido de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, nos termos do artigo 285, II parte do CPC. Para que chegue ao conhecimento de todos expediu-se o presente edital que foi publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Januária/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu _____Gerente de Secretaria, digitei e subscrevi. O Juiz de Direito _____Dr. André de Melo Silva.

COMARCA DE JANUÁRIA/MG - 2ª VARA - Justiça Gratuita - Edital de Citação com o prazo de 30 dias. O Dr. André de Melo Silva, MM° Juiz de Direito em exercício na 2ª Vara, desta Comarca de Januária/MG, no exercício do cargo. Faz saber a todos quantos o presente edital de citação, com o prazo de 30 (trinta) dias, virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara, tramita a Ação de Monitória, processo nº 5004467-13.2020.8.13.0352, promovida por ADILSON PAULINO DE SOUZA em face de BRUNO NUNES GONÇALVES MOTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.446.726/0001-09 . Pelo presente CITA-SE BRUNO NUNES GONÇALVES MOTA, com endereço incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, CONTESTAR a presente ação. Ficando advertido de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, nos termos do artigo 285, II parte do CPC. Para que chegue ao conhecimento de todos expediu-se o presente edital que foi publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Januária/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu _____Gerente de Secretaria, digitei e subscrevi. O Juiz de Direito _____Dr. André de Melo Silva.

COMARCA DE JANUÁRIA/MG - 2ª VARA - Justiça Gratuita - Edital de Citação com o prazo de 30 dias. O Dr. André de Melo Silva, MM° Juiz de Direito em exercício na 2ª Vara, desta Comarca de Januária/MG, no exercício do cargo. Faz saber a todos quantos o presente edital de citação, com o prazo de 30 (trinta) dias, virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara, tramita a Ação de Usucapião, processo nº 5004932-51.2022.8.13.0352 , promovida por NOEL DE FREITAS CIRQUEIRA. Pelo presente CITA-SE os réus que se encontram em lugar incerto e não sabido e demais interessados, para, no prazo de 20 (vinte) dias, CONTESTAR a presente ação. Ficando advertido de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, nos termos do artigo 285, II parte do CPC. Para que chegue ao conhecimento de todos expediu-se o presente edital que foi publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Januária/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu _____Gerente de Secretaria, digitei e subscrevi. O Juiz de Direito _____Dr. André de Melo Silva.

JEQUERI

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA COMARCA DE JEQUERI Secretaria do Juízo Edital de INTIMAÇÃO DE SENTENÇA / Prazo: 90 dias O DOUTOR RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR, MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Jequeri, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc#FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e pela Secretaria Criminal desta cidade, tem andamento os autos do Processo Crime nº 0355.18.001464-7, movido contra MAYCOW MYLLER BARBOSA, por infração aos art. 21 da LCP, artigo 147 do Código Penal, por duas vezes, c/c art 7º, inciso I da Lei 11.340/06, na forma do artigo 69, do Código Penal. E, constando dos autos que a vítima CLAUDIANE DA SILVA encontra-se em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para INTIMÁ-LA da sentença proferida em 17/04/2022, que julgou parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal constante na denúncia de ff. d1/d2 para CONDENAR o acusado MAYCOW MYLLER BARBOSA qualificado nos autos, ao dispositivo no artigo 147 do Código Penal e art. 21 da LCP c/c artigo 5º, I e VI, inciso I, da Lei 11.340/2006, na forma do artigo 69 do CP., ABSOLVENDO-O, contudo, da imputação de ameaça em relação a vítima Hyllary, nos termos do art 386, VII do CPC/15. E, para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente dos interessados, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade, local de costume e publicado no Diário do TJMG. DADO E PASSADO nesta cidade de Jequeri, aos 03 de agosto de 2022. Eu, Lucas Batista da Silva, Gerente de Secretaria em substituição, subscrevi e assino. RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIORJUIZ DE DIREITO

Processos Eletrônicos (PJe)

2° EDITAL - INTERDIÇÃO
PROCESSO Nº: 5000467-24.2021.8.13.0355
CLASSE: [CÍVEL] INTERDIÇÃO (58)
REQUERENTE: OSVALDO GONCALVES GOMES
REQUERIDO(A): JOAO GONCALVES GOMES
COMARCA DE JEQUERI-MG - SECRETARIA DA VARA ÚNICA - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTERDIÇÃO - PRAZO DEZ DIAS- O DOUTOR RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR, MMº JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA, NA FORMA DA LEI ETC. Faz saber a todos quantos o presente Edital de Interdição virem ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença deste Juízo, proferida nos autos nº 5000467-24.2021.8.13.0355, foi decretado a Interdição de JOÃO GONÇALVES GOMES, brasileiro, solteiro, lavrador, natural de Urucânia/MG, nascido aos 05 de fevereiro de 1968, filho de Antônio Gonçalves Gomes e Manoela de Lourdes Moises Gomes, inscrito no CPF sob o n°835.132.996-72 e portador da C.I. MG-23.587.953 PCMG, residente e domiciliado à Rua Acácio Martins, n°12, bairro Agenor de Godoy Lima, Urucânia/MG, CEP 35.380-000 uma vez que o interditando é portador de Esquizofrenia Paranóide CID F20.0, declarada sua incapacidade relativa, nomeando seu Curador, seu irmão, o Sr. OSVALDO GONÇALVES GOMES, brasileiro, solteiro, lavrador, inscrito no CPF sob o n°835.133.106-68 e portador da CI M-8.209.459 SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Acácio Martins, n°12, bairro Agenor de Godoy Lima, Urucânia/MG, CEP 35.380-000, exclusivamente para a prática dos atos relacionados aos seus direitos de natureza patrimonial e negocial, limitando-se à assistência do interditando nos negócios de caráter econômico e financeiro, sendo vedada a celebração de negócios com a interditando sem tal assistência e que importe na aquisição de qualquer tipo de obrigação mencionada E, na forma do art. 755, §3º do CPC, mandou o MMº. Juiz de Direito expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado por 03(três) vezes na Imprensa Oficial. Jequeri, 22 de setembro de 2022. Eu, Tatiana Aparecida de Carvalho Roberto Sousa, Gerente de Secretaria, o digitei. Ronaldo França Paixão Júnior, MM.º Juiz de Direito.
JEQUERI, data da assinatura eletrônica.
RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR
Juiz de Direito

2° EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO Nº: 5000626-64.2021.8.13.0355
CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: CEMIG DISTRIBUICAO S.A
RÉU/RÉ: ARTUR PINTO RIBEIRO e outros
PRAZO: 10 dias
O DR Ronaldo França Paixão Júnior, MMº JUIZ DE DIREITO da comarca de Jequeri, Estado de Minas Gerais, por nomeação na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a quem interessar possa, que por este Juízo se processam os autos de Ação de Constituição de Servidão Administrativa nº 5000626-64.2021.8.13.0355, em que figura como requerente CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. e como requeridos ARTUR PINTO RIBEIRO E S/M DARLI DA CRUZ RIBEIRO, referente a uma área medindo 28.245,00 m², terreno rural denominado Tambú, Taquaral, Vargem Alegre e Cedro, distrito de Piscamba, Município de Jequeri/MG, matriculado sob o n°6507, livro 2-RG, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade do senhor ARTUR PINTO RIBEIRO, brasileiro, comerciante inscrito no CPF sob o n°109.444.786-20, portador da CI n° MG-1.730.299 SSP/MG e s/m DARLI DA CRUZ RIBEIRO, brasileira, comerciante, inscrita no CPF sob o n°045.281.616-56, portadora da CI n° M-2.286.572 SSP/MG, foi declarada de utilidade pública, para constituição de servidão, terrenos e benfeitorias necessários à construção da Linha de Distribuição Jequeri/Padre Fialho, de 138 kW, do Sistema Cemig, nos municípios de Jequeri, Santo Antônio do Grama, Abre Campo e Matipó, para atender a população da região, reforçando a malha de distribuição de energia, ficando TERCEIROS POSSÍVEIS INTERESSADOS, cientes do pedido autoral, cuja cópia se encontra no Edifício do Fórum Dr. Amador Ubaldo Ribeiro, podendo, caso queiram, impugnar o referido pedido, no prazo legal, a contar da publicação do presente edital. E, para conhecimento de todos e para que ninguém alegue ignorância dos fatos ou cerceamento de defesa, é expedido o presente Edital, que será afixado no átrio do Prédio Forense e publicado por 3 vezes no Diário Judiciário da Justiça.
JEQUERI, data da assinatura eletrônica.
RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR
Juiz de Direito

2° EDITAL - INTERDIÇÃO
PROCESSO Nº: 0008817-62.2016.8.13.0355
CLASSE: [CÍVEL] INTERDIÇÃO (58)
REQUERENTE: MILTON LOPES SANTIAGO
REQUERIDO(A): IZABEL SANTIAGO
COMARCA DE JEQUERI-MG - SECRETARIA DA VARA ÚNICA - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTERDIÇÃO - PRAZO DEZ DIAS- O DOUTOR RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR, MMº JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA, NA FORMA DA LEI ETC. Faz saber a todos quantos o presente Edital de Interdição virem ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença deste Juízo, proferida nos autos nº 0008817-62.2016.8.13.0355, foi decretada a Interdição de Izabel Santiago, brasileira, relativamente incapaz, filha de Luiza Martins de Oliveira, nascida aos 06/02/1928, domiciliada na Rua Geraldo Marcolino Luna, 43, Bom Jesus de Cardosos, Urucânia/MG, que o impossibilita para o exercício dos atos da vida civil, declarando-a RELATIVAMENTE INCAPAZ para o exercício de alguns atos da vida civil, nomeando como seu Curador, Milton Lopes Santiago, filho de Izabel Lopes, residente e domiciliado no mesmo endereço da curatelada , exclusivamente para a prática dos

atos relacionados aos seus direitos . A curatela limita-se à assistência do(a) interditando(a) nos negócios de caráter econômico e financeiro, sendo vedada a celebração de negócios com o(a) interditando(a) sem tal assistência e que importe na aquisição de qualquer tipo de obrigação mencionada.. E, na forma do art. 755, §3º do CPC, mandou o MMº Juiz de Direito expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado por 03(três) vezes na Imprensa Oficial. Jequeri, 15 de setembro de 2022.
JEQUERI, data da assinatura eletrônica.
RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR
Juiz de Direito

2° EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS
PROCESSO Nº: 0003047-93.2013.8.13.0355
CLASSE: [CÍVEL] TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)
REQUERENTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG
TESTEMUNHA: ENI ROSA DA CRUZ e outros
PRAZO: 10 dias
O DR Ronaldo França Paixão Júnior, MMº JUIZ DE DIREITO da comarca de Jequeri, Estado de Minas Gerais, por nomeação na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a quem interessar possa, que por este Juízo se processam os autos de Ação de Constituição de Servidão Administrativa nº 0003047-93.2013.8.13.0355, em que figura como requerente CODEMIG - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS e como requerido DOMINGOS GOMIDES E OUTROS, referente a uma área de 2.507,96m², com perímetro de 742,52m, do terreno rural matriculado sob o nº 5595, do livro 02-RG, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade da senhora MARIA DO CARMO MIRANDA PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 724.833.006-00, RG MG-19.481.303 e s/m ANTÔNIO ANTUNES PEREIRA, portador do CPF 357.107.307-00, declarada de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, necessária à construção e passagem do Mineroduto Minas-Rio, ficando TERCEIROS POSSÍVEIS INTERESSADOS, cientes do pedido autoral, cuja cópia se encontra no Edifício do Fórum Dr. Amador Ubaldo Ribeiro, podendo, caso queiram, impugnar o referido pedido, no prazo legal, a contar da publicação do presente edital. E, para conhecimento de todos e para que ninguém alegue ignorância dos fatos ou cerceamento de defesa, é expedido o presente Edital, que será afixado no átrio do Prédio Forense e publicado por 3 vezes no Diário Judiciário da Justiça.
JEQUERI, data da assinatura eletrônica.
RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR
Juiz de Direito

2° EDITAL INTERDIÇÃO
PROCESSO Nº: 5000989-51.2021.8.13.0355
CLASSE: [CÍVEL] INTERDIÇÃO (58)
REQUERENTE: JOSE ADENISIO JACINTO
REQUERIDO(A): KATIA APARECIDA QUEIROZ PEREIRA
COMARCA DE JEQUERI-MG- SECRETARIA DA VARA ÚNICA - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTERDIÇÃO - PRAZO DEZ DIAS - O DOUTOR RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR, MMº JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA, NA FORMA DA LEI ETC. Faz saber a todos quantos o presente Edital de Interdição virem ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença deste Juízo, proferida nos autos nº 5000989-51-06.2021.8.13.0355, foi decretada a Interdição de KATIA APARECIDA QUEIROZ PEREIRA, brasileira, filha de Ana Crina Queiroz da Silva e Mário Barbosa Pereira, residente e domiciliada na Rua José Lopes de Sousa, nº. 11, Centro, Piscamba/MG, CEP 35393-000, uma vez que a interditada apresenta descontrole emocional frequente, visto que é portadora de transtornos mentais, como esquizofrenia e transtorno depressivo recorrente,, necessitando de cuidados devido a incapacidade para realização de atividades da vida social, sendo declarada relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art.4º, III do Código Civil c/c art. 85, caput, da lei 13.146/15, estando impossibilitada de gerir sua pessoa e seus bens, apenas em relação aos atos de direito e de natureza patrimonial e negocial, limitando-se a curatela à assistência da interditanda nos negócios de caráter econômico, financeiro e eventual propositura de ação judicial contra o INSS, em questões de recebimento de benefício assistencial/previdenciário, sendo vedada a celebração de negócios com a interditanda sem tal assistência e que importe na aquisição de qualquer tipo de obrigação mencionada, nomeando seu Curador, seu irmão, o Sr. JOSE ADENISIO JACINTO, brasileiro, casado, trabalhador rural, CPF 827.738.906-04, residente e domiciliado na Rua José Lopes de Sousa, nº. 11, Centro, Piscamba/MG, CEP 35393-000. E, na forma do art. 755, §3º do CPC, mandou o MMº Juiz de Direito expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado por 03(três) vezes na Imprensa Oficial.
JEQUERI, data da assinatura eletrônica.
RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR
Juiz de Direito
Avenida Santana, 11, Centro, JEQUERI - MG - CEP: 35390-000

EDITAL CITAÇÃO
COMARCA DE JEQUERI - MG - JUSTIÇA GRATUITA EDITAL DE CITAÇÃO - COM PRAZO DE 20 DIAS - O DOUTOR RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR, MMº JUIZ DE DIREITO NESTA COMARCA DE JEQUERI, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI,ETC.,FAZ SABER a todos quantos o presente edital de CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que nesta Comarca, processam-se os termos e atos da Ação de Usucapião, autos nº. 5000100-34.2020.8.13.0355, movido por RAIMUNDO NONATO DOS REIS, CPF. 697.583.016-91 e sua mulher MARLI ALVES DOS REIS, CPF. 695.980.886-34, brasileiros, aposentados, casados pelo Regime de Comunhão de Bens, residentes e domiciliados na Rua do Contorno, nº 06, bairro Alto dos Eucaliptos, nesta cidade e Comarca de Jequeri-MG, versando sobre um imóvel urbano, localizado na Rua do Contorno, nº 06, bairro Alto dos Eucalíptos, nesta cidade de Jequeri-MG, com área total 195,89 m² e perímetro de 57,58 m, conforme memorial descritivo dos autos. E, tendo em conta o que consta dos autos, é o presente para promover a CITAÇÃO de Carmem Maria de Paula Oliveira, cônjuge do confinante Silvestre Antônio de Oliveira, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para os termos da referida ação, e para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso de prazo deste, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, ex vi do artigo 344 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos, principalmente dos interessados, expediu-se este edital, que será afixado no átrio do Fórum local e publicado na forma da lei.

1° EDITAL - INTERDIÇÃO - PROCESSO Nº: 5000414-09.2022.8.13.0355
COMARCA DE JEQUERI-MG - SECRETARIA DA VARA ÚNICA - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTERDIÇÃO - PRAZO DEZ DIAS- O DOUTOR RONALDO FRANÇA PAIXÃO JÚNIOR, MMº JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA, NA FORMA DA LEI ETC. Faz saber a todos quantos o presente Edital de Interdição virem ou dele conhecimento tiverem, que, por sentença deste Juízo, proferida nos autos nº 5000414-09.2022.8.13.0355, foi decretada a Interdição de DAIANE VIEIRA GERALDO, brasileira, solteira, nascida em 23/11/1993 e de DANIELA VIEIRA GERALDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n°086.260.856-21 e portadora da CI n° MG-14.999.274 SSP/MG, nascida em 22/02/1995, ambas residentes e domiciliadas à Rua Carlos Pinto Vieira, n°115, Centro, Piedade de Ponte Nova/MG, CEP 35382-000, uma vez que a primeira interditanda possui retardo mental moderado CID F71.1; e a segunda interditanda possui retardo mental grave - CID F72 o que as impossibilitam de gerir seus bens e demais atos da vida civil, declarando-as relativamente incapazes, limitando a assistência aos negócios de caráter econômico, financeiro e eventual propositura de ação judicial contra o INSS, em questões de recebimento de benefício previdenciário, sendo vedada a celebração de negócios com as interditandas sem tal assistência e que importe na aquisição de qualquer tipo de obrigação mencionada, nomeando sua Curadora, sua mãe, a Sra. TEREZINHA PINTO VIEIRA GERALDO, brasileira, viúva, trabalhadora rural, residente e domiciliada na Rua Carlos Pinto Vieira, n° 115, Centro, Piedade de Ponte Nova/MG, CEP 35382-000. E, na forma do art. 755, §3º do CPC, mandou o MMº Juiz de Direito expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado por 03(três) vezes na Imprensa Oficial. Jequeri, 04 de outubro de 2022. Eu, Tatiana Aparecida de Carvalho Roberto Sousa, Gerente de Secretaria, o digitei. Ronaldo França Paixão Júnior, MMº Juiz de Direito.

JOÃO MONLEVADE

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE JOÃO MONLEVADE/MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO- O Dr. PAULO JOSÉ REZENDE BORGES, MM. Juiz de Direito em substituição na Primeira Vara Cível e JIJ da Comarca de João Monlevade/MG, na forma da Lei, etc., faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a terceiros interessados, que por sentença proferida em 13/08/2021, no Processo de Interdição nº 5002211-67.2020.8.13.0362 foi decretada a curatela de MARIA DAS GRAÇAS ROBERTO DE CASTRO , brasileira, viúva, professora estadual aposentado, portadora da cédula de identidade RG 39.987-SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 003.646.796-03, filha de Antônio Gomes Roberto e Ilda Ferreira Roberto, residente e domiciliada à Rua Geraldo Miranda, nº 324, Nossa Senhora da Conceição, na cidade de João Monlevade/MG, CEP 35.930-027 , portadora de ESCLEROSE LATERAL AMIOTROFICA -ELA, sendo portadora de deficiência mental, que a torna incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, consoante disposto no artigo 1.767, I, do Código Civil de 2002 e, na forma do artigo. 1.775, §1º, do mesmo diploma legal; nomeando curadora definitiva MAYARA ROBERTA DE CASTRO, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade RG 16.404.771-SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 100.818.256-76, filha de Antônio do Carmo de Castro e Maria das Graças Roberto de Castro, residente e domiciliada à Rua Geraldo Miranda, nº 324, Nossa Senhora da Conceição, na cidade de João Monlevade/MG, CEP 35.930-027, que deverá praticar exclusivamente os atos relacionados aos seus direitos de natureza patrimonial e negocial. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será publicado por 03 (três) vezes consecutivos, com intervalos de 10 (dez) dias, no Órgão Oficial do Estado, na forma do art. 755, §3° do CPC, e afixada cópia no local de costume. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de João Monlevade, aos 05 de outubro de 2022. Eu, Alysson Flávio Silva Ribeiro, Gerente de Secretaria em substituição, o digitei e subscrevi. Paulo José Rezende Borges - Juiz de Direito em substituição.

COMARCA DE JOÃO MONLEVADE/MG

1ª VARA CÍVEL E JIJ
EDITAL COM PRAZO DE 20 DIAS
Saibam todos quantos o presente edital de citação virem que, perante o Juízo da 1ª Vara, foi ajuizada uma ação de Usucapião, processo nº 5003004-35.2022.8.13.0362 , requerida por CREUZA DE FARIA JÚLIO FIGUEIREDO, brasileira, portador do CPF N. 938.035.916-00 e R.Gn. MG - 6.757.362, d.n 07/10/1968, filha de Maria Gomes de Faria, residente e domiciliada na Rua Dolores Duran, n. 39, Bairro Santo Hipólito, município de João Monlevade/MG, CEP 35931-205 , tendo como sua procuradora Karine Kharen Silva, OAB/MG 213873 , referente a um imóvel a seguir descrito: 01 LOTE DE TERRAS, com área de 388.43 m² (trezentos e oitenta e oito e quarenta e três metros quadrados), situado a Rua 01,s/nº,Bairro Novo Cruzeiro, no município de João Monlevade/MG. Imovel:URBANO Proprietário: CREUZA FARIA JULIO Endereço: RUA RAIMUNDO ELOY, S/N° - BAIRRO NOVO CRUZEIRO Municipio: JOAO MONLEVADE U.F.:MG-BR Area(m2):388,43 Penmetro (m): 97,87 LIMITES e CONFRONTANTES: Inicia-se a descriçao deste penmetro ponto v1, de coordenadas N 7.803.973,357m e E 690.384,525m; deste segue em frente no alinhamento da rua confrontando com a RUA RAIMUNDO ELOY, com azimute de 79015'16" por uma distancia de 10,03m, ate o ponto v2, de coordenadas N 7.803.975,228m e E 690.394,382m; deste segue pela lateral direita confrontando com a propriedade de JOAQUIM MOURA, com azimute de por uma distancia de 38,48m, ate o ponto v3, de coordenadas N 7.803.938,572m e E 690.406,100m; deste segue pelo fundo confrontando c°m a. propriedade de ESCOLA CICINHA MOURA - AREA PMJM, com azimute de 254013'22" por uma distancia de 5,09m, ate o ponto v4, de coordenadas N 7.803.937,187m e E 690.401,199m; deste segue pelo fundo confrontando com a propriedade de JUSCILEY TEIXEIRA SANTOS, com azimute de 254°13'22" por uma distancia de 4,91m, ate o ponto v5 de coordenadas N 7.803.935,851m e E 690.396,472m; deste segue pela lateral esquerda confrontando com a propriedade de JUSCILEY TEIXEIRA SANTOS, com azimute de 342019'57" por uma distancia de 9,24m, ate o ponto v6, de coordenadas N 7.803.944,658m e E 690.393,666m; deste segue pela lateral esquerda confrontando com a propriedade de JUSCILEY TEIXEIRA SANTOS, com azimute de 342019,57" por uma distancia de 15,08m, ate o ponto v7, de coordenadas N 7.803.959,027m e E 690.389,090m; deste segue pela lateral esquerda confrontando com a propriedade de ELIAS GERALDO TOMAZ DE SOUZA, com azimute de 342 19 57 por uma distancia de 15,04m, ate o ponto v1, onde teve inicio essa descrição. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central n° 45 WGr, tendo como Datum o Sistema SIRGAS2000. Todos os azimutes, distancias, areas e perimetros foram calculados no piano de projeção UTM. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital para citação de MARIA TEODORA DE JESUS, JOSÉ AGOSTINHO TEIXEIRA , JOAQUIM HILÁRIO TEIXEIRA, RAIMUNDO JOSÉ TEIXEIRA, LAURINDO JOSÉ TEIXEIRA, ANTÔNIO LEONIDAS TEIXEIRA, MARIA LEONIDAS TEIXEIRA, IZABEL DAMÁSIA e JOSÉ DO CARMO, e de eventuais interessados ausentes, incertos e não sabidos, para, sendo o caso, manifestar interesse na causa, sob pena de lhe ser nomeado curador especial no caso de revelia, no prazo de 15 (quinze) dias, contados após o prazo de 20 dias da publicação deste, com as advertências do art. 344 do CPC: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor." João Monlevade, 05 de outubro de 2022. a) Alysson Flávio da Silva Ribeiro, Gerente de Secretaria. a) Paulo José Rezende Borges- Juiz de Direito Respondendo pela 1ª Vara.

JOÃO PINHEIRO

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE JOÃO PINHEIRO-MG- Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias. O Dr. MAURÍCIO PINTO FILHO, Juiz de Direito 2ª Vara Cível, Criminal e VEC da Comarca de João Pinheiro-MG, na forma da Lei, etc .FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Secretaria da 2ª Vara, se processam a Ação Penal nº0012672-49.2021.8.13.0363, que a Justiça Pública move contra LAIKISON FELIPE DE JESUS VITOR, brasileiro, natural de João Pinheiro/MG, nascido aos 13/04/2001, filho de Maria Luzia de Jesus Vitor, que encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, e que por meio deste fica CITADO para todos os termos da ação, nos termos da denúncia de ID9564283336, bem como para apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias. O presente edital que será afixado e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO, João Pinheiro, aos 06 dias do mês de Outubro de 2022. Eu,Cleide Quintino da Rocha Correa, Escrivã Judicial, digitei e assino.

COMARCA DE JOÃO PINHEIRO-MG- Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias. O Dr. MAURÍCIO PINTO FILHO, Juiz de Direito 2ª Vara Cível, Criminal e VEC da Comarca de João Pinheiro-MG, na forma da Lei, etc .FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Secretaria da 2ª Vara, se processam a Ação Penal nº 5002819-91.2022.8.13.0363, que a Justiça Pública move contra WELLERSON LOPES RIBEIRO, brasileiro, natural de Unaí/MG, nascido aos 01/05/1989, filho de Maria Simone Lopes e Donisete Francisco Ribeiro, que encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, e que por meio deste fica CITADO para todos os termos da ação, nos termos da denúncia de ID9564328090, bem como para apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias. O presente edital que será afixado e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO, João Pinheiro, aos 07 dias do mês de Outubro de 2022. Eu,Cleide Quintino da Rocha Correa, Escrivã Judicial, digitei e assino.
MAURÍCIO PINTO FILHO
Juiz de Direit

COMARCA DE JOÃO PINHEIRO-MG- Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias. O Dr. MAURÍCIO PINTO FILHO, Juiz de Direito 2ª Vara Cível, Criminal e VEC da Comarca de João Pinheiro-MG, na forma da Lei, etc .FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Secretaria da 2ª Vara, se processam a Ação Penal nº 5002819-91.2022.8.13.0363, que a Justiça Pública move contra JONATA HENRIQUE ALVES RIBEIRO, brasileiro, natural de Patrocínio/MG, nascido aos 13/02/1999, filho de Claudinei Ribeiro e Vanusa Aparecida Alves Fernandes, que encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, e que por meio deste fica CITADO para todos os termos da ação, nos termos da denúncia de ID9564328090, bem como para apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias. O presente edital que será afixado e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO, João Pinheiro, aos 06 dias do mês de Outubro de 2022. Eu, Cleide Quintino da Rocha Correa, Escrivã Judicial, digitei e assino.
MAURÍCIO PINTO FILHO
Juiz de Direito

JUIZ DE FORA

VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DE IMPRONÚNCIA PRAZO DE 10 DIAS JUSTIÇA GRATUITA- PROC. nº 0502336-50.2011.8.13.0145
JOYCE SOUZA DE PAULA, Juíza de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.
FAZ SABER ÀS VÍTIMAS REINALDO VIDAL DUQUE E VITOR FERREIRA DA SILVA, que nos autos da ação penal que move a Justiça Pública contra os acusados RAFAEL DE OLIVEIRA E MARCONE ALOYSIO ALVES, foi proferida em data de 12/07/2022 a decisão de IMPRONÚNCIA que os impronunciou pela prática do crime capitulado no art. 121 § 2º, I, IV cc art. 14, II do CPB, que teria praticado contra as vítimas Luis Rafael Vidal Duque, Vitor Ferreira da Silva e Reinaldo Vidal Duque, em data de 29/09/2009 , fato ocorrido nesta cidade. E, constando dos autos que as vítimas, Reinaldo Vidal Duque e Vitor Ferreira da Silva encontram-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Senhor Oficial de Justiça, mandou expedir o presente EDITAL, nos termos do art. 420 parágrafo único do CPP, com o prazo de 10 dias, pelo qual fica INTIMADO(A) da mencionada decisão e bem assim cientificado (a) de que findo esse prazo, que será contado a partir da data de publicação deste, no Órgão Oficial da Comarca, terá CINCO DIAS para, querendo, recorrer daquela decisão, devendo comparecer à Secretaria do Tribunal do Júri, sito à rua Marechal Deodoro, 662, 3º andar, sala 301, Centro, para assinatura do termo de recurso ou constituir defensor para, no prazo legal, apresentar interposição de recurso. E, para que chegue ao conhecimento do réu, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no local de costume, no saguão do Palácio da Justiça.
Juiz de Fora,, 13 de outubro de 2022, eu Jurema Gomes Sobreira de Araújo Escrivã da Vara do Tribunal do Júri e Precatórias Criminais, o datilografei e o subscrevo.
JOYCE SOUZA DE PAULA
Juíza de Direito Presidente do Tribunal do Júri

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO

DE CUSTAS FINAIS - PRAZO 30 DIAS - Silvemar José Henriques Salgado, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc., FAZ SABER que tem curso perante este Juízo e respectiva Secretaria os autos da ação de Embargos à execução, processo eletrônico nº 0209717-12.2016.8.13.0145, que RUTE MORAIS SILVA, CPF nº 074.525.406-38 move em face de Bradesco S/A, CNPJ Nº 60.746.948/0001-12, é o presente para a INTIMAÇÃO da Embargante, RUTE MORAIS SILVA, CPF nº 074.525.406-38, acima identificada, para o recolhimento da importância de R$1.569,47 (mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos), a título de custas, de Taxa Judiciária, de multa penal e de outras despesas processuais devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia-Geral do Estado - AGE. Publica-se o presente edital na rede mundial de computadores, no Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG e na plataforma de editais do CNJ. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, aos 06 de outubro de 2022. Eu _____ José Teotônio Pimentel Gouvêa, Gerente de Secretaria da 4ª Vara Cível digitei e assino. _____ Silvemar José Henriques Salgado - Juiz de Direito.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA - EDITAL DE CURATELA/SUBSTITUIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSO Nº 5020683-88.2020.8.13.0145
A Drª Liliane Bastos Dutra, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 11 de Agosto de 2022, foi decretada a interdição de WEBER DE SOUZA RIZZO, por ser portadora de Esquizofrenia, CID 10 F20, que o(a) torna incapaz para os atos da vida civil e o (a) impede de reger sua pessoa e administrar-lhe os seus bens, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) DEFINITIVO(A) o Sr(a). MARIA HELENA DE SOUZA RIZZO. Este edital atende os requisitos do art. 755, §3º, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Rose da Silva Oliveira, Oficial de Apoio o digitei e Leonardo Dal Bianco Toledo o subscreve. A Dra. Liliane Bastos Dutra Juíza da 3ª Vara de Família.

COMARCA DE JUIZ DE FORA - MINAS GERAIS - PRIMEIRA VARA CRIMINAL - Processo nº 0145.22.0011954-90 - EDITAL DE CITAÇÃO AO RÉU DOUGLAS JÚNIOR DE ALMEIDA CUNHA filho de Ângela Maria de Almeida Santos e Ronnie Vim da Silva Cunha , atualmente em local incerto e não sabido. - Dr. DANIEL RÉCHE DA MOTTA, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal, em Cooperação, da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc., FAZ SABER - aos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem notícia, que por este Juízo tem andamento um processo crime movido pela Justiça Pública em face do Réu supra qualificado, por delito praticado em Chácara - MG no mês de dezembro de 2021 pelo qual foi denunciado pelo Ministério Público nas sanções penais do artigo 14, caput, da Lei 10.826/03 e art. 180 do Código Penal. E constando dos autos que o Réu em foco encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente EDITAL com o prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir da publicação deste, pelo qual CITA-O a responder à acusação, por escrito, perante este Juízo, dentro de 10 (dez) dias, contados do término do prazo acima mencionado, conforme o artigo 396 do CPP, com as alterações da Lei 11719/08, através de defensor constituído ou da defensoria pública. E para que chegue ao conhecimento de todos e não se alegue ignorância, será este publicado no Órgão Oficial e afixado no saguão do Fórum, local de costume. Eu, _____Alessandra Cristina R.Monteiro, Escrivã da Primeira Vara Criminal, o fiz digitar, subscrevo e assino. Juiz de Fora, 13 de outubro de 2022. - Dr. DANIEL RÉCHE DA MOTTA - Juiz de Direito

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA - EDITAL DE CURATELA/SUBSTITUIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSO Nº 5006698-52.2020.8.13.0145
A Drª Liliane Bastos Dutra, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 11 de julho de 2022, foi decretada a interdição de GERSON PANTALEÃO TEIXEIRA, por ser portadora de Retardo Mental Moderado, CID 10 F71.1, que o(a) torna incapaz para os atos da vida civil e o (a) impede de reger sua pessoa e administrar-lhe os seus bens, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) DEFINITIVO(A) o Sr(a). DIÓGENES AUGUSTO PINHEIRO MARTINS. Este edital atende os requisitos do art. 755, §3º, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Rose da Silva Oliveira, Oficial de Apoio o digitei e Leonardo Dal Bianco Toledo o subscreve. A Dra. Liliane Bastos Dutra Juíza da 3ª Vara de Família.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA - EDITAL DE CURATELA/SUBSTITUIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSO Nº 5007806-87.2018.8.13.0145
A Drª Liliane Bastos Dutra, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 11 de julho de 2022, foi decretada a interdição de LAERTES PEREIRA DE SOUZA, por ser portadora de Demência Vascular, CID10 F01, que o(a) torna incapaz para os atos da vida civil e o (a) impede de reger sua pessoa e administrar-lhe os seus bens, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) DEFINITIVO(A) o Sr(a). GÉZIO VITAL DE SOUZA. Este edital atende os requisitos do art. 755, §3º, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Rose da Silva Oliveira, Oficial de Apoio o digitei e Leonardo Dal Bianco Toledo o subscreve. A Dra. Liliane Bastos Dutra Juíza da 3ª Vara de Família.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA - EDITAL DE CURATELA/SUBSTITUIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSO Nº 5016653-44.2019.8.13.0145
A Drª Liliane Bastos Dutra, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 05 de julho de 2022, foi decretada a interdição de MARIA ROSA CAMPOS DO AMARAL, por ser portadora de Demência na Doença de Alzheimer de Início Tardio, identificada pelo CID F 0.01, que o(a) torna incapaz para os atos da vida civil e o (a) impede de reger sua pessoa e administrar-lhe os seus bens, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) DEFINITIVO(A) o Sr(a). REGIS CAMPOS DA SILVA. Este edital atende os requisitos do art. 755, §3º, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Rose da Silva Oliveira, Oficial de Apoio o digitei e Leonardo Dal Bianco Toledo o subscreve. A Dra. Liliane Bastos Dutra Juíza da 3ª Vara de Família.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA - EDITAL DE CURATELA/SUBSTITUIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSO Nº 5008098-38.2019.8.13.0145
A Drª Liliane Bastos Dutra, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 05 de julho de 2022, foi decretada a interdição de JORGE JUCÁ E MELLO, por ser portador de Doença de Alzheimer, CID 10 G30 e F00, que o(a) torna incapaz para os atos da vida civil e o (a) impede de reger sua pessoa e administrar-lhe os seus bens, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) DEFINITIVO(A) o Sr(a). EVELINE CÂNDIDA JUCÁ E MELLO. Este edital atende os requisitos do art. 755, §3º, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Rose da Silva Oliveira, Oficial de Apoio o digitei e Leonardo Dal Bianco Toledo o subscreve. A Dra. Liliane Bastos Dutra Juíza da 3ª Vara de Família.

COMARCA DE JUIZ DE FORA - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 20 dias - Justiça Gratuita. A DOUTORA MARIA CRISTINA DE SOUZA TRULIO, Juíza de Direito da Vara de Sucessões, Empresarial e Registros Públicos da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Faz saber que processado regularmente perante o Juízo de Direito e Secretaria da Vara de Sucessões, Empresarial e Registros Públicos uma ação de Usucapião nº 5029813-34.2022.8.13.0145 - (PJe), requerida por MARTA MARIA HAGEN, GUSTAVO JOSE HAGEN, RICARDO LUIS HAGEN, referente a um lote de terreno com área total de 3.302,29 ms2, sem qualquer tipo de construção, nesta cidade, na Rua Nazira Matar de Freitas, s/nº, Bairro Carlos Chagas, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1; deste segue confrontando com Marco Aurélio Pereira e s/m Marcinara Cristina de Souza Pereira, com distância de 33,72m até o ponto P2; deste segue com a Rua Nazira Matar de Freitas, com distância de 6,36m até o ponto P3; deste segue com distância de 17,06m até o ponto P4; deste segue com distância de 34,75m até o ponto P5; deste segue confrontando com Amilton Reis e s/m Claudia Izabel França Muler, com distância de 42,44m até o ponto P6; deste segue confrontando com Divina Jesus Monteiro (viúva),com distância de 4,03m até o ponto P7; deste segue com distância de 28,48m até o ponto P8; deste segue confrontando com a Rua Helena Bitencourt, com distância de 31,50m até o ponto P9; deste segue confrontando com Vicente de Paula Nogueira e s/m Maria Aparecida Nogueira, com distância de 37,31m até o ponto P10; deste segue confrontando com os fundos de Vicente de Paula Nogueira e s/m Maria Aparecida Nogueira, com distância de 9,92m até o ponto P11; deste segue confrontando com Willian de São José Fonseca e s/m Virginia Helena Pedrosa de Assis Fonseca, com distância de 10,30m até o ponto P12; deste segue confrontando com Roberto Pereira do Valle e s/m Maria Aparecida Andrade do Valle, com distância de 10,81m até o ponto P1, finalizando a descrição deste perímetro. É, pois, o presente edital para citação dos réus ausentes, incertos e não

sabidos, para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo legal de quinze (15) dias, sob pena de, não o fazendo no referido prazo, serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor em sua inicial. E, para conhecimento de todos os interessados, é expedido o presente edital, com o prazo de vinte (20) dias, que se contará da data de sua publicação no órgão oficial do Estado, indo afixado no Fórum, no lugar de costume, de conformidade com a Lei vigente. Cumpra-se:- Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, (a) Cinthia P. de R Curi, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. (a) Andréa Barra Mathiasi, Escrivã. OAB/MG nº 40.093.

COMARCA DE JUIZ DE FORA - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 20 dias - Justiça Gratuita. A DOUTORA MARIA CRISTINA DE SOUZA TRULIO, Juíza de Direito da Vara de Sucessões, Empresarial e Registros Públicos da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Faz saber que processado regularmente perante o Juízo de Direito e Secretaria da Vara de Sucessões, Empresarial e Registros Públicos uma ação de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL, ASSUNTO:[Retificação de Data de Nascimento], nº 5013173-53.2022.8.13.0145 - (PJe), requerido por KARINA CAROLINA VIEIRA DE MATOS em face de JOSÉ CARLOS FERNANDES DE MATOS. É, pois, o presente edital para intimação dos réus ausentes, incertos e não sabido, para tomar conhecimento da presente ação, e, querendo, no prazo de cinco (05) dias, apresentarem impugnação ao pedido. E, para conhecimento de todos os interessados, é expedido o presente edital, com o prazo de vinte (20) dias, que se contará da data de sua publicação no órgão oficial do Estado, indo afixado no Fórum, no lugar de costume, de conformidade com a Lei vigente. Cumpra-se:- Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, (a) Cinthia P. de R Curi, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. (a) Andréa Barra Mathiasi, Escrivã. OAB/MG nº 187.125.

COMARCA DE JUIZ DE FORA - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 20 dias - Justiça Gratuita. A DOUTORA MARIA CRISTINA DE SOUZA TRULIO, Juíza de Direito da Vara de Sucessões, Empresarial e Registros Públicos da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Faz saber que processado regularmente perante o Juízo de Direito e Secretaria da Vara de Sucessões, Empresarial e Registros Públicos uma ação de Usucapião nº 5007213-53.2021.8.13.0145 - (PJe), requerida por ROGERIO LOURENCO DA SILVA e outros em face de PAULO SÉRGIO DUQUE DELGADO e outros, referente a uma área de terras com 432,96 m2-, onde se encontram construidas 2 edificações, sendo na frente uma pequena loja, com uma garagem, area de circulação, uma loja com um pequeno banheiro e nos fundos uma casa de n°-17, com 2 quartos, sala, copa, cozinha ,2 banheiros, situados na Rua José Alberto de Castilho - Bairro Filgueras, com as seguintes medidas e confrontações: -18,00 metros de Frente para Rua José Alberto de Castilho; -30,00 metros do lado direito confrontando com lote vago, propriedade Paulo Sérgio Duque Delgado; -30,00 metros do lado esquerdo confrontando casa de n°-289, propriedade de Maria Aparecida Dias; -10,00 metros na linha de fundos confrontando com área da PMJF. -Area do Lote 432,96 m2; Area Construida Casa fundos 60,93 m2- Area Construida Loja 124,71 m2- Medidas perimetrais casa 9,75, 6,25, 9,35, 6,60 - Medidas perimetrais loja 12,90, 8,85, 8,75, 15,90. É, pois, o presente edital para citação dos réus ausentes, incertos e não sabidos, bem como de PAULO SERGIO DUQUE DELGADO, inscrito no CPF sob o nº 706.284.166-87, para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo legal de quinze (15) dias, sob pena de, não o fazendo no referido prazo, serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor em sua inicial. E, para conhecimento de todos os interessados, é expedido o presente edital, com o prazo de vinte (20) dias, que se contará da data de sua publicação no órgão oficial do Estado, indo afixado no Fórum, no lugar de costume, de conformidade com a Lei vigente. Cumpra-se:- Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, (a) Cinthia P. de R Curi, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. (a) Andréa Barra Mathiasi, Escrivã. OAB/MG nº 175.326.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA - EDITAL DE CURATELA/SUBSTITUIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSO Nº 5014087-25.2019.8.13.0145
A Drª Liliane Bastos Dutra, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 06 de junho de 2022, foi decretada a interdição de ANDRÉ LUÍS DE JESUS VIEIRA, por ser portadora de desenvolvimento mental retardado moderado, CID F 71, que o(a) torna incapaz para os atos da vida civil e o (a) impede de reger sua pessoa e administrar-lhe os seus bens, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) DEFINITIVO(A) o Sr(a). FABIANA CRISTINA DE JESUS VIEIRA. Este edital atende os requisitos do art. 755, §3º, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Rose da Silva Oliveira, Oficial de Apoio o digitei e Leonardo Dal Bianco Toledo o subscreve. A Dra. Liliane Bastos Dutra Juíza da 3ª Vara de Família.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA - EDITAL DE CURATELA/SUBSTITUIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSO Nº 5022313-48.2021.8.13.0145
A Drª Liliane Bastos Dutra, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 05 de julho de 2022, foi decretada a interdição de LEANDRO MAX BIGONHA COSTA, por estar em coma, não responsivo a estímulos, respirando com ajuda de aparelhos de ventilação mecânica artificial, sem previsão de alta da unidade de terapia intensiva, CIDG93.1, que o(a) torna incapaz para os atos da vida civil e o (a) impede de reger sua pessoa e administrar-lhe os seus bens, sendo-lhe nomeados CURADORES DEFINITIVOS o Sr(a). LÚCIO VIEIRA DA COSTA e a Sra. MÁRCIA REGINA MENEGATI. Este edital atende os requisitos do art. 755, §3º, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Rose da Silva Oliveira, Oficial de Apoio o digitei e Leonardo Dal Bianco Toledo o subscreve. A Dra. Liliane Bastos Dutra Juíza da 3ª Vara de Família.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA - EDITAL DE CURATELA/SUBSTITUIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. PUBLICAR POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSO Nº 5029093-72.2019.8.13.0145
A Drª Liliane Bastos Dutra, MM. Juíza de Direito da Terceira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc, FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 08 de julho de 2022, foi decretada a interdição de GILBERTO ROMANO DA SILVA, por ser portador de Retardo Neuropsicomotor Grave, identificada pelo CID 10 - F 72.1, que o(a) torna incapaz para os atos da vida civil e o (a) impede de reger sua pessoa e administrar-lhe os seus bens, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) DEFINITIVO(A) o Sr(a). RAIMUNDA DE FATIMA DA SILVA MARTINS. Este edital atende os requisitos do art. 755, §3º, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Rose da Silva Oliveira, Oficial de Apoio o digitei e Leonardo Dal Bianco Toledo o subscreve. A Dra. Liliane Bastos Dutra Juíza da 3ª Vara de Família.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - SECRETARIA DA 7ª VARA CÍVEL - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 20 dias. - O Dr. Edson Geraldo Ladeira, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. - FAZ SABER - que perante este Juízo e respectiva Secretaria processam-se os Autos eletrônicos de nº 5017896-57.2018.8.13.0145, Ação Ordinária requerida por Espólio de Maria Geralda Bergamini Lucindo em face de Gilmar Ferreira de Aquino e outra. Assim, por meio deste CITA as herdeiras LÍGIA BERGAMINI KAMPE, CPF nº 044.488.246-40, LUCIANA BERGAMINI HOFFMANM, CPF nº 005.740.836-00 e LÍVIA MARIA BERGAMINI MONTEIRO, CPF nº 069.264.966-25, com endereços na Estrada de São Pedro, nº 357, São Pedro da Aldeia, RJ e que atualmente encontram-se em local incerto e não sabido, para, querendo, se pronunciarem, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 690 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente Edital, com o prazo de 20 dias. CUMPRA-SE. Juiz de Fora, 10 de outubro de 2022. Dr. Edson Geraldo Ladeira, Juiz de Direito - Simone Antunes Falci, Gerente de Secretaria

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - SECRETARIA DA 7ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 20 dias - O Dr. Edson Geraldo Ladeira, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. - FAZ SABER - que perante este Juízo e respectiva Secretaria processam-se os Autos eletrônicos de nº 5015456-88.2018.8.13.0145, Ação de Execução de Título Extrajudicial requerida por Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multsegmentos NPL Ipanema VI - Não padronizado em face de Heloísa Helena de Carvalho. Assim, por meio deste CITA: HELOÍSA HELENA DE CARVALHO, inscrita no CPF sob o nº 037.870.296-30 com endereço na Avenida Antônio Weitzel, nº 850, Apto 104, Barbosa Lage, nesta cidade e que atualmente encontra-se em local incerto e não sabido, para efetuar o pagamento da quantia de R$ 24.023,68 (vinte e quatro mil vinte e três reais e sessenta e oito centavos) referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais, no prazo de 3 (três) dias. Ficando ciente de que se não for efetuado o pagamento no prazo designado, o oficial de justiça independentemente de ter ou não a executada apresentado embargos à execução procederá à penhora ou arresto de tantos bens quantos bastem para garantia da dívida, lavrando-se o respectivo auto, ficando também advertida de que no caso de pagamento integral, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade; a executada independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 dias; a executada, comprovando o depósito de trinta por cento do valor acima, poderá requerer o parcelamento do restante em até 6 vezes na forma do artigo 916 do CPC. Intime-se, ainda, para que, querendo, manifestar-se a respeito do bloqueio efetuado. Outrossim, fica advertida, também, que será nomeado curador especial na pessoa do Dr. Vinícius Paulo Mesquista (Defensor Público) em caso de revelia (art. 257, IV do CPC.). E, para que

chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente Edital, com o prazo de 20 dias. CUMPRA-SE. Juiz de Fora, 10 de outubro de 2022. Dr. Edson Geraldo Ladeira, Juiz de Direito - Simone Antunes Falci, Gerente de Secretaria.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - COM CUSTAS - COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - SECRETARIA DA 7ª VARA CÍVEL - PRAZO DE 20 DIAS - O Dr. Edson Geraldo Ladeira, Juiz de Direito da 7ª vara cível, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei,etc.. Faz saber que perante este Juízo e respectiva Secretaria processam-se os autos Nº 5017554-12.2019.8.13.0145,, Cumprimento de Sentença, requerido por LUCIANNE DE MELO BRUNELLI em face de JHACYELLE DE OLIVEIRA PIRES BENTO MONTEIRO - ME E OUTRO. Assim, por meio desta INTIMA JHACYELLE DE OLIVEIRA PIRES BENTO MONTEIRO -ME, CNPJ 25.137.339/0001-65 residente na rua Arthur Vergueiro, 487, Centro, ESPíRITO SANTO DO PINHAL - SP - CEP: 13990-000 e que atualmente encontra-se em local incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor de R$10.004,47, (dez mil e quatro reais e quarenta e sete centavos), sob pena de, não o fazendo, ser acrescida multa de 10% (dez por cento) ao montante da condenação e, também, de honorários advocatícios de 10%. Ficando ciente de que transcorrido o prazo no artigo 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a)(s) executado(a)(s), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente(m), nos próprios autos, sua(s) impugnação(ões), sob pena de penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito. E para que chegue ao conhecimento de todos passou-se o presente edital, com prazo de 20 dias. CUMPRA-SE. Juiz de Fora, 05 de outubro de 2022. DR. Edson Geraldo Ladeira -Juiz de Direito. - Simone Antunes Falci- Gerente de Secretaria.
CERTIDÃO: Certifico que expedi o edital, encaminhando-o para publicação do DJE, bem como foi afixado no átrio do Fórum. Juiz de Fora,05 de outubro de 2022

JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO - COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - SECRETARIA DA 7ª VARA CÍVEL - Prazo de 20 dias - O Dr. Edson Geraldo Ladeira, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. - FAZ SABER - que perante este Juízo e respectiva Secretaria processam-se os Autos eletrônicos de nº 5005897-05.2021.8.13.0145, Ação Ordinária requerida por José de Ribamar Jardim Corrêa em face de Cinthia Saraiva Neves Damasceno e outros. Assim, por meio deste CITA: PERGENTINO DIAS DE SOUZA NETO, inscrito no CPF sob o nº 006.471.475-64 residente na Vila Brandão, nº 66, Barra, Salvador, BA e que atualmente encontra-se em local incerto e não sabido, para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, ficando advertido outrossim, que, não sendo contestada a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na petição inicial, bem como advertido que será nomeado curador especial na pessoa do Dr. Vinícius Paulo Mesquita (Defensor Púlbico) em caso de revelia (art. 257, IV do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente Edital, com o prazo de 20 dias. CUMPRA-SE. Juiz de Fora, 10 de outubro de 2022. Dr. Edson Geraldo Ladeira, Juiz de Direito - Simone Antunes Falci, Gerente de Secretaria.

SECRETARIA DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DA COMARCA DE JUIZ DE FORA - JUSTIÇA GRATUITA- Edital de CITAÇÃO - Prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. MARCELO ALEXANDRE DO VALLE THOMAZ , Juiz de Direito da Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER que perante este Juízo e Secretaria processam-se os autos de nº 0291387-82.2010.8.13.0145, Ação de Usucapião sendo requerente o Município de Juiz de Fora e Requeridos CELIA HONORIO VIEIRA DA SILVA e outro(s). Por meio deste CITA a RÉ CELIA HONORIO VIEIRA DA SILVA, brasileira, bem como o CONFRONTANTE MANOEL GOMES XAVIER, brasileiro, para todos os termos da ação proposta, que tem objetivo de usucapir o imóvel constituído de um terreno localizado no bairro Marilândia, que corresponde ao prolongamento de uma via pública denominada Rua das Platinas, e para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 dias, ficando cientes de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente edital com o prazo que se contará da data de sua publicação no Órgão Oficial do Estado, sendo afixado no Fórum, no lugar de costume. Cumpra-se. Juiz de Fora, 13/10/2022. Eu, Mariana de Paula Braga, Gerente de Secretaria em substituição, o subscrevo por ordem do MM. Juiz de Direito, Marcelo Alexandre do Valle Thomaz.

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO Os horários aqui considerados são sempre os horários de Brasília/DF. Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais da Comarca de Juiz de Fora/MG .EDITAL de 1º e 2º LEILÃO DE BEM IMÓVEL para intimação da empresa executada, proprietária e fiel depositária do bem Indústria de Papéis Sudeste Ltda. - CNPJ n° 02.886.413/0004-93, por meio de seu representante legal Sérgio Dias Moreira - CPF nº 023.103.686-87, seu cônjuge se casado for, e demais interessados, expedido nos autos de Execução Fiscal, requerido pelo Estado de Minas Gerais, Processo nº 5024657-70.2019.8.13.0145. O Dr. Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais da Comarca de Juiz de Fora/MG, na forma da lei, FAZ SABER que, com fundamento no artigo 879, II do CPC, através do portal eletrônico (www.mouzarbastonleiloes.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação o bem abaixo descrito, conforme condições de venda constantes no presente edital. No 1° Leilão com início da publicação do edital e término no dia 22 DE NOVEMBRO DE 2022 às 10:00 horas, entregar-se-á o bem a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2° Leilão com início no dia 22 DE NOVEMBRO DE 2022, às 10:01 horas e término no dia 22 DE NOVEMBRO DE 2022, às 14:00 horas, caso não haja licitantes no 1º Leilão, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor da avaliação atualizado (art. 891, § único do Código de Processo Civil). DESCRIÇÃO DO BEM: Galpões industriais com área total de 4.316m², situados em uma área contendo 46.800m², localizada na Av. Antônio Simão Firjan, N2 1205, lote A, Distrito Industrial de Juiz de Fora. A área possui a seguinte descrição: Inicia no ponto E-1, de coordenadas N=7.601.884 e E= 660.461, situado no limite da faixa de domínio da BR 040, lado direito sentido Rio de Janeiro - Belo Horizonte, conforme AV-2, na interseção com limite da faixa da Manutenção n° 9. Desse ponto, segue com rumo 58°58' se por uma distância de 316,24m em linha reta atingindo o ponto E-2M2. Daí, com rumo 06°50' so e seguindo por uma distância de 143,00 em linha reta atinge o ponto E-3M3; donde, seguindo rumo 81°56' so por uma distância de 31,00m em linha reta atinge o ponto E-4=M-4, no limite da faixa de Manutenção n° 13. Desse ponto, segue pelo referido limite com rumo 47°25' No por uma distância de 215,19m em linha reta atingindo ponto E-5. Daí, com rumo 69°09' No seguinte por uma distância de 77,49m em linha reta atinge o ponto E-6, donde, rumo 68°07 So e seguindo por uma distância de 118,10m em linha reta atinge o ponto E-7, situado no limite da faixa de domínio da BR-040. Deste ponto, segue referido pelo limite com rumo 33°41' NE por uma distância de 216,33m em linha reta atingindo o ponto E-1, do início desta descrição e perfazendo uma área de 46.800m² conforme planta JUF-DTGP-0658. Características dos galpões industriais: local de estoque de bobinas, com 1 pavimento, área de 1078m², onde funciona máquina de papel; local para preparação de massa, com dois pavimentos, área de 2.393,16m²; local para estoque de matéria prima com 1 pavimento, área de 847m², as referidas construções são feitas em pré moldados de concreto armado, sob pilares de estacas e coroamento, paredes em alvenaria com "pé direito" à altura de 9,50 metros, piso em concreto armado com 15 cms de espessura, com capacidade de suporte para até 200 ton., cobertura com kalhetões pré-moldados em concreto armado e dumus translúcidos em fibra de vidro. Foram feitas obras de revitalização nas áreas administrativas como reformas dos escritórios, salas de reunião, sanitários, local para alimentação além de melhorias nas áreas de estacionamento e acesso. Registro de aquisição: n° 8.628, do Cartório mencionado abaixo. Este bem imóvel está matriculado sob o n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. AVALIAÇÃO: A avaliação do bem imóvel a ser leiloado é de R$ 187.000.000,00 (cento oitenta e sete milhões de reais), conforme Auto de Avaliação de Bens Imóveis de ID 9580909916 - Pág. 2, de 17 de agosto de 2022. OBSERVAÇÃO: O valor da avaliação será atualizado pela tabela da Egrégia Corregedoria do Estado de Minas Gerais. ÔNUS E RECURSOS SOBRE O BEM IMÓVEL: Sobre o bem imóvel a ser leiloado constam os seguintes ônus: 1) Penhora, expedida pela Vara da Fazenda Pública, processo n° 145.96.016.520-0, em que Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais move contra Paraibuna de Papéis S/A conforme R-09 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 2) Penhora extraída dos autos n° 95.0100.536-4, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, expedida pela Justiça Federal, conforme R-10 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 3) Penhora extraída dos autos n° 95.0101.230-01, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, expedida pela Justiça Federal, conforme R-11 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 4) Penhora extraída dos autos n° 95.0101.216-6, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, expedida pela Justiça Federal, conforme R-14 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 5) Penhora extraída dos autos n° 95.0101.217-4, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, expedida pela Justiça Federal, conforme R-15 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 6) Penhora extraída dos autos n° 95.0100.535-6, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, expedida pela Justiça Federal, conforme R-16 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 7) Penhora extraída dos autos n° 95.0100.537-2, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, expedida pela Justiça Federal, conforme R-17 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 8) Penhora extraída dos autos n° 95.0102775-9, expedida pela Justiça Federal, em que Instituto Nacional do Seguro Social - INSS move contra Empreendimentos Florestais Paraibuna LTDA, conforme R-18 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de

Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 9) Arrendamento em que configura como arrendante Paraibuna Papeis S/A e como arrendatária Industria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-21, AV-23 e R-24 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 10) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0047961-04.2015.4.02.5113 (2015.51.13.047961-6), em que União (Fazenda Nacional) move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-39 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 11) Penhora, expedida pela Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais de Juiz de Fora/MG, processo n° 145.10.063.262-2, em que Estado de Minas Gerais move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-41 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 12) Penhora, expedida pela 3ª Vara Federal, processo n° 8176-26.2012.4.01.3801, em que União (Fazenda Nacional) move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-43 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 13) Penhora, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual de Juiz de Fora/MG, processo n° 0097625-91.2016.8.13.0145/0145.16.009762-5, em que Estado de Minas Gerais move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-45 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 14) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0000538-58.2009.4.02.5113 (2009.51.13.000538-2), em que União Federal/Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-46 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 15) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0018767-22.2016.4.02.5113 (2016.51.13.018767-1) em União Federal/Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-47 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 16) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0000044-57.2013.4.02.5113 (2013.51.13.000044-2), em que Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-48 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 17) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0000689-48.2014.4.02.5113 (2014.51.13.000689-8), em que União Federal/Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-49 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 18) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0069595-56.2015.4.02.5113 (2015.51.13.069595-7), em que Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-50 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG.

19) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0014091-31.2016.4.02.5113 (2016.51.13.014091-5), em que União Federal/Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-51 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 20) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0127415-96.2016.4.02.5113 (2016.51.13.127415-0), em que União Federal/Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-52 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 21) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ e 3ª Vara Federal da Comarca de Juiz de Fora/MG, processo n° 0000693-22.2013.4.02.5113 (2013.51.13.000693-6), em que Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-53 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 22) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0000661-80.2014.4.02.5113 (2014.51.13.000661-8), em que União Federal/Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-55 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 23) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0000501-89.2013.4.02.5113 (2013.51.13.000501-4), em que União Federal/Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-56 e AV-60 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 24) Penhora, expedida pela Vara Federal Única de Três Rios/RJ, processo n° 0000220-02.2014.4.02.5113 (2014.51.13.000220-0), em que Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-57 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 25) Penhora, expedida pela Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Juiz de Fora/MG, processo n° 0487034-39.2015.8.13.0145/0145.15.048703-4, em que Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA conforme R-58 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 26) Indisponibilidade, expedida pela 2ª Vara do Trabalho da comarca de Juiz de Fora/MG, processo n° 0000691-09.2014.5.03.0036, em nome de Indústria de Papéis Sudeste LTDA (Indústria de Papéis Sudeste), conforme AV-61 da Matrícula n° n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 27) Penhora, expedida pela 4ª Vara Federal da comarca de Juiz de Fora/MG, processo n° 0001964-13.2017.4.01.3801 em que União (Fazenda Nacional) move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-63 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 28) Penhora, expedida pela 4ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ da comarca de Juiz de Fora/MG, processo n° 0000366-63.2013.4.01.3801 em que União Federal (Fazenda Nacional) move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-66 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 29) Penhora, expedida pela Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais da comarca de Juiz de Fora/MG, processo n° 5021441-67.2020.8.13.0145 em que Estado de Minas Gerais move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-69 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 30) Indisponibilidade, figurando entre as partes Estado de Minas Gerais e Indústria de Papeis Sudeste LTDA, conforme AV-70 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 31) Penhora, expedida pela 3ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, processo n° 0047961-04.2015.4.02.5113/RJ, em que União - Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-71 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG.

32) Penhora, por Carta Precatória n. 510006591882, expedida pela 8ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em que União - Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA em Recuperação Judicial, conforme R-72 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 33) Penhora, por Carta Precatória n. 510006495793, expedida pela 8ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, em que União - Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA em Recuperação Judicial, conforme R-73 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 34) Penhora, expedida pela Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais da comarca de Juiz de Fora/MG, processo n° 5013165-81.2019.8.13.0145, em que Estado de Minas Gerais move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-74 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 35) Penhora, expedida pela 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, processo n° 01438862720154025113, em que União - Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA em Recuperação Judicial, conforme R-75 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 36) Penhora, expedida pela 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, processo n° 0000653-79.2009.4.02.5113 em que União - Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA em Recuperação Judicial, conforme R-76 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 37) Penhora, expedida pela 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, processo n° 0018516-04.2016.4.02.5113 em que União - Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA em Recuperação Judicial, conforme R-77 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 38) Penhora, expedida pela 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ, processo n° 0177036-28.2017.4.02.5113/RJ em que União - Fazenda Nacional move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-78 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 39) Penhora, expedida Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais da comarca de Juiz de Fora/MG, processo n° 5024657-70.2019.8.13.0145 em que Estado de Minas Gerais move contra Indústria de Papéis Sudeste LTDA, conforme R-79 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 40) Penhora, expedida pela Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais da comarca de Juiz de Fora/MG, ofício n° 5001679-36.2018.8.13.0145 em que Estado de Minas Gerais move em face de Industria de Papeis Sudeste LTDA, conforme R-81 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. 41) Penhora, expedida pela Secretaria da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ, autos n° 5025590-21.2020.4.02.5101/RJ em que a União - Fazenda Nacional move em face de Industria de Papeis Sudeste LTDA (em recuperação judicial), conforme R-82 da Matrícula n° 26536, Livro 02, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG. Débitos de Impostos e Taxas Municipais: Eventuais débitos tributários relativos ao bem imóvel a ser leiloado sub-rogam-se no preço, nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o adquirente. Estado do

imóvel: O bem imóvel pode encontrar-se ocupado e sua desocupação se dará por conta em risco do arrematante. Visitação: Os interessados em visitar o bem, deverão primeiramente efetuar o seu cadastro junto ao site do Leiloeiro de Leilões Eletrônicos, www.mouzarbastonleiloes.com.br e posteriormente solicitar o agendamento da visita, utilizando-se para tais os meios de contato oferecidos pelo site do Leiloeiro, ficando certo que serão reservados para as visitas 02 (dois) dias que antecedem o 1º. Leilão, cuja data está informada acima. CONDIÇÕES DE VENDA:
1) O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes do pregão (Artigo 12 da Resolução nº 236 do CNJ); 2) O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados; 3) Não havendo lanço superior ao valor da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital; 4) Em segundo pregão não serão admitidos lanços inferiores a 60% do valor atualizado da avaliação (art. 891, § único do Código de Processo Civil); 5) Sobrevindo lanço nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em três minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lanços (Artigo 21 da Resolução nº 236 do CNJ); 6) Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no sistema do Leiloeiro e serão imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lanços por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (Artigo 22 da Resolução nº 236 do CNJ); 7) Serão aceitos lanços superiores ao lanço corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site; 8) A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lanço, e ser-lhe-á paga diretamente; 9) Com a aceitação do lanço, o sistema do leiloeiro emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado ao Juízo do Processo; 10) O arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar os depósitos dos valores da arrematação e da comissão (Artigo 24 da Resolução nº 236 do CNJ), salvo se tiver optado pelo pagamento parcelado, nos termos do artigo 895 do CPC; 11) O auto de arrematação será assinado por este Juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão, salvo se tiver optado pelo pagamento parcelado, nos termos do artigo 895 do CPC;(art. 903, caput, do CPC c/c Artigo 25 da Resolução nº 236 do CNJ). 12) Não sendo efetuado o depósito da oferta, o gestor comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 897 do CPC e Art. 26 da Resolução nº 236 do CNJ; 13) O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1°, do CPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro público oficial; 14) Eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (CTN, art. 130, parágrafo único); 15) O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, poderá ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal), e, também por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro, sem prejuízo de ser considerado ato atentatório a dignidade da justiça, nos termos do art. 903 §6º (art. 23 da LEF). 16) O imóvel será vendido em caráter "ad corpus" - art. 500 §3º do Código Civil, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar na descrição do imóvel e a realidade existente; 17) O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao imóvel, no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do imóvel; 18) Desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao mesmo os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e à comissão do Leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas; 19) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma prevista no parágrafo 4º do art. 903 do CPC. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903, caput, e §1° do Código de Processo Civil; 20) Havendo interposição de embargos do executado ou a ação autônoma, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do imóvel até a decisão final do recurso; 21) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do imóvel arrematado para o seu nome. Para transferir o imóvel arrematado, o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva "carta de arrematação". LEILOEIRO: O leilão será realizado e acompanhado pelo leiloeiro, Sr. Mouzar Baston Filho, JUCEMG N° 1125. PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ão) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial do Sistema do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - DEPOX (emitida através do site http://depox.tjmg.jus.br/depox/pages/guia/publica), no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do gestor através do pagamento de boleto na rede bancária, ou através de transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta corrente do Gestor de Leilão Eletrônico: Baston Leilões EIRELI - CNPJ 13.031.316/0001-92, Banco 104 - CEF Caixa Econômica Federal, Agência 3995, C/C 003.00.00088-8. PAGAMENTO PARCELADO: 1) Os interessados em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.
2) Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% do valor do Lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 meses, desde que garantido por meio caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe 895, I, II e §§, do Código de Processo Civil. 3) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, desde que no mesmo valor, conforme dispõe o artigo 895, § 7º do Código de Processo Civil. OBSERVAÇÕES: 1) Em até 5 horas após o encerramento do Leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (é importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento). 2) Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. 3) Desfeita a arrematação pelo Juízo, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos ao arrematante os valores pagos relativos ao preço da arrematação e à comissão da Baston Leilões, deduzidas as despesas incorridas. ADJUDICAÇÃO: A partir da publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, se o exequente adjudicar o bem imóvel penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão de 5% (cinco por cento) devido ao Leiloeiro. REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se a executada, após a publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o leilão, a guia comprobatória do referido pagamento acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá a executada pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão devida ao Leiloeiro de 5% (cinco por cento). DO ACORDO - A partir da publicação do Edital nos termos do artigo 887, I, do CPC, caso seja celebrado acordo judicial entre as partes com suspensão do leilão, fica a executada obrigada a pagar a comissão devida ao Leiloeiro de 5% (cinco por cento), logo na primeira prestação da avença. Caso o acordo seja extrajudicial ou desistência da execução, este percentual será devido pelo credor exequente. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante a Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais da Comarca de Juiz de Fora/MG, sito a Rua Marechal Deodoro, 662, Fórum Benjamim Colucci, Centro, CEP 36015-460 na cidade e comarca de Juiz de Fora/MG, e mail jfa.fazestadual@tjmg.jus.br, ou no escritório do Leiloeiro localizado na Avenida Paulo VI, 612, Residencial Paraíso, CEP 14.403-143 em Franca - SP e Avenida Santa Rita, 858, Sala D, Centro, CEP 37.993-000 em Cássia/MG, ou ainda, pelos telefones 0800-942-1316/ (35) 99850-0339 e e-mail: mouzar@bastonleiloes.com.br, e no site www.mouzarbastonleiloes.com.br. Ficam a empresa executada, proprietária e fiel depositária do bem, por meio de seu representante legal, seu cônjuge se casado for, e demais interessados INTIMADOS PELO PRÓPRIO EDITAL DE LEILÃO das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal e não tiver advogado constituído, conforme § único do artigo 889 do Código de Processo Civil. Juiz de Fora/MG, 30 de setembro de 2022. MARCELO CAVALCANTI PIRAGIBE MAGALHÃES JUIZ DE DIREITO.

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - JUÍZO DA 8ª VARA CÍVEL. PRAZO DE 20 DIAS. O Dr. Sérgio Murilo Pacelli, de Direito da Oitava Vara Cível, na forma da lei, etc. FAZ SABER - a todos quantos virem o presente edital, que corre nesta vara, Ação de Despejo c/c Cobrança de Aluguéis, registrado sob o nº 5020443-36.2019.8.13.0145, requerida por Geraldo de Faria Tordão em face de Alexandre da Silva. É O PRESENTE para citar a parte Ré Alexandre da Silva, CPF 975.397.406-04 para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta, sendo que, em caso de inércia, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte Autora (CPC, art. 344). Juiz de Fora, 11 de outubro de 2022. (a.) Mirtes Maria de Medeiros Gomes, Escrivã Judicial da 8ª Vara Cível. OAB/MG.104445

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 DIAS - o Dr. Silvemar José Henriques Salgado, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc., FAZ SABER que tem curso perante este Juízo e respectiva Secretaria os autos do PJE Nº 5001256-71.2021.8.13.0145, ação Ordinária, que MILTON PEREIRA DA SILVA move em face de

GRUPO TUDO PARA CASA E CONSTRUÇÃO LTDA e outro. Assim, por meio deste, cita GRUPO TUDO PARA CASA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ 30.940.642/0001-31, empresa que se encontra em endereço incerto e não sabido para que, querendo, apresente sua contestação ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem tidos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) na petição inicial. Assim, publica-se o presente edital na rede mundial de computadores, no sítio do TJMG e na plataforma de editais do CNJ, cujo prazo será contado da data da publicação. Em caso de revelia fica advertido que será nomeado Curador Especial. Tudo conforme o artigo 257, caput, incisos e parágrafo único, do CPC. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, aos 10 de outubro de 2022. Eu, José Teotônio Pimentel Gouvêa, Escrivão Judicial IV da Secretaria da 4ª Vara Cível o digitei, assinando eletronicamente o MM. Juiz de Direito, Dr. Silvemar José Henriques Salgado.

Comarca de JUIZ DE FORA / Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora
EDITAL
PROCESSO Nº: 5015351-72.2022.8.13.0145
CLASSE: [INFÂNCIA E JUVENTUDE] TUTELA C/C DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR (1399)
REQUERENTE: Ministério Público - MPMG
REQUERIDO(A): KAREN CRISTINA MARTINS SILVA e outros
EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE DIAS). JUSTIÇA GRATUITA
O Dr Ricardo Rodrigues de Lima, MM Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital de citação virem, que perante a Vara da Infância e da Juventude correm em seus trâmites legais, os autos da ação acima mencionada e por meio deste edital CITA CLAUDIONOR DOS REIS, FILHO DE AURINO DO REIS E MARIA DOS ANJOS REIS, demais dados ignorados, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, querendo e podendo, manifestar-se quanto ao pedido inicial, no prazo de 10 (DEZ) dias. Advertência: Em caso de revelia, será nomeado(a) curador(a) especial, nos termos do artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil. Para conhecimento de todos, em especial dos interessados, publica-se o presente no Diário do Judiciário eletrônico.
JUIZ DE FORA, 13 de outubro de 2022.
HELENA MARIA CHINELATO
Escrivã Judicial
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Comarca de JUIZ DE FORA / Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora
EDITAL
PROCESSO Nº: 5008396-25.2022.8.13.0145
CLASSE: [INFÂNCIA E JUVENTUDE] APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADM ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA OU ADOLESCENTE (1392)
REQUERENTE: COMISSARIADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
REQUERIDO(A): FC PROMOCOES LTDA - ME
EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE DIAS). JUSTIÇA GRATUITA
O Dr Ricardo Rodrigues de Lima, MM Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital de citação virem, que perante a Vara da Infância e da Juventude correm em seus trâmites legais, os autos da ação acima mencionada e por meio deste edital CITA FC PROMOÇÕES LTDA - ME, demais dados ignorados, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, querendo e podendo, manifestar-se quanto ao pedido inicial, no prazo de 10 (DEZ) dias. Advertência: Em caso de revelia, será nomeado(a) curador(a) especial, nos termos do artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil. Para conhecimento de todos, em especial dos interessados, publica-se o presente no Diário do Judiciário eletrônico.
JUIZ DE FORA, 13 de outubro de 2022.
HELENA MARIA CHINELATO
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Comarca de JUIZ DE FORA / Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora
EDITAL
PROCESSO Nº: 5014791-33.2022.8.13.0145
CLASSE: [INFÂNCIA E JUVENTUDE] APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADM ÀS NORMAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA OU ADOLESCENTE (1392)
REQUERENTE: Comissariado da Infância e Juventude de Juiz de Fora
REQUERIDO(A): FC PROMOCOES LTDA - ME
EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE DIAS). JUSTIÇA GRATUITA
O Dr Ricardo Rodrigues de Lima, MM Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital de citação virem, que perante a Vara da Infância e da Juventude correm em seus trâmites legais, os autos da ação acima mencionada e por meio deste edital CITA FC PROMOÇÕES LTDA - ME, demais dados ignorados, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, querendo e podendo, manifestar-se quanto ao pedido inicial, no prazo de 10 (DEZ) dias. Advertência: Em caso de revelia, será nomeado(a) curador(a) especial, nos termos do artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil. Para conhecimento de todos, em especial dos interessados, publica-se o presente no Diário do Judiciário eletrônico.
JUIZ DE FORA, 13 de outubro de 2022.
HELENA MARIA CHINELATO
Escrivã Judicial
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Comarca de JUIZ DE FORA / Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora
EDITAL
PROCESSO Nº: 0042474-77.2015.8.13.0145
CLASSE: [INFÂNCIA E JUVENTUDE] ADOÇÃO (1401)
REQUERENTE: MARCELA MARIA DE OLIVEIRA e outros
REQUERIDO(A): LUCIANO DE SOUZA e outros
EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE DIAS). JUSTIÇA GRATUITA
O Dr Ricardo Rodrigues de Lima, MM Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital de citação virem, que perante a Vara da Infância e da Juventude correm em seus trâmites legais, os autos da ação acima mencionada e por meio deste edital CITA LUCIANO DE SOUZA, FILHO DE EXPEDITO ISABEL DE SOUZA E MARIA DE LOURDES ALMEIDA SOUZA, demais dados ignorados, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, querendo e podendo, manifestar-se quanto ao pedido inicial, no prazo de 10 (DEZ) dias. Advertência: Em caso de revelia, será nomeado(a) curador(a) especial, nos termos do artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil. Para conhecimento de todos, em especial dos interessados, publica-se o presente no Diário do Judiciário eletrônico.
JUIZ DE FORA, 13 de outubro de 2022.
HELENA MARIA CHINELATO
Escrivã Judicial
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Comarca de JUIZ DE FORA / Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora
EDITAL
PROCESSO Nº: 5040477-27.2022.8.13.0145
CLASSE: [INFÂNCIA E JUVENTUDE] ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR (1412)
REQUERENTE: ROSANGELA ALVES TOLEDO
REQUERIDO(A): ADRIANA DOS SANTOS BENTO e outros
EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE DIAS). JUSTIÇA GRATUITA
O Dr Ricardo Rodrigues de Lima, MM Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital de citação virem, que perante a Vara da Infância e da Juventude correm em seus trâmites legais, os autos da ação acima mencionada e por meio deste edital CITA RICARDO SILVERIO, FILHO DE EUNICE SILVERIO, demais dados ignorados, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, querendo e podendo, manifestar-se quanto ao pedido inicial, no prazo de 10 (DEZ) dias. Advertência: Em caso de revelia, será nomeado(a) curador(a) especial, nos termos do artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil. Para conhecimento de todos, em especial dos interessados, publica-se o presente no Diário do Judiciário eletrônico.
JUIZ DE FORA, 13 de outubro de 2022.
HELENA MARIA CHINELATO
Escrivã Judicial
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Comarca de JUIZ DE FORA / Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora
EDITAL
PROCESSO Nº: 0010653-79.2020.8.13.0145
CLASSE: [INFÂNCIA E JUVENTUDE] PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR (1426)
REQUERENTE: Ministério Público - MPMG
REQUERIDO(A): ROBERTA DE SOUZA FORTES e outros
EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE DIAS). JUSTIÇA GRATUITA
O Dr Ricardo Rodrigues de Lima, MM Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem, que perante a Vara da Infância e da Juventude correm em seus trâmites legais, os autos da ação acima mencionada e por meio deste edital INTIMA GERALDO THEODOSIO DE ALMEIDA MACHADO, FILHO DE IVAHY CAMPOS MACHADO E MARIA HELENA MACHADO, E INTIMA ROBERTA DE SOUZA FORTES, FILHA DE EDSON GONÇALVES THEODORO FORTES E JUCINEA MARGARIDA DE SOUZA FORTES, demais dados ignorados, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, querendo e podendo, manifestar-se quanto à sentença que julgou procedente o pedido para decretar a destituição do poder familiar, no prazo de 15 (QUINZE) dias. Para conhecimento de todos, em especial dos interessados, publica-se o presente no Diário do Judiciário eletrônico.
JUIZ DE FORA, 13 de outubro de 2022.
HELENA MARIA CHINELATO
Escrivã Judicial
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

COMARCA DE JUIZ DE FORA/MG - PRIMEIRA VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE CITAÇÃO DE BEATRIZ SOUZA DE ALMEIDA
PRAZO DE DILAÇÃO - 30 DIAS
O MM. Juiz de Direito Titular em Exercício na Primeira Vara de Família desta Comarca de Juiz de Fora/MG, Dr. PAULO TRISTÃO MACHADO JÚNIOR, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tramitam os autos de DIVÓRCIO LITIGIOSO, processo nº 5005522-67.2022.8.13.0145, proposta por ALESSANDRA MARCIA MENDES FRANCKLIN, filha de Miguel de Abreu Mendes e Maria Delfina de Sa Mendes, nascida aos 05 de

Janeiro de 1979, por meio deste, INTIMA o réu SÉRGIO CARDOSO FRANCKLIN, brasileiro, filho de José Fernandes Francklin e Arlete Vieira Francklin, nascido aos 25 de Agosto de 1972, em Juiz de Fora/MG, estando em lugar incerto e não sabido, por todos os atos e termos do processo acima, inclusive para contestar a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir do término do prazo de dilação deste edital, ficando advertida do disposto nos artigos 335 e seguintes e 344 e seguintes do CPC, no sentido de que não sendo contestada a ação dentro do prazo legal, serão presumidos e aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial pelo autor. Este edital deve ser publicado 1 vez no Diário Judiciário Eletrônico. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, aos 13 de Outubro de 2022. O Gerente de Secretaria Legal, MARCO AURÉLIO LIMA DE MATTOS. Advogado: Defensoria Pública de Minas Gerais e OAB/MG 211874.

Comarca de JUIZ DE FORA / Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora
EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO Nº: 5014972-34.2022.8.13.0145
CLASSE: [INFÂNCIA E JUVENTUDE] GUARDA (1420)
REQUERENTE: RODRIGO DE OLIVEIRA e outros
REQUERIDO(A): Ana Júlia Aleixo Mendes e outros
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE DIAS). JUSTIÇA GRATUITA
A Dra Monica Alves Santos, MM Juíza de Direito em Cooperação na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que o presente edital de citação virem, que perante a Vara da Infância e da Juventude correm em seus trâmites legais, os autos da ação acima mencionada e por meio deste edital CITA o Srº VICTOR HUGO TRINDADE REZENDE, brasileiro, filho de André Luiz de Rezende e Fabiana Aparecida Pereira Trindade, demais dados ignorados, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, querendo e podendo, manifestar-se quanto ao pedido inicial, no prazo de 15 (quinze) dias. Advertência: Em caso de revelia, será nomeado(a) curador(a) especial, nos termos do artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil. Para conhecimento de todos, em especial dos interessados, publica-se o presente no Diário do Judiciário eletrônico.
JUIZ DE FORA, 13 de outubro de 2022.
Helena Maria Chinelato
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

LAGOA DA PRATA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE LAGOA DA PRATA/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 0061306-88.2017.8.13.0372. EXEQUENTE: FELIPE SANTANA COELHO. EXECUTADO: RONALDO ROSA ROCHA O leilão será exclusivamente eletrônico, e realizado no site www.anandaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.
1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.
2º LEILÃO: no dia 17/11/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.
LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891,
DESCRIÇÃO DO BEM: Gleba de terras com área de 7,87,15ha localizada na Fazenda Santana, Lagoa da Prata/MG, com uma casa edificada composta por 03 quartos, sala, cozinha e banheiro; dentro dos seguintes limites e confrontações: começa no marco M2, que se encontra na divisa dos confrontantes espólio de Silvano Vidal e Epiaom; daí segue por uma distância de 148,99m, confrontando com Epiaom, atingindo o marco M3, que se encontra na divisa dos confrontantes Epiaom e espólio de Silvano Vidal; daí prossegue por uma distância de 896,44m , confrontando com espólio de Silvano Vidal, atingindo o marco M10, que se encontra na divisa dos confrontantes espólio de Silvano Vidal e Epaiom e na margem direita do Rio Santana; daí prossegue, descendo pela margem do Rio Santana por distância de 89,88m, confrontando com Epiaom, atingindo o marco M11, que se encontra na divisa dos confrontantes Epiaom e espólio de Silvano Vidal; daí prossegue, deixando a margem do Rio Santana, por uma distância de 979,76m, confrontando com espólio de Silvano Vidal, atingindo o marco M12, ao qual findam-se estas divisas. MATRÍCULA: 29307 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagoa da Prata/MG.
AVALIAÇÃO: R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais)
FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista e, se não houver oferta nesta condição, o pagamento poderá ser parcelado, com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC). O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão independente da data que constar na guia judicial, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail anandaleiloes@gmail.com na mesma data, até às 15 horas
ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 30/08/2022: Servidão em favor da Cemig - Centrais Elétricas de Minas Gerais (Av-01); Termo de responsabilidade de preservação de floresta (Av-3). - Pendente de averbação das benfeitorias existentes no local. OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 30/08/2022.
CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:
1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Ananda Portes Souza, Matrícula 872 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.
2º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
3º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/ pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.
4º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).
5º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.
6º) No leilão para pagamento à vista ou parcelado, a comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.
7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).
8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.".
9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.
10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.anandaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.
11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.
12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.
13º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.anandaleiloes.com.br .
14º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
15º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.
16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e

julgamento de eventuais recursos.
17º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
18º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 12º item.
19º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.
20º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.
21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 11/10/2022

PROCESSO Nº: 5004711-08.2022.8.13.0372
CLASSE: [CÍVEL] USUCAPIÃO (49)
AUTOR: MARCELO SOARES DE ASSUNCAO
RÉU/RÉ: Sádio Batista Fernandes
EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Doutor Islon Cézar Damasceno, MM. Juiz de Direito em exercício na 2ª Vara acima identificada, desta Comarca de Lagoa da Prata- MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Secretaria Judicial ora descrito, os Autos do Processo n.º 5004711-08.2022.8.13.0372, Ação de Usucapião, na qual figura como Autor MARCELO SOARES ASSUNÇÃO, brasileiro, vendedor, maior, juridicamente capaz, inscrito no CPF/MF nº 869.164.326-91, portador do RG nº M-5.380.727, SSP/MG, residente e domiciliado na Rua José Bernardes Lobato, nº 518, Apto. 202, Centro, em Lagoa da Prata/MG, CEP: 35.590-04, tendo por objeto uma área correspondente a 277,38 m² (duzentos e setenta e sete metros e trinta e oito centímetros quadrados) de um imóvel urbano matriculado sob o nº 476, Fls. 76, Livro nº 2-B, CRI desta Comarca, com localização, descrição e confrontações aludidas na petição inicial e memorial descritivo constantes dos autos acima mencionados. E, para tanto, expediu-se o presente edital com o prazo acima referido, pelo qual fica, com localização, descrição e confrontações aludidas na petição inicial e memorial descritivo constantes dos autos acima mencionados. E, para tanto, expediu-se o presente edital com o prazo acima referido, pelo qual ficam CITADOS os réus em lugar incerto e não sabido, bem como eventuais interessados, para virem, querendo, no prazo de 15(quinze) dias, contestar a ação acima individualizada, sob pena de serem tidos como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora em sua petição inicial, sob pena de revelia e confissão, sendo que a citação valerá para todos os atos do processo. O presente edital será afixado em local próprio e publicado no Diário Oficial do Estado, na forma da Lei. Nada mais. Lagoa da Prata, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois (07/10/2022). Eu, João Batista de Miranda, Gerente de Secretaria, digitei e assinei.
Islon Cézar Damasceno
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE LAGOA DA PRATA - MG SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL, CRIME E JIJ - EDITAL DE INTIMAÇÃO(JUSTIÇA GRATUITA), com prazo de 20 (vinte) dias, do requerido M. A. M., nos autos da Ação de Medida Protetiva 5004757-94.2022.8.13.0372 que lhe move a Justiça Pública. O DOUTOR ISLON CÉZAR DAMASCENO, Juiz de Direito da 2ª Vara Mista desta cidade e comarca de Lagoa da Prata/MG, na forma da lei etc. FAZER SABER a todos quantos o presente edital virem,ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria respectiva,se processam aos termos legais, uma Ação de Medida Protetiva movida pela Justiça Pública, contra o requerido M. A. M, brasileiro, nascido em 26/01/1975, filho de IONISTA ROSA MASCARENHAS e ALEXANDRE MASCARENHAS. E, como o referido e qualificado requerido não foi encontrado no endereço anteriormente fornecido, estando, portanto em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital com o prazo de 20(vinte) dias, e ficará o mesmo réu perfeitamente INTIMADO da mesma Ação de Medida Protetiva que determinou que o mesmo foi proibido de se aproximar da vítima I. R.M., de seus familiares,bem como dos locais onde estas pessoas residem, devendo guardar uma distância mínima de 200 (duzentos)metros, além de não poder manter qualquer tipo de contato com estes, SOB PENA DE COMETIMENTO DE CRIME DE DESOBEDIÊNCIA OU FICAR SUJEITO A PRISÃO PREVENTIVA. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente o réu, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado, e se for o caso publicado, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Lagoa da Prata/MG, aos 13/10/2022. Eu, escrivão Judicial, o digitei e subscrevi.
ISLON CEZAR DAMASCENO
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE LAGOA DA PRATA - MG SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL, CRIME E JIJ - EDITAL DE INTIMAÇÃO(JUSTIÇA GRATUITA), com prazo de 20 (vinte) dias, da requerente I.R.M, nos autos da Ação de Medida Protetiva 5004757-94.2022.8.13.0372 que lhe move a Justiça Pública. O DOUTOR ISLON CÉZAR DAMASCENO, Juiz de Direito em exercício na 2ª Vara Cível, Crime e JIJ desta cidade e comarca de Lagoa da Prata/MG, na forma da lei etc. FAZER SABER a todos quantos o presente edital vir, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria respectiva,se processam aos termos legais, uma Ação de Medida Protetiva movida pela Justiça Pública, contra o requerido M.A,M., brasileiro, nascido em 26/01/1975, filho de ALEXANDRE MASCARENHAS e IONISTA ROSA MASCARENHAS. E, como o referida e qualificada requerente I.R.M não foi encontrada no endereço anteriormente fornecido, estando, portanto em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital com o prazo de 20(vinte) dias, e ficará a mesma requerente perfeitamente INTIMADA da decisão que proibiu o requerido M.A,M de se aproximar da vítima I.R.M, de seus familiares,bem como dos locais onde estas pessoas residem,devendo guardar uma distância mínima de 200 (cem) metros, além de não poder manter qualquer tipo de contato com estes, seja por telefone, internet, correspondência, ou outro meio de comunicação,SOB PENA DE COMETIMENTO DE CRIME DE DESOBEDIÊNCIA OU FICAR SUJEITO A PRISÃO PREVENTIVA. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente o réu, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado, e se for o caso publicado, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Lagoa da Prata/MG, aos 13/10/2022. Eu, Escrivã Judicial, o digitei e subscrevi.

LAGOA SANTA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE LAGOA SANTA SECRETARIA DA VARA CRIMINAL EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA GRATUITA- EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A Dra. SANDRA SALLETE DA SILVA, MMª. JUÍZA de Direito da Vara CRIMINAL da Comarca de Lagoa Santa/MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria, têm andamento os autos nº. 0016512-33.2021.8.13.0148 , Ação Criminal movida contra JOSE MAURICIO LEITE FERRAZ DA COSTA - brasileiro, natural de Belo Horizonte/MG, filho de MARIA DO SOCORRO VELOSO LEITE FERRAZ DA COSTA e JOSE MAURICIO FERRAZ DA COSTA, nascido aos 24/02/1981 - CI nº 1-167.352 SSP/MG - CPF nº 013.535.026-35 incurso nas sanções do Artigo 129, § 6º e 7º da Lei 11.343/06, sendo seu último endereço: Rua Conselheiro Andrade Figueirea - 244 - Aptº 1002 - Bairro Gutierrez - CEP 30.441-153 - Belo Horizonte-MG. E, constando dos autos que o Réu JOSE MAURICIO LEITE FERRAZ DA COSTA encontra-se em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para CITÁ-LO para responder a acusação que lhe é imputada na Denúncia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, ficando ciente de que poderá arguir em seu favor as prerrogativas facultadas no Artigo 396-A, da Lei 11.719/2008. Lagoa Santa, 13/10/2022. Eu,(a) Osvaldina Maria Fernandes, Gerente de Secretaria, o digitei. A Juíza de Direito (a) Dra. Sandra Sallete da Silva. (ELB).

COMARCA DE LAGOA SANTA SECRETARIA DA VARA CRIMINAL EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA GRATUITA- EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A Dra. SANDRA SALLETE DA SILVA, MMª. JUÍZA de Direito da Vara CRIMINAL da Comarca de Lagoa Santa/MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria, têm andamento os autos nº. 0209251-04.2019.8.13.0148, Ação Criminal movida contra TIAGO DE SOUSA OLIVEIRA - brasileiro, natural de Água Boa-MG, filho de Laurinda de Sousa Batista e João Cardoso de Oliveira, nascido aos 10/03/1986 - CI nº 14.055.115 SSP/MG - CPF nº 018.023.986-46 incurso nas sanções do Artigo 147 do Código Penal. E, constando dos autos que o Réu TIAGO DE SOUSA OLIVEIRA encontra-se em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para CITÁ-LO para responder a acusação que lhe é imputada na Denúncia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, ficando ciente de que poderá arguir em seu favor as prerrogativas facultadas no Artigo 396-A, da Lei 11.719/2008. Lagoa Santa, 13/10/2022. Eu,(a) Osvaldina Maria Fernandes, Gerente de Secretaria, o digitei. A Juíza de Direito (a) Dra. Sandra Sallete da Silva. (ELB).

COMARCA DE LAGOA SANTA SECRETARIA DA VARA CRIMINAL EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA GRATUITA- EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A Dra.

SANDRA SALLETE DA SILVA, MMª. JUÍZA de Direito da Vara CRIMINAL da Comarca de Lagoa Santa/MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria, têm andamento os autos nº. 0023403-07.2020.8.13.0148, Ação Criminal movida contra RODRIGO LEANDRO AZEVEDO ROCHA - brasileiro, natural de Belo Horizonte-MG, filho de João Costa Rocha e Margareth Azevedo Rocha- nascido aos 14/11/1980 - CPF nº 075.550.616-27 incurso nas sanções do Artigo 147 -do Código Penal. E, constando dos autos que o Réu RODRIGO LEANDRO AZEVEDO ROCHA encontra-se em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para CITÁ-LO para responder a acusação que lhe é imputada na Denúncia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, ficando ciente de que poderá arguir em seu favor as prerrogativas facultadas no Artigo 396-A, da Lei 11.719/2008. Lagoa Santa, 13/10/2022. Eu,(a) Osvaldina Maria Fernandes, Gerente de Secretaria, o digitei. A Juíza de Direito (a) Dra. Sandra Sallete da Silva. (ELB).

LEOPOLDINA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (CONFORME LEI Nº 13.105/2015)
PROCESSO: 0796366-26.2009.813.0384 - 1ª VARA CÍVEL DE LEOPOLDINA/MG. Requerente: MUNICÍPIO DE
LEOPOLDINA. Requerido: WESLEY MORAES BOTELHO. FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO,
JUCEMG 445, LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA, JUCEMG 637, JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA,JUCEMG 638, Leiloeiros Públicos Oficiais, nomeados pelo MM. Juiz desta Comarca faz ciência aos interessados e,principalmente, aos executados/devedores, que no processo indicado venderá os bens discriminados, pelo maior lance, emLEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico (online). Em 1º leilão, no dia 03/11/2022 às 10:00 e em 2º leilão03/11/2022 às 10:15 ambas realizadas através da plataforma eletrônica www.mgl.com.br. Em primeiro leilão os bensnão poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado, em primeiro leilão, por valorigual ou superior ao valor da avaliação, será realizado segundo leilão, na data indicada, quando serão aceitos lances emvalor inferior ao da avaliação, desprezando-se o preço vil (conforme art. 891, parágrafo único, da Lei13.105/2015). Se nãohouver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmohorário e local. O Leilão será realizado na(s) data(s) acima mencionada(s). Não havendo licitantes na(s) data(s) indicada(s)fica redesignado leilão para as seguintes datas, de forma (online) 09/11/2022 10:00 e 10:15; 16/11/2022 10:00 e 10:15;23/11/2022 10:00 e 10:15; 30/11/2022 10:00 e 10:15; 07/12/2022 10:00 e 10:15; 14/12/2022 10:00 e 10:15; 01/02/202310:00 e 10:15; 08/02/2023 10:00 e 10:15; 15/02/2023 10:00 e 10:15; 23/02/2023 10:00 e 10:15; 01/03/2023 10:00 e 10:15;08/03/2023 10:00 e 10:15; 15/03/2023 10:00 e 10:15; 22/03/2023 10:00 e 10:15; 29/03/2023 10:00 e 10:15; 05/04/202310:00 e 10:15; 12/04/2023 10:00 e 10:15; 19/04/2023 10:00 e 10:15; 26/04/2023 10:00 e 10:15; 03/05/2023 10:00 e 10:15;10/05/2023 10:00 e 10:15; 17/05/2023 10:00 e 10:15; 24/05/2023 10:00 e 10:15; 31/05/2023 10:00 e 10:15; através daplataforma eletrônica www.mgl.com.br. Bem(ns) Quantidade de bens: 1 - Veículo Citroen/C3 Excl 14, ano defabricação/modelo 2012/2012, cor prata, combustível flex, tudo conforme auto de penhora. Ônus: Restrição judicial de
transferência; consulta realizada em 10/10/2022. LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO 100% DAAVALIAÇÃO: R$ 10.000,00 (Dez mil reais); Lance mínimo em segundo leilão 60% da avaliação: R$ 6.000,00 (Seis milreais); ENDEREÇO DE VISITAÇÃO: Rua Vinte e Sete de Abril, 169, Fabrica, eopoldina/MG. DEPOSITÁRIO(A)WESLEY MORAES BOTELHO. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o
maior lance ofertado, observado o lance independente da forma ou condição de pagamento que o arrematante venha a optar.A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado, desde que o lanceseja no mesmo valor. A) À vista: Ao optar pelo pagamento à vista do valor do lance, o arrematante deverá efetuar mediante depósito judicial, no prazo de 1(um) dia, contado da data do leilão, o pagamento da integralidade do valor do lance.Alternativamente, poderá o arrematante pagar 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação, devendo quitar o valor remanescente no prazo máximo de 15 dias através de depósito judicial. Deixando o arrematante de depositar o valor
remanescente no prazo de 15 dias será imposta a penalidade prevista no art. 897 da Lei 13.105/2015, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei ou no presente edital. B) Parcelado: Ao optar pelo pagamento parcelado, o arrematantedeverá pagar, mediante depósito judicial, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 06 (seis) parcelas mensais (art. 895, §1º da Lei 13.105/2015). Eventuais edidos de parcelamento diversodo constante em edital, poderão ser levados a apreciação do juízo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das
prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O valordas parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, conforme tabela de atualização monetária.Em caso de arrematação com pagamento parcelado, o juízo poderá condicionar a entrega do bem à quitação de todas asparcelas. Na hipótese de inadimplemento, o exequente poderá optar pela resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido. Caso seja pleiteada a resolução da arrematação, o arrematante, sem rejuízo das demais sanções previstas na lei e/ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, JE16763perderá o sinal de negócio já pago. Caso seja pleiteada a execução, todas as parcelas vincendas vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, incidindo sobre o montante devido a multa prevista no art. 895 §4º do da Lei 13.105/2015, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação, 5% sobre o valor da arrematação deverá ser paga pelo arrematante a título de comissão do leiloeiro, bem como despesa administrativa no valor de R$ 96,60 (Noventa e seis reais e sessenta entavos), a serem pagas pelo arrematante. Em caso de adjudicação, remição ou acordo, anteriores ao leilão, é devido o percentual de 2% sobre o valor atualizado o bem a ser pago pelo adjudicante, remido ou pelo executado, conforme o caso. Em caso de adjudicação, remição ou acordo, posteriores ao leilão, será antida integralmente a comissão constante na Certidão e Auto de Arrematação, a ser paga pelo adjudicante, remido ou pelo executado, conforme o caso. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. Efetuados os pagamentos, o arrematante no prazo de 01 (um) dia deverá enviar os comprovantes para o leiloeiro via e-mail leiloesmg@leiloesmg.com.br, ou qualquer outro meio hábil e inequívoco para que o leiloeiro possa fazer a juntada dos comprovantes aos autos. Na arrematação mediante lance online, o auto de arrematação será assinado pelo Exmo. Juiz após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação ou da entrada/sinal, ser for o caso e da taxa de comissão do leiloeiro, ficando dispensada, nesta hipótese, a assinatura do arrematante no referido auto. Caso a arrematação seja efetuada mediante o pagamento parcelado de parte do valor, ficando o bem como garantia de pagamento, o arrematante fica obrigado a realizar todo e qualquer ato, bem como a arcar com os custos, que se fizerem necessários (principalmente assinar eventuais documentos) para a anotação/registro da garantia. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas no edital, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e no edital. Na hipótese do arrematante não honrar o pagamento, serão sucessivamente chamados os demais arrematantes, pela ordem dos lances ofertados (do maior para o menor), os quais terão o mesmo prazo e condições acima para honrar o valor do lance ofertado, sendo descartados todos os lances em valor inferior ao mínimo previsto no edital. LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão poderão dar lances pela internet através da
plataforma eletrônica www.mgl.com.br, para tanto deverão ser observadas e cumpridas as regras indicadas no referido site, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento. Na modalidade eletrônica o interessado deve efetuar cadastro prévio no site www.mgl.com.br para anuência às regras de participação dispostas e obtenção de "login" e "senha", os quais possibilitarão a realização de lances em conformidade com as disposições neste edital. Os lances oferecidos pela internet não garantem direitos ao participante em recusa do leiloeiro por qualquer ocorrência, tais como,
quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Ao optar por esta forma de participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito. CONDIÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou
não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Aperfeiçoada a arrematação será expedida a carta de arrematação e ordem de entrega. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia. Eventuais débitos poderão ser sub-rogados. É facultado ao arrematante efetuar pagamentos de ônus/débitos com intuito de agilizar procedimentos/regularização do bem, ficando ciente que os valores não serão reembolsados. Fica a
cargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde se encontra arcando com eventuais custos. Caberá ao arrematante arcar com custos para a expedição da respectiva carta de arrematação e/ou expedição de mandado de entrega/imissão, se houver. Caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com custos para a transferência de propriedade junto aos órgãos competentes. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a prevista para o auto de arrematação. Se houver desistência após a arrematação, o arrematante pagará multa de 20% (vinte por cento) calculada
sobre o valor do lance em favor do exequente, caso

em que não será devolvida a comissão paga ao leiloeiro. O executado não poderá impedir o leiloeiro e ou representante legal de vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s), ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (Art. 330 do Código Penal). O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados,
credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Requerente: MUNICÍPIO DELEOPOLDINA. Requerido: WESLEY MORAES BOTELHO. Advogado do réu: WESLEY MORAES BOTELHO OAB 45047. Caso o exequente e/ou executada não sejam notificados, cientificados e/ou intimados por qualquer razão, da data do leilão e, das datas pré-marcadas em que poderão ser realizados novos leilões, caso não haja licitantes, valerá o presente como edital de intimação de leilão conforme Art.889§ Único Novo CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.10 de outubro 2022.LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância
Comarca de LEOPOLDINA / 1ª Vara Cível da Comarca de Leopoldina
EDITAL
O Dr. BRENO REGO PINTO RODRIGUES DA COSTA,Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Leopoldina, na forma da lei etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita por esta secretaria a ação de USUCAPIÃO sob nº 5002220-89.2022.8.13.0384 requerida por VERA NICE DE ALMEIDA SANTOS, brasileira, casada, aposentado, portadora do CPF sob o nº 029.669.456-80, inscrita no CI sob nº RG 9.251.230, e, seu esposo, JOSÉ DOS SANTOS FARIA, brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF sob o n° 067.636.616-30, inscrito no CI sob nº RG18.724.401, em face do ESPÓLIO DE MILITÃO DE ALMEIDA, tendo como imóvel usucapiendo " um lote de terreno de aproximadamente 292,20 m2, com a casa construída no térreo, havido na Rua Dário Lopes Faria, Nº250, bairro São Cristóvão, Leopoldina-MG, CEP: 36.702-071, medindo de Frente: em linha 1,50m com a Rua Miguel Gesuald, 14,50m com Militão de Almeida, 11,00m com Militão de Almeida, 11,40m com Militão de Almeida e 27,50m com a Rua Miguel Gesuald. Lado direito: medido 22,00m, com Lourenço Santiago Teixeira e José Galdino Neto. Fundos: medindo 27,00m, com a Rua Dário Lopes Faria, conforme registro geral, Matrícula nº 20.437.". E que pelo presente INTIMA OS EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS para que tome conhecimento da presente ação, sendo lhes facultado a intervenção no feito, nos termos do art. 259, inciso I do CPC.. Dado e passado nesta cidade e comarca de Leopoldina, aos onze dias do mês deoutubro de dois mil e vinte.(11/10/2022).Eu, Antônio Ferreira Netto, Gerente de Secretaria, que o fiz, digitar, subscrevo e assino digitalmente, por ordem do MM. Juiz de Direito.

MACHADO

Processos Eletrônicos (PJe)

1ª Vara da Comarca de Machado- Justiça Gratuita- Edital de Intimação de Sentença de Interdição - Edital com prazo de vinte dias. O Dr. Claudio Hesketh, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Machado, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Faz saber a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que perante esta secretaria judicial, teve sua tramitação normal os autos de Interdição, processo nº 5002389-29.2020.8.13.0390 requerido por DINORA EFIGENIA FERREIRA DOS PASSOS, sendo interditado ERICK VALDEMIR FERREIRA DOS PASSOS SANTOS, em trâmite por este juízo e Secretaria, que através de sentença proferida no ID nº 9449641958 dos autos acima referidos "DECRETOU A INTERDIÇÃO" de Erick Valdemir Ferreira dos Passos Santos, declarando-o totalmente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, III do Código Civil, de acordo com o art. 1775, § 3º do Código Civil foi nomeada curadora do mesmo DINORA EFIGENIA FERREIRA DOS PASSOS, brasileira, casada, trabalhadora rural, portadora da cédula de identidade RG MG 15.197.655, inscrita no CPF 080.957.886-78, residente e domiciliada à Rua Doutor Hilton Luiz Moreira Dias, 483, Jardim dos Funcionários, nesta cidade. Em obediência ao disposto no art. 9º, III do Código Civil, foi determinado que se inscrevesse a presente interdição no Registro Civil e publicasse na imprensa local e no órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Dispensando-se o curador da hipoteca legal. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mando expedir o presente edital, que será publicado, e afixado no local de costume, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Machado/MG, aos treze dias de outubro de 2022. Eu, Maria Gorete Tavares, Gerente de Secretaria, que digitei subscrevo.

MALACACHETA

Processos Eletrônicos (PJe)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância
Comarca de MALACACHETA / Vara Única da Comarca de Malacacheta
EDITAL
PROCESSO Nº: 5000611-18.2020.8.13.0392
CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: MARIA DO CARMO GOMES
RÉU/RÉ: HENRIQUE PEREIRA NORONHA
COMARCA DE MALACACHETA-MG/EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 (vinte) dias. JUSTIÇA GRATUITA. A Drª. BIANCA MARIA SPINASSI, MM ª. Juíza de Direito nesta Comarca de Malacacheta/MG, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita nesta Secretaria AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS, autos nº 5000611-18.2020.8.13.0392, requerida por MARIA DO CARMO GOMES em face de HENRIQUE PEREIRA NORONHA, brasileiro, CPF não informado, se encontra em local incerto e não sabido, é o presente para CITAÇÃO deste para, querendo contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros todos os fatos narrados na inicial, nos termos do art. 335 do CPC. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou-se expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei, sendo afixado no saguão do fórum desta Comarca. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Malacacheta/MG, aos 11 de outubro de 2022. Eu, , Paulo Renato Rodrigues Aarão, escrevente, o digitei. Eu, , Paula Daniele Hordones Guedes, Escrivã Judicial, subscrevi. A MMª. Juiz assina.
BIANCA MARIA SPINASSI
Juíza de Direito
Rua Tristão Aarão Couy, 185, Centro, MALACACHETA - MG - CEP: 39690-000

MANHUAÇU

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE MANHUAÇU EDITAL COM O PRAZO DE 20 DIAS JUSTIÇA GRATUITA. SAIBAM todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Manhuaçu-MG, foram processados os termos da interdição de Geisa Gonçalves Mende a requerimento de Nelzita Nunes de Carvalho Gonçalves, processo nº 5001876-20.2018.8.13.0394, sendo que foi prolatada sentença nos referidos autos, datada de 25/11/2021. nomeando o Sra. Nelzita Nunes de Carvalho Gonçalves, curadora do interditando e declarando-o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida Civil, haja vista ser acometida por Paralisia Cerebral (CID 10 G80). Este edital será publicado por três (03) vezes pelo órgão oficial, com intervalo de 10 (dez) dias, para os devidos fins. E para que não se alegue ignorância expediu-se o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. E para conhecimento de todos os interessados, ausentes, incertos, desconhecidos, e principalmente do interessado, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Manhuaçu-MG, 13 de outubro de 2022.

COMARCA DE MANHUAÇU - EDITAL COM O PRAZO DE 20 DIAS. JUSTIÇA GRATUITA. SAIBAM todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Manhuaçu-MG, corre uma ação de EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, autuada sob o nº 5003942-02.2020.8.13.0394, requerida por DANGELO MOREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, estudante, RG nº MG-16.872.881, CPF nº 102.046.376-78, residente e domiciliado na Rua Petrópolis, nº 341, casa 01, Jardim Marileia, Rio Das Ostras, CEP: 28.890-000 em face de MAURO JARDIM DE OLIVEIRA. Fica, portanto, o Sr. MAURO JARDIM DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, RG - MG 4.954.881, CPF sob o nº 732.653.576-00. CITADO da ação supramencionada, cuja petição inicial e despacho se encontram à disposição nesta secretaria, para, no prazo de 03 (três) dias pagar o débito exequendo referente às três últimas parcelas vencidas no valor de R$ 1.549,97 e as demais parcelas vincendas no decurso da ação, ou prove que já realizou o pagamento ou justifique a impossibilidade de fazê-lo, SOB PENA DE PRISÃO. E para conhecimento de todos os interessados, ausentes, incertos, desconhecidos, e principalmente do interessado, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei publica-se o presente no "Diário do Judiciário Eletrônico". Manhuaçu-MG, 13 de Outubro de 2022. Eu, NALIA MARTINA OTONI VIEIRA GOMES, oficiala judiciária, digitei, por determinação do MM. JUIZ DE DIREITO DR. VINICIUS DIAS PAES RISTORI, que assina digitalmente.

MANHUMIRIM

COMARCA DE MANHUMIRIM - EDITAL DE INTIMAÇÃO CRIMINAL - Processo nº 0395 20 000904-5. Prazo: 15 dias. A Dra. Rafaella Amaral de Oliveira, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara da

Comarca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, especialmente o réu Josinei Ferreira Marinete. INTIMA JOSINEI FERREIRA MARINETE, brasileiro, nascido em 15/10/1989, filho de José Braz Ferreira Marinete e Maria Aparecida Ferreira, a fim de que seja comprovado o dumprimento da transação penal ou, sendo o caso, apresentada as justificativas para o não comparecimento, para análise da manutenção da suspensão condicional do processo. Constando dos autos do processo que o mesmo está atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital que será publicado e afixado no saguão do Fórum desta Comarca pelo qual, INTIMA-O.Dado e passado nesta cidade de Manhumirim, Fórum Dr. Joaquim Cabral, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Rosane da Silva Cúrcio, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevi. Dra. Rafaella Amaral de Oliveira, MMº. Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Manhumirim.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE MANHUMIRIM - Justiça de 1ª Instância-Secretaria da 2ª Vara - Prazo do Edital: 15(quinze) dias - Processo nº: 5000833-06.2022.8.13.0395 Intimação da Sentença do requerido JORGE TEIXEIRA SANTOS, brasileiro, nascido em 07/02/1984, filho de Ilma Maria de Jesus Teixeira Santos e Jorge dos Santos, residente à Rua Pedro Moreira, nº 97, Centro, Alto Jequitibá/MG, atualmente em local incerto e não sabido e JOYCE MARIANO SILVA, brasileira, nascida em 24/04/2003, filha de Maria Aparecido A Mariano e Sebastião Dias da Silva, residente à Rua Felipe Conrado Emerich, nº 17, Cornélio Emerich, Alto Caparaó/MG, atualmente em local incerto e não sabido. A Drª. Rafaella Amaral de Oliveira, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que foi proferida sentença nos presentes autos de Medida Protetiva de Urgência nos seguintes termos "Ante o exposto, Julgo procedente o pedido exordial, com fulcro no artigo 487, I do CPC, confirmando a eficácia das medidas aplicadas. De outra feita, face à manifestação da ofendida e carreado ao parecer do MP, REVOGO as medidas protetivas deferidas. P.R.I. Arquive-se, após o trânsito em julgado". Como o(a) requerido não foi encontrado(a) para a intimação pessoal, e uma vez que encontra-se em local incerto e não sabido, fica o(a) mesmo(a) intimado(a) pelo presente Edital, com prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor da sentença exarada nos autos supracitados. Findo o período fixado, correrá nesta Secretaria o prazo de 05(cinco) dias para interpor recurso, sob pena de ver passada em julgado a referida sentença. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca, sito na Av. Teófilo Tostes, 143, Centro. Manhumirim, 13 de Outubro de 2022. Eu, Lucinara Ferreira Barbosa de Oliveira Oficial de Apoio Judicial C, o digitei e subscrevi - Rafaella Amaral de Oliveira - Juíza de Direito.

COMARCA DE MANHUMIRIM - Justiça de 1ª Instância-Secretaria da 2ª Vara - Prazo do Edital: 60 (sessenta) dias - Processo nº: 5002381-66.2022.8.13.0395. Intimação da Sentença do requerido LUIZ FERNANDO DOS SANTOS JORDÃO , brasileiro, solteiro, natural de Alto Jequitibá/MG, nascido em 29/11/1987, filho de Adily Jordão e Leir dos Santos Jordão, residente e domiciliado atualmente em local incerto e não sabido. A Drª. Rafaella Amaral de Oliveira, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que foi proferida sentença nos presentes autos de Medida Protetiva de Urgência em favor de ZÉLIA APARECIDA BRANDÃO, brasileira, solteira, natural de Manhuaçu/MG, nascida em 18/12/1980, filha de Maria Geralda Brandão e Onofre Gomes Brandão, nos seguintes termos "Ante o exposto, Julgo procedente o pedido exordial, resolvendo-se o mérito da lide cautelar, com fulcro no artigo 487, I do CPC c/c artigo 3º, do CPP. Assim, concedo à requerente as seguintes medidas protetivas em relação ao suposto agressor, nos termos do artigo 22 da Lei 11340/06, incisos II, III, a, b,c: I) Suspensão da posse ou restrição do porte de armas; II) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III) proibição de determinadas condutas, entre as quais: aproximação da ofendida e seus familiares e das testemunhas com limite mínimo de distância entre estes e o agressor de 100 metros; contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, a saber, a casa onde reside a vítima e de seus familiares. IV) Comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; V) acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou grupo de apoio. As medidas protetivas terão duração de um ano contados desta sentença, ficando a interessada informada que caso queira a alteração das medidas ou dilação de seu prazo, basta que assim requeira. P.R.I. Arquive-se, após o trânsito em julgado".Fique ainda este intimado de decisão que restringiu por ora, o direito de visitas ao dependente menor. O restabelecimento de tal direito dependerá de parecer favorável da equipe de atendimento psicossocial. Como o(a) requerido não foi encontrado(a) para a intimação pessoal, e uma vez que encontra-se em local incerto e não sabido, fica o(a) mesmo(a) intimado(a) pelo presente Edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, do inteiro teor da sentença exarada nos autos supracitados. Findo o período fixado, correrá nesta Secretaria o prazo de 05(cinco) dias para interpor recurso, sob pena de ver passada em julgado a referida sentença. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca, sito na Av. Teófilo Tostes, 143, Centro. Manhumirim, 13 de Outubro de 2022. Eu, Lucinara Ferreira Barbosa de Oliveira Oficial de Apoio Judicial C, o digitei e subscrevi - Rafaella Amaral de Oliveira - Juíza de Direito.

MANTENA

Processos Eletrônicos (PJe)

Secretaria do Juízo da 1ª Vara Cível, Criminal e Execuções Penais da Comarca de Mantena - MG - JUSTIÇA GRATUITA - Prazo do Edital: 15 (quinze) dias - Edital de CITAÇÃO da parte ré NAYAN HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, nascido no dia 16/09/2000, filho de Maria Cristina Jordão de Oliveira, residente e domiciliado em local incerto e não sabido. O Dr. David Miranda Barroso, MM. Juiz de Direito, da 1ª Vara da Comarca de Mantena - MG, na forma da Lei, etc..., FAZ SABER, aos que virem ou tomarem conhecimento do presente edital, que neste Juízo tramita uma Ação Penal Pública (Processo PJE n.º 0002402-95.2020.8.13.0396) promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, contra a pessoa de NAYAN HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS, acima qualificado, sendo denunciado nos termos do art. 129, caput, do Código Penal. E constando nos autos do processo de número em epígrafe, que o denunciado atualmente se encontra em local incerto e não sabido, é o presente para promover a CITAÇÃO da parte acusada acima descrita, dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual, bem como para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. A parte acusada deverá apresentar a sua defesa através de advogado constituído. Na hipótese de não ter condições financeiras de contratar advogado, declarada expressamente essa situação, isso ensejará a nomeação de Defensor Público ou dativo para sua defesa. E, para que ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz, expedir o presente que será publicado no Diário Eletrônico do TJMG na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mantena/MG., aos 07 de outubro de 2022. Viviane Martins Pena, Escrivã Judicial, mandou digitar, subscreve por ordem do MM. Juiz.
VIVIANE MARTINS PENA
Escrivã Judicial

SECRETARIA DA SEGUNDA VARA - COMARCA DE MANTENA/MG- JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 20 (vinte) dias- Edital de CITAÇÃO e INTIMAÇÃO do agressor THIAGO DE LIMA DE ARAÚJO - Processo n.º 5003632-19.2022.8.13.0396 - O Dr. MARCELO MAGNO JORDÃO GOMES, MM. Juiz de Direito da Secretaria da Segunda Vara da Comarca de Mantena - MG, na forma da Lei, etc..., FAZ SABER, aos que virem ou tomarem conhecimento do presente edital, que neste Juízo e Secretaria, tramita uma Ação de Medida Protetiva contra THIAGO DE LIMA DE ARAÚJO, nascido aos 02 de abril de 1984, filho de Vera Lúcia de Lima e de Francisco Rodrigues de Araújo, atualmente em lugar incerto e não sabido, por suposta prática da conduta típica prevista na Lei 11.340/2006. É o presente Edital para INTIMAÇÃO de THIAGO DE LIMA DE ARAÚJO. Sendo deferido o requerimento de medidas protetivas, determinando que o requerido : 1. não poderá se aproximar da requerente, de seus familiares e das testemunhas, devendo manter uma distância mínima de 300 (trezentos) metros; 2. não poderá manter contato com a requerente, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação (internet, telefone, carta, etc). O desrespeito à restrição imposta poderá acarretar a sua prisão preventiva, além da imputação do crime de descumprimento de medidas protetivas, tipificado no art.24-A, da Lei 11.340/06; CITAÇÃO do acusado, para apresentar resposta escrita no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de descumprimento das medidas, caberá, em tese, prisão preventiva. Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, arts. 18, 19, 20, 22 e 42. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta Cidade. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Mantena/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu,_____, Karla Kelly Luz Costa, Oficiala Judiciária, digitei por ordem do MM. Juiz.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (vinte) DIAS - 1ª VARA DA COMARCA DE MANTENA - MG. Processo n° 5001782-95.2020.8.13.0396. O Dr. David Miranda Barroso, MM. Juiz de Direito na Secretaria da 1ª Vara, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc... FAZ SABER aos que virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de Ação de Indenização por Dano Moral em que é parte Requerente: L L R ARAUJO - LU KIDS e parte Requerida: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e outros. Pelo presente CITA: SHAKE SHAKE BOLSAS EIRELI, atualmente em endereço incerto e não sabido, para todos os termos da presente ação e para contestá-la, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia e confissão, que fluirá a partir do término do prazo do edital. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial. E, para que ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente que será publicado no Diário Oficial na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mantena/MG., aos 29 de setembro de 2022. Viviane Martins Pena, Escrivã Judicial, mandou digitar, subscreve por ordem do

MM. Juiz.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (vinte) DIAS - 1ª VARA DA COMARCA DE MANTENA - MG. Processo n° 0035928-97.2013.8.13.0396. O Dr. David Miranda Barroso, MM. Juiz de Direito na Secretaria da 1ª Vara, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc... FAZ SABER aos que virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de Ação de EXECUÇÃO FISCAL em que é parte Requerente: A União Fazenda Nacional e parte Requerida: USA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME. Pelo presente CITA: Danilo Vinicios Ferrares Da Silva, atualmente em endereço incerto e não sabido, para todos os termos da presente ação e para contestá-la, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia e confissão, que fluirá a partir do término do prazo do edital. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. E, para que ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente que será publicado no Diário Oficial na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mantena/MG., aos 30 de setembro de 2022. Viviane Martins Pena, Escrivã Judicial, mandou digitar, subscreve por ordem do MM. Juiz.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO DE 20 (vinte) DIAS - 1ª VARA DA COMARCA DE MANTENA - MG. Processo n° 5002030-95.2019.8.13.0396. O Dr. David Miranda Barroso, MM. Juiz de Direito na Secretaria da 1ª Vara, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc... FAZ SABER aos que virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de Ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS em que é parte Requerente: F.M.D.S e parte Requerida: C.A.D.S. Pelo presente INTIMA: CLAUDINEI ALVES DE SOUZA, atualmente em endereço incerto e não sabido, para todos os termos da presente ação e para contestá-la, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de revelia e confissão, que fluirá a partir do término do prazo do edital. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. E, para que ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente que será publicado no Diário Oficial na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Mantena/MG., aos 06 de outubro de 2022. Viviane Martins Pena, Escrivã Judicial, mandou digitar, subscreve por ordem do MM. Juiz.

MAR DE ESPANHA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE MAR DE ESPANHA - SECRETARIA DA VARA ÚNICA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - Saibam todos quantos o presente edital de citação virem que perante este Juízo, corre uma AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, autuada sob o nº 5000950-85.2022.8.13.0398, VERA LUCIA BRAZIL VIEIRA e executado LÉO ONEI HONÓRIO. Fica por este Edital CITADO, LÉO ONEI HONÓRIO, brasileiro, solteiro, com ocupação desconhecida e último endereço no Condomínio Figueira, Bloco 01, apto 403 - perto da Cia Light, atrás do posto de gasolina desativado Flor de Manga, Distrito de Jamapará - Sapucaia/RJ, CEP 25.880-000, para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento do valor do débito demonstrado na exordial, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de protesto do título judicial e prisão de um a três meses, nos termos do art. 528, do CPC. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no saguão do Fórum local. Mar de Espanha, 13 de outubro de 2022. Escrivã Judicial em Substituição Ana Lúcia Rabelo Pires por ordem do MM. Juiz de Direito- Edson Geraldo Ladeira.

MARIANA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL INTIMAÇÃO SENTENÇA - 1ª PUBLICAÇÃO - PROCESSO Nº 0041554-46.2017.8.13.0400 - SENTENÇA
I - Relatório:
Trata-se de Ação de Interdição ajuizada por Marilene do Carmo Araújo em face de Paulo Roberto de Araújo Silva, todos devidamente qualificados à exordial.
O curatelando apresenta retardo mental e não possui discernimento e capacidade para praticar atos e negócios jurídicos de cunho patrimonial, tampouco para administrar e movimentar dinheiro. Devido a sua condição pessoal, o curatelando foi contemplado com benefício de Amparo Social e Pessoa Portadora de Deficiência, a ser custeado pelo INSS, no valor de 01 (um) salário-mínimo mensal, contudo, tendo em vista o falecimento de sua irmã, Sra. Rosely das Graças Araújo Silva, que figurava como gestora do BPC, o órgão previdenciário suspendeu o repasse do benefício, exigindo que fosse promovida a curatela para liberação dos valores ao curador nomeado.
Sob tais fundamentos, requer em sede de antecipação de tutela, a concessão da curatela provisória, com posterior decretação da curatela e nomeação da requerente como curadora definitiva.
A inicial veio acompanhada dos documentos.
Deferida a curatela provisória em favor da sobrinha do curatelando, Sra. Suede Araújo Silva Joventino, pela decisão de ID 461810066, como também foi concedido o benefício da justiça gratuita.
Ao ID 461810067 a Sra. Suede Araújo Silva Joventino, manifestou que não tem condições de prosseguir no exercício da curatela do seu tio, pelos fundamentos de que pretende mudar de cidade, em busca de melhores oportunidades de emprego. Requer ser substituída pela sua tia e irmã do curatelando, Sra. Marilene do Carmo Araújo, ora requerente.
Deferido o pedido de substituição de curatela ao ID 461810068.
Relatório Social ao ID 461810071 expressa que é possível perceber a existência de sinais de que a requerente, Sra. Marilene do Carmo Araújo, exerce responsabilidade com o curatelando, reservando-lhe o direito à dignidade, saúde, alimentação e afetividade.
Nomeado curador especial ao curatelando, foi apresentada contestação por negativa geral ao ID 3693038077.
O Ministério Público exarou parecer favorável à procedência do pedido inicial ao ID 5339278077.
É o relatório. Decido.
II - Fundamentação:
A presente ação comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do CPC, diante da desnecessidade de produção de outras provas. E, ausentes preliminares ou nulidades declaráveis de ofício, presentes os pressupostos e as condições da ação, passo ao exame do mérito.
Quanto ao direito, a curatela tem por pressuposto fático a incapacidade, que pode inclusive ser somente física, a depender do caso concreto.
A interdição é uma medida extrema, sendo recomendável a cautela, uma vez que coloca o indivíduo na zona limítrofe da sanidade, porque retira dele a capacidade de gerir seus bens e dirigir sua pessoa.
Segundo Washington de Barros Monteiro:
Todo indivíduo maior ou emancipado deve por si mesmo reger sua pessoa e administrar seus bens. A capacidade sempre se presume. Há pessoas, entretanto, que, em virtude de doença ou deficiência mental, se acham impossibilitadas de cuidar dos seus próprios interesses. Tais seres sujeitam-se, pois à curatela, que constitui medida de amparo e proteção, e não de penalidade. A matéria encontrou regramento específico na Lei 13.146 de 2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência.
De acordo com tal diploma legal, "a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas" (artigo 84).
O parágrafo 1º do artigo retromencionado dispõe que "quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei".
Já o parágrafo 3º do mesmo artigo define a curatela como sendo "medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível".
Reportando-me aos autos, verifico que o laudo vinculado aos ID 461810065, expressa que o curatelando possui retardo mental que compromete seu comportamento, devendo ter cuidado e vigília constante, sendo incapaz de gerenciar bens e dinheiro.
Dessa forma, está perfeitamente comprovado que o curatelando não possui plena capacidade para gerir os atos da vida civil, sendo relativamente incapaz para reger sua pessoa e administrar seus bens.
Salienta-se ainda que a medida visa preservar os interesses do curatelando, atendendo, pois, aos ditames da lei de regência.
Quanto ao prazo da medida, esta se dará sine die, sem prejuízo do levantamento da curatela, em caso de comprovada reversão da doença.
III - Dispositivo:
Ante o exposto, nos termos do art. 755 do CPC, combinado com artigos 84 e 85 da Lei 13.146 de 2015, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para decretar a curatela de Paulo Roberto de Araújo Silva, declarando-o relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, razão pela qual o extingo o feito com resolução de mérito nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Com fundamento no artigo 1.775, § 1º, do Código Civil, nomeio a Sra. Marilene do Carmo Araújo, qualificados aos autos, para exercer a função de curadora, a qual deverá representar o curatelando nos termos acima, com poderes limitados à gestão e administração de negócios e bens e que não importem em transferência ou renúncia de direito, inclusive para fins de recebimento de aposentadoria e benefício previdenciário. Desse modo, confirmo a tutela de urgência concedida ao ID 461810068.
A curadora deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome do curatelando, anualmente, conforme disposto no artigo 84, parágrafo 4º da Lei 13.146-2015, diretamente ao MP, devendo por isso manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio.
Em atenção ao disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: a) disponibilize a respectiva sentença por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; b) publique-se na imprensa local; c) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento.
Esta sentença servirá como edital, disponibilizando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias.
Serve esta decisão como termo de compromisso e certidão de curatela, cuja autenticidade poderá ser confirmada na página do TJMG na internet no endereço: http://www.pje.tjmg.jus.br, no link "autenticidade de documentos".
Expeça-se o mandado de averbação para inscrição da curatela, dirigido ao cartório de Registro Civil, devendo constar que, estando as partes sob o pálio da justiça gratuita, os benefícios do art. 98 do CPC, se estendem aos emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial.
Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de

procedimento de jurisdição voluntária.
R. I. C.
MARIANA, data da assinatura eletrônica.
CIRLAINE MARIA GUIMARAES
Juiz(íza) de Direito

MATEUS LEME

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE MATEUS LEME- MG. 1ª Vara. 5002814-68.2021.8.13.0407 Edital de Interdição. JUSTIÇA GRATUITA. A Dra. Karina Veloso Gangana Tanure, Juíza de Direito desta Comarca de Mateus Leme- MG, na forma da lei, em pleno exercício de seu cargo. Etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 1º Vara no processo de número 5002814-68.2021.8.13.0407, foi deferido o pedido de substituição de curador de MARIA MARLENE DE ARAÚJO, brasileira, solteira, CPF016.995.336-01, CI MG-15.751.817, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 394, Azurita, Mateus Leme/MG, CEP 35.672-000, tendo sido nomeado(a) curador(a) MARIA APAREICDA VEIGA, brasileira, SOLTEIRA, CPF 803.280.326-20, CI MG 8.873.234, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 394, Azurita, Mateus Leme, CEP 35.672-000, com amplos limites, a qual prestou compromisso legal. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado na Imprensa Oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, e afixado no local do costume do Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Mateus Leme-MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Jorge Fares de Oliveira, Escrivão Judicial, o digitei, subscrevi e o assino. A MM juíza de Direito. Dra. Karina Veloso Gangana Tanure.

COMARCA DE MATEUS LEME MG. 2ª VARA - Processo nº 0043563-57.2017.8.13.0407. Edital de citação com o prazo de trinta dias. O Dr. Eudas Botelho. Juiz de Direito da Comarca de Mateus Leme MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a Confinante Renata Kelly Silva, CPF 074.789.706-99, os Terceiros Interessados, seus herdeiros e sucessores, residentes em lugar incerto e não sabido, que por parte de Marcelo Brandão Pereira da Silva foi requerida ação de usucapião. Processo nº 0043563-57.2017.8.13.0407 do seguinte imóvel, Área do imóvel 293,37 m², constituído por parte do lote 21 (vinte e um) da quadra 32 (trinta e dois), situado no Bairro Central-Mateus Leme, tendo o prazo de 15 dias para contestação, ficando ciente de que não sendo contestada a ação se presumirão como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Nada mais. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse publicado o presente no Diário do Judiciário Eletrônico/TJMG na forma usual. Dado e passado nesta cidade de Mateus Leme, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Bernardo Braz Pinheiro, Escrivão Judicial, o digitei, subscrevi e o assino. O MM Juiz de Direito. Dr. Eudas Botelho.

COMARCA DE MATEUS LEME-MG. 0407 15 007313-5 - Ação Criminal - 1ª VARA. Edital de CITAÇÃO do Ré GLAUCIA SOARES DA SILVA, com prazo de 30 dias. A Dra. Karina Veloso Gangana Tanure, Juiza de Direito de MATEUS LEME/MG, faz saber aos que o presente virem ou dele notícias tiverem que, por este juízo e Secretaria tem andamento um processo movido pela Justiça Pública contra GLAUCIA SOARES DA SILVA , autos de nº 0407 15 007313-5, crime praticado em 14/10/2015 do qual foi vítima a Sociedade. e pelo qual foi denunciado como incurso nas penas do artigo 310 da Lei 9503/97, que por este juízo foi determinada a citação da ré GLAUCIA SOARES DA SILVA, filha de Marilene Júlia de Jesus e Deonilson Soares da Silva, RG 15370649, para responder a acusação por escrito, através de advogado, no prazo de 10(dez) dias nos termos do art. 396 do CPP. Caso não constitua advogado, ser-lhe-á designado defensor público ou dativo para oferecer a resposta, em igual prazo. Para conhecimento de todos, será este publicado na Imprensa Oficial e afixado no saguão do Fórum da comarca. A MMa. Juíza de Direito. Dra. Karina Veloso Gangana Tanure. Mateus Leme, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Jorge Fares de Oliveira, Escrivão Judicial, o digitei, subscrevi e o assino.

COMARCA DE MATEUS LEME MG. PROCESSO ELETRÔNICO 0028672-07.2012.8.13.0407- 1ª Vara. JUSTIÇA GRATUITA. Edital de citação com o prazo de 40 (quarenta) dias. A Dra. Karina Veloso Gangana Tanure, Juiza de Direito na 1ª Vara da Comarca de Mateus Leme MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente, MARIA ISABEL CARDOSO ALVIM, HERDEIRA DO ESPOLIO DE GRAZIELA BABO ALVIM, com endereço em local incerto e não sabido, a saber, que por parte de Vicente de Paula Vales e Girce Alves Macieira Vales foi requerida ação de usucapião. Processo eletrônico nº 0028672-07.2012.8.13.0407 do seguinte imóvel: imóvel rural, denominado Sitio Daniel, situado no município de Mateus Leme, as margens da rodovia MG 050, KM 73 + 500 m, medindo 13,29,88 ha, e a metade de uma casa em mal estado de conservação, com demais limites e confrontações da planta respectiva, tendo o prazo de 15 dias para contestação, ficando ciente, de que não sendo contestada a ação se presumirão como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Nada mais. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse publicado o presente na forma usual. Dado e passado nesta cidade de Mateus Leme, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Jorge Fares de Oliveira, Escrivão Judicial, o digitei, subscrevi e o assino. A MMa. Juiza de Direito Dra. Karina Veloso Gangana Tanure.

COMARCA DE MATEUS LEME MG. 0038312-87.2019.8.13.0407 PROCESSO ELETRÔNICO - 1ª Vara. JUSTIÇA GRATUITA. Edital de citação com o prazo de 40 (quarenta) dias. A Dra. Karina Veloso Gangana Tanure, Juíza de Direito na 1ª Vara da Comarca de Mateus Leme MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente, DANIEL SOUZA ROCHA, filho de Gabriel Dias Rocha e Maria Rita Souza Rocha residente em local incerto e não sabido, para citá-los da Ação de Destituição do Poder Familiar c/c aplicação de medida de proteção requerida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Processo eletrônico nº 0038312-87.2019.8.13.0407, tendo o prazo de 10 dias para defesa, ficando ciente, de que não sendo apresentada defesa se presumirão como verdadeiros os fatos narrados na inicial. Nada mais. E para que ninguém alegue ignorância, mandou que fosse publicado o presente na forma usual. Dado e passado nesta cidade de Mateus Leme, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Jorge Fares de Oliveira, Escrivão Judicial, o digitei, subscrevi e o assino. A MMa Juíza de Direito Dra. Karina Veloso Gangana Tanure.

MERCÊS

EDITAL Nº 01/2022
A Exma. Sra. DRA. NAIARA LEÃO RODRIGUES SALDANHA, MMa. Juíza de Direito da Comarca de Mercês, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc.
F A Z S A B E R que foi organizada a LISTA GERAL PROVISÓRIA DOS JURADOS desta Comarca, para servirem durante o ano de 2023 (dois mil e vinte e três) e, lista esta que será publicada no Diário Judiciário Eletrônico do Estado de Minas Gerais, bem como registrada e afixada no local de costume, na forma do artigo 425, do CPP.
LISTA GERAL DE JURADOS :
001 -Adriana Couto Guerra - Fisioterapeuta
002 -Adriana Moreira Silva - Conselheira Tutelar
003 -Alessandra Couto Guerra - Psicóloga
004 -Alessandro Moreira de Carvalho - Balconista
005 -Aline das Mercês Camargo Porto - Professora
006 -Antônio Sérgio Campos - Func. Públ. Municipal
007 -Álvaro César Oliveira Antunes - Estudante
008 -Amadeu Terra Neto - Rep. Comercial
009 -André da Rocha Mota - Mecânico
010 -Antônio Afonso da Rocha - Comerciante
011 -Antônio Ezequiel Pereira Ribeiro - Comerciante
012 -Antônio Messias de Castro Neto - Militar aposentado
013 -Artur de Oliveira Silva - Comerciante
014 -Carlos Henrique Ribeiro - Comerciante
015 -Caio Dias da Silveira - Bancário
016 -Cloves Maurício de Paiva - Mecânico
017 -César da Silva Costa - Técnico em Contab.
018 -Danúbia Borges de Carvalho - Func. Públ. Mun.
019 -Denízia da Silveira Melo Faria - Comerciante
020 -Deodoro Brandão Esteves - Func. Públ. Mun.
021 -Edmar Guerra de Paula - Comerciante
022 -Eduarda da Fonseca - Estudante
023 -Elismar Vieira Mota - Func. Públ. Mun..
024 -Fernanda Silva - Cabelereira
025 -Fernando Otávio de Magalhães -Técnico em Contab.
026 -Flávio Lúcio de Melo Couto - Comerciante
027 -Felipe de Oliveira Campos - Advogado -
028 -Gilson Gonçalves -Técnico em Contab.
029 -Graziela Faria Costa - Fonoaudióloga
030 -Hamilton Leite - Func. Públ. Municipal
031 -Hélio Campos Filho - Autônomo
032 -Hélio Gonçalves Ferreira de Almeida - Comerciante
033 -Hugles Falco - Comerciante
034 -Hugo Lopes Leite - Advogado
035 -Januy da Silva de Paula - Militar aposentado
036 -Janicléia de Oliveira Lima - Funcionária Pública
037 -Jessiele Lomar Ferreira Salviano - Estudante
038 -João Carlos Xavier - Comerciante
039 -José Maria de Souza - Comerciante
040 -Joel Ferreira de Carvalho - Comerciante
041 -José Jayme da Silva - Agricultor
042 -José Ronan Xavier - Comerciante
043 -José Melo de Faria - Comerciante
044 -José Paulo da Silveira - Funcionário da COPASA
045 -José Maria Filho - Enfermeiro
046 -José Camilo de Lima - Comerciante
047 -José Barreto Neto - Comerciante
048 -Jussara Ferreira Couto - Fonoaudióloga
049 -Juscelio da Silva Barroso - Comerciante
050 -Larrisa Silveira Lamas Boa Vida - Médica Veterinária
051 - Letícia Rocha Oliveira - Comerciante
052 -Luciana Aparecida de Oliveira - Professora
053 -Lucimar Mota Ferreira - Enfermeira
054 -Lucinéia de Oliveira S. Paiva - Secretária
055 -Luísa de Oliveira Rocha - Comerciante
056 -Luiz Antônio Del'Gáudio Rodrigues - Projetista
057 -Luiz Paulo Ferreira - Comerciante
058 -Luiz Henrique da Silveira Rocha - Comerciante
059 -Marcelo Gomes de Miranda - Balconista
060 -Marcos Camargo Brandão - Despachante
061 -Marcelo Alves da Cunha - Militar aposentado
062 -Marcos Paulo de Campos - Estudante
063 -Marcos César Bastos - Funcionário Público
064 -Marlete das Graças Lamas - Estudante
065 -Maria da Consolação Martins Rocha - Comerciante
066 -Marcílio Gomes de Miranda - Vendedor
067 -Marco Túlio Miranda Moreira - Rep.

Comercial
068 -Maria José Costa de Oliveira - Professora
069 -Maurício Camargo Brandão - Func. Públ. Municipal
070 -Maurício Guerra Filho - Agricultor
071 -Maraísa Ribeiro - Vendedora
072 -Marisa Soares de Lima - Func. Públ. Municipal
073 -Marisa de Albuquerque Silva - Secretária
074 -Marilene Luna de Carvalho - Professora
075 -Marlon Cristian da Fonseca - Taxista
076 -Natan Cirino de Paiva - Comerciante
077 -Nara Fabrícia Martins - Comerciante
078 -Nelmo Hermínio Mota - Agricultor
079 -Nelson de Souza Mota - Autônomo
080 -Nercilene da Silva Neto - Comerciante
081 -Paula Fonseca Dias da Rocha - Professora
082 -Paulo Cézar Ferreira - Comerciante
083 -Pedro Batista de Magalhães - Contador
084 -Renato Bellini Xavier - Comerciante
085 -Ronaldo Campos Fonseca - Comerciário
086 -Ricardo Fierro Monacorda - Estudante
087 -Sara Patrícia Martins Ribeiro - Func. Públ. Municipal
088 -Sabino José Falco - Func. Públ. Municipal
089 -Severina Lopes Pereira - Técnico em Contab
090 -Simone de Oliveira Costa - Estudante
091 -Simoni Maria Magalhês Silva - Bioquímica
092 -Simoni da Silveira - Comerciante
093 -Sirley Lopes Pereira Mota - Professora
094 -Sônia Terra Mota Vieira - Comerciante
095 -Suely de Freitas - Balconista
096 -Vânia Marques da Silva - Professora
097 -Valmir Silveira Campos - Comerciante
098 -Viviane da Silveira - Professora
099 -Sebastião Aparecido Campos - Militar aposentado
100 -Zenaide Gabriel - Professora
SUPLENTES:
001 -Adauto Lopes Bastos - Autônomo
002 -Ana Lúcia Bittar Gonçalves Mota - Professora
003 -Andréia de Oliveira Silva - Balconista
004 -Cristiano da Encarnação Lopes - Autônomo
005 -Francisco José de Miranda - Comerciante
006 -Jonas Maria de Oliveira - Comerciante
007 -José Augusto Grossi Caetano - Func. Públ. Federal
008 -Juliana Ferreira Couto - Comerciante
009 -Lygia Carlos de Paiva - Professora
010 -Letícia Rocha Oliveira - Comerciária
011 -Maria das Mercês Silveira - Nutricionista
012 -Marisa Falco Bittar Xavier - Func. Públ. Municipal
013 -Márcia Rocha Couto - Func. Pública
014 -Maria das Mercês M. Gonçalves Rocha - Professora
015 -Moacir Gabriel da Silva - Agricultor
016 -Mônica das Mercês de Oliveira - Func. Públ. Municipal
017 -Paulo Cesar Silva - Func. Correios
018 -Priscila Aparecida Meireles - Balconista
019 -Rita de Cássia Brandão - Professora
020 -Rita de Cássia Oliveira - Comerciária
021 -Ronalde Campos Ribeiro da Silveira - Autônomo-Jornalismo
022 -Rúben César Brandão da Motta - Engenheiro
023 -Sandra Maria Mota - Func. Pública Aposentada
024 -Sandra Mara de Paula Silveira - Professora
025 -Viviane da Silveira - Professora
Em obediência ao § 2º do art. 426, do CPB, segue abaixo a transcrição dos artigos 436 a 446, do CPP.
Ar. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notório idoneidade.
§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, procissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.
§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.
Ar. 437. Estão isentos do serviço do júri:
I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;
II - os Governadores e seus respectivos Secretários;
III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;
IV - os Prefeitos Municipais;
V - os Magistrados e membros do Ministério Púbico e da Defensora Pública;
VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Púbico e da Defensora Pública;
VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;
VIII - os militares em serviço ativo;
IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;
X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.
Ar. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.
§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensora Pública, no Ministério Público ou em entidade condenada para esses fins.
§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
Ar. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.
Ar. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do ar. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.
Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.
Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.
Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.
Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do Juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.
Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.
Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.
E para constar, mandou expedir o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Mercês, aos 26 de dezembro de 2021. Eu, _____ Ana Maria Rodrigues, Gerente de Secretaria conferi. A Juíza de Direito _____Naiara Leão Rodrigues Saldanha.

MONTALVÂNIA

Processos Eletrônicos (PJe)

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE MONTALVÂNIA - MG - PÇA PLATÃO, 399, CENTRO - EDITAL INTIMAÇÃO DE SENTENÇA-PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS - DILIGÊNCIA CRIMINAL. A DRª. LAURA HELENA XAVIER FERREIRA SCARPA BOSSO, MM. Juíza de Direito da Vara supra em exercício nesta comarca de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc# FAZ SABER aos que o presente edital de intimação de sentença virem ou dele notícia tiverem que, por este Juízo, tem andamento o Processo n.º 5000261-51.2022.8.13.0427, Réu: FABIO JUNIOR GONCALVES SANTOS. Ofendida: GILVANIA ELIAS DE QUEIROZ. Assim o presente cumpre a finalidade de INTIMAR o agressor FABIO JUNIOR GONCALVES SANTOS, residente e domiciliado RUA JUZAEIRO, 130, Distrito de Capitânia, Montalvânia-MG. Encontrado-se atualmente em lugar incerto e não sabido, sobre os termos da sentença proferida em 30 de setembro de 2022, que julgo procedente as medidas pleiteadas pela vítima, com fulcro no artigo 487, inc. I, do CPC, confirmando no mérito as medidas protetivas de urgência concedidas em ID 9239773003 as quais deverão perdurar por 01 (um) ano, contado a partir da presente data. Contudo por tratar-se de direito potestativo, fica ressalvada a possibilidade de revogação tácita das medidas protetivas por parte da vítima. Para que chegue ao conhecimento de todos, ninguém possa alegar ignorância, o presente será publicado e afixado no saguão do Fórum local, na forma da Lei. Montalvânia, 13 de outubro de 2022. Eu, , Maria de Fátima Soares Siqueira, Gerente de Secretaria Substituta, de ordem da MM Juíza de Direto da comarca de Montalvânia Drª LAURA HELENA XAVIER FERREIRA SCARPA BOSSO o conferi e subscrevo.

EDITAL INTIMAÇÃO
COMARCA DE MONTALVÂNIA-MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO DE 20 DIAS. A Drª. Laura Helena Xavier Ferreira Scarpa Bosso, MMª. Juíza de Direito desta Comarca de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc. FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Secretaria respectiva processam-se os termos de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO, autuada sob o N° 0004860-94.2017.8.13.0427, tendo como parte requerente PATRICIA DE PAULO PAIVA e requerido JOSÉ EVERALDO RODRIGUES FERREIRA. Assim o presente cumpre a finalidade de INTIMAR o requerido JOSÉ EVERALDO RODRIGUES FERREIRA, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob o número 379.513.941-49, nascido em 19/12/1967, filho de Manoel Rodrigues Martins e Eva Ferreira da Silva, atualmente em local incerto e não sabido, para pagamento das custas processuais no valor de R$ 547,01 (quinhentos e quarenta e sete reais e um centavos) no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo De Inadimplência em relação à administração pública do estado de Minas Gerais - CADIN-MG, e do protesto extrajudicial da certidão de dívida ativa pela Advocacia Geral do Estado - AGE. E, para que, ninguém venha alegar ignorância, mandou-se expedir o presente edital que será afixado no saguão do Fórum local e publicado, uma vez, na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, aos onze de outubro de dois mil e vinte e dois (11/10/2022). Eu, Hélia Kátia de Oliva Alencar, Oficial de Apoio Judicial digitei e assino. Laura Helena Xavier Ferreira Scarpa Bosso - Juíza de Direito.

EDITAL - CITAÇÃO
COMARCA DE MONTALVÂNIA-MG - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO DE 20 DIAS. A Drª. Laura Helena Xavier Ferreira Scarpa Bosso, MMª. Juíza de Direito desta Comarca de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc. FAZ SABER,

aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Secretaria respectiva processam-se os termos de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO, autuada sob o N° 0008232-17.2018.8.13.0427, tendo como parte requerente JOÃO LEONARDO DA SILVA e requerida MARIA ROSA DA SILVA. Assim o presente cumpre a finalidade de CITAR a requerida MARIA ROSA DA SILVA, brasileira, nascida em 14/03/1970, filha de Roseno Pereira da Silva e Luzia Maria de Jesus, atualmente em local incerto e não sabido, para todos os termos da ação supracaracterizada, e, para querendo, contestá-la no prazo de 15 dias, sob pena de revelia. E, para que, ninguém venha alegar ignorância, mandou-se expedir o presente edital que será afixado no saguão do Fórum local e publicado, uma vez, na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois (11/10/2022). Eu, Hélia Kátia de Oliva Alencar, Oficial de Apoio Judicial digitei e assino. Laura Helena Xavier Ferreira Scarpa Bosso Juíza de Direito.

EDITAL CITAÇÃO
COMARCA DE MONTALVÂNIA-MG - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO DE 20 DIAS. A Drª. Laura Helena Xavier Ferreira Scarpa Bosso, MMª. Juíza de Direito desta Comarca de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc. FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Secretaria respectiva processam-se os termos de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO, autuada sob o N° 0008232-17.2018.8.13.0427, tendo como parte requerente JOÃO LEONARDO DA SILVA e requerida MARIA ROSA DA SILVA. Assim o presente cumpre a finalidade de CITAR a requerida MARIA ROSA DA SILVA, brasileira, nascida em 14/03/1970, filha de Roseno Pereira da Silva e Luzia Maria de Jesus, atualmente em local incerto e não sabido, para todos os termos da ação supracaracterizada, e, para querendo, contestá-la no prazo de 15 dias, sob pena de revelia. E, para que, ninguém venha alegar ignorância, mandou-se expedir o presente edital que será afixado no saguão do Fórum local e publicado, uma vez, na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois (11/10/2022). Eu, Hélia Kátia de Oliva Alencar, Oficial de Apoio Judicial digitei e assino. Laura Helena Xavier Ferreira Scarpa Bosso - Juíza de Direito.

MONTE CARMELO

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO ROL DOS JURADOS
O Dr. JOÃO MARCOS LUCHESI, MM. Juiz Diretor do Foro desta comarca de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no exercício de seu cargo, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, ou dele notícia tiverem que foram nomeados para fazer parte do ROL DOS JURADOS desta Comarca de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no ano de 2023, os membros a seguir:

DIVULGA pois, que os jurados nomeados farão parte do ROL DE JURADOS para o ano de 2023.

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1o Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2o A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.' (NR)

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - os Governadores e seus respectivos Secretários;

III - os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV - os Prefeitos Municipais;

V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII - os militares em serviço ativo;

IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.' (NR)

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1o Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2o O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.' (NR)

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.' (NR)

Art. 440.Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.' (NR)

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.' (NR)

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.' (NR)

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.' (NR)

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.' (NR)

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.' (NR)

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.' (NR)

1.
ABENI SINARA PENA MARQUES SILVA
RUA piaui, 945, vila nova

2.
ADEMAR FERNANDES DIAS
Rua Pinheiro, 307, Vila Dourada

3.
ADRIANO CANEDO BORGES
AVENIDA ROMUALDO RESENDE, 800, TAMABORIL

4.
ADRIELLY ALVES VIEIRA MEDEIROS
RUA SEBASTIAO RICARDO, 59, SANTA MARIA

5.
AGDA APARECIDA GONCALVES SOUTO
RUA VERA CRUZ, 137,Vila Nova

6.
AGNALDO CANDIDO DO NASCIMENTO
AVENIDA MAGALHÃES PINTO,18, Costa sul

7.
ALESSANDRA CAETANO MARTINS
RUA B, 620, CATULINA I

8.
ALESSANDRA DORNELAS DE OLIVEIRA
RUA FLORENCA, 241, VILLA ITÁLIA

9.
ALESSANDRA FALEIROS RESENDE
RUA TRIPUI, 540, PROGRESSO

10.
ALESSANDRA JANUARIO PIRES DE OLIVEIRA
RUA PERNAMBUCO, 378, VILA NOVA

11.
ALESSANDRA LUCIA ALVES SANTANA
RUA MARAJO, 390, LAGOINHA

12.
ALESSANDRA JULIETI ALMEIDA
RUA PORTUGAL, 941, MONTREAL

13.
ALEXANDRE DE ASSIS OLIVEIRA
RUA MARANHAO, 580, VILA NOVA

14.
ALEXSANDER CARDOSO DE OLIVEIRA
AV DOIS, 62, B. DO CARMO

15.
ALICIO ALVES GOMES
RUA FLORENÇA, 90, VILLA ITÁLIA

16.
ALINE CORREA DE SOUZA
Rua Ceará, 895, Vila Nova - tel. 999424583

17.
ALINE FERNANDES DE ASSUNÇÃO
RUA CORONEL VIRGILIO ROSA, 783, N SENHORA DE FÁTIMA

18.
ALTAMIRO FRANCISCO DE SOUZA
RUA CORONEL VIRGILIO ROSA, 1355, VILA NOVA

19.
AMANDA CAMPOS RIBEIRO
RUA SÃO JOSE, 25, CELSO BUENO

20.
AMANDA DE MELO SOARES
RUA INDEPENDENCIA, 442, CIDADE JARDIM

21.
AMANDA DE OLIVEIRA LIMA
RUA JOSE SOARES, 1759, VILA NOVA

22.
AMANDA DIAS DUTRA
RUA ESPIRITO SANTO, 181, VILA NOVA

23.
AMILSON VICENTE PEREIRA
RUA FRANCA, 189, MONTREAL

24.
ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA
RUA JOSÉ SOARES, 1290, VILA NOVA

25.
ANA CAROLINE DALILA FERREIRA
Rua Maranhão, 162, Vila Nova, tel. 998265420

26.
ANA LÚCIA ROSA
Rua Ceará, 879 - Vila Nova

27.
ANA PAULA PIRES DUARTE
Rua Riachuelo, 1059, Boa Vista, tel. 999255605

28.
ANDRE ALVES DA COSTA
RUA PRIMEIRO DE MAIO, 17, BELVEDERE

29.
ANDRE FERNANDES DE SOUZA
RUA EDUARDO PIMENTEL, 281, BOA VISTA

30.
ANDRE FERNANDES NOGUEIRA
RUA ESTRELA DO SUL, 352, LANGONI

31.
ANDRE GOMES ARRUDA

RUA ROMUALDO REZENDE, VILA NOVA
32.
ANDRE LUIZ LEME
RUA C, 14, CARMO II
33.
ANDRE LUIZ DORNELAS BORGES
RUA PIAU, 421, LAMBARI
34.
ANDREA MARÇAL SANTOS
Rua Aureliano Rocha, 101 - Tamboril
35.
ANDREZA APARECIDA DE ALMEIDA
Avenida da Saudade, 240 - centro
36.
ANTONIA DO ESPIRITO SANTO MENEZES LIMA
AVENIDA BRASIL OESTE, 2020, JARDIM ZENI
37.
ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA
RUA FRANÇA, 149, MONTREAL
38.
ANTÔNIO CARLOS DOMINGUES JÚNIOR
Rua Caetés, 250, Boa Vista, tel. 987219643
39.
ANTONIO CARLOS FRANCISCO
RUA FORMOSA, 133, BOA VISTA
40.
ARTHUR FILLYPE DE O. PIRES
Rua Hermogenes Rodrigues da Cunha, 06, Tel. 999108026
41.
ARTUR VINICIUS ALMEIDA SILVA
RUA RONAN CARDOSO, 820, VILA NOVA
42.
BARBARA MARIA NUNES MENDES
RUA VITAL ROSA PINTO, 730, JARDIM ORIENTE
43.
BEATRIZ MARTINS LISBOA
Rua Antenor Pereira da Costa, 141, Irai de Minas - tel.98804-9350
44.
BRUNA APARECIDA FERNANDES DA SILVA
AV MAGALHÃES PINTO, 91, RESIDENCIAL COSTA SUL
45.
BRUNA BORGES FONSECA
RUA DUARTE DA COSTA, 360, JARDIM DOS IPES
46.
BRUNA GONCALVES LIFONSO
RUA CEARÁ, 805 FUNDO, VILA NOVA
47.
BRUNA LAIS DE OLIVEIRA
RUA AMÉRICO FERNANDES, 140, RESIDENCIAL JARDIM AMÉRICO
48.
BRUNO CESAR LOPES DE ALMEIDA
RUA DOURADOS, 429, RESIDENCIAL LAMBARI
49.
BRUNO FERNANDO VIEIRA
RUA ELVIRA BATISTA SOUTO, 35, JARDIM AMÉRICO
50.
BRUNO PEREIRADA SILVA CAETANO
RUA AURORA ROSA MARQUES, 100, BELA SUIÇA
51.
BRUNO RAFAEL R DE ARAÚJO
Rua Espirito Santo, 184, Vila Nova, tel. 3842-1142
52.
BRUNO VINÍCIUS MOREIRA RODRIGUES
Rua Inglaterra, 33 - Jardim Montreal
53.
CAIO DE CASTRO VIEIRA
ALAMEDA DOS JEQUITIBAS, 44, COSTA SUL
54.
CAIQUE TEODORO MORAES DA SILVA
RUA ONZE, 140, ALTO DA VILA NOVA
55.
CARLA ANDREA DUARTE
AV JOAO PINHEIRO, 504, CENTRO
56.
CARLA CRISTINA ALVES DA SILVA
RUA PEDRO ALVES RESENDE, 13, PLANALTO
57.
CARLA CRISTINA COSTA PRADO
RUA GERALDO DA QUITANDINHA, 150, SIDONIO CARDOSO
58.
CARLOS ANTONIO DE RESENDE
RUA GENERAL OSORIO, 484, CENTRO
59.
CARLOS DORNA ALVAREZ
Rua Argentina, 635
60.
CARLOS ROBERTO MACHADO DE OLIVEIRA
RUA SANTO ESTEVAO, 71, PLANALTO
61.
CARLOS EDUARDO RODRIGUES
AVENIDA QUATRO, 353, B. DO CARMO
62.
CARLOS HUMBERTO MARTINS
Avenida Cruzeiro do Sul, 610, Catulina, Tel. 988084118
63.
CARLOS JOSE DA SILVA
RUA MARIETA HONORATO DE OLIVEIRA, 581, JARDIM ORIENTE
64.
CARLOS JUSCELINO DOS SANTOS
RUA ESTRELA DO SUL, 412, LANGONI
65.
CARLOS LUIS MARQUES PENA
RUA PIAUI, 945, VILA NOVA
66.
CARLOS ROBERTO MACHADO DE OLIVEIRA
RUA SANTO ESTEVÃO, 71, PLANALTO
67.
CAROLAINE CASTRO ALVES
RUA SILVESTRE, 455, VILA DOURADA
68.
CAROLINA DUARTE COSTA
RUA MADRE CLARA, 490, SANTA RITA
69.
CAROLINA TEODORO PRATA
AVENIDA DA IMPRENSA, 10, CENTRO
70.
CAROLINA XAVIER BRAZ
RUA TEODORO BORGES, 185, N SENHORA DE FÁTIMA
71.
CASSIO RODRIGUES DE SOUZA
RUA MEXICO, 84, VILA DOURADA
72.
CASSIO ROSANO DE SOUZA BATISTA
AV SANTA RITA, 695, SANTA RITA
73.
CÉLIA SALGADO BRAGA E SILVA
Rua vinte e um de abril, 550, Bairro do Carmo
74.
CELIO BRUNO VIEIRA MENDES
RUA CORONEL JOSE CARDOSO, 548, CENTRO
75.
CELIO FERNANDES DA COSTA
RUA MARANHÃO, 50, VILA NOVA
76.
CIRLANE VIEIRA DE PAULO
Rua João Martins Cortes, 700, Santa Rita - Monte Carmelo-MG
77.
CLÁUDIA MUNDIM PENA
Rua Dona Sindá, 51 - centro
78.
CLAUDIANA NUNES DA SILVA
RUA VITORIA, 181, MORADA NOVA
79.
CLAUDIANE ROSA DE ANDRADE OLIVEIRA
RUA NORUEGA, 266, MONTREAL
80.
CLAUDIANE DE VASCONCELOS SILVA
RUA SÃO FRANCISCO, 29, CELSO BUENO
81.
CLAUDINEI DAVI DE OLIVEIRA
RUA ESPANHA, 920, MONTREAL
82.
CLAUDIO ASSIS DE PAULA
RUA PEDRO RESENDE, 178, BOA VISTA
83.
CLAUDIO CRISPIM DIAS
RUA MARIA CAROLINA, 920, RESIDENCIAL JARDIM AMÉRICO
84.
CLAUDIO ROBERTO NASCIMENTO
RUA MESTRE ALFREDO, 48, TAMBORIL
85.
DAIANA C.M. OLIVEIRA
Rua Piaui, 476, Vila Nova, tel. 998241266
86.
DANIEL BELMIRO DA SILVA
RUA SERGIPE,762, VILA NOVA
87.
DANIEL IZAIAS ALVES
RUA PARANA, 249, AEROPORTO III
88.
DANIELA DE FÁTIMA OLIVEIRA COELHO
Rua Juca Resende, 173 - Boa vista-Monte Carmelo
89.
DANIELE CRISTINE PEREIRA DE MORAES
Rua São Francisco, 209, Celso Bueno, tel. 99930-4009
90.
DANILO ARAÚJO
Avenida Brasil, 200 - Vila Nova
91.
DANILO DUARTE DA COSTA
RUA MADRE CLARA, 490, SANTA RITA
92.
DANILO GONCALO SANTOS
RUA NOVE, 535, JARDIM DOS IPES
93.
DANYELLA VITORIA ROSA COSTA
RUA DURVAL DORNELAS OLIVEIRA, 500, JD UNIÃO CARMELITANA
94.
DARIO DA SILVA MELO
Av. Romualdo Resende, 1625, Vila Nova, Monte Carmelo
95.
DAVI ANTÔNIO RIOS
RUA SÃO ROQUE, 241, RESIDENCIAL CAMPESTRE
96.
DAVI SAMUEL DIAS
RUA RONAN CARDOSO NAVES, 78, AEROPORTO
97.
DAYSON CAMARGO MENDONÇA
Praça Rio Branco, 116, - Centro, Monte Carmelo
98.
DEIVDE JUNIO CANDIDO
AV JOSÉ AVELINO, 592, BELO HORIZONTE
99.
DENIA NAVES MUNDIM DE SOUZA
RUA GENTIL BOSI, 101, COND. RECANTO DO ARARI
100.
DENISE SEVERINA DE JESUS
RUA SILVIO MACEDO, 920, SANTA RITA
101.
DEYVID JUNIO DA SILVA
Rua Ronan Cardoso, 304 - Vila Nova
102.
DILCIANO JUSTINO CAETANO
RUA AUSTRIA, 245, MONTREAL
103.
DIEGO MARQUES PRUDENTE ALVES
RUA RIO CLARO, 394, AEROPORTO
104.
DIOVANA DA SILVA CAMPOS
RUA AURELIANO ROCHA, 444, TAMBORIL
105.
DIOVANNE GERALDO NARCIZO
RUA MARANHÃO, 120 A, BELO HORIZONTE
106.
DIOZE APARECIDA DE OLIVEIRA
RUA JOÃO SOARES RODRIGUES, 521, JARDIM ORIENTE

107.
DIRCELEI PEREIRA DE LIMA
RUA JOSE SOARES, 1302, NOSSA SENHORIA DE FÁTIMA
108.
DIVANY FURTADO DE MEDEIROS
RUA WALTERSON PEREIRA, 250, SIDÔNIO CARDOSO
109.
DONIZETE ANTONIO ROSA
RUA MATO GROSSO, 990, VILA NOVA
110.
DONIZETE PEREIRA DA SILVA
RUA B, 60, B. DO CARMO
111.
DOUGLAS IZAQUIEL FERNANDES
RUA SUIÇA, 130, MONTREAL
112.
DOUGLAS ROCHA GONCALVES
AVENIDA BELO HORIZONTE, 831, VILA NOVA
113.
DOUGLAS WILLYAM BORGES
AVENIDA CRUZEIRO DO SUL, 961, CATULINA I
114.
DULCE HELENA ROSA LOURENÇO
RUA B, 9, DO CARMO II
115.
DOURVANIO DE OLIVEIRA GOMES
Rua Pirapitinga, 940 - Boa Vista
116.
EDSON CARDOSO PIRES
RUA PARANA, 755, VILA NOVA
117.
EDSON CARLOS SOUZA DOS SANTOS
RUA SÃO FRANCISCO, 340, CELSO BUENO
118.
EDUARDA JOPLIN A. DE R. S. BORGES
Rua Xingu, 579, Vila Dourada, tel. 99905-0208
119.
EDUARDO ARAUJO BATISTA
RUA GUAIANASES, 131, PLANALTO
120.
EDUARDO DOMINGOS DE MELO
RUA CORONEL VIRGILIO ROSA, 348, N SENHORA DE FÁTIMA
121.
EDUARDO FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA
RUA QUIRINO JOSÉ QUADROS, 1443, VILA NOVA
122.
EDUARDO HENRIQUE GRACIANO DA SILVA
AV. ROMUALDO RESENDE, 1861, VILA NOVA
123.
EDUARDO LUCIO SOARES
RUA ESPANHA, 510, MONTREAL
124.
ELAINE MARIA DA COSTA E ROSA
RUA JOAQUIM LUZIA DA COSTA, 120, LANGONI
125.
ELIANA DAS GRACAS DE OLIVEIRA
RUA MAGALHÃES PINTO, 119, RSIDENCIAL COSTA SUL
126.
ELIANA DE OLIVEIRA ALVES
RUA SÃO SEBASTIÃO, 295, LAGOINHA
127.
ELIANA DUTRA DOS SANTOS PEREIRA
PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 42, CELSO BUENO
128.
ELIANA JOSE DE MELO
RUA VERA CRUZ, 199, AEROPORTO
129.
ELIANE COELHO CHAVES DE OLIVEIRA
Rua Nicota Cardoso, 2100, Santa Rita, Monte Carmelo
130.
ELIANE PEREIRA MACHADO
RUA SANTA CATARINA, 106, VILA NOVA
131.
ELICIDIO BATISTA
RUA JALES MACHADO SIQUEIRA, 47, BOA VISTA
132.
EMERSON ANTONIO DA COSTA
AV JOSÉ AVELINO, 767, VILA NOVA
133.
EMERSON DA SILVA RIOS
RUA MATUZALEM FREITAS CARDOSO, 170, TRIÂNGULO
134.
EMERSON PAIVA
RUA GERSON COUTINHO DA SILVA, 734, CENTRO
135.
ERASMO ABREU SANTOS
RUA FRANÇA, 521, JARDIM MONTREAL
136.
ERINA SOARES DA SILVA
RUA TOCANTINS, 169, CENTRO
137.
ERUILSON ANTONIO DE OLIVEIRA
RUA PIAUI, 1169, N. SENHORA DE FÁTIMA
138.
ESLI RODRIGUES DE ALMEIDA
RUA VICENTE PERES, 330, SANTA RITA
139.
EVANILSON CARLOS DA SILVA
RUA SERGIPE, 685, VILA NOVA
140.
FABIANE CARLA GAMA BRASIL
RUA TRÊS PONTES, 188, TAMBORIL
141.
FABIANE DAVI DE LIMA
RUA PADRE EUSTAQUIO, 55, LAGOINHA
142.
FABIANE LOURENCO DA SILVEIRA ESTEVES
RUA DONA VERISSIMA, 265, BOA VISTA
143.
FABIO MENDES PEREIRA
RUA RIO ARAGUAIA, 163, VILA DOURADA
144.
FABIO MIRANDADE SOUSA
RUA F, 781, CATULINA II
145.
FABIO PARAISO DE SOUZA
RUA FRANCA, 327, MONTREAL
146.
FABRICIA GONCALVES CUNHA MUNDIM
AVENIDA DONA CLARA, 70, CENTRO
147.
FABRICIO DUARTE DA SILVA CASTRO
RUA PARAIBA, 48, BELO HORIZONTE
148.
FERNANDO AUGUSTO COSTA QUEIROZ
RUA SILVIO MACEDO, 240, SANTA RITA
149.
FERNANDO FRANCISCO NETO
RUA PORTUGAL, 1260, MONTREAL
150.
FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA
RUA NICOTA CARDOSO, 1845, SANTA RITA
151.
FERNANDO MENDONCA DE OLIVEIRA
AVENIDA DO CONTORNO, 862, BATUQUE
152.
FERNANDO NAVES MENDES
AVENIDA DA SAUDADE, 397, CENTRO
153.
FIDELES FERNANDES SILVA
RUA CORONEL FELICIANO RODRIGUES, 91, CENTRO
154.
FERNANDA PIRES DA COSTA
RUA MARANHÃO, 425, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
155.
FLAVIA REGINA SOARES DA SILVA
RUA D, 800, CATULINA I
156.
FLAVIANA DE SOUZA FERNANDES
AV DO CONTORNO, 832, TRIÂNGULO
157.
FLAVIANA PEREIRA DOS SANTOS
RUA C, 571, CATULINA I
158.
FLORIPES DUARTE DOS SANTOS
RUA RIO DO DOCE, 461, VILA DOURADA
159.
FLAVIO LECIO DO NASCIMENTO
AV DO CONTORNO, 792, TRIÂNGULO
160.
FRANCISCO FERREIRA COUTINHO
Rua Carlos Teodoro Stein, 140, Batuque II, Monte Carmelo-MG
161.
GABRIEL DAMASCENO RIBEIRO MIRANDA
Rua Araguari, 320 Aeroporto III Monte Carmelo
162.
GABRIEL DAVI BARBOSA
Rua Madre Clara, 381, Santa Rita de Cássia, tel. 99986-6949
163.
GABRIELA CAROLINA MOTA COELHO
RUA SANTA ROSA, 268, LAGOINHA
164.
GABRIELLA CRISTINA DA CUNHA
Rua Aurora Rosa Marques, 60, Bela Suiça, tel. 991499222
165.
GABRIELLI SOUZA MUNDIM
RUA UBERABA, 72, BATUQUE
166.
GEAN CARLOS GONÇALVES
RUA SÃO SEBASTIÃO, 59, CELSO BUENO
167.
GEOVANNA MARIA A. E SILVA
Avenida 01 , 273, Carmo T. 17997651535
168.
GEOVANY ALVES VIEIRA
Rua Teodoro Felipe, 388, Irai de Minas, 999813418
169.
GERALDO APARECIDO COSTA
RUA PEDRO FALEIROS AGUIAR, 780, SANTA RITA
170.
GISELIA ALVES DA SILVA CIRQUEIRA
RUA PERNAMBUCO, 833, ALTO DA VILA NOVA
171.
GISELY GONCALVES SATURNINO
RUA ALIPIO PEREIRA DIAS, 171, SIDÔNIO CARDOSO
172.
GISLAINE APARECIDA VIEIRA
RUA MARANHÃO, 574, N SENHORA DE FÁTIMA
173.
GISLAINE CORREA GOULART
RUA MATUZALEM FREITAS CARDOSO, 180, JARDIM DOS IPES
174.
GISLEI MARTINS DE SOUZA CARVALHO
Rua São Paulo, 1310 - Vila Nova
175.
GISLENE MARTINS DE DEUS LOPES
RUA 2, 61, JARDIM IPIRANGA
176.
GISSELI LONGHI SANTOS
RUA PRIMEIRO DE MAIO, 31, BELVEDERE
177.
GLEICE PEREIRA SILVA
RUA EUCERIO T. NUNES, 149, PLANALTO
178.
GLEIDE MARCIA DA COSTA
RUA MATUZALEM CARDOSO DE FREITAS, 1017, JARDIM DOS IPÊS
179.
GRAZIELE PEREIRA SILVA ROCHA
Avenida Imprensa, 35 - Boa Vista
180.
GLEIVIMAR BALBINO DA SILVA
RUA VIRGINIA ROSA, 211, BOA VISTA
181.
GRACIANA DA SILVA
RUA WILLIAN DE OLIVEIRA, 82, AEROPORTO
182.

GUILHERME CAETANO MENDES
RUA DIACUI, 49, AEROPORTO
183.
GUSTAVO ADOLFO DE QUEIROZ PAPPA
RUA TRIPUI, 570, PROGRESSO
184.
GUSTAVO FERREIRA
RUA PEDRO ALVES RESENDE, 162, PLANALTO
185.
GUSTAVO HENRIQUE COSTA DA SILVA
RUA ODILON RODRIGUES, 305, BOA VISTA
186.
GUSTAVO HENRIQUE MIGUEL FELIPE DA SILVA
RUA ARAGUARI, 366, AEROPORTO
187.
HAILTON BATISTA ROSA
RUA RUI OLIMPIO DA CRUZ, 2261, VILA NOVA
188.
HUDSON HENRIQUE CHAVES
RUA3, 111, IPIRANGA III
189.
HUMBERTO CARLOS FERNANDES
RUA CORREDOR MUNICIPAL, 1284, CATULINA I
190.
HUMBERTO LUIZ BORGES JUNIOR
RUA MONTE CARLO, 430, SANTO AGOSTINHO
191.
IDALINA MARIA AUXILIADORA MENDES VELOSO
Rua Duarte da Costa, 1355 - Jardim dos Ipês
192.
ISAC BATISTA DE SOUZA
RUA FRANCA, 420, MONTREAL
193.
ISADORA ALVES COSTA
RUA RIO GRANDE DO NORTE, 704, ALTO DA VILA NOVA
194.
ISADORA CAROLINA GONDIM
RUA ITALIA, 630, JARDIM ORIENTE
195.
ISADORA OLIVEIRA DIANIN
AV. RUI BARBOSA, 338 A, BOA VISTA
196.
ISAIAS DEOLIVEIRA SILVA
RUA VICENTE P SANTOS, 307, SANTA RITA
197.
ISAIAS NATALINODA SILVA
RUA DIOGENES NASCIMENTO, 884, SANTA RITA
198.
ITAVAR JOSÉ VIEIRA GREGÓRIO
Rua Tocantins, 160 - Vila Nova
199.
JALES INÁCIO NOGUEIRA
Rua Eduardo Pimentel, 270 - Boa Vista
200.
JAQUELINE MOURA VALADÃO
Praça do Rosário, 14, Boa Vista, Monte Carmelo-MG
201.
JESSICA GONCALVES FERREIRA
RUA JOAO SOARES RODRIGUES, 770, JARDIM ORIENTE
202.
JESSICA KAROLINA RIBEIRO DA SILVA
AV UM, 328, B. DO CARMO
203.
JESSICA MARCELLY DE OLIVEIRA SANTOS ZAMPIROLI
RUA C, 3, CIDADE JARDIM
204.
JÉSSICA RODRIGUES DA SILVA
Rua Parecis, 307, Planalto - Monte Carmelo-MG
205.
JOAO CARLOS ALVES MOREIRA
RUA ITALIA, 140, MONTREAL
206.
JOAO HONORATO DA SILVA
RUA PIAUI, 891, VILA NOVA
207.
JOAO MENDES DE OLIVEIRA
RUA PARANA, 745, VILA NOVA
208.
JONAS ALVES DA SILVA FILHO
RUA GIL PENA, 231, SANTA RITA
209.
JONATAS TEIXEIRA BATISTA PONTES
RUA PATROCINIO, 2. AEROPORTO
210.
JONATHAN GONCALVES LIMA
RUA DOS TAMBUS, 10, APTO 14, CAMPOS ELÍSEOS
211.
JOSE APARECIDO PEREIRA
RUA SETE DE SETEMBRO, 240, BOA VISTA
212.
JOSE AUGUSTO FERREIRA
RUA VITAL DORNELAS, 305, SIDÔNIO CARDOSO
213.
JOSE CAETANO LOPES RIBEIRO
RUA CEARA, 1205, VILA NOVA
214.
JOSÉ HAMILTON ALVES
Av. XV de Novembro, 760 -Boa Vista - Monte Carmelo
215.
JOSÉ NIVALDO COUTINHO
Av. Dr Waldemar Lorens, 48, centro, Monte Carmelo
216.
JULIANA FÁTIMA PIRES DE OLIVEIRA
Rua Siena, 137, Vila Itália - Monte Carmelo
217.
JULIANA MARA DOS SANTOS
RUA L, 960, CATULINA
218.
JULIANA MARIA RODRIGUES ROCHA
RUA TOCANTINS, 580, VILA NOVA
219.
JULIANA MARTINS CARDOSO DAVID
RUA VICENTE PEREZ, 411, SANTA RITA
220.
JULIANO ALVES ANTONIO
AVENIDA ANA ROSA CARDOSO ALVES, 311, SIDONIO CARDOSO
221.
KAIRON CARLOS DORNELAS DA SILVA
RUA AMAPA, 618, ALTO DA VILA NOVA
222.
KAMILLA BEATRIZ DA SILVA
RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 421, VIRGÍLIO ROSA
223.
LAUDECI DIAS DE SOUZA ASSUNÇÃO
RUA PADRE CÉSAR, 81 , CENTRO
224.
LAURA GOMES DOMINGUES
Rua Travessa Caetés, 250, Boa Vista, 988714067
225.
LEIDIANE DE MELO LEAL
Rua Parecis, 121 - Planalto
226.
LEÔNCIO DUARTE DOS SANTOS
Rua Rio Doce, 461 Vila Nova- Monte Carmelo
227.
LETÍCIA BARBOSA RODRIGUES
Rua D, 710, Catulina I, tel. 998083325
228.
LETÍCIA MARIA VALES
Rua das Orquideas, 570 - tel. 988653932
229.
LISIANE CARDOSO STEIN
Avenida Dona Clara, 10 - Langoni
230.
LORENA FERNANDES MAGALHÃES
Rua Augusto Ribeiro dos Anjos, 190, Centro, Romaria
231.
LUCAS FERNANDO NUNES GONCALVES
AV. SANTA RITA, 300, SANTA RITA
232.
LUCAS GABRIEL LUZ
RUA QUATRO, 185, B. DO CARMO
233.
LUCAS GABRIEL SANTOS OLIVEIRA
RUA CORONEL FELICIANO RODRIGUES, 119, CENTRO
234.
LUCIANO LIMIRIO DE CARVALHO
Rua Orozimbo Resende, 255, Boa Vista, Monte Carmelo-MG
235.
LUCIENE APARECIDA MARTINS
RUA RIO GUAIBA, 232, VILA DOURADA
236.
LUCINDA MARIA NAVES
RUA FRANCA, 54, MONTREAL
237.
LUCIO RAMINELLI FILHO
RUA RUI BARBOSA, 373, BOA VISTA
238.
LUCIO UBALDO DE MAGALHAES
RUA JOAQUIM FLORES DA SILVA, 132, N SENHORA DE FÁTIMA
239.
LUIS FELLIPE DIAS ARAUJO
RUA G, 171, B. DO CARMO
240.
LUZIA SEIKO DA ROCHA
Rua Clementino Naves, 371 - Centro, Irai de Minas
241.
MAÉRCIO RIBEIRO CARDOSO
Rua Frei Pio Palachios, 90, Romaria
242.
MAISA CRISTINA SANTOS SILVA
Rua Piau, 570 - Lambari
243.
MARA PENA DA SILVA
Rua Paraná, 559, Vila Nova, Monte Carmelo
244.
MARCELA BERNARDELLI RESENDE
RUA JOAO XXIII, 456, CAMPOS ELÍSEOS
245.
MARCELINO JOSÉ FERREIRA
Rua Cel. José Cardoso, Lavajato Pezão, Monte Carmelo
246.
MANOEL FERREIRA DE QUEIROS
RUA IRACI COSTA, 785, SANTA RITA
247.
MARCELLO HEMILIANO SILVEIRA
AVENIDA SAUDADE, 241, CENTRO
248.
MARCELO GONCALVES RAMOS
RUA TRIPUI, 172, TAMBORIL
249.
MARCIO PEREIRA DA COSTA
RUA PARANÁ, 131, VILA NOVA
250.
MARCILENE COSTA DA SILVA
AV DONA CLARA, 1885, CENTRO
251.
MARCO AURELIO PEREIRA
RUA RAUL SOARES, 50, CENTRO
252.
MARCO TULIO SALGADO GAMA
AVENIDA BRASIL OESTE, 348, PLANALTO
253.
MARCO TULIO SANTANA COSTA
RUA SILVIO MACEDO, 690, SANTA RITA
254.
MARCOS ADRIANO DOS REIS DE ASSIS
RUA HOLANDA, 95, RESIDENCIAL BELA ITÁLIA
255.
MARIA CLARA DINIZ RAMOS PORTILHO
Rua Cinco, 50 - Jardim Ipiranga II
256.
MARIA EDUARDA F. R. SILVA
Rua São João, 539, Lambari, tel. 98838, 5859
257.
MARIA PEROLA MACEDO GOMES
Rua Duque de Caxias, 48 - centro

258.
MARIA RENATA DOS SANTOS
RUA SILVIO CARDOSO, 152, TRIÂNGULO
259.
MARIELLEN CAROLINE SOUSA E SILVA
RUA A, 61, B. DO CARMO II
260.
MARILAINE GONÇALVES FERREIRA
RUA ILIDIO ALVES MUNDIM, 271. SIDONIO CARDOSO
261.
MARINES DE JESUS GAMA
Av. 4, 50, Bairro do Carmo, Monte Carmelo
262.
MARLLON ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Rua Ceará, 1341, Vila Nova, tel. 999223434
263.
MARLON BLENO VENCESLAU DA SILVA
RUA SÃO ROQUE, 251, RESIDENCIAL CAMPESTRE
264.
MATHEUS FRANCISCO CUNHA
Rua Piaui, 480, Lambari - tel.988879044
265.
MATHEUS SIDNEI TEODORO MARTINS BRANDAO
RUA EUCERIO TEODORO NUNES, 356, LAMABARI
266.
MAURICIO FERREIRA BORGES
AV BRASIL NORTE, 68, BOA VISTA
267.
MICHELLE APARECIDA MARÇAL BRASÃO
Av. Américo Fernandes, 96, Jardim América, tel. 988374158
268.
MILENA GASPARINA DA SILVA
Rua Geraldo Quitandinha, 120 Monte Carmelo, tel. 988184370
269.
MURILO ANTONIO DE VASCONCELOS
RUA JOÃO TEODORO BORGES, 660, VILA NOVA
270.
NABIO JACINTO DE MELO
RUA VICENTE PERES, 401, SANTA RITA
271.
NATALIA APARECIDA DE JESUS
RUA PORTUGAL, 801, MONTREAL
272.
NATALIA APARECIDA RODRIGUES
AVENIDA CRUZEIRO DO SUL, 1230, TREVO
273.
NEIDE MARIA GONÇALVES SOUZA
Rua do Contorno, 109, Jardim dos Ypês
274.
NIVALDO TEIXEIRA FRANÇA
Rua São Paulo, 1642, Vila Nova
275.
NULCE DE FÁTIMA MELO
Avenida Engenheiro Heládio Simões, 200 - Batuque
276.
PABLO MARQUES DA SILVA
RUA PINHEIRO, 420, IPIRANGA
277.
PALOMA ALVES PINHEIRO DA SILVA
RUA SIENA, 200, VILLA ITÁLIA
278.
PALOMA MARIA MACEDO
RUA PARANA, 500, VILA NOVA
279.
PATRICIA COSTA SILVA
RUA DURVAL DORNELAS DE OLIVEIRA, 561, JARDIM UNIÃO CARMELITANO
280.
PATRICIA DA COSTA MARTINS
RUA DAS ANGELICAS, 1361, CIDADE JARDIM III
281.
PATRICIA DE OLIVEIRA MELO SANTOS
RUA ODILON RODRIGUES DA COSTA, 391, BOA VISTA
282.
PATRÍCIA PEREIRA
Praça do Rosário, nº 30, Boa Vista, Monte Carmelo-MG
283.
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS RODRIGUES
RUA ODILON RODRIGUES DE OLIVEIRA, 65 F, BOA VISTA
284.
PAULO HENRIQUE ROSA SOARES
RUA AMAZONAS, 12, AEROPORTO
285.
PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA
RUA BAHIA, 51, CELSO BUENO
286.
PAULA ANGELICA FERREIRA CUNHA NOGUEIRA
RUA ESTRELA DO SUL, 352, LANGONI
287.
PAULO SERGIO FERNANDES
RUA B, 740, CATULINA I
288.
PEDRO AUGUSTO RIBEIRO DE CASTRO
RUA B, 670, CATULINA
289.
PEDRO AUGUSTO SOUZA SILVA
RUA VIRGILIO ROSA PORTILHO, 264 B, CENTRO
290.
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DO NASCIMENTO
Rua José Magalhães Pinto, 316, Romaria - tel. 992359281
291.
PEDRO DE FIGUEIREDO NOGUEIRA
RUA SAO JOAO DA CRUZ, 885, PLANALTO
292.
POLIANA APARECIDA BARBOSA
RUA CORONEL VIRGÍLIO ROSA, 1006 A, N SENHORA DE FÁTIMA
293.
POLYANA CRISTINA DA SILVA AGUIAR
RUA QUATRO, 141, B. IPIRANGA
294.
QUELI RIBEIRO DOS SANTOS
RUA CORREDOR MUNICIPAL, 301, VILA NOVA
295.
RAFAEL FRANCISCO DA SILVA
RUA BUENOS AIRES, 115, VILA DOURADA
296.
RAFAELLA CRISTINA DE OLIVEIRA FLORES
RUA DAS JURITIS, 110, BOUGANVILLE
297.
RAIANE DE FATIMA PIRES DE OLIVEIRA MUNIZ
RUA RONAN CARDOSO NAVES, 714, BELO HORIZONTE
298.
ROBSON RODRIGUES DE MELO
Rua Bela Vista, 109, Boa Vista, Monte Carmelo
299.
ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS
RUA SÃO PAULO, 302, AEROPORTO
300.
RODRIGO DE OLIVEIRA DA SILVA
AV MAGALHÃES PINTO, 103, COSTA SUL
301.
RODRIGO DE SOUZA
RUA BRASILIA, 40, VILA NOVA
302.
ROGÉRIO DONIZETI SIMÃO
RUA AUSTRIA, 348, MONTREAL
303.
ROGÉRIO ALVES MUNDIM
Rua Mato Grosso, 985, Vila Nova - Monte Carmelo-MG
304.
ROMARIO CESAR PEREIRA OLIVEIRA
RUA SEIS, 711, SÃO SEBASTIÃO
305.
ROMULO JUNIO SALGADO LEITE
RUA JOSE SCARPELINE, 601, SANTA RITA
306.
ROMULO ROCHA GONCALVES
RUA VENEZUELA, 880, TREVO
307.
RONALDO AGOSTINHO FILHO
RUA CEARA, 339, VILA NOVA
308.
RONALDO CARDOSO PEREIRA
RUA PERNAMBUCO, 570, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
309.
SAMUEL LUCIO DE ALMEIDA
RUA MONTE CARLO, 130 , SANTO AGOSTINHO
310.
SANDRA JUSSARA DUTRA
AV DOIS, 342, CARMO
311.
SANDRA ROSA DE OLIVEIRA
RUA SILVIO MACEDO, 890, SANTA RITA
312.
SINARA AVILA PINHEIRO SOUZA
RUA GOIAS, 1497, VILA NOVA
313.
SINARA MARY CUNHA DE FREITAS RIBEIRO
RUA FORMOSA, 467, PLANALTO
314.
SINESIO JANUARIO DE OLIVEIRA
RUA RIACHUELO, 349, BOA VISTA
315.
STEPHANIE DRUMOND PEREIRA
RUA INCONFIDENCIA, 540, CIDADE JARDIM
316.
STEPHANIA MUNDIM SOARES
AV. BELO HORIZONTE, 781, VILA NOVA
317.
TALES CAMARGO LEITE
Rua José Fernandes Nunes, 14 - Monte Carmelo
318.
TIAGO DE PAULA PEREIRA
RUA GUAIANASES, 161, PLANALTO
319.
TIAGO HERNANDES TADEU FERRO DA COSTA
RUA VENEZUELA, 831, TREVO
320.
TIAGO RODRIGUES LEMOS
RUA GIL PENA, 601, SANTA RITA
321.
VAGNER LUIZ RODRIGUES
RUA ARGENTINA, 686, TREVO
322.
VALDEIR FERREIRA BRAGA
RUA ARAGUAIA, 111, VILA DOURADA
323.
VANESSA ALVES MARTINS
RUA G, 711, CATULINA I
324.
VANESSA DA SILVA ANDRADE DE JESUS GUTIERREZ
RUA SANTO ESTEVAO, 48, LAGOINHA
325.
VANESSA DE OLIVEIRA
RUA MACIEL DO LAGO, 2 A, VILA NOVA
326.
VANESSA LOURDES DE SOUSA MIRANDA
RUA VIRGINIA ROSA, 300, BOA VISTA II
327.
VICTOR ROCHA RAMOS
RUA SANTA CATARINA, 220, VILA NOVA
328.
VITOR AUGUSTO GAMA SOUZA
RUA PAULO RESENDE, 150, DONA QUITA
329.
VIVALDO ANTONIO DA COSTA
RUA QUATRO, 111, JARDIM IPIRANGA II
330.
WALTER BATISTA DOS SANTOS
RUA MATO GROSSO, 225, BELO HORIZONTE
331.
WALTUIR BASILIO DOS SANTOS
RUA PATROCINIO, 128, AEROPORTO III
332.
WALERIA ALCANTARA DINIZ

RUA SÃO JOÃO, 616, LAMBARI
333.
WANDERSON BRUNO CABRAL
RUA E, 521, CATULINA
334.
WELINGTON DIAS DE OLIVEIRA
AVENIDA SANTA RITA, 490, SANTA RITA
335.
WELINGTON TEODORAK DA SILVA
CORREDOR MUNICIPAL, 820, CATULINA II
336.
WELLINGTON DAVI RIOS
RUA CEL. PENA, 351, SANTA RITA
337.
WELLINGTON ELI DA SILVA
RUAJOAOCUSTODIOFELISBIM
338.
WELLINTON SOARES NERY
RUA RIACHUELO, 1430, SANTA RITA
339.
WESLEI JOSE ANTONIO
RUA FRANÇA, 560, MONTREAL
340.
WESLEI PIRES DA SILVA
RUA E, 531, CATULINA
341.
WESLEY BORGES
RUA ESPÍRITO SANTO, 350, BELO HORIZONTE
342.
WESLLEY RODRIGUES BRIGIDO
RUA PEDRO ALVES RESENDE, 13, PLANALTO
343.
WILMA PEREIRA DOS SANTOS COSTA
AV BELO HORIZONTE, 1662, CENTRO
344.
YASMIM TAMARA ALVES MOREIRA DE FARIA
RUA MARANHÃO, 595, VILA NOVA
345.
YASMIN BATISTA DUARTE
RUA MONTE CARLO, 460, SANTO AGOSTINHO
346.
YASMIN JORDANA ADELINO DE ALMEIDA
RUA MANOEL DE NOBREGA, 17, LAGOINHA
347.
ZELIA CECILIA BARCELOS GALVAO
RUA MARANHÃO, 1011, VILA NOVA
348.
ZELIA DE FATIMA MELO
RUA DONA VERÍSSIMA, 108, BOA VISTA
349.
ZELMA LEOCADIO LOURENCO
AV ROMUALDO RESENDE, 1696, VILA NOVA
350.
ZILDA PEREIRA RODRIGUES
RUA OROZIMBO REZENDE, 101, BOA VISTA

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital que será publicado na imprensa oficial e afixado no átrio do Fórum, no lugar de costume.

DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, aos dez (10) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Rosangela Malaman Mafra, Escrivã Judicial, subscrevo e assino.
JOÃO MARCOS LUCHESI
Juiz de Direito da 2ª Vara

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE MONTE CARMELO / SECRETARIA DA 1ª VARA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. SAIBAM todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara tramitam os autos da AÇÃO DE USUCAPIÃO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA CONCEDIDO processo n.º 5003294-37.2022.8.13.0431 requerida por ABADIA DE FATIMA DA SILVA portador do CPF: 538.531.996-15. Ficam todas as pessoas interessadas, réus incertos, desconhecidos e possíveis proprietários, CITADOS para tomarem conhecimento de que foi interposta a Ação supra caracterizada e para, querendo, contestarem o pedido nos 15 (quinze) dias seguintes ao prazo de fruição do presente edital, com as advertências do art. 285 do CPC, a saber: "Um imóvel constituído de um lote de terreno de n° 2, da quadra nº 1009-A, localizado na Rua Quirino José Quadros nº 1223, no Bairro Belo Horizonte, em Monte Carmelo-MG, com área total de 123,60 m², com os seguintes limites e confrontações: O perímetro do terreno segue confrontando pelo fundo com OSIMAR MARTINS DE SOUZA, por 10,65m, lote nº 15 da Quadra 1009-A, confrontando pelo lado direito com INA MARIA FREITAS ALEIXO, por 14,20m, lote nº03 da Quadra 1009-A casa de nº1215, confrontando pela frente com a Rua Quirino José Quadros por 10,30m, e pela esquerda confrontando com Kelly Cristina de Lima, 9,80m, lote de nº 01, Quadra nº 1009-A, casa de nº 232. ." Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pelo autor (art. 285 e 319 do CPC). E para conhecimento de todos, bem como dos demais interessados, publica-se o presente no Diário do Judiciário e uma cópia encontra-se afixada no átrio do Fórum. Monte Carmelo (MG), 13 de outubro de 2022. Eu, EDMILSON MARIA DA SILVA, Oficial Judiciário, o digitei. PATRÍCIA PERES DE ALCÂNTARA IZAC, Gerente de Secretaria. TAINÁ SILVEIRA CRUVINEL. Juíza de Direito na 1ª Vara.

MONTES CLAROS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE MONTES CLAROS - MG - SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA. EDITAL DE INTERDIÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA.5014205-39.2021.8.13.0433-O Exmo. Sr. Dr. GERALDO ANDERSEN DE QUADROS FERNANDES, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família desta Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos do Processo nº5014205-39.2021.8.13.0433 -ação de Curatela/Interdição, ajuizada por RAISSA CRISTINA CARNEIRO SOARES, que tramitou por este Juízo, por sentença datada de 22 de junho de 2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de CARMEN CARNEIRO SOARES, brasileira, portadora C.I. n° MG-10.957.239 e inscrita no CPF sob nº 103.075.456-01, filha de Herminio Carneiro da Luz e Francisca Rosa Luz; e ROSÁLIA CAREIRO SOARES, brasileira, nascida em 22/09/1961, portadora da C.I. n° MG-24.001.189, filha de Romeu Silva Soares e Carmen Carneiro Soares, ambas residentes e domiciliadas na Rua Doutor Veloso, nº 1342, Bairro Centro, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.400-074, declarando o (a) interditado (a) como incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, III do Código Civil, nos termos e limites dos Artigos 1780 a 1782 do Código Civil, conforme consta dos autos, sendo lhe nomeado Curador (a) na pessoa de RAISSA CRISTINA CARNEIRO SOARES, brasileira, portadora da C.I. nº 1.060.119 e inscrita no CPF sob nº775.741.766-04, residente e domiciliada na Rua Doutor Veloso, nº 1342, Bairro Centro, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.400-074, que terá atribuições compatíveis com a mera administração de negócios e bens, fixando os limites da curatela apenas na representação judicial e extrajudicial do(a) curatelando(a), vedando-se expressamente qualquer ato de disposição de bens e rendas, cuja movimentação financeira mensal não poderá ultrapassar o necessário para a manutenção/assistência digna do(a) requerido(a), vedando-se, ainda, a oneração de benefício de aposentadoria com qualquer modalidade de mútuo ou disposição de bens ou rendas do(a) curatelando(a), tendo este prestado o compromisso legal, por termo, no livro próprio da Secretaria. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Sem ônus para o curador, que se encontra sob o pálio da JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Maryan Ribeiro de Oliveira, Escrivã Judicial, mandei digitar e assino. (a) Geraldo Andersen de Quadros Fernandes - Juiz de Direito.

COMARCA DE MONTES CLAROS - MG - SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA. EDITAL DE INTERDIÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA.5000993-19.2019.8.13.0433-O Exmo. Sr. Dr. GERALDO ANDERSEN DE QUADROS FERNANDES, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família desta Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos do Processo nº5000993-19.2019.8.13.0433 -ação de Curatela/Interdição, ajuizada por ALFREDO COSTA COUTO JÚNIOR, que tramitou por este Juízo, por sentença datada de 31 de maio de 2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de ALFREDO COSTA COUTO, brasileiro, portador da C.I. n° MG-17.420.079 e inscrito no CPF sob nº 095.178.716-00, filho de Carlota Costa Couto, residente e domiciliado na Rua Um, nº 310, Bairro Planalto II, na cidade de Montes Claros/MG, CEP: 39.404-534, declarando o (a) interditado (a) como incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, III do Código Civil, nos termos e limites dos Artigos 1780 a 1782 do Código Civil, conforme consta dos autos, sendo lhe nomeado Curador (a) na pessoa de ALFREDO COSTA COUTO JÚNIOR, brasileiro, portador da C.I. nº M-7.534.449 e inscrito no CPF sob nº921.115.056-68, residente e domiciliada na Rua Um, nº 354, Bairro Bela Paisagem, na cidade de Montes Claros/MG, que terá atribuições compatíveis com a mera administração de negócios e bens, fixando os limites da curatela apenas na representação judicial e extrajudicial do(a) curatelando(a), vedando-se expressamente qualquer ato de disposição de bens e rendas, cuja movimentação financeira mensal não poderá ultrapassar o necessário para a manutenção/assistência digna do(a) requerido(a), vedando-se, ainda, a oneração de benefício de aposentadoria com qualquer modalidade de mútuo ou disposição de bens ou rendas do(a) curatelando(a), tendo este prestado o compromisso legal, por termo, no livro próprio da Secretaria. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Sem ônus para o curador, que se encontra sob o pálio da JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Maryan Ribeiro de Oliveira, Escrivã Judicial, mandei digitar e assino. (a) Geraldo Andersen de Quadros Fernandes - Juiz de Direito.

MURIAÉ

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

A DOUTORA MICHELLE FELIPE CAMARINHA DE ALMEIDA, MMª. JUÍZA DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

COMARCA DE MURIAÉ EDITAL DE INTIMAÇÃO. SECRETARIA DA VARA CRIMINAL. JUSTIÇA GRATUITA - PROCESSO

N. 0005904-39.2022.8.13.0439, Prazo de 15 (quinze) dias. FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da Ação Penal em que figura como réu RAFAEL SOUZA DE CARVALHO imputando-lhe a prática do delito capitulado no art. 129 §9º, do Código Penal Brasileiro, constando como vítima VALNARA CRAVO NASCIMENTO SOUZA. Tendo em vista que a vítima encontra-se em local incerto e não sabido, fica por este meio intimado por todo conteúdo da sentença prolatada na data de 01/09/2022. JULGANDO IMPROCEDENTE o pedido contido na denúncia e ABSOLVENDO o acusado RAFAEL SOUZA DE CARVALHO, brasileiro, natural de Conceição do Araguaia/PA, nascido em 15/08/1992, filho de Raimundo Nonato Marinho de Carvalho e Rosana Amália Souza Pimenta, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal. E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Estado, na forma da Lei. Dado e Passado, nesta cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, ao primeiro décimo terceiro dia do mês de outubro de 2022.. Eu, Nabila Gonçalves da Matta, Servidora do Juízo - o digitei e subscrevo. Michelle Felipe Camarinha de Almeida Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

A DOUTORA MICHELLE FELIPE CAMARINHA DE ALMEIDA , MMª. JUÍZA DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria, tramita os autos do Processo de Medida Protetiva de URGÊNCIA Lei 11.340/06, nº 5008752-11.2022.8.13.0439 (processo eletrônico), requerida em favor da vítima LIVIA DE JESUS BENEDITO contra o requerido JERFERSON SALMOS DE FARIAS. E constando dos autos que o requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, ficam por este meio INTIMADO da decisão proferida na data de 31/08/2022 no seguinte teor: I) a proibição do Requerido de aproximar-se da ofendida, fixando o limite mínimo de aproximação de 200 (duzentos) metros; III a proibição do Requerido de fazer contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, inclusive por intermédio de telefone, redes sociais na internet, salvo por meio de advogado; III) a proibição do Requerido de frequentar a residência e o local de trabalho da ofendida e seus familiares. Fica o Requerido advertido de que o descumprimento a estas medidas poderá implicar na sua prisão preventiva, a fim de garantir a ordem pública, nos termos do art. 313, III, do Código de Processo Penal e art. 20, caput, da Lei 11.340/2006. E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Estado, na forma da Lei. Dado e Passado, nesta cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, no décimo terceiro dia do mês de outubro de 2022, eu Nabila Gonçalves da Matta, Servidora do Juízo o digitei. Michelle Felipe Camarinha de Almeida Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

A DOUTORA MICHELLE FELIPE CAMARINHA DE ALMEIDA , MMª. JUÍZA DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria, tramita os autos do Processo de Medida Protetiva de URGÊNCIA Lei 11.340/06, nº 5009781-96.2022.8.13.0439 (processo eletrônico), requerida em favor da vítima RIANE DE OLIVEIRA contra o requerido RODRIGO SANCHES PEREIRA MOTA. E constando dos autos que o requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, ficam por este meio INTIMADO da decisão proferida na data de 30/09/2022 no seguinte teor: I) a proibição do Requerido de aproximar-se da ofendida, fixando o limite mínimo de aproximação de 200 (duzentos) metros; III a proibição do Requerido de fazer contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, inclusive por intermédio de telefone, redes sociais na internet, salvo por meio de advogado; III) a proibição do Requerido de frequentar a residência e o local de trabalho da ofendida e seus familiares. Fica o Requerido advertido de que o descumprimento a estas medidas poderá implicar na sua prisão preventiva, a fim de garantir a ordem pública, nos termos do art. 313, III, do Código de Processo Penal e art. 20, caput, da Lei 11.340/2006.O prazo para oferecer a defesa correrá após o término do fixado no edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas no art. 392 do CPP. E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Estado, na forma da Lei. Dado e Passado, nesta cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, no décimo terceiro dia do mês de outubro de 2022, eu Nabila Gonçalves da Matta, Servidora do Juízo o digitei. Michelle Felipe Camarinha de Almeida, Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

A DOUTORA MICHELLE FELIPE CAMARINHA DE ALMEIDA , MMª. JUÍZA DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria, tramita os autos do Processo de Medida Protetiva de URGÊNCIA Lei 11.340/06, nº 5009781-96.2022.8.13.0439 (processo eletrônico), requerida em favor da vítima RIANE DE OLIVEIRA contra o requerido RODRIGO SANCHES PEREIRA MOTA. E constando dos autos que o requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, ficam por este meio INTIMADO da decisão proferida na data de 30/09/2022 no seguinte teor: I) a proibição do Requerido de aproximar-se da ofendida, fixando o limite mínimo de aproximação de 200 (duzentos) metros; III a proibição do Requerido de fazer contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, inclusive por intermédio de telefone, redes sociais na internet, salvo por meio de advogado; III) a proibição do Requerido de frequentar a residência e o local de trabalho da ofendida e seus familiares. Fica o Requerido advertido de que o descumprimento a estas medidas poderá implicar na sua prisão preventiva, a fim de garantir a ordem pública, nos termos do art. 313, III, do Código de Processo Penal e art. 20, caput, da Lei 11.340/2006.O prazo para oferecer a defesa correrá após o término do fixado no edital, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas no art. 392 do CPP. E, para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Estado, na forma da Lei. Dado e Passado, nesta cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, no décimo terceiro dia do mês de outubro de 2022, eu Nabila Gonçalves da Matta, Servidora do Juízo o digitei. Michelle Felipe Camarinha de Almeida,Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

A DOUTORA MICHELLE FELIPE CAMARINHA DE ALMEIDA , MMª. JUÍZA DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria, tramita os autos do Processo Criminal nº0035202-47.2020.8.13.0439, que o Ministério Público instaura contra NARAYANA BARBARA VILELA CAZE, nascido em 04/12/1991, filha de Luiz Carlos Caze e Maria Aparecida Vilela, por crime praticado nesta cidade no dia 02 de agosto de 2019, e pelo qual foi denunciado pelo Dr. Promotor de Justiça como incursos nas sanções do artigo 171, §2º A do Código Penal Brasileiro, que constando dos autos que a acusada acima qualificado se encontra atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, expedir o presente edital, pelo qual CITA-A para responder à acusação por escrito no prazo de dez dias (10), ficando ciente de que na sua omissão serão suspensos o processo e o prazo prescricional. E, para conhecimento de todos será este afixado no saguão do fórum desta cidade, pelo prazo de quinze (15) dias. Dado e passado nesta cidade e comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais, ao décimo terceiro dia do mês de outubro do ano dois mil e vinte e dois. Eu, Nabila Gonçalves da Matta, Oficiala Judiciário, o digitei e subscrevi.Michelle Felipe Camarinha de Almeida,Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS

A DOUTORA MICHELLE FELIPE CAMARINHA DE ALMEIDA , MMª. JUÍZA DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria, tramita os autos do Processo Criminal nº0035202-47.2020.8.13.0439, que o Ministério Público instaura contra DANIELE FREITAS DA SILVA , nascido em 21/05/1990, filha de Marlene de Souza Freitas e Silva e Isauri da Silva, por crime praticado nesta cidade no dia 02 de agosto de 2019, e pelo qual foi denunciado pelo Dr. Promotor de Justiça como incursos nas sanções do artigo 171, §2º A do Código Penal Brasileiro, que constando dos autos que a acusada acima qualificado se encontra atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, expedir o presente edital, pelo qual CITA-A para responder à acusação por escrito no prazo de dez dias (10), ficando ciente de que na sua omissão serão suspensos o processo e o prazo prescricional. E, para conhecimento de todos será este afixado no saguão do fórum desta cidade, pelo prazo de quinze (15) dias. Dado e passado nesta cidade e comarca de Muriaé, Estado de Minas Gerais, ao décimo terceiro dia do mês de outubro do ano dois mil e vinte e dois. Eu, Nabila Gonçalves da Matta, Oficiala Judiciário, o digitei e subscrevi.

Michelle Felipe Camarinha de Almeida
Juíza de Direito

COMARCA DE MURIAÉ/MG - JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL - Edital de Hasta Pública. O Dr. Vítor José Trócilo Neto, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Muriaé-MG, na forma da Lei etc.. FAZ SABER a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos da Ação de Execução Fiscal, nº. 0108861-02.2014.8.13.0439, requerida pelo MUNICÍPIO DE MURIAÉ em face de ADAO PEDRO QUERINO - CPF: 898.691.416-68; que às 14h do dia dia 16 de novembro de 2022, no saguão do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, sito na Rua

Presidente Artur Bernardes, 123, Centro, nesta Comarca, o Oficial deste Juízo trará a público o pregão de venda e arrematação a quem mais der e melhor lanço oferecer em hasta pública o(s) bem(ns), avaliado em R$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), conforme descrição a seguir: um veículo VW GOL, amarelo, placa LPD4172, 1.6 SPORTLINE, ano/modelo 2008/2008, em regular estado de conservação e em funcionamento. Caso não seja alcançado lanço superior à avaliação na primeira hasta, será feita a venda dos ditos bens, em segundo leilão, que se realizará no dia dia 06 de dezembro de 2022, às 14h, no mesmo local. Fica(m) ainda intimado(s) para comparecer(em) às hastas públicas acima mencionadas o(s) demandado(s) supra identificado(s). E quem quiser arrematar ditos bens, compareça a este Juízo no dia, lugar e hora supra designados. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Muriaé-MG, aos 11 de outubro de 2022. Eu,_____ (MARIA ANGÉLICA ALVES LEVATE DO AMARAL), Gerente da Secretaria, o digitei e subscrevo. _____ (Vitor José Trócilo Neto) Juiz de Direito.

NANUQUE

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE NANUQUE (MG) - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO - COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS - O Dr. Edson Alfredo Sossai Regonini, MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Nanuque, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente Luceni Dos Santos Rodrigues, brasileira, filha de Iris Dos Santos e David Rodrigues de Almeida, nascida em 23/11/1993, inscrita no CPF sob o n°127.074.666-97 que por este Juízo da 2ª Secretaria Cível, tramita uma Ação de Guarda , feito nº 5000685-45.2022.8.13.0443 em que Daniela Da Costa Barreiros move em face de Danilo Da Costa Barreiros e Luceni Dos Santos Rodrigues, pelo presente edital fica CITADA a requerida, Luceni Dos Santos Rodrigues, para vir acompanhar a ação até decisão final, e contestá-la querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, transcorrido o prazo sem manifestação será nomeado curador especial. E, para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente da requerida Luceni Dos Santos Rodrigues , expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Nanuque-MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, (K.M.S) Oficial judiciário que digitei e subscrevi. Edson Alfredo Sossai Regonini - Juiz de Direito.

NEPOMUCENO

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (COM PRAZO DE 60 DIAS)
O MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Nepomuceno, Minas Gerais, Dr.Sérgio Luiz Maia, na forma da Lei.
FAZ SABER a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos da Execução Penal de nº. 4400036-57.2021.8.13.0446, que tramita no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, que INTIME-SE o réu PAULO SERGIO DE CARVALHO, brasileiro, filho de Iracilda Geralda de Carvalho e Geraldo Salgado de Carvalho, nascido aos 30/08/1972, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, por todo conteúdo da r. sentença de Seq. 50.1, que EXTINGUIU A SUA PUNIBILIDADE, pelo cumprimento integral da pena. E, para conhecimento de todos, manda expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado, nesta cidade e comarca de Nepomuceno, aos 10 dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e dois. Eu, Bianca Rabelo de Melo, oficial judiciário/VEP, digitei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (COM PRAZO DE 60 DIAS)
O MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Nepomuceno, Minas Gerais, Dr.Sérgio Luiz Maia, na forma da Lei. FAZ SABER a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos da Execução Penal de nº. 4400036-57.2021.8.13.0446, que tramita no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, que INTIME-SE o réu FRANCISCO DE PAULA VITOR NASCIMENTO, brasileiro, filho de onceição Esteves Nascimento e Geraldo Nascimento de Jesus, nascido aos 11/08/1973, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, por todo conteúdo da r. sentença de Seq. 80.1, que EXTINGUIU A SUA PUNIBILIDADE, pelo cumprimento integral da pena. E, para conhecimento de todos, manda expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado, nesta cidade e comarca de Nepomuceno, aos 13 dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e dois. Eu, Bianca Rabelo de Melo, oficial judiciário/VEP, digitei.

NOVA ERA

Processos Eletrônicos (PJe)

VARA ÚNICA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE NOVA ERA - EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª Praça) do bem abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação do executado: JOSE EDESIO DA SILVEIRA (CPF/ME Nº 633.305.046-68), e seu cônjuge se casado for. O MM. Juiz de Direito Dr. Luiz Felipe Sampaio Aranha, Vara Única do Juizado Especial da Comarca de Nova Era, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na forma da lei FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Carta Precatória na Ação de Obrigação de Fazer/Não fazer em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por GERALDO EUSTAQUIO MAFRA ARAUJO (CPF/ME Nº 421.986.316-87) em face de JOSE EDESIO DA SILVEIRA (CPF ME Nº 633.305.046-68) nos autos do Processo nº 5001701-22.2022.8.13.0447, Processo Principal nº 0049952-04.2014.8.13.0362 e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos da Portaria Conjunta nº 772/PR/2018, que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir: 01 - DESCRIÇÃO DO BEM: 1 (um) jogo de sofá, cor marrom, com 2 (duas) poltronas com 2 e 3 (dois e três) lugares, sendo de pano (suede), com pé de acrílico quadrado, com almofadas soltas, sendo novo (Avaliação - Documento ID nº 9610080969). Valor de Avaliação do bem: R$ 2.550,00 (Ago/2022 - Documento ID nº 9610080969). Débito Exequendo: R$ 2.541,38 (Jul/2022 - Documento ID nº 2311081577). VISITAÇÃO: Rua Dr. Rubens Sabino, nº 30, Lages, Bela Vista de Minas/MG - CEP: 35938-000. Em caso de eventuais negativas do fiel depositário, JOSE EDESIO DA SILVEIRA (CPF/ME Nº 633.305.046-68), estas deverão ser reportadas ao Leiloeiro Oficial para que sejam informadas ao MM. Juiz da Vara Única do Juizado Especial da Comarca de Nova Era/MG, que adotará as sanções cabíveis. 02 - A 1ª Praça terá início no dia 18 de novembro de 2022, às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 21 de novembro de 2022 às 15 horas e 30 minutos. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a 2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 21 de novembro de 2022 às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará em 15 de dezembro de 2022, às 15 horas e 30 minutos. Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores a 50% do valor da avaliação. Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/MG, devendo o arrematante comprovar mensalmente o pagamento das respectivas parcelas. Em caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juiz da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC). 03 - O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de Minas Gerais sob n° 1214, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal http://www.alfaleiloes.com (artigos 12 e 13 da Resolução n° 236/2016, CNJ). 04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC). 05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC). 06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, do CPC). 07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC). 08 - O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32). 09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lanços imediatamente

anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital. 10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução n° 236/2016, CNJ). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ). 11 - O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto tributários, conforme artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. 12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1°, do CPC). 13 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880 - CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º- CPC). 14 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Rio Grande do Norte, 1436 - Sala 1605 - Savassi - CEP 30130-138 - Belo Horizonte/MG, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com , telefone (11) 3230- 1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com. 15 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único - CPC). Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Belo Horizonte, 06 de outubro de 2022. A) DR. LUIZ FELIPE SAMPAIO ARANHA, JUIZ DE DIREITO

VARA ÚNICA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE NOVA ERA

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª Praça) do bem abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação do executado: JOSE EDESIO DA SILVEIRA (CPF/ME Nº 633.305.046-68), e seu cônjuge se casado for.

O MM. Juiz de Direito Dr. Luiz Felipe Sampaio Aranha, Vara Única do Juizado Especial da Comarca de Nova Era, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na forma da lei FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Carta Precatória na Ação de Obrigação de Fazer/Não fazer em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por GERALDO EUSTAQUIO MAFRA ARAUJO (CPF/ME Nº 421.986.316-87) em face de JOSE EDESIO DA SILVEIRA (CPF/ME Nº 633.305.046-68) nos autos do Processo nº 5001701-22.2022.8.13.0447, Processo Principal nº 0049952-04.2014.8.13.0362 e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos da Portaria Conjunta nº 772/PR/2018, que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - DESCRIÇÃO DO BEM:

1 (um) jogo de sofá, cor marrom, com 2 (duas) poltronas com 2 e 3 (dois e três) lugares, sendo de pano (suede), com pé de acrílico quadrado, com almofadas soltas, sendo novo (Avaliação - Documento ID nº 9610080969).

Valor de Avaliação do bem: R$ 2.550,00 (Ago/2022 - Documento ID nº 9610080969).

Débito Exequendo: R$ 2.541,38 (Jul/2022 - Documento ID nº 2311081577).

VISITAÇÃO: Rua Dr. Rubens Sabino, nº 30, Lages, Bela Vista de Minas/MG - CEP: 35938-000. Em caso de eventuais negativas do fiel depositário, JOSE EDESIO DA SILVEIRA (CPF/ME Nº 633.305.046-68), estas deverão ser reportadas ao Leiloeiro Oficial para que sejam informadas ao MM. Juiz da Vara Única do Juizado Especial da Comarca de Nova Era/MG, que adotará as sanções cabíveis.

02 - A 1ª Praça terá início no dia 18 de novembro de 2022, às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 21 de novembro de 2022 às 15 horas e 30 minutos. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a 2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 21 de novembro de 2022 às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará em 15 de dezembro de 2022, às 15 horas e 30 minutos. Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores a 50% do valor da avaliação. Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/MG, devendo o arrematante comprovar mensalmente o pagamento das respectivas parcelas. Em caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juiz da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

03 - O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de Minas Gerais sob n° 1214, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal http://www.alfaleiloes.com (artigos 12 e 13 da Resolução n° 236/2016, CNJ).

04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, do CPC). 07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

08 - O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lanços imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução n° 236/2016, CNJ). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

11 - O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto tributários, conforme artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1°, do CPC).

13 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880 - CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º - CPC).

14 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Rio Grande do Norte, 1436 - Sala 1605 - Savassi - CEP 30130-138 - Belo Horizonte/MG, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com , telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

15 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único - CPC). Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2022.

Eu (a) José Bonifácio Costa - Escrevente Judicial

(a) Luiz Felipe Sampaio Aranha - Juiz de Direito

NOVA SERRANA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE NOVA SERRANA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. O MM. Juiz de Direito desta Comarca de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais, no exercício do

seu cargo, na forma da Lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este juízo e respectiva Secretaria tem andamento uma Ação Penal ¿ Proc. Ordinário, distribuído sob o nº 0035781-19.2021.8.13.0452 movida contra o réu ROBSON FERREIRA DOS SANTOS, constando dos autos do processo que o réu ROBSON FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, filho de Ednei Ferreira dos Santos e Maria da Conceição Ferreira Santana, nascido aos 03/10/1994 em Água Boa/MG, encontra-se, atualmente, em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou na melhor forma de direito expedir o presente edital pelo qual CITA o denunciado, ROBSON FERREIRA DOS SANTOS, acima qualificado, para todos os termos da denúncia oferecida pelo Ministério Público de Minas Gerais, como incurso nas sanções do art.21 da LCP c/c aos artigos 5º e 7º da Lei 11.340/2006, bem como para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Na hipótese de não ter condições financeiras de contratar advogado, declarada expressamente essa situação, isso ensejará a nomeação de Defensor Público ou dativo para a sua defesa. E, para os devidos fins, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Nova Serrana, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Anderson Domingos Resende, Escrivão, o subscrevi p/ordem do MM. Juiz de Direito, Carlos Jucken.

COMARCA DE NOVA SERRANA - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. Rodrigo Peres Pereira, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Comarca de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele notícias tiverem que por este Juízo e Secretaria tem andamento os termos de uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO, autos nº 5002481-15.2020.8.13.0452, requerida por JOSÉ MARIA SOARES, brasileiro, filho de Laurentino Lima Neves e Maria Soares da Luz, portador do CPF nº 049.007.176-73, residente na Rua Joaquim José Ferreira, 699, Bairro Romeu Duarte, nesta cidade, na qual foi decretada a interdição de MARIA DA LUZ SOARES, brasileira, aposentada, viúva, filha de Cassemiro Pereira de Andrade e Clara Maria Soares, portadora do CPF nº 030.862.896-94, residente na Rua Joaquim José Ferreira, 699, Bairro Romeu Duarte, nesta cidade, conforme sentença proferida nos autos em data de 20/04/2022, com parte final do teor seguinte: "Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito JULGANDO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) Decretar a interdição de MARIA DA LUZ SOARES, por incapacidade civil total. b)Nomear curador, nos termos do artigo 755, §3° , do CPC e artigos 84 e 85 da Lei 13.146/2015 o autor JOSÉ MARIA SOARES, o qual deverá prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, na forma da lei, bem como promover tratamento adequado ao interdito, não podendo por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, ou imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidades previdenciárias deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar do interdito. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553,do CPC, e as respectivas sanções.¿ E, para os devidos fins, expediu-se o presente edital que será publicado por 03 (três vezes), com intervalo de 10 dias, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Nova Serrana, na data da assinatura eletrônica. Eu, Tamires Muniz Costa, Gerente de Secretaria da 2ª Vara Cível, mandei digitar o presente edital, por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Rodrigo Péres Pereira.

COMARCA DE NOVA SERRANA - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. Rodrigo Peres Pereira, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Comarca de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele notícias tiverem que por este Juízo e Secretaria tem andamento os termos de uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO, autos nº 5003883-97.2021.8.13.0452, requerida por LAMON ALVES, brasileiro, divorciado, cortador, inscrito no CPF sob nº 441.928.946-53, portador da CI nº MG-5.788.965, residente e domiciliado na Rua Elzi Dorneles dos Santos, nº 231, bairro Jardim Padre Lauro, na Cidade de Nova Serrana, CEP: 35.523-419, na qual foi decretada a interdição de CLEUSA FERREIRA FONTES ALVES, brasileira, CPF nº 840.166.476-49, RG MG-5.788.870, nascida aos 20/07/1962, natural de Nova Serrana/MG, filha de Miguel Ferreira Fontes e Alci Camila de Moura, residente e domiciliada a Rua Elzi Dorneles dos Santos, nº 231, bairro Jardim Padre Lauro, Nova Serrana/MG, CEP: 35.523-419, conforme sentença proferida nos autos em data de 20/04/2022, com parte final do teor seguinte: "Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, extingo o feito, resolvo o mérito JULGANDO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) Decretar a interdição de CLEUSA FERREIRA FONTES ALVES, por incapacidade civil total. b)Nomear curador, nos termos do artigo 755, §3°, do CPC e artigos 84 e 85 da Lei 13.146/2015 o autor LAMON ALVES, o qual deverá prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, na forma da lei, bem como promover tratamento adequado ao interdito, não podendo por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, ou imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidades previdenciárias deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar do interdito. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553,do CPC, e as respectivas sanções.¿. E, para os devidos fins, expediu-se o presente edital que será publicado por 03 (três vezes), com intervalo de 10 dias, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Nova Serrana, na data da assinatura eletrônica. Eu, Tamires Muniz Costa, Gerente de Secretaria da 2ª Vara Cível, mandei digitar o presente edital, por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Rodrigo Péres Pereira.

COMARCA DE NOVA SERRANA - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. Rodrigo Peres Pereira, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Comarca de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele notícias tiverem que por este Juízo e Secretaria tem andamento os termos de uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO, autos nº 5003155-56.2021.8.13.0452, requerida por DANIEL DUARTE LACERDA, brasileiro, casado, auxiliar administrativo, portadora da Carteira de Identidade nº MG-13.367.403, inscrito sob o CPF nº 051.077.706-65, na qual foi decretada a interdição de MARIA IZABEL DUARTE DE LACERDA, brasileira, solteiro, portadora da Carteira de Identidade MG-1.123.431, inscrito no CPF sob o nº 400.216.026-20, filha de Vicente Candido de Lacerda e Iolanda Duarte de Lacerda, residente e domiciliado na Rua Vieiras, n.º 174, Apto 100, Centro, Perdigão/MG, conforme sentença proferida nos autos em data de 18/07/2022, com parte final do teor seguinte: "Pelo exposto, com fundamento no art. 487, I, e art. 754 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter MARIA IZABEL DUARTE DE LACERDA à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por DANIEL DUARTE LACERDA, a quem competirá prestar contas anualmente dos atos de sua gestão, ficando advertido de que necessitará de prévia autorização judicial para que contraia obrigações em nome do(a) interditado(a), bem como, para venda, doação e outros, com relação ao bem móvel de ID 4619548034. A interdição abrange a prática de atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandada em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio. Consequentemente, e nos termos dos artigos 33, parágrafo único, 92,93,106 e 107, §1º da Lei dos Registros Públicos, do art. 9º, inciso III, do Código Civil e do art. 755, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015, atentando-se para todas as qualificações e dados necessários, determino: 1. expeça-se e encaminhe-se mandado ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, do domicílio da parte interditada, determinando o(a) registro/inscrição da interdição, bem como as posteriores anotações e/ou comunicações, quanto ao(s) registro(s) do nascimento e, se for o caso, do casamento da parte interditada; 2. expeça-se termo de curatela definitiva - intimando-se para assinatura e retirada; 3. comunique-se esta sentença ao SCPC (scpc@boavistaservicos.com.br); 4. providencie-se a publicação dessa sentença: a) no DJE/MG, por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias, constando do edital os nomes do(a) interditado(a) e do(a)(s) curador(a)(s), a causa da interdição e os limites da curatela; b) quando disponível, no sítio da internet do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Sem prejuízo, expeça-se mandado para anotação da interdição na(s) respectiva(s) matrícula(s), quantos aos direitos reais imobiliários da parte interditada (art. 167, inciso II, item ¿5¿, parte final, da Lei de Registros Públicos), se for o caso. Em seguida ao trânsito em julgado, expeça-se o devido mandado de averbação, nos termos do artigo 9º, III do Código Civil. Ante a demonstração de que a curatelada não possua patrimônio ou este seja singelo, fica dispensada a especialização de hipoteca e dispensada a prestação de caução, nos termos do artigo 1745, parágrafo único, do Código Civil. Custas pelo requerente, suspensa sua exigibilidade ante a concessão da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.¿. E, para os devidos fins, expediu-se o presente edital que será publicado por 03 (três vezes), com intervalo de 10 dias, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Nova Serrana, na data da assinatura eletrônica. Eu, Flávia Carolina de Souza Rocha, Gerente de Secretaria em substituição da 2ª Vara Cível, digitei o presente edital, por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Rodrigo Péres Pereira.
Advogado(s):
SORAIA DE FARIA LEITE LACERDA ¿ OAB/MG ¿ 093.201

COMARCA DE NOVA SERRANA - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. Rodrigo Peres Pereira, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Comarca de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele notícias tiverem que por este Juízo e Secretaria tem andamento os termos de uma AÇÃO DE INTERDIÇÃO, autos nº 5002337-75.2019.8.13.0452, requerida por GERALDO ALVES SOARES, brasileiro, casado, desempregada, portador da Carteira de Identidade nº MG-5.936.101, inscrito sob o CPF nº 882.313.216-91 e NESIA GONCALVES RAMOS SOARES, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade n.º MG-5.935.835, inscrita sob o CPF n.º 928.943.216-00, na qual foi decretada a interdição de SARA VITORIA RAMOS SOARES, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade

MG-17.257.989, inscrita no CPF sob o nº 082.573.696-08, filha de Geraldo Alves Soares e Nesia Gonçalves Ramos Soares, residente e domiciliado na Rua João Quintino Ribeiro, nº 530 Bairro Morada do Sol II, Nova Serrana/MG, conforme sentença proferida nos autos em data de 05/10/2022, com parte final do teor seguinte: "vistos etc, trata-se, com efeito, de ação de interdição movida por Geraldo Alves Soares e Nésia Gonçalves Ramos Soares em favor de Sara Vitória Ramos Soares. Os procedimentos legais foram todos observados, estando o processo apto para julgamento. Breve relato. Decido. Primeiramente, verifico que os autores tem legitimidade ativa para o presente pleito, uma vez que são genitores da interditanda. Em seguida, o laudo médico (ID.97598744) comprovou que a interditanda é portadora de patologia, a qual a torna incapaz de administrar seus bens, perfazendo, assim, sua total incapacidade civil. Portanto, imperiosa é a procedência do pedido. Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para decretar a interdição de Sara Vitória Ramos Soares, confirmando a tutela provisória concedida (ID.83717223) e nomeando como curadores definitivos, nos termos do artigo 755 do CPC, e artigos 84 e 85 da Lei 13.146/15, a Sra. Nesia Gonçalves Ramos Soares e o Sr. Geraldo Alves Soares, que deverão prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, na forma da lei, bem como providenciar o tratamento adequado à interdita, não podendo por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, ou imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. Considerando a idoneidade dos curadores ora nomeados; considerando que a venda de eventuais bens da interditada depende de autorização judicial; considerando que não há informação de que a interditada possua patrimônio relevante, dispenso, desde já, a garantia (prestação de caução) e também de exigir a prestação de contas, podendo ser revista esta decisão, caso haja comprovação de desvio de eventuais benefícios, dilapidação de bens da interditada ou maus tratos. Lavre-se termo de Curatela. Expeça-se mandado de registro da interdição no Registro Civil de Pessoas Naturais, observando-se o disposto no art. 89 c/c art. 92, da Lei 6.015/77. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais, suspensa a exigibilidade, uma vez que lhe foi concedo a gratuidade da justiça, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015. Determino a disponibilização da presente audiência no Portal PJe Mídias. Publicado em audiência. Saem os presentes intimados. ¿. E, para os devidos fins, expediu-se o presente edital que será publicado por 03 (três vezes), com intervalo de 10 dias, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Nova Serrana, na data da assinatura eletrônica. Eu, Flávia Carolina de Souza Rocha, Gerente de Secretaria em substituição da 2ª Vara Cível, digitei o presente edital, por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Rodrigo Péres Pereira.
Advogado(s):
MARIA DO CARMO NASCIMENTO ¿ OAB/MG ¿ 079.312
JULIO CESAR DO NASCIMENTO ¿ OAB/MG ¿ 178.404

OLIVEIRA

Processos Eletrônicos (PJe)

IMPRENSA OFICIAL - ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE OLIVEIRA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA, PRAZO DE 60 DIAS, o Dr. Fernando de Moraes Mourão, MM. Juiz de Direito do Juizado Especial desta Comarca de Oliveira - MG, na forma da lei etc# FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o réu, NICOLAS DALTON SAMPAIO, brasileiro, maior, natural de Oliveira/MG, nascido em 24 de maio de 1993, filho de Ana Cristina De Jesus Costa Sampaio e Blair Mauro Sampaio, estando em lugar incerto e não sabido; que por este Juízo, tem em andamento o processo criminal de nº 0009342-90.2020.8.13.0456, no qual o réu foi condenado como incurso nas sanções do artigo 28, caput, da Lei nº 11.343/06 c/c o artigo 61, I do Código Penal, à pena definitiva de Advertência. E, como não tenha o referido acusado sido encontrado, achando-se em lugar incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital com prazo de 60 dias, por intermédio do qual ficará o mesmo INTIMADO da sentença contra ele proferida. E, para conhecimento de todos, será este edital publicado e afixado no corredor em frente a secretaria deste juízo, no Fórum desta Comarca. Oliveira, 13 de outubro de 2022. Eu, Maria Aparecida Matias Rocha, Gerente de Secretaria do JESP, o subscrevi, por ordem do MM. Juiz de Direito.

OURO BRANCO

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE OURO BRANCO/MG - Edital com prazo de 30 (trinta) dias. A Drª. Nathalia Moura Mendes Rocha, MMª. Juíza de Direito nesta Comarca de Ouro Branco, na forma da Lei etc. Faz saber a todos quantos virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, situado na Rua Olga Roberta Pereira, 17, tramitam os autos da ação de Usucapião n.º 5002857-09.2022.8.13.0459, proposta por Larissa Zambolim Silva e Rodrigo José Gonçalves da Silva, sobre um imóvel localizado na Rua Padre Marcelino Braga, s/nº, Zona Rural de Itatiaia, Ouro Branco/MG, com área de 2.909,10 m², com as seguintes divisas e confrontações: "Inicia no ponto 1, (coordenadas N7.733.602,1928 E646.200,5845), situado na divisa de Gina Betânia das Dores Ferreira com a Rua Padre Marcelino Braga. Deste ponto, parte com azimute 14º32'34" perfazendo uma distância de 11,38m confrontando com a Rua Padre Marcelino Braga, até o ponto 2, (N7.733.613,2146 E646.203,4437). Do ponto 2 parte com o azimute 103º38'44" perfazendo uma distância de 46,56m passando a confrontar com a divisa de Maria Júlia Ferreira até o ponto 3, (N7.733.602,2305 E646.248,6889). Do ponto 3 parte como o azimute 05º49'19" perfazendo uma distância de 17,05m pela mesma divisa até o ponto 4, (N7.733.619,1894 E646.250,4180). Do ponto 4 parte com o azimute 82º03'32" perfazendo uma distância de 33,77m pela mesma divisa até o ponto 5, (N7.733.623,8557 E646.283,8696). Do ponto 5 parte com azimute 128º32'11" perfazendo uma distância de 77,48m pela mesma divisa até o ponto 6, (N7.733.575,5833 E646.344,4774). Do ponto 6 parte com o azimute 240º52'12" perfazendo uma distância de 20,00 m passando a confrontar com a divisa de Maria das Graças Guimarães Vilaça até o ponto 7, (N7.733.565,8758 E646.327,0578). Do ponto 7 parte com o azimute 308º52'40" perfazendo uma distância de 65,40m passando a confrontar com a divisa de Eliana Aparecida Ferreira até o ponto 8, (N7.733.606,8552 e E646.276,2311). Do ponto 8 parte com o azimute 210º59'41" perfazendo uma distância de 30,50m pela mesma divisa até o ponto 9, (N7.733.580,2649 E646.260,2574). Do ponto 9 parte com o azimute 290º10'34" perfazendo uma distância de 63,50 m passando a confrontar com a divisa de Gina Betânia das Dores Ferreira até o ponto 1 de início". Diante do exposto, expediu-se o presente Edital, através do qual CITA todos os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para no prazo de 15 (quinze) dias contestarem o pedido sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. E, para constar, expediu-se o presente que será publicado e afixado, na forma da Lei, aos 07 de outubro de 2022. Eu, Rosuel Fortunato Novais - Oficial Judiciário, o digitei e fiz imprimir. Drª. Nathalia Moura Mendes Rocha, MMª. Juíza de Direito nesta comarca.

OURO PRETO

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE OURO PRETO - MINAS GERAIS - EDITAL DE CITAÇÃO - - Prazo 30 (trinta) dias. A Drª ANA PAULO LOBO PEREIRA DE FREITAS, MM.ª Juíza de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da Segunda Vara Cível desta Comarca tramitam os autos eletrônicos 0004317-23.2016.8.13.0461, da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL , proposta por BANCO BRADESCO S.A, instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, Osasco,/SP, CEP: 06029-900 em face de COMERCIAL ESTRELA DA BARRA LTDA ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.810.933/0001-44 e JOÃO BATISTA UBALDO PEREIRA, pessoa física, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 490.946.456-53, RG n.° 2.994.767. Por este EDITAL, CITA os executados, para, no prazo de 03 dias, proceda com o pagamento integral da dívida exequenda, situação na qual lhe assiste a previsão do § 1º, do art. 827 do CPC, eis que os honorários foram fixados eno montante de 10% sobre o valor da execução.. Ficam os executados advertidos da possibilidade de parcelamento do débito (art. 826, CPC/15), tal como o prazo para oposição de embargos (art. 914, CPC/15). E, para que ninguém alegue ignorância, mandou a MM.ª Juíza expedir o presente edital que será publicado no Diário do Judiciário e afixado em local de costume deste Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Ouro Preto, aos 13 de outubro de 2013. Eu, (a), Maria Cristina de Araújo Fernandes, Escrivã Judicial/Gerente de Secretaria, digitei e assinei eletronicamente o presente edital.
Maria Cristina de Araújo Fernandes, Gerente de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS -JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA - Comarca de Ouro Preto/MG Secretaria da Segunda Vara Cível - EDITAL DE CURATELA INTERDIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. Publique-se por 03(três) vezes, com intervalo de 10(dez) dias, como prevê o art. 1.184 do CPC. A Dra. Ana Paula Lobo Pereira de Freitas, MMª Juíza de Direito da Segunda Vara Cível da Comarca de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do seu cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria tramitaram os autos nº 5000432-76.2017.8.13.0461, Ação Tutela e Curatela proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no qual foi proferida pela MMª Juíza de Direito sentença que julgou procedente o pedido inicial, decretando a interdição de ANA CRISTINA PINTO, brasileira, nascida em 07/06/1972, filha de José Antônio Pinto e Maria Raimunda da Silva, atualmente "abrigada" no Lar São Vicente de Paula em Ouro Preto/MG, nos termos do art. 4º, III e art. 1775, §1º,ambos do Código Civil. Foi nomeada curadora a Sra. Ana Maria Neves Loredo, a quem competirá representá-la em atos de mera administração patrimonial e negocial, atos de disposição ou alienação patrimoniais, atos existenciais, como contrair matrimônio, decidir ter filhos e submeter-se a procedimento médico de esterilização; decidir sobre submeter-se a tratamento médico, inclusive receber transfusão de sangue e submissão à internação psiquiátrica; decidir sobre disposição sobre o próprio corpo, inclusive realizar doação de órgãos em vida ou pós-morte e no exercício dos direitos políticos. E, para que ninguém alegue ignorância, mandou a MMª Juíza expedir o presente edital que será publicado no "Diário do Judiciário" e afixado em local de costume deste

fórum. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ouro Preto-MG, aos 13/10/2022. Eu, Maria Cristina de Araújo, Gerente da Secretaria da Segunda Vara Cível, digitei e subscrevi e assino por ordem da MM. Juíza de Direito. Maria Cristina de Araújo Fernandes,
Gerente de Secretaria por ordem da Juíza de Direito

PARÁ DE MINAS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE PARÁ DE MINAS/MG- EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO 60 DIAS-JUSTIÇA GRATUITA- A DRA. GABRIELA ANDRADE DE ALENCAR RAMOS, MM. Juíza da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial desta Comarca de Pará de Minas-MG - em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente Edital ou dele notícia tiver que, por este Juízo e pela Unidade Jurisdicional do Juizado Especial desta Comarca, tem andamento um processo nº 0002575-54.2021.8.13.0471 movido contra MARCOS ANTONIO ALVES DA SILVA, brasileiro, nascido em 29.11.2000, filho de Aparecida Luiza da Silva, por crime praticado nesta Comarca de Pará de Minas, em 08.01.2021, sendo vítima ROBERTO DA CUNHA XAVIER, filho de Geni de Paiva Xavier, nascido em 08/03/1964. O réu foi denunciado pelo Promotor de Justiça como incurso nas penas do art. 129, caput c/c art. 61, I do Código Penal, que, por este Juízo foi prolatada sentença datada de 22/07/2022, condenado como incurso nas sanções desse dispositivo, à pena definitiva de 03 (três) meses de detenção, regime semiaberto, substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade pelo mesmo prazo da condenação, em local e condição a serem definidos por ocasião da audiência admonitória. Que constando dos autos que o réu e a vítima estão atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente Edital pelo qual os intimam para conhecimento da sentença proferida. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca. Pará de Minas, 13 de outubro de 2021. Priscilla Arcenio Tinoco Costa, Oficial de Apoio Judicial, que o digitei .a)- Dra. GABRIELA ANDRADE DE ALENCAR RAMOS, Juíza de direito.

COMARCA DE PARÁ DE MINAS - MG. JUSTIÇA GRATUITA - Edital de Intimação - Prazo de 90 (noventa) dias. O Doutor Bruno Miranda Camêlo, MM. Juiz de Direito nesta Vara Criminal, desta Comarca de Pará de Minas - MG, em pleno exercício, na forma da lei, etc. Faz saber aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e pela Vara Criminal desta Comarca, tem andamento o processo de nº 0100813-16.2018.8.13.0471, movido pela Justiça Pública contra FABRÍCIO CARVALHO BATISTA, brasileiro(a), nascido(a) em 06/06/1988, filho(a) de João Batista da Silva e Berenice Carvalho Batista, por crime praticado em 04/08/2018 e 16/08/2018 do qual foi vítima Maria Elizabete da Silva e pelo que foi denunciado(a) pelo Dr. Promotor de justiça como incurso(a) nas penas do art. 155, §1º e §4º, III, por duas vezes, na forma do art. 71, ambos do CPB. Que por este Juízo foi prolatada a sentença em 10/08/2022 no qual o acusado(a) foi condenado(a) a 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, em regime de cumprimento inicial ABERTO. Substituo a pena privativa de liberdade aplicada por duas restritivas de direitos, consistentes na de prestação de serviços à comunidade e na de prestação pecuniária. Que constando dos autos que o(a) acusado(a) supramencionado(a) está atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital pelo qual intima-o(a) para conhecimento da sentença proferida. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum, desta Comarca. Eu, Edna Natália de Oliveira, escrivã judicial, o fiz digitar e subscrevo. Pará de Minas, 13 de outubro de 2022. a) Bruno Miranda Camêlo, Juiz de Direito.

COMARCA DE PARÁ DE MINAS-MG. JUSTIÇA GRATUITA - Edital de Notificação/Citação - Prazo de 15 (quinze) dias. O Doutor Bruno Miranda Camêlo, MM. Juiz de Direito nesta Vara Criminal desta Comarca de Pará de Minas - MG, em pleno exercício, na forma da lei, etc. Faz Saber aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo, tem andamento o processo nº 0002458-29.2022.8.13.0471, promovida pela Justiça Pública contra ROBSON RODRIGO FERREIRA CAMPOS, brasileiro(a), nascido(a) em 28/11/1989, filho(a) de Policeno Campos e Maria das Graças Ferreira Campos, por crime praticado entre outubro e novembro de 2021 do qual foi vítima Maria da Conceição Moreira Campos e pelo que foi denunciado(a) pelo Promotor de Justiça como incurso no art. 155, §4º, inciso II c/c artigo 61, inciso II, alíneas 'e' e 'h', todos do Código Penal Brasileiro. Que consta que o(a) acusado(a) está atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital pelo qual CITE-O(A) a apresentar resposta à denúncia no prazo de 10 (dez) dias, com as advertências dos artigos 396-A. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum, desta Comarca. Eu, Edna Natália de Oliveira, escrivã judicial, o fiz digitar e subscrevo. Pará de Minas, 13 de outubro de 2022. a) Bruno Miranda Camêlo, Juiz de Direito.

PARACATU

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE PARACATU - PRIMEIRA VARA CÍVEL- EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS ¿ PRAZO DEZ DIAS - (artigo 34 do Decreto Lei 3365/41). A Dra. Paula Roschel Husaluk, Juíza de Direito em exercício na 1ª Vara desta Comarca, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... Faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da Primeira Vara Cível, se processam os termos da AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM nº 5000188-81.2021.8.13.0470, movida por CEMIG DISTRIBUICAO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 06.981.180/0001-16, representado pelo procurador Sergio Carneiro Rosi, inscrito na OAB/MG 71.639, em face de SAULO ADJUTO LEPESQUEUR, produtor rural, portador do RG nº MG10.749.287, inscrito no CPF sob nº 494.489.946-72, casado com MARIA TEREZA NAVES LEPESQUEUR, do lar, portadora do RG nº MG-4.112.579, inscrita no CPF sob nº 589.012.136-72, ambos brasileiros, residentes e domiciliados Rua Alameda, nº 16, Casa 01, Jardim Serrano, CEP: 38606190, Paracatu/MG; RENÊ ADJUTO LEPESQUEUR, inscrito no CPF sob nº 527.035.846-87, casado com ALESSANDRA CONCEIÇÃO NASCIMENTO COSTA, inscrita no CPF sob nº 967.372.986-72, residentes à Rua Alameda, nº 16, Casa 04, Jardim Serrano, CEP: 38606190, Paracatu/MG, sobre: ¿uma área medindo 20.586,57m², imóvel rural, denominado Fazenda Poção, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Paracatu sob nº 19205, que foi declarado de utilidade pública pelo decreto Estadual numeração especial nº. 449, de 22 de outubro de 2020, publicado no ¿Minas Gerais¿ mediante acordo ou judicialmente, terrenos e benfeitorias necessários à construção da LD Paracatu 4 - Paracatu 8, 138kV do Sistema Cemig, no Município de Paracatu, reforçando a malha de distribuição de energia elétrica essencial ao crescimento industrial e residencial na região. ¿. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Paracatu-MG, 13 de outubro de 2022. (aa) Elson do C. Soares França, Gerente de Secretaria, assino. Dra. Paula Roschel Husaluk, Juíza de Direito.

COMARCA DE PARACATU-MG - PRIMEIRA VARA CÍVEL - EDITAL DE INTIMAÇÃO ¿ PRAZO TRINTA DIAS - Dra. Paula Roschel Husaluk, Juíza de Direito na Primeira Vara da Comarca de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria, se processam os termos de uma Ação de Procedimento Comum Cível nº 5003356-91.2021.8.13.0470 e por este INTIMA os requeridos FERNANDO DA SILVA FREITAS, brasileiro, nascido em 01/07/1982, inscrito no CPF sob o nº 303.449.388-67 e BRUNO PEREIRA DE CARVALHO SPINOLA, brasileiro, nascido em 27/05/1996, inscrito no CPF sob o nº 406.010.558-96, com Curador Especial nomeado, que se encontram em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias efetuarem o pagamento da quantia de R$292,42 (Duzentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), a título de custas, de Taxa Judiciária, e de outras despesas processuais devidas ao Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN - MG e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia Geral do Estado ¿ AGE. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Paracatu, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. (aa) Elson do C. Soares França, Gerente de Secretaria, assino. Paula Roschel Husaluk, Juíza de Direito em exercício na Primeira Vara.

COMARCA DE PARACATU-MG - PRIMEIRA VARA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO VINTE DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - A Dra. Paula Roschel Husaluk, Juíza de Direito na Primeira Vara da Comarca de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara, se processam os termos de uma Ação de Usucapião nº 5005309-56.2022.8.13.0470, movida por Antonia Nogueira Gonçalves, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 049.294.286-29, filha de Joaquim Nogueira Gonçalves e Ana Mendes de Souza, João Nogueira Gonçalves, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 642.672.536-68, filho de Joaquim Nogueira Gonçalves e Ana Mendes de Souza, e, Alfredo Nogueira Gonçalves, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 765.184.506-49, filho de Joaquim Nogueira Gonçalves e Ana Mendes de Souza, tendo como procurador ANDRE ALVES DOS SANTOS, inscrito na OAB/MG 153.153, sobre: uma área de 778,48 m² (Setecentos e setenta e oito metros e quarenta e oito centímetros quadrados), situado na Avenida Israel Pinheiro, nº 300, Bairro Paracatuzinho, nesta cidade, conforme divisas e confrontações do memorial descritivo e mapa juntados no ID 9587037218 dos autos', e por este Cita os RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, bem como EVENTUAIS INTERESSADOS, para os termos da ação supra, oferecer contestação no prazo de 15 DIAS (arts. 257 e 259, I, ambos do CPC). Ficam advirtidas as partes rés, outrossim, que, não sendo contestada a ação, serão considerados reveis e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na petição inicial. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Paracatu, Estado de Minas Gerais, 13 de outubro de 2022. (aa) Joana Mara de Sousa, Gerente de Secretaria em substituição, assino. Dra. Paula Roschel Husaluk,

Juíza de Direito.

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARACATU/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 0060943-06.2014.8.13.0470. EXEQUENTE: LUCAS DE ALMEIDA CAMPOS. EXECUTADO: JOAO BOSCO GOMES PEREIRA. O leilão será exclusivamente eletrônico, e realizado no site www.anandaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.

1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 17/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.

2º LEILÃO: no dia 01/12/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.

LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891.

DESCRIÇÃO DO BEM: 50% da gleba de terras denominada Fazenda Carneiro, lugar Tabocas/Pituba, município de Paracatu/MG, gleba 03, com área de aproximadamente 21.69,67ha, a área é próximo a cidade, cerca de 10km e fica nas margens da Rodovia MG-188, e as seguintes benfeitorias: casa com área de aproximadamente 90m²; casa do caseiro com área de aproximadamente 64m²; casa com área de aproximadamente 100m²; e casa com área de aproximadamente 250m², confrontando com a Gleba 02, Córrego São Domingos, Rodovia Estadual MG188, Sociedade São Vicente de Paula, e com as coordenadas descritas na matrícula do imóvel disponibilizada no site desta leiloeira. MATRÍCULA: 24.094 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paracatu/MG.

AVALIAÇÃO: R$ 782.417,50 (setecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista e, se não houver oferta nesta condição, o pagamento poderá ser parcelado, com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC). O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão independente da data que constar na guia judicial, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail anandaleiloes@gmail.com na mesma data, até às 15 horas

ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 23/02/2022: Não há. OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 23/02/2022.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:

1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Ananda Portes Souza, Matrícula 872 ¿ JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade ¿eletrônico¿, nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

3º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/ pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.

4º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

5º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.

6º) No leilão para pagamento à vista ou parcelado, a comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.

7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).

8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, ¿Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no ¿caput¿ deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.¿.

9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.anandaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.

11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter ¿AD-CORPUS¿, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.

13º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.anandaleiloes.com.br .

14º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

15º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.

16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

17º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

18º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 12º item.

19º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.

20º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada ¿perturbação¿ ao leilão.

21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 13/10/2022. ANANDA PORTES SOUZA - leiloeira.

COMARCA DE PARACATU-MG - 1ª VARA CÍVEL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO TRINTA DIAS ¿ COMARCA DE PARACATU-MG - PRIMEIRA VARA CÍVEL - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Dra. Paula Roschel Husaluk, Juíza de Direito na Primeira Vara Cível da Comarca de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc¿ Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria, se processam os termos de uma Ação de Cumprimento de Sentença, processo nº 5002026-93.2020.8.13.0470, e por este INTIMA JOSE CONCEICAO RODRIGUES BARBOSA, brasileiro, nascido em 08/12/1971, filho de Antônio Rodrigues Barbosa e Edi da Silva Barbosa, inscrito no CPF sob o nº 868.490.936-49, que se encontra em LUGAR INCERTO e IGNORADO, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuarem o pagamento da quantia de R$15.203,87 (Quinze mil, duzentos e três reais e oitenta e sete centavos), valor atualizado até agosto/2022, sob pena de, não o fazendo, ser acrescida multa de 10% (dez por cento) ao montante da condenação, bem como ser-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, nos termos do art. 513, §2º, IV do CPC, para que cumpra o dispositivo da sentença, efetuando a quitação do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa e penhora. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Paracatu-MG, 13 de outubro de 2022. (aa) Elson C. Soares França, Escrivão Judicial, assino. Paula Roschel Husaluk, Juíza de Direito.

PARAISÓPOLIS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE PARAISÓPOLIS - MG. SECRETARIA DA VARA ÚNICA. EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. O MM. Juiz de Direito desta Comarca, FAZ SABER a quantos o presente edital, com o prazo de 30 dias virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo tramitam os autos de ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR nº5000229-05.2022.8.13.0473, requerida por GABRIEL RIBEIRO FERREIRA DA SILVA, neste ato representado por sua mãe, SUZANA RIBEIRO FERREIRA em face de MARCO ANTÔNIO DA SILVA, brasileiro, divorciado, portador do RG n° 28.914.300-7 SSP/SP e inscrito no CPF n° 260.275.028-00, por esta forma, INTIMA o executado supracitado, com endereço incerto e não sabido, para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia de R$ 5.384,24 (CINCO MIL, TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS), sob pena de, não o fazendo, ser acrescida multa de 10% (dez por cento) ao montante da condenação, bem como ser-lhes penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito. Paraisópolis, 13 de outubro de 2022. Eu,(as)Isabella Maria Santos e Barros, Oficial Judiciário D, que digitei e subscrevi.(as)Ricardo Alves Cavalcante-Juiz de Direito

COMARCA DE PARAISÓPOLIS - MG. SECRETARIA DA VARA ÚNICA. EDITAL DE INTERDIÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. JUSTIÇA GRATUITA. O MM. Juiz de Direito em exercício nesta Vara, FAZ SABER a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo foi requerida por ANTÔNIA APARECIDA SANTOS a ação de INTERDIÇÃO nº 5000508-25.2021.8.13.0473, em favor de LÁZARA ROSA DOS SANTOS, brasileira, viúva, nascida em 28/02/1938, filha de José Domiciano da Silva e Expedita Rosa de Jesus, portadora do RG n.º 28.112.207-6 SSP/SP e CPF n° 984.986.146-00, residente no Bairro Morador Novo, zona rural do município de Paraisópolis/MG. E, por sentença prolatada em 19/11/2021, foi decretada sua INTERDIÇÃO, sendo-lhe nomeada curadora ANTÔNIA APARECIDA SANTOS, brasileira, solteira, filha de João Aparecido dos Santos e Lázara Rosa dos Santos, portadora do RG nº MG-6.411.061 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 790.464.446-00, residente e domiciliada no Bairro Morador Novo, zona rural do município de Paraisópolis/MG. O presente edital será publicado por 3 vezes nos termos da lei, com intervalo de 10 dias entre um e outro e afixado no lugar de costume. Paraisópolis, 13 de outubro de 2022. Eu(as)Isabella Maria Santos e Barros, Oficial Judiciário D que digitei e subscrevi.(as)Ricardo Alves Cavalcante-Juiz de Direito

PATOS DE MINAS

COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG. 1ª VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO do(a) DENUNCIADO JHEIMES CALIXTO MARTINS. PRAZO DE 15 dias. O doutor Vinicius de Avila Leite, MM. Juiz de Direito da 1º Vara Criminal e da Infância e da Juventude, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se encontram em trâmite nesta Vara os autos do processo registrado sob o nº 0008480-76.2022.8.13.0480 - Ação Penal movida pela Justiça Pública do Estado de Minas Gerais contra JHEIMES CALIXTO MARTINS, denunciado(a) nas sanções do art. 121, §2º, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que dificulte a defesa do ofendido), c/c art. 14, inc. II, ambos do Código Penal, praticados no dia 15 de abril de 2021, por volta das 10h35min, na rua Florianópolis, nº 350, no Bairro São José Operário, Patos de Minas/MG, em que foi vítima: Samuel Ferreira de Sousa, em cujos autos, tendo restado infrutíferas as diligências até então empreendidas no sentido de localizar o(a) DENUNCIADO JHEIMES CALIXTO MARTINS, brasileiro, nascido aos 20/01/1997, natural de Patos de Minas-MG, filho de Deia Lucia Martins Silva e Nilton Martins Pereira, portador do RG nº 19793004/SSP e CPF nº 01932175628, nos endereços declarados, encontrando-se, portanto, em lugar incerto e não sabido, ora é expedido, na melhor forma do direito, o presente edital, pelo qual fica o(a) DENUNCIADO JHEIMES CALIXTO MARTINS devidamente CITADO(A) para que tome ciência dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual e para RESPONDER A ACUSAÇÃO, por escrito, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. E, para o conhecimento do(a) DENUNCIADO JHEIMES CALIXTO MARTINS e de todos aqueles a quem eventualmente possa interessar, será este edital devidamente publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e também afixado no saguão do Fórum. PATOS DE MINAS, 26 de setembro de 2022. Eu, Sinara Rodrigues Peixoto Gomes, Oficial Judiciário, digitei-o. Eu, Sabryna Mendonça Dias, Escrivã Judicial, conferi-o. Eu, Vinicius de Avila Leite, Juiz de Direito, subscrevo-o.

COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG. 1ª VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO do(a) DENUNCIADO ELISANGELA PEREIRA SOUZA. PRAZO DE 15 dias. O doutor Vinicius de Avila Leite, MM. Juiz de Direito da 1º Vara Criminal e da Infância e da Juventude, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se encontram em trâmite nesta Vara os autos do processo registrado sob o nº 0040238-10.2021.8.13.0480 - Ação Penal movida pela Justiça Pública do Estado de Minas Gerais contra ELISANGELA PEREIRA SOUZA, denunciado(a) nas sanções do artigos 305 c/c 306 c/c 298, inciso III, ambos da Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, praticados no dia 16 de dezembro de 2020, por volta das 12h50min, na Rua Zeca Limirio, n° 290, bairro Bela Vista, no Município de Lagoa Formosa, em cujos autos, tendo restado infrutíferas as diligências até então empreendidas no sentido de localizar o(a) DENUNCIADO ELISANGELA PEREIRA SOUZA, brasileira, solteira, natural de Pedro Leopoldo/MG, nascido aos 31/12/1986, filha de Maria Auzita Pereira, portador da Carteira de Identidade nº 15607853/SSP, inscrita no CPF nº 086.811.506-18, nos endereços declarados, encontrando-se, portanto, em lugar incerto e não sabido, ora é expedido, na melhor forma do direito, o presente edital, pelo qual fica o(a) DENUNCIADO ELISANGELA PEREIRA SOUZA devidamente CITADO(A) para que tome ciência dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual e para RESPONDER A ACUSAÇÃO, por escrito, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. E, para o conhecimento do(a) DENUNCIADO ELISANGELA PEREIRA SOUZA e de todos aqueles a quem eventualmente possa interessar, será este edital devidamente publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e também afixado no saguão do Fórum. PATOS DE MINAS, 13 de outubro de 2022. Eu, Sinara Rodrigues Peixoto Gomes, Oficial Judiciário, digitei-o. Eu, Sabryna Mendonça Dias, Escrivã Judicial, conferi-o. Eu, Vinicius de Avila Leite, Juiz de Direito, subscrevo-o.

COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG. 1ª VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO do(a) DENUNCIADO ANDERSON DA ROCHA FERREIRA. PRAZO DE 15 dias. O doutor Vinicius de Avila Leite, MM. Juiz de Direito da 1º Vara Criminal e da Infância e da Juventude, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se encontram em trâmite nesta Vara os autos do processo registrado sob o nº 0037566-63.2020.8.13.0480 - Ação Penal movida pela Justiça Pública do Estado de Minas Gerais contra ANDERSON DA ROCHA FERREIRA, denunciado(a) nas sanções do art. 306 §1º, II, do Código Penal Brasileiro, praticados no dia 29 de maio de 2020, por volta das 00h51min, na rua Vereador João Paxheco, no bairro Lagoa Grande, Patos de Minas/MG, em cujos autos, tendo restado infrutíferas as diligências até então empreendidas no sentido de localizar o(a) DENUNCIADO ANDERSON DA ROCHA FERREIRA, brasileiro, nascido aos 30/07/1981, natural de Araxá/MG, filho de Vanilda Aparecida Silva e Anabtino Ferreira da Silva, portador da Carteira de Identidade n° 1250066-8, nos endereços declarados, encontrando-se, portanto, em lugar incerto e não sabido, ora é expedido, na melhor forma do direito, o presente edital, pelo qual fica o(a) DENUNCIADO ANDERSON DA ROCHA FERREIRA devidamente CITADO(A) para que tome ciência dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual e para RESPONDER A ACUSAÇÃO, por escrito, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. E, para o conhecimento do(a) DENUNCIADO S ANDERSON DA ROCHA FERREIRA e de todos aqueles a quem eventualmente possa interessar, será este edital devidamente publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e também afixado no saguão do Fórum. PATOS DE MINAS, 13 de outubro de 2022. Eu, Sinara Rodrigues Peixoto Gomes, Oficial Judiciário, digitei-o. Eu, Sabryna Mendonça Dias, Escrivã Judicial, conferi-o. Eu, Vinicius de Avila Leite, Juiz de Direito, subscrevo-o.

COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG. 1ª VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO do(a) DENUNCIADO WILSON VIEIRA MACEDO. PRAZO DE 15 dias. O doutor Vinicius de Avila Leite, MM. Juiz de Direito da 1º Vara Criminal e da Infância e da Juventude, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se encontram em trâmite nesta Vara os autos do processo registrado sob o nº 0019978-43.2020.8.13.0480 - Ação Penal movida pela Justiça Pública do Estado de Minas Gerais contra WILSON VIEIRA MACEDO, denunciado(a) nas sanções do art. 155 do Código Penal Brasileiro, praticados no dia 09 de dezembro de 2019, por volta das 09h20min, na avenida Maria Clara da Fonseca, nº 1080, no bairro Planalto, Patos de Minas/MG, em que foi vítima: Sérgio Mendes Flor, em cujos autos, tendo restado infrutíferas as diligências até então empreendidas no sentido de localizar o(a) DENUNCIADO WILSON VIEIRA MACEDO, brasileiro, nascido aos 19/01/1986, natural de São Paulo/SP, filho de Maria Lázara Vieira e Joaquim Guardino Macedo portador da Carteira de Identidade

n° 10293875/SSP, nos endereços declarados, encontrando-se, portanto, em lugar incerto e não sabido, ora é expedido, na melhor forma do direito, o presente edital, pelo qual fica o(a) DENUNCIADO WILSON VIEIRA MACEDO devidamente CITADO(A) para que tome ciência dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual e para RESPONDER A ACUSAÇÃO, por escrito, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. E, para o conhecimento do(a) DENUNCIADO WILSON VIEIRA MACEDO e de todos aqueles a quem eventualmente possa interessar, será este edital devidamente publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e também afixado no saguão do Fórum. PATOS DE MINAS, 13 de outubro de 2022. Eu, Sinara Rodrigues Peixoto Gomes, Oficial Judiciário, digitei-o. Eu, Sabryna Mendonça Dias, Escrivã Judicial, conferi-o. Eu, Vinicius de Avila Leite, Juiz de Direito, subscrevo-o.

COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG. 1ª VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO do(a) DENUNCIADO LUCIANA BORGES PACHECO PEREIRA. PRAZO DE 15 dias. O doutor Vinicius de Avila Leite, MM. Juiz de Direito da 1º Vara Criminal e da Infância e da Juventude, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se encontram em trâmite nesta Vara os autos do processo registrado sob o nº 0051922-63.2020.8.13.0480 - Ação Penal movida pela Justiça Pública do Estado de Minas Gerais contra LUCIANA BORGES PACHECO PEREIRA, denunciado(a) nas sanções do art. 306, §1º, I, da Lei 9.503/97, praticado no dia 13 de agosto de 2020, por volta das 00h30min, na rua rua Vereador João Pacheco, 2312, bairro Cristo Redentor, Patos de Minas/MG, em cujos autos, tendo restado infrutíferas as diligências até então empreendidas no sentido de localizar o(a) DENUNCIADO LUCIANA BORGES PACHECO PEREIRA , brasileira, nascida aos 09/09/1981, natural de Coromandel/MG, filha de Valdivina Vivenca Pacheco e José Borges Ferreira, portador da Carteira de Identidade n° 14457800, nos endereços declarados, encontrando-se, portanto, em lugar incerto e não sabido, ora é expedido, na melhor forma do direito, o presente edital, pelo qual fica o(a) DENUNCIADO LUCIANA BORGES PACHECO PEREIRA devidamente CITADO(A) para que tome ciência dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual e para RESPONDER A ACUSAÇÃO, por escrito, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. E, para o conhecimento do(a) DENUNCIADO LUCIANA BORGES PACHECO PEREIRA e de todos aqueles a quem eventualmente possa interessar, será este edital devidamente publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e também afixado no saguão do Fórum. PATOS DE MINAS, 13 de outubro de 2022. Eu, Sinara Rodrigues Peixoto Gomes, Oficial Judiciário, digitei-o. Eu, Sabryna Mendonça Dias, Escrivã Judicial, conferi-o. Eu, Vinicius de Avila Leite, Juiz de Direito, subscrevo-o.

COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG. 1ª VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO do(a) DENUNCIADO ALTAIR NAZARENO JUNIOR. PRAZO DE 15 dias. O doutor Vinicius de Avila Leite, MM. Juiz de Direito da 1º Vara Criminal e da Infância e da Juventude, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se encontram em trâmite nesta Vara os autos do processo registrado sob o nº 0079032-71.2019.8.13.0480 - Ação Penal movida pela Justiça Pública do Estado de Minas Gerais contra ALTAIR NAZARENO JUNIOR, denunciado(a) nas sanções do art. 306,§1º, inciso II, da lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - praticado no dia 28 de agosto de 2019, por volta das 01h30min, na rua Padre Caldeira, 455, Centro, Patos de Minas/MG, em cujos autos, tendo restado infrutíferas as diligências até então empreendidas no sentido de localizar o(a) DENUNCIADO ALTAIR NAZARENO JUNIOR, brasileiro, nascido aos 25/11/1974, natural de Belo Horizonte/MG, filho de Maria da Conceição Lana Nazareno e Altair Nazareno portador da Carteira de Identidade n° 6058518, nos endereços declarados, encontrando-se, portanto, em lugar incerto e não sabido, ora é expedido, na melhor forma do direito, o presente edital, pelo qual fica o(a) DENUNCIADO ALTAIR NAZARENO JUNIOR devidamente CITADO(A) para que tome ciência dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual e para RESPONDER A ACUSAÇÃO, por escrito, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. E, para o conhecimento do(a) DENUNCIADO ALTAIR NAZARENO JUNIOR e de todos aqueles a quem eventualmente possa interessar, será este edital devidamente publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e também afixado no saguão do Fórum. PATOS DE MINAS, 13 de outubro de 2022. Eu, Sinara Rodrigues Peixoto Gomes, Oficial Judiciário, digitei-o. Eu, Sabryna Mendonça Dias, Escrivã Judicial, conferi-o. Eu, Vinicius de Avila Leite, Juiz de Direito, subscrevo-o.

COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG. 1ª VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO do(a) DENUNCIADO GERALDO BRAGA DE SANTANA ANCHIETA. PRAZO DE 15 dias. O doutor Vinicius de Avila Leite, MM. Juiz de Direito da 1º Vara Criminal e da Infância e da Juventude, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se encontram em trâmite nesta Vara os autos do processo registrado sob o nº 0027088-93.2020.8.13.0480 - Ação Penal movida pela Justiça Pública do Estado de Minas Gerais contra GERALDO BRAGA DE SANTANA ANCHIETA, denunciado(a) nas sanções do art. 306 da Lei 9.503/97, praticada no dia 08 de março de 2020, por volta das 23h03min, na rua Aleixo Pereira, nº 101, no bairro Jardim Paulistano, Patos de Minas/MG, em cujos autos, tendo restado infrutíferas as diligências até então empreendidas no sentido de localizar o(a) DENUNCIADO GERALDO BRAGA DE SANTANA ANCHIETA, brasileiro, nascido aos 24/01/1984, natural de Patos de MInas/MG, filho de Fátima Santana e João Evangelista Santana portador da Carteira de Identidade n° 12910704, nos endereços declarados, encontrando-se, portanto, em lugar incerto e não sabido, ora é expedido, na melhor forma do direito, o presente edital, pelo qual fica o(a) DENUNCIADO GERALDO BRAGA DE SANTANA ANCHIETA devidamente CITADO(A) para que tome ciência dos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual e para RESPONDER A ACUSAÇÃO, por escrito, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. E, para o conhecimento do(a) DENUNCIADO GERALDO BRAGA DE SANTANA ANCHIETA e de todos aqueles a quem eventualmente possa interessar, será este edital devidamente publicado no Diário do Judiciário Eletrônico e também afixado no saguão do Fórum. PATOS DE MINAS, 13 de outubro de 2022. Eu, Sinara Rodrigues Peixoto Gomes, Oficial Judiciário, digitei-o. Eu, Sabryna Mendonça Dias, Escrivã Judicial, conferi-o. Eu, Vinicius de Avila Leite, Juiz de Direito, subscrevo-o.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE PATOS DE MINAS (MG) - EDITAL DE INTERDIÇÃO DE IDAURA MARIA - PROCESSO ELETRÔNICO Nº 5003723-51.2022.8.13.0480. O EXMO. DR. RODRIGO DE CARVALHO ASSUMPÇÃO, MM. JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO DA 3ª VARA CÍVEL, na forma da lei, etc. Faz saber a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria, processaram-se os termos da ação de Interdição de IDAURA MARIA, brasileira, viúva, aposentada, filha de Vitalino Leão Barbosa e Maria Rufina de Jesus, nascida em 02/02/1942, natural de São Gonçalo do Abaeté/MG, inscrita no CPF nº 671.871.536-00 e RG nº M-5.437.316 SSP/MG; portador(a) de enfermidade, que o(a) impossibilita de gerir sua própria pessoa e administrar seus bens. Interdição requerida por DIVA MARIA VITORIA, brasileira, solteira, trabalhadora rural, filha de José Vitoria e Idaura Maria, nascida em 25/02/1969, natural de Patos de Minas/MG portadora do CPF nº785.075.616-91 e RG nº MG-9.221.595 PC/MG, ambas residentes e domiciliadas no sítio dos Ipê, zona rural, município de Patos de Minas/MG, CEP 38.700-000; decretada por sentença, datada de 11/08/2022, que nomeou-lhe(s) curador(a) DIVA MARIA VITORIA, que já prestou o devido compromisso e está no exercício do cargo, pelo que serão considerados nulos e sem nenhum efeito, os atos, avenças e convenções que o(a) interditado(a) celebrar sem assistência de seu(sua) curador(a). E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, a ser publico no DJE na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, aos 13 dias do mês de outubro do ano de 2022. Eu, Reuto André Fernandes, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Rodrigo de Carvalho Assumpção. Juiz de Direito. OAB/MG nº 88.491.

PATROCÍNIO

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE PATROCÍNIO-MG. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. JUSTIÇA GRATUITA. A JUSTIÇA DE PATROCÍNIO-MG., na forma da Lei, faz saber aos que virem o presente EDITAL DE CITAÇÃO PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e pela Secretaria da Primeira Vara Criminal desta Comarca tem andamento o Processo de Nº: 0042216-19.2021.8.13.0481, movido pela Justiça Pública contra, RONALDO RODRIGUES DE SOUZA, brasileiro, natural de Santana do Cariri/CE, nascido aos 28/02/1994, filho de Maria Etelvina de Souza e José Rodrigues de Souza, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, por crime praticado na RuaMarcílio Cardoso, n.º 929, bairro Bela Vista, em Cruzeiro da Fortaleza/MG, No dia 09/10/2021, qual foi denunciado pelo Ilmo. Promotor de Justiça como incurso nos art. 147 e no art. 150, ambos do Código Penal, no contexto da Lei n° 11.340/2006. Por este Juízo foi determinada sua citação para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas

pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Caso não tenha condições financeiras para contratar advogado, fica desde já nomeada Defensoria Pública. E constando dos autos do processo que o réu está atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito passar o presente edital pelo qual cita para responder à acusação. E para conhecimento de todos, será este publicado pelo Órgão Oficial do Estado e afixado no saguão do Fórum desta Comarca. Patrocínio/MG, 13 de outubro de 2022. Eu, Igor Maia Vieira, Oficial Judiciário, que o digitei e publiquei. Ozires de Moura Júnior, Escrivão Judicial. Serlon Silva Santos. Juiz de Direito.

PEDRO LEOPOLDO

COMARCA DE PEDRO LEOPOLDO/MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. MARIA JACIRA RAMOS E SILVA, MM. Juíza de Direito nesta 2ª Vara da Comarca de Pedro Leopoldo/MG, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, aos que virem o presente edital ou dele tiverem notícia, especialmente o réu DENIS SANTOS PINHEIRO, brasileiro, portador do RG 12433573 SSP/MG, nascido aos 03/02/1981, filho de Maria Madalena Santos Pinheiro, que, nos autos nº 0002484-34.2022.8.13.0210, em 25/03/2022, foi proferida sentença de extinção de punibilidade pela prática do delito previsto no artigo 129, parágrafo 9°, do Código Penal, com fundamentos nos artigos, 109, VI, e IV ambos do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Pedro Leopoldo/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Matheus dos Santos Gonçalves, Estagiário de Direito, o digitei. A Juíza de Direito: (a.) MARIA JACIRA RAMOS E SILVA.

COMARCA DE PEDRO LEOPOLDO/MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. MARIA JACIRA RAMOS E SILVA, MM. Juíza de Direito desta 2ª Vara da Comarca de Pedro Leopoldo/MG, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, aos que virem o presente edital ou dele tiverem notícia, especialmente a vítima LUCIENE RODRIGUES SILVA, portadora do RG: 1587960 SSP/MG, filha de Manoel da Silva e Ercilia Rodrigues Silva, nascida aos 20/06/1984 em Matozinhos-MG, que, nos autos nº 0037304-84.2019.8.13.0210, foi INDEFERIDO seu pedido de medidas protetivas, conforme decisão proferida em 12/09/2019. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Pedro Leopoldo/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Matheus dos Santos Gonçalves, Estagiário de Direito, o digitei. A Juíza de Direito: (a.) MARIA JACIRA RAMOS E SILVA.

COMARCA DE PEDRO LEOPOLDO/MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. MARIA JACIRA RAMOS E SILVA, MM. Juíza de Direito nesta 2ª Vara da Comarca de Pedro Leopoldo/MG, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, aos que virem o presente edital ou dele tiverem notícia, especialmente o réu KAREN KATARIN AQUINO DE OLIVEIRA, brasileira, portadora do RG 15714372 SSP/MG, nascida aos 31/05/1990, filho de Maria Helena Salomé e Antônio Pereira Ribeiro, que, nos autos nº 0029994-66.2015.8.13.0210, em 27/04/2022, foi proferida sentença de extinção de punibilidade com fundamento nos artigos 109, VI e 107, IV ambos do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Pedro Leopoldo/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Matheus dos Santos Gonçalves, Estagiário de Direito, o digitei. A Juíza de Direito: (a.) MARIA JACIRA RAMOS E SILVA.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE PEDRO LEOPOLDO
Processo nº: 5002127-66.2022.8.13.0210
Interdito: IONE TEIXEIRA DA COSTA
Filiação: MIRTES LELES TEIXEIRA
CPF: 115.100.546-00
Endereço: Rua São José, nº 217, Confins/MG, CEP: 33.500.000
Curador: LUCINETE TEIXEIRA COSTA SANTOS
Causa da interdição: incapacidade civil, art. 1767, I, do CCB/02
Limites da curatela: nos termos do art. 85 da Lei Federal nº 13.146/15, a interdição deferida afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, mantidos os direitos previstos neste artigo.
Tempo da curatela: por prazo indeterminado
O Sr. Otávio Batista Lomônaco, MM. Juiz de Direito em exercício nesta 1ª Vara de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER, aos que virem o presente Edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e Secretaria, tem andamento os autos do Processo de Interdição acima indicado, e tendo sido proferida sentença, serve o presente edital para TORNAR PÚBLICO, nos termos do art. 755, §3º, do CPC/15, a todos que deste edital tiverem conhecimento que foi DECRETADA A INTERDIÇÃO da pessoa e pelo motivo acima nominados para os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, preservados os direitos previstos no art. 85 da Lei Ordinária Federal nº 13.146/15. E, para que se não alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado na forma da Lei. Fernanda Dutra de Assis Araújo, Gerente de Secretaria. Otávio Batista Lomônaco, Juiz de Direito.

POÇOS DE CALDAS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG) ¿ EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 DIAS. ¿ JUSTIÇA GRATUITA- O DR. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal Infância e Juventude da Comarca de Poços de Caldas (MG), na forma de Lei etc.. FAZ SABER a todos quantos a presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿AÇÃO PENAL ¿ ¿ Autos Nº.21 4202-5que tem como VÍTIMA: RITA DE CÁSSIA PEDROSO DE MORAIS que move contra BRUCE WILLIAN DA FONSECA por infração ao artigo 147 e 129 CPB, sendo que a vítima RITA DE CÁSSIA PEDROSO DE MORAIS, filha de Laudelino Donizetti Pedroso de Morais e Fátima Aparecida dos Santos, nascida aos 03/03/1987 encontra-se em lugar incerto e não sabido fica então INTIMADA A VÍTIMA DA r. sentença em que foi julgada PROCEDENTE A DENÚNCIA por infração ao artigo 147 e 129 CPB para condenar o sentenciado BRUCE WILLIAN DA FONSECA a uma pena de 02 ANOS, 04 meses de reclusão e 01 mês e 10 dias de detenção e 02 meses de prestação de serviços à comunidade- REGIME SEMIABERTO, PODENDO RECORRER NO PRAZO LEGAL, sob pena de passar em julgado mencionada decisão. Para que chegue ao conhecimento de todos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será fixado no local de costume e publicado na forma de Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas (MG), Secretaria de Juízo da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu ...Heloiza Costa, Oficial Judiciário, o subscrevi. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal. Infância e Juventude. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN.

**********JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG.) - EDITAL DE INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS. - O Dr. TARCÍSIO MARQUES, MM. Juiz de Direito Cooperador da 1ª Vara Criminal da Comarca de Poços de Caldas (MG.), na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿ AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA ¿ - Processo Nº 0126949-06.2018.8.13.0518 que a Justiça Pública move contra MAICON WESLEY DOS SANTOS ALMEIDA, em curso perante este Juízo e respectiva Secretaria, a qual foi incurso nas sanções do ARTIGO 155, §4, IV c/c art. 14, II, ambos do CÓDIGO PENAL, MAICON WESLEY DOS SANTOS ALMEIDA, BRASILEIRO, NATURAL DE POÇOS DE CALDAS/MG, NASCIDO AOS 26/06/1995, FILHO DE ROSÂNGELA DOS SANTOS E WILIANS SOUZA DE ALMEIDA, CONSTANDO NOS AUTOS RESIDIR NA RUA FERNÃO DIAS, n°220, NESTA CIDADE E COMARCA DE POÇOS DE CALDAS/MG. E constando nos autos estar em lugar incerto e não sabido, conforme certidões de fls. 317, vem pelo presente edital, INTIMÁ-LO para que no prazo de 15(quinze) dias se manifeste sobre o interesse na RESTITUIÇÃO de um relócio apreendido nos autos, comprovando-se sua propriedade mediante a apresentação de Nota Fiscal, sob pena de doação/destruição do mesmo, nos termos da despacho de fls. 187, no prazo de 15(quinze) dias. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sede à Rua Pernambuco, nº 707, nesta cidade. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas-MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, LAURA CHRISTINE DOS SANTOS XAVIER ¿ Estagiária do TJMG, digitei. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal.**********

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG) ¿ EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 DIAS. ¿ JUSTIÇA GRATUITA- O DR. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal Infância e Juventude da Comarca de Poços de Caldas (MG), na forma de Lei etc.. FAZ SABER a todos quantos a presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿AÇÃO PENAL ¿ ¿ Autos Nº.21 4202-5que tem como VÍTIMA: RITA DE CÁSSIA PEDROSO DE MORAIS que move contra BRUCE WILLIAN DA FONSECA por infração ao artigo 147 e 129 CPB, sendo que o réu BRUCE WILLIAN DA FONSECA, filho de Amarildo Aparecido da Fonseca e Terezinha de Jesus Faustino, nascido aos 25/07/1992 encontra-se em lugar incerto e não sabido fica então INTIMADO O RÉU DA r. sentença em que foi julgada PROCEDENTE A DENÚNCIA por infração ao artigo 147 e 129 CPB para condenar o sentenciado BRUCE WILLIAN DA FONSECA a uma pena de 02 ANOS, 04 meses de reclusão e 01 mês e 10 dias de detenção e 02 meses de prestação de serviços à comunidade- REGIME SEMIABERTO, PODENDO RECORRER NO PRAZO LEGAL, sob pena de passar em julgado mencionada decisão. Para que chegue ao conhecimento de todos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será fixado no local de costume e publicado na forma de Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas (MG), Secretaria de Juízo da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu ...Heloiza Costa, Oficial Judiciário, o subscrevi. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal. Infância e Juventude. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG) ¿ EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 60 DIAS. ¿ JUSTIÇA GRATUITA- O DR. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN, MM. Juiz de Direito da

2ª Vara Criminal Infância e Juventude da Comarca de Poços de Caldas (MG), na forma de Lei etc.. FAZ SABER a todos quantos a presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿AÇÃO PENAL ¿ ¿ Autos Nº.21 2108-6 que tem como VÍTIMA: YASMIN SOARES SOUZA e OUTRA, que, move contra PAULO GUSTAVO MARTINS por infração ao artigo 129§9º do CPB, sendo que as vítimas YASMIN SOARES SOUZA , filha de Claudelei de Souza e Jovane Aparecida Soares de Souza, nascida aos 14/06/2005 e JOVANE APARECIDA SOARES DE SOUZA, filha de Divino Soares e Maria Madalena Ramos Soares, nascida aos 06/01/1982, encontram-se em lugar incerto e não sabido, fica então INTIMADAS as vítimas da r. sentença em que foi julgada parcialmente procedente a denúncia por infração ao artigo 129;§9º CPB, para condenar PAULO GUSTAVO MARTINS a uma pena de 06 MESES de detenção, ¿REGIME SEMIABERTO, podendo recorrer no prazo legal, sob pena de passar em julgado mencionada decisão. Para que chegue ao conhecimento de todos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será fixado no local de costume e publicado na forma de Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas (MG), Secretaria de Juízo da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu ...Heloiza Costa, Oficial Judiciário, o subscrevi. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal. Infância e Juventude. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG) ¿ EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 60 DIAS. ¿ JUSTIÇA GRATUITA- O DR. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal Infância e Juventude da Comarca de Poços de Caldas (MG), na forma de Lei etc.. FAZ SABER a todos quantos a presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿AÇÃO PENAL ¿ ¿ Autos Nº.21 2108-6 que tem como VÍTIMA: YASMIN SOARES SOUZA e OUTRA, que, move contra PAULO GUSTAVO MARTINS por infração ao artigo 129§9º do CPB, sendo que o sentenciado PAULO GUSTAVO MARTINS, filho de Maria Imaculada Martins, nascido aos 26/01/1996 , encontra-se em lugar incerto e não sabido, fica então INTIMADO, O RÉU da r. sentença em que foi julgada parcialmente procedente a denúncia por infração ao artigo 129;§9º CPB, para condenar PAULO GUSTAVO MARTINS a uma pena de 06 MESES de detenção, ¿REGIME SEMIABERTO, podendo recorrer no prazo legal, sob pena de passar em julgado mencionada decisão. Para que chegue ao conhecimento de todos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será fixado no local de costume e publicado na forma de Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas (MG), Secretaria de Juízo da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu ...Heloiza Costa, Oficial Judiciário, o subscrevi. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal. Infância e Juventude. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG) ¿ EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 60 DIAS. ¿ JUSTIÇA GRATUITA- O DR. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal Infância e Juventude da Comarca de Poços de Caldas (MG), na forma de Lei etc.. FAZ SABER a todos quantos a presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿AÇÃO PENAL ¿ ¿ Autos Nº.20-6912-9 que tem como VÍTIMA ¿ WALQUIRIA CRISTINA CASSIMIRO CORRÊA e como réu ALISSON RODRIGUES DE SOUZA, por infração ao artigo 180 caput, sendo que o sentenciado ALISSON RODRIGUES DE SOUZA , filho de Fernando Rodrigues e Vanilda José de Souza, nascido aos 06/08/2000, encontra-se em lugar incerto e não sabido fica então INTIMADO O SENTENCIADO DA r. sentença em que foi julgada PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA por infração ao artigo 180 ¿caput¿ CPB, para CONDENAR O RÉU a uma pena de 01 ANO DE RECLUSÃO e 10 DIAS MULTA- REGIME ABERTO, substituo a pena privativa de liberdade por 01 restritiva de direito, consistente no pagamento de 01 salário mínimo para uma instituição filantrópica, podendo recorrer no prazo legal, sob pena de passar em julgado mencionada decisão. Para que chegue ao conhecimento de todos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será fixado no local de costume e publicado na forma de Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas (MG), Secretaria de Juízo da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu ...Heloiza Costa, Oficial Judiciário, o subscrevi. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal. Infância e Juventude. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG) ¿ EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 60 DIAS. ¿ JUSTIÇA GRATUITA- O DR. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal Infância e Juventude da Comarca de Poços de Caldas (MG), na forma de Lei etc.. FAZ SABER a todos quantos a presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿AÇÃO PENAL ¿ ¿ Autos Nº.20-6912-9 que tem como VÍTIMA ¿ WALQUIRIA CRISTINA CASSIMIRO CORRÊA e como réu ALISSON RODRIGUES DE SOUZA, por infração ao artigo 180 caput, sendo que a VÍTIMA WALQUÍRIA CRISTINA CASSIMIRO CORRÊA, filha de Helio Correa e Isabel Cristina Cassimiro, nascida aos 14/01/1987, encontra-se em lugar incerto e não sabido fica então INTIMADO A VÍTIMA DA r. sentença em que foi julgada PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA por infração ao artigo 180 ¿caput¿ CPB, para CONDENAR O RÉU a uma pena de 01 ANO DE RECLUSÃO e 10 DIAS MULTA- REGIME ABERTO, substituo a pena privativa de liberdade por 01 restritiva de direito, consistente no pagamento de 01 salário mínimo para uma instituição filantrópica, podendo recorrer no prazo legal, sob pena de passar em julgado mencionada decisão. Para que chegue ao conhecimento de todos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será fixado no local de costume e publicado na forma de Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas (MG), Secretaria de Juízo da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude, aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022. Eu ...Heloiza Costa, Oficial Judiciário, o subscrevi. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal. Infância e Juventude. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN.

Processos Eletrônicos (PJe)

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG.) - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS. ¿ JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude da Comarca de Poços de Caldas (MG.), na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿ AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA ¿ - Processo nº. 0063351-73.2021.8.13.0518, que Justiça Pública move contra RODRIGO DE OLIVEIRA CORREIA LIMA pelos crimes previstos nas sanções do artigo 306,
da Lei 9.503/97, e artigo 180, do Código Penal, em concurso material (art. 69, do CP) ; e, constando de referidos autos, que RODRIGO DE OLIVEIRA CORREIA LIMA, brasileiro, solteiro, natural de Poços de Caldas/MG, nascido em 26/03/2003, inscrito no CPF sob o nº 70444911626, portador de RG de nº. 22571995, filho de Neuza de Oliveira e Wellington Correia Lima encontra-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça, vem pelo presente edital CITÁ-LO(a) para os termos da referida ação, bem como para ofertar sua resposta, por escrito, no prazo de 10(dez) dias, por intermédio de advogado, ficando ainda, ciente de que na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecendo documentos e justificações; especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, nos termos do artigo 396-A do CPP, cientificando-o de que não apresentada a resposta e não constituindo advogado, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas (MG.), Secretaria de Juízo da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude, aos 13 de outubro de 2022. - Eu,(a.) Daniela Guedes de Lima Brandão, Oficial de Apoio Judicial, o subscrevi. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal,(a.)JOSÉ HENRIQUE MALLMANN.

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE DE POÇOS DE CALDAS ¿ (MG.) - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS. ¿ JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. JOSÉ HENRIQUE MALLMANN, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude da Comarca de Poços de Caldas (MG.), na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, extraído dos autos de ¿ AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA ¿ - Processo nº. 0063351-73.2021.8.13.0518, que Justiça Pública move contra RODRIGO DE OLIVEIRA CORREIA LIMA pelos crimes previstos nas sanções do artigo 306,
da Lei 9.503/97, e artigo 180, do Código Penal, em concurso material (art. 69, do CP) ; e, constando de referidos autos, que RODRIGO DE OLIVEIRA CORREIA LIMA, brasileiro, solteiro, natural de Poços de Caldas/MG, nascido em 26/03/2003, inscrito no CPF sob o nº 70444911626, portador de RG de nº. 22571995, filho de Neuza de Oliveira e Wellington Correia Lima encontra-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça, vem pelo presente edital CITÁ-LO(a) para os termos da referida ação, bem como para ofertar sua resposta, por escrito, no prazo de 10(dez) dias, por intermédio de advogado, ficando ainda, ciente de que na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecendo documentos e justificações; especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, nos termos do artigo 396-A do CPP, cientificando-o de que não apresentada a resposta e não constituindo advogado, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas (MG.), Secretaria de Juízo da 2ª Vara Criminal, Infância e Juventude, aos 13 de outubro de 2022. - Eu,(a.) Daniela Guedes de Lima Brandão, Oficial de Apoio Judicial, o subscrevi. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal,(a.)JOSÉ HENRIQUE MALLMANN.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL ¿ COMARCA DE POÇOS DE CALDAS - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS FINAIS COM PRAZO DE 20 DIAS. A DRA. ALESSANDRA BITTENCOURT DOS SANTOS DEPPNER, MMª.

Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Poços de Caldas (MG), na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem que processando-se perante este Juízo e 2ª Secretaria Cível, os autos da AÇÃO de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL, registrada sob o nº 5005501-15.2017.8.13.0518, ajuizada por DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS em face de JOAO BATISTA FERNANDES DA SILVA. E, constando de referidos autos, encontrar-se o(a)(s) requerido(s) JOAO BATISTA FERNANDES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 027.283.658-03 em local incerto e não sabido, pelo presente edital o(s) INTIMA para proceder ao recolhimento da importância de R$890,04 (oitocentos e noventa reais e quatro centavos), a título de custas processuais finais devidas ao Estado, apuradas no processo em referência, no prazo de 15(QUINZE) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10%(dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à administração pública do Estado de Minas Gerais ¿ CADIN-MG, e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia Geral do Estado - AGE. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Poços de Caldas-MG, Secretaria da 2ª Vara Cível, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, Julio Cesar Franco, Oficial de Apoio Judicial, o subscrevi. A MMª. Juíza de Direito da 2a. Vara Cível (a) Alessandra Bittencourt dos Santos Deppner.

PONTE NOVA

COMARCA DE PONTE NOVA- MINAS GERAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS- JUSTIÇA GRATUITA - O DOUTOR THIAGO GUIMARÃES EMERIM - MMº. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE PONTE NOVA-ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Primeira Secretaria Cível os regulares termos de uma Ação de Divórcio Litigioso, processo nº 0104876-65.2017.8.13.0521, tendo como requerente Edna Anastacio Martins e como requerido Alessandro Henrique Martins Faria. Pelo presente INTIMA Alessandro Henrique Martins Faria, atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, para pagar as custas processuais, no importe de R$ 2.287,15, a título de custas, taxa Judiciária, ou sua complementação, de multa e outras despesas processuais devidas ao Estado, referentes ao processo acima, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como apresentar a guia e seu respectivo comprovante de pagamento que deverão ser juntados nos autos, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG, e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia Geral do Estado - AGE, conforme decisão judicial. Dado e passado nesta cidade de Ponte Nova-Minas Gerais, aos 13/10/2022. Eu, Mara C. R. Castro, Oficial de Apoio Judicial o digitei e assino de ordem da MMº. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível, Thiago Guimarães Emerim.

COMARCA DE PONTE NOVA- MINAS GERAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 30 DIAS- JUSTIÇA GRATUITA - O DOUTOR THIAGO GUIMARÃES EMERIM - MMº. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE PONTE NOVA-ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Primeira Secretaria Cível os regulares termos de uma Ação de Execução/Cumprimento de Sentença, processo nº 0015486-51.1998.8.13.0521, tendo como exequentes Nilton de Aquino Andrade e outros e como executados Presidente da Câmara Municipal de Guaraciaba e outros. Pelo presente, INTIMA eventuais interessados para tomar ciência da existência de crédito de RPV em nome do falecido Waldemiro Moreira Gonçalves e, para no prazo de 30 dias, manifestarem eventual interesse na sucessão processual. Dado e passado nesta cidade de Ponte Nova-Minas Gerais, aos 13/10/2022. Eu, Mara C. R. Castro, Oficial de Apoio Judicial o digitei e assino de ordem da MMº. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível, Thiago Guimarães Emerim.

COMARCA DE PONTE NOVA-MG - 1ª VARA CÍVEL- EDITAL COM PRAZO DE 30 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - Saibam todos quantos o presente edital de INTIMAÇÃO virem que perante a Primeira Secretaria Cível, Juízo da Primeira Vara da Comarca de Ponte Nova-MG, corre uma Ação de Execução de Alimentos, registrada sob o nº 0521.14.014204-8, requerida por Ynara Júlia Perpétua Lopes, filha de Magno Lopes da Silva e Aurea Jaqueline Perpétua, representada por sua genitora, Aurea Lopes da Silva, brasileira, solteira, balconista, residente e domiciliada na Rua Coronel Emílo Martins, 301, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Ponte Nova/MG. Pelo presente INTIMA E CHAMA o executado, Magno Lopes da Silva, brasileiro, solteiro, filho de Antônio Lopes da Silva e Aparecida da Glória Diniz, para, proceder ao recolhimento da importância de R$ 1429,60 (Mil quatrocentos e vinte e nove reais, sessenta centavos), a título de custas, taxa judiciária ou sua complementação, de multa e outras despesas processuais devidas ao Estado, referente ao processo acima mencionado, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como apresentar a guia e seu respectivo comprovante de pagamento que deverão ser juntados nos autos, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10%, em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG, e de protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia Geral do Estado - AGE.
Thiago Guimarães Emerin
Juiz de Direito - 1ª Vara Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA COMARCA DE PONTE NOVA
2ª VARA CRIMINAL E EXECUÇÕES PENAIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 60 DIAS

O DOUTOR FELIPE ALEXANDRE VIEIRA RODRIGUES, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal e Execuções Criminais de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, e na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Criminal, tem andamento os autos do processo Crime nº 0521.16.011832-4, movido contra CARLOS ROBERTO PEREIRA, por infração do art. 129, caput c/c art. 163 ambos do código penal. E, constando dos autos que o réu CARLOS ROBERTO PEREIRA, se encontra em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para INTIMÁ-LO da sentença proferida em 26/07/2021, na qual julgou improcedente a pretensão punitiva do Estado, tendo em vista o decurso temporal superior a três anos, transcorrido desde o recebimento da denúncia para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado quanto ao crime previsto no art. 129. caput c/c 163 ambos do código penal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do interessado, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade, local de costume e publicado no DJE de Minas Gerais. DADO E PASSADO nesta cidade de Ponte Nova, aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, Oficial de Apoio Judicial D, subscrevi e assino.
FELIPE ALEXANDRE VIEIRA RODRIGUES
JUIZ DE DIREITO

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL
PROCESSO Nº: 0020773-91.2018.8.13.0521
CLASSE: [CÍVEL] CURATELA (12234)
REQUERENTE: JANAINA APARECIDA LOPES DOS SANTOS
INTERESSADO: RONE JAIR LOPES DOS SANTOS
COMARCA DE PONTE NOVA MINAS GERAIS - EDITAL DE INTERDIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA- Todos quantos o presente edital virem ou conhecimento tomarem cientificados ficam do decreto de interdição de RONE JAIR LOPES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido em 15/04/1984, filho de Maria de Fátima Lopes dos Santos e José Bispo dos Santos, residente na Rua José Galdino Vieira, nº 330, Bairro Sagrado Coração de Jesus, Ponte Nova - MG, tudo conforme sentença proferida no processo eletrônico nº 0020773-91.2018.8.13.0521, que tramita por esta Primeira Secretaria Cível, Juízo da Primeira Vara, requerido por Janaína Aparecida Lopes dos Santos com sentença reconhecendo e declarando a incapacidade de Rone Jair Lopes dos Santos, para exercer os atos da vida civil de natureza negocial e patrimonial, nos termos da Lei 13.146/2015, sendo nomeada curadora Janaína Aparecida Lopes dos Santos, brasileira, solteira, atendente, RG MG-13.772.970 e CPF 075.305.266-00, residente na Rua José Galdino Vieira, nº 330, Bairro Sagrado Coração de Jesus, Ponte Nova - MG , com prestação do compromisso de Lei. Publica-se o presente por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, no Diário do Judiciário. Ponte Nova, 10/10/2022. Eu,Marina Mosqueira Fontes, Oficial Judiciário C, o digitei e assino. O MMº Juiz de Direito, Thiago Guimarães Emerim.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 60 DIAS
O DOUTOR FELIPE ALEXANDRE VIEIRA RODRIGUES , MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Ponte Nova e Execuções Penais, Estado de Minas Gerais, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Criminal, tem andamento os autos do processo Crime nº 0521.19.008082-5 movido contra LINCOLN MARQUES BARBOSA por infração do art. 180, §3º do Código Penal. E, constando dos autos que o réu LINCOLN MARQUES BARBOSA se encontra em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para INTIMÁ-LO da sentença proferida em 03/08/2022 , sendo o mesmo condenado a uma pena de 01 mês de detenção e 10 dias multa no regime aberto. E, para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do interessado, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade, local de costume e publicado no DJE de Minas Gerais. DADO E PASSADO nesta cidade de Ponte Nova, aos 11 de outubro de 2022. Eu, Oficial de Apoio Judicial D, subscrevi e assino.
FELIPE ALEXANDRE VIEIRA RODRIGUES
JUIZ DE DIREITO

POUSO ALEGRE

COMARCA DE POUSO ALEGRE - MG - JUSTIÇA GRATUITA - 2ª VARA CRIMINAL E EXECUÇÕES PENAIS - Avenida Dr. Carlos Blanco, 245, Bairro Santa Rita - Tel. (35) 3429-6600 - Edital de Intimação - Prazo de 15 dias - O Bel. José Dimas Rocha Martins Guerra, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Pouso Alegre/MG, na forma da Lei, etc. Faz saber que está em andamento por esta secretaria

da 2ª Vara Criminal os autos nº0064909-59.2021.8.13.0525 que a Justiça Pública move contra PALOMA VILELA DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido (a) aos 28 De Novembro 1996, filho (a) de Rosilene Vilela Da Silva e de José Mario Da Silva, pelo MM. Juiz sendo determinado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, a intimação do acusado supramencionado para a restituição do valor de R$ 1.100,00, referente a fiança prestada.

Eu,_____ (Sandra Mara Constantino Domingues), Oficial de Apoio Judicial, que o digitei. Eu, _____ (Selene Souza de Carvalho), Gerente de Secretaria, o subscrevi. Pouso Alegre, 10/10/2022

José Dimas Rocha Martins Guerra

Juiz de Direito

CERTIDÃO

Certifico que afixei o edital supra no átrio da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais, remetendo-o para publicação no diário judicial eletrônico, via Siscom Windows.

Pouso Alegre, 10 de Outubro 2022.

COMARCA DE POUSO ALEGRE/MG SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL E INF NCIA E JUVENTUDE EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 15 (QUINZE) DIAS JUSTIÇA GRATUITA O MM Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma da lei. Etc... Faz saber os que virem o presente edital ou dele tiverem notícia que, por este Juízo Secretaria da 1ª Vara da Criminal e da Infância e Juventude, tem andamento o processo nº 1592101-10.2009.8.13.0525 que a Justiça Pública move contra ANA FLÁVIA DE LIMA PALHARES, brasileira, do lar, natural de Pouso Alegre/MG, nascida em 11.12.1988, filha de José Amadeu Palhares e Maria Helena de Lima Palhares; ANA PAULA DE LIMA PALHARES, brasileira, casada, monitora, natural de Pouso Alegre/MG, nascida em 07.08.1984, filha de José Amadeu Palhares e de Maria Helena de Lima Palhares e MARIA HELENA DE LIMA PALHARES, brasileira, casada, nascida em 02.07.1964, filha de Bento Pereira de Lima e Rosalina de Lima e constando nos autos que a acusada se encontra em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para INTIMÁ-LAS para pagamento das custas no valor de R$ 1.862,64 (um mil oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) e a multa penal no valor de R$ 240,82 (duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos), para cada uma. O pagamento deverá ser no prazo 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do débito, acrescido da multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de Registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN/MG e do Protesto Extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia Geral do Estado - AGE e, para que ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Eu____ (Leidiane de Oliveira Maximiano) Oficial Judiciário, digitei. Eu_____ (Asterdane Aparecida Israel Martins) Gerente de Secretaria, subscrevi. Selmo Sila de Souza. Juiz de Direito em Substituição Pouso Alegre, 13 de outubro de 2022.

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo 20 Dias) COMARCA DE POUSO ALEGRE. O Bel. DAMIÃO ALEXANDRE TAVARES OLIVEIRA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. Vem pelo presente EDITAL CITAR FERNANDA BORBA CHAGAS, brasileira, convivente há 20 (vinte) anos com Edmundo Isoni Filho, do lar e estudante de prótese, portadora do RG MG 20.741.029, inscrita no CPF sob o nº 146.478.048-01, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para os termos da AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS requerida por CLAUDINEI FERREIRA MOSCARDINI CHAVASCO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº89.651, inscrito no CPF/RFB sob o nº 0008.605.896/76 em face de FERNANDA BORBA CHAGAS - CPF: 146.478.048-01 , acima qualificada, , em andamento pela Secretaria da 2ª Vara Cível sob nº 5001066-69.2020.8.13.0525 (ELETRÔNICO), que deverá ser contestada no prazo de 15(quinze) dias, caso queira, a contar após decorrido o prazo deste edital, e, ciente de que não contestada a ação, a defesa de seu interesse será confiada a curador especial que o próprio juízo nomeará. Pouso Alegre, 27 de setembro de 2022. Eu, _____(Letícia Chaves Vilaça Maia Luz), Oficial de Apoio Judicial, que o digitei. Eu, _____(Mônica Fernandes) Escrivã Judicial, que o conferi e assino por ordem do MM. Juiz. Bel. DAMIÃO ALEXANDRE TAVARES OLIVEIRA_____ Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO - (PRAZO DE 30 DIAS)- JUSTIÇA GRATUITA - COMARCA DE POUSO ALEGRE. O Bel. DAMIÃO ALEXANDRE TAVARES OLIVEIRA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. Vem pelo presente CITAR OS RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, E EVENTUAIS INTERESSADOS para os termos da AÇÃO DE USUCAPIÃO que foi proposta por ZILDA SIMOES DA SILVA - CPF: 068.880.666-06 e ANTONIO MARCOS DA SILVA - CPF nº 5010192-75.2022.8.13.0525 pela Secretaria da 2ª Vara Cível, que deverão apresentar a contestação, caso queiram, no prazo de 15 (quinze) dias, e, cientes de que a citação valerá para todos os atos do processo e, não contestada a ação, a defesa de seus interesses será confiada a curador especial que o próprio juízo nomeará, e, em assim sendo presumir-se-ão aceitos pelos réus, como verdadeiros os fatos alegados na inicial. A ação versa sobre " sorte de terras de uso misto (lavoura e pastagem), situado num lugar denominado Itaim,zona rural do município de Estiva, MG, com área total de apurada de 11,7153 hectares, oriundo da Matrícula nº R-2/39.121, Livro 02, fl. 1, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre, MG, em nome de NIVALDO BORGES DE ALMEIDA, melhor descrito na inicial". Dado e passado aos 26 de setembro de 2022. Eu_____(Letícia Chaves Vilaça Maia Luz),Oficial de Apoio Judicial, que o digitei e subscrevo. Eu, _____ (Monica Fernandes), Gerente de Secretaria, que o conferi e assino. Bel. DAMIÃO ALEXANDRE TAVARES OLIVEIRA_____ Juiz de Direito.

COMARCA DE POUSO ALEGRE-MG. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO 15 (QUINZE) DIAS. O MM. Juiz de Direito Auxiliar da 3ª Vara Criminal e de Precatórias Cíveis e Criminais desta Comarca, Dr. Carlos Cesar de Chechi e Franco Pinto, na forma da lei, etc# Faz saber aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este juízo e secretaria criminal, tem andamento o processo nº 0047052-97.2021.8.13.0525, movido pela Justiça Pública contra MAIRA CRISTINA SIMÕES PEREIRA, natural de Pouso Alegre- MG, nascida aos 10.09.1992, filha de Maria Selma Simões Borges e de Vanildo Pereira. E constando dos autos que o réu se encontra em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, pelo qual CITÁ-LO, para tomar ciência dos termos da ação penal proposta pelo Ministério Público Estadual denunciado como incurso nas sanções do artiqo 155, §4º, IV do Código Penal bem como para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10(dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Na hipótese do acusado não ter condições financeiras de contratar advogado, deverá procurar a Defensoria Pública para que apresente a sua defesa no prazo legal. Pouso Alegre/MG, 10 de outubro de 2022. Eu, Ana Paula Malaquias da Mota, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Graziela Rezende Graciano da Silva, Gerente de Secretaria em substituição, o subscrevi. Carlos Cesar de Chechi e Franco Pinto, Juiz de Direito, o assino.

COMARCA DE POUSO ALEGRE - MG - JUSTIÇA GRATUITA - 2ª VARA CRIMINAL E EXECUÇÕES PENAIS - Avenida Dr. Carlos Blanco, 245, Bairro Santa Rita - Tel. (35) 3429-6600 - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - O Bel. José Dimas Rocha Martins Guerra, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Pouso Alegre/MG, na forma da Lei, etc...Faz saber que está em andamento por esta secretaria da 2ª Vara Criminal os autos n.0014920-84.2021.8.13.0525, que a Justiça Pública move contra LAEZIO DOS SANTOS, brasileiro, natural de Corinto-MG, filho de Valdete Soares Faria e Brualino Pereira dos Santos, para proceder a CITAÇÃO do réu LAEZIO DOS SANTOS, por estar em local incerto e não sabido, foi determinado pelo MM. Juiz para RESPONDER A ACUSAÇÃO, por escrito, no prazo de dez dias, cientificando-o de que se não apresentar resposta no prazo legal ou não constituir Advogado será nomeado Defensor Público para oferecê-la no igual prazo de dez dias, contando-se o prazo na forma prevista na Súmula STF nº 710 (CPP, arts. 396 e 396 - A, § 2º). INTIME-SE ainda acerca da audiência designada para o dia 26.10.2022 às 12:30h. Eu,_____ (Jéssica Eliene de Andrade e Silva), Oficial Judiciário que o digitei. Eu, _____ (Selene Souza de Carvalho), Gerente de Secretaria o subscrevi. Pouso Alegre, 13/10/2022.

José Dimas Rocha Martins Guerra

Juiz de Direito

COMARCA DE POUSO ALEGRE - MG. EDITAL DE CITAÇÃO - 30 DIAS - A Bel. Juliana Mendes Pedrosa, MMª. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo se processam os termos dos autos da ação de USUCAPIÃO, requerida por Ana Maria da Costa, em andamento sob nº 5004614-68.2021.8.13.0525, com o fim de usucapir o seguinte bem: ma casa de residência, construída de tijolos, coberta de telhas comuns,06 (seis) cômodos e respectivo lote de terreno com 158m² (cento e cinquenta e oito metros quadrados), situada na Rua Cesário Alvim em Congonhal/MG, conforme Certidão de Transcrição nº 36.869 do CRI de Pouso Alegre/MG. Assim sendo, ficam citados todos os réus ausentes e/ou em lugar incerto, inclusive seus respectivos cônjuges, bem como todos os eventuais interessados e respectivos cônjuges, para que contestem a ação, caso queiram, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar após o decurso do prazo deste edital. E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. Não contestada a ação, a defesa de seus direitos caberá a curador nomeado por este Juízo. Pouso Alegre, 13 de Outubro de 2.022. (a) Lívia Márcia de Abreu, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. (a) Suéley Susi Costa Valladares, Gerente de Secretaria. (a) JULIANA MENDES PEDROSA - JUÍZA DE DIREITO.

COMARCA DE POUSO ALEGRE/MG SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL E INFÂNCIA E JUVENTUDE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Prazo 15 (QUINZE) dias JUSTIÇA GRATUITA O MM Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma

da lei. Etc... Faz saber os que virem o presente edital ou dele tiverem notícia que, por este juízo Secretaria da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude, tem andamento o processo nº 0011379-09.2022.8.13.0525 que a Justiça Pública move contra BEATRIZ ESTEFANI BORTOLASSI DOS SANTOS, brasileira, natural de Aparecida/SP, nascida aos 05.07.1997, filha de Regis Hamilton dos Santos e de Glauce Elisabete Bortolassi, constando nos autos que a acusada acima se encontra em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para NOTIFICÁ-LA, a fim de responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da denúncia oferecida pelo Ministério Público, pela prática do crime previsto no artigo 33, caput, c/c o artigo 40, III, ambos da Lei nº 11.343/2006 , para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Eu_____ (Miler Miguel Pereira de Oliveira) Oficial Judiciário, digitei. Eu_____(Asterdane Aparecida Israel Martins) Escrivã Judicial subscrevi. Selmo Sila de Souza. Juiz de Direito em substituição. Pouso Alegre, 13 de outubro de 2022.

COMARCA DE POUSO ALEGRE - SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. O Bel. José Hélio da Silva, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc. VEM, pelo presente, CITAR o réu WELLINTON LUIZ OLIVEIRA E SILVA, inscrito no CNPJ nº 110.450.126-02, que se encontra em local incerto e não sabido, para os termos da Ação de Procedimento Comum, que foi proposta por FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ em face de WELLINTON LUIZ OLIVEIRA E SILVA, em tramitação sob nº 5000572-10.2020.8.13.0525, bem como para contestar a ação, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo do presente edital, conforme despacho proferido por este juízo com o seguinte teor: "(#) Sendo assim, determino seja feita sua citação por edital para os fins determinados no despacho inicial. O edital deve ser publicado no Diário Eletrônico e terá prazo de 30 (trinta) dias (#) POUSO ALEGRE, 20 de SETEMBRO de 2020. José Hélio da Silva/Juiz de Direito". Não contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo autor na inicial e será nomeado curador especial em caso de revelia. Pouso Alegre, 21 de setembro de 2022. Aline Teixeira da Costa Mattos_____ Escrivã Judicial. José Hélio da Silva _____ Juiz de Direito. Advogado(a): Dra.: SÍLVIA DE FÁTIMA OLIVEIRA ANDRADE, OAB/MG nº 95.875.

COMARCA DE POUSO ALEGRE/MG SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL E INFÂNCIA E JUVENTUDE EDITAL DE CITAÇÃO Prazo 15 (QUINZE) dias JUSTIÇA GRATUITA O MM Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma da lei. Etc... Faz saber os que virem o presente edital ou dele tiverem notícia que, por este juízo Secretaria da 1ª Vara da Criminal e da Infância e Juventude, tem andamento o processo nº 0048708-60.2019.8.13.0525 que a Justiça Pública move contra SILVANO APARECIDO LUZ, natural de São Roque/SP, nascido 10/10/1986, filho de Carlos Luz e Cleide e Castro Luz, constando nos autos que a acusado acima se encontra em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para CITÁ-LO(A), a fim de responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da denúncia oferecida pelo Ministério Público, pela prática do crime previsto no 33, caput, da Lei 11343/06, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Eu_____ (Miler Miguel Pereira de Oliveira) Oficial Judiciário, digitei. Eu_____(Asterdane Aparecida Israel Martins) Escrivã Judicial subscrevi. Selmo Sila de Souza. Juiz de Direito em substituição. Pouso Alegre/MG, 13 de outubro de 2022.

COMARCA DE POUSO ALEGRE-MG SECRETARIA DA 1º VARA CRIMINAL E DA INF NCIA E JUVENTUDE EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 15 (QUINZE) DIAS JUSTIÇA GRATUITA O MM Juiz de Direito da 1º Vara Criminal e da Infância e Juventude, da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma da lei. Etc... Faz saber aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo Secretaria da 1º Vara Criminal e da Infância e Juventude, tem andamento o processo ELETRÔNICO nº 0056905-09.2016.8.13.0525, tendo como vítima VERA LÚCIA ALVES, brasileira, separada, nascida em 22.06.1968, filha de Maria Rosa Alves e Sebastião Elias Alves, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo MM Juiz foi determinado que CIENTIFIQUE-SE a vítima acima, por edital do inteiro teor da decisão proferida por este Juízo em 09/09/2022 do inteiro teor da decisão proferida por este, que JULGOU EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RÉU MARCOS PAULO CESÁRIO, pela prescrição, com fundamento nos artigos 107, inciso IV, e 109,inciso V, ambos do Código Penal, e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Eu, Leidiane de Oliveira Maximiano, Oficial Judiciário PJPI 0279034, o digitei. Selmo Sila de Souza, Juiz de Direito em Substituição. Pouso Alegre, da data da assinatura eletrônica.

PRATA

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS O DOUTOR JEFFERSON VAL IWASSAKI, JUIZ DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA DE PRATA, ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a todos quantos o presente edital de citação virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria tem andamento os autos de Processo Criminal nº 0528.20.00121-2 que o Ministério Público instaura contra Daniel Rodrigues Alves Rocha , brasileiro, nascido aos 11/03/1999, filho de Josicleia de Souza Silva Rocha, e de Manoel Rodrigues Alves, por crime praticado nesta cidade no dia 10/10/2016, e pelo qual foi, denunciado pelo Dr. Promotor de Justiça como incurso nas sanções do artigo 33,da Lei nº11.343/06; que constando dos autos que o acusado acima qualificado se encontra atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, expedir o presente edital, pelo qual CITA-O para responder à acusação por escrito no prazo de dez (10) dias, ficando ciente de que na sua omissão os autos será suspenso. E, para conhecimento de todos será este afixado no saguão do fórum desta cidade, pelo prazo de quinze (15) dias. Dado e passado nesta cidade e comarca de Prata, Estado de Minas Gerais, aos treze dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e dois. Eu, Rita de Cassia Rezende Villa , Oficial de Apoio da Secretaria de Juízo, o digitei e subscrevi. Jefferson Val Iwassaki Juiz de Direito

RIBEIRÃO DAS NEVES

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. MIRIAM VAZ CHAGAS, Juíza de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Ribeirão das Neves-MG, em pleno exercício das atribuições de seu cargo, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos que virem o presente Edital de Intimação para comparecimento ou dele notícia tiverem que por este Juízo e pelo Cartório do Ofício Criminal desta Cidade, tem andamento um processo cadastrado no Seeu sob o nº 4401219-97.2019.8.13.0231 movido pela JUSTIÇA PÚBLICA contra PETERSON FERREIRA DE SOUSA, brasileiro, nascido aos 04/02/1991 em BELO HORIZONTE/MG, filho de CLEUSA FERREIRA DA SILVA, atualmente em local incerto e não sabido, condenado por infração no art. Art. 40 - Inc. III e Art. 33 - § caput - da Lei 11.343/06 pelo qual foi condenado pelo Juízo da Comarca de Vespasiano - MG pela MMª. Juíza desta Comarca foi determinada a intimação do sentenciado para pessoalmente ter ciência do inteiro teor da SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PENA. E, para o conhecimento de todos, foi expedido o presente edital cuja cópia será afixada no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ribeirão das Neves/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Valéria Aguiar Duarte, Escrivã Judicial, o escrevi e assino. Miriam Vaz Chagas, Juíza de Direito.

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. MIRIAM VAZ CHAGAS, Juíza de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Ribeirão das Neves-MG, em pleno exercício das atribuições de seu cargo, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos que virem o presente Edital de Intimação para comparecimento ou dele notícia tiverem que por este Juízo e pelo Cartório do Ofício Criminal desta Cidade, tem andamento um processo cadastrado no Seeu sob o nº 4400333-30.2021.8.13.0231 movido pela JUSTIÇA PÚBLICA contra FLAVIA CARLOS BISPO, brasileiro, nascido aos 26/05/1997 em BELO HORIZONTE/MG, filho de NILZA CARLOS BISPO, atualmente em local incerto e não sabido, condenado por infração no art. 58 da Lei 6.259/44 pelo qual foi condenado pelo Juízo da Comarca de Belo Horizonte - MG pela MMª. Juíza desta Comarca foi determinada a intimação do sentenciado para pessoalmente ter ciência do inteiro teor da SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PENA. E, para o conhecimento de todos, foi expedido o presente edital cuja cópia será afixada no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ribeirão das Neves/MG, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, Valéria Aguiar Duarte, Escrivã Judicial, o escrevi e assino. Miriam Vaz Chagas, Juíza de Direito.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 90 (noventa) DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - Dra. Mariana Siani, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão das Neves-MG, em pleno exercício das atribuições de seu cargo, na forma da Lei, etc.... FAZ SABER a todos quanto este Edital de Intimação de Sentença virem, ou dele tiverem notícia, que por este Juízo e pelo Cartório do Ofício Criminal desta Cidade que os autos cadastrado no PJE sob o nº0000351-29.2017.8.13.0231, movido pela JUSTIÇA PÚBLICA contra DAVIDSON DAVI JOAQUIM FARIA, brasileiro, nascido em 02/12/1991, RG 16779773, atualmente em local incerto e não sabido, acusado por infração do art. 121, § 2º, incisos I e IV do CP,pelo qual foi impronunciado pela MMa. Juíza em sentença datada de 22/09/2022. E, para o conhecimento de todos, foi expedido o presente Edital que será afixado uma cópia no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ribeirão das Neves, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Isadora Almeida, Estagiária, o subscrevo. Dra. Mariana Siani, , Juíza de Direito.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES-MG- EDITAL DE CITAÇÃO - (JUSTIÇA GRATUITA) Prazo de 30 (TRINTA) dias. David Pinter Cardoso, MM. Juiz de Direito da Vara de Fazenda Pública, Empresarial e Registros Públicos da Comarca de Ribeirão das

Neves-MG., em pleno exercício das atribuições de seu cargo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a todos quantos o presente Edital de Citação, virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria Judicial, tramita a AÇÃO DE USUCAPIÃO nos autos nº 5023895-82.2022.8.13.0231, requerida por APPARECIDA RAYMUNDA ALVES, referente ao imóvel constituído por um terreno localizado no lote 10, quadra 96, do Bairro Sevilha, à Rua Campos Altos, nº 139, em Ribeirão das Neves/MG, possuindo uma área total de 360m2. E por meio deste, CITA OS EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, contestarem o pedido com as advertências do art. 344 do CPC, a saber: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor". E para o conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital de Citação, que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico de Minas Gerais - Órgão Oficial deste Estado e afixado sua cópia no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ribeirão das Neves, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Fábio Augusto Ferreira, Escrivão Judicial, subscrevo. (a) DAVID PINTER CARDOSO, Juiz de Direito.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES-MG- EDITAL DE CITAÇÃO - (JUSTIÇA GRATUITA) Prazo de 30 (TRINTA) dias. David Pinter Cardoso, MM. Juiz de Direito da Vara de Fazenda Pública, Empresarial e Registros Públicos da Comarca de Ribeirão das Neves-MG., em pleno exercício das atribuições de seu cargo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a todos quantos o presente Edital de Citação, virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria Judicial, tramita a AÇÃO DE USUCAPIÃO nos autos nº 5012345-95.2019.8.13.0231, requerida por VINICIUS IBRAIM DE ALVARENGA ABDO e MARCO AURELIO DE JESUS, referente ao imóvel constituído por um terreno localizado no lote 14, quadra 06, do Bairro Fazenda Severina, à Rua Onze, nº 168, em Ribeirão das Neves/MG, possuindo uma área total de 422,05m2. E por meio deste, CITA OS EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, contestarem o pedido com as advertências do art. 344 do CPC, a saber: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor". E para o conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital de Citação, que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico de Minas Gerais - Órgão Oficial deste Estado e afixado sua cópia no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ribeirão das Neves, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Fábio Augusto Ferreira, Escrivão Judicial, subscrevo. (a) DAVID PINTER CARDOSO, Juiz de Direito.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES-MG- EDITAL DE CITAÇÃO - (JUSTIÇA GRATUITA) Prazo de 30 (TRINTA) dias. David Pinter Cardoso, MM. Juiz de Direito da Vara de Fazenda Pública, Empresarial e Registros Públicos da Comarca de Ribeirão das Neves-MG., em pleno exercício das atribuições de seu cargo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a todos quantos o presente Edital de Citação, virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria Judicial, tramita a AÇÃO DE USUCAPIÃO nos autos nº 0264895-86.2010.8.13.0231, requerida por GILBERTO PEREIRA DA SILVA e ANDREIA PEREIRA DA SILVA, referente ao imóvel constituído por um terreno localizado no lote 12, quadra 11, do Bairro Fazenda Severina, à Rua Onze, nº 168, em Ribeirão das Neves/MG, possuindo uma área total de 360m2. E por meio deste, CITA OS EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, contestarem o pedido com as advertências do art. 344 do CPC, a saber: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor". E para o conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital de Citação, que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico de Minas Gerais - Órgão Oficial deste Estado e afixado sua cópia no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ribeirão das Neves, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Fábio Augusto Ferreira, Escrivão Judicial, subscrevo. (a) DAVID PINTER CARDOSO, Juiz de Direito.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES-MG- EDITAL DE CITAÇÃO - (JUSTIÇA GRATUITA) Prazo de 30 (TRINTA) dias. David Pinter Cardoso, MM. Juiz de Direito da Vara de Fazenda Pública, Empresarial e Registros Públicos da Comarca de Ribeirão das Neves-MG., em pleno exercício das atribuições de seu cargo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a todos quantos o presente Edital de Citação, virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria Judicial, tramita a AÇÃO DE USUCAPIÃO nos autos nº 5018574-66.2022.8.13.0231, requerida por CLAUDIENE EUNICE DA CRUZ e outros, referente ao imóvel constituído por um terreno localizado no lote 20, quadra 12, do Bairro Fazenda Severina, à Rua Quatorze, nº 145, em Ribeirão das Neves/MG, possuindo uma área total de 438,17m2. E por meio deste, CITA OS EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, contestarem o pedido com as advertências do art. 344 do CPC, a saber: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor". E para o conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital de Citação, que será publicado no Diário do Judiciário Eletrônico de Minas Gerais - Órgão Oficial deste Estado e afixado sua cópia no átrio do Fórum local. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ribeirão das Neves, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (a) Fábio Augusto Ferreira, Escrivão Judicial, subscrevo. (a) DAVID PINTER CARDOSO, Juiz de Direito.

RIO CASCA

RIO CASCA- EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO- PJE
O MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Rio Casca, Estado de Minas Gerais, Dr.
Marcos Paulo Coutinho da Silva, torna pública a realização de LEILÃO JUDICIAL,
exclusivamente ONLINE, através do site www.leiloesceruli.com.br, do(s) bem(ns) penhorado(s)
nos autos da Execução abaixo especificada, nos termos dos arts. 22 e 23, da LEF, c/c art. 886, do
CPC, e tendo em vista as medidas previstas na Resolução nº 236/CNJ, de 13/07/2016.
PROCESSO: 0023020-29.2016.8.13.0549
EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A
EXECUTADO: EDILSON MARTINS DE SOUZA
I- DATA, HORÁRIO E LOCAL
1º Leilão: 30/01/2023 - 13:00 HORAS.
2º Leilão: 30/01/2023 - 13:30 HORAS.
Local: Leilão exclusivamente ON-LINE: www.leiloesceruli.com.br
Leiloeiro: Flávio Duarte Ceruli - JUCEMG 496
Telefones: (34) 3814-2286 e (34) 99924-8692.
E-mail: leiloes@leiloesceruli.com.br
Os leilões serão realizados exclusivamente ON-LINE através do site www.leiloesceruli.com.br - com
encerramento nas datas e horários acima especificados - onde os interessados deverão habilitar-se
antecipadamente para efetuar lances por meio eletrônico, bem como acompanhar os leilões em tempo
real.
II - OBJETO DA HASTA
DESCRIÇÃO DOS BENS:
UM IMÓVEL RURAL COM ÁREA DE 227,07,00 HECTARES, SITUADO NO LUGAR DENOMINADO
FAZENDA RASO OU BOA SORTE, NO DISTRITO DE JURUMIRIM, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE
RIO CASCA/MG. O IMÓVEL POSSUI COMO BENFEITORIAS, POCILGAS DE SUINOCULTURA, CURRAIS
DE GADO LEILTEIRO, PASTAGENS, CASAS DE COLONOS E DEPÓSITOS DE MATERIAIS VARIADOS.
IMÓVEL SITUADO ÀS MARGENS DA BR-262, COM DEMAIS MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES
DESCRITAS NA MATRÍCULA 2.194 DO C.R.I DE RIO CASCA/MG.
VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R$ 3.001.599,92 (TRÊS MILHÕES, UM MIL E QUINHENTOS E
NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)
Lance Mínimo:
1º Leilão: R$ 3.001.599,92
2º Leilão: R$ 1.500.799,96- 50% do valor de avaliação, além da comissão do leiloeiro.
III - ÔNUS
Constam averbados na matrícula do imóvel os seguintes ônus:
R-9-2.194 Hipoteca em 2º Grau em favor de Banco do Brasil S/A.
R-10-2.194 Hipoteca em 3º Grau em favor de Banco do Brasil S/A.
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FÓRUM DA COMARCA DE RIO CASCA
VARA ÚNICA
Avenida Getúlio Vargas, 69, Rio Casca/MG. CEP: 35.370-000.
Telefone: (31) 3871-1074. E-mail: rcs1secretaria@tjmg.jus.br
R-21-2.194 Hipoteca em 4º Grau em favor de Banco do Brasil S/A.
R-24-2.194 Hipoteca em 5º Grau em favor de Banco do Brasil S/A.
R-25-2.194 Hipoteca em 6º Grau em favor de Banco do Brasil S/A.
R-26-2.194 Hipoteca em 7º Grau em favor de Banco do Brasil S/A.
R-37-2.194 Penhora nos autos 0023020-29.2016.8.13.0549 da Vara Única de Rio Casca/MG.
IV - OBSERVAÇÕES
1. Na contagem dos prazos deste edital serão computados somente os dias úteis (art. 219, do CPC).
2. O leiloeiro adotará providências para ampla divulgação da alienação (art. 887, caput, do CPC), inclusive na rede
mundial de computadores (art. 884, I, c/c 887, § 2º, ambos do CPC), sendo providenciada pelo juízo a afixação do
edital no local de costume e sua publicação, nos termos do art. 22, da Lei nº 6.830/1980, dispensada, em face da
especialidade, a publicação em jornal local, prevista no art. 887, § 3º, do CPC.
3. Até o dia anterior ao leilão, o leiloeiro estará disponível para prestar aos interessados os esclarecimentos de
quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do leilão (art. 14, § 2º, da Resolução nº 236/2016-CNJ), encaminhando
ao juízo omissões porventura detectadas e, ainda, expor aos pretendentes os bens ou as amostras das mercadorias
(art. 884, III, do CPC).
4. Os bens serão vendidos no estado de conservação

em que se encontrarem, incumbindo aos interessados a
prévia verificação de suas condições (art. 18, da Resolução nº 236/2016-CNJ). Correrão por conta do arrematante
as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens
arrematados. (art. 29, da Resolução nº 236/2016-CNJ).
5. Nem todos os interessados podem arrematar. "Pode oferecer lance quem estiver na livre administração de seus
bens, com exceção: I - dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes,
quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; II - dos mandatários, quanto aos bens de cuja
administração ou alienação estejam encarregados; III - do juiz, do membro do Ministério Público e da Defensoria
Pública, do escrivão, do chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens
e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade; IV - dos servidores
públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua
administração direta ou indireta; V - dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam
encarregados; VI - dos advogados de qualquer das partes." (art. 890, do CPC).
6. Devem ser observadas as preferências na arrematação. 6.1. "É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não
executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições" (art. 843, § 1º, do CPC). 6.2. No caso
de concorrência entre o cônjuge e outros membros da família, dispõe o CPC: "Se houver mais de um pretendente,
proceder-se-á entre eles à licitação, e, no caso de igualdade de oferta, terá preferência o cônjuge, o companheiro,
o descendente ou o ascendente do executado, nessa ordem." (art. 892, § 2º, do CPC). 6.3. Além disso, "Se o leilão
for de diversos bens e houver mais de um lançador, terá preferência aquele que se propuser a arrematá-los todos,
em conjunto, oferecendo, para os bens que não tiverem lance, preço igual ao da avaliação e, para os demais, preço
igual ao do maior lance que, na tentativa de arrematação individualizada, tenha sido oferecido para eles." (art. 893,
do CPC). 6.4. No caso de bem tombado, a União, os Estados e os Municípios terão, nessa ordem, o direito de
preferência na arrematação em igualdade de oferta (art. 892, § 3º, do CPC).
7. Se o leilão incidir sobre mais de um bem do executado, "Será suspensa a arrematação logo que o produto da
alienação dos bens for suficiente para o pagamento do credor e para a satisfação das despesas da execução." (art.
899, do CPC).
8. No caso de bem indivisível, a quota-parte a ser reservada para o coproprietário ou cônjuge, que não sejam parte
na execução, é calculada sobre o valor da avaliação, não o da arrematação. Desse modo, "Não será levada a efeito
expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário
ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação." (art.
843, § 2º, do CPC).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FÓRUM DA COMARCA DE RIO CASCA
VARA ÚNICA
Avenida Getúlio Vargas, 69, Rio Casca/MG. CEP: 35.370-000.
Telefone: (31) 3871-1074. E-mail: rcs1secretaria@tjmg.jus.br

9. Não havendo interessados no primeiro, será realizado um segundo leilão, também na modalidade ON-LINE (art.
886, V, do CPC), objetivando a alienação pelo maior lance, vedada a oferta de preço vil, considerado aquele abaixo
de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, do CPC).
10. Tratando-se de imóvel de incapaz, caso não alcançado pelo menos 80% (oitenta por cento) do valor da
avaliação, será adotado o procedimento previsto no art. 896, do CPC.
11.O pagamento deverá ser realizado de imediato, à vista, pelo arrematante, seja por meio eletrônico ou por
depósito judicial (art. 892, caput, do CPC). 11.1. Recebendo, o leiloeiro, o produto da alienação (art. 884, IV, do
CPC), deverá providenciar tal depósito dentro de 1 (um) dia, bem como prestar contas nos 2 (dois) dias
subsequentes ao depósito (art. 884, V, do CPC). O pagamento da arrematação, "recebido (...) pelo leiloeiro, (...)
pode ser feito por meio de cheque (...). O apregoador poderá, no entanto, caso tenha razões plausíveis, acautelar-
se no recebimento de cheques. Para tanto, pode pedir garantias e, até mesmo, se possível, solicitar do banco
confirmação de saldo". O cheque deverá ser de titularidade do arrematante. 11.2. Em conformidade com o artigo
895 do CPC, serão aceitas propostas para arrematação do bem em prestações, cabendo ao arrematante o
pagamento mínimo de 25% a título de sinal e o restante em até 30 parcelas mensais e consecutivas, no valor
mínimo de R$ 1.000,00 cada, que serão corrigidas pelo índice legal, garantido por caução idônea, quando se tratar
de móveis e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. A proposta para pagamento à vista, em
igualdade de valores, sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. (art. 895, inciso II, § 7º
CPC).
12. Sem prejuízo de aplicação do disposto no art. 903, § 6º, do CPC, havendo indício de conluio entre o arrematante
e a parte executada, com o intuito de tumultuar o processo e obstar a venda do bem, deve ser efetuada a
comunicação ao Ministério Público Federal, para que adote as providências necessárias à apuração dos fatos, uma
vez que constituem violência ou fraude em arrematação judicial: "impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial;
afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento
de vantagem. Pena: detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência." (art.
358, do Código Penal).
13. Cabe ao arrematante, ainda, o pagamento da comissão do leiloeiro, arbitrada em 5% (cinco por cento) do valor
da arrematação (art. 7º, da Resolução nº 236/2016-CNJ, e art. 880, § 1º, art. 884, parágrafo único, art. 886, II, art.
901, § 1º, todos do CPC). 13.1. Na hipótese de adjudicação, cabe ao(s) adjudicante(s) o pagamento da comissão
do leiloeiro, arbitrada em 5% do valor de avaliação dos bens. 13.2. Na hipótese de acordo ou remição após realizada
a alienação (art. 7º, § 3º, da Resolução nº 236/2016-CNJ), é devido pela executada o pagamento da comissão do
leiloeiro, no valor de 5% sobre a avaliação do bem. 13.3. Na hipótese de acordo, ou remição entre a publicação do
edital e a realização da hasta pública, é devido pela executada o pagamento de 2% sobre o valor de avaliação do
bem, a título de despesas com divulgação, que deverá ser pago ao leiloeiro.
14. O arrematante também é responsável pelo pagamento das despesas com remoção, guarda e conservação, nos
casos em que bens estiverem depositados no pátio do leiloeiro. O valor das despesas estará disponível no site do
leiloeiro para ciência dos arrematantes. 14.1. Tais despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação, se
superior ao crédito da exequente (art. 7º, § 4º, da Resolução nº 236/2016-CNJ). A viabilidade de expedição de
alvará para levantamento, em favor do executado, de saldo porventura ainda existente (art. 907, do CPC), somente
será analisada após realizados os pagamentos acima indicados. 14.2. Caso não cheguem a ocorrer ou se forem
negativas as hastas e o bem constrito liberado em favor do executado, esse não estará dispensado de ressarcir as
despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição
da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação (art. 7º, § 7º, da Resolução nº 236/2016-CNJ),
podendo o leiloeiro reter os bens em seu poder até que o pagamento devido seja efetuado (art. 708, do Código
Civil, e art. 40, do Decreto nº 21.981/1932). 14.3. Devidamente intimado, e se decorrido o prazo de 30 dias o
executado não retirar o bem constrito do pátio do leiloeiro, mediante as condições descritas no item 13.2, será
caracterizado abandono do bem e o mesmo será dado em pagamento ao leiloeiro.
15. Em se tratando de imóvel, os créditos de que trata o art. 130 do Código Tributário Nacional sub-rogar-se-ão
sobre o respectivo preço, não ficando o adquirente responsável por quaisquer tributos devidos até a data da
alienação, nem quando o preço for insuficiente para cobrir o débito tributário. A ordem de preferência no
recebimento dos créditos observará os arts. 186 e 187 do Código Tributário Nacional.
16. Tendo em vista a natureza propter rem dos débitos referentes ao condomínio (art. 1.345, do Código Civil) e "o
entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o arrematante de imóvel em
condomínio é responsável pelo pagamento das despesas condominiais vencidas, ainda que estas sejam anteriores
à arrematação", os interessados ficam desde já advertidos de que deverão diligenciar previamente junto ao imóvel

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FÓRUM DA COMARCA DE RIO CASCA
VARA ÚNICA
Avenida Getúlio Vargas, 69, Rio Casca/MG. CEP:

35.370-000.
Telefone: (31) 3871-1074. E-mail: rcs1secretaria@tjmg.jus.br
objeto das hastas a fim de verificar eventual ocorrência de ocupação e, ainda, de débitos condominiais, com os
quais arcarão os arrematantes (art. 23, § 2º, da Lei nº 6.830/1980).
17. Em se tratando de bem móvel, ocorrerá a "aplicação analógica do artigo 130, parágrafo único, do CTN" e serão
observadas as preferências descritas nos arts. 186 e 187, ambos dos CTN. No caso de automotores, "Todas as
pendências incidentes sobre o veículo (taxa de licenciamento, multas por infração de trânsito, IPVA e seguro
obrigatório) relativas ao período anterior à arrematação, poderão sub-rogar-se no preço pago (...), sendo descabida
a exigência de tais valores diretamente ao adquirente, que, como já explicitado, recebe o veículo livre de quaisquer
ônus ou pendências.".
18. Não sendo efetuados os depósitos, o leiloeiro comunicará os lances imediatamente anteriores, para que sejam
submetidos à apreciação do juiz (art. 26, da Resolução nº 236/2016-CNJ).
19. O auto de arrematação será lavrado de imediato (art. 901, caput, do CPC), mas a ordem de entrega do bem
móvel ou carta de arrematação do imóvel e respectivo mandado de imissão serão expedidos apenas depois de
efetuado o depósito, inclusive da comissão do leiloeiro, e recolhidas as custas de arrematação (art. 901, § 1º, do
CPC), mas não antes de 10 (dez) dias (art. 903, §§ 2º, 3º e 5º, I, do CPC) depois de aperfeiçoada a arrematação
(art. 903, caput, do CPC) e, no caso de imóvel, também comprovado nos autos o pagamento do imposto de
transmissão (art. 901, § 2º, do CPC).
V - ADVERTÊNCIAS ESPECIAIS
1. Caso não encontrado(s), ficam desde já intimados o(s) devedor(es) quanto às condições, datas e horários de
realização da(s) hasta(s), bem como da (re)avaliação do(s) bem(ns) a ser(em) leiloado(s) (art. 889, parágrafo único,
do CPC).
2. Ficam intimados, ainda, se não localizados, o cônjuge do devedor (art. 842, do CPC) e ainda o: a) coproprietário
de bem indivisível; b) proprietário e titular de direito quando a penhora recair sobre bens gravados com direitos ou
sobre esses próprios direitos, quais sejam: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de
uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, além de penhor, hipoteca, anticrese,
alienação fiduciária, penhora anteriormente averbada; c) cessionário, promitente comprador ou vendedor, quando
a promessa de cessão ou de compra ou de venda são registradas; d) União, Estado e Município, no caso de
alienação de bem tombado (arts. 804 e 889, II a VIII, do CPC).
3. Aos participantes da hasta pública e partes na execução fiscal é defeso alegar desconhecimento das cláusulas
deste Edital para se eximirem das obrigações geradas.
Rio Casca/MG, 05 de outubro 2022.
Marcos Paulo Coutinho da Silva
Juiz de Direito
Vara Única da Comarca de Rio Casca/MG

RIO PARANAÍBA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO PARANAÍBA/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 5001135-40.2022.8.13.0555. EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EXECUTADO: MARIA ISABEL ROCHA AGUIAR. O leilão será exclusivamente eletrônico e realizado no site www.anandaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.
1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 07/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.
2º LEILÃO: no dia 17/11/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.
LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir de 60% da avaliação do bem.
DESCRIÇÃO DO BEM: Trator agrícola de roda com toldo - New Holland Exitus TL 85 E, código Finame 1800599, número de série HCCZTL85TFC141955, ano 2015.
AVALIAÇÃO: R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais)
FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento somente à vista. Deverá ser realizado através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, e o comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail anandaleiloes@gmail.com na mesma data, até às 15 horas.
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Fazenda Goiabeira II, Rio Paranaíba/MG
CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:
1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Ananda Portes Souza, Matrícula 872 - JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade "eletrônico", nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.
2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data.
3º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).
4º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, "Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no "caput" deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.".
5º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

6º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.anandaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.
7º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas.
8º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.
9º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.anandaleiloes.com.br .
10º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.
11º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.
12º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.
13º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.
14º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 8º item.
15º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.
16º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada "perturbação" ao leilão.
17º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 11/10/2022

RIO PARDO DE MINAS

Processos Eletrônicos (PJe)

PROCESSO nº: 0002258-58.2022.8.13.0556
CLASSE: [CRIMINAL] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO - MPMG
RÉU/RÉ: DEJAIR GOMES DA SILVA

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 15 dias
O Excelentíssimo Senhor Dr. MAIRON HENRIQUE RODRIGUES BRANQUINHO, MM Juiz de Direito desta Comarca de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e Secretaria, tem andamento um processo crime de nº0002258-58.2022.8.13.0556, movido pela Justiça Pública contra DEJAIR GOMES DA SILVA, brasileiro, nascido aos 1/08/1959, filho de Maria Auxiliadora Chaves da Silva e de João Gomes da Silva, por crime praticado em 27 de maio de 2022 no Município de Rio Pardo de Minas, nesta Comarca de Rio Pardo de Minas-MG, tendo como vítima R.A.S, e pelo qual foi denunciado pelo Dr. Promotor de Justiça como incurso na pena do art 217-A do Código Penal que, constando dos autos do processo que o réu DEJAIR GOMES DA SILVA está atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital pelo qual CITA o mesmo de todo o teor da denúncia de ID 9544850177 dos autos, anexa, para no prazo de 10 dias, a contar do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído (art. 396-A, do CPP), fazer sua defesa preliminar, na qual poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar no máximo até 08 (oito) testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, consoante preconiza o artigo 396-A do CPP, e se ver processar pelo crime acima citado e para todos os termos da ação até final, sob pena de revelia. E, para conhecimento de todos, será este publicado e afixado no saguão do Fórum desta cidade e no DJE, com o prazo de 15 dias (art. 364, CPP). Eu, Adriana Alves Corrêa, Estagiária de Direito , o digitei. Rio Pardo de Minas, Data da Assinatura

PROCESSO nº: 0003530-24.2021.8.13.0556
CLASSE: [CRIMINAL] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO (10943)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO - MPMG
RÉU/RÉ: SIRLANDO LUIZ CAMPOS
EDITALPRAZO: 60 dias
O Excelentíssimo Senhor Dr. MAIRON HENRIQUE RODRIGUES BRANQUINHO, MM Juiz de Direito desta Comarca de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e Secretaria, tem andamento um processo crime de nº 0003530-24.2021.8.13.0556, movido pela Justiça Pública contra SIRLANDO LUIZ CAMPOS, brasileiro, nascido aos 08/05/1985, filho de Neltino Luis de Campos e Ana Moreira de Campos, natural de Montezuma, atualmente residente em lugar incerto e não sabido, por crime praticado no dia 11 de fevereiro de 2021 na Cidade de Montezuma, nesta Comarca de Rio Pardo de Minas-MG, tendo como vítima Dalci Fernandes Santana, e pelo qual foi denunciado pelo Dr. Promotor de Justiça como incurso nas penas do artigo 21 da Lei de Contravenções Penais, INTIMAR o réu de todo teor da sentença de CONDENAÇÃO, cópia em anexo, pelo crime já referido; que, constando dos autos do processo que o réu SIRLANDO LUIZ CAMPOS está atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital pelo qual INTIMA de todo o teor da sentença de ID 9568859944 com o prazo de 60 dias, nos termos do art. 392, § 1º, do CPP, o prazo para apelação correrá após o término do prazo fixado no edital, salvo se, no caso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas neste artigo. E, para conhecimento de todos, será este publicado e afixado no saguão do Fórum desta cidade e no DJE. Eu, Adriana Alves Corrêa, Estagiária de Direito, o digitei.Rio Pardo de Minas, Data da Assinatura MAIRON HENRIQUE RODRIGUES BRANQUINHO Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Rio Pardo de Minas.

RIO PIRACICABA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL USUCAPIÃO
PROCESSO Nº: 5000058-64.2020.8.13.0555
CLASSE: [CÍVEL] USUCAPIÃO (49)
AUTOR: GERALDO AUXILIO DOS CRISTÃOS e outros
RÉU/RÉ: JOSÉ GUILERME VALENTIM e outros
COMARCA DE RIO PIRACICABA/MG. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, O MM. Juiz de Direito respondendo por esta Comarca de Rio Piracicaba em pleno exercício, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quanto virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria, sito à Rua Padre Pinto, nº. 13 - Centro - CEP: 35.940-000, está sendo regularmente processado o pedido USUCAPIÃO, processo nº 5000058-64.2020.8.13.0555 requerido por GERALDO AUXILIO DOS CRISTÃOS E OUTROS /Juízo, referente imóvel com a área de 1.579,88m2 (mil quinhentos e setenta e nove metros quadrados e oitenta e oito centímetros quadrados), situada na Rua António Maria Cota, Distrito de Padre Pinto, em Rio Piracicaba-MG, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice VI ao V2: confronta com á Rua António Maria Cota, n° 199 em 20,74m (vinte metros e setenta e quatro centímetros), representado por muro de alvenaria; V2 ao V3: confronta com Sebastião Guimarães Cota em 40,48m (quarenta metros e quarenta e oito centímetro), representado fisicamente por cerca de arame; V3 ao V4: confronta com Sebastião Guimarães Cota em 33,51rn (trinta e três metros e cinquenta e um centímetros), fisicamente representado por cerca de arame; V4 ao V5: confronta com António Cota em 24,61m (vinte quatro metros e sessenta e um centímetros), representado por cerca de arame e córrego; V5 ao V6: confronta com José Basílio da Costa em 17,27m (dezessete metros e vinte e sete centímetros), representado por cerca de arame; V6 ao V7: confronta com José Basílio da Costa em 23,72rn (vinte e três metros e setenta e dois centímetros), representado por cerca de arame; V7 ao V8: confronta com José Basílio da Costa em 15,37m (quinze metros e trinta e sete centímetros), representado por cerca de arame; V8 ao V9: confronta com José Basílio da Costa em l,45m (um metros e quarenta e cinco centímetros), representado por um muro de alvenaria; V9 ao VI: confrontando com José Basílio da Costa em 6,89m (seis metros e oitenta e nove centímetros), representado por muro de alvenaria; bem como edificação de n" 199; encontra-se inserido no imóvel denominado Caxambu, do município de Rio Piracicaba-MG, objeto da transcrição 10.425, Livro 3-T, folhas 206, datada de 15/04/1946, de propriedade de José Guilherme. E pelo presente, CITA a confrontante Maria Carmelita Soares Cota, que residia na Fazenda Val Flor, sem nº MG 123 KM 27, Padre Pinto, CEP: 35.940-000 Rio Piracicaba/MG, bem como os réus não localizados e os interessados incertos (art. 259, I, do CPC), para todos os termos da presente ação de USUCAPIÃO, e para, querendo, contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, ou por qualquer forma intervirem no processo, sob pena de revelia e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial. (Art. 285 do CPC). E para efeitos de direito, expediu-se o presente que será publicado no Órgão Oficial do Governo de Minas Gerais e afixado a 2ª via em local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Rio Piracicaba/MG., aos DATA DE ASSINATURA. Eu, NEYLIARA LUZIA GONÇALVES VIANA FREITAS, Escrivã Judicial. PAULO JOSÉ REZENDE BORGES, Juiz de Direito.

RIO POMBA

Processos Eletrônicos (PJe)

Comarca de Rio Pomba-MG
ROCESSO Nº: 5001267-93.2019.8.13.0558
CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Guarda]
AUTOR: CELIO DE SOUZA SERGIO
RÉU/RÉ: Ana Paula Rocha
Edital de Citação com prazo de 30 dias.
A Doutora Luciana de Oliveira Torres, MMª. Juíza de Direito desta cidade e comarca de Rio Pomba/MG., na forma da lei, etc, pelo presente edital CITA a ré, ANA PAULA ROCHA, brasileira, CPF 072.742.696-66, que tinha endereço na cidade de São Geraldo/MG, na Rua Silviano Brandão, 47, Rua do Cemitério - em cima da loja Medina, CEP: 36530-000, atualmente em local incerto e não sabido, para todos os termos da ação e para, se quiser, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do art. 344 do Código de Processo Civil de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Fica advertido de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Este edital será afixado e publicado na forma da lei. Rio Pomba, data da assinatura eletrônica.
Luciana de Oliveira Torres
Juíza de Direito.

3º EDITAL DE INTERDIÇÃO DE REJANE APARECIDA SALVIANO
A Dra. Luciana de Oliveira Torres, MMª. Juíza de Direito da única Vara Cível da comarca de Rio Pomba-MG, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER, que processado regularmente o pedido formulado por CONCEIÇÃO DA APARECIDA SALVIANO, processo 5000832-85.2020.8.13.0558, foi decretada a interdição de REJANE APARECIDA SALVIANO, brasileira, filha de Conceição Aparecida Salviano, portadora da Carteira de Identidade MG-10.649.146, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrita no CPF sob o nº 038.417.106-03, por sentença deste Juízo prolatada no dia 18/03/2022, tendo sido nomeado como curadora da mesma, CONCEIÇÃO DA APARECIDA SALVIANO, esclarecendo que a interdição refere-se SOMENTE às questões patrimoniais e negociais, excluídos os aspectos relacionados aos direitos pessoais e familiares, sendo certo que se fará imprescindível a autorização judicial para os atos: emprestar ou contrair empréstimo, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada, movimentar aplicações financeiras, bem como para os correlatos, exceto quanto aos que sejam da mera administração, sempre observadas as restrições previstas no artigo 1.782 do Código Civil.. Este edital será afixado e publicado na forma da lei. Rio Pomba, data da assinatura eletrônica.
Luciana de Oliveira Torres
Juíza de Direito

Comarca de Rio Pomba-MG
PROCESSO Nº: 5000016-35.2022.8.13.0558 - CLASSE: [CÍVEL] ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69) - AUTOR: T. J. S. A. e outros - RÉU/RÉ: TIAGO TEIXEIRA ALVES
Edital de Citação com prazo de 20 dias.
A Doutora Luciana de Oliveira Torres, MMª. Juíza de Direito desta cidade e comarca de Rio Pomba/MG., na forma da lei, etc, pelo presente edital CITA o réu, TIAGO TEIXEIRA ALVES, brasileiro, solteiro, profissão, que tinha como endereço profissional na Churrascaria Potência do Sul, localizada na Av. Deusdedith Salgado, 4060, Bairro Teixeiras, na cidade de Juiz De Fora -MG -CEP: 36033-000, atualmente em local incerto e não

sabido, para todos os termo da ação e para, se quiser, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do art. 344 do Código de Processo Civil de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Fica advertido de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Intimado, ainda, de que foram fixados os alimentos provisórios mensais devidos aos requerentes da seguinte forma: a) caso haja vínculo empregatício, arbitro os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os rendimentos brutos do requerido, devidos a partir da citação, valor este que incidirá sobre férias, abono férias, 13° salário, horas extras (se houver), adicional de periculosidade/insalubridade, adicional noturno e verbas rescisórias não indenizatórias, não incidindo sobre os descontos obrigatórios (INSS e IR); b) em caso de não haver vínculo empregatício, fixo os alimentos provisórios no percentual equivalente a 30% (trinta por cento) do salário-mínimo nacional. O pagamento supra deverá ser realizado até o dia 10 de cada mês, em conta de titularidade da genitora dos menores, ou mediante recibo. Este edital será afixado e publicado na forma da lei. Rio Pomba, data da assinatura eletrônica.
Luciana de Oliveira Torres
Juíza de Direito

SALINAS

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE LEILÃO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE SALINAS/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 0009400-52.2014.8.13.0570. EXEQUENTE: MARIA EUNICE CORREA DE OLIVEIRA. EXECUTADO: IDALINO MENDES DE OLIVEIRA. O leilão será exclusivamente eletrônico, e realizado no site www.saraivaleiloes.com.br. O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900. 1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia 17/11/2022 às 17:00 horas. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão. 2º LEILÃO: no dia 01/12/2022 às 14:00 horas inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances. LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lanço, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, e se não houver valor estipulado, o mínimo será equivalente à de 50% da avaliação do bem, nos termos do CPC, art. 891. DESCRIÇÃO DO BEM: Parte de terras no lugar denominado "Fazenda Furados dos Matos e Lisboa" do distrito de Ferreirópolis, município de Salinas/MG, acesso pela Rodovia MG-404, que liga Salinas a Taiobeiras, com área de 182,0865ha; casa sede com 03 quartos, banheiro, cozinha externa e piscina; casa de colono com 03 quartos, sala, cozinha, banheiro, despensa e 02 depósitos; casa de colono com 04 cômodos e banheiro; poço artesiano; galpão; 05 represas de água; curral; pomar; 02 cachoeiras; 03 baias para animais; e aproximadamente 150,00ha de pastagens; limitando-se da seguinte maneira: começa limitando com terras de Julia Rosa Pereira, voltando e limitando com Manoel Ramires Pereira, Izalino Lima, Nazário José Ferreira, Agnel Tiago de Oliveira, Alny Costa, João Soares Mendes e Osvaldo Pereira de Oliveira, até encontrar novamente com terras de Julia Rosa Pereira. MATRÍCULA: 788 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Salinas/MG. AVALIAÇÃO: R$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais) FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: o leilão será aberto para pagamento à vista ou parcelado com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC) e o sistema não receberá mais oferta parcelada. O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail financeiro@saraivaleiloes.com.br na mesma data, até às 15 horas. ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 30/09/2022: Hipoteca em favor do Banco do Nordeste do Brasil S/A (R-6, R-7, R-12, R-14); Imissão provisória da Cemig Distribuição S/A (Av-11). OBSERVAÇÃO: O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 30/09/2022. CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições: 1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão, na modalidade eletrônico, nos termos e condições aqui descritas. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.2º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. 3º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/ pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos. 4º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC). 5º) A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação. 6º) No leilão para pagamento à vista ou parcelado, a comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação, e o comprovante deverá ser enviado via e-mail até às 15:00 horas da mesma data. 7º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V). 8º) Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no caput deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal. 9º) Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.10º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site www.saraivaleiloes.com.br, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login poderá ofertar os lances.11º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter AD-CORPUS, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização. 12º) No caso de acordo ou pagamento da dívida (remição), se requerido após leilão com recebimento de lance, a leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remição. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.13º) Nos termos do CPC/15, Art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: www.saraivaleiloes.com.br .14º) O Tribunal de Justiça de Minas Gerais reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão. 15º) Os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis no site para repasse e recebimento de lances.16º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos. 17º) A Nota de Arrematação será expedida pela leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.18º) Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente Edital, intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no 12º item. 19º) Ficam desde já intimadas as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, Credores Hipotecários ou Fiduciários e credores com penhoras averbadas.20º) Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada perturbação ao leilão.21º) Nos termos do Art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 11/10/2022. Salinas, 13 de outubro de 2.022. Eu(Melissandra Lourenço Cacique Pereira), Gerente de Secretaria, o fiz digitar, (a). Marcelo Bruno Duarte e Araújo, Juiz de Direito.

SANTA BÁRBARA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE SANTA BÁRBARA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - Dra. Maria de Lourdes Tonucci Cerqueira Oliveira, Juíza de Direito da Comarca de Santa Bárbara/MG, na forma da lei etc. - faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que tramita por este Juízo e Secretaria do Juízo, o processo eletrônico de nº 5000049-17.2021.8.13.0572, ação de Usucapião,

requerida por MARINALDO JOSE ARCANJO e SHEILA DA CONCEICAO DOS SANTOS ARCANJO, a fim de se apossar de imóvel urbano situado à Rua B, nº 265, bairro Cleves de faria, no Município de Santa Bárbara/MG, com área de 159,20 m² (cento e cinquenta e nove metros quadrados e vinte centímetros quadrados). É o presente para citar eventuais interessados, réus ausentes e desconhecidis, de todos os termos da ação supracitada, para, querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, expirado o prazo do presente edital. Advertências: não contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos 344 do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se este edital que será publicado do Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG e afixado no local de costume. Santa Bárbara, data da assinatura eletrônica. Santa Bárbara, 10/10/2022.@ Monica Fonseca dos Anjos, Escrivã Judicial, Matrícula PJPI005172-2, Documento assinado eletronicamente.@ Maria de Lourdes Tonucci Cerqueira Oliveira, Juíza de Direito. @Dr. Clayton Aparecido Soares, OAB/MG: 205.529. @Dra. Maria das Graças de Jesus Lopes, OAB/MG: 185.139.

COMARCA DE SANTA BÁRBARA - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - Dra. Maria de Lourdes Tonucci Cerqueira Oliveira, Juíza de Direito da Comarca de Santa Bárbara/MG, na forma da lei etc. - faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que tramita por este Juízo e Secretaria do Juízo, o processo eletrônico de nº 5001049-18.2022.8.13.0572, ação de Usucapião, requerida por VALE S/A, a fim de se apossarem de imóvel denominado Fazenda da Mutuca, distrito de Conceição do Rio Acima, s/n, no município de Santa Bárbara/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula de número 959, no livro 2 C, às fls. 95, com área de 374.11.37ha (trezentos e setenta e quatro hectares, onze ares e trinta e sete centiares). É o presente para citar JUVENIL NONATO DE OLIVEIRA, ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES, MILTON GONÇALVES DOS SATOS, os eventuais herdeiros, interessados, réus ausentes e desconhecidos, residentes em lugar incerto e não sabido, de todos os termos da ação supracitada, para, querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias, expirado o prazo do presente edital. Advertências: não contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos 344 do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se este edital que será publicado do Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG e afixado no local de costume. Santa Bárbara, data da assinatura. Santa Bárbara, 11/10/2022.@ Monica Fonseca dos Anjos, Escrivã Judicial, Matrícula PJPI005172-2, Documento assinado eletronicamente.@ Maria de Lourdes Tonucci Cerqueira Oliveira, Juíza de Direito. @Dr. Danilo Fernandez Miranda, OAB/MG: 741.175.

SANTA LUZIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COMARCA DE SANTA LUZIA
2ª VARA CRIMINAL E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER
Tribunal do Júri - Sorteio do Corpo de Jurados para o ano de 2023 - LISTA PROVISORIA
Aos 13 dias do mês de outubro do ano de 2022 às 13:30 horas, realizou-se o sorteio de jurados, a fim de compor o quadro de Jurados para o ano de 2023, presidido pela MMª Juíza de Direito Dra. Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti, sorteados os jurados, conforme relação abaixo:
Nome Profissão
ADEL SANDRO SOUZA MENDES ESCULTOR E PINTOR
ADEMILSON JESUS OLIVEIRA DA SILVA OPERADOR DE APARELHOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
ADEMIR MARCOS DE SOUZA TRABALHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL
ADNA MAIRA ALVES OTONI COMERCIANTE
ADOLFO MOISÉS DA SILVA LELIS PORTEIRO DE EDIFÍCIO, ASCENSORISTA
ADRIANA MEDEIROS DA FONSECA PADEIRO, CONFEITEIRO E ASSEMELHADOS
AENDHER ROTILA MARQUES DAMASCENO DONA DE CASA
AGATA CRISTINA ARAUJO DO AMARAL OUTROS
AGMARIA COSTA AGUIAR CONCEIÇÃO OUTROS
ALAN JUNIO DE SOUSA ALMEIDA TELEFONISTA
ALESSANDRO FERREIRA DE SOUZA VIGILANTE
ALESSANDRO OLIVEIRA DOS SANTOS OUTROS
ALEX SANDRO DE JESUS DA SILVA VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
ALEXANDRE MAGNO TORRES RIBEIRO AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
ALEXANDRE RAFAEL ANDRADE ANALISTA DE SISTEMAS
ALEXANDRO EUGÊNIO PEREIRA VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
ALINE MOURÃO LATARO HOEHNE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
ALUIZIO GALVANE DO NASCIMENTO OUTROS
ANA CAROLINA RODRIGUES MOREIRA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
ANA CRISTINA SOARES SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO
ANA EMANUELE RIBEIRO AVELINO OUTROS
ANA LUCAS DE JESUS VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
ANA LUIZA OLIVEIRA DOS SANTOS MANICURE E MAQUILADOR
ANA PATRICIA COSTA DOS SANTOS OUTROS
ANA PAULA ALVES AFFONSO OUTROS
ANA PAULA APARECIDA LADISLAU ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO
ANA PAULA DA SILVA FREITAS VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
ANA ROBERTA LIMA E FRANÇA SECRETÁRIO E DATILÓGRAFO
ANDREA LUCIENE CORREA LIMA PSICÓLOGO
ANDREIA KELLY DOS SANTOS FARMACÊUTICO
ANDREIA MARCIA GOMES DE OLIVEIRA TELEFONISTA
ANDRESA SFOGGIA OUTROS
ANDREZA CHAVES PINHEIRO DE MORAIS EMPRESÁRIO
ANDREZA FERREIRA DA CRUZ EMPREGADO DOMÉSTICO
ANGELA MARIA FERREIRA FRAGA TÉCNICO DE ENFERMAGEM E ASSEMELHADOS
ANGELICA FERREIRA COELHO AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
ANTÔNIO RENATO CAMPOS CALDEIRA MOTORISTA PARTICULAR
ANTONIO WAGNER DE MELO ENGENHEIRO
APARECIDA MENDES DA SILVA EMPREGADO DOMÉSTICO
ARIEL TEIXEIRA CARDOSO OUTROS
ARYSTON RODRIGUES DOS SANTOS PADEIRO, CONFEITEIRO E ASSEMELHADOS
BARBARA KRISTINE FERREIRA DE SOUSA OUTROS
BEATRIZ CRISTINA BARBOSA CORREIA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
BERNARDO HIDEKI SANTOS HAYASIDA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
BRAIAM MAILON MENDES DE OLIVEIRA LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO
BRENO ERICK DE SOUZA MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
BRUNA CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA COZINHEIRO
BRUNA ELOISA OLIVEIRA RESENDE ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
BRUNA MICHELE BICALHO CAMPOS PEDROSA AUXILIAR DE LABORATÓRIO
CAMILA GUIMARAES FERREIRA ATENDENTE DE LANCHONETE E RESTAURANTE
CAMILA LACORTE ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
CAMILLA OLIVEIRA VIANA DOS REIS AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
CARLA CRISTINA DA SILVA BREDEL BANCÁRIO E ECONOMIÁRIO
CARLA DA SILVA ARAUJO OUTROS
CARLA EVANILIA GOMES DONA DE CASA
CARLA LUIZA DOS SANTOS BARBOSA OUTROS
CARLOS EDUARDO DE AQUINO EMPRESÁRIO
CARLOS FILIPE SOARES GONZAGA SANTOS ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
CARLOS ROBERTO IGINO TEIXEIRA OUTROS
CARMELITA VASCONCELOS PAIXAO SAMPAIO ARTESÃO
CASSIA REGINA DE OLIVEIRA MORAES MANICURE E MAQUILADOR
CELIA CRISTINA SILVEIRA MANCO SOUZA ANALISTA DE SISTEMAS
CÉSAR MORAIS DOS ANJOS OUTROS
CLAUDIO ANTONIO DE OLIVEIRA MOTORISTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA
CLEIDE MARIA FERREIRA OUTROS
CLOVIS ROBERTO PINTO MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
COSME DAMIÃO ARQUIMEDES BARBOSA TRABALHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL
CRISELY SOUZA FREITAS DONA DE CASA
CRISTHIAN LENNON REIS OUTROS
CRISTIANE FERNANDES DA CUNHA SILVA ARTISTA PLÁSTICO E ASSEMELHADOS
CRISTIANO ARABE MOREIRA MOTORISTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO
CRISTINA BATISTA DOS SANTOS SILVA TÉCNICO DE LABORATÓRIO E RAIOS X
DAENNY IGREDY TEIXEIRA RODRIGUES ATENDENTE DE LANCHONETE E RESTAURANTE
DAIANA APARECIDA ANTUNES BALDUTI BARROSO OUTROS
DAIVISSON LUCIANO DOS SANTOS OUTROS
DANIEL DOS REIS DE SOUZA BAZILIO ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
DANIEL SILVA MACHIONI ARTESÃO
DANIELLE JANAINA SOUTO SILVA JORNALISTA E REDATOR
DANRLEY DE SOUZA FELIPE ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
DAVI RAMOS PEREIRA PADEIRO, CONFEITEIRO E ASSEMELHADOS
DAVID FERREIRA AUGUSTO OUTROS
DEISIANE OLIVEIRA DOS SANTOS ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
DEIVIANE DE JESUS SANTOS TÉCNICO DE ENFERMAGEM E ASSEMELHADOS
DENER OLIVEIRA DA SILVA MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
DENISE DA MATTA NAVARRO MÉDICO
DIANA APARECIDA DE PADUA OUTROS
DIEGO HENRIQUE ALVES SANTOS ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
DIRCE MARIA DOS SANTOS FERREIRA PACHECO DONA DE CASA
DIRCEU JUNIO RODRIGUES DA SILVA OUTROS
DOUGLAS DE OLIVEIRA MARCELINO ENCANADOR, SOLDADOR, CHAPEADOR E CALDEIREIRO
DOUGLAS HENRIQUE DOS SANTOS GARÇOM
DULCEVANE PEREIRA DOS SANTOS

MANICURE E MAQUILADOR
DYELENE POLLYANA CASSIANO DE ASSIS ATLETA PROFISSIONAL E TÉCNICO EM DESPORTOS
EDEM DA SILVA MOREIRA CARPINTEIRO, MARCENEIRO
EDER LEAO DE AGUIAR OUTROS
EDILEIA COSTA MARCELINO EMPRESÁRIO
EDMILSON DA SILVA PASSOS CARPINTEIRO, MARCENEIRO
EDSON ALVES PORTEIRO DE EDIFÍCIO, ASCENSORISTA
EDUARDO RIFISCH DOS SANTOS OUTROS
ELCIO JURANDI DE SOUZA LIMA JARDINEIRO
ELI ALVES DA SILVA JUNIOR ANALISTA DE SISTEMAS
ELIDA DENISE ARAÚJO MOREIRA VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
ELISANGELA VALENTIM ALVES COZINHEIRO
EMANUEL PEDROSA DE SOUZA TÉCNICO DE ELETRICIDADE, ELETRÔNICA
EMILIO AUGUSTO SILVA OLIVEIRA COMERCIANTE
ERICA CRISTIANE NASCIMENTO PEREIRA COMERCIÁRIO
ERNANE BRAGA FERREIRA OUTROS
ESTEVÃO CAMILO NOVAES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
EUCLIDES DE SENA CARDOSO REPRESENTANTE COMERCIAL
EVANDRO RAMOS DE AGUIAR ELETRICISTA E ASSEMELHADOS
FABIANA ANTONIA DOS SANTOS VIEIRA TÉCNICO EM INFORMÁTICA
FABIANA SANTOS BORGES PEREIRA EMPREGADO DOMÉSTICO
FABIANO SOTERO LOPES MOTORISTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA
FABIO DE JESUS RAMOS ELETRICISTA E ASSEMELHADOS
FABRICIO JOSE ANDRADE ROCHA OUTROS
FAUSTO MACHADO CASTELAR DE BRITO ODONTÓLOGO
FELIPE DA SILVA TÉCNICO DE ENFERMAGEM E ASSEMELHADOS
FERNANDA DE SOUZA BRANDAO LIMA COMERCIANTE
FERNANDA DEUSDEDIT DA SILVA ALVES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
FERNANDA MARIA DOS SANTOS FRAGA OUTROS
FERNANDA TAVARES FAGUNDES SECRETÁRIO E DATILÓGRAFO
FLÁVIO CARLOS DE CARVALHO PORTEIRO DE EDIFÍCIO, ASCENSORISTA
FLAVIO RENATO ALVES VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
FREDERICO FREIRE FERNANDES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
GABRIEL GALDINO SAMICO MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
GEISSE COUTINHO NUNES FERREIRA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
GETULIO MAURO DE ALMEIDA FILHO ADMINISTRADOR
GILMAR DA CRUZ SILVA MOTOBOY
GIOVANI DA CRUZ VALERIO FRAGA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
GIOVANNI FREITAS CASTELO BRANCO OUTROS
GIZELLE MARGARIDA BARROS DE ASSIS OUTROS
GLADISTONE CHARLES AMADOR OUTROS
GRAZIELE FERNANDES COSTA PEREIRA PEDAGOGO
GRAZIELE SENA SILVA AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DE PAULA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
GUSTAVO MENDES CABRAL OUTROS
GUSTAVO VINICIUS ARAUJO DOS SANTOS ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
HELENO MORAES JUNIOR OUTROS
HELOISA CAROLINE DA LUZ CARDOSO MANICURE E MAQUILADOR
HOZANA FERREIRA DOS SANTOS PEREIRA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
IARA DE LIMA RODRIGUES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
IDALENE COSTA DOS SANTOS TÉCNICO DE ENFERMAGEM E ASSEMELHADOS
IGOR HENRIQUE BENEDICTO MAZARELLO AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
INDIANA MARGARIDA DE PAULA OUTROS
ISOLDE RIFISCH DOS SANTOS ADMINISTRADOR
ITALO SCHIMIT REIS ABREU OUTROS
IZABELLE FRANCINY GONÇALVES SOUZA EMPRESÁRIO
JACKSON ALVES DOS SANTOS OUTROS
JACQUELINE DIAS DA SILVA PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
JAMILE DOS SANTOS SANTOS ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JANE CRISTINA DOS SANTOS BITTENCOURT RECEPCIONISTA
JAQUELINE TOME LIMA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JARME DE SOUZA CARVALHO OPERADOR DE APARELHOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
JEAN HENRIQUE MORAES DA CONCEIÇÃO OUTROS
JEANE BRITO CARVALHO DONA DE CASA
JESIANE MORAES FREIRE ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JESSICA AMILAR DOS SANTOS MENDES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JESSICA DA CRUZ MOREIRA PSICÓLOGO
JHONATAN FILIPE RODRIGUES DUARTE ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JHULIA EVELIN DOS SANTOS PEREIRA OUTROS
JOÃO DA CRUZ SILVA JARDINEIRO
JOÃO PEDRO ANICETO SILVA TRABALHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL
JOÃO PEDRO COSTA MENEZES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JOÃO RAIMUNDO PINTO JUNIOR ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JOEL JUNIO SILVA LOPES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JORGE AUGUSTO DIOGO DE SOUZA EMPRESÁRIO
JOSE DE OLIVEIRA VASCONCELOS JUNIOR AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
JOSE GERALDO DE PAULA TRABALHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL
JOSIANE SILVA CASTELO OUTROS
JOSIMAR SILVA OPERADOR DE APARELHOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
JOYCE KELLY DE SOUZA PEREIRA OPERADOR DE COMPUTADOR
JUNIO CESAR BRAGA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
JURACY MAGALHAES DA SILVEIRA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR
JUSSARA APARECIDA PINTO VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
JUVENAL LIBERATO DE OLIVEIRA OUTROS
KAORI NANA DA SILVA TELLES REPRESENTANTE COMERCIAL
KARINE CABRAL FELIX PSICÓLOGO
KENIA CRISTINA ALVES QUINTANILHA OUTROS
KETLEY COSTA DOS SANTOS ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
LANGLEBERT TADEU DA CRUZ ANALISTA DE SISTEMAS
LARISSA LARA SILVA JACOME EMPRESÁRIO
LAUDIENE DE MATOS ROCHA SILVA DONA DE CASA
LAURA CANDIDA DA SILVA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
LAWRENCE HENRICO MACHADO PEREIRA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
LEIDYLENI NOLASCO RODRIGUES BAGLI PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
LEONARDO ALVES DE SOUZA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
LEONARDO ANTUNES DA SILVA NOGUEIRA TÉCNICO DE MECÂNICA
LETICIA APARECIDA SANTOS DE MELO DONA DE CASA
LIDIANA LOPES BARBOSA OUTROS
LILIAMNE MEDINA SIERRA MÉDICO
LIVIA ALVES DA COSTA RUBIM PEREIRA OUTROS
LORENA ADRIANA RESENDE ENGENHEIRO
LUCAS ANTÔNIO PEREIRA MORAIS FOTÓGRAFO E ASSEMELHADOS
LUCAS JUNIO DE RAMOS PEREIRA TRABALHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL
LUCIANO REIS MARTINS AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
LUCIENE GUERRA FREIRE GABRIICH FONSECA DONA DE CASA
LUCILENE DE OLIVEIRA DONA DE CASA
LUCIMARA LUANA ALEXANDRINO OUTROS
LUIDE SOARES GARI OU LIXEIRO
LUIZ CARLOS MUSSEL DIRETOR DE EMPRESAS
LUIZ FLAVIO CAMPOS DIAS ENCANADOR, SOLDADOR, CHAPEADOR
LUIZ SERGIO TORRES AGRICULTOR
LUZILEIA LOPES PEREIRA TRABALHADOR DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE
MAGNA DE FATIMA ALMEIDA SANTOS DECORADOR
MAICON DEIVISON DE SOUSA SIQUEIRA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
MAIK FELIPE SANTOS SIQUEIRA OUTROS
MAIRANI SOBREIRA CORREA VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
MARCIA CRISTINA NEVES BATISTA TÉCNICO DE ENFERMAGEM E ASSEMELHADOS
MARCOS PAULO GONÇALVES ARTISTA PLÁSTICO E ASSEMELHADOS
MARCUS VINICIUS CAMPOS GONÇALVES VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
MARCUS VINICIUS DE CASTRO EMPRESÁRIO
MARIA APARECIDA FIGUEIREDO DOROTEIO RECEPCIONISTA
MARIA CECILIA RODRIGUES RIBEIRO OUTROS
MARIA CLARA RAMOS COSTA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO
MARIA DA CONCEICAO DE CARVALHO APOSENTADA
MARIA DA GLÓRIA DA PAIXÃO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR
MARIA HELENA MOREIRA DA SILVA DONA DE CASA
MARIA LUCIA SANTOS FERREIRA ENFERMEIRO
MARIANA CARMO DA SILVA OUTROS
MARILENE RODRIGUES SOUZA OUTROS
MARILENE SIRIA DOS SANTOS ARAUJO DONA DE CASA
MATEUS WENDER ALVES RODRIGUES CARPINTEIRO, MARCENEIRO E ASSEMELHADOS
MAURA REIS ROCHA OUTROS
MAURO COIMBRA REVERT JUNIOR ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
MAX RODRIGUES DE ALMEIDA OUTROS
MELISSA COTA XAVIER ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
MELISSA SALER MIRANDA DOS SANTOS ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
MIKAELLE DANIELLE DE SOUZA NOGUEIRA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
MIQUELLI GONÇALVES DE PAIVA OUTROS
MOISES MACIEL DE SOUSA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO

MONALISA DE ASSIS SILVA MARTINS OUTROS
MONIQUE PAMELA MOREIRA PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
NATALIA DA LUZ DA SILVA OUTROS
NATALIA MICHELE MACIEL SOARES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
NATALÍCIO FERREIRA DIAS LANTERNEIRO E PINTOR DE VEÍCULOS
NATHALIA CRISTINA MOREIRA ANDRADE PACHECO MANICURE E MAQUILADOR
NEUSA CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS DONA DE CASA
OZIEL MENDES GOMES JARDINEIRO
PALOMA VIEIRA DE PAULA GOMES ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
PAULO AGUIAR RODRIGUES ENFERMEIRO
PAULO HENRIQUE VALGAS DA SILVA VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
PEDRO OTAVIO DE LIMA OUTROS
RAFAEL FIORATTO DA SILVA ADMINISTRADOR
RAFAELLE BROM SIQUEIRA SALVADOR OUTROS
RAMON FERNANDES OLIVEIRA FERREIRA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
RAQUEL CRISTINA HOVADICH DRUMOND FARMACÊUTICO
RAQUEL CRISTINA MARINHO OUTROS
RAQUEL FERREIRA ROSA SILVA OUTROS
RAYNER NATHAN NATIVIDADE AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
REBECA GOMES DA SILVA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
REBECA MOISES BRAGA DAS DORES OUTROS
REBECA RIBEIRO CAMPOS TEIXEIRA PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
REGIANE TEODORO DA SILVA PIRES ADMINISTRADOR
REGINA COELI ROCHA PEREIRA AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
REGINA MARIA DA PAIXÃO GARCIAS COMERCIANTE
REGINALDO DE JESUS SOUZA MOTORISTA PARTICULAR
RENATA BROM DE SIQUEIRA SILVA PSICÓLOGO
RENATA DA CRUZ SANTOS PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
RENATA PEREIRA ROSA VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
RHULYANDERSON SANDER DE PAULA SILVA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
RICARDO DOS SANTOS DINIZ AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
RICARDO GOMES TRABALHADOR METALÚRGICO E SIDERÚRGICO
RICHARD VINICIUS FERREIRA DE ALMEIDA SANTOS TÉCNICO DE MECÂNICA
ROBSON MALAQUIAS DA CRUZ OUTROS
RODRIGO ROMEIRO MASCARENHAS PINTO ADMINISTRADOR
ROGENE DO CARMO PAULA TÉCNICO DE ENFERMAGEM E ASSEMELHADOS
ROMÊNIA APARECIDA ASSIS BIBLIOTECÁRIO
RÔMULO FELIPE RODRIGUES TRABALHADOR METALÚRGICO E SIDERÚRGICO
RONAN CARDOSO DA COSTA OUTROS
ROSANGELA DE SOUSA ALVES GERENTE
ROSILENE DA CONCEICAO MALAQUIAS ADMINISTRADOR
SABRINY LADISLAU SOTERO ARCOLINO AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
SANDRA RODRIGUES MOREIRA RECEPCIONISTA
SANTOS RODRIGUES FILHO MOTORISTA PARTICULAR
SARA PRADOS MOREIRA MARTINS AGENCIADOR DE PROPAGANDA
SARAH ANGELA SANTOS BASTOS MORAIS OUTROS
SCARLETH SABRINA CASTILHO RIBEIRO ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
SELMA PEREIRA DE SOUZA EMPREGADO DOMÉSTICO
SERGIO JUNIO DE LIMA OUTROS
SILVANA APARECIDA DOS SANTOS MATEUS SOUZA DONA DE CASA
SILVANA APARECIDA TEIXEIRA DA SILVA TRABALHADOR DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE
SILVANETE PEREIRA DA SILVA ALVARENGA OUTROS
SILVONEY DOS SANTOS COSTA TRABALHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL
SIMON MARQUES VIANA OUTROS
SIMONY RODRIGUES HASTENRETER ESTETICISTA
SIOMARA FERREIRA RODRIGUES DOS SANTOS DONA DE CASA
SOLANGE APARECIDA SILVA AMORIM COSTUREIRA
STEFANI MARIANA ROSA DA SILVA DONA DE CASA
TAIS ELIZA BROCK DE SOUZA ATENDENTE DE LANCHONETE E RESTAURANTE
TALITA CORDEIRO DE PAULA VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA
TAMIRES LORENE TEIXEIRA COSTA VENDEDOR PRACISTA, REPRESENTANTE
TAMIRIS SOARES BORGES DE SOUSA ATENDENTE DE LANCHONETE E RESTAURANTE
TANIA MARA DE ALMEIDA QUETZ AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
TANIA SOUZA SILVA COMERCIÁRIO
TATIANE ROQUETE AMPARO FARMACÊUTICO
TERESA CRISTINA SILVA ROCHA ECONOMISTA
THASCILA HELLEN DE SOUZA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
TIAGO HENRIQUE DO CARMO OPERADOR DE APARELHOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
UENDERSON SINCORA DOS SANTOS OUTROS
ULICES OLIVEIRA DA SILVA TÉCNICO EM INFORMÁTICA
URIEL BORGES DA SILVA JUNIOR PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO
VADISLAU TARNOSKI NETO MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
VALDELICE SANTANA DE SOUZA ATENDENTE DE LANCHONETE E RESTAURANTE
VALDINEIA GOMES DE REZENDE CONTADOR
VALDIR DOS SANTOS OLIVEIRA COMERCIANTE
VALÉRIA CRISTINA MENDES SIEBERT OUTROS
VALÉRIA RAMOS DE AGUIAR DONA DE CASA
VALERIA VIEIRA GONCALVES AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E ASSEMELHADOS
VALMIR GONCALVES DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA
VANDILSON COELHO DOS SANTOS OUTROS
VANUSA DE JESUS ROSA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO
VENCESLI CONCEIÇÃO DE AMORIM APOSENTADO
VERÔNICA CRISTINA BARBOSA ALVES DE OLIVEIRA RECEPCIONISTA
VERONICA SILVA DOMINGOS ADMINISTRADOR
VERONICE MUNIZ DOS SANTOS SOUSA DONA DE CASA
VICTORIA ALVES MENDES OUTROS
VIRGILIO AUGUSTO MALTA XAVIER EMPRESÁRIO
VITOR DANIEL DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO
VITOR VIEIRA RODRIGUES DIAS AUXILIAR DE LABORATÓRIO
WANDERSON GONÇALVES MACHADO PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR
WANDESON CARNEIRO SANTANA MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA
WASHINGTON ALVES SANTOS CORTADOR, POLIDOR E GRAVADOR DE PEDRAS
WELINGTON DE OLIVEIRA ROC ENGENHEIRO
WELLISON PEREIRA QUIEL OUTROS
WESLEY NUNES DE OLIVEIRA PADEIRO, CONFEITEIRO E ASSEMELHADOS
WESLEY RODRIGUES DA SILVA CARPINTEIRO, MARCENEIRO E ASSEMELHADOS
WILLIAM PEREIRA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO
WILLIAM SANTOS DE JESUS ESCULTOR E PINTOR
WLADIMIR AUGUSTO PENHA OUTROS
YASMIM SAMIRA FERREIRA ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO
YURE ALISSON DO NASCIMENTO SANTOS EMBALADOR, EMPACOTADOR E ASSEMELHADOS

Santa Luzia, 13 de outubro de 2022
Dra. Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti
Juíza de Direito

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE SANTA LUZIA. EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - Prazo de 20(vinte) dias - A Dra. Aldina de Carvalho Soares, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Luzia, na forma da lei. Etc. FAZ SABER a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem do presente edital extraído dos autos nº 5003818-83.2017.8.13.0245, Ação de Cumprimento de Sentença requerida por ANA PAULA FREIRE face de PREMIO COMÉRCIO DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS LTDA - ME, LEONARDO PINHEIRO e MARIA INÊS PASQUINO, é o presente para CITAR PREMIO COMÉRCIO DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS LTDA - ME, que se encontra em local incerto e não sabido, para a EXECUÇÃO contra ela proposta pela parte exequente, supranomeada, bem como INTIMAR para, no prazo de 03 (três) dias contados da citação, EFETUAR O PAGAMENTO do total devido, apurado em R$16.936,51 (dezesseis mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos), sob pena de lhe serem penhorados bens em quantos bastem à garantia do débito principal e acessórios. Fica a parte acima identificada ciente de que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá oferecer embargos à execução no prazo legal de 15 (quinze) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Santa Luzia, aos 13 de outubro de 2022.
A Juíza de Direito_____
Aldina de Carvalho Soares

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 10 (dez) dias. JUSTIÇA GRATUITA. Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Pelo presente Edital de Citação do(a) acusado(a) RAFAEL CORREIA REIS, brasileiro(a), nascido(a) aos 31/03/1981, natural de Belo Horizonte/MG, filho(a) de Maria Raquel Correa e Geraldo
Joaquim Pereira Reis, nos autos da Ação Criminal de nº: 0095316-83.2019.8.13.0245, incurso nas sanções do art. 216-A, §2º do CP. FAZ SABER a

todos aqueles que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo a Justiça Pública move a ação contra a ré suprarreferida. Tendo sido determinada a sua citação para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme arts. 396 e 396-A do Código Processo Penal. E como consta nos referidos autos, que o(a) denunciado(a) está em lugar incerto e não sabido ignorado pelo Sr. Oficial de Justiça, mandou-se na melhor forma de direito passar o presente Edital pelo qual cita o(a) denunciado(a) para responder no prazo legal, a fim de se ver processado pelo crime no referido processo. E para que chegue ao conhecimento de todos será o Edital de citação publicado no Diário Judiciário Eletrônico e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Santa Luzia-MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Alan Robert de Souza, Gerente de Secretaria, subscrevi.
Arlete Aparecida da Silva Coura
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 10 (dez) dias. JUSTIÇA GRATUITA. Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Pelo presente Edital de Citação do(a) acusado(a) MAURÍCIO DO ESPIRITO SANTO, brasileiro(a), nascido(a) aos 18/09/1977, natural de Jequeri/MG, filho(a) de Geralda da Consolação Dias Venâncio e Adão
Venâncio, nos autos da Ação Criminal de nº: 0075276-80.2019.8.13.0245, incurso nas sanções do art. 306, §1º, I, da Lei 9503/97. FAZ SABER a todos aqueles que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo a Justiça Pública move a ação contra a ré suprarreferida. Tendo sido determinada a sua citação para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme arts. 396 e 396-A do Código Processo Penal. E como consta nos referidos autos, que o(a) denunciado(a) está em lugar incerto e não sabido ignorado pelo Sr. Oficial de Justiça, mandou-se na melhor forma de direito passar o presente Edital pelo qual cita o(a) denunciado(a) para responder no prazo legal, a fim de se ver processado pelo crime no referido processo. E para que chegue ao conhecimento de todos será o Edital de citação publicado no Diário Judiciário Eletrônico e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Santa Luzia-MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Alan Robert de Souza, Gerente de Secretaria, subscrevi.
Arlete Aparecida da Silva Coura
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 10 (dez) dias. JUSTIÇA GRATUITA. Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Pelo presente Edital de Citação do(a) acusado(a) ROMÁRIO RODRIGUES LUCAS DE JESUS, brasileiro(a), nascido(a) aos 17/07/1994, natural de Ribeirão Preto/SP, filho(a) de REGIANI RODRIGUES e AUGUSTO LUCAS DE JESUS, nos autos da Ação Criminal de nº: 0009269-43.2018.8.13.0245, incurso nas sanções do art. 310 da Lei 9503/97. FAZ SABER a todos aqueles que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo a Justiça Pública move a ação contra a ré suprarreferida. Tendo sido determinada a sua citação para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme arts. 396 e 396-A do Código Processo Penal. E como consta nos referidos autos, que o(a) denunciado(a) está em lugar incerto e não sabido ignorado pelo Sr. Oficial de Justiça, mandou-se na melhor forma de direito passar o presente Edital pelo qual cita o(a) denunciado(a) para responder no prazo legal, a fim de se ver processado pelo crime no referido processo. E para que chegue ao conhecimento de todos será o Edital de citação publicado no Diário Judiciário Eletrônico e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Santa Luzia-MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Alan Robert de Souza, Gerente de Secretaria, subscrevi.
Arlete Aparecida da Silva Coura
Juíza de Direito

COMARCA DE SANTA LUZIA - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO 90 DIAS - PROCESSO Nº 0144454-53.2018.8.13.0245 - A Dra. Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Pelo presente Edital de Intimação, nos autos da Ação Penal, FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou deste conhecimento tiverem, especialmente, FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS; CPF:918.030.206-87; Filho de Maria Raimunda dos Santos; Data de Nascimento: 11/06/1974; nos autos da Ação Penal movida pelo Ministério Público contra o réu acima qualificado, foi proferida a sentença EXTINGUINDO A SUA PUNIBILIDADE, datada de 31/05/2022. E, constando que o réu se encontra em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei, pelo qual o intima da sentença pelo prazo de 05 dias. E para que chegue ao conhecimento de todos será o Edital de intimação publicado no "Diário do Judiciário Eletrônico - DJE" e afixado no local de costumes. Dado e passado nesta Comarca de Santa Luzia-MG, aos 13 de outubro de 2022 Eu, Bianca Bona Paolucci, Escrivã Judicial, o digitei.
Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti
Juíza de Direito

COMARCA DE SANTA LUZIA. EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - Prazo de 20(vinte) dias - A Dra. Aldina de Carvalho Soares, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Luzia, na forma da lei. Etc. FAZ SABER a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem do presente edital extraído dos autos nº 5004918-44.2015.8.13.0245, Ação de Execução de Alimentos requerida por MATHEUS GERVÁSIO DE CASTRO MOREIRA face de ODORICO FELICIANO MOREIRA, é o presente para intimar ODORICO FELICIANO MOREIRA, que se encontra em local incerto e não sabido, para, em três dias pagar a dívida informada pela parte exequente, apurada em R$8.406,51 (oito mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e um centavos), acrescida de todas as demais prestações que se venceram até a data em que se der o pagamento, provar que já o fez ou comprovar fato que gere a impossibilidade absoluta de pagá-la (art. 528, § 2º, NCPC), sob pena de prisão por 3 meses (art. 528, §§ 3º e 4º, NCPC) e protesto do título judicial (art. 528, § 1º e art. 517, §§ 1º e 2º, NCPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Santa Luzia, aos 13 de outubro de 2022.
A Juíza de Direito_____
Aldina de Carvalho Soares

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 10 (dez) dias. JUSTIÇA GRATUITA. Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Pelo presente Edital de Citação do(a) acusado(a) MAURÍCIO DO ESPIRITO SANTO, brasileiro(a), nascido(a) aos 18/09/1977, natural de Jequeri/MG, filho(a) de Geralda da Consolação Dias Venâncio e Adão
Venâncio, nos autos da Ação Criminal de nº: 0075276-80.2019.8.13.0245, incurso nas sanções do art. 306, §1º, I, da Lei 9503/97. FAZ SABER a todos aqueles que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo a Justiça Pública move a ação contra a ré suprarreferida. Tendo sido determinada a sua citação para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme arts. 396 e 396-A do Código Processo Penal. E como consta nos referidos autos, que o(a) denunciado(a) está em lugar incerto e não sabido ignorado pelo Sr. Oficial de Justiça, mandou-se na melhor forma de direito passar o presente Edital pelo qual cita o(a) denunciado(a) para responder no prazo legal, a fim de se ver processado pelo crime no referido processo. E para que chegue ao conhecimento de todos será o Edital de citação publicado no Diário Judiciário Eletrônico e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Santa Luzia-MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Alan Robert de Souza, Gerente de Secretaria, subscrevi.
Arlete Aparecida da Silva Coura
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 10 (dez) dias. JUSTIÇA GRATUITA. Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Pelo presente Edital de Citação do(a) acusado(a) KENIA DANIELLE GARCIA, brasileiro(a), nascido(a) aos 05/12/1979, natural de Belo Horizonte/MG, filho(a) de Francisca Dias e Altasir Garcia, nos autos da Ação Criminal de nº: 0033935-40.2020.8.13.0245, incurso nas sanções do art. 140, §3º, c/c art. 61, II, "j", do CP. FAZ SABER a todos aqueles que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo a Justiça Pública move a ação contra a ré suprarreferida. Tendo sido determinada a sua citação para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme arts. 396 e 396-A do Código Processo Penal. E como consta nos referidos autos, que o(a) denunciado(a) está em lugar incerto e não sabido ignorado pelo Sr. Oficial de Justiça, mandou-se na melhor forma de direito passar o presente Edital pelo qual cita o(a) denunciado(a) para responder no prazo legal, a fim de se ver processado pelo crime no referido processo. E para que chegue ao conhecimento de todos será o Edital de citação publicado no Diário Judiciário Eletrônico e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Santa Luzia-MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Alan Robert de Souza, Gerente de Secretaria, subscrevi.
Arlete Aparecida da Silva Coura
Juíza de Direito

COMARCA DE SANTA LUZIA. EDITAL DE INTERDIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - Publicação por 03(três) vezes, com intervalo de 10(dez) dias. A Dra. Aldina de Carvalho Soares, Juíza de Direito na 2ª Vara Cível, na forma da lei. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e respectiva vara cível, se processaram os termos e atos do pedido de Interdição requerido por MARIA APARECIDA JULIÃO em favor de TIAGO JULIÃO, registrado sob o nº 5003916-68.2017.8.13.0245, tendo sido decretada a interdição de TIAGO JULIÃO, brasileiro, solteiro, portador do RG MG-16.021.834 SSP/MG, nascido aos 09/11/1984, nomeando-lhe curadora na pessoa de MARIA APARECIDA JULIÃO, brasileira, solteira, portadora do RG MG-16.210.658 SSP/MG, residente e domiciliada à Rua João Carlos Geovanini, 232, bairro Adeodato, em Santa Luzia - MG, por sentença proferida nos respectivos autos em 15/07/2022, transitada em julgado em 06/09/2022. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Santa Luzia - MG, 13 de outubro de 2022.
A Juíza de Direito_____
ALDINA DE CARVALHO SOARES

COMARCA DE SANTA LUZIA - EDITAL DE

INTIMAÇÃO PARA CONSTITUIR NOVO PROCURADOR - PRAZO 10 (dez) DIAS - PROCESSO Nº 0160214-52.2012.8.13.0245 - A Dra. Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Pelo presente Edital de Intimação, nos autos da Ação Penal, FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou deste conhecimento tiverem, especialmente, ALEANDRO RODRIGUES DE FARIAS; RG: MG-17374603; Filho de ANA JULITA RODRIGUES; Data de Nascimento: 07/11/1990; nos autos da Ação Penal movida pelo Ministério Público contra o réu acima qualificado foi proferido despacho determinando que o réu CONSTITUA NOVO PROCURADOR NOS AUTOS, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe nomeado defensor dativo para atuar em sua defesa, datado de 10/10/2022. E, constando que o réu se encontra em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei, pelo qual o intima do despacho pelo prazo de 10 (dez) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos será o Edital de intimação publicado no "Diário do Judiciário Eletrônico - DJE" e afixado no local de costumes. Dado e passado nesta Comarca de Santa Luzia-MG, aos 13 de outubro de 2022 Eu,_____Bianca Bona Paolucci, Escrivã Judicial, o digitei.
Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti
Juíza de Direito

COMARCA DE SANTA LUZIA - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CONSTITUIR NOVO PROCURADOR - PRAZO 10 (dez) DIAS - PROCESSO Nº 0160214-52.2012.8.13.0245 - A Dra. Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. Pelo presente Edital de Intimação, nos autos da Ação Penal, FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou deste conhecimento tiverem, especialmente, KEMIL PEREIRA DE JESUS; RG: MG-16033158; Filho de MARIA ILZA FRANCISCA DE JESUS ROCHA; Data de Nascimento: 19/07/1987; nos autos da Ação Penal movida pelo Ministério Público contra o réu acima qualificado foi proferido despacho determinando que o réu CONSTITUA NOVO PROCURADOR NOS AUTOS, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe nomeado defensor dativo para atuar em sua defesa, datado de 10/10/2022. E, constando que o réu se encontra em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei, pelo qual o intima do despacho pelo prazo de 10 (dez) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos será o Edital de intimação publicado no "Diário do Judiciário Eletrônico - DJE" e afixado no local de costumes. Dado e passado nesta Comarca de Santa Luzia-MG, aos 13 de outubro de 2022 Eu,_____Bianca Bona Paolucci, Escrivã Judicial, o digitei.
Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti
Juíza de Direito

SANTA RITA DO SAPUCAÍ

COMARCA DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG - SECRETARIA DA 2ª VARA - Intimação de sentença - com prazo de 60 (sessenta) dias - processo nº: 0596 20.2415-3 - Ação: Art. 129, § 9º do Decreto Lei 2848/40, combinado com art. 140 do Decreto Lei 2848/40 - Autora: Justiça Pública - Ré(u)(s): IGOR GUSTAVO GONÇALVES - O MM. Juiz de Direito, Dra. Ediberto Benedito Reis, no exercício do cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos e quantos virem o presente Edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este edital fica(m) intimado (a) (s) a(o)(s) sentenciado(a)(s): IGOR GUSTAVO GONÇALVES, nascido em 27/06/1997, filho de Mislaine Aparecida Gonçalves, natural de São Sebastião do Paraíso-MG,RG nº 23573233 SSP/MG, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, para cientificar-se da r. sentença proferida aos 29/08/2022, nos autos acima, que declarou EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu.. O presente Edital será afixado no átrio do edifício do Fórum, na forma da Lei. Santa Rita do Sapucaí, aos 13 de outubro de 2022. Eu,_____ Thales Rogério de Carvalho Pereira Filho, Escrivão Judicial - Matr. 8.962-3/TJMG, o digitei e subscrevo por ordem do Juiz, _____. O MM. Juiz de Direito, _____

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG - SECRETARIA DA 2ª VARA - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE QUINZE (15)DIAS Processo nº: 0011257-11.2021.8.13.0596 - Ação: Ação Penal- Ré(u)(s): EDSON CLAITON DE SOUZA - O MM. Juiz de Direito, Dr. Ediberto Benedito Reis, no exercício do cargo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos e quantos virem o presente Edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este edital fica(m) CITADA(O)(S) a(o)(s) ré(u)(s) EDSON CLAITON DE SOUZA, brasileiro, casado, nascido em 05/10/1976, filho de Jesus de Souza e Maria Ivone de Souza, portador do RG.332789159, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, para os termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual, conforme cópia anexa a este mandado, bem como para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Na hipótese de não ter condições financeiras de contratar advogado, declarada expressamente essa situação, isso ensejará a nomeação de Defensor Público ou dativo para sua defesa. O presente Edital será afixado no átrio do edifício do Fórum, na forma da Lei. Santa Rita do Sapucaí, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Renata Brunhara Reis, Oficial de Apoio Judicial - Mat. 28.908-2/TJMG, o digitei e subscrevo por ordem do Juiz.

COMARCA DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ-MG - Secretaria do Juízo da 2ª Vara - Edital de Citação - Prazo de trinta (30) dias - Autos nº 0052928-92.2013.8.13.0596 Ação: Execução Fiscal - Exequente: Município de Santa Rita do Sapucaí - Executado(a): MSR Tecnologia Industria e Comércio LTDA e outros - O MM Juiz de Direito, Dr. Ediberto Benedito Reis, no exercício do cargo, na fora da Lei, etc. Faz saber que por este Edital fica(m) devidamente citado (a) (s) MSR TECNOLOGIA E INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ: 10.687.565/0001-42, e os sócios MARCELLO DA SILVA RAMOS, inscrito no CPF: 056.612.578-13 e TATIANA STROBEL RAMOS, inscrita no CPF: 123.783.026-57, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de cinco (05) dias, pagar(em) em juízo a quantia de R$26.812,20 (vinte e seis mil, oitocentos e doze reais e vinte centavos) com data de 24/02/2021, descrita na petição inicial, que será corrigida monetariamente na data do recolhimento, e demais cominações legais, ou garantir a execução, sob pena de penhora. O presente edital será afixado no átrio do edifício do fórum, sito à Praça Santa Rita, 62, Centro, nesta cidade e publicado na forma da Lei. Santa Rita do Sapucaí, 11 de outubro de 2022. Eu, Rosseane Costanti Ribeiro do Valle - Oficial de Apoio Judicial - Mat. 22765-2/TJMG , que o digitei e subscrevo por ordem judicial.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE -MGSECRETARIA JUDICIAL DA ÚNICA VARAEDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS - do réu que se encontra em local incerto e não sabido: AMAURILIO RODRIGUES SAMPAIO, brasileiro, solteiro, nascido aos 26/12/1976, natural de Santo Antônio do Monte/MG, filho de Asteria Rodrigues Dias e Elizeu Lourenço Sampaio, inscrito no RG sob o n.°910806, residente e domiciliado em lugar incerto ou não sabido. LORENA TEIXEIRA VAZ, MMª. Juiza de Direito da Única Vara da Comarca de Santo Antônio do Monte, MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramita o Processo-crime de nº0007323-21.2021.8.13.0604, movido pela Justiça Pública deste Juízo contra o RÉU ACIMA QUALIFICADO, por crime praticado nesta cidade, em 16/10/2021, pelo qual foi denunciado pelo Dr. Promotor de Justiça como incurso na pena do art. 1147 do Decreto-Lei 2.848/1940, art. 24-A da Lei 11.340e art. 306 da Lei n.° 9.503/1997 na forma do art. 69 do CP. E constando dos autos do processo que o réu supra citado está atualmente em local incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital pelo qual CITA-O para RESPONDER À ACUSAÇÃO no prazo de 10(dez) dias, na forma do art. 396 e 396-A do CPP (Na resposta a acusada poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário). E para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será fixado no local de costume. Dado de passado nesta comarca de Santo Antônio do Monte, MG, aos 13 de outubro de 2022. Lorena Teixeira VazMMª Juiza de Direito

SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ/MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. O DOUTOR ANDRÉ LUIZ POLYDORO, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude desta Comarca de São Gonçalo do Sapucaí do Estado/MG, na forma da lei etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e respectiva Secretaria Judicial desta Comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG, encontra-se instaurado o Inquérito Policial nº 0034428-27.2018.8.13.0620, para fins de apurar autoria e materialidade de delito tipificado no artigo 157 do Código Penal, que teria sido perpetrado em face de D.G.A., praticada no Município de São Gonçalo do Sapucaí, Comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital, pelo qual fica devidamente INTIMADA a proprietária do Veículo MIRELE APARECIDA DE SOUZA, documento nº 35029656847, para requerer o que entender de direito acerca da apreensão do veículo, tipo automóvel, placa AZH1153 São Paulo/SP, chassi 9BD195102F0657017, RENAVAM 103644595914, maca/modelo FIAT/UNO VIVACE 1.0, ano 2014, modelo 2015, cor branca. E, para conhecimento de todos será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca. JUSTIÇA GRATUITA. Aos 06 de outubro de 2022. Eu,(a), (Marco Aparecido de Brito), Auxiliar de Secretaria, a digitei. Eu,(a), (Hélcio Vilela Silva) Gerente de Secretaria, o subscrevi. O JUIZ DE DIREITO: (a), (André Luiz Polydoro).

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ/MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS. O DOUTOR ANDRÉ LUIZ POLYDORO, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude desta Comarca de São Gonçalo do

Sapucaí do Estado/MG, na forma da lei etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e respectiva Secretaria Judicial desta Comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG, encontra-se em tramitação os autos da Ação Penal nº 0001977-75.2020.8.13.0620, que a Justiça Pública move contra o réu abaixo qualificado, por infração penal praticada na comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG, tendo sido proferida sentença condenatória do réu, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital, pelo qual fica devidamente INTIMADO o réu NERONE NERES PEREIRA, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido em 30/04/1996, filho de Marina Neres de Sousa e Gildázio Pereira Cordeiro, RG 71455198 SSP/MG, CTPS nº 085.418 MT-SP, que segundo consta dos autos está em lugar incerto e não sabido, da mencionada sentença, cujo tópico final encontra-se abaixo transcrito, para todos os efeitos legais, inclusive dela recorrer no prazo legal. A saber: "...julgo procedente a pretensão estatal contida na denúncia e condeno NERONE NERES PEREIRA nas sanções do art. 33, caput, c/c art. 40, inciso V, ambos da Lei n.11.343/06... Presente a causa de aumento do inciso V do art. 40 da Lei nº 11.343/06. Aumento a pena em 1/6 e a torno definitiva em 07 anos e 09 meses de reclusão e pagamento de 778 dias-multa, no valor de cada dia um trigésimo do salário-mínimo vigente à época dos fatos# Fixo o regime de cumprimento de pena inicialmente no fechado (Lei 8.072/90), sendo incabível a substituição por restritiva ou suspensão da pena, pois superior a pena limite dos benefícios# Isento o réu ao pagamento das custas, deferindo os benefícios da justiça gratuita...". E, para conhecimento de todos será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca. JUSTIÇA GRATUITA. Aos 07 de outubro de 2022. Eu,(a), (Marco Aparecido de Brito), Auxiliar de Secretaria, a digitei. Eu,(a), (Hélcio Vilela Silva) Gerente de Secretaria, o subscrevi. O JUIZ DE DIREITO: (a), (André Luiz Polydoro).

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS. O DOUTOR ANDRÉ LUIZ POLYDORO, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de São Gonçalo do Sapucaí-MG., na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se encontra em tramitação por este Juízo e Secretaria a competente AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, cf. autuação de nº 0001484-69.2018.8.13.0620 em que figura como parte autora R.S.M. e como parte requerida RENNE BARBOSA CASSEMIRO. Objeto: CITAÇÃO de RENNE BARBOSA CASSEMIRO que se encontra em lugar incerto e não sabido, para responder aos termos da presente ação, podendo, se assim o desejar, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do prazo do edital, com a advertência de que não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, e que, em caso de revelia será nomeado curador especial (CPC, artigo 257, IV).. Fica também intimado, de que foram fixados alimentos provisórios a autora no importe de 30% do salário mínimo, a partir da citação, que deverá ser depositado na conta corrente n° 14.658-7, agência 0980-6, Banco do Brasil, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei, com o prazo de 30 (trinta) dias. Advogado: Dr. Luan Elias de Paulo, OAB/MG 161.056. São Gonçalo do Sapucaí-MG., em 10 de outubro de 2022. Eu, Scárlet Mateus, Estagiária em Direito, o digitei. Eu, Hélcio Vilela Silva, Gerente de Secretaria, o subscrevi. O JUIZ DE DIREITO: Dr. ANDRÉ LUIZ POLYDORO.

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ DO ESTADO-MG. O DOUTOR ANDRÉ LUIZ POLYDORO, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude desta Comarca de São Gonçalo do Sapucaí-MG, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se encontra em tramitação por este Juízo e Secretaria a competente Ação de USUCAPIÃO, cf. autuação de n° 0009110-86.2011.8.13.0620 - Processo Eletrônico, requerido por VANILDA APARECIDA BARBOSA e DANIEL BARBOSA, com referência a "Um imóvel urbano, constituído de uma casa de residência, com 02 (dois) quartos, 01 (uma) sala, cozinha, 01 (um) banheiro social, corredor de acesso a todos os cômodos e uma varanda, com área total construída de 74,50m² e seu respectivo lote de terreno com área total de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado na Rua Romualdo Felipe Carneiro, Água Comprida, neste município de São Gonçalo do Sapucaí/MG, pertencente a DANIEL BARBOSA E VANILDA APARECIDA BARBOSA, cujo lote de terreno contêm as seguintes medidas e confrontações: "Pela frente mede 10,00 metros e extensão e confronta com a Rua Romualdo Felipe Carneiro; do seu lado direito mede 30,00 metros de extensão e confronta coma propriedade de Fernanda Pereira do Carmo: do seu lado esquerdo mede 30,00 metros de extensão e confronta com propriedade de Luiz Carlos Sabiá; e pelos fundos mede 10,00 metros de extensão confronta com a propriedade de Aristides Eugênio." nesta mesma circunscrição imobiliária de São Gonçalo do Sapucaí". Pelo presente edital, determina-se a CITAÇÃO da confrontante MARIA AUXILIADORA PEREIRA SILVA e seu eventual cônjuge se casada for, que encontram-se em lugar incerto e não sabido, para contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência legal de que, não o fazendo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos constantes da petição inicial, esclarecendo-se, mais, que a citação prevista neste edital valerá para todos os atos do processo, e, ainda, com a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei, com o prazo de 30 (trinta) dias. Advogado: Dr. EMERSON CONSTANTI VILELA - OAB MG 66.922. São Gonçalo do Sapucaí-MG, aos 05 de outubro de 2022. Eu, (David Franklin Lopes Junior), Estagiário de Direito, o digitei. Eu, (Hélcio Vilela Silva), Gerente de Secretaria, o subscrevi. O JUIZ DE DIREITO: (Dr. ANDRÉ LUIZ POLYDORO).

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS. O DOUTOR ANDRÉ LUIZ POLYDORO, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de São Gonçalo do Sapucaí-MG., na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se encontra em tramitação por este Juízo e Secretaria a competente AÇÃO MONITÓRIA, cf. autuação de nº 0018409-14.2016.8.13.0620 em que figura parte exequente o BANCO DO BRADESCO S/A e como executados MARANATHA FRIGORIFICO E COMERCIO DE CARNES E DERIVADOS LTDA e WALLACE HENRIQUE PAULINO DE OLIVEIRA. Objeto: CITAÇÃO de MARANATHA FRIGORIFICO E COMERCIO DE CARNES E DERIVADOS LTDA inscrita no CNPJ n° 13.107.603/0001-39 e WALLACE HENRIQUE PAULINO DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF nº 062.020.596-21, que se encontram em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias efetuar o pagamento da importância de R$ 102.673,22 (cento e dois mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), acrescida dos honorários fixados em 5% do valor da causa, ficando isento do pagamento das custas processuais na hipótese de oportuno cumprimento do mandado (CPC, art. 701, § 1º), ficando ciente que, não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de 15 dias cumprimento, constituir-se-á o título executivo (CPC, art. 701, § 2º). Fica também intimado, que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da autora e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, art. 701, § 1º c. c. art. 916). E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei, com o prazo de 30 (trinta) dias. Advogados: Dr. Wagner Roschel Christe, OAB/MG 101.747 e Dr. Marco Tulio Almeida Carvalho, OAB/MG 203.477. São Gonçalo do Sapucaí-MG., em 05 de Outubro de 2022. Eu, David Franklin Lopes Junior, Estagiário em Direito, o digitei. Eu, Hélcio Vilela Silva, Gerente de Secretaria, o subscrevi. O JUIZ DE DIREITO: Dr. ANDRÉ LUIZ POLYDORO.

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS. O DOUTOR ANDRÉ LUIZ POLYDORO, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG., na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se encontra em tramitação por este Juízo e Secretaria a competente AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, cf. nº 5000059-48.2020.8.13.0620, em que figura como exequente MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ e como executado BENEDITO VITAL. Objeto: CITAÇÃO do executado BENEDITO VITAL que se encontra em local incerto e não sabido, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar o devido, no montante de R$ 319,06 (trezentos e dezenove reais e seis centavos), atualizado em data de 02.12.2019, sob pena de penhora ou arresto. Para pronto pagamento foram fixados os honorários em 10% do valor da execução. Número de inscrição no Registro da Dívida Ativa: 013294. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei, com o prazo de 30 (trinta) dias. (Expediente Judiciário, cf.art. 8º, IV da Lei nº 6830/80). Advogada: Dra. Andréia Maria de Andrade, OAB/MG 130.193. São Gonçalo do Sapucaí-MG., em 06 de outubro de 2022. Eu, (Veronica Aparecida Alves Souza Ikeda), Oficial Judiciário, o digitei. Eu, (Hélcio Vilela Silva) Gerente de Secretaria, o subscrevi. O JUIZ DE DIREITO: (DR. ANDRÉ LUIZ POLYDORO).

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ DO ESTADO DE MINAS GERAIS. EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR EM AÇÃO DE TUTELA/CURATELA. O DOUTOR ANDRÉ LUIZ POLYDORO, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí-MG, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria, foi deferido o pedido de SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA DO INTERDITADA MARIA MÁRCIA DE PAULA, brasileira, solteira, portadora do RG/MG-23.592.803/SSPMG, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.244.486-06, nascida em 01/11/1968, cf. autuação nº 5002072-20.2020.8.13.0620, tendo em vista a sua incapacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil e pelo falecimento da curadora nomeada pela sentença de interdição, sendo-lhe nomeada como nova curadora ANA LUCIA IZIDORO CRUZ, brasileira, casada, trabalhadora rural, portadora da cédula de identidade RG/MG-5.439.227/SSPMG, inscrita no CPF/MF sob o

nº 658.123.286-68, nascida em 05/08/1966, residente e domiciliada na Ponte Alta, Área Rural, São Gonçalo do Sapucaí/MG, conforme sentença prolatada em data de 29/07/2021. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias entre cada publicação, conforme art. 1.184 do CPC. JUSTIÇA GRATUITA. ADVOGADA DRª. AMANDA AZEVEDO - OAB/MG 154.402. São Gonçalo do Sapucaí-MG, em 28 de setembro de 2022. Eu, (a) (Ângelo Ramos Noronha), Oficial Judiciário, o digitei. Eu, (a) (Hélcio Vilela Silva), Gerente de Secretaria, o subscrevi. O JUIZ DE DIREITO: (a) (DR. ANDRÉ LUIZ POLYDORO).

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ DO ESTADO-MG. A DOUTORA THAIS MARIA VINCI DE MENDONÇA CHAVES, Juíza de Direito nesta Secretaria do Juízo da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais desta Comarca de São Gonçalo Sapucaí-MG, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se encontra em tramitação por este Juízo e Secretaria competente Ação de USUCAPIÃO - Processo Eletrônico PJE, conforme autuação de nº 5001673-20.2022.8.13.0620, requerida por FABIANO DONIZETE SILVA inscrito no CPF sob o nº 074.462.206-94, filho de Maria Ilda da Silva, com referência a imóvel: "Inicia-se a área perimetrada no marco P1 situado junto a estrada municipal coordenadas E 426032.43 N 7572840.03 com azimute 274º15'42, e segue por cerca de arame acompanhado a estrada acima mencionada na extensão de 36,87 metros até o marco P2; vira mais à esquerda coordenadas E 425995.63 N 7572841.91 com azimute 262º22'34, e segue por cerca de arame acompanhando a estrada municipal, distancia de 73,13 metros até o marco P3; puxa levemente a esquerda e continua por cerca de arame coordenadas E 425873.70 N 7572808.40 com azimute 325º33'56, e desce em rumo reto atravessando a entrada da propriedade fazendo divisa com Reginaldo Augusto Silva, numa extensão de 178,74 metros até o marco P5; volve a direita e continua em rumo reto coordenadas E 425772.63 N 7574955.82 com azimute 96º23'13, confrontando com a propriedade do mesmo Reginaldo Augusto Silva numa distância de 84,97 metros até o marco P6; deflete a esquerda coordenadas E 425857.07 N 7572946.37 com azimute 11º10'47, e segue em rumo reto dividindo com Reginaldo Augusto Silva, por mais 30,12 metros até o marco P7; vira a direita e sobre em rumo reto coordenadas E 425862.91 N 7572975.91 com azimute 97º6'22, confrontando com Renato Alex Silva na extensão de 22,00 metros até o marco P8; puxa mais à direita coordenadas E 425884.74 N 7572973.19 com azimute 132º2'18, e sobe em rumo reto fazendo divisa com Renato Alex Silva, na distância de 198,86 metros até encontrar o marco P1; ponto de onde partiu e pois fim a está confrontação." por uma distância de 55,50 m, até o ponto P-01, onde teve inicio essa descrição". Pelo presente edital determina-se a CITAÇÃO de todos os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, e bem assim, a de seus cônjuges, se casados forem e para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência legal de que não o fazendo será(ão) considerada(o)(s) revel(éis) e se presumirão aceitas como verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora na petição inicial, esclarecendo-se, mais, de que a citação prevista neste edital valerá para todos os atos do processo. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei, com o prazo de 20 (vinte) dias. JUSTIÇA GRATUITA. Advogado: Dr. Everton Luis Tomba Ignácio OAB/MG 138.215. Comarca de São Gonçalo do Sapucaí, Secretaria do Juízo da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, Rua Monsenhor Hevêncio, nº 10, Centro, São Gonçalo do Sapucaí/MG, aos 07 de outubro de 2022. Eu, Sochany Muriel Ferreira Miguel, Estagiária Secretaria, o digitei. Eu, Jennifer Massini Lopes, Gerente de Secretaria, PJPI 19.212-0, o subscrevi. A JUÍZA DE DIREITO: (DRA. THAIS MARIA VINCI DE MENDONÇA CHAVES).

SÃO GOTARDO

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL
COMARCA DE SÃO GOTARDO-1ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES PENAIS - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE NOTIFIÇÃO - Prazo de 15 (quinze) dias- O Exmo. Sr. Dr. MILLER FREIRE DE CARVALHO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de São Gotardo, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do seu cargo e na forma da lei, etc... FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Secretaria situada na Av. Presidente Vargas, n. 595, Bairro Centro, nesta cidade de São Gotardo-MG, a ação penal nº 5002026-91.2021..8.13.0621, movida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em desfavor dos denunciados MATHEUS CARNEIRO BRITO, brasileiro, natural de Matutina/MG, filho de Rozenildo Santana Brito e Ivanir de Almeida Carneiro, inscrito no CPF nº 864.059.065-66 e UILTON DA SILVA DE SANTANA, brasileiro, natural de Salvador/BA, filho de Ornelio de Santana e Jucara Santana da Silva, inscrito no CPF nº 052.006.535-25, ambos atualmente em locais incertos e não sabido e, pela suposta prática do delito previsto no art. 28, da Lei 11.343/2006, tendo o presente edital a finalidade de NOTIFICAR os réus MATHEUS CARNEIRO BRITO e UILTON DA SILVA SANTANA, supraqualificados, do inteiro teor da decisão de ID 9593039752, bem como para oferecer defesa preliminar, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 55 da Lei 11.343/2006, cientificando-o que se a resposta não for apresentada no prazo, o Juiz nomeará defensor dativo para oferecê-la. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Dado e passado nesta cidade de São Gotardo-MG, aos 11 de outubro de 2022. Eu, (assinado eletronicamente) Ângela Almeida Rodrigues, Gerente de Secretaria da 1ª Vara, o digitei e subscrevi. (assinado eletronicamente) Miller Freire de Carvalho, Juiz de Direito.
o

EDITAL
PROCESSO Nº: 5000899-84.2022.8.13.0621
CLASSE: [CÍVEL] INTERDIÇÃO (58)
REQUERENTE: CARMEM APARECIDA VELOSO BUENO
REQUERIDO(A): MARIA LUCIANO VELOSO
O Exmo. Sr. Dr. MILLER FREIRE DE CARVALHO, MMº. Juiz de Direito, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de São Gotardo, em pleno exercício do cargo, na forma da lei. FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem que, por este Juízo e Secretaria se processam os termos e atos de ação de INTERDIÇÃO, autos de nº. 5000899-84.2022.8.13.0621, sendo requerente CARMEM APARECIDA VELOSO BUENO, em face da interditada MARIA LUCIANO VELOSO, brasileira, viúva, nascida aos 20/06/1924, filha de Hermogenes Luciano Pereira e Jordania Pereira de Borba, inscrita no CPF sob o nº 037.820.776-87, residente e domiciliado na Rua Coronel Frederico Coelho, nº 125, Apto 101 - Bairro Centro, São Gotardo/MG, CEP: 38.800-000, tendo sido proferida sentença, por este juízo em 16/05/2022, nos termos do artigo 755 do Código Civil que decretou a interdição da requerida, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos financeiros, previdenciários e negociais, nomeando-lhe como CURADORA a Srª. CARMEM APARECIDA VELOSO BUENO, brasileira, divorciada, portadora do CPF nº 886.278.996-04, filha de Jose Veloso de Almeida e Maria Luciano Veloso, residente e domiciliado na Rua Coronel Fonte Boa, nº 147, Bairro Centro, São Gotardo-MG, CEP: 38.800-000. Sendo que a sentença transitou livremente em julgado e, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, nos termos do art. 755, §3º do CPC, que será afixado no átrio do Fórum, no lugar de costume e publicado no Órgão Oficial do Estado por 03 (três) vezes consecutivas e com intervalo de 10 (dez) dias. Dado e passado nesta cidade de São Gotardo, aos 19 de Setembro de 2022. Eu,_____ Larissa Anne Alves de Sousa Vilela, Servidora Municipal cedida ao TJMG, o digitei.
(assinado eletronicamente)
Miller Freire de Carvalho
Juiz de Direito
SãO GOTARDO, data da assinatura eletrônica.
Avenida Presidente Vargas, 595, Fórum Antônio Melgaço, Centro, SãO GOTARDO - MG - CEP: 38800-000

EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO Nº: 0026077-96.2017.8.13.0621
CLASSE: [CÍVEL] ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
AUTOR: Ana Julia Maia Araujo
RÉU/RÉ: Alberto Mota araujo
COMARCA DE SÃO GOTARDO - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 30 (trinta) dias - O Exmo. Sr. Dr. Miller Freire de Carvalho, Juiz de Direito, em Exercício, nesta Comarca de São Gotardo, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício, na forma da Lei, etc# FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita por esta 1ª vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, a Ação de ALIMENTOS - Autos nº 0026077-96.2017.8.13.0621, requerido por A.J.M.A., menor, nascida em 17/08/2004, filha de JHAN LAIVA SOUZA MAIA, em face de ALBERTO MOTA ARAÚJO, qualificação desconhecida, que se encontra, atualmente, em lugar incerto e não sabido. É o presente para CITAR a ré para, querendo, responder a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências legais e caso não seja apresentada defesa, será nomeado curador especial ao réu, em conformidade com o art. 72 do CPC. Para que não se possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado no Fórum local, no lugar de costume e publicado no Órgão Oficial do Estado. Dado nesta cidade de São Gotardo/MG, 22 de setembro de 2022. Eu,_____ Larissa Anne Alves de Sousa Vilela, Servidora Municipal cedida ao TJMG, o digitei e subscrevi.
(assinado eletronicamente)
Miller Freire de Carvalho
Juiz de Direito
SãO GOTARDO, data da assinatura eletrônica.

SÃO JOÃO DEL-REI

Edital de citação do réu FELIPE FERREIRA CAMPOS, brasileiro, nascido em 08/08/1996, filho de Wanderli Geraldo Campos e Maria das Mercês Ferreira, atualmente em lugar incerto e não sabido.
O Dr. Flávio Mondaini, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal, da Infância e da Juventude da comarca de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do cargo e na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que virem o presente Edital ou dele notícia tiverem, no prazo de 15 (quinze) dias, que, por este Juízo e pela Secretaria da Primeira Vara Criminal, da Infância e da Juventude desta Cidade, tem andamento uma Ação Penal movida pelo Ministério Público desta Comarca contra FELIPE FERREIRA CAMPOS, nos autos do Processo-Crime nº 0007437-28.2020.8.13.0625,

acima qualificado(s), por crime praticado nesta comarca durante o ano de 2019, sendo denunciado(a) como incurso(a) nas penas do(s) art. 155, §4º do Código Penal (Lei nº 2848/40). Que, pelo presente edital fica a mesma CITADO e INTIMADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do Art. 396 do CPP, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, especificar provas, arrolar testemunhas, requerendo sua intimação e para comparecer na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO no dia 17/10/2022 às 13h00min. Constando dos autos do processo que a(o) ré(u) encontra-se atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente Edital pelo qual CITA para responder à acusação já mencionada, a fim de se ver(em) processada(o)(s) pelo crime suprarreferido e para os demais termos da ação até o final, sob pena de suspensão do processo e interrupção do prazo prescricional. Ficando ciente o réu de que, não o fazendo, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para fazê-lo. O prazo para a apresentação da defesa escrita começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do(a)(s) acusado(a)(s) ou do(s) seu(s) defensor(es) constituído(s), na forma do art. 396, parágrafo único, do Código do Processo Penal. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca. Dado e passado nesta Comarca de São João del-Rei, aos treze de outubro de dois mil e vinte e dois. (13/10/2022). Eu, _____Hélcio José de Sousa, Gerente de Secretaria, o digitei e conferi.
FLÁVIO MONDAINI
Juiz de Direito

Edital de citação do réu FELIPE FERREIRA CAMPOS, brasileiro, nascido em 08/08/1996, filho de Wanderli Geraldo Campos e Maria das Mercês Ferreira, atualmente em lugar incerto e não sabido.
O Dr. Flávio Mondaini, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal, da Infância e da Juventude da comarca de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do cargo e na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que virem o presente Edital ou dele notícia tiverem, no prazo de 15 (quinze) dias, que, por este Juízo e pela Secretaria da Primeira Vara Criminal, da Infância e da Juventude desta Cidade, tem andamento uma Ação Penal movida pelo Ministério Público desta Comarca contra FELIPE FERREIRA CAMPOS, nos autos do Processo-Crime nº 0007437-28.2020.8.13.0625, acima qualificado(s), por crime praticado nesta comarca durante o ano de 2019, sendo denunciado(a) como incurso(a) nas penas do(s) art. 155, §4º do Código Penal (Lei nº 2848/40). Que, pelo presente edital fica a mesma CITADO e INTIMADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do Art. 396 do CPP, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, especificar provas, arrolar testemunhas, requerendo sua intimação e para comparecer na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO no dia 17/10/2022 às 13h00min. Constando dos autos do processo que a(o) ré(u) encontra-se atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente Edital pelo qual CITA para responder à acusação já mencionada, a fim de se ver(em) processada(o)(s) pelo crime suprarreferido e para os demais termos da ação até o final, sob pena de suspensão do processo e interrupção do prazo prescricional. Ficando ciente o réu de que, não o fazendo, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para fazê-lo. O prazo para a apresentação da defesa escrita começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do(a)(s) acusado(a)(s) ou do(s) seu(s) defensor(es) constituído(s), na forma do art. 396, parágrafo único, do Código do Processo Penal. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca. Dado e passado nesta Comarca de São João del-Rei, aos treze de outubro de dois mil e vinte e dois. (13/10/2022). Eu, _____Hélcio José de Sousa, Gerente de Secretaria, o digitei e conferi.
FLÁVIO MONDAINI
Juiz de Direito

COMARCA DE SÃO JOÃO DEL REI-MG
SEGUNDA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 10 DIAS o(a) Ré(u) FERNANDO BRAGA ESTEVÃO, filho(a) de José Augusto Quirino Estevão e Maria do Carmo Braga Estevão, nascido(a) em 17/07/1979, natural de Juiz de Fora/MG, estando em lugar incerto e não sabido.
O DR. ERNANE BARBOSA NEVES, Exmo. Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal e de Execuções de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do cargo e na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que virem o presente Edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e pela Secretaria da Segunda Vara Criminal desta Cidade, tem andamento uma Ação Penal movida pelo Ministério Público desta Comarca contra FERNANDO BRAGA ESTEVÃO nos autos do Processo-Crime nº 0048375-02.2019.8.13.0625, acima qualificado(a) por crime praticado nesta Comarca dentre março de 2018 e abril de 2019, o(a) qual foi denunciado(a) pelo Dr. Promotor de Justiça como incurso nas penas do(s) artigo(s) 244 do CP. constando dos autos do processo que o(a) ré(u) FERNANDO BRAGA ESTEVÃO encontra-se atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente Edital pelo qual CITA o(a) ré(u) para os termos da ação e para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Na hipótese de não ter condições financeiras de contratar advogado, deverá procurar a Defensoria Pública para que apresente a sua defesa no prazo legal, sob pena de lhe ser nomeado defensor dativo, com honorários arbitrados ao final e suportados pelo acusado.
São João del Rei, 13 de outubro de 2022.
Eu, , Silvana Lúcia de Andrade Couto Carvalho, Gerente de Secretaria em substituição, o subscrevo.
ERNANE BARBOSA NEVES
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA
COMARCA DE SÃO JOÃO DEL REI- EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO DE 60 (sessenta) DIAS. O Dr. ERNANE BARBOSA NEVES, Exmo. Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal e Execuções Criminais da Comarca de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 60 (SESSENTA) dias, que nos autos do Processo-Crime registrado sob o nº 0625.18.001865-1, em que é autor o Ministério Público e Ré(u) ANA CAROLINE SILVA VIVAS, filho(a) de Wanderson Naves Vivas e Maria da Silva Vivas, nascido(a) em 04/01/1998, natural de São João del Rei/MG, em local incerto e não sabido, foi o(a) mesmo(a) absolvido(a) da acusação prevista no artigo 155, caput, do CPB, por sentença datada de 18 de agosto de 2022, e não sendo possível intimá-lo pessoalmente por se encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente Edital fica o réu intimado da mencionada decisão, da qual poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede à R. Antônio Manoel de Souza Guerra, 125 - Vila Marchetti, São João del Rei - MG, 36307-231 , nesta cidade. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São João del Rei, aos 13 de outubro de 2022. Eu , Silvana Lúcia de Andrade Couto Carvalho, Gerente de Secretaria em substituição, o subscrevo.
ERNANE BARBOSA NEVES
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 30 DIAS ao Sentenciado(a) JANAINA OLIVEIRA DO NASCIMENTO, brasileiro/a, nascido(a) aos 25/11/1986, filho(a) de Maria do Pilar, natural de Barroso/MG, CI 22474633 SSP/MG, estando em lugar incerto e não sabido.
O DR. ERNANE BARBOSA NEVES, Exmo. Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal e de Execuções de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do cargo e na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que virem o presente Edital ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e pela Segunda Vara Criminal e de Execuções desta Cidade, tem andamento o Processo de Execução Penal contra JANAINA OLIVEIRA DO NASCIMENTO, nº 0034934-56.2016.8.13.0625, acima qualificado. Constando dos autos do processo que o sentenciado encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente Edital para INTIMAR o réu de que é necessária a comprovação do pagamento da MULTA de Condenação imposta e das CUSTAS PROCESSUAIS referente aos processos de origem nº 0080445-48.2014.8.13.0625; 0090586-63.2013.8.13.0625; 0030762-42.2014.8.13.0625 e 0016891-08.2015.8.13.0625, para que seja decretada a EXTINÇÃO DE PENA. O não pagamento, até 10 (dez) dias após o réu vir a tomar ciência do presente Edital impedirá a decretação da extinção de pena nos autos de Execução Penal e, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta Comarca. Eu, Jéssica Jaques de Andrade, o digitei e o subscrevo. São João del-Rei, 13 de outubro de 2022.
ERNANE BARBOSA NEVES
JUIZ DE DIREITO
Certifico que uma via do presente edital afixei em local de costume, no saguão deste Fórum.Em 13 de outubro de 2022. O Escrivão:_____.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE SÃO JOÃO DEL-REI. EDITAL DE INTERDIÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. O DOUTOR HÉLIO MARTINS COSTA , MM.JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CIVEL DESTA CIDADE E COMARCA DE SÃO JOÃO DEL-REI,MG, NA FORMA DA LEI, ETC...FAZ SABER aos que o presente edital virem ,dele conhecimento tiverem ou interessar possam, que por sentença datada de 27 de julho de 2022, foi substituída a curatela da interditada MARIA APARECIDA PEREIRA, brasileira, solteira, filha de José Pereira e Maria Cirila, nascida em 24/05/1930, inscrita no CPF sob o nº 013.645.266-38 residente e domiciliada na Praça Dom Helvécio, nº 50, bairro Dom Bosco, São João del Rei/MG, tendo sido nomeado seu novo curador JOSÉ ANTÔNIO DE MELO em substituição à Nair Cristina da Rocha, pelo que serão nulos todos os contratos, avenças e convenções com eles feitos, sem anuência de seu novo curador, residente e domiciliado na Fazenda Lua Azul, Área Rural, Coronel Xavier Chaves/MG. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expede-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de São João del-Rei, aos 3 de outubro de 2022. .Eu, Jose Newton Andrade Silva, Gerente de Secretaria, o subscrevo. HÉLIO MARTINS COSTA - Juiz de Direito da

Vara de Família e Sucessões.

COMARCA DE SÃO JOÃO DEL REI. MG. EDITAL DE INTERDIÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. O DOUTOR HÉLIO MARTINS COSTA, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, DESTA CIDADE E COMARCA DE SÃO JOÃO DEL REI, MG, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER aos que o presente edital virem, dele conhecimento tiverem ou interessar possam que, por sentença datada 12 de maio de 2022, processo Pje. Nº 5002904-04.2021.8.13.0625, foi decretada a INTERDIÇÃO de HELENA SYLVIA GOMES VIEGAS, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF sob o nº 436.730.156-72, portadora da Cédula de Identidade nº M-645.392, residente e domiciliado na Rua Antônio Manoel de Souza Guerra, 280, apt 101, bairro Vila Marchetti São João del Rei , por ter sido julgada absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, em razão de sua deficência, tendo-lhe sido nomeada sua CURADORA a Sra. DEBORAH ROSALINA VIEGAS CALIXTO, brasileira, casada, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 259.838.066-53, portadora da Cédula de Identidade nº M-3.185.906/SSP/MG , residente e domiciliada na Rua Aureliano Mourão, nº 60, apt 301, Centro, São João Del Rei/MG, e, para que chegue ao conhecimento de todos, expede-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São João del-Rei, aos 3 de outubro de 2022. Eu José Newton Andrade Silva, Gerente de secretaria, o digitei e subscrevi. HÉLIO MARTINS COSTA - Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões. (Assinado digitalmente)

SÃO JOÃO EVANGELISTA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE INTERDIÇÃO COMARCA DE SÃO JOÃO EVANGELISTA - MG. EDITAL DE INTERDIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Danilo de Mello Ferraz, MM Juiz de Direito da Comarca de São João Evangelista - Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc.. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiver que por este Juízo e Secretaria desta Comarca, foi regularmente processada a ação de INTERDIÇÃO autos nº. 5000849-42.2019.8.13.0628, requerido por MARIA DO ROSARIO SANTOS em face de ZELIA GRIGORIO DE OLIVEIRA. Em virtude da ação supramencionada, em 18/11/2020, por este Juízo foi DECRETADA por sentença a interdição de ZELIA GRIGORIO DE OLIVEIRA - CPF: 917.461.916-00, brasileira, solteira, residente e domiciliada no local denominado Chácara Cansanção, zona rural de São João Evangelista/MG, declarando sua incapacidade relativa de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, especificamente os relacionados a disposição patrimonial, incluindo recebimento de benefícios e valores, tendo em vista a perícia realizada, (Demencia senil (CID 10: F02). Em decorrência disso, foi-lhe nomeado(a) curadora MARIA DO ROSARIO SANTOS - CPF: 949.148.268-87, brasileira, solteira, lavradora, aposentada, residente e domiciliada no local denominado Chácara Cansanção, zona rural de São João Evangelista/MG, sob o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo. E, para os fins do artigo 755, §3º, do Código Processo Civil e art. 9º, inciso III, do Código Civil de 2002, expediu-se o presente, que será afixado no átrio desta Casa de Justiça e publicado 03 (três) vez pela Imprensa Oficial, com intervalo de 10 dias. Dado e passado nesta cidade de São João Evangelista, aos 13/10/2022. Eu, Renato Vianey Gonçalves, Escrivão Judicial, o digitei por ordem do MM. Juiz, Dr. Danilo de Mello Ferraz.

SÃO LOURENÇO

Processos Eletrônicos (PJe)

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA - COMARCA DE SÃO LOURENÇO-MG - SECRETARIA DA 1ª VARA - EDITAL DE INTIMAÇÃO- Prazo 20 dias - Saibam todos que o presente Edital de Intimação virem, que perante a 1ª Vara Cível da Comarca de São Lourenço, corre a Ação de Execução Fiscal, Processo Eletrônico n°.0546949-76.2007.8.13.0637, requerida por MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO contra MARMORARIA VILLELA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME, e pelo presente, INTIMA MARMORARIA VILLELA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, na pessoa de seu representante legal, inscrita no CNPJ sob o nº 22.194.815/0001-91, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para proceder ao recolhimento da importância de R$ 573,39 (quinhentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos), a título de custas, taxa Judiciária, ou sua complementação, de multa e outras despesas processuais devidas ao Estado, referentes ao processo acima, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como apresentar a guia e seu respectivo comprovante de pagamento que deverão ser juntados nos autos, sob pena de inscrição do débito, acrescido de multa de 10% (dez por cento), em dívida ativa e de registro no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais - CADIN-MG, e do protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, pela Advocacia Geral do Estado - AGE. Para conhecimento de todos, especialmente do(s) interessado(s), publica-se no DJE/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Luciana Moreira Dias Pereira, Escrivã da 1ª Secretaria, o subscrevo. Eu, Camila Evelyn Rodrigues Sales, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Cecilia Natsuko Miahira Goya, Juíza de Direito, o assino.

COMARCA DE SÃO LOURENÇO - MG - Vara Criminal, Execução Criminal e da Infância e Juventude. EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO MEDIDA LIMINAR. Prazo de 30 dias. O Dr. FÁBIO GARCIA MACEDO FILHO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, Execução Criminal e Infância e Juventude da comarca de São Lourenço-MG, em pleno exercício de seu cargo, na forma da Lei etc, via o presente edital, manda CITAR FLÁVIO LUIZ PÉRICO, brasileiro, nascido em 27/04/1979,filho de Maria Amélia Gomes Périco e Onizio Périco, inscrito no RG21892081 e CPC 332.793.548-38, estado civil e profissão ignorados,atualmente em endereço não conhecido, do PEDIDO DE AFASTAMENTO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR e COLOCAÇÃO EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, como medida de proteção às crianças C.H.d.M.P. (DN: 04/05/2012), L.O.M.d.S. (DN: 12/04/2015) e R.H.A.d.M.A. (DN: 27/04/2020), com pedido de tutela de urgência, sob o nº. 500200-84.2022.8.13.0637, em trâmite na Vara supracitada, onde figura como autor o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e requerido o citando identificado acima para, querendo, no prazo legal,10 dias, oferecer a defesa que entender de direito, sob pena de revelia. Manda, ainda INTIMAR a parte da CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR que determinou o acolhimento institucional dos menores C.H.M.P., L.O.M.d.S. e R.H.A.d.M.A., junto à Unidade Municipal de Acolhimento Institucional, e, por via de consequência, determinou o afastamento dos referidos infantes da convivência com seus genitores, ora requeridos, até o julgamento final da ação.E para não alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, sendo um exemplar afixado no saguão do Fórum desta comarca. Dado e passado nesta cidade e comarca de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, aos 06 de julho de 2017. Eu, _____, Maria Carolina Santos Massafera, Oficial de Apoio Judicial o digitei. Eu,_____, Fabricio Graciano dos Santos, Diretor da Vara Criminal o subscrevo.Dr. Fábio Garcia Macedo Filho Juiz de Direito

COMARCA DE SÃO LOURENÇO, M.G.2º EDITAL DE INTERDIÇÃO -JUSTIÇA GRATUITA -Todos quantos o presente edital virem ou conhecimento tomarem, acerca da sentença proferida nos autos Nº 0036173-59.2016.8.13.0637 que deferiu a substituição do curador SEBASTIÃO RIBEIRO do interditado ROGERIO BARBOSA RIBEIRO, brasileiro, interditado judicialmente por sentença proferida neste autos em 21/09/2017, maior, nascido em 28/08/1970, filho de Sebastião Ribeiro e Olinda Barbosa Ribeiro, CPF n° 016.880.236-82, para SELMA APARECIDA MORAES, brasileira, casada, RG/MG 11.532.142, CPF n° 044.520.026-09, residente e domiciliada à Avenida Getúlio Vargas, 1805, Vila Carneiro, SãoLourenço/MG, CEP 37470-000. Publica-se o presente no D.J.E. do Estado de Minas Gerais. São Lourenço, 13 de Outubro de 2022 Dr. Fernando Antônio Junqueira, Juiz deDireito da 2ª Vara Cível, assinatura eletrônica.

SERRO

COMARCA DE SERRO-MG JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo de 15 (quinze) dias. O MM. Juiz de Direito da Comarca de Serro-MG na Forma da Lei, etc FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que processam por este Juízo e Secretaria os autos nº 0671.20.271-3, Ação Penal - Procedimento Ordinário, que possui como ré Daiane Pricila Lemes Almeida Silva, filha de Helena Lemes Pereira e Robson Maurício de Almeida, tendo como autor o Ministério Público MPMG. É o presente edital para intimação da ré acima qualificada, ATUALMENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, do inteiro teor da sentença de fl. 117 dos autos que JULGOU IMPROCEDENTE a pretensão formulada na denúncia para ABSOLVER a ré. E, para que chegue ao conhecimento de todos expediu-se o presente edital que será fixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Serro-MG, aos 11 de outubro de 2022. Eu, Ana Luísa Costa Ribeiro Silva, Estagiária, o digitei O MM. Juiz de Direito, Neanderson Martins Ramos.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE SERRO-MG - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 30 (trinta) dias. A MM. Juíza de Direito da Comarca de Serro-MG na Forma da Lei, etc FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que processam por este Juízo e Secretaria os autos de n° 0012369-86.2018.8.13.0671, Ação de Curatela em favor de Valdevino Gomes Miranda, movida por Lúcia Soares da Lomba e Silva, brasileira, casada, trabalha com serviços gerais, portadora do RG MG-13.921.426, inscrita no CPF n° 711.037.166-20, residente e domiciliada à Rua Vigálio Mesquita n° 616, Morro do Vigálio, Serro/MG, CEP 39.150-000. É o presente edital para CIENTIFICAÇÃO da sentença que decretou a curatela de Valdevino Gomes Miranda, nomeada como curadora Lúcia Soares da Lomba e Silva, nos termos do art. 755, §3° do CPC. E, para que ninguém alegue ignorância mandou expedir o presente, que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Serro-MG, aos 19 de abril de 2022. Eu, Maria Luíza Diniz Alcântara, Oficial Judiciário, o digitei. O MM. Juiz de Direito, Neanderson Martins Ramos.

SETE LAGOAS

COMARCA DE SETE LAGOAS/MG EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - VARA DE

EXECUÇÃO PENAL - EDITAL COM PRAZO DE 30 DIAS - A Dra. Marina Rodrigues Brant, MM. Juíza de Direito desta VEP, desta Comarca, na forma da Lei, etc.. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que perante este Juízo corre a Execução Penal: 4400224-17.2022.8.13.0672 que a Justiça Pública move contra o sentenciado FABIANO COTA FERREIRA, filho de ILDA IMANGELA COTA FERREIRA, nascido aos 03/01/1986. Atualmente encontra-se em local incerto e não sabido. Vítima: O ESTADO. Estando incurso nas disposições do Art. 50 caput, da LEI de Contravenções Penais. O presente INTIMA o sentenciado acima nominado para apresentar-se na Vara de Execução Penal da Comarca de Sete Lagoas, sala 314, fórum local, no prazo de 30 dias, para atualização de endereço e retorno ao cumprimento da sua pena. A não apresentação importará na expedição de mandado de prisão, nos termos da lei. Cumpra-se. Sete Lagoas, 13 de outubro de 2022. Eu (Edson Geraldo de Paula Silva), Escrivão Judicial, o digitei. (Dra. Marina Rodrigues Brant), Juíza de Direito.

COMARCA DE SETE LAGOAS/MG
EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - VARA DE EXECUÇÃO PENAL - EDITAL COM PRAZO DE 30 DIAS - A Dra. Marina Rodrigues Brant, MM. Juíza de Direito desta VEP, desta Comarca, na forma da Lei, etc.. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que perante este Juízo corre a Execução Penal: 0131458-37.2017.8.13.0672 que a Justiça Pública move contra o sentenciado RAFAEL SANTIAGO PEREIRA, filho de ROSANA MARILIA SANTIAGO PEREIRA e EMANUEL COSTA PEREIRA, nascido aos 17/02/1990. Atualmente encontra-se em local incerto e não sabido. Vítima: O ESTADO. Estando incurso nas disposições do Art. 14, Da Lei 10826. O presente INTIMA o sentenciado acima nominado para apresentar-se na Vara de Execução Penal da Comarca de Sete Lagoas, sala 314, fórum local, no prazo de 30 dias, para atualização de endereço e retorno ao cumprimento da sua pena. A não apresentação importará na expedição de mandado de prisão, nos termos da lei. Cumpra-se. Sete Lagoas, 13 de Outubro de 2022. Eu (Edson Geraldo de Paula Silva), Escrivão Judicial, o digitei. (Dra. Marina Rodrigues Brant), Juíza de Direito.

Processos Eletrônicos (PJe)

Comarca de Sete Lagoas/MG - 1ª Vara Cível - Edital Citação - Justiça Gratuita - Prazo de 20 dias - Saibam todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Sete Lagoas, tramita uma ação de USUCAPIÃO, Processo Judicial Eletrônico, autuada sob o nº 5015489-44.2021.8.13.0672, requerida por SILVANA GUIMARÃES FERREIRA; ADRIANA GUIMARÃES FERREIRA; CLÁUDIO GUIMARÃES FERREIRA; CLEIDE ALVES FERREIRA E JOAQUIM DOS SANTOS SANTIAGO, referente ao seguinte bem: 01(um) imóvel urbano, constituído do lote n°10, da quadra 09, medindo 360,00m², e sua respectiva edificação localizada na Rua das Palmas, nº 71, Montreal, Sete Lagoas/MG, com as divisas e confrontações conforme planta e memorial descritivo constante dos Autos. Assim ficam os réus incertos e desconhecidos, seus cônjuges, se casados, e eventuais interessados, devidamente citados para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias, seguintes ao prazo de fruição do presente edital, contestar a presente ação, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pelos autores, nos termos do artigo 344 do CPC, sendo que no caso de revelia será nomeado curador especial, nos termos do art.257, IV, da Lei de Ritos. O presente edital será afixado no átrio do edifício do Fórum, pelo prazo de 10 (dez) dias e publicado na forma da lei. Para conhecimento de todos, especialmente dos interessados, publica-se o presente Edital por 01 (uma) vez no "DJE - DIÁRIO DO JUDICIÁRIO ELETRÔNICO". Sete Lagoas, 19 de setembro de 2022. Advogado(a): Darllan Marques Freire - OAB/MG 114.065. Gerente de Secretaria: Antônio Geraldo Lopes.

Comarca de Sete Lagoas/MG - 1ª Vara Cível - Edital Citação - Prazo de 20 dias - Saibam todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Sete Lagoas, tramita uma ação de USUCAPIÃO, Processo Judicial Eletrônico, autuada sob o nº 5008816-35.2021.8.13.0672, requerida por SÉRGIO HENRIQUE DOS SANTOS, referente ao seguinte bem: 01(um) imóvel urbano, constituído do lote n°10, medindo 63,00m², e sua respectiva edificação localizada na Rua Olavo Bilac, nº 733B, Piedade, Sete Lagoas/MG, com as divisas e confrontações conforme planta e memorial descritivo constante dos Autos, e registro na matrícula 14.008, no Cartório do 1° Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, pertencendo a uma área maior de 512,12m². Assim ficam os réus incertos e desconhecidos, seus cônjuges, se casados, e eventuais interessados, devidamente citados para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias, seguintes ao prazo de fruição do presente edital, contestar a presente ação, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pelos autores, nos termos do artigo 344 do CPC, sendo que no caso de revelia será nomeado curador especial, nos termos do art.257, IV, da Lei de Ritos. O presente edital será afixado no átrio do edifício do Fórum, pelo prazo de 10 (dez) dias e publicado na forma da lei. Para conhecimento de todos, especialmente dos interessados, publica-se o presente Edital por 01 (uma) vez no "DJE - DIÁRIO DO JUDICIÁRIO ELETRÔNICO" e 02(duas) vezes em Jornal de circulação local. Sete Lagoas, 22 de setembro de 2022. Advogado(a): Edimeia Aparecida de Oliveira Neri - OAB/MG 160.558. Gerente de Secretaria: Antônio Geraldo Lopes.

COMARCA DE SETE LAGOAS - VARA DE FAMÍLIA -EDITAL INTERDIÇÃO - PRAZO DE 20(VINTE) DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - Saibam todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, cientificados de que tramitou nesta Vara de Família da Comarca de Sete Lagoas/MG, o Processo de Interdição, nº 5016409-52.2020.8.13.0672, em que foi proferida sentença reconhecendo e declarando a relativa incapacidade de MARIA DIAS MOREIRA, viúva, aposentada, CI nº MG-3.743.012 SSP/MG, nascida em 13/11/1949, natural de Araçaí/MG, filha de José Raimundo Dias e Conceição Pinto de Lima, residente na Rua Afonso Carlos Capanema, nº 401, bloco 3, apto 103, bairro Santo Antônio, CEP.: 35.701-248, em Sete Lagoas/MG, em razão de incapacidade civil relativa do interditando para exercer pessoalmente os atos da vida civil, sendo nomeado como Curador(a) do(a) mesmo(a), o(a) Sr. JANIA DE CÁSSIA MOREIRA, em União Estável, do lar, CI nº MG-11.938.336 SSP/MG, nascida em 03/12/1975, natural de Araçaí/MG, filha de Geraldo Moreira e Maria Dias Moreira, residente na Rua: Afonso Carlos Capanema, nº 401, bloco 3, apto 103, bairro Santo Antônio, CEP.: 35.701-248, em Sete Lagoas/MG, com prestação do compromisso de lei, para que possa como tal cuidar e administrar seus bens e direitos, mantendo-se, no entanto, incólumes os direitos políticos e civis do(a) interditando(a), não podendo por qualquer modo alienar onerar bens imóveis, móveis ou de qualquer natureza, pertencente ao interditado, sem autorização judicial. Para conhecimento de todos, especialmente do(a,s) interessado(a,s), publica-se o presente Edital, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, no DJE. Sete Lagoas, 13 de outubro de 2022. Eu, Francis Déborah Brant Guerra, Gerente de Secretaria, dou fé. Juiz de Direito: Carlos Eduardo Vieira Gonçalves.

EDITAL DE CITAÇÃO - 1ª VARA CRIMINAL - PRAZO 15 DIAS - COMARCA DE SETE LAGOAS/MG - JUSTIÇA GRATUITA - DO RÉU LUIZ FERNANDES RODRIGUES DA ROCHA, solteiro, RG/MG 10381535, nascido 22/04/1967, filho de Elói Rodrigues da Rocha e Ana Martins da Rocha, atualmente em lugar incerto e não sabido. A Dra. Daniela Diniz, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal e Infância e Juventude desta Comarca, na forma da lei, etc, faz saber aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que perante este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal e Infância e Juventude, tem andamento os autos da Ação Penal nº 0035729-76.2020.8.13.0672 que a Justiça Pública move contra o réu supraqualificado, por crime praticado nesta comarca, tendo como vítima C.M.S., pelo qual foi denunciado como incurso no artigo 155, §1º e §4º, IV, do Código Penal . O presente é para CITAR o réu supracitado para responder a presente ação penal no prazo de 10 (dez) dias, apresentando resposta à acusação por escrito por intermédio de advogado, se não puder contratar advogado particular sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, este juízo nomear-lhe-á um defensor dativo, observado o disposto no art. 396 e seguintes do CPP, com a nova redação dada pela Lei 11.719/08. Sete Lagoas, 13 de outubro de 2022. Eu, Leonardo Souza Guimarães, Escrivão Judicial o digitei. Dra. Daniela Diniz, Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO - 1ª VARA CRIMINAL - PRAZO 15 DIAS - COMARCA DE SETE LAGOAS/MG - JUSTIÇA GRATUITA - DO RÉU RUDSON GARCIA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, RG/MG 12698940, CPF nº 055.893.906-64, nascido no dia 09/04/1984, filho de Marisa Eloina de Fátima Rodrigues Garcia de Oliveira , atualmente em lugar incerto e não sabido. A Dra. Daniela Diniz, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal e Infância e Juventude desta Comarca, na forma da lei, etc, faz saber aos que virem o presente edital ou dele notícia tiverem que perante este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Criminal e Infância e Juventude, tem andamento os autos da Ação Penal nº 0076929-29.2021.8.13.0672 que a Justiça Pública move contra o réu supraqualificado, por crime praticado nesta comarca, tendo como vítima a sociedade, pelo qual foi denunciado como incurso no artigo 306,§1º, II do CTB. O presente é para CITAR o réu supracitado para responder a presente ação penal no prazo de 10 (dez) dias, apresentando resposta à acusação por escrito por intermédio de advogado, se não puder contratar advogado particular sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, este juízo nomear-lhe-á um defensor dativo, observado o disposto no art. 396 e seguintes do CPP, com a nova redação dada pela Lei 11.719/08. Sete Lagoas, 13 de outubro de 2022. Eu, Leonardo Souza Guimarães, Escrivão Judicial o digitei. Dra. Daniela Diniz, Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
COMARCA DE SETE LAGOAS/MG - EDITAL DE CITAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS - 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias (Rua José Duarte de Paiva, 715, Sala 211, Bairro Santa Luzia, Sete Lagoas/MG - CEP: 35700-059 - Prazo de 10 dias - A MM.ª Juíza de Direito Titular Dra. Wstânia Barbosa Gonçalves, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital de CITAÇÃO virem ou conhecimento dele tiverem, que perante a 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias desta Comarca de Sete Lagoas/MG, tramita a ação de Desapropriação n. 5007152-08.2017.8.13.0672, ajuizada por Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DEER, CNPJ 17.309.790/0001-94, em desfavor de Eli Pereira, CPF 251.080.856-72, Maria Terezinha Moreira Pereira, CPF 048.910.576-96 e Luiz Romão Moreira, CPF 178.361.746-20. Tendo com o objeto

da ação a Desapropriação de uma área total de 2.545.86 m² destacada do imóvel registrado sob a matrícula 43.574, Livro 2/RG do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Sete Lagoas, situado no lugar denominado Baldinzinho, município de Baldim, comarca de Sete Lagoas para melhoramentos da pavimentação de rodovia nos municípios de Baldim e Santana do Riacho. Assim, pelo presente, CITE-SE, a quem interessar, para tomar conhecimento da ação supra referida e, querendo, nos termos do artigo 34, do Decreto-Lei nº.3365/41, integrar na lide, no prazo de 15 dias, seguintes ao prazo de fruição deste edital. O presente edital será afixado no átrio do edifício do Fórum e publicado no DJE (Diário do Judiciário Eletrônico), na forma da lei. Eu, Kelly Andréa Horta Petronilho, Gerente de Secretaria por ordem da Juíza de Direito desta 1ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias, expedi o presente edital que vai por mim assinado. Sete Lagoas, 13 de outubro de 2022.

SILVIANÓPOLIS

Processos Eletrônicos (PJe)

Comarca de Silvianópolis, MG. Edital de Citação. Prazo 30 (trinta) dias. Régis Silva Lopes, Juiz de Direito da Comarca de Silvianópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria correm em todos os seus termos e atos os autos PJe 5000006-31.2022.8.13.0674, sendo inventariante DALVA SOARES AMBAR, brasileira, aposentada, portadora do RG MG-11.224.606 e do CPF 900.912.996-91, residente e domiciliada na Rua Cônego Paulo Monteiro, 23, Bairro Centro, Silvianópolis-MG, CEP 37.589-000, e inventariado espólio de JOÃO VIEIRA AMBAR, falecido em 01/01/2022, que era inscrito no CPF sob o nº 101.610.586-04, pelo presente, CITA os possíveis interessados, ausentes, incertos e desconhecidos, como também seus respectivos cônjuges, se casados forem, para todos os termos do inventário e partilha no feito acima identificado, para, querendo, manifestarem-se nos referidos autos, no prazo de 15 dias. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será afixado no saguão do Fórum, local de costume e publicado na forma da lei. Silvianópolis, 13 de outubro de 2022. Eu, Valdir Zordan Machado, Gerente de Secretaria, Régis Silva Lopes, Juiz de Direito.

Comarca de Silvianópolis, MG. Edital de Citação. Prazo 30 (trinta) dias. Régis Silva Lopes, Juiz de Direito da Comarca de Silvianópolis, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria correm em todos os seus termos e atos os autos PJe 0006553-80.2019.8.13.0674, sendo inventariante MARCIA MARIA DE MELO - CPF: 055.972.206-08, e inventariado espólio de SEBASTIÃO AVELINO DE MELLO, falecido em 15//02/2019, que era inscrito no CPF sob o nº 029.688.356-53, pelo presente, CITA os possíveis interessados, ausentes, incertos e desconhecidos, como também seus respectivos cônjuges, se casados forem, para todos os termos do inventário e partilha no feito acima identificado, para, querendo, manifestarem-se nos referidos autos, no prazo de 15 dias. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente que será afixado no saguão do Fórum, local de costume e publicado na forma da lei. Silvianópolis, 13 de outubro de 2022. Eu, Valdir Zordan Machado, Gerente de Secretaria, Régis Silva Lopes, Juiz de Direito.

TAIOBEIRAS

ofofofof

JUSTIÇA GRATUITA. COMARCA DE TAIOBEIRAS-MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA, COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS. O Juízo de Direito da Única Vara Cível da Comarca de Taiobeiras, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem; especialmente o Sr JOÃO PAULO VIANA NETO, brasileiro, solteiro, natural de Vitória da Conquista-BA, nascido aos dias 14/02/2001, filho de João Wellington dos Santos Pereira e Poliana Melo Viana, atualmente em lugar incerto e não sabido; que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos de nº 0016482-85.2020.8.13.0680 - Ação Penal, vem pelo presente INTIMAR JOÃO PAULO VIANA NETO, acima qualificado, acerca de todo o teor da sentença proferida nos autos supramencionado, às fls. 204/211, onde JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE, para ABSOLVER a parte acima mencionada em relação aos delitos tipificados no art.35 da Lei 11.343/06, bem como, para CONDENAR as sanções do art.33, caput da Lei 11.343/06 e art.14 da Lei 10.826/03, ambos na forma do art.69 do Código Penal, a pena de 05 (cinco) anos de reclusão e 01 (um) ano de detenção e ao pagamento de 510 (quinhentos e dez) dias-multa no regime inicial semiaberto. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Taiobeiras-MG, Estado de Minas Gerais, aos 13 (treze) de Outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Maria Lidiane Moreira da Rocha Rodrigues, Assistente de Apoio, o digitei e o subscrevi. Juliana Vênera de Campos e Silva -Juíza de Direito-

TARUMIRIM

Processos Eletrônicos (PJe)

SECRETARIA ÚNICA DO JUDICIAL-COMARCA DE TARUMIRIM-MG Edital de intimação, com o prazo de 15 dias, na forma abaixo: O Doutor Luiz Flavio Ferreira, MM. Juiz de Direito da Comarca de Tarumirim, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A todos os que virem o presente edital, com o prazo de 15 dias, ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Medidas Protetivas nº 0684.22.500075-9 a que responde neste Juízo, em que é autora a Justiça Pública, por estar presente os pressupostos dos arts. 22 e 23 da Lei 11.340/2006, o requerido WELLYSON MARTINS TRINDADE, brasileiro, natural de Governador Valadares/MG, nascido em 26/07/1999, filho de Helio Martins da Trindade e Maria da Penha Teixeira Trindade, endereço incerto e não sabido, das MEDIDAS PROTETIVAS, as quais: 1- afastamento do lar, domicílio ou local de convivência coma ofendida; 2- determinação de distanciamento da ofendida, seus familiares e testemunhas, fixando-se o limite mínimo de 200 (duzentos) metros; 3- que seja proibido ao agressor qualquer contato com a ofendida ou com seus familiares, por qualquer meio de comunicação; 4- garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao MINISTÉRIO PÚBLICO e ao Poder Judiciário; 5- Informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis; E como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, conforme certidão nos autos, pelo presente edital o intima da mencionada decisão, com a advertência de que o descumprimento de qualquer das medidas protetivas poderá ensejar o decreto de sua prisão preventiva bem como o cometimento do delito constante no art. 24-A da Lei nº 11.340/06. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local público e de costumes. Dado e passado nesta cidade de Tarumirim, Estado de Minas Gerais, aos 11 de outubro de 2.022. Eu, Samira Andrade, Estagiária do Judicial, o digitei.

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Justiça de Primeira Instância. COMARCA DE TARUMIRIM/Vara Única da Comarca de Tarumirim/MG. SECRETARIA ÚNICA DO JUDICIAL- COMARCA DE TARUMIRIM-MG. PRAZO: 15 dias. EDITAL DE CITAÇÃO do acusado BRUNO SILVA DE OLIVEIRA, brasileiro, filho de Iracema Alves da Silva e Jorge Viana de Oliveira, natural de Rio de Janeiro/MG nascido aos 23.07.1990, ENCONTRANDO EM ENDEREÇO INCERTO E NÃO SABIDO. O doutor Luiz Flávio Ferreira, MM. Juiz de Direito da Comarca de Tarumirim, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER Aos que virem o presente Edital ou dele notícia tiverem, que, por este Juízo e pela Secretaria Única desta cidade, tem andamento um processo movido pela Justiça Pública contra BRUNO SILVA DE OLIVEIRA , acima qualificado, por crime praticado no dia 03 de outubro de 2018, na Rua Santo Antônio, 660 - Vila Rainha - Engenheiro Caldas, e pelo qual foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas penas do artigo 155, caput, do Código Penal, nos autos nº 0011170-19.2020.8.13.0684 e que por este Juízo foi determinado a expedição deste Edital. E, constando dos autos que o acusado, BRUNO SILVA DE OLIVEIRA está atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, passar o presente edital pelo qual cita-o para RESPONDER A ACUSAÇÃO POR ESCRITO, ATRAVÉS DE ADVOGADO NO PRAZO DE 10 (dez) DIAS, a fim de se ver processar pelo crime acima citado e para todos os demais termos da ação até final sentença. E, para conhecimento de todos, será este afixado no saguão do Fórum desta cidade. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local público e de costumes. Dado e passado nesta cidade de Tarumirim, Estado de Minas Gerais, aos 11 de outubro de 2022. Eu , Victor Micael de Oliveira, Estagiário do Judicial o digitei e subscrevi. Luíz Flávio Ferreira, Juiz de Direito.

COMARCA DE TARUMIRIM-EDITAL DE CITAÇÃO- JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO DE 30 dias úteis. O MM Juiz de Direito desta Comarca, FAZ SABER a todos os interessados que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Secretaria Judicial o processo número 5001459-36.2019.8.13.0684 Ação de Guarda, que M.F.L.P. cuja advogada é o Dr. Clérisson Aguiar, OAB/MG 63.916, move em face de M.A.S.P; e por meio deste e nos termos do artigo 285 do CPC, CITA MARCOS ANTÔNIO DA SILVA PEREIRA, brasileiro, CPF 090.168.836-30, residente em local desconhecido, sem outras caracterizações no processo, para tomar conhecimento da presente ação e contestá-la caso queira, no prazo de 15 dias. Para que ninguém alegue ignorância no futuro, expediu-se o presente edital que será publicado pela Imprensa Oficial deste Estado, com afixação de cópia no saguão do fórum local. Tarumirim, 13 de outubro de 2022. (a) Marília Muinhos, Oficiala do Judiciário. (a) Luiz Flávio Ferreira. Juiz de Direito em Substituição

TEIXEIRAS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE TEIXEIRAS-MG JUSTIÇA GRATUITA - (PRAZO VINTE) DIAS - A MM. Juíza de Direito , desta Comarca de Teixeiras, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo e na forma da Lei, etc. ... FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita nesta Secretaria Única, o processo de nº 5000744-20.2021.8.13.0685, AÇÃO DE USUCAPIÃO proposta por JOSÉ PAULO DA SILVA e TEREZINHA DE JESUS APARECIDA PINHEIRO em face de JOSE PEREIRA SANTIAGO, para haverem como seu um imóvel

com as seguintes medidas e confrontações. Inicia-se na propriedade com coordenadas vértice Vl ao Vl6 confronta com OREDIO VIANA DE OLIVEIRA. Do vértice Vl segue-se (742711,44;7721271,30) com azimute vértice Vl, ao norte da (742 6 9 8,3 8 ; 7 7 212 7 6,5 9) . Do os terrenos de HERDEIROS DE até o 112°0'33" vértice V2 e distância de 14,09 m. Do vértice V2 segue-se até o vértice V3(742729,67;7721262,40) com azimute 116°1'23" e distância de 20,29 m. Do vértice V3 segue-se até o vértice V4 (742770,57;7721227,15) com azimute 130°45'30" e distância de 54,00 m. Do vértice V4segue-se até o vértice V5 (742780,83;7721214,71) com azimute 140°30'45" e distância de 16, 12 m. Do vértice V5 segue-se até o vértice V6 (742786,30;7721196,14) com azimute 163°35'18" e distância de19,36 m. Do vértice V6 segue-se até o vértice V7 (742791,47;7721181,91) com azimute 160°1'15" e distância de 15,14 m. Do vértice V7 segue-se até o vértice V8(742792,85;7721178,12) com azimute 160°1'15" e distância de 4,03 m. Do vértice V8 segue-se até o vértice V9 (742795,62;7721169,53) com azimute 162°7'51" e distância de 9,02 m. Do vértice V9 (742779,32;7721160,79) 18,49 m. segue-se até o vérticeVl0 segue-se até o vértice Vll (742714,97;7721131,48) com azimute 245°30'26" e distância de 70,72 m. Do vértice Vll segue-se até o vértice V12 (742666,48;7721109,57) com azimute 245°41'43" e distância de 53,21 m. Do vértice Vl2 segue-se até o vértice Vl3 (742631, 78; 7721097, 22) com azimute 250°24'23" e distância de 36,83 m. Do vértice Vl3 segue-se até o vértice V14 (742602, 29; 7721084,46) com azimute 246°36'12" e distância de 32,13 m. Do vértice Vl4 segue-se até o vértice Vl5 (742580, 73;7721072, 14) com azimute 24015'13" e distância de 24,83 m. Do vértice V15 segue-se até o vértice V16 (742544,75;7721042,64) com azimute 230°39'17" e distância de 46,53 m. Do vértice V21 segue-se até o vértice V22 (742532,72;7:211/l,63) com azimute 35º16'7" e distância de 29,68 m. Do vértice V22 segue-se até o vértice V23 (742549,57,7721185,77) com azimute 49°59"20" e distância de 22,00 Do vértice V23 segue-se até o vértice V24 (742576, 11; 7721208, 44) com azimute 49°29'44" e distância de 34,90m. Do vértice V24 segue-se até o vértice V25 (742634, 94; 7721230, 86) distância de 62,96 m. Do vértice V25 segue-se até o vértice V26 (74264 7, 66; 7721233, 93) com azimute 76°26'43" e distância de 13,08 m. Do vértice V26 segue-se até o vértice V27 (742680, 89;7721271, 30) com azimute 41°38'43" e distância de 50,01 m. Finalmente segue-se do vértice V27 até o vértice Vl (início da descrição) com azimute 73°11'0" e distância de 18,27m Pelo presente, CITA e chama a Juízo os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para acompanharem todos os termos e atos da presente ação, advertindo-os outrossim, de que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias e, que não sendo contestada a ação, se presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores. E, para que ninguém alegue ignorância mandou expedir o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local. Dado e passado na Cidade e Comarca de Teixeiras, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Renata Milagres Bhering, Gerente de Secretaria, o digitei. Isadora de Castro Silva, Juíza de Direito.

TEÓFILO OTÔNI

Processos Eletrônicos (PJe)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância
Comarca de TEóFILO OTONI / Vara de Família e de Sucessões e Ausências da Comarca de Teófilo Otôni
PROCESSO Nº: 5003213-75.2017.8.13.0686
CLASSE: [CÍVEL] TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO (61)
ASSUNTO: [Tutela e Curatela]
REQUERENTE: JOAO RODRIGUES FERREIRA
INTERESSADO: JOSE GERALDO RODRIGUES ALMEIDA
SENTENÇA
Vistos.
JOÃO RODRIGUES FERREIRA, qualificado, requereu a CURATELA de JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALMEIDA, igualmente qualificado.
Alega o requerente que o curatelando é seu irmão, e que ele é portador de Retardo Mental Não Especificado CID F 79 e Esquizofrenia Paranóide CID F 20, o que lhe impede de gerir seus bens e interesses. Assim, requer a sua nomeação como curador do seu irmão, para que ele possa representá-lo nos atos negociais.
O curatelando foi submetido ao estudo psicossocial judicial (ID. 31038767), audiência de entrevista (ID. 33023664) e perícia médica (ID. 7240718007).
A Defensoria Pública foi nomeada curadora especial ao curatelando, a qual apresentou impugnação (ID. 66529943).
O Ministério Público apresentou parecer final (ID. 9461136198).
É o relatório necessário. Fundamento e Decido.
Sendo despicienda maior dilação probatória, uma vez que as provas coligidas aos autos são mais do que suficientes para o deslinde do feito, restando, ademais, formada a convicção do Juízo, e não havendo questões processuais pendentes, passa-se, diretamente, ao exame da controvérsia (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).
Trata-se de ação em que o sr. João Rodrigues Ferreira busca a sua nomeação como curador do seu irmão, José Geraldo Rodrigues de Almeida.
Acerca do instituto da curatela, o artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, dispõe que estão sujeitos a curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
No caso, a parte requerente juntou aos autos relatório médico atestando a incapacidade do curatelando (ID. 27964550). Ademais, foi realizado estudo psicossocial, a fim de se analisar o contexto social, familiar, econômico e de saúde do curatelando e do grupo familiar em que ele está inserido. Do estudo realizado, a equipe emitiu o seguinte parecer:
"Diante do exposto e do ponto de vista Psicossocial, no momento, foi possível perceber que José Geraldo é portadora de transtorno mental crônico, apresentando pouco desenvolvimento cognitivo, comprometimento da socialização, da fala e da orientação. No momento, a interditando não consegue expressar a sua vontade, interage pouco com o ambiente e com as pessoas a sua volta e não consegue realizar sozinho boa parte das atividades da vida diária, tais como higiene pessoal, locomoção, atividades laborativas e transações comerciais. Sendo assim, no momento, José Geraldo necessita de um curador para auxiliá-lo e está bem assistido pelo irmão dentro das limitações do grupo familiar. " (ID. 31038767 - Pág. 3).
Em audiência de entrevista foi possível colher o depoimento do curatelando (ID. 33023664).
Por fim, foi realizada perícia médica do curatelando (ID. 7240718007). Com efeito, o laudo foi conclusivo no sentido de que o curatelando encontra-se com a sua saúde psíquica comprometida, em razão de Esquizofrenia - CID F20 e Retardo Mental Não Especificado CID - F79, sem que haja prognóstico de cura. Por fim, o perito emitiu as seguintes considerações finais acerca das condições gerais do curatelando:
"Destarte, concluo que do ponto de vista médico pericial que JOSÉ GERALDO ALMEIDA é totalmente incapaz para os atos da vida civil, necessita de cuidados de terceiros para seus afazeres habituais, é portador de incapacidade definitiva total, portanto necessária sua interdição. " (ID. 7240718007 - Pág. 16).
As partes foram intimadas do laudo, mas não apresentaram impugnação (ID. 7254588219).
Ademais, a prova documental evidencia que não há nada a desabonar a conduta do pretenso curador, que é primário e ostenta bons antecedentes, conforme certidões de ID. 27964542 e 27964543, sendo que o atestado médico de ID. 27964536 comprova a sua aptidão física e mental.
Portanto, os elementos de prova constantes dos autos são mais do que suficientes para o reconhecimento de que o curatelando é relativamente incapaz, não podendo exprimir a sua vontade por deficiência mental permanente (artigo 4º, inciso III, e artigo 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, com a redação dada pela Lei 13.146/2015).
Por fim, convém ressaltar que o instituto protetivo da curatela somente afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85, caput, da Lei 13.146/2015, não se revelando necessária a assistência ao curatelando para a realização de quaisquer atos existenciais (artigo 85, § 1º, da Lei 13.146/2015).
Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para acolher o pedido inicial, com o fim de NOMEAR João Rodrigues Ferreira CURADOR DEFINITIVO a José Geraldo Rodrigues de Almeida.
Serve esta sentença, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado, bem como de cópias dos assentos de casamento e/ou nascimento do curatelando, como mandado para registro da interdição no Cartório de Registro Civil competente.
Serve também o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias.
A publicação na imprensa local deve ser providenciada pela curadora, no prazo máximo de quinze dias, comprovando nos autos, sob pena de destituição e responsabilização pessoal. Caso a parte tenha sido beneficiada com a gratuidade judicial, a publicação na imprensa local fica dispensada (art. 98, III, do CPC).
Por fim, esta sentença, assinada digitalmente, servirá também como termo de compromisso, válido por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do curador (art. 759, I, do CPC), para todos os fins legais. Deverá a pessoa do curador imprimi-la diretamente, sem necessidade de comparecimento em cartório.
As custas e despesas processuais deverão ser suportadas pela autora. Contudo, suspensa a sua exigibilidade, em razão da gratuidade de justiça já deferida.
Proceda-se à requisição do pagamento dos honorários periciais.
Tudo cumprido, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Teófilo Otoni (MG), data registrada no sistema.
MAURÍCIO SIMÕES COELHO JÚNIOR
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância
Comarca de TEóFILO OTONI / Vara de Família e de Sucessões e Ausências da Comarca de Teófilo Otôni
PROCESSO Nº: 5001633-44.2016.8.13.0686
CLASSE: [CÍVEL] TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO (61)
ASSUNTO: [Tutela e Curatela]
REQUERENTE: VALQUIRIA VIEIRA FERREIRA
INTERESSADO: SOLANGE VIEIRA FERREIRA
SENTENÇA
Vistos.
VALQUIRIA VIEIRA FERREIRA pleiteou a CURATELA de SOLANGE VIEIRA FERREIRA.
Alega a requerente que a curatelanda é sua sobrinha, e que ela é portadora de Epilepsia CID G-40 e Retardo Mental Grave CID 10: F-72, o que lhe impede de gerir seus bens e interesses. Assim, requer a sua nomeação como curadora da sua sobrinha, para que ela possa representá-la nos atos

negociais.
A curatelanda foi submetida ao estudo social judicial (ID. 103901359), audiência de entrevista (ID. 13712266) e perícia médica (ID. 8088837998).
A Defensoria Pública, nomeada curadora especial da curatelanda, apresentou impugnação (ID. 119728483).
O Ministério Público apresentou parecer final (ID. 9470264500).
É o relatório necessário. Fundamento e Decido.
Sendo despicienda maior dilação probatória, uma vez que as provas coligidas aos autos são mais do que suficientes para o deslinde do feito, restando, ademais, formada a convicção do Juízo, e não havendo questões processuais pendentes, passa-se, diretamente, ao exame da controvérsia (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).
Trata-se de ação em que Valquiria Vieira Ferreira busca a sua nomeação como curadora de sua sobrinha, Solange Vieira Ferreira.
Acerca do instituto da curatela, o artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, dispõe que estão sujeitos a curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
No caso, a parte requerente juntou aos autos relatório médico atestando a incapacidade da curatelanda (ID. 7965298). Ademais, foi realizado estudo social, a fim de se analisar o contexto social, familiar, econômico e de saúde da curatelanda e do grupo familiar em que ela está inserida. Do estudo realizado, a equipe emitiu o seguinte parecer:
"Diante do exposto e do ponto de vista social, no momento, percebe-se que Solange encontra-se com suas necessidades básicas e afetivas supridas de forma condizente pela família. A Sra. Valquíria é a responsável pelo grupo familiar. Não foi identificado fator que desabone a referida senhora em exercer a curatela da sobrinha, haja vista que a saúde mental da genitora de Solange também requer cuidado e zelo por parte da família." (ID. 103901359 - Págs. 3 e 4).
Em audiência de entrevista a curatelanda respondeu às perguntas que lhe foram feitas. (ID. 13712266).
Por fim, foi realizada perícia médica da curatelanda (ID. 8088837998). Com efeito, o laudo foi conclusivo no sentido de que a curatelanda encontra-se com a sua saúde psíquica comprometida, em razão de retardo mental grave, sem que haja prognóstico de cura. Por fim, o perito emitiu as seguintes considerações finais acerca das condições gerais da curatelanda:
"Destarte, concluo que do ponto de vista médico pericial que SOLANGE VIEIRA FERREIRA é totalmente incapaz para os atos da vida civil, necessita de cuidados de terceiros para seus afazeres habituais, é portadora de incapacidade definitiva total, portanto necessária sua interdição". (ID. 8088837998 - Pág. 19).
As partes foram intimadas do laudo (ID. 8108933047), mas não apresentaram impugnação.
Ademais, a prova documental evidencia que não há nada a desabonar a conduta da pretensa curadora, que é primária e ostenta bons antecedentes, conforme certidões de ID. 7965359 e 7965370, sendo que o atestado médico de ID. 7965356 comprova a sua aptidão física e mental.
Portanto, os elementos de prova constantes dos autos são mais do que suficientes para o reconhecimento de que a curatelanda é relativamente incapaz, não podendo exprimir a sua vontade por deficiência mental permanente (artigo 4º, inciso III, e artigo 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, com a redação dada pela Lei 13.146/2015).
Por fim, convém ressaltar que o instituto protetivo da curatela somente afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85, caput, da Lei 13.146/2015, não se revelando necessária a assistência à curatelanda para a realização de quaisquer atos existenciais (artigo 85, § 1º, da Lei 13.146/2015).
Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para acolher o pedido inicial, com o fim de NOMEAR Valquiria Vieira Ferreira CURADORA DEFINITIVA a Solange Vieira Ferreira.
Serve esta sentença, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado, bem como de cópias dos assentos de casamento e/ou nascimento da curatelanda, como mandado para registro da interdição no Cartório de Registro Civil competente.
Serve também o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias.
A publicação na imprensa local deve ser providenciada pela curadora, no prazo máximo de quinze dias, comprovando nos autos, sob pena de destituição e responsabilização pessoal. Caso a parte tenha sido beneficiada com a gratuidade judicial, a publicação na imprensa local fica dispensada (art. 98, III, do CPC).
Por fim, esta sentença, assinada digitalmente, servirá também como termo de compromisso, válido por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do curador (art. 759, I, do CPC), para todos os fins legais. Deverá a pessoa do curador imprimi-la diretamente, sem necessidade de comparecimento em cartório.
Sem prejuízo, certifique-se acerca do cumprimento do terceiro parágrafo do despacho de ID. 9185928022.
As custas e despesas processuais deverão ser suportadas pela autora. Contudo, suspensa a sua exigibilidade, em razão da gratuidade de justiça já deferida.
Tudo cumprido, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Teófilo Otoni (MG), data registrada no sistema.
MAURÍCIO SIMÕES COELHO JÚNIOR
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância
Comarca de TEóFILO OTONI / Vara de Família e de Sucessões e Ausências da Comarca de Teófilo Otôni
PROCESSO Nº: 5003214-26.2018.8.13.0686
CLASSE: [CÍVEL] TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO (61)
ASSUNTO: [Tutela e Curatela]
REQUERENTE: ANA BATISTA DE FIGUEIREDO
INTERESSADO: VALDILEIA ALVES CARVALHO
SENTENÇA
Vistos.
ANA BATISTA DE FIGUEIREDO pleiteou a CURATELA de VALDILEIA ALVES CARVALHO.
Alega a requerente que a curatelanda é sua filha, e que ela é portadora de Retardo mental não especificado - CID F79 e Esquizofrenia - CID F20, o que lhe impede de gerir seus bens e interesses. Assim, requer a sua nomeação como curadora da sua filha, para que ela possa representá-la nos atos negociais.
A curatelanda foi submetida ao estudo social judicial (ID. 54312174), audiência de entrevista (ID. 56459485) e perícia médica (ID. 6626278008).
A Defensoria Pública, nomeada curadora especial à curatelanda, apresentou impugnação (ID. 61879940).
O Ministério Público apresentou parecer final (ID. 9471228240).
É o relatório necessário. Fundamento e Decido.
Sendo despicienda maior dilação probatória, uma vez que as provas coligidas aos autos são mais do que suficientes para o deslinde do feito, restando, ademais, formada a convicção do Juízo, e não havendo questões processuais pendentes, passa-se, diretamente, ao exame da controvérsia (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).
Trata-se de ação em que Valdileia Alves Carvalho busca a sua nomeação como curadora da sua filha, Ana Batista de Figueiredo.
Acerca do instituto da curatela, o artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, dispõe que estão sujeitos a curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
No caso, a parte requerente juntou aos autos relatório médico atestando a incapacidade da curatelanda (ID. 44412290). Ademais, foi realizado estudo social, a fim de se analisar o contexto social, familiar, econômico e de saúde da curatelanda e do grupo familiar em que ela está inserida. Do estudo realizado, a equipe emitiu o seguinte parecer:
"Diante do exposto e do ponto de vista social, no momento, percebe que a requerente em foco dispõe da devida assistência à interditanda. Valdiléia encontra-se com os seus direitos preservados na companhia da sua genitora." (ID. 54312174 - Pág. 2).
Em audiência de entrevista a curatelanda não respondeu as perguntas que lhe foram feitas (ID. 56459485).
Por fim, foi realizada perícia médica da curatelanda (ID. 7165898043). Com efeito, o laudo foi conclusivo no sentido de que a curatelanda encontra-se com a sua saúde psíquica comprometida, em razão de retardo mental não especificado, sem que haja prognóstico de cura. Por fim, o perito emitiu as seguintes considerações finais acerca das condições gerais da curatelanda:
"Destarte, concluo que do ponto de vista médico pericial que VALDILEIA ALVES CARVALHO é totalmente incapaz para os atos da vida civil, necessita de cuidados de terceiros para seus afazeres habituais, é portador de incapacidade definitiva total, portanto necessária sua interdição." (ID. 7165898043 - Pág. 19).
As partes foram intimadas do laudo (ID. 7282158047), mas não apresentaram impugnação.
Ademais, a prova documental evidencia que não há nada a desabonar a conduta da pretensa curadora, que é primária e ostenta bons antecedentes, conforme certidões de ID. 44412198 e 44412198, sendo que o atestado médico de ID. 5322343037 comprova a sua aptidão física e mental.
Portanto, os elementos de prova constantes dos autos são mais do que suficientes para o reconhecimento de que a curatelanda é relativamente incapaz, não podendo exprimir a sua vontade por deficiência mental permanente (artigo 4º, inciso III, e artigo 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, com a redação dada pela Lei 13.146/2015).
Por fim, convém ressaltar que o instituto protetivo da curatela somente afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85, caput, da Lei 13.146/2015, não se revelando necessária a assistência à curatelanda para a realização de quaisquer atos existenciais (artigo 85, § 1º, da Lei 13.146/2015).
Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para acolher o pedido inicial, com o fim de NOMEAR Ana Batista de Figueiredo CURADORA DEFINITIVA a Valdileia Alves Carvalho.
Serve esta sentença, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado, bem como de cópias dos assentos de casamento e/ou nascimento da curatelanda, como mandado para registro da interdição no Cartório de Registro Civil competente.
Serve também o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias.
A publicação na imprensa local deve ser providenciada pela curadora, no prazo máximo de quinze dias, comprovando nos autos, sob pena de destituição e responsabilização pessoal. Caso a parte tenha sido beneficiada com a gratuidade judicial, a publicação na imprensa local fica dispensada (art. 98, III, do CPC).
Por fim, esta sentença, assinada digitalmente, servirá também como termo de compromisso, válido por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do curador (art. 759, I, do CPC), para todos os fins legais. Deverá a pessoa do curador

imprimi-la diretamente, sem necessidade de comparecimento em cartório.
Sem prejuízo, requisite-se o pagamento dos honorários periciais.
As custas e despesas processuais deverão ser suportadas pela autora. Contudo, suspensa a sua exigibilidade, em razão da gratuidade de justiça já deferida.
Tudo cumprido, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Teófilo Otoni (MG), data registrada no sistema.
MAURÍCIO SIMÕES COELHO JÚNIOR
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Primeira Instância
Comarca de TEóFILO OTONI / Vara de Família e de Sucessões e Ausências da Comarca de Teófilo Otôni
PROCESSO Nº: 5005270-32.2018.8.13.0686
CLASSE: [CÍVEL] CURATELA (12234)
ASSUNTO: [Nomeação]
REQUERENTE: JAIR CERVANO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): JAILSON ESTEVES DOS SANTOS
SENTENÇA
Vistos.
JAIR CERVANO DOS SANTOS, qualificado, requereu a CURATELA de JAILSON ESTEVES DOS SANTOS, igualmente qualificado.
Alega o requerente que o curatelando é seu filho, e que ele é portador de retardo mental não especificado, com comprometimento significativo do comportamento, e paralisia cerebral quadriplégica espástica, (CID-10), nos índices: F 79.1 e G 80.0, o que lhe impede de gerir seus bens e interesses. Assim, requer a sua nomeação como curador de seu filho, para que ele possa representá-lo nos atos negociais.
O curatelando foi submetido ao estudo social judicial (ID. 58718573), audiência de entrevista (ID. 57465526) e perícia médica (ID. 8087688012).
A Defensoria Pública foi nomeada curadora especial ao curatelando, a qual apresentou impugnação (ID. 96020673).
O Ministério Público apresentou parecer final (ID. 8545948076).
É o relatório necessário. Fundamento e Decido.
Sendo despicienda maior dilação probatória, uma vez que as provas coligidas aos autos são mais do que suficientes para o deslinde do feito, restando, ademais, formada a convicção do Juízo, e não havendo questões processuais pendentes, passa-se, diretamente, ao exame da controvérsia (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).
Trata-se de ação em que o sr. Jair Cervano dos Santos busca a sua nomeação como curador de seu filho, Jailson Esteves dos Santos.
Acerca do instituto da curatela, o artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, dispõe que estão sujeitos a curatela aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
No caso, a parte requerente juntou aos autos relatório médico atestando a incapacidade do curatelando (ID. 52288818). Ademais, foi realizado estudo social in loco, a fim de se analisar o contexto social, familiar, econômico e de saúde do curatelando e do grupo familiar em que ele está inserido. Do estudo realizado, a equipe emitiu o seguinte parecer:
"Diante de todo o acima exposto, no momento, percebe-se que a Jailson encontrase com suas necessidades básicas supridas pelos genitores. Nota-se que o Sr. Jair e a Sra. Otamira são os responsáveis por realizar os cuidados cotidianos à Jailson, sendo perceptível a existência de afeto e zelo entre curadores e interditando. Isto posto, do ponto de vista social, percebe-se que a família em questão possui grandes fragilidades financeiras, sendo o benefício recebido pelo interditando a única fonte de receita da família. Contudo, não foram observadas situações que desabonem o Sr. Jair e família no tocante aos cuidados já prestados em relação a Jailson, o qual necessita de auxílio e suporte para realizar todas as atividades da vida cotidiana." (ID. 58718573 - Pág. 4).
Em audiência de entrevista o curatelando não conseguiu estabelecer um diálogo com o magistrado (ID. 57465526).
Por fim, foi realizada perícia médica do curatelando (ID. 8087688012). Com efeito, o laudo foi conclusivo no sentido de que o curatelando encontra-se com a sua saúde psíquica comprometida, em razão de déficit psíquico (CID - F79.1) e retardo mental não especificado (CID 10. G80.0) - Paralisia cerebral quadriplágica espástica, sem que haja prognóstico de cura. Por fim, o perito emitiu as seguintes considerações finais acerca das condições gerais do curatelando:
"Destarte, concluo que do ponto de vista médico pericial que JAILSON ESTEVES DOS SANTOS é totalmente incapaz para os atos da vida civil, necessita de cuidados de terceiros para seus afazeres habituais, é portador de incapacidade definitiva total, portanto necessária sua interdição. (ID. 8087688012 - Pág. 16).
As partes foram intimadas do laudo (ID. 8111658024), mas não apresentaram impugnação.
Ademais, a prova documental evidencia que não há nada a desabonar a conduta do pretenso curador, que é primário e ostenta bons antecedentes, conforme certidões de ID. 52288872 e 52289256, sendo que o atestado médico de ID. 52288660 comprova a sua aptidão física e mental.
Portanto, os elementos de prova constantes dos autos são mais do que suficientes para o reconhecimento de que o curatelando é relativamente incapaz, não podendo exprimir a sua vontade por deficiência mental permanente (artigo 4º, inciso III, e artigo 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, com a redação dada pela Lei 13.146/2015).
Por fim, convém ressaltar que o instituto protetivo da curatela somente afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85, caput, da Lei 13.146/2015, não se revelando necessária a assistência ao curatelando para a realização de quaisquer atos existenciais (artigo 85, § 1º, da Lei 13.146/2015).
Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para acolher o pedido inicial, com o fim de NOMEAR Jair Cervano dos Santos CURADOR DEFINITIVO de seu filho, Jailson Esteves dos Santos.
Serve esta sentença, desde que acompanhada da certidão de trânsito em julgado, bem como de cópias dos assentos de casamento e/ou nascimento do curatelando, como mandado para registro da interdição no Cartório de Registro Civil competente.
Serve também o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias.
A publicação na imprensa local deve ser providenciada pela curadora, no prazo máximo de quinze dias, comprovando nos autos, sob pena de destituição e responsabilização pessoal. Caso a parte tenha sido beneficiada com a gratuidade judicial, a publicação na imprensa local fica dispensada (art. 98, III, do CPC).
Por fim, esta sentença, assinada digitalmente, servirá também como termo de compromisso, válido por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do curador (art. 759, I, do CPC), para todos os fins legais. Deverá a pessoa do curador imprimi-la diretamente, sem necessidade de comparecimento em cartório.
As custas e despesas processuais deverão ser suportadas pela autora. Contudo, suspensa a sua exigibilidade, em razão da gratuidade de justiça já deferida.
Proceda-se à requisição do pagamento dos honorários periciais.
Tudo cumprido, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Teófilo Otoni (MG), data registrada no sistema.
MAURÍCIO SIMÕES COELHO JÚNIOR
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE TEóFILO OTONI
Vara de Família e de Sucessões e Ausências da Comarca de Teófilo Otôni
Avenida Doutor Júlio Rodrigues, 415, Avenida Doutor Júlio Rodrigues 415, Marajoara, TEóFILO OTONI - MG - CEP: 39803-902
PROCESSO Nº 5001139-77.2019.8.13.0686
CLASSE: CURATELA (12234)
ASSUNTO: [Curatela, Nomeação]
REQUERENTE: ELINA PACHECO DA SILVA
REQUERIDO: APARECIDA PACHECO DA SILVA
SENTENÇA
Vistos.
Trata-se de AÇÃO DE INTERDIÇÃO proposta por ELINA PACHECO DA SILVA em face de APARECIDA PACHECO DA SILVA.
Alega a requerente que é irmã da demandada, e que a referida possui Retardo Mental Leve (CID F71.1) e Psicose (CID F29), sendo que tal incapacidade revelou-se desde o seu nascimento. Posto isso, requereu a interdição de sua irmã, bem como, a sua nomeação como curadora.
Com a inicial vieram os documentos necessários.
Estudo psicossocial realizado (ID 71915816).
Interrogatório realizado ao ID 73346463, na oportunidade foi deferida a curatela provisória à requerente.
Foi nomeado curador especial para a interditanda (ID 73346463, página 11), que apresentou impugnação ao ID 79375168.
Laudo médico pericial da interditanda (ID 95445887).
O IRMP opinou pelo deferimento do pedido inicial (ID 78941911).
A requerente informou o desinteresse em produzir demais provas e, por essa razão, requereu o julgamento antecipado do mérito (ID 104867517). A parte ré também manifestou seu desinteresse na produção de novas provas ao ID 104878014.
É o relatório. Fundamento e Decido.
Não há qualquer questão preliminar a ser analisada. Estão presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, razão pela qual passo para a análise do mérito do pedido contido na peça exordial.
Alega a requerente que sua irmã Aparecida Pacheco, ora interditanda, é portadora de Retardo Mental Leve e Psicose, e, por consequência, não possui capacidade para realizar os atos da vida civil.
Acerca da curatela, dispõe o Código Civil:
Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:
I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
Foi realizado estudo psicossocial da requerente e da interditanda, conforme ID 71915816. Observa-se do estudo que a interditanda necessita de acompanhamento nas atividades mais simples do dia a dia.
O parecer do estudo psicossocial foi o seguinte:
"Diante do exposto e do ponto de vista Psicossocial, observa-se que a Sra. Elina é responsável pelos cuidados com a sua irmã e tem procurado fazer da melhor forma possível dentro de suas possibilidades.. Assim, não foram observados fatores que impeçam a referida senhora em concretizar a curatela da irmã." (Estudo psicossocial em ID 71915816, pág. 2, sexto parágrafo).
Foi realizada perícia médica da interditanda pelo Dr. Samir Sagih El Aouar, sendo que o laudo foi conclusivo quanto a incapacidade da requerida, sendo confirmado que a referida é portadora de Retardo Mental Grave e Psicose, ambas enfermidades consideradas incuráveis. O laudo também atesta que a interditanda é agressiva, que não conhece dinheiro e que necessita de terceiros para realizar todos os atos da vida civil pelo resto de sua vida.

O Ministério Público opinou pela nomeação da Sra. Elina Pacheco como curadora da interditanda, para a prática de atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
Assim, considerando o que dos autos constam, especialmente o relatório psicossocial e a perícia médica, não há dúvidas de que a interditanda não possui discernimento para exprimir validamente a sua vontade, sendo ela relativamente incapaz, bem como, que não há nenhum impedimento para que o Sra. Elina Pacheco da Silva exerça a sua curatela.
Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e ACOLHO o pedido inicial, com o fim de DECRETAR A INTERDITAÇÃO de Aparecida Pacheco da Silva, nomeando-lhe como curadora definitiva a Sra. Eliana Pacheco da Silva, mediante compromisso.
Atente-se para o cumprimento do disposto no art. 755, §3º, do Código de Processo Civil, e intime-se a curadora, para prestar o compromisso legal.
Sem custas e honorários, considerando a natureza da ação.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Tudo cumprido, arquive-se.
Teófilo Otoni (MG), data registrada no sistema.
Maurício Simões Coelho Júnior
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TEÓFILO OTONI-MG. JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº0008403-02.2020.8.13.0686. O MM. Juiz de Direito desta Vara, na forma da lei etc. FAZ SABER ao réu LEONARDO SANTOS COSTA, nascido aos 08/09/1982, filho de MARIA FLORA DOS SANTOS, residente Rua Desembargador Paulo Alonso, nº 520, casa R, Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ", ora em lugar incerto e não sabido, que por este edital, com o prazo de 15 dias, fica citado para responder, no prazo de 10 dias contados da fluência do presente edital, por escrito e através de advogado, nos termos do artigo 363, § 1º, do CPP, à acusação imputada pela prática de crime previsto no artigo 33 e artigo 35, c/c artigo 40,V, todos da lei 11.343/06, cometido no mês de 26.12.2019, na Avenida Doutro Júlio Rodrigues,680, Bairro Doutor Laender, Teófilo Otoni-MG, , podendo arguir preliminares e alegar tudo que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, se necessário. Caso não tenha condições financeiras de contratar advogado, poderá apresentar a defesa por intermédio da Defensoria Pública local, localizada na Av. Dr. Júlio Rodrigues, 920 - Marajoara, Teófilo Otoni - MG, desde que declare a sua condição de pobreza. Teófilo Otoni-MG, 13 de outubro de 2022 Eu, Janaína Vitória Lago, Técnico de Apoio Judicial, em substituição o digitei, e conferi. Emerson Chaves Motta, Juiz de Direito.

COMARCA DE TEÓFILO OTONI-MG - SECRETARIA DA VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E AUSENTES. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS. PROCESSO Nº 5005231-30.2021.8.13.0686. NATUREZA DA AÇÃO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL. AUTORAS: RANNY HELLEN FERREIRA GOMES e HELIA FERREIRA GOMES. RÉU: DANIEL GOMES DA CRUZ. O Doutor MAURÍCIO SIMÕES COELHO JÚNIOR, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Família, Sucessões e Ausentes desta Comarca de Teófilo Otoni-MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem este edital ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tem curso o feito supramencionado, constando daqueles autos que a parte ré, DANIEL GOMES DA CRUZ, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da carteira de identidade RG 13813306, inscrito no CPF sob o nº 069.177.026-33, nascido em 25/03/1981, filho de José Ramos da Cruz e Carlota Gomes da Cruz, encontra-se em lugar incerto e não sabido. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente do réu, DANIEL GOMES DA CRUZ, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado no DJE-DIÁRIO DO JUDICIÁRIO ELETRÔNICO, na forma da lei, pelo qual fica a parte ré, regularmente CITADA para todos os termos da referida ação, bem como para contestá-la, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. Advirta-a, outrossim, que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, conforme estatui o artigo 344 do Código de Processo Civil, sendo-lhe nomeado curador especial, em caso de revelia. OUTROSSIM, fica a parte ré INTIMADA da decisão de ID 9594801136, a qual deferiu a guarda provisória do menor J.V.F.G. entre sua genitora, Ranny Hellen Ferreira Gomes, e sua avó materna, Helia Ferreira Gomes. Teófilo Otoni-(MG), 13/10/2022. (a) MILENE FERREIRA SILVA, Gerente de Secretaria. (b) MAURÍCIO SIMÕES COELHO JÚNIOR, Juiz de Direito. (c) Advogada: Dra. Silvia Cunha Antunes de Oliveira - OAB/GO 51.966.

TIMÓTEO

COMARCA DE TIMÓTEO - VAR CRIMINAL - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS - para conhecimento que perante este Juízo tramita o processo nº: 687.11.004669-9, movida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, contra VALTAIR MARÇAL LOPES, brasileiro, filho de Manoel Marçal Lopes e Izabel Cezaria dos Santos Lopes, e constando que atualmente o mesmo está em lugar desconhecido, é o presente para INTIMÁ-LO da sentença proferida em 04.04.2022, ISSO POSTO, julgado extinta a punibilidade da acusada, determino o arquivamento dos autos, nos termos do artigo 109, inciso V e VI, c.c artigo 110, § 1º, e artigo 114, inciso II e artigo 119, caput, ambos do CP. Para ciência também que terá o prazo de 05 (cinco) dias para interposição de recurso, caso queira. Timóteo-MG, 11 de outubro de 2022. Eu, , Keila Ricardo Assis Gomides, Escrivã Judicial, o expedi. Dr. Daniel da Silva Ulhoa, Juiz de Direito:

COMARCA DE TIMÓTEO - VAR CRIMINAL - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS - para conhecimento que perante este Juízo tramita o processo nº 687.18.001912-1, ação penal movida pela Justiça Pública em face de GERALDO PAULINO DIAS FILHO, brasileiro, filho de Geraldo Paulino Dias e Maria Helena da Silva, é o presente para INTIMÁ-LO da sentença proferido em 12.08.2022, a qual julgou improcedente a pretensão condenatória contida na denúncia, para o fim de ABSOLVER o denunciado, nos termo do artigo 386, inciso IV, do CPP. Para ciência também que terá o prazo de 05 (cinco) dias para interposição de recurso, caso queira. Timóteo-MG, 11 de outubro de 2022. Eu,#########Keila Ricardo Assis Gomides, Escrivã Judicial, o expedi. Dr. Daniel da Silva Ulhoa, Juiz de Direito:

COMARCA DE TIMÓTEO - VAR CRIMINAL - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS - para conhecimento que perante este Juízo tramita o processo nº 687.11.003957-9, ação penal movida pela Justiça Pública em face de JOSÉ GERALDO DOS SANTOS, brasileiro, filho de Nádia Aparecida dos Santos, é o presente para INTIMÁ-LO da sentença proferido em 30.08.2022, a qual julgou improcedente a pretensão condenatória contida na denúncia, para o fim de ABSOLVER o denunciado, nos termo do artigo 386, inciso VIII, do CPP. Para ciência também que terá o prazo de 05 (cinco) dias para interposição de recurso, caso queira. Timóteo-MG, 11 de outubro de 2022. Eu,#########Keila Ricardo Assis Gomides, Escrivã Judicial, o expedi. Dr. Daniel da Silva Ulhoa, Juiz de Direito:

COMARCA DE TIMÓTEO-MG. VARA CRIMINAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. FAZ SABER a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, especialmente o denunciado JOSÉ AUGUSTO ALVES MOREIRA brasileiro, nascido no dia 07/06/1990, natural de Coronel Fabriciano-MG, filho de José Adão Moreira e Marlene Alves Cardoso Moreira, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, e, tendo sido denunciado na data de 21/01/2020, como incurso nas sanções dos artigos 147 do Código Penal, nos termos da Lei 11.340/2006 , sendo que por este Juízo, nos autos do Processo de nº: 0687 19 000398-2 foi designada a audiência para o dia 25/11/2022, às 17:30 horas, ocasião que será interrogado, no edifício do Fórum, situado na Praça Olímpica, 65, Timirim em Timóteo, e como consta nos autos que o referido denunciado encontra-se em local incerto e não sabido mandou expedir o presente EDITAL pelo qual INTIMA o denunciado para comparecer perante este Juízo no dia, hora e local acima mencionados. E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Timóteo-MG, 13 de outubro de 2022. Keila Ricardo Assis Gomides, Escrivão Judicial o subscrevo. Daniel da Silva Ulhoa, Juiz de Direito em substituição

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE TIMÓTEO-MG. VARA CRIMINAL - EDITAL DE CITAÇÃO PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - FAZ SABER a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, especialmente o denunciado CLAUTON FERNANDES TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, natural de Timóteo/MG, nascido aos 03/09/1977, filho de Floripes Fernandes Teixeira e Mario Teixeira, portador do RG nº 10.085.132, residente na rua Sebastião Domingos, nº 08, Ana Moura, Timóteo/MG, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, e tendo sido denunciado na data de 14/06/2022, como incurso nas sanções artigo artigo 21 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, no contexto da Lei nº.
11.340/2006, sendo que nos autos do Processo de nº: (Pje) 0002715-85.2022.8.13.0687, foi determinada a citação do referido denunciado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do Art. 396, do Código de Processo Penal. Conste no mandado citatório a advertência de que, caso não apresente resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado defensor para fazê-lo.. Timóteo, 13 de outubro de 2022. Keila Ricardo Assis Gomides, Escrivã em substituição Judicial o subscrevo.Daniel da Silva Ulhoa, Juiz de Direito em substituição.

COMARCA DE TIMÓTEO-MG. VARA CRIMINAL - EDITAL DE CITAÇÃO PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS - FAZ SABER a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, especialmente o denunciado CRISTIANO SOARES, brasileiro, casado, nascido em15/06/1982, filho de Minervina Francisca Soares, residente na Rua Francisco, nº500, bairro Serenata, em Timóteo/MG, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, e tendo sido denunciado na data de 18/08/2022, como incurso nas sanções dos artigos 147 do Código Penal, 21 da Lei 3.688/4, na forma da Lei 11.340/06 e artigo 24-A da Lei 11.340/06, sendo que nos autos do Processo de nº: (Pje) 0003721-30.2022.8.13.0687, foi determinada a citação do referido denunciado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do Art. 396, do Código de Processo Penal.

Conste no mandado citatório a advertência de que, caso não apresente resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado defensor para fazê-lo.. Timóteo, 13 de outubro de 2022. Keila Ricardo Assis Gomide, Escrivã em substituição Judicial o subscrevo. Daniel da Silva Ulhoa, Juiz de Direito.

COMARCA DE TIMÓTEO - 3º EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - para conhecimento que perante este juízo, foi ajuizada por RENATO DO ESPÍRITO SANTO, CPF 940.763.676-34, e VERÔNICA DE CÁSSIA LIMA, CPF 027.063.906-38, ação de CURATELA/INTERDIÇÃO, processo nº 5000790-37.2020.8.13.0687, em face de IAGO LIMA ESPÍRITO SANTO, CPF 120.738.046-67, NASCIDO EM 06/11/2001, filho de RENATO DO ESPÍRITO SANTO, CPF 940.763.676-34, e VERÔNICA DE CÁSSIA LIMA, CPF 027.063.906-38, residente e domiciliado no mesmo endereço dos requerentes, Rua Francisca Gonzaga, 68, CT Alto Serenata, Timóteo, CEP 35180-701, e que por sentença de ID 7950083146, datada de 01/02/2022, foi decretada a interdição do requerido acima qualificado, declarando-o relativamente incapaz de exercer e reger pessoalmente os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado curadores os requerentes RENATO DO ESPÍRITO SANTO, CPF 940.763.676-34, e VERÔNICA DE CÁSSIA LIMA, CPF 027.063.906-38, que, observadas as formalidades legais, firmaram o compromisso legal. Timóteo/MG, 13/10/2022. Eu, Cássia Jeane Sousa Lucas Ribeiro, Gerente de Secretaria, o conferi e assino por ordem do Dr. Dr Maycon Jésus Barcelos, Juiz de Direito.
C E R T I D Ã O
Certifico que enviei o presente edital, nesta data, via SISCOM/WINDOWS, para publicação no Diário Judiciário Eletrônico do TJMG.
Certifico mais que afixei cópia do presente no átrio deste Fórum.
Timóteo, 13/10/2022

TRÊS CORAÇÕES

Processos Eletrônicos (PJe)

JUSTIÇA GRATUITA - PRIMEIRA VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E CARTAS PRECATÓRIAS DA COMARCA DE TRÊS CORAÇÕES - MG. PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. EDITAL DE CITAÇÃO do (a) ré(u): ROBINSON WILLIAN SANTOS GOIS, RG 467.724.787 SESP/SP, filhos de João Nunes Gois e Quitéria Rosa dos Santos nascido em 21/05/1990, atualmente em local incerto e não sabido. DENES FERREIRA MENDES M.M. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, Infância e Juventude, e Cartas Precatórias, desta cidade e Comarca de Três Corações, Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e pela secretaria da 1ª Vara Criminal desta Cidade, tem andamento o Processo-Crime nº 0031864-79.2020.8.13.0693, movido pela Justiça Pública em face do réu ROBINSON WILLIAN SANTOS GOIS, acima qualificado, que por este juízo foi proferido o seguinte despacho: CITE-SE o acusado ROBINSON WILLIAN SANTOS GOIS, para apresentação de Defesa Prévia, no prazo de 10 (dez) dias (CPP, art. 396-A). Caso não o faça, superado tal prazo e certificado nos autos, será nomeado defensor público para fazê-lo, devendo a secretaria remeter os autos a Defensoria Pública (CPP, Art. 396-A, §2o)." E, para conhecimento de todos, expede-se o presente edital que será afixado no saguão do Edifício do Fórum desta Cidade e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Corações, Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu, _____, Gerente de Secretaria. M.M. DENES FERREIRA MENDES _____, Juiz de Direito.

JUSTIÇA GRATUITA - PRIMEIRA VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E CARTAS PRECATÓRIAS DA COMARCA DE TRÊS CORAÇÕES - MG. PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. EDITAL DE CITAÇÃO do (a) ré(u): KAIQUE DOS SANTOS RIBEIRO, CPF 399.239.498-00, filho de Cláudia dos Santos Ribeiro nascido em 07/05/1995, atualmente em local incerto e não sabido. DENES FERREIRA MENDES M.M. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, Infância e Juventude, e Cartas Precatórias, desta cidade e Comarca de Três Corações, Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e pela secretaria da 1ª Vara Criminal desta Cidade, tem andamento o Processo-Crime nº 5004155-47.2021.8.13.0693, movido pela Justiça Pública em face do réu KAIQUE DOS SANTOS RIBEIRO, acima qualificado, que por este juízo foi proferido o seguinte despacho: CITE-SE o acusado KAIQUE DOS SANTOS RIBEIRO, para apresentação de Defesa Prévia, no prazo de 10 (dez) dias (CPP, art. 396-A). Caso não o faça, superado tal prazo e certificado nos autos, será nomeado defensor público para fazê-lo, devendo a secretaria remeter os autos a Defensoria Pública (CPP, Art. 396-A, §2o)." E, para conhecimento de todos, expede-se o presente edital que será afixado no saguão do Edifício do Fórum desta Cidade e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Corações, Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu, _____, Gerente de Secretaria. M.M. DENES FERREIRA MENDES _____, Juiz de Direito.

JUSTIÇA GRATUITA - PRIMEIRA VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E CARTAS PRECATÓRIAS DA COMARCA DE TRÊS CORAÇÕES - MG. PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. EDITAL DE CITAÇÃO do (a) ré(u): BRUNO FELIPE ALVES DOS SANTOS, RG 481.607.596 SSP/SP, filho de Laércio Nunes dos Santos e Ângela Alves de Souza, nascido em 09/02/1992, atualmente em local incerto e não sabido. DENES FERREIR MENDES M.M. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, Infância e Juventude, e Cartas Precatórias, desta cidade e Comarca de Três Corações, Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e pela secretaria da 1ª Vara Criminal desta Cidade, tem andamento o Processo-Crime nº 5005432-64.2022.8.13.0693, movido pela Justiça Pública em face do réu BRUNO FELIPE ALVES DOS SANTOS, acima qualificado, que por este juízo foi proferido o seguinte despacho: CITE-SE o acusado BRUNO FELIPE ALVES DOS SANTOS, para apresentação de Defesa Prévia, no prazo de 10 (dez) dias (CPP, art. 396-A). Caso não o faça, superado tal prazo e certificado nos autos, será nomeado defensor público para fazê-lo, devendo a secretaria remeter os autos a Defensoria Pública (CPP, Art. 396-A, §2o)." E, para conhecimento de todos, expede-se o presente edital que será afixado no saguão do Edifício do Fórum desta Cidade e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Corações, Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu, _____, Gerente de Secretaria. M.M. DENES FERREIRA MENDES _____, Juiz de Direito.

JUSTIÇA GRATUITA - SEGUNDA VARA CRIMINAL E DAS EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE TRÊS CORAÇÕES - MG. PRAZO DE 10 DIAS. EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DA VÍTIMA: K. D. S. R., brasileira, nascida aos 16/02/2006, portadora do CPF n. 412.501.738-76, natural de São Paulo/SP, filha de Valter da Silva Ribeiro e Sandra Mara de Souza Ribeiro, atualmente em local incerto e não sabido. Dra. Karen Cristina Lavoura Lima, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal e das Execuções Penais, desta cidade e Comarca de Três Corações, Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e pela secretaria da 2ª Vara Criminal desta Cidade, tem andamento a Medida Protetiva nº. 5001879-09.2022.8.13.0693, movido pela Justiça Pública em face do(a) requerido R. G. A. d. O., brasileiro, nascido aos 14/11/2022, natural de Praia Grande/SP, filho de Sônia Somoni Adair e Rafael de Freitas Oliveira, que por este juízo foi prolatada a seguinte r. sentença: "SENTENÇA. Vistos. Vistos e examinados. Trata-se de requerimento de medidas protetivas de urgência, pleiteadas por K. D. S. R. em face de R. G. A. D. O., estando ambas as partes qualificadas nos autos. Ouvido, o Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento das medidas (ID nº 9130173000). É o relatório. DECIDO. É certo que em caso de violência doméstica cabe a aplicação de um rol de medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/06, tais como afastamento do requerido do lar que residia com a vítima; proibição de contato com a vítima; proibição de aproximação da ofendida com fixação de distanciamento e ainda, proibição de frequentar determinados locais. De um modo geral, violência doméstica significa toda e qualquer forma de constrangimento ou força conferida contra um indivíduo em ambiente doméstico, podendo ser tanto física, quanto moral1. De acordo com o art. 5º da lei supramencionada. Configura-se violência doméstica contra a mulher "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial". Em que pese os referidos fundamentos, entendo que as medidas protetivas pleiteadas pela requerente K. D. S. R. não devem ser deferidas. Explico. Compulsando os autos, verifico que a requerente informou não possuir interesse em representar criminalmente contra o requerido (ID nº 9072988082). As medidas protetivas possuem natureza acessória, objetivando amparar a vítima e o provimento jurisdicional desejado. Deste modo, tendo em vista o desinteresse da vítima em representar contra o agressor, as medidas protetivas não possuem a finalidade pretendida. Nesse sentido: EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO MINISTERIAL. MEDIDAS PROTETIVAS EM FAVOR DA VÍTIMA REVOGADAS. AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO. TERMO DE DESINTERESSE FIRMADO PELA VÍTIMA. IMPOSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO E DEFLAGRAÇÃO DA AÇÃO PENAL. NATUREZA CAUTELAR DAS MEDIDAS. RESULTADO PRÁTICO A SER RESGUARDADO NÃO VERIFICADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.- As medidas protetivas têm natureza cautelar, razão pela qual se prestam a resguardar, acautelar, eventual resultado da ação penal principal proposta.- Não se vislumbrando resultado prático a ser resguardado pela medida protetiva, considerando a ausência de representação das vítimas, a permitir a instauração de procedimento investigatório e deflagração de ação penal, cabível a revogação das medidas protetivas anteriormente impostas. (TJMG - Apelação Criminal 1.0024.08.290362-6/001, Relator(a): Des.(a) Nelson Missias de Morais , 2ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 21/03/2013, publicação da súmula em 05/04/2013) (destaquei). Ante todo o exposto, tendo em vista a perda do objeto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO de aplicação de medida protetiva ajuizado por K. D. S. R. Cientifique-se o Ministério Público e a requerente. P.R.I.C. Três Corações/MG, 28 de março de 2022. KAREN CRISTINA LAVOURA LIMA Juíza de Direito" E, para conhecimento de todos, expede-se o presente edital que será afixado no saguão do Edifício do Fórum desta Cidade e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Corações, Minas Gerais,

aos 13 dias do mês de outubro de 2022. Eu, Natália Fátima da Veiga_____, Gerente de Secretaria. MM. Karen Cristina Lavoura Lima _____, Juíza de Direito.

COMARCA DE TRÊS CORAÇÕES, MG - 3ª VARA CÍVEL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO
DE 20 DIAS - Processo nº: 5005413-63.2019.8.13.0693 - Espécie: INTERDIÇÃO - Partes:
DULCE MARIA SOARES BRIZOLINI - PABLO ALAM CLEMENTE BRIZOLINI - Advogado:
Defensor Público - Curadora: Sra. DULCE MARIA SOARES BRIZOLINI - O Dr. REGINALDO
MIKIO NAKAJIMA, MM. Juiz de Direito desta Terceira Vara Cível da Comarca de Três
Corações, MG, no exercício do seu cargo e na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a todos quanto
o presente edital virem ou dele notícias tiverem, que por sentença deste Juízo, datada de
28/04/2022, transitada em julgado em 23/06/2022, foi declarado INTERDITADO o Sr. PABLO
ALAM CLEMENTE BRIZOLINI, brasileiro, solteiro, beneficiário do INSS, RG 38.796.741-2, CPF
363.249.788-50, residente e domiciliado no Sítio Arco Iris, Zona Rural de São Tomé das Letras,
MG, sendo o interditando portador de doença psíquica física, permanente, incapacitando-o total
e definitivamente, precisando de cuidados permanente e em consequência não está apto para
reger sua vida patrimonial em razão da doença da qual é portadora, de caráter permanente,
encontrando o pedido, amparo na hipótese legal do art. 1.767, I c/c o art. 4º, III, do CC/02,
sendo a incapacidade civil relativa, para a prática de atos patrimoniais ou negociais, pelo tempo
que perdurar a sua deficiência, devendo a curadora exercer a curatela de modo a representar o
interditando nos atos patrimoniais ou negociais (art. 85, caput, do Estatuto da Pessoa com
Deficiência), não podendo, contudo, praticar pelo mesmo, atos de disposição, sem autorização
judicial, tais como emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser
demandado, devendo a curadora prestar contas de sua administração em juízo, de dois em
dois anos, conforme disposto nos artigos 1.757 e 1.774, do Código Civil, ficando a curadora
advertida de que necessitará de prévia autorização judicial para que contraia obrigações em
nome do interditando, devendo ser representado pelo curador para a prática dos atos de sua
vida civil, em virtude disso, serão nulos e de nenhum efeito todos os contratos, avenças,
convenções com ela feitos, sem assistência de sua CURADORA, possuindo poderes para
representá-la, a Sra. DULCE MARIA SOARES BRIZOLINI, brasileira, casada, do lar, RG
21.432.120-4, CPF 316.557.598-33, residente e domiciliada no Sítio Arco Iris, Zona Rural de
São Tomé das Letras MG, e, autorização deste Juízo, conforme sentença supracitada. E, para
o conhecimento de todos os interessados, expede-se o presente edital que será afixado no
saguão do edifício do Fórum e publicado por três vezes, com intervalo de 10 dias, na forma da
Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Corações, MG, aos 06 de setembro de
2022. Eu, ,André Silva Dias, gerente de secretaria, o digitei e subscrevi. DR. REGINALDO
MIKIO NAKAJIMA - Juiz de Direito.

COMARCA DE TRÊS CORAÇÕES, MG - 3ª VARA CÍVEL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO
DE 20 DIAS - Processo nº: 5001723-55.2021.8.13.0693 - Espécie: INTERDIÇÃO - Partes:
ISABEL CRISTINA LEMOS DE MENESES INACIO e SAMANTHA CRISTINA LEMOS INACIO
- Advogado: Defensor Público - Curadora: Sra. ISABEL CRISTINA LEMOS DE MENESES
INACIO - O Dr. REGINALDO MIKIO NAKAJIMA, MM. Juiz de Direito desta Terceira Vara Cível
da Comarca de Três Corações, MG, no exercício do seu cargo e na forma da Lei, etc... FAZ
SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele notícias tiverem, que por sentença
deste Juízo, datada de 13/05/2022, transitada em julgado em 04/07/2022, foi declarada
INTERDITADA a Sra. SAMANTHA CRISTINA LEMOS INACIO, brasileira, solteira, filha de
Sidnei Francisco Inácio e Isabel Cristina Lemos de Meneses, residente e domiciliada à Rua dos
Angicos, 51, Jardim das Alterosas - Três Corações, MG, sendo a interditanda incapaz de
exercer pessoalmente os atos da vida civil, não estando em condições de exercer plenamente
suas atividades civis, uma vez que padece de enfermidade mental, uma vez que o laudo
pericial foi concludente no sentido de que a ré possui doença mental de natureza genética e
permanente, sendo dependente de terceiros para diversas atividades, não estando apta para
reger sua vida patrimonial em razão da doença da qual é portadora, de caráter permanente,
sendo a curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, abrangendo a prática de atos de
disposição patrimonial ou negocial, não podendo, contudo, praticar pelo mesmo, atos de
disposição, sem autorização judicial, tais como emprestar, transigir, dar quitação, alienar,
hipotecar, demandar ou ser demandado, ficando a curadora advertida de que necessitará de
prévia autorização judicial para que contraia obrigações em nome da interditanda, devendo ser
representada pela curadora para a prática dos atos de sua vida civil, em virtude disso, serão
nulos e de nenhum efeito todos os contratos, avenças, convenções com ela feitos, sem
assistência de sua CURADORA, possuindo poderes para representá-la, a Sra. ISABEL
CRISTINA LEMOS DE MENESES, brasileira, casada, do lar, CPF 058.889.976-33, RG MG-
13.303.840, residente e domiciliada à Rua dos Angicos, 51, Jardim das Alterosas, Três
Corações - MG, e, autorização deste Juízo, conforme sentença supracitada. E, para o
conhecimento de todos os interessados, expede-se o presente edital que será afixado no
saguão do edifício do Fórum e publicado por três vezes, com intervalo de 10 dias, na forma da
Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Corações, MG, aos 22 de agosto de
2022. Eu, ,André Silva Dias, gerente de secretaria, o digitei e subscrevi. DR. REGINALDO
MIKIO NAKAJIMA - Juiz de Direito.

TRÊS MARIAS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE TRÊS MARIAS-MG-EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 15 dias.O MM Juiz de Direito desta cidade e comarca de Três Marias, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que virem o presente edital ou dele tiverem notícia que perante e este Juízo e Secretaria se processam os Autos do Processo-crime nº 5002366-41.2022.8.13.0058, em que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS move em face de RIMAC FERNANDES DOS SANTOS ASSIS e Outro (s). Pelo presente ficam RIMAC FERNANDES DOS SANTOS ASSIS, Brasileiro, nascido aos 14/10/1997, filho de Tânia Aparecida dos Santos Assis e WILSON JOSÉ GOMES COLARES, Brasileiro, nascido aos 02/09/1989, filho de Wilson Gomes Colares e Silvéria Gomes da Mota CITADOS nos termos da denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual, por crime previsto art. 157, §2º, II, §2ª-A, I e §3º, II, ambos do Código Penal e art.157, §2º, inciso II e §2º-A, inciso I, todos na forma do artigo 69 do Código Penal, por fato ocorrido em 11 (onze) de Março de 2019, bem como para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Fica o acusado cientificado de que, na hipótese de não ter condições financeiras de contratar advogado, deverá procurar a Defensoria Pública para que apresente a sua defesa no prazo legal. E constando dos autos do processo que o acusado acima referido está atualmente em lugar ignorado, incerto e não sabido, mandou, na melhor forma de direito, expedir o presente edital. E para conhecimento de todos mandou expedir o presente Edital que será afixado no saguão do Fórum desta cidade e publicado no Diário Judiciário Eletrônico. Três Marias /MG, aos 11 de Outubro de 2022. Eu,.....,Escrivão Judicial o digitei e subscrevi. Ass.....Silvia Maria de Paula Nascimento - Juíza de Direito.

TRÊS PONTAS

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 DIAS
PROCESSO: 5000868-73.2021.8.13.0694.
AUTORES: SÉRGIO PEREIRA.
RÉU: NEZILDO ELIAS DO NASCIMENTO.
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
A Exma. Sra. Dra. ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, MMa. Juíza de Direito desta 2ª Vara Cível desta Comarca, no exercício de suas atribuições, na forma da Lei.
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e Secretaria, sob o nº 5000868-73.2021.8.13.0694 os autos da AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL ajuizada por SÉRGIO PEREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 497.720.076-49, residente na Rua Dr. Carlos Antônio Fagundes de Souza, 35, Bairro Jardim das Esmeraldas, nesta cidade e outros, e pelo presente, considerando que o requerido NEZILDO ELIAS DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 047.753.726-02, encontra-se em local incerto ou não sabido, fica ela CITADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder aos termos do pedido, conforme inicial e despacho, sob pena de não fazendo, serem tidos como verdadeiros os fatos narrados pela autora. No caso de não manifestação será nomeado curador especial. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no átrio do edifício do Fórum e publicado no Diário Judiciário Eletrônico do TJMG.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Pontas, aos 06 dias do mês de outubro de 2022. Eu.... Marcela Miari Brito Castro, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Givanildo Cornélio de Oliveira, Escrivão Judicial.
ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 DIAS
PROCESSO: 5005508-90.2019.8.13.0694.
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS
EXECUTADO(A): JOÃO DA COSTA LIMA-ME
A Exma Sra. Dra. ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, MMª. Juíza de Direito Titular desta 2ª Vara Cível desta Comarca, no exercício de suas atribuições, na forma da Lei.
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e Secretaria, sob o nº 5005508-90.2019.8.13.0694, os autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, ajuizada pelo MUNICÍPIO

DE TRÊS PONTAS em face de JOÃO DA COSTA LIMA-ME, e pelo presente edital, fica(m) CITADA(S) a(s) executada(s) JOÃO DA COSTA LIMA-ME, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº 23.360.738/0001-65, com endereço incerto ou não sabido, para no prazo de 5 (cinco) dias, pagar(em) em juízo a importância de R$889,71 (oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos) e, mais despesas legais acrescidas, ou nomear(em) bens à penhora. Caso não o faça(m), decorrido o prazo, deverão proceder os senhores Oficiais de Justiça à PENHORA em tantos de seus bens quanto bastem, para assegurar a execução. Feita a penhora, fica intimado, a seguir, o(a)(s) executado(a)(s) e seu(s) cônjuges se a penhora recair em bens imóveis, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar(em) embargos. Após a penhora, será procedida a avaliação e registro dos bens penhorados. No caso de revelia será nomeado curador especial. (CDA nº 3155/2019). Para conhecimento de todos os interessados. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital que será afixado no átrio do Fórum e publicado no Diário Judiciário Eletrônico do Estado de Minas Gerais. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Pontas, Estado de Minas Gerais, aos 11 de outubro de 2022. Eu..... Givanildo Cornélio de Oliveira, Escrivão Judicial da 2.ª Vara Cível o subscrevi.
Aline Cristina Modesto da Silva
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 DIAS
PROCESSO: 5003209-38.2022.8.13.0694.
INVENTARIANTE: JOSÉ ELIAS FIGUEIREDO.
INVENTARIADO: NORMA DO CARMO FIGUEIREDO.
A Exma. Sra. Dra. ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, MMa. Juíza de Direito desta 2ª Vara Cível desta Comarca, no exercício de suas atribuições, na forma da Lei.
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e Secretaria, sob o nº 5003209-38.2022.8.13.0694 os autos da AÇÃO DE INVENTÁRIO ajuizada por JOSÉ ELIAS FIGUEIREDO, brasileiro, portador do RG nº MG-3.188.390, inscrito no CPF sob o nº 538.513.4066-6, casado, residente na Rua Antônio Carlos da Silva, nº.41, centro, cidade de Santana da Vargem/MG, e, pelo presente edital, ficam CITADO(S) os eventuais interessados incertos ou desconhecidos, para, no prazo de 15 (QUINZE) dias participarem do presente processo de inventário dos bens deixados por NORMA DO CARMO FIGUEIREDO, brasileiro(a), viúvo(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 635.484.376-7, portador do RG nº M-4.393.66, falecido(a) no dia 09/06/2022, aos 76(setenta e seis) anos de idade, sob pena de não o fazendo serem tidos como aceitos os fatos narrados pelo(s) autor (es) conforme artigo 344 e seguintes do Código de Processo Civil. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no átrio do edifício do Fórum e publicado no Diário Judiciário Eletrônico do TJMG.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Pontas, aos 10 de outubro de 2022. Eu..... Marcela Miari Brito Castro, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Givanildo Cornélio de Oliveira, Escrivão Judicial.
ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 DIAS
PROCESSO: 5005249-95.2019.8.13.0694.
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS
EXECUTADO(A): MARIA BERNADETE CAVALCANTE DOS REIS - ME
A Exma Sra. Dra. ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, MMª. Juíza de Direito Titular desta 2ª Vara Cível desta Comarca, no exercício de suas atribuições, na forma da Lei.
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e Secretaria, sob o nº 5005249-95.2019.8.13.0694, os autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS em face de MARIA BERNADETE CAVALCANTE DOS REIS - ME, e pelo presente edital, fica(m) CITADA(S) a(s) executada(s) MARIA BERNADETE CAVALCANTE DOS REIS - ME, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº 05.274.632/0001-67, com endereço incerto ou não sabido, para no prazo de 5 (cinco) dias, pagar(em) em juízo a importância de R$889,71 (oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos) e, mais despesas legais acrescidas, ou nomear(em) bens à penhora. Caso não o faça(m), decorrido o prazo, deverão proceder os senhores Oficiais de Justiça à PENHORA em tantos de seus bens quanto bastem, para assegurar a execução. Feita a penhora, fica intimado, a seguir, o(a)(s) executado(a)(s) e seu(s) cônjuges se a penhora recair em bens imóveis, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar(em) embargos. Após a penhora, será procedida a avaliação e registro dos bens penhorados. No caso de revelia será nomeado curador especial. (CDA nº 3304/2019). Para conhecimento de todos os interessados. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital que será afixado no átrio do Fórum e publicado no Diário Judiciário Eletrônico do Estado de Minas Gerais. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Pontas, Estado de Minas Gerais, aos 11 de outubro de 2022. Eu..... Givanildo Cornélio de Oliveira, Escrivão Judicial da 2.ª Vara Cível o subscrevi.
Aline Cristina Modesto da Silva
Juíza de Direito

COMARCA DE TRÊS PONTAS - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PRAZO 20 DIAS - DRA ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, Juíza de Direito da Segunda Vara da Comarca de Três Pontas/MG, no exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc.. FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e Secretaria, sob o nº 5002458-85.2021.8.13.0694, os autos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO tendo como partes REGINA MARIA VITAR OTONI e XISTO DE PAULA VITOR OTONI. PELO PRESENTE EDITAL, ficam os eventuais interessados cientes da r. sentença proferida no processo acima, pela Dra. ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, Juíza de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Três Pontas/MG, que DECRETOU A INTERDIÇÃO de XISTO DE PAULA VITOR OTONI, brasileiro, solteiro, nascido aos 07/04/1998, filho de Regina Maria Vitor Otoni, inscrito no CPF nº. 086.403.926-33, portador da C. I. nº 13.528.825SSP/MG, por ser o mesmo portador de Síndrome Down, com grave deficit intelectual Q90.0 Epilepsia G40.9, com fulcro nos artigos 1.767, do Código Civil de 2002 c/c art.755, §1º, do Código de Processo Civil de 2015, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil (com limitação à assistência do interditando nos negócios em que comparecer como devedor ou tomador de empréstimos ou mútuos, vedando-lhe qualquer negócio, sem referida assistência, que importe na aquisição de qualquer tipo de obrigação de natureza econômica ou financeira, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis), nomeando como seu(s) curador(a), a pessoa de REGINA MARIA VITAR OTONI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n° 072.852.496-10, portadora do RG MG-14.535.527, que através de termo próprio, ficou compromissado(a) a representá-lo(as), sem qualquer limitação e independentemente de especialização de hipoteca legal, sob as penas da lei. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital que será afixado no átrio do Fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Pontas, Estado de Minas Gerais, aos 24 de agosto de 2022. Eu....., Marcela Miari Brito Castro, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Givanildo Cornélio de Oliveira, Escrivão Judicial.
ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA
Juíza de Direito

COMARCA DE TRÊS PONTAS - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PRAZO 20 DIAS - DRA ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, Juíza de Direito da Segunda Vara da Comarca de Três Pontas/MG, no exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc.. FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e Secretaria, sob o nº 0009509-19.2013.8.13.0694, os autos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO tendo como partes MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e DENISE DOS REIS DE JESUS . PELO PRESENTE EDITAL, ficam os eventuais interessados cientes da r. sentença proferida no processo acima, pela Dra. ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, Juíza de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Três Pontas/MG, que DECRETOU A INTERDIÇÃO de DENISE DOS REIS DE JESUS, brasileira, solteira, nascida aos 20/01/1974, filha de Marilda de Jesus Oliveira e de João Gomes de Oliveira, inscrita no CPF nº 064.090.316-96, portadora do RG nº MG-18.296.238, por ser a mesma portadora de Esquizofrenia Paranóide, com fulcro nos artigos 1.767, do Código Civil de 2002 c/c art.755, §1º, do Código de Processo Civil de 2015, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil (com limitação à assistência do interditando nos negócios em que comparecer como devedor ou tomador de empréstimos ou mútuos, vedando-lhe qualquer negócio, sem referida assistência, que importe na aquisição de qualquer tipo de obrigação de natureza econômica ou financeira, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis), nomeando como seu(s) curador(a), a pessoa de JÉSSICA AMANDA DA SILVA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n° 113.416.056-98, portadora do RG MG-18.676.198, que através de termo próprio, ficou compromissado(a) a representá-lo(as), sem qualquer limitação e independentemente de especialização de hipoteca legal, sob as penas da lei. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital que será afixado no átrio do Fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Pontas, Estado de Minas Gerais, aos 24 de agosto de 2022. Eu....., Marcela Miari Brito Castro, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Givanildo Cornélio de Oliveira, Escrivão Judicial.
ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA
Juíza de Direito

COMARCA DE TRÊS PONTAS - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PRAZO 20 DIAS - DRA ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, Juíza de Direito da Segunda Vara da Comarca de Três Pontas/MG, no exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc.. FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e Secretaria, sob o nº 5002829-20.2019.8.13.0694, os autos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO tendo como partes MARLY BATISTA MAGANHA e VALDECI BATISTA. PELO PRESENTE EDITAL, ficam os eventuais interessados cientes da r. sentença proferida no processo acima, pela Dra. ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, Juíza de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Três Pontas/MG, que DECRETOU A INTERDIÇÃO de VALDECI BATISTA, brasileiro, casado, nascido aos 23/05/1967, inscrito no CPF sob o nº 918.742.546-72, portador do RG nº MG-17.863.692, filho de Maraisa Pereira Batista, por ser o mesmo portador de Epilepsia de difícil

controle com repercussão cognitiva, afetiva e psíquica, com fulcro nos artigos 1.767, do Código Civil de 2002 c/c art.755, §1º, do Código de Processo Civil de 2015, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil (com limitação à assistência do interditando nos negócios em que comparecer como devedor ou tomador de empréstimos ou mútuos, vedando-lhe qualquer negócio, sem referida assistência, que importe na aquisição de qualquer tipo de obrigação de natureza econômica ou financeira, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis), nomeando como seu(s) curador(a), a pessoa de MARLY BATISTA MAGANHA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 918.741.066-49, portadora do RG nº MG-13.614.544, que através de termo próprio, ficou compromissado(a) a representá-lo(as), sem qualquer limitação e independentemente de especialização de hipoteca legal, sob as penas da lei. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital que será afixado no átrio do Fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Pontas, Estado de Minas Gerais, aos 24 de agosto de 2022. Eu....., Marcela Miari Brito Castro, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Givanildo Cornélio de Oliveira, Escrivão Judicial.
ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA
Juíza de Direito

COMARCA DE TRÊS PONTAS - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PRAZO 20 DIAS - DRA ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, Juíza de Direito da Segunda Vara da Comarca de Três Pontas/MG, no exercício de seu cargo, na forma da Lei, etc.. FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e Secretaria, sob o nº 0031506-53.2016.8.13.0694, os autos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO tendo como partes LUCIANA VITAR CAINELI SANTOS e ANA LÚCIA CAINELI. PELO PRESENTE EDITAL, ficam os eventuais interessados cientes da r. sentença proferida no processo acima, pela Dra. ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA, Juíza de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Três Pontas/MG, que DECRETOU A INTERDIÇÃO de ANA LÚCIA CAINELI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº.072.661.266-90, nascida aos 13/06/1985, filha de Catarina Leopoldino Caineli e de Luiz Roberto Caineli, por ser a mesma portadora da doença de Sturgeweber, com fulcro nos artigos 1.767, do Código Civil de 2002 c/c art.755, §1º, do Código de Processo Civil de 2015, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil (com limitação à assistência do interditando nos negócios em que comparecer como devedor ou tomador de empréstimos ou mútuos, vedando-lhe qualquer negócio, sem referida assistência, que importe na aquisição de qualquer tipo de obrigação de natureza econômica ou financeira, mantendo incólumes os seus demais direitos políticos e civis), nomeando como seu(s) curador(a), a pessoa de LUCIANA VITAR CAINELI SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº.106.046.066-13, que através de termo próprio, ficou compromissado(a) a representá-lo(as), sem qualquer limitação e independentemente de especialização de hipoteca legal, sob as penas da lei. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital que será afixado no átrio do Fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Três Pontas, Estado de Minas Gerais, aos 24 de agosto de 2022. Eu....., Marcela Miari Brito Castro, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Eu, Givanildo Cornélio de Oliveira, Escrivão Judicial.
ALINE CRISTINA MODESTO DA SILVA
Juíza de Direito

TUPACIGUARA

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE TUPACIGUARA - MG SECRETARIA DE JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL e DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. - JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. ROBERTO BERTOLDO GARCIA - MMº Juiz de Direito desta Comarca de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc# Faz saber a todos quantos o presente edital de citação com o prazo de 30 (trinta) dias virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria, tramitam com inteira observância das prescrições legais os autos nº 5001460-48.2020.8.13.0696 da AÇÃO DE ADOÇÃO, requerida por KATIUCE DIANA PEREIRA DOS SANTOS e MARCIA FELDNER GONÇALVES contra ESPÓLIO DE AIRTON INÁCIO DE LIMA, REPRESENTADO POR ANDRÉ LUIZ FELDNER DE LIMA e NILZA MILAGRE RIBEIRO. É o presente para citar e intimar NILZA MILAGRE RIBEIRO, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, querendo, no prazo de 15 (quinze), CONTESTAR a presente ação, sob as penas da lei. Decorrido o prazo do edital e mais o da contestação proceder-se-á conforme determina a lei processual civil. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado conforme determina a lei e afixado no átrio deste Fórum. O Juiz de Direito - ROBERTO BERTOLDO GARCIA. ASSINATURA ELETRÔNICA

UBÁ

VARA DE FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE UBÁ-MG. EDITAL DE INTIMAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO: 30 DIAS. Saibam todos quantos o presente edital de intimação virem que perante o Juízo da Vara de Família, Infância e Juventude e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ubá-MG, corre Ação Penal, autuada sob o nº 0026069-74.2020.8.13.0699, requerido pelo Ministério Público de Minas Gerais em face de Rodrigo Mota da Silva. Fica o réu RODRIGO MOTA DA SILVA, nascido aos 17/03/1983, filho de Sebastiana de Jesus Silva Mota e de José Mota da Silva, atualmente em local incerto e não sabido, intimado da sentença, que julgou PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu pela imputação da contravenção penal de vias de fato, previsto no art. 21, da Lei de Contravenções Penais, salientando que o prazo para interposição de recurso de 05 (cinco) dias. Para conhecimento de todos, especialmente da parte interessada, publica-se o presente na Imprensa Oficial, e afixa-o no átrio do Fórum. Ubá-MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Elizabeth Costa Fernandes, Gerente de Secretaria, o digitei. O MM. Juiz de Direito, Dr. Thiago Brega de Assis.

COMARCA DE UBÁ -MG - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(JUSTIÇA GRATUITA)
Edital de intimação do réu PAULO SÉRGIO LIZARDO LADEIRA, RG: M-3576914, nascido aos 09/09/1965, filho de Maria Lizardo Ladeira e Candido Ladeira, atualmente residente em local incerto e não sabido, com prazo de 60 (sessenta) dias.
O Dr. Nilo Marques Martins Junior, Juiz de Direito da Vara Criminal e Precatórias da Comarca de Ubá(MG), em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.
Faz saber aos que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Criminal, tem em andamento um Processo n.º 0699.16.008694-7 em que a justiça move contra PAULO SÉRGIO LIZARDO LADEIRA.
E constando dos autos que o réu acima qualificado(a), encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, mandou o MM. Juiz de Direito, expedir o presente edital de INTIMAÇÃO por todo o teor da decisão: "Vistos etc. Tendo em vista que entre o dia que houve o recebimento da denúncia, suspensão do prazo prescricional até a presente data, verifica-se que transcorreu o período superior a 04(quatro) anos. À vista disso, DECLARO EXTINTA A ´PUNIBILIDADE DO DENUNCIADO, com fulcro no art. 107, VI do CP. Dr. Nilo Marques Martins Junior (Juiz de Direito)". Dado e passado nesta cidade de Ubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu (aa), Andrea de Oliveira papa Soares, Escrivã Judicial subscrevi.
Nilo Marques Martins Junior
Juiz de Direito

COMARCA DE UBÁ -MG - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(JUSTIÇA GRATUITA)
Edital de intimação do réu CLÁUDIO PAULO DE OLIVEIRA, RG: 5451082/MG E CPF: 641.508.526-34, nascido aos 04/09/1968, filho de Vicente Paulo de Oliveira e Cecília Braga Oliveira, atualmente residente em local incerto e não sabido, com prazo de 60 (sessenta) dias.
O Dr. Nilo Marques Martins Junior, Juiz de Direito da Vara Criminal e Precatórias da Comarca de Ubá(MG), em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.
Faz saber aos que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Criminal, tem em andamento um Processo n.º 0699.13.001753-5 em que a justiça move contra CLÁUDIO PAULO DE OLIVEIRA.
E constando dos autos que o réu acima qualificado(a), encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, mandou o MM. Juiz de Direito, expedir o presente edital de INTIMAÇÃO por todo o teor da decisão: "Vistos etc. Considerando que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva em abstrato, DECLARO EXTINTA A ´PUNIBILIDADE de CLÁUDIO PAULO DE OLIVEIRA, com base no art. 107, inciso IV, do Código penal, em relação às infrações de que trata este procedimento. Dr. Nilo Marques Martins Junior (Juiz de Direito)". Dado e passado nesta cidade de Ubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu (aa), Andrea de Oliveira papa Soares, Escrivã Judicial subscrevi.
Nilo Marques Martins Junior
Juiz de Direito

COMARCA DE UBÁ -MG - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(JUSTIÇA GRATUITA)
Edital de intimação da vítima SEBASTIÃO EUSTÁQUIO MENEZES, RG: 4538406/MG, nascido aos 29/03/1969 filho(a) de Expedito Menezes Gravina e Irene Pereira de Menezes, atualmente em local incerto e não sabido, com prazo de 90 (noventa) dias.
O Dr. Nilo Marques Martins Junior, Juiz de Direito da Vara Criminal e Precatórias da Comarca de Ubá(MG), em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.
Faz saber aos que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Criminal, tem em andamento um Processo n.º 0699.18.007235-6 em que a justiça move contra JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA OLIVEIRA.
E constando dos autos que a vítima acima qualificada, encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, mandou a MM. Juiz de Direito, expedir o presente edital de INTIMAÇÃO por todo o teor da decisão: "Vistos, etc., Assim, diante do exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal para submeter o acusado JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA OLIVEIRA, já qualificado, nas iras do art. 155 caput c/c art. 14 II c/c art. 61 I e

art. 65 I e III 'd', ambos do CP, à pena de 01(um) ano e 01(um) mês de reclusão e 11(onze) dias-multa, em regime semiaberto, sendo denegado ao mesmo o direito de recorrer em liberdade. Nilo Marques Martins Junior (Juiz de Direito)". Dado e passado nesta cidade de Ubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (aa), Andrea de Oliveira Papa Soares, Escrivã Judicial subscrevi.
Nilo Marques Martins Junior
Juiz de Direito

COMARCA DE UBÁ -MG - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Edital de intimação do(a) sentenciado(a) EDSON LUIZ DO CARMO CABRAL, portador do RG: 8295807/MG e CPF: 946.485.906-78, nascido aos 17/11/1976, filho de Jair de Castro Cabral e Maria José do Carmo Cabral, atualmente em local incerto e não sabido, com prazo de 60 (sessenta) dias.
O Dr. Nilo Marques Martins Junior, Juiz de Direito da Vara Criminal e Precatórias da Comarca de Ubá(MG), em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.
Faz saber aos que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Criminal, tem em andamento um Processo n.º 0699.18.007247-1 em que a justiça move contra EDSON LUIZ DO CARMO CABRAL.
E constando dos autos que o(a) réu acima qualificado(a), encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, mandou a MM. Juiz de Direito, expedir o presente edital de INTIMAÇÃO por todo o teor da decisão: JULGO PROCEDENTE a pretensão estatal contida na denúncia para, submeter o acusado, como incurso nas sanções do art. 155, caput c/c art. 16, ambos do CP, à pena de 06(seis) meses de reclusão e 05(cinco) dias-multa, em regime aberto, sendo concedido ao mesmo o direito de recorrer em liberdade. Substituo a pena privativa de liberdade aplicada, por uma restritiva de direito consistente na prestação pecuniária no valor equivalente a R$1.500,00 a ser depositado no Banco do Brasil, Agência 1615-2, Setor Público, conta 300.699-9, em até 10 parcelas. PRI. Dr. Nilo Marques Martins Junior (Juiz de Direito)". Dado e passado nesta cidade de Ubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (aa), Andrea de Oliveira Papa Soares, Escrivã Judicial subscrevi.
Nilo Marques Martins Junior
Juiz de Direito

COMARCA DE UBÁ -MG - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(JUSTIÇA GRATUITA)
Edital de intimação do(a) réu BRUNO LELIS DA COSTA BRESSAN SOARES, RG: 13093031/MG, nascido(a) aos 20/06/1986, filho(a) de Elisson Dias Soares e Maria dos Anjos da Costa Soares, atualmente residente em local incerto e não sabido, com prazo de 60 (sessenta) dias.
O Dr. Nilo Marques Martins Junior, Juiz de Direito da Vara Criminal e Precatórias da Comarca de Ubá(MG), em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.
Faz saber aos que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Criminal, tem em andamento um Processo n.º 0699.17.008295-1, em que a justiça move contra BRUNO LELIS DA COSTA BRESSAN SOARES e outros.
E constando dos autos que o réu, acima qualificado, encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, mandou a MM. Juiz de Direito, expedir o presente edital de INTIMAÇÃO por todo o teor da decisão: "Vistos etc., JULGO IMPROCEDENTE a pretensão estatal constante da denúncia para ABSOLVER os réus LÚCIO FLÁVIO DE ASSIS E BRUNO LELLIS DA COSTA BRESSAN SOARES, ambos já qualificados, das imputações que lhes são feitas com espeque no art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal ." P.R.I. Dr. Nilo Marques Martins Junior (Juiz de Direito). Dado e passado nesta cidade de Ubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (aa).,Andrea de Oliveira Papa Soares, Escrivã Judicial o subscrevi.
Nilo Marques Martins Junior
Juiz de Direito

COMARCA DE UBÁ -MG - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(JUSTIÇA GRATUITA)
Edital de intimação do(a) réu LUCIO FLAVIO DE ASSIS, RG: 2383011/DF, nascido(a) aos 05/04/1981, filho(a) de Francisco Carlos de Assis e Maria Aparecida da Silva, atualmente residente em local incerto e não sabido, com prazo de 60 (sessenta) dias.
O Dr. Nilo Marques Martins Junior, Juiz de Direito da Vara Criminal e Precatórias da Comarca de Ubá(MG), em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.
Faz saber aos que virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Criminal, tem em andamento um Processo n.º 0699.17.008295-1, em que a justiça move contra LUCIO FLAVIO DE ASSIS e outros.
E constando dos autos que o réu, acima qualificado, encontra-se atualmente em local incerto e não sabido, mandou a MM. Juiz de Direito, expedir o presente edital de INTIMAÇÃO por todo o teor da decisão: "Vistos etc., JULGO IMPROCEDENTE a pretensão estatal constante da denúncia para ABSOLVER os réus LÚCIO FLÁVIO DE ASSIS E BRUNO LELLIS DA COSTA BRESSAN SOARES, ambos já qualificados, das imputações que lhes são feitas com espeque no art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal ." P.R.I. Dr. Nilo Marques Martins Junior (Juiz de Direito). Dado e passado nesta cidade de Ubá, aos 13 de outubro de 2022. Eu, (aa),Andrea de Oliveira Papa Soares, Escrivã Judicial o subscrevi.
Nilo Marques Martins Junior
Juiz de Direito

UBERABA

COMARCA DE UBERABA-MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO da Vítima R. F. da S. - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. JUSTIÇA GRATUITA. O Exmo. Sr. Dr. Fabiano Garcia Veronez, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal desta cidade e Comarca de Uberaba/MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara Criminal, tramitam os autos nº 701.21.004.759-6, em que a JUSTIÇA PÚBLICA/R. F. da S., nascida em 12/10/2002, filha de G. R. da S. move em face de E. F. dos R., em que foi proferida a sentença de fls. 71/72 verso, na data de 07/07/2022, ABSOLVENDO o acusado E. F. dos R. nos termos do artigo 386, inciso VII do CPP. E constando nos autos que a vítima R. F. da S., acima qualificada, encontra-se em lugar incerto e não sabido, é o presente edital, que afixado em lugar público de costume neste fórum, servirá para INTIMÁ-LO da r. sentença, para querendo, após o decurso do prazo do presente edital, apresentar recurso, no prazo de 5 dias, através de advogado legalmente constituído. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Uberaba/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Marco José Ferreira, Oficial de Apoio Judicial B, o digitei. Fabiano Garcia Veronez - Juiz de Direito.

COMARCA DE UBERABA-MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA VÍTIMA D. F. da S. - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. JUSTIÇA GRATUITA. O Exmo. Sr. Dr. Fabiano Garcia Veronez, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal desta cidade e Comarca de Uberaba/MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara Criminal, tramitam os autos nº 701.20.001.748-4, em que tem como vítima D. F. da S., natural de Uberaba/MG, nascida em 08/01/1980, filha de B. S. da S. e de L. F. dos S., e como réu C. F. dos S. S., em que foi proferida a sentença de condenação de fls. 94/97 verso, na data de 20/07/2022, CONDENANDO o ACUSADO - C. F. dos S. S., nas sansões do artigo 129, § 9º do Código Penal, absolvendo-o do crime de ameaça previsto no artigo 147 do CP, com fundamento no artigo 386, VII do CPP, à pena definitiva de 03 (três) meses de detenção em regime aberto, tendo direito ao sursis de suspensão condicional do processo pelo período de 2 anos, a ser impostas após audiência admonitória. E constando nos autos que a vítima D. F. da S., acima qualificada, encontra-se em lugar incerto e não sabido, é o presente edital, que afixado em lugar público de costume neste fórum, servirá para INTIMÁ-LA da r. sentença. E, para querendo recorrer através de procurador legalmente constituído, no prazo de 5 dias, após o decurso do prazo do presente edital. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Uberaba/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Marco José Ferreira, Oficial de Apoio Judicial B, o digitei. Fabiano Garcia Veronez - Juiz de Direito.

COMARCA DE UBERABA-MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS. JUSTIÇA GRATUITA. O Exmo. Sr. Dr. Fabiano Garcia Veronez, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal desta cidade e Comarca de Uberaba/MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara Criminal, tramitam os autos nº 701.20.006.609-3 em que tem como vítima M. J. M. e como réu C. E. M. de D., natural de São Paulo/SP, nascido em 12/04/1986, filho de J. de D. e de M. J. M., atualmente em lugar incerto e não sabido, conforme certidão nos autos, em que foi proferida a sentença de fls. 73/78, na data de 20/07/2022, CONDENANDO-O nas sansões dos artigos 147, caput e 129, § 9º c/c 69, todos do Código Penal, à pena definitiva em 07 (sete) meses e 10 (dez) dias de detenção em regime semiaberto. E constando nos autos que o réu C. E. M. de D., acima qualificado, se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente edital, que afixado em lugar público de costume neste fórum, servirá para INTIMÁ-LO da r. sentença, podendo apelar no prazo de 05 (cinco) dias, após o decurso do prazo deste edital. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Uberaba/MG, aos 13 de outubro de 2022. Eu, Marco José Ferreira, Oficial de Apoio Judicial B, o digitei. Fabiano Garcia Veronez - Juiz de Direito.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE UBERABA - MG - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE ORMEZINDA NEVES - JUSTIÇA GRATUITA - 2ª PUBLICAÇÃO - A Juíza de Direito, CÍNTIA FONSECA NUNES JUNQUEIRA DE MORAES, substituta desta 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Uberaba-MG., em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões e Secretaria respectiva, tramitam os autos nº 5009274-62.2021.8.13.0701, de INTERDIÇÃO, proposta por ISOLINA AUXILIADORA ALVES, brasileira, solteira, psicóloga, portadora do documento de identidade nº. MG-6.785.999-9, inscrita no CPF sob o nº. 700.790.568-49, ambos residentes e domiciliados na Rua José Bonifácio, nº 1.371, Bairro Cidade Jardim, nesta cidade de Uberaba/MG, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Uberaba/MG, em face de ORMEZINDA NEVES, brasileira, solteira, portador do documento de identidade nº. RG MG-23.560.07, inscrito no CPF sob o nº. 112.788.381-04, que por sentença proferida pela Juíza de Direito, CÍNTIA FONSECA NUNES JUNQUEIRA DE MORAES, substituta desta 1ª Vara de Família e Sucessões da

Comarca de Uberaba-MG., datada de 12/09/2022, foi julgado procedente o pedido inicial para DECRETAR A CURATELA de ORMEZINDA NEVES, acima qualificado, nomeando-lhe curador a Sra. ISOLINA AUXILIADORA ALVES, acima qualificado. Ressalte-se que a referida decisão possui as seguintes advertências: a) proibição de alienar ou onerar bens, que venham a ser adquiridos pelo curatelado, sem autorização judicial; b) aplicação dos rendimentos do curatelado na sua saúde, alimentação e bem-estar; c) proibição de retirar parcela do valor dos rendimentos do curatelado para si ou terceiros, devendo, caso necessário, haver pedido expresso. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Uberaba-MG, aos 11/10/2022, por mim, (a) Oficiala de Apoio Judicial, que o digitei. (a) CÍNTIA FONSECA NUNES JUNQUEIRA DE MORAES, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões.

COMARCA DE UBERABA - MG - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE GIOVANNI GONÇALVES DA SILVA - JUSTIÇA GRATUITA - 2ª PUBLICAÇÃO - A Juíza de Direito, CÍNTIA FONSECA NUNES JUNQUEIRA DE MORAES, substituta desta 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Uberaba-MG., em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões e Secretaria respectiva, tramitam os autos nº 5011853-22.2017.8.13.0701, de INTERDIÇÃO, proposta por VANDA HELOISA GONÇALVES, brasileira, convivente, do lar, portadora do documento de identidade nº. MG-11.635.403, inscrita no CPF sob o nº. 036.722.926-99, ambos residentes e domiciliados na Rua Planaltina, nº. 09, Bairro Planalto, nesta cidade de Uberaba/MG, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Uberaba/MG, em face de GIOVANNI GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador do documento de identidade nº. RG MG-16.362.005, inscrito no CPF sob o nº. 098.440.886-07, que por sentença proferida pela Juíza de Direito, CÍNTIA FONSECA NUNES JUNQUEIRA DE MORAES, substituta desta 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Uberaba-MG., datada de 25/07/2022, foi julgado procedente o pedido inicial para DECRETAR A CURATELA de GIOVANNI GONÇALVES DA SILVA, acima qualificado, nomeando-lhe curador a Sra. VANDA HELOISA GONÇALVES, acima qualificado. Ressalte-se que a referida decisão possui as seguintes advertências: a) proibição de alienar ou onerar bens, que venham a ser adquiridos pelo curatelado, sem autorização judicial; b) aplicação dos rendimentos do curatelado na sua saúde, alimentação e bem-estar; c) proibição de retirar parcela do valor dos rendimentos do curatelado para si ou terceiros, devendo, caso necessário, haver pedido expresso. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Uberaba-MG, aos 11/10/2022, por mim, (a) Oficiala de Apoio Judicial, que o digitei. (a) CÍNTIA FONSECA NUNES JUNQUEIRA DE MORAES, Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões.

Comarca de Uberaba - MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE (20) DIAS - O Exma. Sra. Dra. Raquel Agreli Melo, MM. Juiza de Direito da 6ª Vara Cível desta comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo de Direito e Secretaria da 6ª Vara Cível tramitam os autos de nº 5005721-07.2021.8.13.0701, de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DECORRENTE DA NÃO TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO, C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS requerida por JOSE AUGUSTO TEIXEIRA contra MARCELA RODRIGUES FERNANDES DA SILVA, e através do presente, CITA a ré MARCELA RODRIGUES FERNANDES DA SILVA, inscrito no CPF 066.190.226-93, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, Nos termos da referida ação, através da qual o autor alega que O Autor que no dia 18 de novembro de 2019 efetuou a venda de uma motocicleta HONDA/ LEAD, sendo o pagamento acordado foi de R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), ocorre que a compradora desapareceu, sem se desincumbir com ônus contratual de transferência que lhe cabia. Diante de tais fatos, e, tendo em vista a localidade dos cometimentos das infrações de trânsito, o Autor tentou por diversas vezes entrar em contato, via telefone e redes sociais, com a requerida, porém restaram infrutíferas suas tentativas Diante dos fatos aqui narrados, não restou opção ao Autor senão suplicar através da presente ação, objetivando obrigar a Requerida a efetivar a imediata transferência do veículo e das dívidas advindas deste, para o seu nome. Posto isto, Requer a citação da requerida para querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia. ATENÇÃO: Não sendo apresentada a defesa no prazo de cinco (15) dias após o prazo deste edital, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos alegados pelo autor (CPC - ART. 256, inciso I). Salientando que as provas que se pretende produzir devem vir ESPECIFICADAS, inclusive com esclarecimentos sobre a sua necessidade, na contestação e na impugnação, sob pena de preclusão. Em caso de revelia, será nomeado curador, nos termo do art. 257, inciso IV. E, para que não se alegue ignorância é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos sete (07) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022), por mim, (ª). __-Sandro Roberto Del Duque - Gerente de secretaria da 6ª Vara Cível, que o digitei, indo devidamente assinado. (a). Raquel Agreli Melo, Juiza de Direito da 6ª Vara Cível.

Comarca de Uberaba - MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE (20) DIAS - O Exma. Sra. Dra. Raquel Agreli Melo, MM. Juiza de Direito da 6ª Vara Cível desta comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo de Direito e Secretaria da 6ª Vara Cível tramitam os autos de nº 5005911-38.2019.8.13.0701, de AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL C/C DANOS MORAIS E MATERIAS requerida por GUSTAVO BATISTA DA SILVA contra PROGADO REPRESENTACOES EIRELI e BATISTA & BERTOLUCCI PRODUCOES, e através do presente, CITA o executado, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, PROGADO REPRESENTACOES EIRELI, inscrito no CNPJ 02.259.525/0001-71, representada por Marcelo Augusto Teodoro de Andrade, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 3.860.925PC/MG e inscrito no CPF nº 863.543.966-04, Nos termos da referida ação, através da qual o autor alega que ao passar por um mal súbito em um evento, foi chamado os primeiros socorros e eles alegaram ser apenas uma alergia e negaram atendimento, deixando-o no mesmo lugar. Ao dar entrada no hospital no dia 24/11/2018 foi feito diagnostico do AVEI (acidente vascular encefálico do tipo isquêmico) de ponte à esquerda - CID 10 163.3", conforme laudos anexados ao processo, pelo fato de não ter recebido os primeiros socorros, o quadro do requerente agravou-se. O requerente encontra-se afastado de seu trabalho, tendo que fazer fisioterapia, terapia fonoaudiológica, para que possa restabelecer seus movimentos físicos e sua fala. Porém, ainda se sente lesado pela falta de amparo por parte dos organizadores do evento por não adotar nenhuma providência para minimizar o ocorrido, o que colocou sua vida em estado de risco e o que gerou altos gastos com medicação e tratamento para a melhora de seu quadro. Portanto, o requerente objetiva ser indenizado pelos danos morais e materiais sofridos. Posto isto, Requer a citação da requerida para querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia. ATENÇÃO: Não sendo apresentada a defesa no prazo de cinco (15) dias após o prazo deste edital, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, os fatos alegados pelo autor (CPC - ART. 256, inciso I). Salientando que as provas que se pretende produzir devem vir ESPECIFICADAS, inclusive com esclarecimentos sobre a sua necessidade, na contestação e na impugnação, sob pena de preclusão. Em caso de revelia, será nomeado curador, nos termo do art. 257, inciso IV. E, para que não se alegue ignorância é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos sete (07) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022), por mim, (ª). __-Sandro Roberto Del Duque - Gerente de secretaria da 6ª Vara Cível, que o digitei, indo devidamente assinado. (a). Raquel Agreli Melo, Juiza de Direito da 6ª Vara Cível.

Comarca de Uberaba - MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE (20) DIAS - A Exma. Sra. Dra. Raquel Agreli de Melo, MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível desta comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo de Direito e Secretaria da 6ª Vara Cível tramitam os autos de nº 0387192-67.2015.8.13.0701, de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL requerida por KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO em face de BASE AGROMERCANTIL, COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME, RENATO MAGNO PINHEIRO ARAUJO e ELIZABETH CRISTINA LACERDA DIAS, e através do presente, CITA os executados, BASE AGROMERCANTIL, COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.560.854/0001-86, RENATO MAGNO PINHEIRO ARAÚJO, inscrito no CPF/MF sob o nº 067.473.256-13 e ELIZABETH CRISTINA LACERDA DIAS, inscrita no CPF sob o nº 059.759.296-95, estes residentes e domiciliados em lugar incerto e não sabido, dos termos da referida ação, através da qual o exequente alega que a peticionária é credora da ora executada por força do "Instrumento Particular de Confissão, Composição de Dívida, Forma de Pagamento e Outras Avenças". Com efeito, restou pactuado no instrumento contratual supracitado que as executadas pagariam à exequente 60 parcelas, vencendo-se a primeira em 06/01/2015 e a última em 06/12/2019. As partes pactuaram que sobre a importância confessada incidiria juros fixos de 1,830% ao mês. Caso não houvesse o pagamento nas datas estipuladas, o contrato venceria antecipadamente, incidiria além dos encargos, correção monetária, juros de mora de 1% ao mês, e multa de 2% sobre o saldo devedor. Os executados deixaram de efetuar o pagamento já na primeira parcela. Os Co-Executados figuram como intervenientes garantidores do contrato e, por tal, responsabilizaram-se de forma solidária pelo cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Ademais, ressalta-se que o Exequente tentou por todas as formas o recebimento amigável se deu crédito junto aos Executados, sem contudo, que os mesmos manifestassem interesse no adimplemento da dívida. Não restou alternativa ao Exequente, senão pelo ajuizamento da presente ação de execução, objetivando a recuperação de seu crédito. Ante o exposto, é o presente para CITAR os executados para efetuar o pagamento da quantia de R$ 620.667,50 (seiscentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), a ser acrescido de honorários de advogado do autor e custas iniciais no prazo de 3 (três) dias, sob pena de arresto/penhora recair sobre bens de sua propriedade. ADVERTÊNCIAS: 1)No caso de

integral pagamento, no prazo a verba honorária será reduzida pela metade. 2) O(A) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos. 3)O(A) executado(a), comprovando o depósito de trinta por cento do valor acima, poderá requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 916 do CPC. Para que não se alegue ignorância é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Atenção: Em caso de revelia, será nomeado curador, nos termos do art. 257, inciso IV do NCPC. Dado e passado nesta cidade e comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos sete (07) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022), por mim, Sandro Roberto Del Duque, Gerente da 6ª Secretaria Cível, que o digitei, indo devidamente assinado. (a). Raquel Agreli Melo, Juiza de Direito da 6ª Vara Cível.

Comarca de Uberaba - MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE (20) DIAS - A Exma. Sra. Dra. Raquel Agreli de Melo, MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível desta comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo de Direito e Secretaria da 6ª Vara Cível tramitam os autos de nº 0387192-67.2015.8.13.0701, de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL requerida por KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO em face de BASE AGROMERCANTIL, COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME, RENATO MAGNO PINHEIRO ARAUJO e ELIZABETH CRISTINA LACERDA DIAS, e através do presente, CITA os executados, BASE AGROMERCANTIL, COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.560.854/0001-86, RENATO MAGNO PINHEIRO ARAÚJO, inscrito no CPF/MF sob o nº 067.473.256-13 e ELIZABETH CRISTINA LACERDA DIAS, inscrita no CPF sob o nº 059.759.296-95, estes residentes e domiciliados em lugar incerto e não sabido, dos termos da referida ação, através da qual o exequente alega que a peticionária é credora da ora executada por força do "Instrumento Particular de Confissão, Composição de Dívida, Forma de Pagamento e Outras Avenças". Com efeito, restou pactuado no instrumento contratual supracitado que as executadas pagariam à exequente 60 parcelas, vencendo-se a primeira em 06/01/2015 e a última em 06/12/2019. As partes pactuaram que sobre a importância confessada incidiria juros fixos de 1,830% ao mês. Caso não houvesse o pagamento nas datas estipuladas, o contrato venceria antecipadamente, incidiria além dos encargos, correção monetária, juros de mora de 1% ao mês, e multa de 2% sobre o saldo devedor. Os executados deixaram de efetuar o pagamento já na primeira parcela. Os Co-Executados figuram como intervenientes garantidores do contrato e, por tal, responsabilizaram-se de forma solidária pelo cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Ademais, ressalta-se que o Exequente tentou por todas as formas o recebimento amigável se deu crédito junto aos Executados, sem contudo, que os mesmos manifestassem interesse no adimplemento da dívida. Não restou alternativa ao Exequente, senão pelo ajuizamento da presente ação de execução, objetivando a recuperação de seu crédito. Ante o exposto, é o presente para CITAR os executados para efetuar o pagamento da quantia de R$ 620.667,50 (seiscentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), a ser acrescido de honorários de advogado do autor e custas iniciais no prazo de 3 (três) dias, sob pena de arresto/penhora recair sobre bens de sua propriedade. ADVERTÊNCIAS: 1)No caso de integral pagamento, no prazo a verba honorária será reduzida pela metade. 2) O(A) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos. 3)O(A) executado(a), comprovando o depósito de trinta por cento do valor acima, poderá requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 916 do CPC. Para que não se alegue ignorância é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Atenção: Em caso de revelia, será nomeado curador, nos termos do art. 257, inciso IV do NCPC. Dado e passado nesta cidade e comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos sete (07) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022), por mim, Sandro Roberto Del Duque, Gerente da 6ª Secretaria Cível, que o digitei, indo devidamente assinado. (a). Raquel Agreli Melo, Juiza de Direito da 6ª Vara Cível.

COMARCA DE UBERABA - MG - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE ELIZA IGNEZ DE OLIVEIRA - 1ª PUBLICAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - A PUBLICAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 DIAS. A Exma. Sra. Dra. RAQUEL AGRELI MELO, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca de Uberaba-MG., na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões e Secretaria respectiva, tramitam os autos nº 5011641-59.2021.8.13.0701 DE CURATELA requerida pelo HÉLIO FERNANDES DA SILVA em face de ELIZA IGNEZ DE OLIVEIRA que foi deferida a CURATELA da interditada ELIZA IGNEZ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, aposentada, RG - M 3213507, residente e domiciliada no Hotel Geriátrico BW Sênior, situado a Rua Ismael Machado, 104, Abadia, CEP 38026-040, Uberaba - MG, havendo sido nomeado como curador o Sr. HÉLIO FERNANDES DA SILVA, brasileiro, casado, RG N° 22795, CPF N° 068.484.601-25, residente e domiciliado na Rua Dr. Odete de Oliveira Guedes, 56, CEP 38.015-180, Uberaba - MG, nesta por estar a mesma incapacitada relativamente para exercer os atos de natureza patrimonial e negocial. Poderá a requerida praticar os demais atos de natureza não patrimonial como os elencados no §1º do artigo 85 da Lei 13.146/2015, caso tenha condições de expressar consentimento e emitir declaração de vontade, avaliando-se a cada caso concreto. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Uberaba, MG, aos 13 de Outubro de 2022, por mim, Blandino Souto Junior, Estagiário de Direito, que o digitei. RAQUEL AGRELI MELO, Juíza de Direito. Procuradores: GUSTAVO DOS SANTOS FERNANDES - OAB MG114069 e; DPMG Defensoria Pública.

COMARCA DE UBERABA - MG - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DA SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR DE FERNANDA CORREIA DA SILVA - 1ª PUBLICAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - A PUBLICAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 DIAS. A Exma. Sra. Dra. RAQUEL AGRELI MELO, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca de Uberaba-MG., na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões e Secretaria respectiva, tramitam os autos nº 5011074-91.2022.8.13.0701 de SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA requerida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS em face de CLEMIZIA MARTINS que foi deferida a SUBSTITUIÇÃO DA CURATELA da interditada FERNANDA CORREIA DA SILVA, brasileira, solteira, interditada, nascida em 21/07/1984, filha de Eduardo Correia da Silva e Iracy Custódio da Silva, beneficiária no INSS, portadora do RG MG-15.362.646 e CPF 016.834.696-12, atualmente acolhida no SRT São Bento II, localizado na Rua Bolívar de Oliveira, nº 688 - Jardim São Bento, Uberaba/MG, havendo sido nomeada como curadora a Sra. GISELLE SOUZA DE SANTI, brasileira, psicóloga, nascida em 12.05.1982, filha de Homero Borges dos Santos e Maria das Graças Souza Santi, RG MG 8495396, inscrita no CPF sob o nº 056.169.656-00, com endereço profissional na Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba (Avenida Guilherme Ferreira, nº 1539, bairro Cidade Jardim) e residente na Rua Ovídio Nogueira, nº 385, Parque do Mirante, Uberaba/MG, em substituição à CLEMIZIA MARTINS, brasileira, solteira, psicóloga, portadora do CPF n° 640.528.696-72 e do RG n° MG3.800.441 - PC/MG, filha de Jesus Martins Ferreira e Floripedes Martins de Lima, residente na Rua Alaor Gomes, nº 11, apto 301, bloco A, bairro Boa Vista, Uberaba/MG. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Uberaba, MG, aos 13 dias do mês de Outubro de 2022, por mim, Blandino Souto Junior, Estagiário de Direito, que o digitei e subscrevo, indo devidamente assinado. RAQUEL AGRELI MELO, Juíza de Direito. Procurador: Ministério Público de Minas Gerais.

COMARCA DE UBERABA - MG - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE MARIA PEREIRA ROSA - 1ª PUBLICAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - A PUBLICAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 DIAS. A Exma. Sra. Dra. RAQUEL AGRELI MELO, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca de Uberaba-MG., na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões e Secretaria respectiva, tramitam os autos nº 5012227-96.2021.8.13.0701 DE CURATELA requerida pela IRISNETE DE FATIMA ROSA em face de MARIA PEREIRA ROSA que foi deferida a CURATELA da interditada MARIA PEREIRA ROSA, RG MG-4.781.315, CPF 743.704.806-04, brasileira, viúva, do lar, residente na Rua Rosalina Maria de Araújo, n° 22, Bairro Josa Bernardino I, CEP 38073-019, Uberaba-MG, havendo sido nomeada como curadora a Sra. IRISNETE DE FATIMA ROSA, RG MG-4.581.440, CPF 005.582.666-06, brasileira, solteira, diarista, residente na Rua Rosalina Maria de Araújo, n° 22, Bairro Josa Bernardino I, CEP 38073-019, Uberaba-MG, nesta por estar a mesma incapacitada relativamente para exercer os atos de natureza patrimonial e negocial. Poderá a requerida praticar os demais atos de natureza não patrimonial como os elencados no §1º do artigo 85 da Lei 13.146/2015, caso tenha condições de expressar consentimento e emitir declaração de vontade, avaliando-se a cada caso concreto. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Uberaba, MG, aos 13 de Outubro de 2022, por mim, Blandino Souto Junior, Estagiário de Direito, que o digitei. RAQUEL AGRELI MELO, Juíza de Direito. Procurador: DPMG Defensoria Pública.

COMARCA DE UBERABA - MG - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE IRMA GARCIA DA SILVA - 1ª PUBLICAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - A PUBLICAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 DIAS. A Exma. Sra. Dra. RAQUEL AGRELI MELO, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca de Uberaba-MG., na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões e Secretaria respectiva, tramitam os autos nº 5013156-32.2021.8.13.0701 DE CURATELA requerida pela SOLANGE SOARES SILVA ESTEVES em face de IRMA GARCIA DA SILVA que foi deferida a CURATELA da interditada IRMA GARCIA DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, portadora da

carteira de identidade nº 21.331.265 MG e do CPF nº 913.446.201-59, residente e domiciliada na Rua João Prata, nº 20, Bairro Estados Unidos, Uberaba/MG, CEP 38015-400, havendo sido nomeada como curadora a Sra. SOLANGE SOARES SILVA ESTEVES, brasileira, cabeleireira, portadora da carteira de identidade nº 18.191.037 MG e do CPF nº 363.714.831-53, residente e domiciliada na Rua João Prata, nº 20, Bairro Estados Unidos, Uberaba/MG, CEP 38015-400, nesta por estar a mesma incapacitada relativamente para exercer os atos de natureza patrimonial e negocial. Poderá a requerida praticar os demais atos de natureza não patrimonial como os elencados no §1º do artigo 85 da Lei 13.146/2015, caso tenha condições de expressar consentimento e emitir declaração de vontade, avaliando-se a cada caso concreto. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Uberaba, MG, aos 13 de Outubro de 2022, por mim, Blandino Souto Junior, Estagiário de Direito, que o digitei. RAQUEL AGRELI MELO, Juíza de Direito. Procuradores: LETICIA DE OLIVEIRA CAMPOS BARBOSA - OAB MG166356 e; DPMG Defensoria Pública.

COMARCA DE UBERABA - MG - EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE EVALDO ALVES FERREIRA - 1ª PUBLICAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - A PUBLICAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR TRÊS VEZES COM INTERVALO DE 10 DIAS. A Exma. Sra. Dra. RAQUEL AGRELI MELO, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca de Uberaba-MG., na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões e Secretaria respectiva, tramitam os autos nº 5011396-48.2021.8.13.0701 DE CURATELA requerida por JOSE ALEXANDRE FERREIRA e; RIVAL ALVES FERREIRA em face de EVALDO ALVES FERREIRA que foi deferida a CURATELA do interditado EVALDO ALVES FERREIRA, brasileiro, solteiro, incapaz, inscrito no CPF sob o nº 072.290.256-56, identidade nº MG-12.399.223, filho de José Alexandre Ferreira e Margarida Alves Teixeira, nascido em 06/09/1986 (35 anos), residente e domiciliado na Avenida Volveno Marega, nº 134, bairro Costa Teles 2, CEP 38036-330, na cidade de Uberaba-MG, havendo sido nomeados como curadores o Senhor JOSE ALEXANDRE FERREIRA, brasileiro, viúvo, aposentado, inscrito no CPF sob o nº 389.355.896-91, identidade nº 11952440, residente e domiciliado na Avenida Volveno Marega, nº 134, bairro Costa Teles 2, CEP 38036-330, na cidade de Uberaba-MG e; o Senhor RIVAL ALVES FERREIRA, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº 743.862.716-00, identidade nº RG M-6.256.821 - MG, residente e domiciliado na Rua Oscarina de Castro, nº 505, bairro Uberaba I, CEP 38073-176, na cidade de Uberaba-MG, nesta por estar o mesmo incapacitado relativamente para exercer os atos de natureza patrimonial e negocial. Poderá o requerido praticar os demais atos de natureza não patrimonial como os elencados no §1º do artigo 85 da Lei 13.146/2015, caso tenha condições de expressar consentimento e emitir declaração de vontade, avaliando-se a cada caso concreto. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Uberaba, MG, aos 13 de Outubro de 2022, por mim, Blandino Souto Junior, Estagiário de Direito, que o digitei. RAQUEL AGRELI MELO, Juíza de Direito. Procuradores: RIVALDO ALVES FERREIRA - OAB MG122318; ANDRE RODRIGUES BRAGA - OAB MG206929 e; DPMG Defensoria Pública.

JUÍZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBERABA-MG - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE INTIMAÇÃO -PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS - O Dr. Fabiano Garcia Veronez, MMº. Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal, Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem notícias que por este Juízo tramita os autos 5028140-84.2022.8.13.0701 em desfavor do requerido: B. L., nascido aos 09/02/1958, sem filiação informada nos autos, referente ao pedido de medidas protetivas requerida pela ofendida L. P., nascida em 19/01/1968, natural de Uberaba/MG, filha de S. A. de P. e M. L. S. P, com fundamento no art. 12, III da Lei 11.340/06. E constando dos autos que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, é o presente edital que, afixado em lugar público e de costume neste Fórum, servirá para intimar B. L. de que foram deferidas as seguintes medidas protetivas em favor da ofendida: 1) proibição do requerido de aproximar-se, bem como de manter contato, por qualquer meio de comunicação, pelo prazo de 180 dias, devendo manter distância mínima de 300 metros da ofendida. Fica o requerido advertido expressamente de que o descumprimento de quaisquer condições impostas pode levar a consequências mais severas, inclusive a decretação de sua prisão preventiva, nos termos da Lei Maria da Penha. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022. Eu, , Janaina da Silveira Silva, Oficial de Apoio Judicial, o digitei. Fabiano Garcia Veronez - Juiz de Direito

UBERABA COMARCA DE - ESTADO DE MINAS GERAIS - JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE CITAÇÃO, prazo de 10 (dez) dias. O Exmo. Sr. Dr. Marcelo Geraldo Lemos, MM. Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberaba, na forma da lei etc. PELO PRESENTE EDITAL, expedido nos autos de AÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO, PROCESSO Nº 5016311-43.2021.8.13.0701, requerida por Ministério Público de Minas Gerais, em face de Maria Aparecida Chagas e de Reinaldo Rodrigues Ferreira, que tramita por este Juízo e Secretaria da Vara da Infância e Juventude local, CITA Maria Aparecida Chagas, que se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido para, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do presente, manifestar-se sobre a presente ação, em favor de sua filha L.C.R., contestando-a se desejar, sob pena de revelia, ficando advertida de que não sendo contestada a presente, ser-lhe-á nomeado curador especial, nos termos do art. 257, IV do NCPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Uberaba, aos 13 de outubro de 2022. Eu,_____Jean Paulo de Queiroz, Gerente de Secretaria, o digitei, _____Marcelo Geraldo Lemos, MM. Juiz de Direito da Infância e da Juventude.

COMARCA DE UBERABA-MG - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE (15) QUINZE DIAS. JUSTIÇA GRATUITA - AUTOS 0104900-96.2021.8.13.0701 - O Exmo. Sr. Dr. Fabiano Garcia Veronez, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberaba/MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 2ª Vara Criminal tramitam os autos em epígrafe foi recebida denúncia contra J. D. X. das C. J., brasileiro, solteiro, eletricista, nascido em 12/07/1985 na cidade de São Paulo-SP, portador do RG nº 23971403, inscrito no CPF sob o nº 346.493.118-88, por haver, no dia 3 de outubro de 2021, por volta de 18h50min, na rua Célio Oliveira, bairro Cidade Ozanan, nesta cidade e comarca de Uberaba, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, o denunciado ofendeu a integridade física da vítima F. L. da S. - sua ex-companheira -, produzindo-lhe as lesões corporais. Infere-se que denunciado e vítima mantiveram uma união estável durante cerca de 3 anos, mas já estavam separados há 2 anos, tendo ela informado ter sofrido agressões físicas por parte dele ainda durante o relacionamento afetivo, não tomando providências quanto a tais fatos. Certo é que, nas circunstâncias de tempo e espaço acima descritas, a vítima foi à residência do denunciado a pretexto de buscar um telefone celular que lhe havia emprestado dias antes. Uma vez no local, por motivos não satisfatoriamente apurados, a ofendida foi recebida pelo increpado com agressões físicas, tendo ele desferido contra ela socos, chutes, empurrões e puxões de cabelo, produzindo-lhe as lesões corporais descritas no relatório médico de fls.17. Consta que, em virtude das agressões, a vítima foi lançada ao solo e, para fazer cessar os ataques, não teve outra escolha senão aplicar uma mordida na perna direita do ex-companheiro, que, na mesma ocasião, proferiu ameaças de morte contra ela, proclamando "Eu vou te matar!". A Polícia Militar foi acionada, compareceu ao local do fato e efetivou a prisão flagrancial do denunciado, conduzindo as partes à presença da Autoridade Policial, perante a qual a vítima manifestou-se no sentido de não oferecer representação criminal. Saliente-se que a materialidade ficou demonstrada a partir do APFD e do REDS. Em face do exposto, o Ministério Público oferece a presente denúncia, enquadrando J. D. X. das C. J. no artigo 129, §13 do Código Penal. Assim, pelo presente, edital, fica o referido acusado J. D. X. das C. J., CITADO por este edital, para responder a acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de advogado, após o prazo estipulado para o presente edital e, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, sob pena de ser-lhe nomeado Defensor Público ou dativo. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Uberaba, MG, aos 13 de outubro de 2022.Eu, Marco José Ferreira, Oficial de Apoio Judicial B, o digitei. Fabiano Garcia Veronez - Juiz de Direito.

UBERLÂNDIA

Processo n.º 702.18.100.695-9
O Doutor MARCOS JOSÉ VEDOVOTTO, Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tiverem notícia, que por este Juízo foi determinada a intimação dop denunciado CAUIBI BARBOSA DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, natural de Fortaleza/CE, nascido aos 14 de Setembro de 1991, filho de Silvia Andrade Brandão e Cauibi Barbosa dos Santos, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, em decisão proferida nos autos, para intimar o acusado sobre: "Proposta de Acordo de Não Persecução Penal, o qual o indiciado acompanhado de seu advogado, firma confissão formal e circunstanciada dos fatos e fica proposto o pagamento de prestação pecuniária pela reversão da fiança paga em favor da conta judicial do Juízo da Execução Penal. Deve constituir Advogado, ou informar se necessitará da assistência da Defensoria Pública. No caso da constituição do Advogado, este deverá manifestar n o prazo de 10 dias sobre a Proposta de Acordo de Não Persecução Penal oferecida pelo Ministério Público". Assim nos termos do art. 361 do CPP, foi o presente edital expedido e afixado no lugar público de costume, para intimá-lo(a)(s), com PRAZO DE 15 DIAS. DADO e PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, aos 13 de Outubro de 2022. Eu, _____Lillian Torres e Silva, Oficial Judiciário, o digitei, subscrevi.
Marcos José Vedovotto
Juiz de Direito

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG - 5ª VARA CRIMINAL - Palácio da Justiça Rondon Pacheco - Av. Rondon Pacheco nº 6130, Bairro Tibery - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE RÉU PARA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI - Prazo: 15 (quinze) dias - Processo nº 0156099-09.2011.8.13.0702 - Réu: LUIZ MÁRIO DE OLIVEIRA - Vítima: J. E. P. de O. - O Juiz de

Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Dimas Borges de Paula, na forma da Lei, por meio deste Edital, por possivelmente estar em lugar ignorado, INTIMA o réu, LUIZ MÁRIO DE OLIVEIRA, RG MG-11063361, filho de Maria do Carmo de Oliveira e Alcides Pains de Oliveira, nascido no dia 10/05/1969, natural de Canapólis/MG, para comparecer à SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI a ser realizada no Salão do Júri 2 do Fórum da Comarca de Uberlândia-MG (endereço acima), no dia 8 de novembro de 2022, às 13h00min, quando será julgado pela acusação de tentativa de homicídio contra J. E. P. de O., fato ocorrido no dia 12/02/2011, por volta das 18h20min, na Rua André Rebouças, nº 182, Bairro Nossa Senhora das Graças, cidade de Uberlândia-MG. Dado e passado na Comarca de Uberlândia, em 11 de Outubro de 2022. Eu, André Luís de Araújo, Gerente de Secretaria, expedi o presente edital. Dimas Borges de Paula, Juiz de Direito, assina.

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG - 5ª VARA CRIMINAL - Palácio da Justiça Rondon Pacheco - Av. Rondon Pacheco nº 6130, Bairro Tibery - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE RÉU PARA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI - Prazo: 15 (quinze) dias - Processo nº 0744761-86.2011.8.13.0702 - Réu: DANIEL JOSÉ ROSA - Vítima: W. R. R. M. - O Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Dimas Borges de Paula, na forma da Lei, por meio deste Edital, por possivelmente estar em lugar ignorado, INTIMA o réu, DANIEL JOSÉ ROSA, RG MG-7434090, filho de Sebastiana Maria Rosa e José Rosa Neto, nascido no dia 20/02/1982, natural de Monte Carmelo/MG, para comparecer à SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI a ser realizada no Salão do Júri 2 do Fórum da Comarca de Uberlândia-MG (endereço acima), no dia 10 de novembro de 2022, às 13h00min, quando será julgado pela acusação de cometimento de homicídio contra W. R. R. M., fato ocorrido no dia 14/09/2011, por volta das 19h49min, na Rua José Honorato Mendes, nº 731, Bairro Taiaman, cidade de Uberlândia-MG. Dado e passado na Comarca de Uberlândia, em 11 de Outubro de 2022. Eu, André Luís de Araújo, Gerente de Secretaria, expedi o presente edital. Dimas Borges de Paula, Juiz de Direito, assina.

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG - 5ª VARA CRIMINAL - Palácio da Justiça Rondon Pacheco - Av. Rondon Pacheco nº 6130, Bairro Tibery - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE RÉU PARA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI - Prazo: 15 (quinze) dias - Processo nº 0038224-52.2010.8.13.0702 - Réu: CARLOS ALBERTO VENÂNCIO DA SILVA - Vítima: C. A. da S. - O Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Dimas Borges de Paula, na forma da Lei, por meio deste Edital, por possivelmente estar em lugar ignorado, INTIMA o réu, CARLOS ALBERTO VENÂNCIO DA SILVA, RG MG-14689359, filho de Antônio Luiz Venâncio da Silva, nascido no dia 10/12/1978, natural de Ribeirão Preto/SP, para comparecer à SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI a ser realizada no Salão do Júri 2 do Fórum da Comarca de Uberlândia-MG (endereço acima), no dia 21 de novembro de 2022, às 13h00min, quando será julgado pela acusação de cometimento de homicídio contra C. A. da S., fato ocorrido no dia 12/06/2009, por volta das 19h15min, na Rua Serra Formosa, nº 852, Bairro Parque São Jorge, cidade de Uberlândia-MG. Dado e passado na Comarca de Uberlândia, em 11 de Outubro de 2022. Eu, André Luís de Araújo, Gerente de Secretaria, expedi o presente edital. Dimas Borges de Paula, Juiz de Direito, assina.

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG - 5ª VARA CRIMINAL - Palácio da Justiça Rondon Pacheco - Av. Rondon Pacheco nº 6130, Bairro Tibery - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE RÉU PARA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI - Prazo: 15 (quinze) dias - Processo nº 0109055-42.2021.8.13.0702 - Réus: MAGAIVER ARAÚJO RAMOS e JOSÉ PAULO MARTINS VIANA NETO - Vítimas: A. V. S. S. e C. G. R. - O Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Dimas Borges de Paula, na forma da Lei, por meio deste Edital, por possivelmente estar em lugar ignorado, INTIMA o réu, JOSÉ PAULO MARTINS VIANA NETO, RG MG-18587844, filho de Maria Tereza Cunha Rocha e Francisco Eduardo Viana, nascido no dia 21/03/1998, natural de Tupaciguara/MG, para comparecer à SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI a ser realizada no Salão do Júri 2 do Fórum da Comarca de Uberlândia-MG (endereço acima), no dia 29 de novembro de 2022, às 13h00min, quando será julgado pela acusação de cometimento de homicídio contra A. V. S. S e C. G. R., fatos ocorridos no dia 19/11/2020, por volta das 21h00min, na Rua Paulo Alexandre Garcia, nº 1245, Bairro Elisson Pietro/Assentamento Glória, cidade de Uberlândia-MG. Dado e passado na Comarca de Uberlândia, em 11 de Outubro de 2022. Eu, André Luís de Araújo, Gerente de Secretaria, expedi o presente edital. Dimas Borges de Paula, Juiz de Direito, assina.

JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBERLÂNDIA
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS
PROCESSO 702.170.750.351

Dr. MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI, MM. Juiz de Direito em substituição legal na Primeira Vara Criminal, Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem notícias ou conhecimento, especialmente o(a)(s) ré(u)(s) MATEUS TIAGO ALMEIDA, brasileiro, natural de Patos de Minas-MG, nascido aos 22/04/1997, filho de Marli Alves Tiago de Almeida e Donizetti Rodrigues de Almeida, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos processo-crime n.º. 702.170.750.351, que lhe moveu a Justiça Pública, tendo em vista fiança depositada nos autos, para que informe nos autos os dados, quais sejam número do cadastro no CPF, banco, agência e conta bancária, para restituição da fiança.

E constando dos autos que o(a)(s) ré(u)(s) supra encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou passar o presente edital pelo qual intima para apresentar documentos pelo prazo de 15 (quinze) dias, sendo certo que o prazo para manifestar-se será de noventa (90) dias após o término do fixado neste edital, ou se, no curso deste, for feita intimação por qualquer outra forma estabelecida no Código de Processo Penal.

DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia-MG, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022-12:56 horas. Eu _____, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevo.

MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI
Juiz de Direito

JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBERLÂNDIA
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS
PROCESSO 702.180.993.009

Dr. MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI, MM. Juiz de Direito em substituição legal na Primeira Vara Criminal, Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem notícias ou conhecimento, especialmente o(a)(s) ré(u)(s) LUIS HENRIQUE DA SILVA, brasileiro, natural de Campina Verde-MG, nascido aos 27/11/1970, filho de Geralda das Dores Teodoro e Arlindo Francisco da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos processo-crime n.º. 702.180.993.009, que lhe moveu a Justiça Pública, tendo em vista fiança depositada nos autos, para que informe nos autos os dados, quais sejam número do cadastro no CPF, banco, agência e conta bancária, para restituição da fiança.

E constando dos autos que o(a)(s) ré(u)(s) supra encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou passar o presente edital pelo qual intima para apresentar documentos pelo prazo de 15 (quinze) dias, sendo certo que o prazo para manifestar-se será de noventa (90) dias após o término do fixado neste edital, ou se, no curso deste, for feita intimação por qualquer outra forma estabelecida no Código de Processo Penal.

DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia-MG, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022-14:42 horas. Eu _____, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevo.

MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI
Juiz de Direito

JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBERLÂNDIA
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO 702.200.090.935 - PRAZO 90 DIAS

Dr. MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI MMº. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal, Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem notícias ou conhecimento, especialmente o(a)(s) ré(u)(s) RODRIGO DE SOUZA MOREIRA, brasileiro, natural de Anápolis/GO, nascido aos 21/09/1986, filho de Meria Lucia de Souza e Jose Moreira da Costa, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos processo-crime nº. 702.200.090.935 que lhe moveu a Justiça Pública, ambos CONDENADOS(A) às penas de 06 (SEIS) anos e dois (02) meses de reclusão, em regime a ser cumprido fechado, bem como ao pagamento de 616 (seiscentos e dezesseis) dias-multa, pelo cometimento do crime descrito pelo art. 33, Caput, da lei 11.343/06 em sentença proferida em, 07/10/2020

E constando dos autos que o(a)(s) ré(u)(s) supra encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou passar o presente edital pelo qual intima da sentença, pelo prazo de 90
(noventa) dias, sendo certo que o de apelação correrá após o término do fixado neste edital, ou se, no curso deste, for feita intimação por qualquer outra forma estabelecida no Código de Processo Penal.

DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia-Mg, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022 Eu _____Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevo.

MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI
Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal

JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBERLÂNDIA
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS
PROCESSO 702.160.391.455

Dr. MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI, MM. Juiz de Direito em substituição legal na Primeira Vara Criminal, Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem notícias ou conhecimento, especialmente o(a)(s) ré(u)(s) PAULO HENRIQUE GABRIEL NUNES, brasileiro, natural de Três Marias-MG, nascido aos 07/08/1992, filho de Ana Lúcia Gabriel de Jesus e Vander Nunes da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos processo-crime n.º. 702.160.391.455, que lhe moveu a Justiça Pública, tendo em vista fiança depositada nos autos, para que informe nos autos os dados, quais sejam número do cadastro no CPF, banco, agência e conta bancária, para restituição da fiança.

E constando dos autos que o(a)(s) ré(u)(s) supra encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou passar o presente edital pelo qual intima para apresentar documentos pelo prazo de 15 (quinze) dias, sendo certo que o prazo para manifestar-se será de noventa (90) dias após o término do fixado neste edital, ou se, no curso deste, for feita intimação por qualquer outra forma estabelecida no Código de Processo Penal.
DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia-MG, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022-16:09 horas. Eu _____, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevo.
MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI
Juiz de Direito

JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UBERLÂNDIA
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 DIAS
PROCESSO 702.170.454.905
Dr. MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI, MM. Juiz de Direito em substituição legal na Primeira Vara Criminal, Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem notícias ou conhecimento, especialmente o(a)(s) ré(u)(s) ANA CAROLINA FERREIRA NAVES, brasileira, natural de Uberlândia-MG, nascido aos 16/02/1983, filha de Maria Naves Silva e José Ferreira da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos processo-crime n.º. 702.170.454.905, que lhe moveu a Justiça Pública, tendo em vista fiança depositada nos autos, para que informe nos autos os dados, quais sejam número do cadastro no CPF, banco, agência e conta bancária, para restituição da fiança.
E constando dos autos que o(a)(s) ré(u)(s) supra encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, mandou passar o presente edital pelo qual intima para apresentar documentos pelo prazo de 15 (quinze) dias, sendo certo que o prazo para manifestar-se será de noventa (90) dias após o término do fixado neste edital, ou se, no curso deste, for feita intimação por qualquer outra forma estabelecida no Código de Processo Penal.
DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia-MG, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022-17:46 horas. Eu _____, Oficial de Apoio Judicial, o digitei e subscrevo.
MÁRCIO JOSÉ TRICOTTI
Juiz de Direito

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE UBERLÂNDIA/MG - 6ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (20) DIAS - DE: MARCELO ARANTES DE ANDRADE - ME, que se encontra em lugar incerto e não sabido. O Dr. Ibrahim Fleury C. de Madeira Filho, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente: MARCELO ARANTES DE ANDRADE - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 06.229.842/0001-04, que se acha em curso perante este Juízo e Secretaria os autos nº 5012391-97.2017.8.13.0702 da AÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL, requerida contra si por VIVIANE SEGANTINI DO NASCIMENTO, inscrita no CPF 030.128.026-65, na qual alega em resumo que: entabulou promessa de compra e venda de imóvel urbano com a parte requerida, mas, embora tenha cumprido integralmente sua obrigação contratual, em que pese também a finalização da obra do referido imóvel, a parte requerida não cumpriu sua obrigação de proceder à transferência do imóvel para a titularidade da autora, razão pela qual foi ajuizada a presente demanda judicial, com o objetivo principal de adjudicação compulsória do aludido bem imóvel. Pelo MM. Juiz foi determinada a citação por edital do réu, tendo em vista que se encontra em local incerto e não sabido. Assim, pelo presente, CITA E CHAMA o requerido MARCELO ARANTES DE ANDRADE - ME, qualificação acima, para os termos da ação, bem como para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente contestação, sob pena de revelia. Fica advertido ainda que, em caso de revelia, ser-lhe-á designado Curador Especial, nos termos do art. 257, IV do CPC. DADO E PASSADO nesta cidade de Uberlândia - MG, aos 11 de outubro de 2022. Eu, Matheus Fernandes de Souza Soares, Oficial Judiciário, o digitei. IBRAHIM FLEURY C. DE MADEIRA FILHO - Juiz de Direito.

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG. SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS. O Dr. Carlos José Cordeiro, Mm. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e respectiva Secretaria, processam-se os termos e atos da ação MONITÓRIA, autos nº 5026670-54.2018.8.13.0702 requerida por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. contra D+ CANNAL VEICULOS LTDA - ME e ADRIANO MATIAS DE SOUZA. Narra o requerente que firmou com o requerido, a anexa Cédula de Bancário no valor total de R$ 63.037,44 (sessenta e três mil e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos) - já computados os encargos - a serem pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas. Ocorre que o requerido deixou de solver a prestação devida ao requerente sendo devedor da importância líquida, certa e exigível de R$ 314.300,29 (trezentos e quatorze mil e trezentos reais e vinte e nove centavos) . E como o réu não foi encontrado para a citação, é o presente Edital expedido com a finalidade de CITAR e chamar o executado D+ CANNAL VEICULOS LTDA - ME e ADRIANO MATIAS DE SOUZA, para os termos e atos da supracitada ação e para efetuar o pagamento da quantia de R$ 314.300,29, no prazo de 15 dias, podendo no mesmo prazo, caso queira, independente de prévia segurança do Juízo, oferecer embargos que, recebidos, suspenderão a eficiência da determinação anterior e serão processados nos mesmos autos, pelo procedimento ordinário. Caso não o faça, constituir-se-á de pleno direito o título em mandado executivo. Se efetuar o pagamento no prazo supra estipulado, ficará isenta de custas processuais e honorários advocatícios (art. 700, 701 e 702 do CPC). Observe-se que os prazos fluem após o prazo do edital. Para conhecimento de todos, especialmente do(a,s) interessado(a,s), expediu-se o presente edital que será publicado uma vez no "Diário do Judiciário" e uma vez em jornal local de grande circulação. Uberlândia, 13 de outubro de 2022. Eu, Thiago Tricotti, Estagiário, o digitei, subscrevo. Carlos José Cordeiro, Juiz de Direito.

COMARCA DE UBERLÂNDIA/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo 20 (vinte) dias. O Dr. ROBERTO RIBEIRO DE PAIVA JUNIOR, Juiz de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Uberlândia - MG, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele notícia tiverem, que perante este Juízo e Secretaria, tramitam os autos do processo nº 5011931-42.2019.8.13.0702, AÇÃO DE COBRANÇA, ajuizada por INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANÇADO LTDA. (ESAMC), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.158.213/0001-34, em face de PAULA RAYZA DINIZ TAVARES. E, pelo presente edital, CITO a ré PAULA RAYZA DINIZ TAVARES, que atualmente está em lugar incerto e não sabido, para os termos e atos da presente ação e para, querendo, contestar, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, com a advertência de que não sendo oferecida a contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC),ficando ciente de que a citação/intimação valerá para os demais atos do processo. E, para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e afixado no lugar público de costume, no Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Uberlândia/MG, em 07 de outubro de 2022. Eu, Fernanda Pereira Marques, Gerente de Secretaria, o digitei e subscrevo, por ordem do MM. Juiz de Direito, Roberto Ribeiro de Paiva Jr.

COMARCA DE UBERLÂNDIA/MG - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo 20 (vinte) dias. O Dr. ROBERTO RIBEIRO DE PAIVA JUNIOR, Juiz de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Uberlândia - MG, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele notícia tiverem, que perante este Juízo e Secretaria, tramitam os autos do processo nº 0359041-88.2015.8.13.0702, AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, ajuizada por CLÁUDIA HELENA SANTOS DE OLIVEIRA e GILMAR FRANCISCO DOS SANTOS, em face de RAMON FELIPE FERNANDES CALDEIRA e SOCIEDADE HOSPITALAR DE UBERLÂNDIA S/A -HOSPITAL E MATERNIDADE MADRECOR. A citação pessoal do 1º réu restou frustrada, e, dessa forma pelo presente edital, CITO o réu RAMON FELIPE FERNANDES CALDEIRA, que atualmente está em lugar incerto e não sabido, para os termos e atos da presente ação e para, querendo, contestar, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, com a advertência de que não sendo oferecida a contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC),ficando ciente de que a citação/intimação valerá para os demais atos do processo. E, para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e afixado no lugar público de costume, no Fórum local. Dado e passado nesta cidade e comarca de Uberlândia/MG, em 07 de outubro de 2022. Eu, Fernanda Pereira Marques, Gerente de Secretaria, o digitei e subscrevo, por ordem do MM. Juiz de Direito, Roberto Ribeiro de Paiva Jr.

EDITAL DE LEILÃO
PROCESSO Nº: 0048575-16.2012.8.13.0702
CLASSE: [CÍVEL] CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
REQUERENTE: EDER CARLOS DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): FERNANDO MARQUES DOS SANTOS
EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (CONFORME LEI Nº 13.105/2015)
FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, JUCEMG 445, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo M.M. Juiz desta Comarca faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores, que no processo indicado venderá os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico (online).
Em 1º leilão, no dia 14/11/2022 às 10:00 e em 2º leilão 05/12/2022 às 10:00 ambas realizadas através da plataforma eletrônica www.fernandoleiloeiro.com.br / www.mgl.com.br.
Em primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado, em primeiro leilão, por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado segundo leilão, na data indicada, quando serão aceitos lances em valor inferior ao da avaliação, desprezando-se o preço vil (conforme art. 891, parágrafo único, da Lei 13.105/2015). Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.
Bem(ns): 01 elevador automotivo, marca JM Máquinas, 2.500 Kg, elétrico trifásico.
Lance mínimo em primeiro leilão 100% da

avaliação: R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais). Lance mínimo em segundo leilão 60% da avaliação: R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais);
ENDEREÇO DE VISITAÇÃO: Av. Rio Mississipi 1115, Mansour, Uberlândia/MG.
DEPOSITÁRIO(A): FERNANDO MARQUES DOS SANTOS.
FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O arrematante deverá efetuar mediante guia judicial, no prazo de 1(um) dia, contado da data do leilão, o pagamento da integralidade do valor do lance. Alternativamente, poderá o arrematante pagar o valor mínimo equivalente a 25% do valor da arrematação, devendo pagar o valor remanescente no prazo máximo de 15 dias, cujo montante deverá ser garantido por fiança/caução bancária em valor equivalente ou maior que o montante a ser garantido. Nesta hipótese, o valor a ser pago, em uma única parcela, no prazo máximo de 15 dias, deverá ser quitado mediante depósito judicial vinculado ao processo a que se refere o bem arrematado. Deixando o arrematante de depositar o valor remanescente no prazo de 15 dias, será imposta a penalidade prevista no art. 897 da Lei 13.105/2015, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei ou no presente edital. Eventuais propostas de pagamento parcelado serão levadas à apreciação do M.M Juiz nos termos do artigo 895 do CPC. Uma vez efetuados os pagamentos, o arrematante, dentro do prazo de 01 (um) dia acima previsto, deverá enviar os comprovantes para o leiloeiro, via e-mail leiloesmg@leiloesmg.com.br, ou qualquer outro meio hábil e inequívoco, para que o leiloeiro possa fazer a juntada dos comprovantes aos autos. Na arrematação mediante lance online, o auto de arrematação será assinado pelo Exmo. Juiz apenas após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação (ou da entrada/sinal, ser for o caso) e da taxa de comissão do leiloeiro, ficando dispensada, nesta hipótese, a assinatura do arrematante no referido auto. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas no edital, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e no edital. Na hipótese de o arrematante não honrar o pagamento, serão sucessivamente chamados os demais arrematantes, pela ordem dos lances ofertados (do maior para o menor), os quais terão o mesmo prazo e condições acima para honrar o valor do lance ofertado, sendo descartados todos os lances em valor inferior ao mínimo previsto no edital.
LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão poderão dar lances pela internet, através da plataforma eletrônica www.mgl.com.br, para tanto deverão ser observadas e cumpridas as regras indicadas no referido site, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento. Na modalidade Internet (online) o interessado deve efetuar cadastro prévio no referido site para anuência às regras de participação dispostas e obtenção de "login" e "senha", os quais possibilitarão a realização de lances em conformidade com as disposições neste edital. Os lances oferecidos pela internet não garantem direitos ao participante em recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. Ao optar por esta forma de participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.
TAXA DE LEILÃO: Em caso de arrematação, 10% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante. Em caso de adjudicação, 2% sobre o valor atualizado do bem adjudicado, a ser paga pelo adjudicante. Em caso de remição ou acordo, 2% sobre o valor atualizado do bem, a ser pago pelo executado. Na hipótese do bem ser arrematado, pelo exequente, 10% sobre o valor da arrematação para bens móveis. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo.
INFORMAÇÕES: através da plataforma eletrônica www.mgl.com.br ou pelo e-mail leiloesmg@leiloesmg.com.br ou pelos telefones (37) 3242-2218, (37) 9-9862-5653.
CONDIÇÕES GERAIS: Aperfeiçoada a arrematação será expedida a carta de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia. A venda dos bens imóveis será sempre considerada ad corpus, sendo que eventuais medidas constantes neste edital serão meramente enunciativas. Em caso de arrematação de bem móvel, fica ao encargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde o mesmo se encontra. Em caso de arrematação ou adjudicação de bem imóvel, caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem, caso o mesmo esteja ocupado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos para eventual regularização do bem arrematado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos da arrematação, inclusive para a expedição da respectiva carta de arrematação, se houver. Caberá ao arrematante tomar todas as providências e arcar com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante arcar com todos os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a prevista para o auto de arrematação. Se houver desistência após a arrematação, caberá ao arrematante multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do lance, em favor do exequente. O executado não poderá impedir o leiloeiro e ou representante legal de vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s), ficando desde já advertido de que a obstrução ou impedimento constitui crime (Art.330 do Código Penal). O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados.
Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem.
Requerente: EDER CARLOS DE OLIVEIRA. Advogado do autor: VICENTE DE PAULO ARAUJO JUNIOR - OAB: 67256.
Requerido: FERNANDO MARQUES DOS SANTOS.
Depositário: FERNANDO MARQUES DOS SANTOS.
Outro: ADV - Autor SAMANTHA LAU FERREIRA ALMEIDA - OAB:121753.
Caso o exequente e/ou executada não sejam notificados, cientificados e/ou intimados por qualquer razão, da data do leilão e, das datas pré-marcadas em que poderão ser realizados novos leilões, caso não haja licitantes, valerá o presente como edital de intimação de leilão conforme Art 889§ Único Novo CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.
Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.
FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO
Leiloeiro Público oficial
RICARDO AUGUSTO SALGE
Juiz de Direito

COMARCA DE UBERLÂNDIA - MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. O Dr. PAULO FERNANDO NAVES DE RESENDE, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nº 5019634-24.2019.8.13.0702, proposta por REAL MOTO PEÇAS LTDA., CPNJ 25.630.302/0001-74 em desfavor de CTA - CENTRO TÉCNICO AUTOMOTIVO LTDA. - ME, CPNJ 22.452.643/0001-09; FAZ SABER a todos quantos os presentes virem ou dele conhecimento tiverem, que se acha em curso perante este Juízo e Secretaria a ação supracitada, em que a exequente é credora da executada do valor de R$ 12.458,48 (doze mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), atualizado até dia 5 de julho de 2022, que corresponde a condenação da ação. Frustrado o pagamento espontâneo, propôs a exequente a presente ação, pedindo a intimação da devedora, para efetuar o pagamento do débito acrescido de correção monetária e juros cabíveis, sob pena de não o fazendo, ser condenada ao pagamento compulsório. E, como a executada CTA - CENTRO TÉCNICO AUTOMOTIVO LTDA. - ME, acima qualificada, encontra-se em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei, pelo qual INTIMA e CHAMA CTA - CENTRO TÉCNICO AUTOMOTIVO LTDA. - ME, acima qualificada, para os termos e atos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuarem o pagamento do montante do débito, sob pena de multa de 10% (dez por cento), além de penhora em seus bens (artigo 523, §1º, do CPC). Em não havendo o pagamento no prazo legal serão devidos, também, honorários de 10% (dez por cento) do valor do débito, relativos à fase de cumprimento de sentença, bem como em caso de revelia ser-lhe-ão nomeados curador especial. DADO E PASSADO nessa cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, aos 13 de outubro de 2022, eu, _____Júnior César de Araújo, oficial judiciário, o digitei e subscrevo. PAULO FERNANDO NAVES DE RESENDE - JUIZ DE DIREITO

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG - 5ª VARA CRIMINAL - Palácio da Justiça Rondon Pacheco - Av. Rondon Pacheco nº 6130, Bairro Tibery - EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo: 15 (quinze) dias - Processo nº 0036751-11.2022.8.13.0702 - Réus: ELISMAR DE JESUS ARANTES e TÚLIO DE OLIVEIRA DA SILVA - Vítima: R.V.O.F. e outros. - O Juiz de Direito titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Dimas Borges de Paula, na forma da Lei, por meio deste Edital, CITA os réus ELISMAR DE JESUS ARANTES, natural de Uberlândia/MG, nascido no dia 26/07/1986, RG 15392967/MG, e TÚLIO DE OLIVEIRA DA SILVA, natural de Cristalina/GO, nascido no dia 13/03/1996, filho de Maria Aparecida Barbosa Oliveira, CPF 063.612.011-20, atualmente em lugares ignorados, para ciência da Ação Penal que lhes move o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na qual é acusado de cometimento de crime de roubo majorado e extorsão qualificada pela restrição de liberdade, classificados nos artigos 157, § 2º, incisos II e V, c/c 157, § 2º-A, I, do Código Penal e no art. 158, §§ 1º e 3º, do Código Penal , ao fundamento de que, no dia 29/01/2022 , por volta das 12h00min, na Avenida Anselmo Alves dos Santos, 3.800 , em Uberlândia-MG, o réu ora citado substraíram para si, mediante grave ameaça exercida pelo emprego de arma de fogo, diversas coisas alheias móveis de propriedade das vítimas e as constrangeram, mediante o emprego de arma de fogo, violência e grave ameaça e restrição de liberdade, com o intuito de obter para si, indevida vantagem econômica, as vítimas a transferir, por meio do emprego de máquina de passar cartão de crédito/débito e via PIX valores, bem como, para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, quando poderão

arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, nos termos dos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. Dado e passado na Comarca Uberlândia-MG, em 13 de outubro de 2022. Eu,Bárbara de Queiroz Melo, Oficiala Judiciária, expedi o presente edital. Dimas Borges de Paula, Juiz de Direito, assina.

COMARCA DE UBERLÂNDIA - EDITAL DE CITAÇÃO. Autos 5047232-45.2022.8.13.0702 - Justiça Gratuita- PRAZO DE 10 DIAS. O Dr. JOSÉ ROBERTO POIANI, MM. Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos pelo presente Edital de Citação, que virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente: FRANCISCO ALVES DA SILVA, filho de Manoel Cândido Rodrigues e Luiza Alves da Silva, e MARIA LUIZA RODRIGUES, filha de João Rodrigues Neto e Maria Inácia da Conceição Neto, que se encontram em lugar incerto e não sabido, que perante este juízo foi proposta contra eles uma Ação de Perda/Destituição do Poder Familiar c/c Adoção, por C.M.A em favor do adolescente F.C.R.S.. Assim, CITA os réus desaparecidos, para, querendo, apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, na forma dos arts. 158 e 159, ambos do ECA. Para conhecimento de todos expediu-se o presente Edital de Citação, que será publicado na forma da lei e afixada uma via neste juízo no local de costume. Ficam ADVERTIDOS de que lhes será nomeado curador especial em caso de revelia, conforme inc. IV, art. 257, CPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, 13 de outubro de 2022. Eu, Renata Ribeiro Silveira, Gerente de Secretaria em substituição, subscrevi.
José Roberto Poiani
Juiz de Direito

EDITAL
O Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tiverem notícia, que por este Juízo foi determinada a citação do(a) ré(u) REGIS ALVES GARCIA, brasileiro, filho de Romildo Alves Garcia e Luzia Carvalho Alves, nascido aos 22/01/1984, e residente e domiciliado em local nesta cidade e comarca, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, tudo nos moldes do art. 396 e 396-A do CPP. Consta na denúncia que em 14/09/2016, por volta das 18h49min na Avenida dos Passáros, na altura do nº 312, Jardim das Palmeiras, nesta cidade de Uberlândia/MG, o denunciado com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. Assim nos termos do art. 361 do CPP, foi o presente edital expedido e afixado no lugar público de costume, para CITÁ-LO(a)(s) e chamá-lo(a)(s) para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento sob pena de revelia, com PRAZO DE 15 DIAS, certo de que, poderá(ão) apresentar a resposta à acusação em 10 dias.DADO e PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, aos 04 de agosto de 2022. Eu, Nayara Guedes, Oficial de Apoio Judicial, o digitei.
MARCOS JOSE VEDOVOTTO
Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia

EDITAL
O Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tiverem notícia, que por este Juízo foi determinada a citação do(a) ré(u) REGIS ALVES GARCIA, brasileiro, filho de Romildo Alves Garcia e Luzia Carvalho Alves, nascido aos 22/01/1984, e residente e domiciliado em local nesta cidade e comarca, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, tudo nos moldes do art. 396 e 396-A do CPP. Consta na denúncia que em 14/09/2016, por volta das 18h49min na Avenida dos Passáros, na altura do nº 312, Jardim das Palmeiras, nesta cidade de Uberlândia/MG, o denunciado com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. Assim nos termos do art. 361 do CPP, foi o presente edital expedido e afixado no lugar público de costume, para CITÁ-LO(a)(s) e chamá-lo(a)(s) para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento sob pena de revelia, com PRAZO DE 15 DIAS, certo de que, poderá(ão) apresentar a resposta à acusação em 10 dias.DADO e PASSADO nesta cidade e comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, aos 04 de agosto de 2022. Eu, Nayara Guedes, Oficial de Apoio Judicial, o digitei.
MARCOS JOSE VEDOVOTTO
Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia

UNAÍ

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE UNAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE INTIMAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO: 20 (vinte) dias. O Dr. Rafael Lopes Lorenzoni, Exmo. Juiz de Direito Titular na 2ª Vara Cível da Comarca de Unaí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos que virem este edital ou dele conhecimento tiverem que por esta Secretaria tem em curso AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS, processo 5000850-90.2019.8.13.0704, proposta por J. L. D. S. brasileiro, menor, neste ato representado por sua genitora NAYARA FERNANDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, portadora do CPF nº 113.355.456-38, e RG 18.271.983 SSP/DF, residente e domiciliada na rua Nossa Senhora das Rosas Místicas, nº 59, bairro Sagrada Família, em face de REGINALDO LIMA BRANDÃO, brasileiro, solteiro, operador de máquinas, portador do RG nº MG-18.541.253-SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 017.328.836-70, o qual se encontra EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. O exequente alega que no processo n°. 0704.16.002069-6 o executado foi condenado a prestar alimentos ao mesmo no valor atual de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente, bem como a arcar com 50% (cinquenta por cento) das despesas com medicamentos, consultas, dentista e material escolar desde abril de 2017 e que por sua vez não tem efetuado o pagamento das obrigações. Pelo presente edital, CHAMA e INTIMA REGINALDO LIMA BRANDÃO para que, no prazo de 3(três) dias, efetue o pagamento da quantia de R$1.197,60 (um mil, cento e noventa e sete reais e sessenta centavos), apurado aos 09/04/2019, referente às três parcelas anteriores à propositura da presente execução, assim como das que venceram desde então, todas devidamente atualizadas monetariamente e com acréscimo dos juros legais ou, então, comprovar que o fez, ou provar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de ser decretada sua prisão, nos moldes do artigo 528 do Código Processo Civil c/c com os artigos 18 e 19 da Lei n.º 5.478/1968. O prazo de 03 (três) dias começará a fluir do término do prazo do presente edital, em única publicação, nos termos do artigo 257, III, do Código de Processo Civil. E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital que será publicado no Diário Judicial Eletrônico do Estado de Minas Gerais - Dje/MG. Unaí-MG, data da assinatura eletrônica. Documento expedido pela servidora Simone Aparecida Trindade Melo e conferido e assinado eletronicamente pela Gerente de Secretaria em substituição, Vanessa Abadia de Melo Silva Cambrone.

COMARCA DE UNAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO: 20 (vinte) dias. O Dr. Rafael Lopes Lorenzoni, Exmo. Juiz de Direito Titular na 2ª Vara Cível da Comarca de Unaí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos que virem este edital ou dele conhecimento tiverem que por esta Secretaria tem em curso AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS, processo 5004267-17.2020.8.13.0704 proposta por JOSÉ MARIA NUNES DE SOUSA, brasileiro, divorciado, trabalhador rural, filho de Joaquim Nunes de Sousa e de Sebastiana César Lopes, portador do RG nº. MG MG-21.957.219 - SSP/MG, inscrito no CPF de nº 042.948.476-38, residente e domiciliado na Rua Antônio Teixeira Campos, nº. 355, bairro Novo Horizonte, Unai-MG, em face de MARCOS DANIEL GEREMIAS CAETANO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, nascido aos 06/06/2002 e NÚBIA GEREMIAS CAETANO DE SOUSA, brasileira, união estável, nascida aos 20/02/2005, filhos de José Maria Nunes de Sousa e Sônia Geremias Caetano Sousa, os quais se encontram EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. O autor alega, em síntese, que nos autos da Ação de Alimentos nº. 0704.10.004156-2 celebrou acordo para contribuir no sustento e criação dos Requeridos no percentual equivalente a 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente; que o primeiro réu completou a maioridade civil e não estuda, enquanto a segunda ré está vivendo em união estável. Pelo presente edital, CHAMA e CITA os requeridos MARCOS DANIEL GEREMIAS CAETANO DE SOUSA e NÚBIA GEREMIAS CAETANO DE SOUSA para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestarem a ação, sob pena serem considerados revéis e de se presumirem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil. O prazo de 15 (quinze) dias começará a fluir do término do prazo do presente edital, em única publicação, nos termos do artigo 257, III, do Código de Processo Civil. E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital que será publicado no Diário Judicial Eletrônico do Estado de Minas Gerais - Dje/MG. Unaí-MG, data da assinatura eletrônica. Documento expedido pela servidora Simone Aparecida Trindade Melo e conferido e assinado eletronicamente pela Gerente de Secretaria em substituição, Vanessa Abadia de Melo Silva Cambrone.

COMARCA DE UNAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE CITAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO: 20 (vinte) dias. O Dr. Rafael Lopes Lorenzoni, Exmo. Juiz de Direito Titular na 2ª Vara Cível da Comarca de Unaí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos que virem este edital ou dele conhecimento tiverem que por esta Secretaria tem em curso AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO, processo 5001647-95.2021.8.13.0704 proposta por JOANA DE SOUZA MARTINS RIBEIRO, brasileira, casada, do lar, portadora do CPF nº 689.815.466-49 e RG n° 1293939, residente e domiciliada na Rua Felix de Sousa, 192, Distrito de Palmital de Minas, comarca de Cabeceira Grande-MG, CEP: 38627-000, em face de ROSINÍSIO ALVES RIBEIRO, brasileiro, casado, lavrador, portador do CPF nº 005.613.721-44 e RG n.º 23.286.539, o qual se encontra EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. A autora alega ter contraído matrimônio com o requerido aos 25 de setembro de 1987, adotando o regime de comunhão parcial de bens e que há cerca de vinte anos o requerido teria optado pela separação de fato, tomado destino ignorado encontrando-se, até o momento, em lugar incerto e não sabido. Pelo presente edital, CHAMA e CITA ROSINÍSIO ALVES RIBEIRO para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, sob pena ser considerado

revel e de se presumirem verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil. O prazo de 15 (quinze) dias começará a fluir do término do prazo do presente edital, em única publicação, nos termos do artigo 257, III, do Código de Processo Civil. E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital que será publicado no Diário Judicial Eletrônico do Estado de Minas Gerais - Dje/MG. Unaí-MG, data da assinatura eletrônica. Documento expedido pela servidora Simone Aparecida Trindade Melo e conferido e assinado eletronicamente pela Gerente de Secretaria em substituição, Vanessa Abadia de Melo Silva Cambrone.

COMARCA DE UNAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 20 (vinte) DIAS. O Dr. Rafael Lopes Lorenzoni, MM Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Unaí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos que virem este edital ou dele conhecimento tiverem que por esta Secretaria tem em curso AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, processo nº 5003310-16.2020.8.13.0704, promovida por RICARDO MASSARO KONISHI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº. 050.042.886-74, residente e domiciliado na rua Durval Batista de Oliveira, nº. 20, Vila Mariana - Paracatu-MG, CEP: 38606-144, em face de MARCUS VINICIUS REZENDE DA COSTA, SAFRA HF - MEI., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 31.824.409/0001-56 e MARCUS VINICIUS REZENDE DA COSTA, empresário individual inscrito no CPF sob o nº. 134.172.186-83, estando as partes executadas EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. O exequente alega, em síntese, que é credor da parte Executada do montante de R$ 22.917,91 (vinte e dois mil, novecentos e dezessete reais e noventa e um centavos) representados por meio dos cheques nºs. UA-000095 e UA-000096, do Banco Itaú Unibanco S.A. (Banco 341), Agência 1505, Conta 60792-7, depositados e devolvidos por insuficiência de fundos. Pelo presente edital, CHAMA e CITA os executados MARCUS VINICIUS REZENDE DA COSTA, SAFRA HF - MEI. e MARCUS VINICIUS REZENDE DA COSTA para, no prazo de 03 (três) dias, efetuarem o pagamento da importância de R$ 22.917,91 (vinte e dois mil, novecentos e dezessete reais e noventa e um centavos), atualizada em 28/07/2020, referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais, sob pena de PENHORA de tantos bens quantos bastem para garantia da dívida. No caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. Independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. O executado(a), comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor acima, poderá requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 916 do CPC. Ficando cientificado(a) que foram fixados os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, verba essa que será reduzida pela metade caso efetue o pagamento no prazo mencionado (artigo 827, § 1º, do Código de Processo Civil). E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital que será publicado no Diário Judicial Eletrônico do Estado de Minas Gerais - Dje/MG. Unaí-MG, data da assinatura eletrônica. Documento expedido pela servidora Simone Aparecida Trindade Melo e conferido e assinado eletronicamente pela Gerente de Secretaria em Substituição, Vanessa Abadia de Melo Silva Cambrone.

COMARCA DE UNAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 30 (trinta) dias. O Dr. Rafael Lopes Lorenzoni, Exmo. Juiz de Direito Titular na 2ª Vara Cível da Comarca de Unaí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos que virem este edital ou dele conhecimento tiverem que por esta Secretaria tem em curso AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO, processo 1382371-04.2009.8.13.0704, proposta por IRMANTINO DOS SAlITOS, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG 5.729.741 SSP-SP e CPF 363.131.658-53, residente e domiciliado na rua Cachoeira n° 86, apt. 502, Centro, Unai-MG, em face de IAP S/A, atual denominação FERTILIZANTES SERRANA S/A, sociedade de economia mista, empresa com sede em São Paulo - SP, na Av. Maria Coelho Aguiar, 215, bloco D, 2° andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 60.398.989/0001-65 e de WELLINGHTON PINTO ALVES JUNIOR, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG n° 10.449.854 SSP/SP e CPF 461.474.386-20, a qual se encontra EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. O Embargante interpôs os presentes embargos distribuídos por dependência ao processo de Execução de nº 070401008054-4, a fim de que seja excluída a penhora que recaiu sobre o imóvel situado na Fazenda Santo Antônio dos Barreiros, no município de Bonfinópolis de Minas, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de João Pinheiro n° 15.161, com atual matrícula na Comarca Bonfinópolis de Minas, sob nº 078 e Registro n° R-4 e R-9, adquirido de WELLINGHTON PINTO ALVES e sua mulher MARIA INES VIANA ALVES e WELLINGHTON PINTO ALVES JUNIOR e sua mulher MARIA CARMEM AMARANTE BOTELHO ALVES, no ano de 2004. Pelo presente edital, CHAMA e CITA WELLINGHTON PINTO ALVES JUNIOR para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar os presentes embargos, conforme art. 679 do CPC, sob pena ser considerado revel e de se presumirem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo Embargante, nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil. O prazo de 15 (quinze) dias começará a fluir do término do prazo do presente edital, em única publicação, nos termos do artigo 257, III, do Código de Processo Civil. E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital que será publicado no Diário Judicial Eletrônico do Estado de Minas Gerais - Dje/MG. Unaí-MG, data da assinatura eletrônica. Documento expedido pela servidora Simone Aparecida Trindade Melo e conferido e assinado eletronicamente pela Gerente de Secretaria em substituição, Vanessa Abadia de Melo Silva Cambrone.

VARGINHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA PRAZO 15 DIAS JUSTIÇA GRATUITA A doutora Maraíza F. E. Maciel Costa, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal desta comarca, na forma da lei etc., FAZ SABER a todos, quantos o presente virem ou dele notícia tiverem, que se processam por este juízo os autos nº. 0707.10003035-2 da AÇÃO CRIMINAL proposta pelo Ministério Público em face de MAURO CAMPOS e tendo como vítima RADIAL DISTRIBUIDORA LTDA, a qual encontrando-se em lugar incerto e não sabido, fica INTIMADA da r. SENTENÇA que julgou improcedente a denúncia para absolver o réu. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, expediu-se este edital. Dado e passado nesta comarca aos 13 de outubro de 2022. Eu, Nilma Memento Machado, o assino. Maraíza F. E. Maciel Costa MM. Juíza de Direito

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE VARGINHA JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL Rua Isaltina Moraes Braga, 125, Vale das Palmeiras C.E.P. 37.010-650 EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS JUSTIÇA GRATUITA A doutora Maraíza F. E. Maciel Costa, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal desta Comarca, na forma da lei etc., FAZ SABER, a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este juízo os autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº: 5012205-83.2022.8.13.0707, que M.B.S move contra VALDINEI AURELIANO - filho de Maria José Aureliano, nascido aos 11/02/1976, o qual, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, fica CITADO para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir (CPC, arts.306 e 307), tendo em vista que foi autuado como incurso nas implicações da Lei nº11.340/06. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se este que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e Passado nesta comarca aos 13 de maio de 2020. Eu, escrivã judicial, o assino. Maraíza F. E. Maciel Costa Juíza de Direito

O doutor TARCISO MOREIRA DE SOUZA, MM. Juiz de Direito Titular da Primeira Vara Criminal e Execução Penal desta comarca, na forma da lei etc., FAZ SABER a todos, quantos o presente virem ou dele notícia tiverem, que se processam por este juízo a ação ordinária n. movida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face de0150138-28.2018.8.13.0707, ISTAELEM FERNANDA DE JESUS. Assim, tendo sido designada sessão do Tribunal do Júri para o dia 21/11/2022, às 09:00 horas e, considerando que o(a) investigado(a) ISTAELEM FERNANDA DE JESUS encontra-se em lugar incerto e não sabido, fica a parte mencionada INTIMADA da designação da sessão e para comparecimento, ficando ciente o julgamento não será adiado pelo seu não comparecimento, nos termos do art. 457, CPP. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, expediu-se este edital. Dado e passado nesta comarca aos 10 de outubro de 2022. Eu,_____, Paulo Vinicius Bazzanella, Oficial Judiciário, o digitei e assino, que vai também assinado pelo Gerente de Secretaria, _____, Pedro Henrique Kramer Custódio. TARCISO MOREIRA DE SOUZA - Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Varginha

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS JUSTIÇA GRATUITA A doutora MARAIZA F. E. MACIEL COSTA, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal desta comarca, na forma da lei etc., FAZ SABER, a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este juízo os autos da AÇÃO CRIMINAL nº. 0008876-85.2021.8.13.0707 AÇÃO proposta em face de (MG), MARCO APARECIDO FERREIRA JUNIOR,
filho de Edna Lucia da Silva e Marco Aparecido Ferreira, nascido aos 29/06/1992 e encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, fica CITADO do teor da denúncia ministerial, que imputa ao réu supracitado a infração dos artigos como incurso no art. como incurso no art. 129, parágrafo 9§ c/c. art. 61,inciso II, alínea todos do CPB; aplicando-se, no que couber, a Lei 11.340/06. Ficando ainda INTIMADO para, querendo, responder à acusação, por escrito, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo suas intimações. O não comparecimento ou não constituição de defensor, serão os autos suspensos, como também o prazo prescricional, à luz dos artigos 366 e 396 do CPP. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se este que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e Passado nesta comarca aos 13 de outubro de 2022. Eu, Nilma Memento Machado, o subscrevi. MARAIZA F. E. MACIEL COSTA Juíza de Direito

VAZANTE

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE VAZANTE ¿ EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. PROCESSOS RELACIONADOS AO PRESENTE FEITO:
0031522-85.2018.8.13.0710;
0031571-29.2018.8.13.0710;
0031563-52.2018.8.13.0710;
0002364-48.2019.8.13.0710; 0002349 79.2019.8.13.0710. SAIBAM todos quantos o presente edital virem ou conhecimento tiverem que, pelo presente INTIMA todos os terceiros para tomarem conhecimento da decisão proferida nos autos nº 0031522-85.2018.8.13.0710 ¿ CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A em face de MAURO DONISETI SILVÉRIO RODRIGUES, AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA COM PEDIDO DE LIMINAR DE IMISSÃO NA POSSE, no imóvel de propriedade de MAURO DONISETI SILVÉRIO RODRIGUES, especificamente na faixa de terreno medindo 13.969,05 m², inserida no imóvel denominado ¿Fazenda Batalha e Esperança¿, localizada no município de Guarda-Mor/MG, registrado no CRI de Vazante-MG, sob matrícula nº. 13.186 e fixou valor da indenização em R$ 5.560,00 (cinco mil e quinhentos e sessenta reais) e em decisão proferida foi deferida liminar a imissão provisória da autora na posse de 3.969,05 m² descritos no memorial descritivo juntado aos autos e instituiu a servidão administrativa da área em favor da autora. Procurador do autor: Sérgio Carneiro Rosi ¿ OAB/MG: 71.639; Leandro Augusto da Silva Lopes ¿ OAB/MG96.266; Fernanda Rodrigues Orly ¿ OAB/MG: 157-646. Procurador do requerido: Júlio Vernec Borges de Melo ¿ OAB/MG: 59.070. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente, que será afixado no átrio do Fórum, local de costume e publicado pelo Diário do Judiciário Eletrônico ¿ DJE/TJMG. Este Juízo funciona no edifício do Fórum Pref. Otávio Pereira Guimarães, localizado na R. Sibipirunas, nº. 155, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Vazante/MG, CEP: 38.780-000, Telefone: (34) 3813-1226, endereço de e-mail: vze1secetaria@tjmg.jus.br, com expediente externo de 2ª a 6ª feiras de 12 horas às 18 horas. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Vazante/MG, aos 11 (onze) dias do mês de outubro de 2022. Eu, José Rodovalho Resende Escrivão Judicial, o digitei e subscrevi. ROGÉRIO RÓRIZ DE CASTRO BARBO, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Vazante.

VESPASIANO

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE VESPASIANO - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS- JUSTIÇA GRATUITA - PROCESSO Nº 0006737-53.2021.8.13.0290 - O Dr. Cristiano Araújo Simões Nunes, MM. Juíz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vespasiano, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou deste conhecimento tiverem, especialmente GABRIELA HOFFMAN MESQUITA portadora do RG-18041357 , filha de SIMONE HOFFMAN ARMAND, nascida aos 07/04/1993, em Belo Horizonte/MG, encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, que sendo réu na Ação Penal movida pelo Ministério Público, como incurso nas sanções do art. 121 § 3º do Código Penal, fica a mesma ciente e citada para o comparecimento neste Juízo a fim de responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 406, § 1º do CPP, e ainda acompanhamento da ação penal em todos os seus termos até o final, cientificando-lhe que, não apresentada a resposta no prazo determinado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei. Vespasiano 13 de Outubro de 2022 .Eu, Raquel Fabricia Fonseca Nassjf (a) Escrivã Judicial, o digitei. O MM. Juiz de Direiro Dr. Cristiano Araújo Simões Nunes(a). .

COMARCA DE VESPASIANO - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS- JUSTIÇA GRATUITA - PROCESSO Nº 0099944-14.2018.8.13.0290 - O Dr. Cristiano Araújo Simões Nunes, MM. Juíz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vespasiano, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou deste conhecimento tiverem, especialmente PAULO ROBERTO CUSTÓDIO ESTEVÃO portador do RG- 3.968.144 , filho de José Estevão e de Rosa Luíza Custódia , nascido aos 08/05/1969 , encontrando-se atualmente em local incerto e não sabido, que sendo réu na Ação Penal movida pelo Ministério Público, como incurso nas sanções do art. 250 § 1º,II,'a' do Código Penal, fica o mesmo ciente e citado para o comparecimento neste Juízo a fim de responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 406, § 1º do CPP, e ainda acompanhamento da ação penal em todos os seus termos até o final, cientificando-lhe que, não apresentada a resposta no prazo determinado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei. Vespasiano 13 de Outubro de 2022 .Eu, Raquel Fabricia Fonseca Nassjf (a) Escrivã Judicial, o digitei. O MM. Juiz de Direiro Dr. Cristiano Araújo Simões Nunes(a). .

VIÇOSA

Processos Eletrônicos (PJe)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COMARCA DE VIÇOSA/MG - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (vinte) dias, na forma abaixo: A Bela Giovanna Travenzolli Abreu Lourenço, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Viçosa/MG, na forma da Lei, etc. - FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos eletrônicos nº 0053319-55.2011.8.13.0713, Ação de inventário, tendo como inventariante José Dimas da Silva, por meio deste, CITA o espólio de VALENTIM TIBÚRCIO MARCELINO E GERALDO MARCELINO, para todos os termos da petição inicial, e para querendo, oferecer contestação no prazo de 15 dias, ficando advertida, outrossim, que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, sob pena de revelia. E, para conhecimento de todos, expediu-se este edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Viçosa/MG, na data da assinatura eletrônica. Eu, Carmen Lydia Lentini Candido Batista, Oficial Judiciário da 1ª Vara Cível da comarca de Viçosa/MG, o digitei, conferi e subscrevi.

Giovanna Travenzolli Abreu Lourenço Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Viçosa/MG assinado eletronicamente

VISCONDE DO RIO BRANCO

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA. COMARCA DE VISCONDE DO RIO BRANCO - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS. EDITAL COM PRAZO DE 60 DIAS . EDITAL DE INTIMAÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.
Saibam todos quantos o presente edital de intimação virem que perante o Juízo da vara Criminal e de Execuções Fiscais da Comarca de Visconde do Rio Branco, corre uma ação penal, por delito no art. 21 Decreto Lei 3688/41 autuada sob nº 0001098-25.2021.8.13.0720, que a Justiça Pública move contra Eli Júnior dos Santos, isto para intimar a vítima Heloyne do Nascimento Claudio, filha de Luiz Cláudio e Helena Aparecida do Nascimento Cláudio, atualmente em lugar incerto e não sabido, da sentença proferida em 13 de setembro de 2021, julgando extinto o procedimento sem análise de mérito considerando a perda do seu objeto. Visconde do Rio Branco,13 de outubro de 2022. Eu, , Aline Ignachitti, Escrivã Judicial Vara Criminal e de Execuções Fiscais. Drª Daniele Rodrigues Marota Teixeira, MM. Juíza de Direito da Vara Criminal e de Execuções Fiscais,.

JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA. COMARCA DE VISCONDE DO RIO BRANCO - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL E DE EXECUÇÕES FISCAIS. EDITAL COM PRAZO DE 60 DIAS . EDITAL DE INTIMAÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.
Saibam todos quantos o presente edital de intimação virem que perante o Juízo da vara Criminal e de Execuções Fiscais da Comarca de Visconde do Rio Branco, corre uma ação penal, por delito no art. 21 Decreto Lei 3688/41 e 147 do CP autuada sob nº 0030299-33.2019.8.13.0720, que a Justiça Pública move contra Mario Sérgio de Almeida Júnior, isto para intimar a vítima Arianne de Freitas Inocêncio, filha de Valdemar Inocêncio e Cleuza Helena de Freitas, atualmente em lugar incerto e não sabido, da sentença proferida em 03 de fevereiro de 2022, julgando improcedente a pretensão condenatória veiculada na denuncia para absolver o réu . Visconde do Rio Branco,13 de outubro de 2022. Eu, , Aline Ignachitti, Escrivã Judicial Vara Criminal e de Execuções Fiscais. Drª Daniele Rodrigues Marota Teixeira, MM. Juíza de Direito da Vara Criminal e de Execuções Fiscais,.

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE VISCONDE DO RIO BRANCO-ESTADO DE MINAS GERAIS ¿ JUSTIÇA GRATUITA ¿ EDITAL DE INTERDIÇÃO-
Dr. GERALDO MAGELA REIS ALVES, MM Juiz de Direito da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem, ou dele conhecimento tiverem que tramitou por este Juízo e Secretaria da Vara Cível/Precatórias e Infância e Juventude, os autos de Curatela/Interdição nº 5003071-61.2020.8.13.0720, em que foram regularmente processados os termos de INTERDIÇÃO de SILVANO ANTÔNIO DE ARAÚJO, brasileiro, solteiro, lavrador, filho de Braz Felisbino de Araújo e Luzia Teixeira de Araújo, residente e domiciliado no local denominado Sítio Memória, Zona Rural, no município de Visconde do Rio Branco-MG, CEP: 36.520-000, por sentença de 30/11/2021, nomeando-lhe curador OSMAR DA CONCEIÇÃO MARCOLINO, brasileiro solteiro, lavrador, residente e domiciliado na localidade denominada Sítio Memória, zona rural de Visconde do Rio Branco-MG. E, para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum, local de costume e publicado no Minas Gerais, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Visconde do Rio Branco. Data registrada no sistema.
Geraldo Magela Reis Alves, Juiz de Direito .

Assinado eletronicamente.